



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LETRAS

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA QUEIROZ

**FUTUROSOS & FUTURISTAS: uma história pelo avesso da Arte
Moderna no Pará.**

BELÉM/PARÁ
2018

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA QUEIROZ

**FUTUROSOS & FUTURISTAS: uma história pelo avesso da Arte
Moderna no Pará.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras

Orientador: Prof. Dr. Gunter Karl Pressler

Belém
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Q3f Queiroz, José Francisco da Silva.
Futurosos & Futuristas : uma história pelo avesso da Arte Moderna no Pará / José Francisco da Silva
Queiroz. — 2018.
515 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Gunter Karl Pressler
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

1. Historiografia. 2. Narratologia. 3. Tradição. 4. Arte Moderna. I. Título.

CDD 809

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA QUEIROZ

**FUTUROSOS & FUTURISTAS: UMA HISTÓRIA PELO AVESSE DA ARTE
MODERNA NO PARÁ.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, como um requisito para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Gunter Karl Pressler

Data de avaliação: _____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gunter Karl Pressler
(ILC/PPGL/UFPA – Orientador)

Profa. Dra. Maria de Fátima do Nascimento
(ILC/PPGL/UFPA – Membro)

Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha
(IFCHC/PPHIST/UFPA – Membro)

Prof. Dr. Juri Jakob
(Universität zu Köln/PBI – Membro)

Prof. Dr. Marcelo Seravali Moreschi
(EFLCH/UNIFESP – Membro)

À Neusa Gonzaga Pressler, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Por todo o suporte desde o período escolar e durante toda minha vida acadêmica, agradeço à minha família: José Luiz Nunes de Queiroz, Izabel da Silva Queiroz, Joana D'Arc da Silva Queiroz e Elizângela da Silva Queiroz.

À minha namorada que em várias ocasiões me ajudou na coleta e organização de dados, Luana Maria Espíndola Araújo.

Ao amigo Mário Santos pelas sugestões e indicações teóricas.

À família Colón durante minha estadia em Madison – Wisconsin (EUA).

À Profa. Dra. Susanne Klengel, que me recebeu como aluno no Instituto de Estudos Latino-Americanos, ligado à Freie Universität, onde realizei o Estágio Sanduíche (Mar – Jun., 2017).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Bolsa de Estudos concedida pelo Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior.

À Secretaria de Estado de Educação do Pará pela Licença Aprimoramento que me permitiu realizar esta pesquisa.

Aos amigos que fiz em Berlim, os quais me ajudaram de maneira excepcional durante as dificuldades que surgiram: Veronika Rudalovik, Sigrid Herrmann, Jasmin Wrobel, Douglas Pompeu, Luciana Fernandez, Iacopo Bounaguidi, Isabel Richter, César Trunkle e Rogério Rosa.

Ao Prof. Dr. Gunter Karl Pressler, não apenas orientador, mas também companheiro de viagem; e, a sua esposa Neusa Gonzaga Pressler, que em várias ocasiões foi incentivadora entusiástica desta pesquisa.

Às colegas de turma Samantha Souza, Flávia Roberta, Lucília Pinheiro, Patrícia Cezar e Aline Costa.

A todos os funcionários das bibliotecas onde realizei minha pesquisa.

Interroga enim generationem pristinam,
et diligenter investiga patrum memoriam.

Job: 8 – 8

Uma obra de história literária vale por dois motivos: ou representa um trabalho sólido de investigação, e nesse caso dispensa o brilho e a própria originalidade de pensamento; ou importa numa interpretação sugestiva, que esclareça e ilumine uma época, um autor, um movimento intelectual. É raro que acumule as duas virtudes, mas é indispensável que possua uma delas.

(CANDIDO, *O método crítico de Sílvio Romero*, 2006)

RESUMO

Introdução: Este trabalho de história da literatura focaliza o ambiente cultural e literário da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, durante a década de 1920. As extrapolações histórico-cronológicas que ultrapassam essa década – tanto anterior como posteriormente – foram necessárias para enfatizar alguns posicionamentos estéticos e afirmações feitas segundo o Cânone Modernista instituído. Partindo de uma abordagem narratológica (SCHMID, 2010; DOLEZEL, 2010), auxiliada por noções da Estética da Recepção (JAUSS, 1994, 2010); transmigramos algumas ferramentas teóricas e reflexões críticas desses ramos da pesquisa para empregá-las na composição de uma narrativa historiográfica assentada na investigação dos “arquivos literários” configurados na mídia jornalística. Dentro desse escopo narratológico também fizemos investidas críticas na avaliação de algumas obras publicadas nesse período, bem como, a contestação da história canonizada do suposto Modernismo Paraense. Apresentamos assim uma perspectiva diferente dos eventos que movimentaram o ambiente cultural paraense durante as primeiras décadas do século XX. Os assuntos explorados aqui comportam a tradição poética e narrativa criada por autores paraenses ou radicados no Estado; apresenta a cultura dos festejos cívicos e o empenho associativo dos intelectuais; além de abordar a circulação das ideias artísticas da Arte Nova (Dadaísmo, Cubismo, Futurismo, etc..) as quais foram criticadas abertamente pela grande maioria de intelectuais (jornalistas, poetas, prosadores...) “Novos” ou “Velhos”. Se os trabalhos historiográficos mais conhecidos dos anos de 1920 afirmam o “triunfo da ideia modernista” no Brasil (GOUVEIA, 2013), esta pesquisa apresentará uma narrativa em que a valorização da tradição poética, da prosa telúrica e do patriotismo histórico foram os conceitos fundamentais que unificaram artistas e intelectuais “locais” e não a propalada história de uma “adesão” ao Modernismo Paulista.

Palavras-Chave: Historiografia. Narratologia. Tradição. Arte Moderna.

ABSTRACT

Introduction: This work of literary history focuses on the cultural and literary ambience of the city of Belém, capital of the state of Pará, during the 1920s. Historical and chronological extrapolations that overcoming this decade, both before or after, were necessary to emphasize some positions esthetic and affirmations made according to the Modernism Canon instituted. Starting from a narratological approach (SCHMID, 2010; DOLEZEL, 2010), assisted by notions of the Aesthetic of Reception (JAUSS, 1994, 2010); some theoretical tools and critical reflections were transmigrated from these branches of research to employ them in the composition of a historiographic narrative based on the “literary archives” configured in the journalistic media. In this narratological scope were made some critical assumptions in the evaluation of some literary works published in this period, as well as the contestation of the canonized history about the supposed Modernism of Pará. In these terms we present a different perspective on the events that moved the cultural ambience of Pará during the first decades of the twentieth century. The subjects explored here bear the poetic and narrative tradition created by authors from Pará or settled in the State; presents the culture of civic celebrations and the associative commitment of the intellectuals; (Dadaism, Cubism, Futurism...); which were openly criticized by the great majority of intellectuals (journalists, poets, story teller...) “News” or “Elders”. If the most known historiographical works about the 1920s affirm the “triumph of the modernist idea” in Brazil (GOUVEIA, 2013), this research will demonstrate a narrative in which the appreciation of the poetic tradition, telluric writings and historical patriotism were the concepts fundamental that unified artist and “local” intellectuals and not the propounded history of an “adhesion” to Paulista Modernism.

KEYWORDS: Historiography. Narratology. Tradition. Modern Art.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fotografia de José Eustáquio de Azevedo. <i>A Semana</i> , Belém, 15 set. 1928. s/n.....	65
Figura 2 – <i>Release</i> da obra <i>Bellas Artes</i> . <i>A Semana</i> , Belém, 28 set. 1920. s/n.....	94
Figura 3 – Fotografia de Luiz Lobo. <i>A Semana</i> , Belém, 05 mar. 1923. s/n.....	103
Figura 4 – Fotografia de Raimundo Nonato. <i>Belém Nova</i> , Belém, 01 dez. 1923. s/n.....	120
Figura 5 – Anúncio da Empresa Navigazione Nazionale Italiana. <i>Folha do Norte</i> , Belém, 06 maio. 1921. p. 04.....	129
Figura 6 – Fotografia de Apolinário Moreira. <i>A Semana</i> , Belém, 05 fev. 1923. s/n.....	141
Figura 7 – Fotografia do Dr. Severino Silva. <i>A Semana</i> , Belém, 21 out. 1921. s/n.....	142
Figura 8 – Panfleto de divulgação. Refere-se à noite de 20 de novembro de 1922.....	148
Figura 9 – Escudo do IHGP de autoria de Theodoro Braga. <i>Theodoro Braga: no centenário do seu nascimento</i> (1972).....	149
Figura 10 – Fotografia de Ignácio Batista Moura. <i>O Pará em 1908</i> (1908).....	151
Figura 11 – Fotografia de Lauro Nina Sodré e Silva. Governador do Pará.....	152
Figura 12 – Fotografia de Henrique Américo Santa Rosa. <i>Álbum do Pará em 1899</i>	157
Figura 13 – Fotografia de João de Palma Muniz. <i>Revista do IHGP</i> (1932).....	161
Figura 14 – Fotografia de Ex-combatentes da Guerra do Paraguai. <i>A Semana</i> , Belém, 06 mar. 1920. s/n.....	164
Figura 15 – Fotografia de Joaquim de Magalhães Barat. <i>Revista do IHGP</i> (1932).	192
Figura 16 – Clichê do livro <i>Brasileis</i> . <i>Revista A Semana</i> , Belém, 06 abr. 1923. s/n.....	208
Figura 17 – Fotografia de Oswaldo Orico. <i>A Semana</i> , Belém, 03 jan. 1920. s/n.....	210
Figura 18 – Fotografia de Martins Napoleão. <i>A Semana</i> , Belém, 27 dez. 1919. s/n.....	213
Figura 19 – Fotografia de Carlos Nascimento. <i>A Cigarra</i> , Belém, 21 jan. 1921. s/n.....	215
Figura 20 – Fotografia de Peregrino Junior. <i>A Semana</i> , Belém, 28 jan. 1920. s/n.....	219
Figura 21 – Fotografia de Remígio Fernandez. <i>A Semana</i> , Belém, 27 dez. 1919. s/n.....	251
Figura 22 – Fotografia de Paulo Eleutério. <i>A Amazônia do Futuro</i> (1926).....	260
Figura 23 – Fotografia de Abguar Bastos. <i>A Semana</i> , Belém, 14 jan. 1922. s/n.....	273

Figura 24 – Fotografia de Bruno de Menezes. <i>Belém Nova</i> , Belém, 28 fev. 1925. s/n.....	274
Figura 25 – Fotografia de Farias Gama. <i>Belém Nova</i> , Belém, 02 jan. 1926. s/n.....	275
Figura 26 – Fotografia e soneto de Brites Motta. <i>A Semana</i> , Belém, 28 ago. 1920. s/n.....	275
Figura 27 – Fotografia de Clóvis de Gusmão. <i>A Província do Pará</i> , Belém, 08 maio. 1924. p. 02.....	276
Figura 28 – Fotografia de De Campos Ribeiro. <i>Belém Nova</i> , Belém, 25 out. 1924. s/n.....	277
Figura 29 – Fotografia de Luís Teixeira Gomes. <i>República</i> , Belém, 08 jan. 1925. p. 01.....	278
Figura 30 – Fotografia de Paulo de Oliveira. <i>Belém Nova</i> , Belém, 03 jan. 1925. s/n.....	279
Figura 31 – Anúncio da <i>Literatura Paraense</i> . <i>Folha do Norte</i> , Belém, 13 jan. 1922. p. 02.....	283
Figura 32 – Folha de rosto da <i>Literatura Paraense</i> (1922).....	293
Figura 33 – Capa da primeira edição da <i>Literatura Paraense</i>	297
Figura 34 – Fotografia do Pavilhão dos Estados.....	298
Figura 35 - Tripulação do Sampaio Correia II.....	322
Figura 36 – Retrato de Francisco Galvão publicado no livro <i>Vitória-régia</i> (1922).....	324
Figura 37 – Capa do livro <i>Dansa dos Pyrilampos</i> (1923).....	352
Figura 38 – Fotografia de Fran Paxeco. <i>Fran Paxeco e as figuras maranhenses</i> (1957).....	380
Figura 39 – Anúncio de serviço. <i>Folha do Norte</i> , Belém, 13 mar. 1930. p. 04.....	391

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Sessão I – Histórias, mitos e a invenção do Modernismo Brasileiro	19
1. – Quem não quer ser um Modernista?.....	20
1.1. – A Historiografia & o Cânone.....	24
1.2. – O Arquivo & a Narrativa.....	40
Sessão II – A transição do século XIX para o século XX	64
2. – J. Eustáquio de Azevedo, o jardineiro fiel, e sua <i>Antologia Amazônica</i> (1904).....	65
2.1. – <i>Vindimas</i> (1913): a continuação dos trabalhos de Jacques Rolla.....	78
2.2. – A consciência historiográfica e o estilo crítico de Eustáquio de Azevedo.....	90
2.3. – A 2ª edição da <i>Antologia Amazônica</i> (1918).....	96
Sessão III – A cultura letrada colaborativa: efemérides, política & propaganda	109
3. – As Associações Culturais e Literárias de Belém do Pará.....	110
3.1. – A Associação dos Novos (1920 – 1927).....	111
3.2. – A Associação da Imprensa do Pará.....	124
3.3. – O Instituto Histórico e Geográfico do Pará.....	149
Sessão IV – A continuidade dos valores artísticos tradicionais	194
4. – A moderna Belém do Pará em 1920 e o seu meio lítero-cultural.....	195
4.1. – Os jovens intelectuais nos periódicos de Belém do Pará.....	209
4.2. – A produção literária nos periódicos da capital paraense.....	222
4.3. – Os Novos e as Festas do Espírito.....	250
4.4. – Os membros da Associação dos Novos.....	262
4.5. – Quem eram os Novos?.....	272
Sessão V – A afirmação dos Novos e a circulação do Futurismo	282
5. – A Exposição Internacional e a <i>Literatura Paraense</i> (1922).....	283
5.1. – A Cultura Letrada Paraense tipo exportação.....	299
5.2. – Futurosos Vs. Futuristas: primeiro combate (1923).....	323
5.3. – A consagração dos Novos e a fundação da revista <i>Belém Nova</i> (1923).....	351
5.4. – A Universidade Livre (1924).....	378
5.5. – <i>A Arte Moderna</i> (1924), de Joaquim Inojosa, uma carta extraviada.....	393
5.6. – Futurosos Vs. Futuristas: segundo combate (1924).....	404
CONCLUSÃO	426
REFERÊNCIAS	429
APÊNDICE	454
ANEXO	500

INTRODUÇÃO

Afirmar o triunfo do Modernismo Brasileiro tornou-se procedimento tão corriqueiro e esperado que dificilmente algum pesquisador questiona como se construiu esse paradigma. Simplesmente supor que a história repetida por mais de 90 anos esteja equivocada parece absurdo diante da extensa bibliografia que trata de escritores heroificados e de acontecimentos celebrados pelo caráter fundacional. O discurso do triunfo do movimento modernista está constituído por metáforas de teor militar ou se vale do vocabulário religioso envolvido em ações de proselitismo. Os autores modernistas consagrados são descritos como guerreiros iconoclastas ou missionários envolvidos na empresa de conversão das “nações gentias”. O Modernismo tem o seu papa, o seu João Batista, o seu Paulo de Tarso, os seus profetas, discípulos e textos sagrados.

A repetição da narrativa do triunfo do Modernismo tornou-se uma estrutura tão sólida que é possível identificar certos elementos imutáveis seja quem for o narrador dos eventos. Como não fazer referência ao primeiro “mártir” da arte revolucionária na figura de Anita Malfatti, atacada pelo “retrógrado” Monteiro Lobato? Como esquecer dos jovens desconhecidos que saíram em defesa da injustiçada artista? E para ampliar esse enredo rico em figuras heroicas não poderia faltar o escultor recluso no Palácio das Indústrias em São Paulo descoberto pelos defensores de Anita. O resto da história é conhecida por todos. Nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922 acontecia no Teatro Municipal de São Paulo a Semana de Arte Moderna. As conferências, apresentações musicais, exposição de quadros e as vaias fazem parte do enredo inalterável do que foi o marco de início do movimento modernista.

A partir dessas certezas a pesquisa historiográfica da literatura brasileira durante as primeiras décadas do século XX foi instituída. Com o Cânone estabelecido a história foi disseminada por meio dos Cursos de Letras criados na década de 1930 e posteriormente recebeu um tratamento didático para ser transmitida no sistema de ensino secundário. A memória do Modernismo estava assegurada. Ao menos a memória que interessa ser preservada. Na impossibilidade de modificar o enredo principal da história do Modernismo Brasileiro, que tem um momento e um estado irradiador, restou como opção aos demais centros culturais brasileiros ampliar o raio de alcance das ideias revolucionárias e adentrar nos demais estados em busca dos indícios de comunicação dos autores modernistas “fundadores” com aqueles “convertidos”.

Uma rede conceitual foi instituída, a nomenclatura estética recebeu padronização e as obras modelares conheceram o tratamento interpretativo responsável por evidenciar o caráter inovador de seus autores. A crítica jornalística, posteriormente substituída pela crítica

universitária, tratou de solidificar o sistema de referências utilizado para avaliar os novos autores herdeiros das conquistas dos heróis modernistas. Os “manuais” de História da Literatura escritos a partir da década de 1950 se tornaram a principal fonte disseminadora das narrativas responsáveis por transformar o Modernismo em um movimento nacional, homogêneo e vitorioso. Dotado de tantos qualificativos positivos e aceito pela grande maioria da comunidade intelectual brasileira faltava unicamente encontrar em outras partes do país o elo entre os criadores do “Credo Novo” e os seus adeptos nas províncias.

O Modernismo ao receber o status de unificador da cultura nacional passou a justificar nos últimos 30 anos uma nova etapa da escrita da história da literatura brasileira. Tornou-se necessário evidenciar como as províncias receberam e espalharam as conquistas estéticas implantadas nas capitais culturais do Sudeste do país. Se o resultado da investigação afirmasse a inexistência do Modernismo no estado alvo da pesquisa seria preciso admitir o “atraso” da intelectualidade provinciana, uma vez que o Modernismo se consolidou como a promoção do progresso técnico, a emancipação cultural do Brasil e a vitória de outro nacionalismo. Para que a história do Modernismo admitisse a inclusão de novos episódios ao cânone historiográfico seria preciso transformar a “circulação” dos ideais renovadores numa “assimilação” de procedimentos estéticos antagônicos à “literatura acadêmica”. Para tanto, a narrativa dos acontecimentos precisaria contar com a homogeneidade do impulso inicial revolucionário fragmentado posteriormente por dissensões e adesões.

Era preciso que o Modernismo existisse em outros estados brasileiros, pois do contrário seria necessário admitir uma fissura catastrófica na narrativa do triunfo do Modernismo como estética nacional vitoriosa. Daí a necessidade de afirmar a existência de outros “modernismos”, movimentos de transição, posturas revolucionárias brandas e toda uma sofisticada ginástica conceitual para transformar aparência e má compreensão numa ação planejada e bem-sucedida de mudança de paradigmas.

Todos saíam perdendo se a história triunfante da estética modernista fosse apenas uma invenção discursiva sustentada pelo modo narrativo que lhe oferece homogeneidade de significado e representatividade intelectual. Se o Modernismo não triunfou Brasil à fora as Províncias tão pouco partilharam de uma ação renovadora da cultura letrada nacional. E se somente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram palco dos acontecimentos definidores do movimento modernista os intelectuais dos outros estados seriam encarrados como reacionários e inimigos do avanço artístico nacional. Teríamos o reforço de preconceitos históricos que culpavam principalmente os estados do “Norte” pelo atraso do país. Narrar o

Modernismo como um movimento de proporções nacionais que trouxe a substituição inevitável da cultura literária oitocentista serviu inclusive para superar, ao menos no campo do discurso, as desigualdades entre as capitais brasileiras. Mesmo que as distâncias econômicas e de desenvolvimento humano entre Norte e Sul permanecessem seria possível afirmar que ao menos por meio da arte literária ambas as regiões se equivaliam.

Mais importante do que questionar a existência do Modernismo como um movimento cultural uniforme e vitorioso se mostra indispensável conhecer a construção dessa narrativa historiográfica. E se há uma forma de narrar esses eventos é possível distinguir e evidenciar seus elementos estruturantes. Ao se compreender a organização e apontar os agentes envolvidos na construção desse “sistema literário” perceberemos que a escrita da história do Modernismo Brasileiro se tornou um molde a partir do qual as histórias literárias de outros estados foram escritas. Essa hipótese, contudo, pode ser sustentada apenas se ela for baseada em fontes primárias que confrontadas com pesquisas modelares revelem que a investigação historiográfica disponível foi realizada de maneira seletiva para atender ao discurso canônico.

A problematização a que me refiro só poderia ser iniciada a partir do material disponível recolhido e interpretado por pesquisas anteriores. Esses dados tendo passado pelo tratamento teórico ou ideológico contam uma versão dos fatos, apresentam uma imagem de eventos que pode ser aceita como verdade ou a explicação mais coerente de um momento não experienciado por nós, unicamente leitores. A distância física e temporal entre o presente e o passado cultural é intransponível podendo ser atenuada pelos documentos ou testemunhos que dão acesso a uma parte, e apenas isso, uma parcela dos fatos. No estudo da história da literatura, os documentos constituem o elemento indispensável para a reconstrução do momento cultural em que eles foram escritos. Não se pode iniciar um estudo dessa natureza a partir de uma interpretação que obrigue as fontes a se adequar a ideia construída das mesmas; ao menos esse não deveria ser o procedimento empregado.

O montante de documentos compulsados possibilitou reconhecer quais eram as preocupações da intelectualidade paraense e como era dinâmica a realidade cotidiana de Belém durante os anos de 1920. A capital paraense via-se agitada com frequência por polêmicas políticas e literárias que ganhavam corpo nas páginas dos periódicos. Debatia-se quanto ao futuro do Acre, a chegada de imigrantes nordestinos e japoneses, o Espiritismo e a Teosofia; circulavam as críticas da publicação de livros de autores locais que se atacavam ou trocavam cumprimentos por meio das catorze linhas do soneto. Houve durante alguns anos um grupo muito atuante de críticos literários que emitiam suas opiniões acerca de obras lançadas em

diversos estados brasileiros. A imprensa exercia um papel fundamental na promoção do estado que tentava se recuperar da crise financeira causada pela baixa do preço do látex e pelas gastanças em festividades patrióticas promovidas por sucessivos governos. Os maiores jornais da cidade: *A Folha do Norte*, *O Estado do Pará* e *A Província do Pará* atacavam ou defendiam o Governador que estava no cargo. Às vezes, é claro, trocavam farpas entre si.

Com o serviço telegráfico utilizado pelos jornais se sabia dos grandes acontecimentos internacionais com relativa velocidade. O cinema, a “arte do silêncio”, já se tornara parte da rotina de lazer tendo destaque nas revistas ilustradas e nos anúncios de jornal. As associações atléticas proliferavam e o futebol era praticado como atividade principal durante celebrações cívicas. Os teatros recebiam exposições de pinturas e apresentações musicais de artistas estrangeiros. As associações culturais, científicas e beneficentes completavam o cenário de uma vida urbana exuberante e diversificada. Toda a complexidade humana e cultural de Belém facilmente verificada na imprensa diária foi suprimida apenas para se tentar afirmar a existência do Modernismo paraense.

A imprensa tornou-se veículo indispensável na divulgação de polêmicas, na circulação de ideologias literárias, na manifestação das relações dos escritores e na manutenção do discurso literário consagrado assumido por autores de idade mais avançada e aqueles jovens que tentavam se firmar no cenário cultural belenense. Os intelectuais “velhos” asseguravam o seu prestígio social por meio dos cargos públicos ocupados, o que lhes permitia colaboração nos periódicos e a presença em cerimônias cívicas. A mídia jornalística tornava-se o refúgio para escritores iniciantes, que em troca de benesses apoiavam a força política do momento. Alimentar uma boa relação com o governo, com os intelectuais consagrados e participar de alguma associação literária constituía o suporte necessário para sobreviver literariamente no ambiente erudito paraense. A poesia patriótica teve espaço privilegiado junto aos intelectuais que durante os anos de 1920 a 1923 participaram de celebrações cívicas de grande importância para a afirmação do Pará no cenário nacional. Do mesmo modo que em 1924 o debate em torno do Futurismo atingiu o auge da polemização, mas em favor da arte decorosa e bela.

A literatura paraense produzida na década de 1920 tem características únicas, muitas das quais foram desconsideradas ou desfiguradas em razão da metodologia utilizada, ou melhor, por causa do *plot* que ordenou o tipo de história a ser contada. Reunir os documentos aqui apresentados, muitos deles inéditos no meio acadêmico, constituiu o maior desafio, já que vários deles estavam situados em diferentes cidades, países e continentes. A presente pesquisa oferecerá a qualquer leitor uma substancial quantidade de informações por meio das quais se

tornará evidente a particularidade e a multiplicidade de forças que atuaram na formação do ambiente literário paraense ao longo das primeiras décadas do século XX.

A pesquisa que deu origem a esta revisionista história da literatura se fez por meio da Biblioteca Arthur Vianna, integrante da Fundação Cultural do Estado do Pará, especialmente em sua sessão de Obras Raras; da biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará (UFPA); da Biblioteca Central da UFPA, também em sua sessão de Obras Raras; por meio do acervo da Academia Paraense de Letras; dentro das bibliotecas Rodolfo Garcia e Lúcio de Mendonça da Academia Brasileira de Letras; junto aos anais do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil; recebendo uma enorme contribuição da Memorial Library pertencente a University of Wisconsin-Madison, e, finalmente, ganhando significativo impulso do Instituto Ibero-Americano da Fundação de Patrimônio Cultural Prussiano, em Berlim, onde realizei meu estágio Sanduíche junto ao Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität.

A história da literatura contada neste trabalho se torna nova em razão do emprego de conceitos teóricos extraídos da Narratologia que vieram justificar a ordenação de publicações ignoradas, as quais mostram como se dava o trânsito de informações entre os estados brasileiros. Esta outra narrativa da literatura brasileira consegue responder a muitas questões que até agora existiam somente pela desarticulação dos componentes humanos e dos documentos envolvidos; muitos dos quais, pessoas e textos, sequer foram considerados.

Na Sessão I apresentamos como se encontra o debate acadêmico acerca da história do Modernismo e como o “enredo triunfante” influenciou os trabalhos historiográficos que afirmam a disseminação e a implantação da “ideia nova” em alguns estados brasileiros do Sul e do Norte do Brasil. Expomos que a memória do Modernismo, como a conhecemos, se deve ao tipo de estrutura narrativa utilizada na construção da história canônica do fenômeno literário brasileiro. Por meio dos conceitos teóricos provenientes da Narratologia propomos um modelo de história da literatura baseado na compreensão das fontes primárias e nas suas respectivas leituras que nos permitem conhecer o debate de então oferecendo outra perspectiva da história da literatura paraense.

Na Sessão II abordamos a obra historiográfica de Eustáquio de Azevedo a fim de configurarmos os valores estéticos que fundamentaram a produção literária paraense entre o final do século XIX e as manifestações ocorridas na década de 1920. Mostraremos como se formou a tradição literária no estado, quem foram os autores mais importantes e a recepção das propostas de ruptura com esse passado artístico interpretadas na produção de Eustáquio de

Azevedo, personagem significativo em meio às polêmicas que envolveram a tradição literária e a nova geração de jovens autores herdeiros do cabedal estético disponível.

Na Sessão III mostramos a importância das associações literárias e científicas para a dinâmica do ambiente cultural de Belém em que se destacaram A Associação dos Novos, a Associação da Imprensa do Pará e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Esses órgãos formados por “homens de letras” tiveram papel relevante na promoção de datas cívicas e de festejos patrióticos que envolveram a celebração dos 50 anos do fim da Guerra do Paraguai (1920), a comemoração do Centenário da Independência do Brasil (1922) e o subsequente festejo por ocasião da Adesão do Pará à Independência (1923). A colaboração dos autores Novos com aqueles de renome, em geral os “Doutores”, marcou decisivamente o tipo de cultura artística merecedora de louvor e apreço.

Na Sessão IV discutimos como a nova geração de intelectuais atuou na conquista de espaços no cenário cultural belenense por meio do trabalho na imprensa ou promovendo a recepção festiva de personalidades locais ou de renome nacional e internacional. Problematizamos o *plot* heroico que envolve a Associação dos Novos – os Futurosos – como agremiação que esteve intimamente ligada aos modernistas de São Paulo; desconstruindo assim a imagem “popular” atribuída a esse grupo de jornalistas. Oferecemos ainda, o que julgamos ser, a lista mais completa dos membros da Associação dos Novos e o papel desempenhado por alguns deles dentro e fora desse núcleo de beletistas.

Finalmente, na Sessão V, expomos como se deu em Belém a promoção da cultura literária patriótica e tradicional em meio a renovação da influência portuguesa ocorrida juntamente à circulação das ideias artísticas revolucionárias. Apresentamos o debate em torno da produção de autores “Futuristas” e como suas obras foram lidas pelos membros mais atuantes da Associação dos Novos; dentre os quais, alguns farão a seu modo uma tentativa de inovação poética segundo os padrões expressivos ainda marcados pela ideia de beleza como valor necessário.

O debate vivenciado pelos autores Futurosos nos revela muito da compreensão confusa acerca d’Arte Moderna entendida mais como uma indicação cronológica do que como a expressão artística de ruptura com a tradição literária. O que se coloca em evidência aqui é um cenário da Literatura Paraense que para o bem ou para o mal tem sua própria lógica, seus próprios “heróis” e motivos temáticos. Esta história se mostra mais complexa e repleta de episódios desconhecidos desvelando como os membros jovens da comunidade artística de Belém tentaram renovar sua arte sem alterar significativamente os valores estéticos em voga.

**SESSÃO I – Histórias, mitos e a invenção do Modernismo
Brasileiro**

1. Quem não quer ser um modernista?

Causaria alguma polêmica afirmar que no estado do Pará, mais precisamente em Belém, o Movimento Modernista Brasileiro nascido em São Paulo foi aceito pela parcela mais jovem da intelectualidade, ganhou espaço na mídia jornalística e suas propostas estéticas “iconoclastas” foram usadas como parâmetro compositivo por poetas e prosadores? Para os conhecedores da historiografia da literatura paraense, essas premissas seriam aceitas sem nenhum problema, salvo por pequenos detalhes divergentes, pois tais asserções estariam em harmonia com um pressuposto mais abrangente, o qual se baseia na narrativa triunfalista do Modernismo que, enquanto movimento homogêneo e ordenado, tão logo se tornou vitorioso, após a Semana de Arte Moderna de 1922, iniciou a demanda “missionária” de divulgação do “Credo Novo”.

Para os conhecedores da História do Modernismo Brasileiro as questões acima elencadas, caso fossem respondidas positivamente, confirmariam tanto que esse movimento literário foi bem-sucedido em sua zona de influência imediata, quanto conseguiu adeptos que disseminaram os novos valores estéticos em outros estados brasileiros. Investigar o cenário cultural paraense, e mais especificamente o literário, durante a década de 1920, conferiria a certeza de que o triunfo da revolução modernista fora completo e de longo alcance. Mesmo porque, a investigação historiográfica dos anos 20 do século passado que não considerasse o Modernismo literário dentro de seu escopo analítico estaria no mínimo omitindo um dado indispensável para a compreensão cronológica desse período.

Dito isto, a questão norteadora básica para o início desta investigação foi a seguinte: teria a intelectualidade paraense sido adepta do Modernismo ideado em São Paulo? Os trabalhos de História da Literatura acerca do estado do Pará publicados a partir de 1990 responderão: Sim! Tão logo admitíssemos essa ligação entre o projeto estético-literário de poetas do “Sul” com os do “Norte”, outra indagação surgiria naturalmente: como se comprova essa conexão de princípios e de propostas artísticas?

De fato, esse último questionamento só faria sentido se tivéssemos motivos para desconfiar dos trabalhos acadêmicos disponíveis ou se as afirmações encontradas neles despertassem tantas dúvidas que nos levariam necessariamente a averiguar as referências citadas. Percebemos que só os primeiros passos nessa direção demandaram uma investigação mais apurada. Caso o resultado dessa consulta demonstrasse que algumas fontes documentais foram ignoradas ou mal interpretadas, forçosamente os pressupostos que guiaram diversos trabalhos historiográficos recentes estariam equivocados. E essa percepção só poderia existir se

este trabalho tivesse aceitado em seu início a primeira asserção com respeito ao Modernismo, enquanto movimento revolucionário nascido de um evento fartamente documentado e interpretado, o qual encontrou adeptos engajados na reformulação dos valores artísticos necessários para a produção poética ou narrativa. Por termos assumido o pressuposto dessa outra “adesão do Pará” necessariamente tivemos de tomar o mapa já utilizado por diversos exploradores, os quais alegaram ser esse um guia confiável, mas ao final da empreitada encontramos nada além de piritas.

Portanto, quais seriam as fissuras presentes no conjunto de trabalhos historiográficos que abordam a literatura brasileira produzida na capital paraense durante a década de 1920?

O argumento central que sustenta a ligação entre o Modernismo desenvolvido em São Paulo com o cenário intelectual paraense consiste na criação da revista quinzenal de “arte e mundanismo”, *Belém Nova* cujo primeiro número saiu em 15 de setembro de 1923. No dia 30 setembro esse magazine publicava o “Manifesto da Beleza”, de autoria do poeta amazonense Francisco Galvão, que então morava no Rio de Janeiro onde colaborava com a revista *O Mundo Literário*. Esse manifesto foi tratado como a prova cabal da relação entre os modernistas paulistas e os autores paraenses “convertidos” à nova estética. Porém, o que nunca se realizou foi o estudo hermenêutico desse texto a fim de comprovar ou compreender quais eram os valores compartilhados para que Francisco Galvão afirmasse: “São Paulo está com as nossas ideias” (GALVÃO, 1923, s/n). Além do mais, ao admitirmos que esse manifesto e o seu suporte midiático disseminaram o Modernismo pelo Pará precisaríamos, necessariamente, questionar onde estão os demais documentos que estabelecem a comunhão estética e indicam não somente a circulação de uma proposta de renovação artística.

Os defensores da história do Modernismo Paraense iriam alegar, diante dessa provocação, a existência do “Manifesto Flaminassu”, publicado também na *Belém Nova*, no ano de 1927, de autoria do poeta, jornalista e político Abguar Bastos. Contudo, com raras exceções, todos aqueles que citam esse outro manifesto o fazem não a partir da fonte primária, mas de sua reprodução feita pelo livro *Introdução à Literatura no Pará* (1990). E, do mesmo modo, o seu conteúdo jamais foi discutido ou mesmo suas ideias contrastadas com os ditames estéticos uma vez afirmados por Francisco Galvão, anos antes. Mesmo porque, quando Mário de Andrade no ano de 1927, acompanhando Olívia Guedes Penteado – a Rainha do Café –, visitou Belém durante 9 dias, e dessa passagem, a não ser as entrevistas que ele concedeu para alguns jornais da cidade, nada ficou de sua relação com os “modernistas paraenses”, somente um comentário em seu “diário de viagem”: *O Turista Aprendiz* (2002), no qual ele comentou laconicamente ter

encontrado, na noite do dia 26 de maio, com “gente modernizante” (p. 67); embora não informe o nome de nenhum “modernizado”, a não ser do médico, “com intenções de literatura”, Gastão Vieira, que fora o guia de Mário na capital paraense. Teria o Papa do Modernismo cometido injustiça aos “asseclas locais”? Agora se dois “manifestos” bastam para sustentar a ponte que ligava os poetas de São Paulo com os do Pará; alguém se deu conta da existência de anti-manifestos e outros textos absolutamente contrários ao “futurismo paulista”? Além do mais, seria necessário indagar como se comportou o cenário jornalístico e literário paraense de 1923 a 1927. E já que questionamos isso cabe perguntar como era a dinâmica cultural e literária antes do surgimento da *Belém Nova*? Este magazine teria sido tão inovador ao ponto de estabelecer um novo paradigma editorial? Quem conhece o formato da revista *A Semana* (1919 – 1942), responderá negativamente a essa pergunta sem titubear.

Outra alegação feita em favor da história do Modernismo Paraense diz respeito aos poetas que formaram a Associação dos Novos, os quais seriam a força beligerante em favor da nova estética. O caso é que nenhuma pesquisa até agora conseguiu mostrar como esse grêmio de literatos se articulou com os valores artísticos que pregavam a ruptura com a tradição literária; do mesmo modo que não há consenso do número de membros integrantes dessa associação ou mesmo quais foram as obras por eles publicadas capazes de demonstrar a filiação ao movimento modernista.

O que dizer do volume de poemas *Bailado Lunar*, de Bruno de Menezes, publicado no ano de 1924? Apenas quem desconhece o substrato estético, imagético e formal da poesia paraense entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX verá esse livro como manifestação do Modernismo; afinal os críticos da época, com as exceções esperadas, leram tais versos como Penumbrietas ou mesmo Simbolistas. Esse livro poderia sem dúvida ser considerado um exemplo da Arte Moderna, mas nunca modernista. E provavelmente ninguém conhece as críticas ferrenhas que Bruno de Menezes dirigiu ao romance de Oswald de Andrade, *Os Condenados* (1922), em março de 1923. Convém indagar também por que não há qualquer menção nos jornais de Belém a tão afamada Semana de Arte Moderna realiza em São Paulo em fevereiro de 1922? Será que isso se deu pelo motivo dos jornais belenenses e seus intelectuais estarem completamente envolvidos com as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, uma efeméride solenizada com a grande Exposição Nacional e Internacional sediada na então capital da República? E isso para não falarmos das narrativas telúricas e folclóricas de Alfredo Ladislau e Farias Gamas.

Em face de tantas questões sem respostas, percebemos que nossa investigação deveria se precaver quanto a existência de muitas associações culturais simplesmente omitidas; diversas concepções artísticas escamoteadas; várias obras literárias esquecidas; além dos diversos autores preteridos somente por não se encaixarem dentro da proposta dominante de história da literatura. Costuma-se partir de uma ideia apriorística que concebe o Modernismo como um “fato” materialmente observável, um fenômeno cuja unidade de acontecimentos teve consequências equivalentes a um evento político capaz de afetar todo o Brasil. Porém, a circulação das ideias “inovadoras”, por meio dos periódicos da capital paraense, nos mostra uma lógica própria que escapa à classificação preestabelecida. A dinâmica cultural na Belém da década de 1920 indica que as afirmações repetidas pelas histórias do Modernismo Brasileiro não conseguem explicar a particularidade do ambiente artístico paraense.

São vários os trabalhos historiográficos, que independente da extensão reproduzem os mesmos pressupostos, os mesmos marcos comemorativos e o vocabulário revolucionário-proselitista empregado para contar uma triunfante campanha de conversão do pensamento artístico brasileiro. Ao se assumir o paradigma disposto por Mário de Andrade em seu famoso ensaio-narrativo “O Movimento Modernista” (1942), percebemos a instituição de um modelo interpretativo altamente prolífero.

O Modernismo, no Brasil, foi uma ruptura, foi um abandono de princípios e de técnicas consequentes, foi uma revolta contra o que era a Inteligência nacional. É muito mais exato imaginar que o estado de guerra da Europa tivesse preparado em nós um espírito de guerra, eminentemente destruidor. E as modas que revestiram este espírito foram, de início, diretamente importadas da Europa. Quanto a dizer que éramos, os de São Paulo, uns antinacionalistas, uns antitradicionalistas europeizados, creio ser falta de sutileza crítica. É esquecer todo o movimento regionalista aberto justamente em São Paulo e imediatamente antes, pela *Revista do Brasil*; é esquecer todo o movimento editorial de Monteiro Lobato; é esquecer a arquitetura e até o urbanismo (Dubungras) neo-colonial, nascidos em São Paulo. Menotti Del Picchia nos dera o *Juca Mulato*, estudávamos a arte tradicional brasileira e sobre ela escrevíamos; e canta regionalmente a cidade materna o primeiro livro do movimento. Mas o espírito modernista e as suas modas foram diretamente importados da Europa (ANDRADE, 1974, p. 235 – 236).

Por meio da autoridade concedida pelo Sumo-pontífice do Modernismo, a história da literatura brasileira desenvolvida durante as primeiras décadas do século XX seria definida sempre como a vitória do “direito [...] da pesquisa estética” cujo “estado revolucionário” permitiria “uma civilização nova [nacer]” (ANDRADE, 1974, p. 251). Além da autopromoção heroica, bem curiosa é a maneira como Mário de Andrade redefiniu o papel de Monteiro Lobato; este não era visto como o inimigo da pintura de vanguarda, mas como um empreendedor das letras; e até o poema *Juca Mulato*, odiando por Manuel Bandeira, mereceu

espaço dentro das conquistas modernistas. A fim de estabelecer a memória triunfante do movimento se destacou o estado revolucionário que veio enfim desbancar “as velharias parnasianas” e o “academicismo artístico”; já se vê que sequer precisamos recorrer aos artigos de Menotti Del Picchia publicados no jornal *Correio Paulistano*, em fevereiro de 1922, para reconhecermos os parâmetros do *plot* que sustenta a imagem dos intelectuais autodeclarados “gloriosos de antemão” (ANDRADE, 1974, p. 135). Ao final, nos demos conta de que o mesmo *plot* vitorioso utilizado para narrar a história do Modernismo como movimento nacional foi empregado quando se escreveu a história da literatura paraense abordando o período histórico equivalente.

Nossa pesquisa abre espaço para que possamos investigar o passado dispostos a compreender como os eventos se deram, sem que de antemão já tenhamos uma resposta. Portanto, nossa primeira preocupação será *historiográfica*. Ao assumirmos essa tarefa, reconhecemos ainda a necessidade de abordar o conceito de *cânone* e como ele se aplica na discussão do Modernismo; sendo necessário trazermos à baila a importância do *arquivo* para um estudo de história da literatura que não abrirá mão do *modo narrativo* como um instrumento indispensável para a investigação da cultura literária brasileira.

1.1 A Historiografia & o Cânone

A escolha da metodologia historiográfica em face das discussões encampadas nas últimas décadas acerca da validade da escrita de uma história da literatura poderia trazer certa dificuldade para justificar a relevância deste trabalho. A desconfiança não seria de modo algum infundada, tanto em razão das lacunas evidentes em histórias da literatura conhecidas por qualquer estudante de Letras, quanto pelas iniciativas recentes que ofereceram um novo paradigma historiográfico¹. A leitura da vasta bibliografia do Modernismo brasileiro nos permitiu reconhecer que sua memória foi construída a partir dos princípios ultrapassados expostos por Hans Robert Jauss em sua tão significativa conferência de inauguração da Universidade de Constança em 1967.

Apesar da tradução no Brasil d’A *História da Literatura como Provocação à Teoria Literária* (1994) e da inserção da perspectiva recepcional como critério avaliativo da historicidade das leituras consagradas de obras igualmente reconhecidas; quase nada foi modificado quando consideramos o *corpus* e o cânone que sustenta a narrativa dos eventos

¹ Ver *Brazil 2001: a revisionary history of Brazilian Literature and Culture* (2001) e *Literary Histories in Portuguese* (2014).

anteriores ou subsequentes à Semana de Arte Moderna em 1922. Mais do que um paradigma da modernização da literatura nacional, o evento ocorrido no Teatro Municipal de São Paulo acabou substituindo a efeméride que mobilizou todos os estados brasileiros: a comemoração do Centenário de Independência do Brasil. Paulatinamente a celebração do Modernismo tornou-se a narrativa de um movimento literário cuja implantação foi feita quase que por “decreto” e o alcance teve um êxito nunca antes visto. Isso pode ser notado de maneira absolutamente explícita no livro *Brasil: 1º tempo modernista – 1917/29 – Documentação* (1972), cuja última parte chamada “Catálogo” mostra o desenvolvimento pleno e coerente da expansão dos valores e a ordenação linear dos “acontecimentos diversos” motivados pela empreitada modernista. Essa ordem cronológica e objetiva expressa outro preconceito que Jauss apontou em um estudo retrospectivo menos conhecido, mas de grande alcance crítico: *Art history and pragmatic history* (2010 [1979]). Nesse texto se advoga não apenas a independência da história das artes, ou da literatura, em relação a história pragmática, pois se analisa o aparato filosófico que baseou a prática historiográfica de Winckelmann, Herder, Gervinus, Droysen e Ranke, mostrando seus limites inscritos no biografismo, no tradicionalismo e na beleza eterna; para em seguida propor que “the conception of a history of art that is to be based on the historical functions of production, communications, and reception, and is to take part in the process of continuous mediation of past and presented art” (JAUSS, 2010, p. 62). A compreensão de Jauss apontava para a necessidade da ordenação dos eventos literários para além do mero encadeamento cronológico e evolutivo focando nos aspectos estruturais de uma metodologia que superasse a intemporal compreensão de obras literárias transmitida por meio da narrativa historiográfica. Tomamos a liberdade de deduzir que essa nova história da literatura deveria atuar como uma tecnologia informacional cuja estrutura de obtenção da informação se adaptasse ao objeto de estudo.

A new science of literature will cease to be a mere auxiliary to history at the moment when it uses the privilege of its still “speaking” sources, and their communication of response and tradition, to attempt to move away from the old “history of development” and towards a new “history of structure” – a move that the science of history is also concerned with making [...] Art historiography that follows the principle of the open structure and the perceptually incomplete interpretation of works, in accordance with the process of productive understanding and critical reinterpretation, is concerned primarily with the intellectual and emancipatory function of art (JAUSS, 2010, p. 70, 74).

Este trabalho está ciente de que a ordenação dos eventos não precisa se submeter à cronologia como força unificadora; distintas ligações serão feitas em razão do assunto discutido ou para se opor a outros trabalhos historiográficos. Não estamos investigando apenas obras

literárias, mas questionando a memória institucionalizada de um movimento artístico. O interesse se volta imediatamente para os documentos a partir dos quais tentaremos compreender qual a “questão” mobilizou os artistas, repercutiu em obras e definiu o posicionamento estético de um cenário cultural. Abriremos assim diversos canais de acesso para observar a multiplicidade de assuntos e de preocupações da intelectualidade paraense, que não estava obsidiada por uma “ideologia nacional” cuja relevância se daria somente décadas depois.

O percurso de consagração da história do Modernismo seria traçado ainda segundo o velho formato da lista de autores e fragmentos de textos; das biografias *pari passu* ao rasante sobre a produção dos “grandes autores” e mesmo por meio da narrativa heroica de um vitorioso grupo de poetas empenhados na condução do Brasil à modernidade literária do século XX. Na antologia intitulada *Poetas do Modernismo*, publicada em 1972, em seu primeiro volume, na “Introdução Geral”, assinada por Leogenário Azevedo Filho, lemos algo que expressa a consolidação de uma história que encontrava o momento exato para florescer.

Como se sabe, oficialmente, o nosso Modernismo teve início com a famosa SEMANA DE ARTE MODERNA, realizada em São Paulo, em 1922. [...] foi o movimento paulista que deu corpo e sentimento ao nosso Modernismo, surgindo como uma espécie de trovoada, à semelhança de movimento ocorridos na França (AZEVEDO FILHO, 1972, p. 09).

Bem ao estilo dos livros encontrados nas estantes “da burguesia instruída”, a *História da Literatura Brasileira*, de Massaud Moisés, em seu terceiro volume, repete o teor emancipador e eufórico ao falar do “ano-chave” em que o Modernismo ganhara o Brasil.

Invadíamos a história moderna, com todas as suas implicações. Parecia que despertávamos de secular hibernação, em que o nosso provincianismo ia de mãos dadas como nosso subdesenvolvimento, para ingressar na modernidade. [...] O fragor da Semana de Arte Moderna, espalhando-se por toda a parte, como que anunciava as mudanças que esse ano-chave trazia no bojo (MOISÉS, 2004, p. 18, 19).

Uma edição didática, voltada para um público mais ingênuo, colorida e com fotografias, intitulada *A Semana de 22: a aventura modernista no Brasil*, de autoria de Francisco Alambert, reforça a história de intrepidez e da audácia do “desvario da Pauliceia”.

O Modernismo no Brasil tomou corpo em São Paulo e, fundamentalmente, para São Paulo. Seus adeptos pretendiam dar o grito de independência cultural da metrópole industrial contra o “atraso” do resto do país. A maior parte das obras do Modernismo foi escrita com um olho na Europa, outro na Pauliceia desvairada – a nascente metrópole industrial povoada de burgueses e proletários, caipiras e estrangeiros, palacetes tradicionais e arranha-céus que vagamente começavam a despontar (ALAMBERT, 2004, p. 11 – 12).

Seria interminável prosseguir a lista com mais exemplos que revelam o tipo de história que deveria ser transmitida à posteridade. A literatura e as demais manifestações artísticas brasileiras receberam uma data da qual todos poderiam se orgulhar e exaltar como a fonte do avanço inventivo nacional, a origem dos anseios de autonomia intelectual e até mesmo transformá-la em metáfora da real identidade nacional. Em outras palavras, um *cânone* foi constituído por meio do qual poderíamos reconhecer, perenemente, o momento de libertação do passado inconveniente e construir a arte genuinamente brasileira. É mais do que evidente que esse *cânone* modernista foi estabelecido como nos esclarece Wendell V. Harris:

In a given time and place there are events and topics that everyone presumably knows about. Some of these have been of continuous interest, or at least have had a place in a society's cultural discourse from generation to generation; others have recently gained attention and will quickly fade. What proves interesting in general conversation will depend on what the conversationalists are at time accustomed to discussing (HARRIS, 1991, p. 111 – 112).

Acima de uma lista de obras permitidas que merecem discussão constante para inatingível a história triunfal de um movimento de vanguarda. Ler os livros que sustentam “the principle of academic recirculation” (HARRIS, 1991, p. 114), se revela um exercício de confirmação da memória mantida por sucessivas histórias do Modernismo Brasileiro. Outros núcleos culturais excluídos do veio principal da narrativa, por serem os “convertidos”, precisaram contribuir de alguma forma na ampliação da “lista sagrada”; pesquisas universitárias recentes acrescentaram apêndices ao *cânone* modernista ao discutirem autores avaliados positivamente pela suposta conversão aos textos fundadores e aos valores iconoclastas.

Um autor que encarnou como ninguém o papel de “convertido” ao Modernismo e seu mais fiel propagador, fazendo questão de se afirmar como tal, foi o advogado e jornalista pernambucano Joaquim Inojosa. Basicamente todos os livros por ele publicados eram formados por narrativas que confirmavam sua proximidade com os líderes do movimento paulista; além de tais obras trazerem diversos documentos provando o seu esforço como agitador cultural em alguns estados do Nordeste. Não que isso seja um problema, na verdade, pelo grande número de documentos, percebemos que o relato feito tem um objetivo de autopromoção, o que o fez ignorar diversas mudanças no quadro dos autores modernistas que perderam a aura de “verdadeiros” modernistas como seria o caso de Graça Aranha, Menotti Del Picchia e Guilherme de Almeida. O seu trabalho mais emblemático é o fartamente documentado *O Movimento Modernista em Pernambuco* (1968, 1969), constituído por três volumes. Inojosa ao relatar seu contato com os realizadores da Semana de 22 expressa enorme satisfação por sua descoberta da novidade ter acontecido nos primórdios da agitação modernista.

São Paulo. Fins de setembro de 1922. [...] Procurando, nas redações dos jornais, colegas de profissão... [...] Subo as escadas do “Correio Paulistano”. Encontro Menotti Del Picchia: primeiro contato com um modernista. Instantes depois, embarafusta Oswald de Andrade, “tipo espadaúdo e forte”. Conversa longa, como se de longamente nos conhecêssemos. [...] Nos dias seguintes: chá das cinco no atelier de Tarsila do Amaral, presentes vários modernistas, inclusive Anita Malfatti, Mário de Andrade, Rubens Borba de Moraes, e pose para que as duas pintoras de tendências divergentes – Tarsila e Anita – fixassem na tela a carantonha do meio encabulado “matuto” nordestino [...] Recebo luvas para desafio: livros e exemplares de “Klaxon” – a senha da renovação. E parto de regresso a Pernambuco... “bandeirante da Arte Nova” (Ronald de Carvalho), depois de haver manifestado aos jovens de S. Paulo, os desencantos de minha terra [...] Voltava, porém, convencido, naqueles momentos paulistanos, de que o modernismo se achava na fase inicial puramente agressiva e destruidora, pois os próprios escritores que me haviam recebido cordialmente, outros livros não me confiavam além de “Os Condenados”, “Pauliceia Desvairada”, exemplares de “Klaxon”, o que de mais extravagante se escrevera e de menos característico da própria renovação desejada... (INOJOSA, 1968, p. 44 – 45).

Escrevendo mais como um memorialista, ou melhor, sendo o autor de sua biografia intelectual, Joaquim Inojosa narra eventos que não podem corresponder a ótica de sua época; pois, passada a Semana de Arte Moderna, os rumos do movimento se ramificaram de tal forma que não era possível, que ele em Recife sintetizasse o Modernismo segundo um programa bem estruturado e igualitário em seus propósitos². A referência na citação acima quanto a uma “fase inicial puramente agressiva e destruidora” repercute a conferência de Mário de Andrade realizada em 1942, a avaliação do passado ocorre pautada por um debate posterior, quando a fama do Modernismo já estava assegurada, quando se poderia falar de “conquistas” e da “herança” deixada para as novas gerações. Inojosa não perdeu tempo, tratou logo de garantir para si um lugar nos anais da historiografia literária brasileira; tanto assim o fez que ao travar amizade com Gilberto Mendonça Telles conseguiu que sua “confusa carta”, *A Arte Moderna* (1924), integrasse o livro *Vanguardas europeias & Modernismo brasileiro* (1972).

Ao longo do primeiro volume d’*O Movimento Modernista em Pernambuco*, percebemos que os exemplos de versos “futuristas” publicados principalmente no jornal *A Pilheria*, muitos dos quais eram de autoria de Austro-Costa, outro que havia “aderido” aquilo que Inojosa chamava de Modernismo, são apenas textos humorísticos, provocativos ou de propaganda de uma vitual “Arte Nova” e seus representantes contra um incerto “Passadismo”. A estratégia

² No mês de setembro de 1922, por meio da revista *A Exposição de 1922*, números 3 – 4, Menotti Del Picchia publicou o artigo “Movimento Intelectual – Literatura”, em que comentava os rumos da produção literária paulista. Em determinado trecho ele comenta que o grupo realizador da Semana de Arte Moderna não estava mais unido como outrora. Segue aqui o fragmento: “A Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal, e a revista *Klaxon* são bem os expoentes desse movimento de audaciosa reforma, sendo que vários espíritos filiados ao grupo denominado dos futuristas de São Paulo, caminham para uma cisão, visto enveredarem para modernismos tão exacerbados, que os insularão, como um punhado de incompreendidos, no meio de uma atuação literária que não se estabiliza no equilíbrio de uma já definida moderação”.

argumentativa de Joaquim Inojosa revela que ele desejava garantir sua posição como divulgador do Modernismo no Nordeste e ideólogo por meio da publicação de *A Arte Moderna e O Brasil brasileiro* (1925); além de diminuir a relevância que o Movimento Regionalista encabeçado por Gilberto Freyre tenha tido, principalmente, ao afirmar que o *Manifesto Regionalista de 1926*, publicado em 1952, na verdade, era uma fraude.

Contudo, a afirmação de Joaquim Inojosa que para esta pesquisa se mostra de maior relevância diz respeito ao processo que teria implantado o Modernismo no Pará; afinal, como veremos em capítulos posteriores, ele também desejará a glória para si por ter levado a “boanova” aos intelectuais de Belém. O trecho a abaixo é de suma importância para discussão em curso.

Em Belém do Pará, porém, foi que o modernismo de 22 parece ter encontrado maior ressonância, na área de além-Recife. Isto nos momentos das arrancadas iniciais, que levariam os modernistas a “aluir” as “muralhas do passadismo”, “à custa de gritos, esgares e trombetas estridentes” (Wilson Martins, op. Cit. 53). [...] Na capital paraense, pela revista “Belém-Nova”, Bruno de Menezes assumia a ofensiva da renovação dos moldes clássicos, formando um grupo do qual se projetaram, ele próprio com o “Bailado Lunar”, De Campos Ribeiro, Abgvar Bastos, Santana Marques, Clóvis de Gusmão... Este último participaria, depois, da fundação da “Revista de Antropofagia”, em São Paulo, com Raul Bopp e Oswald de Andrade (INOJOSA, 1968, p. 105 – 106).

O leitor desavisado pensaria imediatamente que a citação de Inojosa expressa uma relação muito próxima dos escritores paraenses com os eventos ocorridos em fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo. O fato é que, nesse ano, a Semana de Arte Moderna não teve repercussão alguma em Belém; no ano seguinte poucos foram os jovens autores paraenses que compreenderam de forma positiva as iniciativas mais “ousadas” dos “futuristas paulistas” e o próprio Bruno de Menezes, citado agora como arauto modernista, mostrou pouco entusiasmo pelas extravagâncias atribuídas a Marinetti e seus “imitadores” brasileiros. Bruno sempre se mostraria afeito a arte “ensombrada das belezas antigas³”. Além de Clóvis de Gusmão⁴ ter integrado a *Revista de Antropofagia* a partir de sua segunda detenção.

Um outro exemplo de como se pode adequar a narrativa canônica da influência do Modernismo ao meio cultural investigado está presente no livro de Ligia Chiappini Moraes Leite, *Modernismo no Rio Grande do Sul* (1972), cujo subtítulo, “materiais para o seu estudo”, revela não ser necessário argumentar longamente, uma vez que a listagem de referências dos periódicos, as interpretações breves e as paráfrases de textos, como também as entrevistas

³ No primeiro volume d’*O Movimento Modernista em Pernambuco* foi retirado de uma carta datada de 25 de maio de 1924 endereçada a Joaquim Inojosa por Bruno de Menezes.

⁴ O nome de Clóvis de Gusmão aparecia em algumas vezes nos jornais de década de 1920 como Clóvis Gusmão.

concedidas por intelectuais comprometidos com sua imagem pósteria; ou seja, todas essas fontes estão de acordo com a percepção do “triumfo modernista”, em franco processo de canonização naquela altura dos estudos de história da literatura brasileira. Ao mostrar que a Semana de Arte Moderna não tivera a repercussão que se imaginava em Porto Alegre, a autora fala de necessidade de um “período de aclimatação” das propostas revolucionárias. Essa suposição, que vale como explicação, não considera qual foi o grande evento nacional que dominava o pensamento dos intelectuais brasileiros. Mas vamos ao texto da pesquisadora:

1922 – As repercussões imediatas do Movimentos Modernista, ou mais especialmente, da Semana de Arte Moderna, momento em que o Brasil toma conhecimento dele, são bastante desfavoráveis no Rio Grande do Sul. As poucas manifestações, através da imprensa são no sentido de reprovar a atitude dos novos artistas de São Paulo e Rio. Na verdade, várias são as causas para isso. Uma delas, a falta de preparação do Rio Grande intelectual para receber a nova estética e para compreender o significado da Semana. Em 1922, o panorama intelectual da capital gaúcha é fraquíssimo (LEITE, 1972, p. 277).

A verdade é que se passaram anos para que se chegasse a compreensão de que aquele evento aberto com o discurso de Graça Aranha e realizado por um grupo de intelectuais muito bem servidos e assessorados pela elite cafeeira paulista, auxiliados por um intelectual de prestígio e que tinha “horror da Academia, mas não da literatura acadêmica” (MARTINS, 1965, p. 202); o qual na verdade não concordava com o tipo de Arte Moderna ideada pelos seus membros mais “ousados”, diga-se Mário, Oswald e Menotti; - os quais riam “um bocado da Estética da Vida” (ANDRADE, 1974, p. 234) –, tivesse o significado nacional atribuído posteriormente. Outra questão interessante no argumento de Ligia Chiappini diz respeito a atribuída “fraqueza do panorama intelectual”, ou seja, nem precisamos saber como era essa paisagem, não sendo ela modernista, claramente esse cenário intelectual seria inferior.

Um acontecimento que ligaria as capitais gaúcha e pernambucana no bojo da história do Modernismo seria a passagem de Guilherme de Almeida por essas cidades no ano de 1925. Em setembro desse ano o “missionário” paulista, recebido por Augusto Meyer, proferira no Teatro São Pedro a conferência “A Revelação do Brasil pela poesia moderna”; segundo Leite (1972), a palestra versara que “os novos poetas devem e sabem que devem negar a tradição, para avançar junto com o Brasil. Diz que a maior lição do passado é ensinar a negar o passado” (p. 80). Porém, apenas no ano seguinte sairiam as “primeiras obras propriamente modernistas”, embora em 1927, “diminuíam as obras, pelo menos as mais integradas nos princípios modernistas” (LEITE, 1972, p. 282, 284). No dia 09 de novembro, Guilherme de Almeida pronunciava em Recife a conferência “O Brasil pela Revelação da Poesia Moderna”, no Teatro Santa Izabel, onde no dia 11 do mesmo mês, ele apresentara o seu novo livro de poemas *Raça*.

Quem relatou os episódios passados em Pernambuco foi Joaquim Inojosa cuja descrição da chegada do “Messias do Credo Novo” merece ser conferida:

Esperávamos recebê-lo como a um profeta da bíblia do modernismo; havíamos folheado o velho testamento do passadismo e queríamos o artífice do novo testamento modernista. Tivéramos, mesmo, a preocupação de anunciar que ele encontraria “o terreno mais ou menos preparado para a plantação das sementes”, ouvindo-se “apenas, as mesmas, as duas vozes roucas e solitárias”... e nele o autor de “Natalika” poderia “clarinetar ideias novas no campo mental pernambucano”. (J.I. – pág. 153, 2º). “Duas vozes roucas...”: referência a Oscar Brandão e João Barreto de Menezes) (INOJOSA, 1968, p. 134).

As pesquisas de Inojosa e Chiappini criam uma categoria estranha de Modernismo concernente a “adesão gradativa” que se manifesta pela curiosidade dos ouvintes – sejam eles gaúchos ou pernambucanos – que compareciam às conferências supostamente interessados pela novidade, ou por meio dos poetas que escreviam versos modernos “a medo”, sem que houvesse um engajamento criativo duradouro como parece indicar o entusiasmo dos historiadores do movimento. Afinal, como Inojosa admite, apenas Austro-Costa, Raul Machado e Ascenso Ferreira aderiram ao “Credo Novo”, sendo que desses três autores somente o último ficaria conhecido fora do Nordeste. Apesar dos titubeios a “bandeira” paulista havia percorrido terras. Provavelmente quem não conhecia esses fatos era Norma Goldstein, que assim se referiu a Guilherme de Almeida e sua importância para a divulgação do Modernismo: “Conquanto ligado ao grupo da ‘Semana de 22’, Guilherme de Almeida, no conjunto de sua produção poética, manteve-se mais filiado à tradição que aos moldes liberados do Modernismo. O exame de sua obra permite ilustrar claramente isto” (GOLDSTEIN, 1983, p. 44).

Curioso também é o conceito de “vitória” atribuído a expansão do Modernismo em Recife; pois o que poderia ser percebido como a convivência de propostas estéticas diferentes, uma vez que Gilberto Freyre, no mesmo período empreendia a divulgação do “regionalismo nordestino”, se converte, por força da narrativa de Inojosa, em triunfo total. Quem percebeu esse caráter unilateral do discurso, essa “estrutura de apelo” na afirmação do sucesso da campanha deflagrada, foi Neroaldo Pontes de Azevedo autor do livro *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco* (1996), o qual, com muita diplomacia, destaca a “deposição das armas” por parte de Joaquim Inojosa:

Se, por um lado, é verdade que os jornais e revistas continuavam repletos de uma poesia e de uma prosa em que nada havia de renovado, por outro lado, o espaço para publicações de gosto moderno se ampliava. [...] Entre meados de 1927 e o ano de 1930, quando se transfere para o Rio, perseguido por ter tomado parte nos acontecimentos de Princesa, Joaquim Inojosa praticamente não aparece nos jornais e revistas de Recife. Pode-se afirmar que a campanha modernista, por ele empreendida, estava terminada. [...] Em 1929, Raul Bopp e Clóvis de Gusmão, em várias cartas a

Inojosa, insistem para que ele seja o divulgador e representante da Antropofagia em Pernambuco. Em carta de 6 de abril, Bopp estranha que Inojosa não lhe dê notícia e não continue presente nos jornais: “Como é isso? Você não escreve mais; deixou o modernismo? Escreva logo dê um ar de sua vida por aí. Os jornais que me parecem de Pernambuco pra cá eu cato notícias suas mas com dificuldade e muito raramente se sabe eco de você”. Procura informar-se sobre qual o jornal de Recife que melhor acolheria a Antropofagia. “Precisamos ter uma sucursal do Clube da Antropofagia no Recife”, continua Bopp na mesma carta, “com um órgão oficial livre. Você e quem mais?” Inojosa responde apenas com um telegrama, publicado, aliás, na **Revista de Antropofagia**, 11º número da 2ª denteção, a 19 de junho, pedindo material para a difusão do movimento. Mas fica nisso. Inojosa dera a sua missão por cumprida (AZEVEDO, 1996, p. 94, 95, 96).

Por isso há uma distinção clara nas posições de Joaquim Inojosa e Ligia Chiappini como historiadores do Modernismo. Enquanto o primeiro assumia a condição de “memória viva” reunindo documentos e narrando experiências pessoais, pois fora a testemunha que carteara com os nomes mais destacados do movimento literário; ele ao empreender a organização do passado garantia um lugar na história ao menos como pesquisador amparado pela autoridade do processo de canonização em curso e por ter vivenciado alguns dos eventos realizados em Recife. Por sua vez, Ligia Chiappini escrevera a pesquisa do Modernismo gaúcho dentro do sistema de ensino acadêmico e a publicação de sua dissertação de mestrado em 1972 vinha num momento muito oportuno, sendo conveniente para a memória do Modernismo conhecer novos eventos, pois mesmo que não fosse possível assegurar por meio deles a imediata “adesão” de um núcleo cultural, narrar o processo de “conversão” dava algum alento ao cânone em formação.

Por meio do livro *História do Modernismo em Alagoas (1922 – 1932)*, de Moacir Medeiros de Sant’Ana, publicado em 1980⁵, percebemos outra tentativa de contemporizar o alcance do Modernismo no Nordeste. Aqui novamente se percebe que as iniciativas em prol do Modernismo poderiam muito bem ser chamadas também de Regionalistas; além do que, as demonstrações de apoio ao movimento paulista se evidenciariam bem distantes da “data oficial”. Somente com a realização da Festa da Arte Nova, a “Semana de um só dia”, realizada em Maceió no dia 17 de junho de 1928, teríamos o elogio à Semana de 22. E como Sant’Ana (2013, p. 25) deixa claro, em relação aos textos apresentados nessa “Hora da Arte Nova”, o conto “O Beliscão”, de Mário Brandão, “era um conto regional”; os *Ritmos Bárbaros*, de Mendonça Júnior, “tinham o sertão como cenário”; e, o poema “Meu Brasil do Nordeste”, de Emílio Maya, também traziam “conotações regionalistas”. A tudo isso se pode somar que a “conversão” de Jorge de Lima, o príncipe dos poetas alagoanos, ao Modernismo dada pela

⁵ Data do ano de 2003 a segunda edição desse livro, que apesar de ser “revista e aumentada”, apresenta muitos problemas. Há erros de ortografia e inversões na ordem dos números de páginas.

publicação da coletânea de poemas *O Mundo do menino impossível* (1927), se deu sem grandes alardes: “foram realmente poucas as críticas desfavoráveis à poesia moderna de Jorge de Lima, ao que pudemos comprovar durante a pesquisa, tanto quanto possível exaustiva” (SANT’ANA, 2003, p. 68). Diante desse clima tão ameno, sem extremismos, ou mesmo relações antropofágicas, Moacir Sant’Ana teve de reconhecer o seguinte:

O fato da tradição conservar-se, no Nordeste, menos marcada e deturpada por influências alienígenas, certamente contribuiu para a menor intensidade da repercussão do Movimento Modernista na região. Decorre, disso aí, a grande incidência, na imprensa da época, como veremos adiante, de críticas a Marinetti, cujo *futurismo* chegou aos nordestinos – também aos demais brasileiros – como sinônimo de negação a tudo quanto lembrava tradição, enfim, uma tal cisão com o passado (SANT’ANA, 2003, p. 129 – 130).

Na linha interpretativa, pouco comum, de um Modernismo tardio temos o livro de Lina Leal Sabino, *Grupo Sul: O Modernismo em Santa Catarina* (1981), por meio do qual conhecemos que as ideias reformistas tiveram penetração em Florianópolis somente em 1946 – ano também significativo para a literatura paraense – com a criação do Círculo de Arte Moderna. A respeito dessa demora, ou recusa, em razão do grande apreço dos intelectuais catarinenses pela poesia Simbolista, a autora assim se refere aos anos de “iconoclastia”:

Os “novos” de 1920 procuram verter sua sensibilidade literária sob uma forma disciplinada e impecável enquanto o poema “os sapos”, de Manuel Bandeira faz rir as rodas literárias com os urros do parnasiano sapo-tanoeiro. Barreiros Filho e seus confrades acadêmicos ocupam-se em compor sonetos cuidadosamente elaborados em métrica e rima, enquanto Mário de Andrade publica o seu livro *Pauliceia Desvairada*. Em São Paulo, os jovens intelectuais põem abaixo o academismo. Em 1924, Graça Aranha repudia acintosamente a Academia Brasileira de Letras e, em Santa Catarina, os moços **fundam** a sua Academia (SABINO, 1981, p. 04).

A narrativa triunfalista do Modernismo como ação nacional de expansão uniforme cai por terra com o livro de Lina Sabino, mesmo que ela não se perceba disso. Ao invés de reconhecer que o meio intelectual catarinense fez escolhas distintas em relação ao que se propagava via São Paulo, há a queixa diante do reconhecimento de que os artistas situados em Florianópolis não seguiram a primeira onda de renovação. Além do mais, ao citar o rompimento “acintoso” de Graça Aranha com a Academia Brasileira de Letras, a autora não se deu conta de ter caído em outra armadilha da história canônica. O rompimento violento do imortal maranhense com a ABL nunca aconteceu. As propostas apresentadas por Graça Aranha aos seus pares, em conferência proferida em 19 de junho de 1924, foram até postas em votação e só depois delas serem recusadas é que ele enviou uma carta se desligando do silogeu apenas em 18 de outubro desse ano.

Ainda segundo a pesquisa de Lina Sabino durante a década de 1940 persistiria em Florianópolis a tensão entre os artistas que se filiaram ao que se chamava de “Arte Moderna”, os quais formariam o Grupo SUL, com uma Página Literária no jornal *O Estado*, se envolvendo na produção literária, cinematográfica, teatral e das artes plásticas; e, os autores filiados à tradição acadêmica. Mesmo a autora tendo em mãos uma peça que não se encaixa no quadro ao qual se atribuiu a manifestação integral da literatura nacional a partir da década de 1920, embora ela revelasse uma dinâmica artística riquíssima sem qualquer ligação com intelectuais paulistas, apesar de tudo isso; ela ainda se ressentia do “atraso” catarinense repetindo este mantra bastante conhecido: “Em 1922 eclode o Modernismo nas Letras nacionais, momento em que importa destruir os velhos valores estético-literários e polemizar; em 1930 ocorre a fase construtiva do Movimento e, em 1945, a terceira geração modernista opera a revisão crítica de todo o processo” (SABINO, 1981, p. 127). Ao admitir a lógica desse processo teleológico, a autora, inconscientemente, tirava o seu estado da história da literatura brasileira e julgava estar lidando com um caso de exceção à regra geral.

Contudo, uma das propostas historiográficas mais mirabolantes acerca do Modernismo está no livro *Introdução à Literatura no Pará* (1990); pois em sua segunda parte, “A Literatura na Primeira Metade do Século XX”, assinada pelo membro da Academia Paraense de Letras, José Ildone, somos apresentados não apenas à “adesão” ao Modernismo, segundo a narrativa canonizada, mas aqui se defende a precedência do Pará a todos os demais estados brasileiros⁶. Como se já não fosse difícil, por tudo que foi exposto até agora, definir o que seria o Modernismo, o autor em foco, apoiado em Peregrino Junior (1954), lança a fundação do movimento para o ano de 1916. E para aumentar a importância de declaração tão revolucionária, o autor desse estudo relaciona a intelectualidade paraense ao Orphismo português sem oferecer, porém, nenhuma fonte documental. Ele se permite supor tudo isso concluindo assim:

Podemos deduzir que toda essa agitação vivida nos círculos literários portugueses influenciaram os iniciadores do modernismo brasileiro, o que, aliás, não seria novidade, considerando-se o passado literário, ao longo dos séculos, o traço de união da língua utilizada nos dois países e o contato permanente entre os dois povos, especialmente em Belém, considerada a mais portuguesa de todas as cidades brasileiras. Afinal de contas, nos currículos de Língua Portuguesa, em todas as escolas, a presença de *Os Lusíadas* era indispensável, a nível de segundo grau. (Isto me aconteceu, ainda em 1958, no Seminário Metropolitano de Belém) (ILDONE, 1990, p. 228).

⁶ Essa proposta, porém, foi exposta primeiramente por Creso Coimbra no opúsculo *Peregrino Junior no Pará* (1975).

Ora, desculpem a expressão, mas como exclamaria Álvaro de Campos (2002, p. 201), “Que tem o cu com as calças?”. Seria de se pensar na conjectura alçada se o autor tivesse lido na escola Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, ou mesmo António Ferro; e desde quando o critério para avaliar um evento lítero-social dessa natureza é a reminiscência ginasiana do autor de uma pesquisa de história da literatura? O traço memorialístico apenas prova o contrário do que Ildone afirmou. É claro que se a premissa está errada as conclusões não podem seguir outro caminho que não seja o do ludíbrio. Algumas referências citadas nesse estudo seriam valiosas se fosse possível encontrá-las; mas a pesquisa de Ildone, enquanto trabalho historiográfico, pouco tem a contribuir para a discussão ampla de um fenômeno cultural tão complexo.

Dois exemplos podem ser dados ainda desse modelo dogmático de história da literatura que eleva uma palavra como “Modernismo” ao ponto do fetiche; como se ela ao se tornar um conceito estético, uma etiqueta ideológica e uma denominação genérica rebatesse todas as diferenças e dificuldades explicativas ao solo comum da identidade nacional redefinida por um evento que à época teve importância significativa apenas para os seus realizadores.

O ponto de partida do livro *Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte* (1995), de Humberto Hermenegildo de Araújo, assume que a interpretação do Modernismo, enquanto fenômeno nacional, está dada segundo as conclusões de Antonio Candido. Então amparado por semelhante autoridade seria preciso tão-só investir no “resgate que permita ampliar a história das suas várias formas de expressão literária, nas diferentes regiões político-culturais brasileiras” (ARAÚJO, 1995, p. 09). O esforço investigativo levou Humberto Hermenegildo a reconhecer dois heróis do Modernismo norte-rio-grandense: Luís Câmara Cascudo, atuante como “incentivador cultural, divulgador do modernismo e crítico literário” (ARAÚJO, 1995, p. 45); e, Jorge Fernandes, autor do *Livro de poemas* (1927), “único produto estritamente literário do modernismo no Rio Grande do Norte” (ARAÚJO, 1995, p. 31). A publicação desse livro ao lado da passagem de Mário de Andrade por Natal⁷ são considerados como os “mais importantes” até 1929. Neste ano se deram novas circunstâncias que envolveram as ligações desses dois autores com os poetas Mário de Andrade, Manuel Bandeira e outros à frente de órgãos como *Terra Verde & Outras Terras, Verde* e a *Revista de Antropofagia*; tais informações e a análise da obra de Jorge Fernandes deixam a pesquisa extremamente interessante. Contudo, no afã de encontrar o elemento fulcral dessa outra “adesão” à modernidade literária ocorre a

⁷ Em carta datada de 29 de setembro de 1927 (ANDRADE, 2000, p. 81 – 82), Mário de Andrade comunica a Luís Câmara Cascudo do prazer que teve ao encontrá-lo com Jorge Fernandes no sótão do Café Majestic em Natal. Pelo teor da carta podemos perceber que o encontro foi algo íntimo, uma conversa entre amigos, sem nada que pudesse lembrar uma “missão modernista”. Daí fica estranho que Humberto Hermenegildo considere a visita de Mário de Andrade um acontecimento tão relevante para o cenário cultural natalense.

diluição da estética modernista ao ponto de não existir diferença entre modernismo e regionalismo.

Não obstante, fica difícil localizar com clareza a configuração dos dois movimentos, o modernismo e o regionalismo, com limites claros no ambiente do Rio Grande do Norte. Por enquanto, é possível dizer que havia simpatias em relação a ambos os movimentos, principalmente por parte de Luís Câmara Cascudo, o que não significa dizer que ele, Câmara Cascudo, não fosse o líder e o representante do ideário modernista em Natal (ARAÚJO, 1995, p. 44).

É necessário salvar alguma coisa. Se não era possível que o núcleo cultural de Natal estivesse entre os primeiros que ouviram a pregação de São Paulo e a manifestação poética principal desse Modernismo de província fosse um livro com poemas que poderiam ser chamados de “futuristas”, ao passo que traziam elementos igualmente “regionalistas”, restava a opção de exaltar a proximidade de Câmara Cascudo com Gilberto Freyre e Mário de Andrade e comentar as notícias circulantes na imprensa de alguma personalidade modernista. Nesse “balaio de gato” cabia de tudo.

Sem nos afastarmos do Nordeste trazemos o último exemplo dessa corrida em busca de um lugar ao sol na República Modernista. Sânzio de Azevedo, com o “ensaio” *O Modernismo na Poesia Cearense (primeiros tempos)* (1995), lida com a questão do ano de “adesão” ao movimento de 22, pois a preocupação central para ele estava em omitir o suposto “atraso” dos intelectuais cearenses na recepção das notícias e dos exemplos poéticos engendrados pelo movimento cultural surgido no Sul do país. O ano de 1927 surge ligando Fortaleza às outras capitais nordestinas que se dividiam entre o regionalismo e o surgimento do grupo antropofágico.

Com todas as restrições que por acaso se possam fazer a este livro que, tendo quatro autores, fatalmente teria de pecar por certa falta de unidade, o que não poderá negar é que ele foi o legítimo iniciador do Modernismo no Ceará. Pouco importa que esse movimento, como ocorreu com manifestações análogas em outros Estados do Brasil, haja esfriado o seu ímpeto algum tempo depois. E o certo é que, com a publicação d’**O Canto Novo da Raça** em 1927, o Ceará ficou sendo “um dos primeiros Estados a tomar conhecimento da Semana de Arte Moderna de 1922, deflagrada em São Paulo”, como observou Assis Brasil, ao historiar sucintamente a literatura brasileira (AZEVEDO, 1995, p. 35).

Sânzio de Azevedo tinha em mãos uma perspectiva histórica tão mais interessante, que buscar a “filiação” ao Modernismo seria o dado de menor importância; pois ao mostrar como a *Revista de Antropofagia* se utilizara de alguns textos do Suplemento Maracajá, do jornal *O Povo*; haveria a oportunidade de manifestar como os intelectuais cearenses observavam criticamente os autores de São Paulo. A relutância em reconhecer a consciente tensão que havia

na concepção entre projetos literários, mesmo que no domínio da ironia, demonstra como ir de encontro à narrativa canônica era indecoroso.

O periódico paulista continua reproduzindo textos do suplemento cearense, mas é curioso observar que o artigo “A matança dos inocentes”, de Antônio Garrido, que abre o segundo número de **Maracajá**, foi apresentado na **Revista de Antropofagia** em 19 de julho, mas cortando-se o final, em que o jornalista e cearense acentua as diferenças entre os vanguardistas de lá e de cá. O trecho omitido é justamente este: “Eles metem excessiva erudição no que fazem. E bancam sisudez. Nós somos alegres por índole. Em São Paulo, os rapazes para fazer a sua antropofagia precisam dar o laço à gravata”. Claro que não queremos comparar, em termos de importância nacional, o suplemento d’**O Povo** com a revista paulistana, mas sempre é curioso destacar o clima de saudável descontração de **Maracajá** (AZEVEDO, 1995, p. 62).

Como compreender que tantas divergências, omissões, mitos e enganos foram escamoteados em nome da história triunfal do movimento ao qual se atribuiu a missão de repensar o Brasil? Como ignorar o caráter artificial de intelectuais que acreditavam poder “guiar” poetas e prosadores por novos rumos redefinindo o imaginário literário e artístico brasileiro? E por que eram desencorajadas questões desse tipo? A própria dinâmica e os meios promotores de uma narrativa disseminada em tal escala ajudam a explicar esse estado de coisas. Mas outros argumentos permitem desmistificar o Milagre de Ourique do Modernismo brasileiro. Helena Pontes, em seu livro *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 – 1968)*, esclarece como os alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, formados pela “missão francesa”, criaram a revista *Clima* (1941 – 1944) por meio da qual assumiram a posição de herdeiros do “legado modernista”.

Toda a história intelectual e cultural paulista é caudatária de suas interpretações e da posição privilegiada que seus atualizadores ocuparam no sistema local de produção cultural, ao longo dos decênios de 30, 40 e 50. Sistema este englobado por uma rede ampla e diversificada de instituições, à testa do qual se encontravam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; a imprensa, particularmente os jornais *Folha da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*; as revistas culturais, como *Anhembi* e *Clima*; as editoras, como a Nacional e a Martins; os grupos e instituições ligados às artes plásticas; os cineclubes e, posteriormente, a Cinemateca; os grupos experimentais de teatros; os empreendimentos de política cultural, como o Departamento de Cultura e o Museu de Arte Moderna – para citar apenas os exemplos mais significativos (PONTES, 1998, p. 36).

Muito significativo é o percurso vencido pela memória histórica do Modernismo brasileiro, pois se o movimento surgira ao se opor à literatura acadêmica finissecular, sua canonização seria dada por meio da criação de outra instituição “acadêmica”; a qual veio substituir a crítica literária impressionista feita na imprensa, meio que gestou grande parte do pensamento reformador. Assim nos esclarece João Cezar de Castro Rocha:

Vale dizer, a reavaliação da Semana de Arte Moderna surge como autêntico divisor de águas da intelectualidade brasileira tanto em 1944 quanto em 1957. O Modernismo ainda representava um desafio a ser incorporado. Esse somente será o caso do curso de Letras, e isso apenas quando sua organização pela primeira vez alcançar o nível de especialização almejado por Afrânio Coutinho. Afinal, nessa fase, o cânone do curso de Letras foi estabelecido a partir da incorporação dos pressupostos modernistas (ROCHA, 2011, p. 283).

No rastro das comemorações dos 90 anos da Semana de Arte Moderna, os céus se abriram sem Messias ou proteção do anjo custódio das batalhas modernistas. Maria Eugênia Boaventura ao indagar “Semana de Arte Moderna: o que comemorar?”, colocava no solo de uma realidade menos gloriosa os episódios, as pessoas e as efemérides.

Uma mitologia heroica desenhou-se ao longo do tempo, a serviço daquele projeto, com a colaboração da Universidade e sobretudo da grande imprensa. O resultado, às vezes, seguiu a reboque dos seus criadores e, a cada dez anos, a partir de 1942, marcou-se o evento com atividades e matérias em revistas e jornais. Chamo atenção para dois momentos: o silêncio de 1932 e o ufanismo de 1972, por coincidência, duas situações complicadas na vida política do país e do Estado. [...] Pois bem, nesta mesma década, a Semana havia chegado finalmente ao Museu (o MASP organizou uma grande exposição comemorativa) e à Universidade com as pesquisas no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, em torno do recém-comprado acervo Mário de Andrade, resultando na exposição itinerante no exterior, em particular na França, “Brasil: 1º Tempo Modernista – 1917-1929”, repercutida em ampla dose no precioso livro de mesmo título (BATISTA, 1972) e no projeto de investigação dos periódicos modernistas idealizado pelo seu diretor, Prof. José Aderaldo Castello, bem como nos estudos monográficos sobre seus principais atores, sob a orientação do Prof. Antonio Candido (BOAVENTURA, 2013, p. 26).

Esse *status quo*, como a nota contínua produzida por um órgão, foi descrito com muita percuciência por Saulo Gouveia em seu livro *The Triumph of Brazilian Modernism* (2013). Neste trabalho, além da discussão em que se mostra como o arcabouço revolucionário do Modernismo se tornou útil ao programa de promoção cultural implementado por Getúlio Vargas e seu Ministro da Cultura, Gustavo Capanema; somos apresentados ao empenho de alguns “modernistas canônicos” em garantir para si a posição de intelectuais proeminentes e fundadores de um movimento vitorioso. Saulo Gouveia ao evidenciar esse modelo de narrativa triunfalista nos permitiu explicar o surgimento de novas “adesões” e histórias igualmente bem-sucedidas de “modernismos nas províncias”.

The metanarrative of Modernism constitutes an aesthetic/philosophical manifestation of the narrative of emancipation. It defines Modernism as the pinnacle, the historical moment when the battle for an authentic national identity finally achieved its goal. The stories of the modernists’ deeds constitute a system of interrelated events in which their collective effort appears as a heroic battle fought (and won) against the *fin de siècle* mentality in Brazil, represented by Parnassianism and *Art Nouveau* realism in the realm of literary expression, and by Liberalism and Positivism in the realm of politics and ideology (GOUVEIA, 2013, p. 37).

Qualquer estudo que assuma o Modernismo como patrimônio histórico passível de ser condensado e transmitido por meio de uma narrativa voltada para sua autolegitimação, a qual virtualmente expressa um conceito de arte nacional em detrimento de outro que deve ser superado e preserva uma canônica “memória coletiva”; esse estudo enfim, cumpre na verdade um modelo de história da literatura descrito por David Perkins no livro *Is Literary History Possible?* (1992). O autor observa o formato tradicional empregado pelas histórias da literatura cuja organização teleológica se aproxima da estrutura ficcional muito comum em narrativas do final do século XIX. Isso implicaria reconhecer que o autor de uma narrativa de acontecimentos literários se orienta por um *plot* específico desejando extrair certo significado de etapas muito bem planejadas e facilmente reconhecíveis. Nas palavras de Perkins:

The possible plots of narrative literary history can be reduced to three: rise, decline, and rise and decline. The reason for this is that the hero of a narrative literary history is a logical subject – a genre, a style, the reputation of an author – and the plots are limited to what actions or transitions can be predicated of such heroes (PERKINS, 1992, p. 39).

A memória do Modernismo brasileiro é mantida por um cânone ao qual se achegam periodicamente novos “comentários”, corroborando o que está posto por diversos estudos historiográficos anteriores. Paradoxalmente, esse cânone ao longo do tempo se mostrou flexível e de tão generosa largueza, que em certo momento qualquer manifestação literária, lida desta ou de outra maneira, poderia se tornar exemplo de modernismo.

In light of the impossibility of the discursive neutrality or total impartiality, what is expected from the work of literary historiography on Modernism lies not in fact they took the side of the modernists, but in the fact that critical distancing is virtually abandoned in favor of reproduction (GOUVEIA, 2013, p. 102).

A modalidade do discurso com que se organiza o *plot* determina assim o tipo de história a ser narrada. Não por acaso, o gênero épico se mostrou o mais adequado para emoldurar os eventos do Modernismo brasileiro ao qual não podemos nos furtar de conceder os elementos messiânicos que encorparam o paradigma da “revolução” e a posterior instituição de uma “nova fé”. Um exemplo expressivo dessa forma de narrar o Modernismo pode ser percebida quando comparamos a *História do Modernismo Brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna* (1954), de Mário da Silva Brito e *1922: A Semana que não terminou* (2012), de Marcos Augusto Gonçalves. Mesmo que os detalhes trazidos pelo livro lançado para celebrar os noventa anos da Semana de Arte Moderna sejam muito relevantes e o seu autor consiga esclarecer pontos obscuros de fatos bastante conhecidos quanto aos eventos e aos participantes das “noitadas do Teatro Municipal”; não há nada nessa pesquisa radicalmente diverso daquilo exposto por Brito.

Subjaz em ambos os livros a mesma fórmula organizacional de personagens e de situações. Contudo, o livro de Gonçalves admite uma reflexão desmistificadora se preocupando com a superação de alguns equívocos ou com a redefinição de certos pontos da narrativa disseminada. É possível afirmar que o enredo de um evento hegemônico, amplamente vitorioso e autoconsciente disso se acha em vias de redefinição.

O mesmo não pode ser dito das histórias que focalizam o fenômeno literário paraense deflagrado nos anos de 1920. Os livros e as pesquisas continuam repetindo a história triunfal agora em uma escala interestadual. O valor das obras, dos autores e dos eventos culturais locais só pode ser aquilatado de acordo com a proximidade da narrativa canônica. Se o Modernismo em São Paulo teve a revista *Klaxon* em 1922, Belém teve a *Belém Nova* em 1923; se a Pauliceia tinha Mário de Andrade como o seu Papa, Belém teve em Bruno de Menezes o seu Pai de Santo, segundo escreveu Dalcídio Jurandir (1993 [1937]). Se a cidade da garoa tinha os manifestos Pau Brasil e Antropófago, na cidade das mangueiras houve o Manifesto da Beleza e o Flaminassu. São desses e de outros paralelos que o cânone do Modernismo Paraense vive e se perpetua. “Sempre mais do mesmo”. Isso demonstra que o conceito de canonização empregado nesse contexto histórico vai além do caráter normativo de escolha e de proibição dos livros que podem expressar a visada modernista; o que se canonizou ao final foi o tipo de interpretação inscrita nos trabalhos historiográficos aparentemente “revisionistas”.

Thus literary histories are made out of histories. Not only their classifications but also their plots are derived from previous histories of the same field. A literary history can be an accurate mimesis of the past only if all of the literary histories it echoes also are. The authority of the literary historian rests on the other authorities, which are, in fact, no more authoritative than the present one (PERKINS, 1992, p. 73).

Seria esse o momento de empregar um *plot* parodístico ou picaresco quando tornássemos a investigar os marcos fundadores da modernidade literária brasileira? Nesse caso, desconfiar do cânone e propor uma nova ordem historiográfica se mostra tanto adequando quanto necessário. Pois se tudo na superfície da história parece homogêneo e coerente ao descermos da linearidade narrativa em busca dos *arquivos*, das fontes primárias e das referências indicadas; o edifício cuja altivez deslumbra por sua totêmica certeza começa a ruir com grande estardalhaço.

1.2. O Arquivo & a Narrativa

Não se faz história da literatura sem documentos. Também não se faz crítica literária sem que haja uma produção poética, ficcional ou artística a partir da qual a ponderação teórica seja

realizada. Investir no conhecimento do passado artístico, principalmente literário, requer do investigador o compromisso de não submeter o seu material de estudo ao julgamento motivado por construções narrativas fincadas no solo ideológico do presente. Quando focalizamos o cenário intelectual paraense dos anos de 1920 percebemos que o debate cultural pertencia ao domínio público; os artistas e os escritores inseriam as questões estéticas em meio às notícias cotidianas, os poemas disputavam espaço com os anúncios de lojas e de produtos “modernos”, as narrativas ficcionais vinham ao lado da última polêmica política e a memória do passado histórico do estado ganhava nas páginas dos periódicos a mesma relevância que uma notícia internacional transmitida via telégrafo receberia. O ambiente literário e cultural paraense estava inscrito – enquanto manifestação da invenção artística e representação de eventos públicos – na dinâmica jornalística; os hebdomadários e diários belenenses eram a primeira vitrine antes dos textos poéticos e narrativos conhecerem a editoração se tornando um produto a ser exposto nas livrarias; isso é claro, para os autores que conseguiam publicar um livro.

Ao se realizar qualquer pesquisa do passado literário paraense o conhecimento das publicações jornalísticas da cidade de Belém é indispensável. Igualmente necessário se mostra a existência de um arquivo detentor desse acervo tão diversificado e volumoso. O trabalho da coleta de documentos, do cruzamento de dados e a tentativa de supressão de lacunas informacionais somente é possível por meio de uma instituição que forneça o suporte mínimo para que a leitura ou a visualização da rede lítero-cultural de outrora seja efetivada. A existência do arquivo enquanto instituição que preserva o patrimônio bibliográfico de um núcleo cultural, cujas dimensões físicas e de pessoal permitam o trabalho do pesquisador, assume a mesma importância de outra acepção que podemos dar ao conceito de arquivo, enquanto conjunto organizado de publicações e por isso mesmo, de fácil acesso.

A publicação de “fortunas críticas”, de “poesias ou obras completas”, das “edições fac-símiles” e das antologias de “textos fundadores” cumpre, explícita e manifesta essa segunda função do arquivo. Mas só se pode chegar ao resultado editorial de publicações com esse fim propagador se contarmos com um arquivo instituído e operante. Sem o arquivo, enquanto espaço e serviço público, não se pode encontrar os documentos que atestam e revelam as relações literárias no passado; sem esses textos não se pode escrever história da literatura alguma e muito menos empregar o pensamento teórico. Na ausência de todo esse sistema de informação subsiste apenas o esforço de recomposição por meio da narrativa, que nessas circunstâncias, por não poder indicar fontes confiáveis e plenamente acessíveis, se presta unicamente para ficcionalização de um período sociocultural passado; sem os resquícios e

rastros da vivência literária e artística se torna possível unicamente inventar um passado que pode se prestar aos mais diversos fins. Não se pode debater algo que está obtuso ou foi suprimido, a não ser em busca das razões de semelhante omissão e opacidade.

No caso do estado do Pará, a criação de instituições que subsidiassem o processo civilizacional da Amazônia sempre foi uma preocupação a emergir em certas ocasiões nas quais os mais diversos quadros da sociedade foram mobilizados. Desde a ideia inicial de criação de uma Biblioteca Pública, no ano de 1839, quando ela surgiu juntamente com o Liceu da capital do estado, até a sua efetiva instalação, que contou com maciça participação dos moradores, intelectuais e políticos de Belém, em 25 de março de 1871; o perfil de sua utilidade fora pensado para servir aos estudantes, ao público em geral e atuar como um arquivo que resguardasse publicações periódicas nacionais e estrangeiras. Assim se dirigiu o Presidente da Província, Dr. Joaquim Pires Machado Portela, em 20 de janeiro de 1871, por meio do *Jornal do Pará*, aos habitantes da capital do estado:

[...] uma biblioteca pública [...] é um elemento de civilização e muito concorre para espalhar a instrução por todas as classes da sociedade; mas para levantar esse edifício intelectual, faltavam os materiais precisos: os livros, os jornais, as revistas nacionais e estrangeiras. Nesse sentido, dirigia-se a presidência aos paraenses, pedindo-lhes concorressem cada um, na razão de suas forças: um livro, um folheto, um jornal, qualquer quantia, por módica que fosse, serviriam à nossa instituição (PORTELA apud VIANNA, 1975, p. 90).

Durante as solenidades da fundação da Biblioteca Pública, ocasião em que se criava também o Museu Paraense (futuro museu Emílio Goeldi), celebrou-se a arrecadação de 1888 volumes aos quais se juntaram o acervo anteriormente existente gerando um número de mais de 3 mil livros. A Biblioteca Pública foi instalada no andar térreo do Liceu, prédio do atual Ginásio Paes de Carvalho. O dinheiro arrecado por intermédio do apelo do Presidente da Província possibilitou a compra de estantes envidraçadas e a preparação das salas de leitura. O seu primeiro bibliotecário foi “um verdadeiro homem de estudos” (VIANNA, 1975, p. 91), o naturalista Domingos Soares Ferreira Penna.

No discurso proferido pelo Arcebispo do estado, D. Antônio de Macedo Costa, nas instalações onde funcionariam a Biblioteca Pública, ele ressaltou o significado da fundação de uma instituição como essa destacando na ocasião a possibilidade do Pará se equiparar às nações europeias desenvolvidas por meio da instrução que deveria “multiplicar-se, difundir-se, popularizar-se” gerando no Brasil, “quem sabe”, uma nova “idade d’ouro literária” (COSTA, 1930, p.02). Sob a égide da Civilização, associada ao “verdadeiro progresso social”, substituído no século XX pelo conceito da Modernidade, D. Macedo Costa assim finalizou sua fala:

As Bibliotecas, senhores, nascem com as artes e as ciências, crescem, desenvolvem-se, e acabam com elas. Os destinos de umas e outras correm unidos, paralelos, e por assim dizer, identificados. E pois as artes e ciências remontam à mais alta antiguidade, não é muito que encontremos Bibliotecas nos primeiros séculos da história (COSTA, 1930, p. 02).

O discurso do tão celebrado Arcebispo do Pará foi reproduzido no jornal *Folha do Norte*, por ocasião do aniversário de fundação da Biblioteca Pública, em 25 de março de 1930. Pela raridade do documento original que reproduziu esse pronunciamento ainda em 1871, a transmigração desse texto para uma mídia de grande alcance e que deveria ser recolhida ao acervo dessa importante instituição, percebemos o papel fundamental desempenhado pelos periódicos na dinâmica cultural paraense. Apesar das bençãos proferidas em sua instalação a Biblioteca Pública passou por vários problemas ao logo dos anos, a despeito de ter aumentado consideravelmente a quantidade de sua coleção, tanto que em 1885 o número de livros e publicações encadernadas passavam de 10 mil volumes. Dentre os diretores que denunciaram durante suas administrações a deterioração do acervo estão Raimundo Brito Gomes de Sousa, José Veríssimo e Arthur Vianna. Somente em 1895, sob o governo de Lauro Sodré, a Biblioteca ganhou um prédio próprio onde funcionou o Banco Comercial do Pará; nesse contexto foi anexado à biblioteca a função de Arquivo Público recebendo os documentos referentes “aos antigos Estados e Capitanias do Grão-Pará e Rio Negro, e à época decorrida durante a proclamação da independência a 1840” (VIANNA, 1975, p. 98 – 99). Não fosse a criação dessa Biblioteca que hoje está separada do Arquivo Público e foi incorporada à Fundação Cultural do Pará (FCP), o presente trabalho não existiria. Os jornais permanecem como “physical objects which are remains of the past and may be discovered as traces of previous events or circumstance. Archival records are in any case authentic relics” (SCHENK, 2018, p. 04).

Mas a atual Biblioteca Arthur Vianna detém não só os documentos que contam a cultura letrada local; ela também detém e revela os lapsos, as lacunas e literalmente os restos do que foi o esforço literário empreendido pelos intelectuais paraenses e aqueles que vieram de outros estados contribuindo para a dinâmica desse meio cultural. Ainda na década de 1920, encontramos notícias divulgadas pelos periódicos da necessidade de a Biblioteca Pública resguardar as publicações diárias feitas pelo jornalismo paraense. Um caso emblemático desse “pensamento arquivístico” diz respeito à iniciativa do Capitão de Mar e Guerra Emanuel Braga, que em 1923, reuniu toda a documentação possível da comemoração do Centenário de Adesão do Pará à Independência do Brasil. Quem registrou e louvou essa ação foi o incansável Ignácio

Moura no artigo “Para o arquivo histórico” publicado na *Folha do Norte*, em 11 de setembro de 1923.

É um belo exemplo, digno de ser imitado pelos institutos e associações literárias, bibliotecas e arquivos públicos e particulares, formando um precioso legado à família e aos pósteros, que ali recordarão o que fizemos, estimulando aos comemoradores do 2º centenário a mais se esforçarem para o sobrepujo de melhores efeitos intelectuais e artísticos. Perdem-se com muita facilidade edições avulsas, que procuramos guardar com o maior ou menos cuidado; não acontece assim com um livro, sobretudo quando ele tenha de ocupar lugar saliente nas nossas estantes ou nas bibliotecas e arquivos. Essa preciosa racolta demonstrará bem eloquente que não estávamos tão retrocedidos na marcha lítero-científica da nossa terra. Há ali nomes dignos de serem recordado no futuro, gosto capazes de registro especial, que bem alto exprimam o nosso entusiasmo, a nossa crença, o nosso patriotismo (MOURA, 1923f, p. 01).

A interpretação do significado de uma empresa dessa natureza reflete tanto o posicionamento humanista de um intelectual que fora o primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) como expressa a fragilidade dos suportes em que se imprimiam o transcurso da história literária brasileira na Amazônia. No ano de 1924, em meio a sérias denúncias contra o então Diretor da Biblioteca Pública, o Dr. Severino Silva, da situação deplorável do acervo dessa instituição, uma das preocupações se voltava para a ausência da coleta dos periódicos belenenses. Não só a preservação e o restauro da documentação antiga se fazia necessário, mas o acréscimo de novas publicações constituía uma ação obrigatória por parte da instituição. No jornal *A Província do Pará*, em 07 de fevereiro de 1924, encontrávamos a nota “As coleções da Biblioteca” indagando se tal situação omissiva por parte do principal órgão de guarda da cultura letrada paraense era verdadeira.

Segundo informações que nos foram prestadas por pessoas merecedoras de inteira fé, não existe na Biblioteca e Arquivo Público do Pará, uma única coleção dos jornais diários de Belém, do ano de 1922. Outrossim, informaram-nos que as coleções antigas de periódicos de Belém, se encontram em estado de conservação tão lamentável que ao abri-las para compulsar, uma nuvem de poeira se desprende delas. As que assim não se encontram estão a se desfazer em pedaços. Acreditamos que ao Sr. Diretor daquela repartição sejam estranhos casos tais. Todavia incumbe a S.S. averiguar da veracidade desses fatos para que mais se não reproduzam, o que, a continuar, muito desacreditaria a Biblioteca, cuja existência é, realmente, de inapreciável utilidade (AS COLEÇÕES..., 1924, p. 01).

As denúncias da deficiência no estado de conservação dos livros, jornais e manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público levaram o Secretário Geral do Estado, Sr. Arthur Porto, a proceder uma averiguação das condições do prédio e do acervo dessa instituição. O resultado revelou que muitos documentos estavam inutilizados e outros careciam de cuidados urgentes para que os danos ao patrimônio histórico não fossem maiores. Uma reforma emergencial foi levada a cabo ainda no ano de 1924. Contudo, o professor Remígio Fernandez, ao publicar o

artigo “A Biblioteca – Aniversário de sua fundação (25 – 03 – 1871)”, em 25 de março de 1930, comunicava que a despeito de sua relevância histórica e social, essa “casa da autoridade” como quer Derrida (2001), se encontrava submetida aos mesmos problemas que periodicamente a assaltavam.

O prédio, se bem que amplo, já é pequeno para conter a livraria e o arquivo que dia a dia se avolumam. A contiguidade de prédios altos veda a luz solar e a penetração do ar nas salas do estabelecimento. Pela fachada, virada ao poente, não vêm o vento marajoara nem as brisas saudáveis. Sentem-se, por isso, no seu interior, entre a penumbra do ambiente pesado, a friagem da humidade e o cheiro do bolor. Por outro lado, as estantes abertas, sem portas, deixam os livros à mercê da poeira e da humidade que denigrem e apodrecem as folhas e as lombadas dos livros. A bicharia prolifera e devastadora assola tudo. Impõe-se a substituição das existentes por estantes fechadas, envidraçadas; infelizmente, as crises contínuas impedem que os governos procedam a esta dispendiosa reforma, mas que se faz indeclinável para conservar o que existe e o que vier (FERNANDEZ, 1930, p. 01).

A guarda das publicações periódicas constituiu sempre uma preocupação por parte dos intelectuais locais em razão da função diversificada que a imprensa exerceu na formação da sociedade paraense. Será desde a primeira edição do jornal *O Paraense*, em 22 de maio de 1822, de propriedade Felipe Patroni, um dos grandes heróis da independência do Brasil, que o trabalho jornalístico se tornou a atividade pública de maior importância para o debate político ou a divulgação cultural. Como uma espécie de incipiente “rede social”, a imprensa serviu como plataforma de comunicação entre os grupos e as associações de letrados no Pará. Carreiras literárias foram iniciadas nas redações de jornal, livros ganharam sua primeira versão nas páginas dos diários; encontros e “festas do espírito” eram anunciados, além dos debates das “modas literárias” mobilizarem a energia zombeteira de muitos poetas e críticos.

Arquivar os jornais publicados em Belém foi uma ação que permitiu conhecer parte da dinâmica da cultura beletrística desenvolvida na Amazônia brasileira. Embora o descaso com o material recolhido tenha apagado parte dessa memória, os resquícios ainda podem contar e desvelar um cenário muito rico de debates, (anti)manifestos, novidades artísticas e tantos outros aspectos da vivência cultural afetada pelos avanços tecnológicos surgidos na década de 1920; os quais ganhavam espaço no mosaico heterogêneo do papel impresso, mas nem tudo isso se viu assimilado com a mesma velocidade pela mentalidade tradicional de muitos autores.

Ter acesso aos documentos que servem de base para narrar uma história literária pressupõe a existência de um arquivo onde eles estão mantidos permitindo consultá-los. Mas o acervo disponível pode estar danificado, incompleto, desorganizado ou sequer existir. Daí que a fragmentação do material-fonte da investigação deve sempre ser considerado como um dado valioso ao processo de pesquisa. E, no caso da Biblioteca Arthur Vianna, na maioria das vezes,

não consultamos os jornais ou as revistas, enquanto artefato físico, folheando-os; na maioria das vezes o contato foi feito por meio dos negativos do microfilme ou da cópia digital arquivada no *site* da FCP. As lacunas encontradas foram preenchidas pela busca de documentos em outros arquivos ou completadas por meio da interpretação, nunca por meio da ficcionalização. Como não existe um arquivo ideal onde se possa encontrar todo o material necessário optamos por coletar o máximo de fragmentos por meio dos quais visualizamos uma pintura danificada, mas extremamente rica nos detalhes e nos elementos preservados. Os jornais se tornaram uma fonte documental residual, um arquivo involuntário. A multiplicidade de fontes confere assim uma aproximação ao passado literário com menor grau de parcialidade, já que optamos por tentar entender o contexto em que esse fenômeno lítero-cultural aconteceu para só depois atuar por meio do aparato teórico, que não foi usado para deformar as fontes consultadas, mas sim relacioná-las na recomposição de um período histórico que teve sua própria coerência.

O maior “mal” que pode se abater ao arquivo”, sem dúvida, é a destruição do seu acervo. A “pulsão de morte” que de fato paralisa o pensamento e a construção do conhecimento está na irrecuperável perda dos registros, no apagamento das fontes, na supressão das imagens e no descontínuo da tutela protetora. Nesse “jogo de poder”, em que o tempo sempre atua suprimindo o que havia, o arquivo serve não só aos que querem exercer autoridade, mas principalmente aqueles que buscam conhecer as fontes para contestar a repetição de um discurso laudatório e a homogeneidade de uma história canônica.

Se os jornais assumiram a função no passado de colocar em movimento o pensamento estético e posteriormente se tornaram, quando preservados, um arquivo de determinado período histórico-literário que também foi composto pela publicação de livros e as correspondências entre autores; a história da literatura, enquanto atividade intelectual investigativa que lida com o passado, deve estar assentada na visibilidade das fontes e na ordenação das informações coletadas. Partindo da meticulosa e recente pesquisa realizada por Wolf Schmid da história, da conceituação e de aplicações das ferramentas teóricas da Narratologia, cujo livro *Narratology: an introduction*, traduzido do alemão para o inglês em 2010⁸, foi possível realizar as reflexões que nos levaram a desenvolver uma proposta de História da Literatura preocupada com a pragmática da pesquisa acadêmica e a funcionalidade dos conceitos empregados durante o processo de investigação. Os esforços teóricos empenhados na discussão narratológica atual

⁸ Este livro foi traduzido da versão *Elemente der Narratologie* que foi uma tradução e expansão da obra escrita em russo *Narratologija* (Moscou, 2003). A 3ª edição de 2014, modificou e atualizou a 2ª edição alemã publicada em 2008, que foi a base da tradução inglesa de 2010. A tradução brasileira, em execução, leva em consideração a versão inglesa e realiza todas as atualizações da edição alemã mais recente.

podem ser encontrados também no livro *Handbook of Narratology* (2009), o qual é formado por artigos que estão presentes no *site* The Living Handbook of Narratology, mantido pelo Interdisciplinary Center of Narratology ligado à Universidade de Hamburgo. Em um dos encontros bienais realizados pela European Narratology Network – Ghent University, 2015 – pudemos nos inteirar ainda mais das discussões que envolvem a pesquisa narratológica nos dias de hoje.

Ao transmigrarmos os conceitos utilizados na comunicação ficcional para a comunicação historiográfica, consideramos que o primeiro elemento que define uma história da literatura como uma criação narrativa escrita com o fim de fornecer acesso a certos registros de eventos passados, se define pela “mediating authority [narrator] behind this story” (SCHMID, 2010, p. 06), que nesse caso, é a manifestação clara da ação do pesquisador. Não há distinção entre a instância narrativa que preside a seleção, a ordenação e a velocidade da narrativa e o autor concreto, “the real historic figure, the creator of the work, is not a parte of the work” (SCHMID, 2010, p. 36). É claro, a palavra “work” – a história da literatura – será usada aqui com alusão ao mundo histórico-social referido, ou seja, o que se comunica, portanto, não é um mundo narrado, como se entende sob a perspectiva ficcional, mas um mundo documentado, ou melhor, um período temporal em que a cultura e a produção literária foram registradas por meio de diferentes mídias.

Uma história da literatura deveria proporcionar o conhecimento da vivência do fenômeno literário por meio das leituras produzidas de obras publicadas dentro do período enfocado da pesquisa; para que pudéssemos conhecer a percepção dos autores a respeito da função que suas produções desempenham para o meio cultural em que elas se inseriram e o alcance crítico das mesmas. Desse modo, poderíamos compreender quais foram as bases estéticas e as preocupações espelhadas nessas manifestações artísticas; além de podermos considerar as relações que as diferentes formas de arte possam ter desempenhado em um cenário político-social. Muitos dos autores que se articularam no ambiente artístico e jornalístico belenense foram mais do que jornalistas, poetas e prosadores. E vários desses indivíduos tiveram, em certas ocasiões, uma atuação pública tão significativa quanto o exercício da invenção artística. O sistema de representação da cultura literária, ordenada segundo a triangulação autor-obra-leitor, se mostra incapaz de dar acesso a complexidade das questões que mobilizaram os escritores paraenses durante os primeiros anos do século XX.

Contudo, nenhuma história da literatura, por mais radical que seja a proposta, pode fornecer a completude do passado lítero-social; as razões dessa incompletude se mostram

exatamente na mídia impressa onde esse outrora ficou registrado. Por isso, a transmissão de informação deve ser o objetivo principal desse esforço historiográfico. Os eventos históricos, literários e sociais são dados que podemos recuperar pela leitura dos registros existentes e não por meio da narrativa ficcional, que como tal, e como Aristóteles já sabia, tem por tarefa não “dizer o que ocorreu, mas o que é possível e poderia ter ocorrido segundo a verossimilhança” (2017, p. 95). O autor de uma história da literatura não está livre para narrar o que lhe convém, somente aquilo que está de alguma forma documentado e referido. Afinal, como explica Lubomír Doležel, em seu esclarecedor livro *Possible Worlds of Fiction and History*:

The persons of historical worlds (like their events, settings, etc.) bear documented properties. Their physical and mental traits, their temporal and spatial location, their actions and communications are not constructed by free imaginations but reconstructed from available evidence. Available evidence, of course, can be richer or poor, detailed or spotty. Necessarily, the reconstructed historical persons are incomplete, sometimes fragments, often just torsos (DOLEŽEL, 2010, p. 51).

O modo narrativo, não constitui como nunca constituiu, o problema da história da literatura, uma vez que escapar desse recurso discursivo seria o mesmo que “someter el lenguaje a un régimen de pan y agua, si queremos que no se corrompa y nos corrompa. (Lo malo es que régimen-de-pan-y-agua es una expresión figurada como lo es la corrupción-de-lenguaje-y-sus-contagios.)” (PAZ, 2001, p. 25 – 26), na esperança de subtrair qualquer elemento de comunicação poética ou retórica, como se os tropos e as figuras fossem capazes de contaminar ficcionalmente um texto por completo. Os problemas das histórias da literatura escritas no Brasil, e não necessariamente de todas, estava na ilusão do relato totalizante que encontrava o “ser” da literatura no nacionalismo, ou no caso da focalização a partir do Modernismo, no ideal da atualização e da modernização. Assumir uma história da literatura como um fim em si mesmo, homogêneo e íntegro, se mostra também um erro por parte dos leitores. Mesmo um trabalho dessa natureza, e apesar de todos os seus limites, ainda pode ser lido como um meio para se ter acesso a pontos específicos de alguma questão do interesse do pesquisador. David Perkins, estava ciente disso ao afirmar que:

[...] there are many works – whole periods – that we could not and would not read without the mediation of literary history. [...] Though the ideal cannot be achieved, we must pursue it, for without it the otherness of the past would entirely deliquesce in endless subjective and ideological reappropriations. A function of literary history is, then, to set the literature of the past at a distance, to make its otherness felt (PERKINS, 1992, p. 184, 185).

O modo narrativo não é apenas uma forma de ordenar informações ou criar *possible worlds* (DOLEŽEL, 1998), mas um procedimento cognitivo. Ele é instrumento que media o

conhecimento do passado literário para os leitores de hoje. Esse dispositivo discursivo permite reunir, selecionar e ordenar uma variedade de fontes que preservaram não só informações do passado como também a complexidade da história em suas ausências, perdas e omissões. O fenômeno literário não se limita ao livro, enquanto objeto que carrega uma mensagem estética; esse fenômeno está situado também no debate crítico e nas experimentações literárias divulgadas pelos jornais, latente nas fotografias, confidenciado nas cartas trocadas, inscrito nos paratextos, e finalmente, formalizado nos textos ficcionais e literários enfaixados em livro. A tudo isso chamaremos de documentos, fontes, ou o arquivo minimamente necessário para escrever uma história da literatura que não silencie o debate.

Quem elabora a organização narrativa desse material é o pesquisador, o autor, o qual se torna também narrador e não pretende que o resultado de sua investigação e de sua narrativa seja lido como completo, mas que oferece, por meio das fontes citadas, condições para que o leitor possa ter acesso à discussão proposta pela investigação concluída. A ordenação e a interpretação apresentada podem e devem ser questionadas, mas as fontes precisam estar visíveis de tal maneira que qualquer tipo de leitor esteja seguro de que a factualidade dos textos é confiável. Essa metodologia pressupõe uma discussão sempre aberta e espera que novas fontes venham integrar o “arquivo” já constituído; não sendo, portanto, uma abstração esperançosa – *a wishful thinking* –, que espera submeter os documentos a uma ideia pré-concebida, um cânone inquestionável e uma narrativa autoprobante como ocorre na ficção.

Distinguir o alcance e os objetivos da história da literatura implica reconhecer igualmente a natureza própria de uma narrativa realizada como instrumento capaz de fornecer informação mediada da história cultural; pois como argumenta Seymour Chatman em seu livro *Coming to Terms* (1990), a narrativa pode coexistir com a descrição e a argumentação; uma vez que esses modos discursivos interagem em benefício mútuo. Ao assumirmos esse estatuto do texto, enquanto uma história da literatura escrita com objetivo retrospectivo que pode esclarecer algo do passado de uma dada comunidade literária e artística, essa produção historiográfica não se restringe ao uso da narrativa, tanto que a preocupação discursiva se organiza segundo uma dupla possibilidade representativa: a capacidade de narrar (*telling*), ou seja, dispor uma série de “change of state (or of situation)” (SCHMID, 2010, p. 02), a serem selecionadas e ordenadas; e, a capacidade de mostrar (*showing*), por meio, das citações – reproduções de textos sem a mediação do narrador –, e das ilustrações, que apresentam uma informação pictórica.

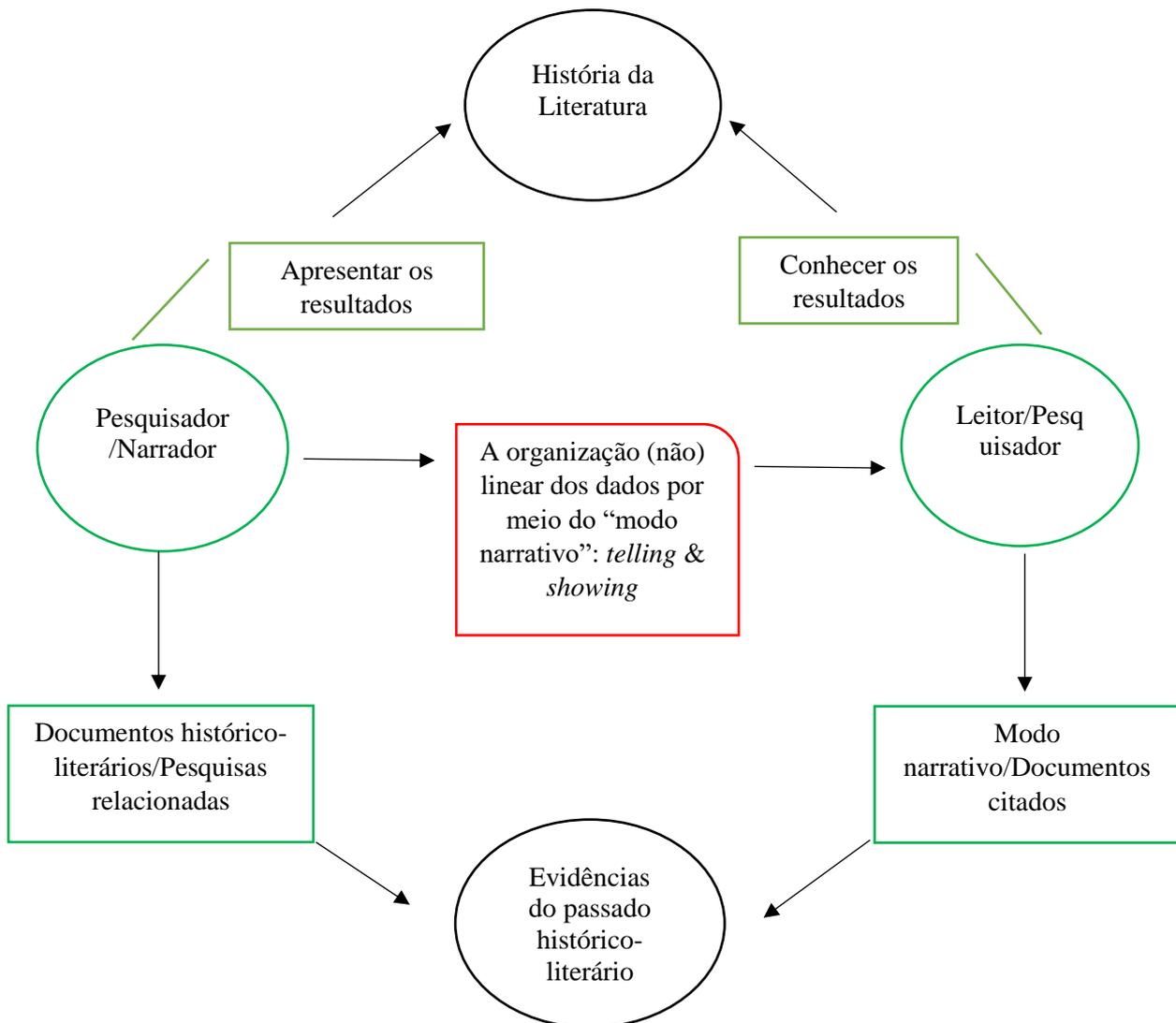
Partindo dessa perspectiva dual a história da literatura se apresenta como um meio de organizar a compreensão do passado permitindo que a discussão de outrora se manifeste

trazendo sua temporalidade inscrita na linguagem da época, no diálogo estético-cultural de então e na própria condição de texto que “residia” em um suporte diverso. Todos esses aspectos estruturais deixam patente uma atividade direcionada para o conhecimento do passado percebido no texto historiográfico. Nesse caso, o pesquisador/narrador está limitado. Pois diferente do narrador na ficção que pode inventar eventos, conclusões e até mesmo conhecer a voz interior dos personagens (HAMBURGER, 2013 [1957]); o narrador no texto historiográfico sempre está limitado pelas fontes documentais. As deduções e os comentários devem ser sempre compreendidos como um esforço e uma tentativa de resolver alguma pendência causada pela ausência de documentação. Por isso, tomamos emprestado o conceito de “texto pragmático” definido por Stierle (2002), quanto ao seu caráter “centrífugo” e transcendente no sentido da recepção de um dado texto pelo leitor, para atribuímos outra dimensão comprobatória à função da história da literatura, a qual demanda de seu leitor a verificação do que foi narrado, descrito ou argumentado.

A presença de anacronias (GENETTE, 1980) – analepses e prolepses – frequentes nos textos ficcionais não são de todo estranhas às narrativas factuais ou históricas. Tanto que ao usarmos esses recursos para flutuarmos ao longo de distintas temporalidades documentadas – ou propriamente de textos que guardam certa informação tornada histórica – quebrar a cronologia linear da exposição narrativa pode servir para demonstrar como as leituras críticas e as costumeiras afirmações consagradas se mostram conflitantes e pedem a substituição da forma unívoca de narrar a história do Modernismo brasileiro tal qual o retrato fidedigno do passado como se apresenta no atual ensino acadêmico e secundário. As narrativas que afirmam o panorama triunfal, totalizante e teleológico do chamado “fenômeno modernista brasileiro” se equivocam por assumirem um lugar de fala, geográfico ou ideológico, acreditando representar um evento vitorioso desenvolvido de forma igualitária; quando na verdade, em vários estados brasileiros, o fenômeno literário nos anos de 1920 foi constituído por percepções temporais distintas e por contextos sociais e estéticos com suas próprias idiossincrasias.

Uma vez que os acontecimentos por serem vários e se estenderem numa duração temporal considerável, eles são formados por conexões ou desvios entre si que podem ser sistematizados e explicados por meio do modo narrativo. Afinal, pela própria natureza desse dispositivo discursivo, que suporta a presença dos modos descritivo e argumentativo, podemos não apenas narrar eventos como descrever aspectos sociais e literários, além de argumentar em face de outros trabalhos historiográficos. Diante de tudo o que foi exposto, agora como uma tentativa de ordenar de forma esquemática o trabalho realizado, propomos o seguinte modelo.

Modelo de comunicação proposto de História da Literatura



Melhor do que submeter o esforço acadêmico a uma metodologia que guie o trabalho investigativo e oriente as decisões tomadas ao longo da pesquisa, só mesmo a prática das especulações teóricas para se conhecer os resultados a partir dos quais será possível avaliar se os questionamentos feitos são cabíveis ou se não passam de uma necessidade “academicamente” motivada. Interessa saber, logo de saída, qual a situação do problema, quais são os indivíduos que participaram do cenário estudado, suas preocupações e motivações; além de conhecermos como alguns desses autores “narram a si mesmos” anos após a “história” finda.

O mais antigo registro que se propõe a avaliar a iniciativa dos intelectuais atuantes em Belém durante os agitados anos 20 do século passado é o ensaio de Bruno de Menezes *À margem do “Cuia Pitanga”*, publicado em 1937⁹. Esse “Estudo Literário” vem antecedido por

⁹ Ao final do texto somos informados que ele foi concluído em maio de 1936.

uma carta¹⁰ de Dalcídio Jurandir que então trabalhava como jornalista na imprensa da capital paraense¹¹. O teor de denúncia quanto às injustiças cometidas contra os escritores paraenses demarca a tônica da missiva que apela para a “dignidade de nossa posição de intelectuais” ao repercutir e culpar as dificuldades financeiras do estado como responsável por deixar os escritores curvados ante o “peso enorme de tédios, ânsias mórbidas, burocracia, deformações irreparáveis... A cultura virou boemia” (JURANDIR, 1993, p. 380). A carta de Dalcídio, como um prefácio inflamado, convocava a tomada de consciência dos artistas para a condição de penúria que os privaria dos meios de expressão; muito do que lemos aqui estará refundido no preâmbulo de *Chove nos Campos de Cachoeira* (1941).

O que Bruno de Menezes apresentou como um estudo crítico do livro de poemas *Cuia Pitinga* (1936), do jornalista e poeta Luiz Gomes (Jacques Flores), um colega da Associação dos Novos, se revela um passional desabafo em que o autor dramatiza a condição dos escritores paraenses vistos como desamparados pelos políticos; embora o olhar retrospectivo recorra, contraditoriamente, ao discurso triunfalista para caracterizar a “geração moderna” da qual Menezes participara.

No transcurso de 23 a 29, quando nosso clã sustentou galharda a flâmula de *Belém Nova*, e a *Província do Pará*, na segunda fase, se tornou o reduto acolhedor da gente iniciante ou já afeita às lides da imprensa, nesse lustro tivemos os nossos dias de redenção para as letras indígenas, porque todos nós, conscientemente, não nos envaidecíamos. Bafejada pelo auxílio oficial e tendo a permanente atenção de Raymundo Machado, então diretor do Instituto Lauro Sodré, colaborada, com vanglória para nós, por Severino Silva, - o pensador ilustre de *Senhores e Escravos* [...] aquela revista expandiu com tal veemência nossas ideias reformistas que chegamos a insuflar nos centros culturais dos demais estados. E *Belém Nova* recebia na sua tenda os mais discutidos passadistas, como Misael Seixas, Spencer Cavalcante e outros, juntamente com os “vândalos irreverentes” da altíssima renovação (MENEZES, 1937, p. 394).

Esse excerto do ambicioso ensaio que se propunha como “Livro centralizador de um movimento literário” permite de imediato reconhecer a modalização do discurso memorialista para conferir novo significado ao passado literário. Como mostraremos a seguir, as falhas de argumentação e as omissões históricas serão a base desse olhar retrospectivo. Até mesmo porque, como os documentos demonstram, a geração de Bruno de Menezes foi uma das mais privilegiadas pelas elites políticas e culturais do Pará.

Está bem claro no trecho transcrito que a revista *Belém Nova* recebeu um valioso “auxílio oficial”, sendo impressa nas oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré (uma das escolas

¹⁰ A carta traz a data de novembro de 1936.

¹¹ Em maio de 1929 a revista *Guajarina* informa do retorno a Belém de Dalcídio Jurandir da cidade de Gurupá. Já no ano de 1932, Dalcídio assinava a coluna “Baixo-Falante” no jornal *Crítica* de propriedade de João Malato.

profissionais do Estado), o que explicaria o apoio irrestrito que esse magazine declarava aos Governadores Sousa Castro e Dionísio Bentes; antes é claro da cisão entre este último governador com os intelectuais à frente desse periódico. Outra questão problemática na afirmação de Bruno de Menezes diz respeito às “ideias reformistas” esposadas pelos intelectuais colaboradores do jornal *A Província do Pará* e da revista *Belém Nova*.

Os autores que se ligaram a tais órgãos da imprensa fizeram parte da Associação dos Novos, sob a égide dessa agremiação buscaram a proteção de provetos e respeitados membros do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e da Associação da Imprensa do Pará. Nas páginas d’*A Província* a crítica literária vinha assinada principalmente por Bruno de Menezes, Paulo de Oliveira, De Campos Ribeiro e Farias Gama; os quais sempre avaliaram de forma negativa poetas e prosadores que apresentavam algo de diferente dos padrões estéticos ligados à tradição Romântica, Parnasiana ou Simbolista. Essa aversão às “vanguardas” e o apreço aos medalhões locais, ou nacionais, fica mais evidente quando recordamos que o autor do editorial que lançou a revista *Belém Nova* foi Severino Silva, um poeta – e pastor presbiteriano – de manifesta inclinação antirrevolucionária e adepto da estética parnasiana. Além disso, quem de fato consultar os exemplares disponíveis da *Belém Nova* perceberá pela quantidade de capas onde figuram as *mademoiselles* da elite e os sonetos pomposos, que essa revista não trouxe ruptura alguma; talvez se o tivesse feito ela não teria durado tanto.

Em outra passagem Bruno de Menezes reivindica o caráter renovador expresso no tipo de literatura que ganhava às páginas da *Belém Nova*, tendo antecedido inclusive a valorização nacional da mesma. E para determinar a importância de sua geração, o autor indica como seus coreligionários participaram do Modernismo Carioca colaborando com a revista *Festa* e se filiaram ao movimento antropofágico de São Paulo.

Nessas guerrilhas de transição estética fomos os precursores da brasilidade com bom senso, consoante observou Jonathas Baptista, antes de ir fazer sob a garoa da Paulicea. Eliminamos da nossa Arte o “ranço clássico”, que se fazia sentir no pensamento nacional com influência no setentrão. Filiamos-nos, depois, aos legionários de “*Festa*” e “*Era Nova*”, panfletos estes de vasta circulação no Brasil, para mais tarde participarmos da investida antropofágica. Nessa hora alegórica publicamos *Bailado Lunar*, poema que se constituiu a novidade estética do momento (MENEZES, 1937, p. 394 – 395).

O fato é que o próprio Bruno de Menezes colaborou com a revista *Festa* (1927 – 1928/1934 – 1935¹²) publicando o poema “Batuque” em março de 1928. Esse poema com algumas alterações estaria presente no livro *Poesia* (1931), capítulo intitulado “Batuque”. O

¹² A revista *Festa* teve duas fases. A primeira compreende as datas de 1º de outubro de 1927 até 15 de setembro de 1928. A segunda fase corresponde a julho de 1934 a agosto de 1935.

texto realmente trazia uma forma e uma temática muito diferentes dos sonetos penumbristas publicados na imprensa local por Bruno em anos anteriores. Contudo, nenhum outro escritor paraense chegou a colaborar com a revista carioca. Agora quanto a filiação de autores belenenses ao grupo antropofágico, essa referência se deve a publicação na *Revista de Antropofagia* do “Poema” de Abguar Bastos, logo no primeiro número dessa revista em maio de 1928; de dois textos de Eneida de Moraes: “Açaí” (poema) e “Banho de cheiro” (crônica), respectivamente em 12 de junho e 19 de julho de 1929; e, principalmente, ao texto anônimo “Clube de Antropofagia do Pará” saído na mesma edição do poema de Eneida. Nessa última “nota e/ou comentário”, que transcreveremos na íntegra, surgem os nomes de intelectuais supostamente membros de uma irreverente trupe de revoltosos canibais das letras. Há que se convir que pela destinação da *Revista de Antropofagia*, o teor da “nota proselitista” precisava da afirmação de um pujante movimento local a repercutir as propostas estéticas do grupo paulista.

A geração nova do Pará é uma das mais vigorosas do norte. É a mais fuzarca do Brasil. Isso por uma questão etno-geográfica. A mentalidade potente que a natureza – através dos naturalistas – plantou em cada um dos seus elementos corresponde um espírito de dispersividade que só pode ser compreendido por quem viu a Amazônia. **Lá não há por exemplo uma literatura moça.** Há autores prováveis. Sem tempo de escrever continuamente. Nem necessidade de botar livro. A imprensa os absorve. Se metem na política. Tocam o pau nos governos. Pintam o diabo. (O “estado do Pará”, jornal de ideias jovens, é o ponto de apoio e de convergência de quase todos). É uma espécie de geração protesto. **Mas não desse protesto-tapeação de Cassianos e Menottis.** De outro. Sincero. Fundo. Eles não conhecem, como nós, a escravidão do ocidente. **A mentalidade bragantina. O tal modernismo católico.** O imperialismo. A invertebralidade nacional. E muitas outras coisas. No que fazem, muito bem. **Clóvis Gusmão** mandou **uma carta e um comunicado antropofágico pra Alcindo Cacela.** Zás! O “estado” abriu 6 colunas com títulos e comentários saborosos. Entre eles: “a antropofagia é uma forte expressão de brasilidade e as suas ideias, os seus horizontes largos merecem decidido apoio”. O povo ficou alarmado... Eneida Moraes escreveu uma nota deste tamanho. Resultado: tá fundado o clube de antropofagia do Pará. E um telegrama recente anuncia pra breve a saída da revista. Bruno de Menezes, Eneida de Moraes, Ernani Vieira, Paulo de Oliveira, Sant’Anna Marques, De Campos Ribeiro, Muniz Barreto e Orlando Moraes. Oito. Isso sem contar a classe de antropófagos pais-de-família (que dizem que não são, mas são) Alcindo Cacela, Alfredo Ladislau, Edgar Proença, etc. (CLUBE..., 1929, p. 10. Grifos nossos).

Aqui novamente o entusiasmo do discurso não corresponde à realidade dos documentos consultados. Afirmar que o Pará não tinha uma “literatura moça” na década de 1920 significa ignorar toda a movimentação realizada pela Associação dos Novos e a consequente publicação de poemas e de críticas literárias nos jornais *Província do Pará*, na *Folha do Norte*, no *Estado do Pará*; e, na revista *Belém Nova*. Sem contar é claro, os livros lançados pelos intelectuais ligados a essa associação. O pequeno número de obras editadas no estado foi uma questão discutida pelos intelectuais locais no primeiro lustro da década. Agora se os jovens intelectuais

de Belém trabalhavam na imprensa e estavam relacionados às lideranças políticas não podemos considerar esse fato como uma exclusividade local; na verdade essa proximidade de intelectuais da imprensa com a política foi um constante na história cultural brasileira. Quando o autor do texto em discussão afirma que os moços paraenses estavam avessos ao “protesto-tapeação de Cassianos e Menottis”, ele desconhece por completo, ou finge desconhecer, a simpatia que os membros da Associação dos Novos tinham pelos livros de Menotti Del Picchia como *Juca Mulato* (1917), *Máscaras* (1919) e *O Homem e a Morte* (1922). O que dizer do desconhecimento da “mentalidade bragantina”? Afirmar isso é ignorar o respeito e o apreço que esses mesmos jovens intelectuais tinham pela cultura literária portuguesa, tanto que Bruno de Menezes, em 1951, ao lançar o livro *Maria Dagmar*, que havia sido publicado nas páginas da revista *Belém Nova* em 1924, afirma no prefácio de sua novela o seguinte:

O nosso grupo, penso, não perfeitamente integrado no espírito dessa “novidade”, à procura de um rumo, volveu o seu gosto pela frequente leitura de estilistas fortes, rebuscados, achando sabor inédito em Fialho, Eça, Gonzaga Duque, Raul Pompeia, Euclides da Cunha, Carlos Vasconcelos, Vargas Vila, Severo Portela, Raul de Polillo, Cruz e Sousa, Paulo Barreto, Adelino Magalhães, enfim, uma ânsia preferencial pelos escritores de fases cheias, sonoras, beirando o gongorismo repudiado [...] Foi então que mestre Fialho dominou o meu “psiquismo” literário, a minha bronca sensibilidade, com a sinfonia orquestral de seu estilo, com a pompa verbal de sua adjetivação pessoalíssima. A história de sua “Ruiva” causou-me perigosas insônias, num desabrido afã de lhe assimilar a maneira sutil de escrever, com independência e elegância, sobre casos triviais, sobre tipos excêntricos, sobre campônios e ceifeiras, olhando o campo e o trabalho rural com olhos de paisagista romancista (MENEZES, 1951, p. 06).

O Fialho de quem Bruno de Menezes diz ter recebido tamanha influência é o escritor português Fialho de Almeida. E a história d’*A Ruiva* faz parte do livro *Contos* publicado em 1881, narrativa que traz como temática a prostituição; assunto criticado por Bruno ao avaliar *Os Condenados*, de Oswald de Andrade; e, que se tornou a matéria da novela *Maria Dagmar*, que fora dedicada “à memória do grande Fialho, o mestre impecável das páginas doentias *A Ruiva*” (MENEZES, 1924a, s/n). Se confrontarmos o ensaio *À margem do ‘Cuia pitinga’* com o prefácio de *Maria Dagmar*, poderemos reconhecer no mínimo uma mudança de perspectiva avaliativa da geração dos Novos. Já quando o texto “Clube de Antropofagia do Pará”, seja por displicência ou caso pensado, omite a presença da cultura literária portuguesa junto aos meios letrados paraenses é o mesmo que desconsiderar a formação de muitos deles; além do mais, podemos lembrar da atuação vibrante do Cônsul Português, o Sr. Fran Pacheco, a partir de 1924, e da qual também detalharemos neste trabalho em outra sessão.

Ainda fazendo referência ao suposto “Clube” fundado em Belém, quando se afirma que os autores paraenses desconheciam o “modernismo católico”, ele ignora a admiração que Bruno

de Menezes tinha pelo poeta Jorge de Lima, expoente da “Poesia renascida em Cristo”; passando ao largo também da ligação que a Associação dos Novos teve com a revista *Terra de Sol* (1924), cujo diretor Tasso da Silveira participou do movimento espiritualista representado pela revista *Festa*.

A última questão a ser destacada diz respeito ao nome de Clóvis Gusmão ou Clóvis de Gusmão¹³, que foi orador oficial da Associação dos Novos, poeta d’*A Província do Pará* e que intentou publicar o livro *Primavera Selvagem*, em 1926. Ele como muitos deixou Belém para tentar a sorte no Sul país e acabou indo para o Rio de Janeiro, de lá ele colaborou com o jornal *Diário de São Paulo*, periódico que deu vez à segunda denteição da *Revista de Antropofagia*. Em 19 janeiro de 1929, “Uma carta de Clóvis de Gusmão” endereçada a Alcides Santos, secretário da revista *A Semana*, deixava claro que aquele último se encontrava na capital da República. Nesta cidade, ele travou relações com a paraense Eneida de Moraes, quem o apresentou ao “antropofagismo”, ideia que a princípio teria recusado; mas deglutido o “movimento literário”, em abril do mesmo ano, ele enviara outra “carta”, mas essa ao secretário do jornal *O Estado do Pará*, o advogado Alcindo Cabela; nessa missiva se expunha, entre outras necessidades a de se “voltar ao índio” e a “renovação integral de valores”.

Após esse primeiro chamado outros textos se seguiram, inclusive Eneida de Moraes reclamaria em coluna d’*O Estado*, também no mês de abril, da pouca repercussão que a “antropofagia” teve para autores como Bruno de Menezes, Paulo de Oliveira, De Campos Ribeiro e Muniz Barreto. O fato é que alguns textos divulgadores da “escola antropofagista” circularam por Belém, mas afirmar que um clube com essa “natureza selvagem” tenha se formado num meio cultural fortemente marcado pelas tradições de um animismo natural filtrado pela tradição europeia e que via o ressurgimento da Academia Paraense de Letras, de fato, é difícil de engolir.

Como proceder em face de afirmações tão desencontradas com a realidade? O ensaio de Bruno de Menezes, apesar de trazer outras informações interessantes do meio cultural paraense, não consegue “centralizar o movimento” do qual ele participou segundo o modelo “épico” da narrativa triunfante que sustenta o modo canônico de narrar a história do Modernismo. Ou se

¹³ Outras fontes indicam que Clóvis Gusmão participou da Intentona Comunista em 1935, sendo preso “por exercer atividades subversivas” e condenado a pena de um ano e treze meses de prisão. Em setembro de 1937 teria participado da fundação Partido Radical Democrático de São Paulo, o qual foi extinto em dezembro desse ano. Em 1945, Clóvis Gusmão participou com Dalcídio Jurandir, Eneida de Moraes, Dante Costa e Nélio Reis do Congresso realizado pela Associação Brasileira de Escritores. Consultar: *Arquivos da Polícia Política* (1935), *Caio Prado Junior: o sentido da revolução* (2008), *Luta subterrânea: o PCB em 1937 – 1938* (2003), *A imprensa confiscada pelo DEOPS, 1924 – 1954* (2003).

foi o caso, e tudo ocorreu segundo a irreverência dos “vândalos do apocalipse” e os pares de Bruno efetivaram uma mudança estética de “natureza selvagem”, como explicar que nenhum dos Novos da década de 1920 tenha se tornado referência para os intelectuais da década de 1940? A tentativa feita por Bruno de Menezes foi na verdade uma ação de reescrita da história.

Será que tudo isso não basta para instalar uma mera dúvida, uma suspeita que seja, de leve, a ponto de fazer o leitor revirar livros e artigos? Permitam-me fazer outra digressão, mas apenas para nos colocar numa vereda onde não seremos ameaçados por nenhum antropófago com maior voracidade. Em janeiro de 1922, chegava às livrarias de Belém a segunda obra historiográfica de Eustáquio de Azevedo: a *Literatura Paraense*. A publicação desse livro levantou uma polêmica que revela como se dava o processo de inserção de um intelectual no meio artístico belenense. O jornalista e poeta Rocha Moreira indagava, ao avaliar o lançamento em questão, o motivo da ausência de versos de Raul Bopp e de outros poetas jovens atuantes na cidade.

Raul Bopp, que havia chegado a Belém um ano antes, e publicara não mais que uma dezena de sonetos nos periódicos locais, já era considerado membro do círculo erudito paraense. Isso fica mais evidente quando consideramos como ele era tratado pelos poetas que faziam parte da Associação dos Novos. De Campos Ribeiro¹⁴, Paulo de Oliveira¹⁵ e Abguar Bastos¹⁶ demonstravam a mesma admiração pelo “moço loiro” ao dedicar-lhe sonetos que ganhavam as páginas da imprensa diária. Mesmo quando Bopp se transferiu para o Rio de Janeiro seus versos apareciam vez ou outra nos jornais paraenses precedidos por elogios entusiásticos¹⁷. Todavia, quando ele escreveu contando de sua passagem pela Amazônia e mais especificamente do período em que viveu, estudou e trabalhou na capital do Pará, a narrativa produzida esconde muitos detalhes. O texto a que nos referimos chama-se “Belém em 1921”, presente no livro *Putirum*, de 1968.

A vida em Belém era agradável. A casaria, de tipo colonial, estirava-se tranquilamente ao longo das avenidas. Os sobrados revestidos de azulejos, dentro de amplas áreas arborizadas, lembravam velhos tempos de aristocracia reinol. Para os lados do porto, estendia-se a feira de armazéns achatados, com um movimento ruidoso de cargas e descargas. As velas coloridas do Ver-o-Peso, num cotovelo de rio, desenhavam paisagens espetaculares (BOPP, 1968, p. 221).

¹⁴ Dedicatória presente no soneto “Dentro da noite”, publicado n’*A Província do Pará* em 04 de julho de 1922. p. 01.

¹⁵ Dedicatória presente no soneto “Corpo”, publicado n’*A Província do Pará* em 18 de julho de 1922. p. 01.

¹⁶ Dedicatória presente no soneto “Do meu meandro esdrúxulo”, publicado n’*A Província do Pará*, em 24 de setembro de 1922. p. 01. Esse poema indica que Raul Bopp já havia deixado Belém.

¹⁷ Vale lembrar que Raul Bopp é um dos poetas a quem Bruno de Menezes dedicou a edição de 1939 do livro *Batuque*.

A memória da cidade de Belém é descrita a partir de dois planos de referência: o primeiro revela o saudosismo de uma paisagem citadina formada pela arquitetura portuguesa. Esse horizonte urbanizado e adornado por praças e avenidas arborizadas refletia tanto a permanência de um solene respeito ao “país irmão” mantido pela presença da colônia portuguesa, quanto demarcava o momento de dificuldades financeiras pelo qual o estado passava. A cidade com ares de “aristocracia reinol” subsistia ao seu fracasso econômico das últimas décadas. O outro plano que se descortinava aos olhos de Bopp era a azáfama da atividade humana no cartão-postal mais midiaticizado de Belém. O Ver-o-Peso não recebe o destaque que o leitor de hoje poderia esperar, apesar do vislumbre obtido da economia popular que prosperava em meio ao trânsito de passageiros de todas as partes do Brasil e do mundo. Esse é o cenário exótico da capital, o sítio onde se busca a peculiaridade de uma cidade amazônica. Mas esse entreposto comercial, porta de entrada de passageiros e de notícias, não seria o espaço da boemia e da intelectualidade “papa-chibé” lembrado por Bopp. O ponto de encontro estava em frente da Praça da República onde se erguia o tão celebrado Grande Hotel, lugar em que se podia tomar sorvete e jogar conversa fora com refinamento.

À noite, no terraço do Grande Hotel, debaixo de copadas mangueiras, reuniam-se os grupos habituais. O círculo de conhecidos ia se alargando. Emendava-se, às vezes, com outras rodas. Vinham o Braguinha, o Proença, o Orlando, Clóvis Gusmão, o Abguar Bastos, Sant’Anna Marques, às vezes o Nunes Pereira. Discutia-se de tudo. Entravam em comentários, notadamente no campo literário. Em geral, os modos de ver, nesses assuntos, arrematavam-se em blagues. Mas, dessas conversas, de calor comunicativo, ficava sempre um resíduo de bom senso, que assinalava o pesado artificialismo em coisas que se publicavam. Publicava-se uma poesia chorona e sem graça, com alguns reflexos líricos. Apareceu, uma vez, um soneto Bruges, a morta, sacudida na sua quietude medieval, por um poeta goiano. O intelectualismo, sem direção, tinha efeitos estéreis. Um jornal local inseria nas suas colunas um longo ensaio sobre o Preciosismo. Que tínhamos nós a ver com o famoso Hotel de Rambouillet, já bastante ridicularizado no seu tempo? Essa anarquia literária, em mistura com figurinos antiquados, dava lugar a comentários satíricos do grupo (BOPP, 1968, p. 221 – 222).

Esse trecho sem dúvida é o mais citado e o menos compreendido das “memórias” de Bopp. Sem esclarecer quem eram os companheiros de palestra do autor de *Cobra Norato*, dificilmente ficará claro do que se discutia nesses encontros no salão nobre dos jornalistas e poetas da cidade. O “Braguinha” sem dúvida tratava-se de Theodoro Braga, o famoso e franzino pintor de quadros históricos; o “Proença” chamava-se Edgar Proença, membro da Associação da Imprensa do Pará e redator da revista *A Semana*; o “Orlando” era o Orlando Moraes, poeta, jornalista e advogado; o Clóvis de Gusmão dispensa apresentações; Abguar Bastos durante a década de 1920 atuava como jornalista e poeta em vários periódicos de Belém; Sant’Anna Marques era secretário da redação do jornal *O Estado do Pará* e participou ativamente da

Revolução de 1930. Já Nunes Pereira se chamava Manuel Nunes Pereira, ele provavelmente atuava na imprensa, o que é certo acerca dele diz respeito às pesquisas folclóricas realizadas e o seu pioneirismo nos estudos da presença negra na Amazônia.

Todos pertenciam ao mesmo círculo letrado, fossem eles mais velhos como Theodoro Braga, membro do IHGP, ou jovens estudantes de Direito e jornalistas como Bopp e Abgaur. A avaliação oferecida por Raul Bopp, ao destacar o lado cômico do tipo de poesia circulante e cultivada nesse momento, esconde que ele também fora autor de versos igualmente chorosos e artificiais¹⁸. A tentativa de distanciar-se do gosto estético duvidoso que grassava em Belém pode ser lido como uma forma de marcar um olhar “vanguardista” capaz de o diferenciar de seus confrades. O trecho a seguir revela outros traços bastante característicos da produção letrada que ganhou força com a aproximação do Centenário da Independência: o telurismo e o folclore.

Fazia-se o inventário folclórico das coisas do Amazonas, com um ânimo de renovação. Passava-se em revista os contos da onça, histórias do “ai me acuda”, casos de assombração. Descobriam-se no fundo de cada lenda, aspectos sensatos de jurisprudência indígenas, (sobre a caça parida, a época das desovas etc.). Para dar ideia da dureza do acapu, por exemplo, diziam que a árvores, 100 anos depois de cortada, sentiu, pela primeira vez, uma ferroadinha na casca. Então exclamou: - Ai que me cortaram! Dessas conversas, e, rodas que não tinham outro objetivo que o de simples prazer de estar juntos, fui sedimentando conhecimentos fragmentários sobre a Amazônia. Aprendi, também, em minhas viagens de canoas, a sentir intensamente esse ambiente, onde casos do fabulário indígena se misturam com episódios da vida cotidiana. O magicismo anda de mãos dadas com fenômenos da natureza (BOPP, 1968, p. 222).

A transposição das lendas indígenas para o conhecimento livresco pode ser exemplificada pelo primeiro livro de Ernesto Cruz, *Na roça...*, lançado em 1921. Nessa coletânea de narrativas se destacam episódios atribuídos ao “imaginário selvagem” como é o caso do conto que encerra o livro: “Adeus de Jacy”. Um ano antes, nas páginas d’*O Estado do Pará*, Ignácio Moura reproduzia uma lenda da tribo Tembé intitulada “Os Fantasmas”, em que se narram as “metamorfoses” dos espíritos da floresta em seres da fauna. A tematização e a estilização de lendas indígenas, histórias de assombração e o elogio da floresta compreendida como entidade de forças titânicas terão maior representatividade com a publicação dos livros *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau, em 1923, pronto no ano anterior; e *Águas e Selvas*, lançado em 1924,

¹⁸ O “soneto Bruges” referido por Raul Bopp pode ser de autoria de Bruno de Menezes. Em 24 de março de 1923 o poeta paraense publicou n’*A Província do Pará* o soneto “Evocação de Bugres”, cuja temática assemelha-se ao teor “medieval” indicado na leitura de Bopp. Embora o poema de Bruno ter sido publicado um ano após a saída de Bopp de Belém podemos inferir que ou o poema circulava entre os poetas antes de ganhar o jornal, ou que Raul Bopp fez confusão com as datas.

embora em seu prefácio o autor, Farias Gama, indique que trabalhava nessa compilação de textos desde 1916.

Podemos somar a essas manifestações os poemas esparsos que tratam da fauna e da flora amazônica, os livros *Na Planície Amazônica* (1926), *Terra Verde* (1929) e *O Matuto cearense e o Caboclo do Pará* (1930); além dos estudos históricos produzidos pelos membros do IHGP. O que Raul Bopp aprendeu com seus colegas jornalistas nas rodas de conversa expressava o momento em que a valorização das tradições locais se unia à herança literária europeia afirmada como patrimônio cultural que havia sobrevivido ao fim do fausto da borracha. Raul Bopp encerrando o relato de sua passagem por Belém mostra a celeridade com que suas atividades acadêmicas e profissionais foram desenvolvidas tentando destacar a condição transitiva em que se encontrava: “Meu tempo, em Belém, foi correndo depressa. Terminei o quarto ano na Faculdade de Direito. Terminei, também, os exames finais do Ginásio Paes de Carvalho, onde eu lecionava geografia, em caráter interino” (BOPP, 1968, p. 222).

O que há de referência ao meio intelectual paraense nessa breve narrativa se revela sumário e genérico. O contato e a participação de Raul Bopp nas rodas literárias e jornalísticas de Belém foram tanto mais frequentes quanto ignoradas. E é o autor quem faz questão de omitir a ligação que teve com os poetas locais, ao passo que irá destacar suas aventuras de canoa pelos rios amazônicos, a poeticidade da fala cabocla e a atmosfera mágica incorporada na percepção da natureza. Ainda no livro *Putirum* lemos no capítulo “Depoimentos: alguns assuntos amazônicos”, a descrição do impacto que Raul Bopp teria sofrido ao desembarcar na “Amazônia”. É impossível não reconhecer no trecho a seguir a influência do livro *À margem da história*, de Euclides da Cunha.

Ao chegar à Amazônia, senti que estava ante um cenário diferente, de uma violência desconcertante. A linha constante de água e mato era a moldura de mundo ainda incógnito e confuso. A impressão que me causava o ambiente, na sua estranha brutalidade, escapava as concordâncias. Era uma geografia do mal-acabado. As florestas não tinham fim. A terra se repetia, carregada de alaridos anônimos. Eram vozes indecifradas. Sempre a água e mato por toda parte, aquele sem-fim de mato, de um verde imenso, com árvores de mãos dadas, ao longo das margens do grande rio (BOPP, 1968, p. 200).

O modo descritivo empregado nessa passagem permite reconhecer toda uma série de chavões falaciosos e sem nenhuma originalidade. Ler esse trecho é como acompanhar uma versão menos dramática do *Inferno Verde*, de Alberto Rangel. O autor apela ao olhar exótico na tentativa de reforçar a distância entre o “Brasil civilizado” daquele “Brasil selvagem” e inexplorado onde residiam nos casos populares uma poesia impossível de registrar segundo os moldes e preceitos da poética europeia. Captar o caráter “rebelde” da poesia popular seria um

indício da virada estética que em poucos anos seria capitaneada por alguns participantes da Semana de Arte Moderna.

O romancista amazônico, de uma substância poética fabulosa, com o mato cheio de ruídos, misturado com a pulsação das florestas insones, não podia se acomodar num perímetro de composições medidas. Os moldes métricos fraccionados serviam para dar expressão às coisas do universo clássico. Mas deformam ou são insuficientes para refletir com sensibilidade um mundo misterioso e obscuro, com vivências pré-lógicas. Precisava-se, por isso, romper com as limitações da processualística do verso, ensaiar qualquer coisa em novas escolas de formas (à maneira da vida vegetal, espontânea) em linguagem solta, em moldes rítmicos diferentes (BOPP, 1968, p. 200 – 201).

Ao tomar conhecimento dos “gênios maus da floresta” o poeta estaria se nutrindo do imaginário que lhe serviria de material para compor o *Cobra Norato*. Afinal, em várias passagens desse capítulo, conhecemos as andanças de Bopp por Macapá, pelo baixo amazonas, pela ilha do Marajó, por Bragança e tantas outras aventuras. Desamparados devem ter ficado os alunos desse professor de geografia tão andejo.

Outro livro de Raul Bopp publicado em 1966, cujo título *Movimentos Modernistas no Brasil: 1922 – 1928*, pode nos levar a imaginar que encontraríamos aqui um estudo robusto dos eventos passados em Belém, em que talvez o autor revelasse novos detalhes de sua relação com a intelectualidade do Norte ou fornecesse no mínimo uma lista de livros capaz de despertar a curiosidade bibliófila dos pesquisadores. Mas tudo o que encontramos se resume ao parágrafo seguinte:

Em Belém, o grupo *Flaminaçu*, com Abgvar Bastos e Eneida; e em Manaus, o pessoal da revista *Redenção* agitaram a atmosfera de interesse pelo movimento modernista. Destacava-se, neste grupo, Nunes Pereira, profundo conhecedor de assuntos indígenas, estudados em suas fontes locais. Peregrino Júnior prestou também uma valiosa colaboração a esse movimento (BOPP, 1966, p. 56).

Mesmo que o parágrafo citado seja insignificante do ponto vista informativo esse mero arrazoado deu ensejo para que um novo erro se perpetuasse quando o testemunho de Raul Bopp fosse usado como registro da atividade dos escritores de Belém. O caso é que o autor de *Cobra Norato* ao citar o nome do escritor Peregrino Junior, assim o fez por causa da brochura que esse último publicara em 1954: *O Movimento Modernista*¹⁹. Neste pretense texto historiográfico, em que Peregrino elogia a intelectualidade paraense do ano de 1920, ligada a revista *Efemeris*, por tê-lo apresentado às obras de Mallarmé, Rimbaud, Verlaine, Verhaeren e Nietzsche; autores

¹⁹ Este trabalho traz uma advertência de que foi o resultado de uma conferência pronunciada em Montevidéu em missão cultural do Itamarati.

que o teriam preparado para “aceitar o Modernismo” (JUNIOR, 1954, p. 10); há uma incongruência imperdoável.

Primeiro, a revista *Ephemeris* circulou no ano de 1916, como diz o seu primeiro número, não em 1920; além do mais encontramos somente esse primeiro exemplar da revista, o mesmo está guardado na Biblioteca Pública Arthur Vianna. Segundo, quando Peregrino Junior morou e colaborou com a imprensa de Belém, ele assim o fez por meio da revista *A Semana*, da qual foi secretário, e que foi criada no ano de 1919. Terceiro, Peregrino deixou Belém em maio de 1920, por isso que ele não fez referência em nenhum de seus “trabalhos historiográficos” a qualquer evento literário em Belém após esse ano; contudo, o mais interessante é que ele não tenha dito nada de seus amigos Oswaldo Orico e Martins Napoleão, pois esse trio era celebrado como os mais talentosos homens de letras da “nova geração” de intelectuais “paraenses”. Logo, se Bopp toma o testemunho de Peregrino para ilustrar o ambiente literário paraense, ele se baseia em uma opinião muito obtusa.

Esse erro foi repetido por Vera Lúcia de Oliveira, que em seu livro *Poesia, mito e história do Modernismo brasileiro* (2002), no capítulo “Bopp-Norato encontra os modernistas”, comenta o processo de criação do poema *Cobra Norato*; e para atestar que o “grupo antropofágico” não fora a principal influência na escrita dos versos, “reservatório de mitos”, ela cita um trecho do livro *Vida e morte da antropofagia* (1977), tratando do “inventário folclórico das coisas do Amazonas” (p. 58), o qual é idêntico ao que citamos do livro *Putirum* (1968). Assim, Vera Lúcia dá sequência ao seu argumento com a seguinte passagem invocando a autoridade de Peregrino Junior, por meio do livro *Três Ensaios: Modernismo, Graciliano, Amazônia* (1969)²⁰, obra que reproduz na íntegra o texto de 1954:

Tudo isso aconteceu em 1921, quando ainda não havia ocorrido, no Teatro Municipal de São Paulo, a Semana de Arte Moderna. A tal propósito, Peregrino Junior (1969, p. 13 – 14) testemunha a vivacidade cultural do Pará e a atividade do grupo ligado à revista *Ephemeris*, que representou – ele afirma – “uma corajosa e afoita tentativa provinciana de renovação literária”. Tal grupo, ativo já em 1920, era anterior ao Modernismo paulista, embora fosse totalmente desconhecido no Centro-Sul. Isso demonstra como era forte, em todo o país, a exigência de renovar a literatura brasileira, e explica também por que o Modernismo se difundiu tão rapidamente, criando raízes em ambientes já preparados para receber as novidades (OLIVERIA, 2002, p. 244).

A lógica é simples. Não podemos usar o testemunho de Peregrino Junior para atestar como verdadeiras as palavras de Raul Bopp, pois ambos os escritores experienciaram momentos distintos do ambiente cultural de Belém. Esse equívoco ocorreu porque a autora não

²⁰ O ensaio “Amazônia”, trecho “Literatura Amazônica”, está presente no volume 4 da coleção *A Literatura no Brasil* (2004), intitulado de “Ciclo Nortista”. p. 239 – 249.

questionou a história canônica e tratou de reproduzi-la e confirmá-la sem voltar às fontes. Outra questão diz respeito a Bopp ter omitido a sua participação em eventos voltados à arte acadêmica, enquanto fazia questão de exaltar que o seu Modernismo – ou seria melhor Antropofagismo? – tinha “raízes amazônicas”. Que Raul Bopp moldou seu poema mais famoso a partir das lendas amazônicas que circulavam em rodas de conversa, nos periódicos e daqueles “causos” coletados em suas andanças pela Amazônia, isso é inegável; afinal, como Peregrino Junior afirma, “as obras mais importantes que a Amazônia inspirou” (JUNIOR, 1969, p. 134), foram *Cobra Norato* e *Macunaíma*. Sendo assim, nada do que foi produzido em Belém teve qualquer valor nacional, seja por não se enquadrar dentro dos confusos parâmetros da revolução modernista, ou por afirmar outros valores estéticos. Daí que “narrar” a história da existência do Modernismo Paraense se mostrou uma maneira de compensar a suposta passividade de uma região que somente “inspira” grandes obras, mas não produziu grandes escritores autóctones capazes de utilizar os “recursos” do meio.

Esta história da literatura escrita pelo avesso, portanto, só pode existir por meio do franco diálogo com as obras que sustentam a história canonizada do Modernismo; pois a partir das ferramentas teóricas erguidas e aplicadas, poderemos levantar algumas perguntas até então silenciadas. Ao assumirmos essa postura não finalizaremos a narrativa tal qual um texto ficcional que pode oferecer uma perspectiva completa de seu universo de acontecimentos. O narrador/pesquisador ao escrever uma história da literatura deve sempre estar consciente ao encerrar sua pesquisa de que ela não expressa a completude do assunto tratado ou demonstra o quadro integral do passado. Aqui não há espaço para fingimento, “faz de conta” ou invenções que tentam substituir a materialidade dos documentos. O que se mostra relevante é a qualidade da narrativa auferida pela transparência das fontes citadas, pela amplitude do debate proposto e pela capacidade de fornecer novas informações. A “mudança de estado” que se espera deve ser operada no leitor, o qual ao terminar a leitura se tornará detentor de um conhecimento antes indisponível ou ignorado. Muito do que foi exposto e narrado aqui poderia estar confortavelmente colocado no final da pesquisa, mas são propositais estas anacronias (GENETTE, 1980), pois elas deixam “o escrito [...] mais galante e mais novo” (ASSIS, 2014, p. 10). Tal escolha e as demais propostas defendidas conferem a este trabalho uma “diferença radical” em relação às outras histórias da literatura do Modernismo. Dito isto, vamos ao começo.

SESSÃO II – A transição do século XIX para o século XX

2. J. Eustáquio de Azevedo, o jardineiro fiel, e sua *Antologia Amazônica* (1904)

Se José Veríssimo (1857 – 1916) deixou sua terra para se tornar um dos grandes nomes da historiografia e da crítica literária brasileira outro homem de letras ficou em Belém amargurado com o esquecimento da produção literária que ele tentou compilar e sistematizar. José Eustáquio de Azevedo²¹ (1867 – 1943), dono do curioso e dramático pseudônimo Jacques Rolla, foi o primo pobre da historiografia literária nacional, pobre e ressentido. O trabalho criativo desenvolvido ao longo de sua vida foi múltiplo, algumas vezes repetitivo e em várias ocasiões polêmico. Sem formação acadêmica o trabalho na imprensa lhe deu o reconhecimento e as relações que possibilitaram a publicação da maioria de seus livros. A sua atuação polivalente envolveu a poesia divulgada nos jornais, os hinos patrióticos, a tradução, a crônica memorialista, a crítica literária, as conferências de arte, os trabalhos narrativos e a escrita de uma “síntese” da história da literatura paraense. Muitos desses textos estavam esquecidos nos jornais em que ele trabalhou durante grande parte da vida, marcada pela participação, às vezes apaixonada, de associações culturais.

Figura 1 – Fotografia de José Eustáquio de Azevedo



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Encontrar as obras de Eustáquio de Azevedo é um desafio ingrato para qualquer pesquisador. O conhecimento que temos do volume de suas publicações foi organizado por Vicente Salles em uma lista cronológica²² inserida na terceira edição da *Literatura Paraense*

²¹ José Eustachio de Azevedo, segundo a ortografia da época.

²² Como as notas biográficas organizadas por Vicente Salles não indicam a fonte de onde foram extraídas proponho que a origem dessas informações seja o artigo “Eustáquio de Azevedo (notas biográficas)” da escritora Ibrantina

(1990). Nesse apanhado que mescla a biografia e a atividade profissional de Eustáquio de Azevedo conhecemos os seus dois primeiros livros de poemas: *Orquídeas* de 1894 e *Nevoeiros* de 1895; a novela naturalista *A Viúva* vem logo a seguir, em 1896; no ano de 1900 saiu o poemeto *Brasil* relativo ao quarto centenário do Descobrimento; publicou sua primeira tentativa historiográfica com *Antologia Amazônica: poetas paraenses*, em 1904; a coletânea de contos, novelas e crônicas *Dedos de Prosa* surgiu em 1908; uma outra coleção de versos chamada *Musa Eclética* apareceu em 1909; reunindo artigos, contos e crônicas publicou *Vindimas* no ano de 1913; reuniu os seus trabalhos dramáticos representados anos antes em teatros de Belém no volume de título *A Irmã Celeste*²³, em 1916; editou em 1917, o conjunto de sete contos sob o título *De Capa e Espada*; a segunda edição aumentada da *Antologia Amazônica* saiu em 1918; a reunião de quatro palestras literárias com o nome de *Belas Artes* ganhou corpo em 1920; a primeira edição da *Literatura Paraense* veio no ano de 1922; o *Livro de Nugas, letras e farras* apareceu em 1924; o seu último livro inédito foi *Dois Musas, poemas*, publicado em 1928. No ano de sua morte, em 1943, a *Literatura Paraense* ganhou a segunda edição. Vicente Salles acrescenta a esse conjunto de trabalhos traduções de narrativas da “literatura policial” citando “A Bela Lucíola” e “A Transviada”, de Charles Huber; “Theodora”, de Petro Botzares; “A Marca dos Quatro” e “Um Crime Misterioso”, de Conan Doyle; “O Envenenador”, de Headon Hill; “A que morreu de amor”, de H. Tremière e a peça *O Dédalo* de Paul Hervieu²⁴.

Dessa variada produção apenas dois livros conheceram edições após a morte de Eustáquio Azevedo; foram exatamente os trabalhos historiográficos *Antologia Amazônica: poetas paraenses*, em 1970, reproduzindo a versão de 1918; e, a *Literatura Paraense* publicada em 1990 reeditando o texto de 1943. São essas as obras fundamentais para diversas pesquisas contemporâneas preocupadas com a delimitação de algum aspecto da produção literária local no início do século XX.

Somente a investigação historiográfica de Eustáquio de Azevedo nos permite acesso ao que podemos reconhecer como uma tradição literária paraense que se valia do ambiente amazônico na construção de um espaço estético e o expressava segundo as normas poéticas herdadas do patrimônio cultural lusitano. Sem conhecer esse passado beletrístico se torna artificial a discussão das transformações e as permanências operadas na prática poética durante

Cardona. O texto foi publicado primeiramente no jornal *Comarca*, de Mogi-Mirim em 17 de julho de 1921. Posteriormente as notas biográficas foram publicadas no jornal *Folha do Norte* em 14 de agosto do mesmo ano.

²³ Os textos dramáticos compilados foram: a peça em três atos *O Eterno Tema* (1902), o drama em um ato *Um Óbolo* (1904); o drama histórico em um ato *Salve, Portugal!* (1911); o drama em quatro atos *A Irmã Celeste* e o monólogo cômico *Desfalques... contrabando...*, sem indicação de data.

²⁴ Essa lista de textos traduzidos está presente na contracapa da *Literatura Paraense* (1922), deles não encontramos nenhum exemplo.

a década de 1920. O horizonte de expectativa encontrado pelos intelectuais atuantes em Belém nesse período foi delineado, apesar dos limites conceituais evidentes, nos livros compilatórios de um autor que testemunhou a formação de uma rede lítero-social cuja inclinação para o verso sempre prevaleceu em relação às narrativas ficcionais.

O método historiográfico de Eustáquio de Azevedo pode ser rastreado em outros livros e textos esparsos em que há ponderações dos movimentos literários ocorridos no Brasil e na Europa. O impulso para a sistematização dos principais autores do estado surgiu da necessidade de corrigir informações equivocadas e afirmar a qualidade dos artistas paraenses em face daqueles que ficaram consagrados nacionalmente. A forma de escrita de uma História da Literatura Paraense é bastante peculiar, pois não há distanciamento entre o *autor concreto*, Eustáquio de Azevedo, aquele que seleciona, ordena e conta certos episódios da movimentação artística paraense, do narrador que surge em outros momentos para narrar experiências pessoais. Esse autor que seleciona e comenta livros e biografas autores permanece sempre em evidência; tanto quanto suas preferências ou antipatias. A compreensão de uma História da Literatura, pode-se prever, será baseada nos modelos oitocentistas que abundavam no Brasil e compreendiam a produção literária como expressão da nacionalidade. O juízo crítico perderá sempre espaço para as passagens apologéticas e as narrativas sentimentais. Contudo, não fosse a existência dessas pesquisas se tornaria muito mais difícil a tarefa de investigar o passado literário do estado do Pará.

Eustáquio de Azevedo esclarece que sua *Antologia Amazônica: poetas paraenses* (1904)²⁵, – obra dedicada a “mocidade da minha terra” e aos “velhos confrades da *Folha do Norte*” –, teria a função de responder ao descaso que os escritores do Sul teriam em relação aos autores do Norte do Brasil. O texto de abertura desse florilégio revela o grau da indignação que dominava o seu autor. A invectiva que tem por título “Sirva de Prólogo” estabelece o teor crítico que se fará costumeiro quando for preciso defender a “prata da casa”.

Sugeriu-me a publicação deste modesto trabalho de propaganda literária a leitura do último livro do Sr. Mello de Moraes Filho, intitulado – *Poetas Contemporâneos*. O ilustre escritor parece que desconhece os poetas da Amazônia, muitos dos quais de real merecimento e dignos de serem citados: não os menciona. Se a omissão foi por ignorância ela é censurável num escritor como o Sr. Mello de Moraes Filho, que tem procurado estudar e conhecer os homens de letras de seu país, publicando antologias; se ela foi proposital, mais censurável se torna ainda, pois que revela da parte do

²⁵ No ano de 1900 o Ten. Cel. Raymundo Cyriaco Alves da Cunha publicou a segunda edição do livro *Paraenses Ilustres* (a primeira edição é de 1896). A consulta a esse trabalho revelou que Eustáquio de Azevedo o tomou como fonte e inspiração para compor sua antologia poética. Muitas das informações fornecidas por Azevedo são paráfrases do texto escrito por Raymundo Cyriaco. Os poetas comuns nas obras desses autores são os seguintes: Felipe Patroni (este presente na segunda edição da *Antologia Amazônica*), Bruno Seabra, Santa Helena Magno, Theodorico Magno, Marcelino Sousa e Júlio César.

investigador uma espécie de ojeriza pelos literatos do Norte que não vivem no Sul... De qualquer forma, portanto, a falta é dolorosa e a injustiça, voluntária ou não, por demais dura. Nós, os do Norte, conhecemos um por um todos os literatos do Sul; citamo-los, fazendo-lhes a merecida justiça; eles, os do Sul, fazem que não nos conhecem: somos os espúrios das letras, uns nulos! (AZEVEDO, 1904, p. 01).

Uma pequena injustiça foi cometida por Eustáquio de Azevedo ao criticar o último livro de Alexandre José de Mello Moraes Filho, *Poetas Brasileiros Contemporâneos* (1903), afinal o poeta paraense Carlos Hipólito de Santa Helena Magno teve o poema “A seca no Ceará” transcrito; e, embora nenhuma referência biográfica seja fornecida desse autor, o mesmo aconteceu com todos os outros poetas reunidos, dentre os quais poderíamos destacar Machado de Assis, Fagundes Varela e Castro Alves. Além disso, a proposta de Mello Moraes Filho era compilar “alguns poetas brasileiros filiados às diversas escolas: – *Últimos românticos, cientistas, parnasianos, simbolistas* e os de *transição*, que são aqueles que, embora simpáticos ao *parnasianismo* e ao *simbolismo*, todavia não se decidiram definitivamente por um deles” (MORAES FILHO, 1903, p. x – xi). O suposto esquecimento ou omissão dos autores paraenses parece ter sido apenas um subterfúgio para que Eustáquio de Azevedo pudesse comover seus leitores conterrâneos e despertar os intelectuais patricios da modorra em que viviam.

Essa insatisfação com a ausência no debate literário nacional dos intelectuais nascidos nas províncias do Norte brasileiro tem um precedente muito relevante na “missiva” que serviu de prefácio ao romance de Franklin Távora, *O Cabeleira* (1876). Aqui o escritor cearense considerou como o desenvolvimento econômico seria significativo para promover a relevância da invenção literária Amazônica. Távora inclusive “fantasia” um plano para “civilizar” o Pará e o Amazonas, estados que ele conheceu e se deslumbrou com suas “águas imensas”. A partir dessa experiência se oferecia o vislumbre de um futuro quando essa região estivesse tomada pelos “capitais e o crédito; animados os mercados agrícolas, industriais, artísticos, veríamos aqui em cada passo uma Manchester ou uma Nova York (TÁVORA, 1876, p. 11)”. A percepção de Távora, quanto a natureza amazônica e a sua utilidade, se assemelha ao pensamento desenvolvimentista presente nas obras de Euclides da Cunha e de Alberto Rangel, autores que contribuíram de maneira decisiva para o surgimento de uma tradição narrativa telúrica no Pará.

Tanto Azevedo quanto Távora se viam empenhados na missão solitária de mostrar a literatura e a história do Norte brasileiro ao resto do país, almejando que seus esforços influenciassem outros escritores. Só que o Norte de Eustáquio se referia somente ao Pará, enquanto Franklin considerava todos os estados da parte setentrional do país. Cá e lá ambos os autores lidavam com uma questão semelhante e pretendiam contribuir da maneira que lhes cabia: um tratando da compilação historiografia poética e o outro produzindo o romance

histórico. Com a demarcação geográfica de hoje diríamos que uma voz do Nordeste no século XIX e outra da Amazônia no início do XX, assumiram a defesa de um patrimônio cultural ainda desconhecido pelo resto do país. Esse sentimento de rejeição que não deixa de ter sua face verdadeira, embora esconda questões mais complexas ligadas aos acontecimentos históricos que envolveram essas regiões durante o processo de Independência do Brasil. Daí que os Centenários da Independência em 1922 e da Adesão do Pará à Independência em 1923 terão proporções grandiosas em Belém, a última capital brasileira a responder ao grito do Ipiranga.

Franklin Távora em seu afã de engrandecer as “tradições e crônicas das nossas províncias setentrionais” afirma que o Norte estava destinado a subsidiar “a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra” por não ter sido tomada pelo “estrangeiro” (TÁVORA, 1876, p. 12). Não é necessário fazer esforço para perceber a contradição das previsões do autor d’*O Cabeleira*. Se o progresso da Amazônia conhecesse a dinâmica intensa da exploração que ele imaginara quem viria de imediato participar da voragem desenvolvimentista? E se o estrangeiro chegasse ao Norte perderia esse espaço a sua vocação para produzir literatura brasileira? Távora não parece ter consciência do que significaria transformar as capitais da Amazônia em metrópoles economicamente ativas; doutro modo ele está consciente que o Norte para ser enxergado fora de suas fronteiras geográficas precisaria produzir narrativas de sua história, nacionalizar os feitos heroicos da região; afinal, “Norte e Sul são irmãos, mas são dois” (TÁVORA, 1876, p. 14).

A compreensão de Eustáquio de Azevedo é mais sóbria, e ingênua, quanto a função de sua *Antologia*, ele entende que seria necessário apenas divulgar a cultura letrada circulante no Pará, uma vez que os poetas nascidos no estado estariam em pé de igualdade a qualquer outro versejador brasileiro, tanto que na apresentação da biografia dos poetas escolhidos Azevedo ressalta a formação obtida por muitos deles na famosa Faculdade de Direito do Recife, além daqueles com atuação na imprensa ou no serviço público do Rio de Janeiro. Essa circulação dos intelectuais paraenses por outros estados brasileiros confirmaria o valor da intelectualidade paraense.

Mas em um aspecto os dois defensores do(s) Norte(s) concordam perfeitamente: produzir literatura no Sul é mais fácil. Com essa certeza Eustáquio encerra o seu “prólogo” apontando aqueles escritores que tiveram talento, e principalmente a “sorte”, de alcançar à celebridade na “capital federal”.

José Veríssimo, um paraense, seria hoje desconhecido se não tivesse a lembrança de sair do Pará para sagrar-se escritor no Rio de Janeiro; com Inglês de Sousa, outro paraense, o mesmo sucederia, e assim por diante. A literatura brasileira está no Rio de

Janeiro, eis tudo. Pois bem, tratemos de nós, mostremos que nesta nesga da pátria onde o Equador escalda e o Amazonas rebrame, há uma plêiade de poetas, distintos e inspirados, digna de acatamento e veneração. É o que pretendo fazer na medida de minhas forças. Servirá, pelo menos, este meu trabalho, de subsídio para outros de maior fôlego e valor. Só esta lembrança me consola e indeniza prodigamente pelo pouco que deixo feito. Esta antologia, este modesto livro, ofereço à mocidade para, nas horas vagas, enlevar-se nas rimas de seus inspirados patrícios, poetas de eleição, estetas primorosos... desconhecidos na capital do país (AZEVEDO, 1904, 01 – 02).

A motivação da *Antologia Amazônica*, expressa no patético refrão “por que você não olha pra mim?”, reivindica que a abstrata entidade “literatura nacional” tivesse de reconhecer as produções do Norte como tal. Esse apelo aos “leitores” e aos “críticos” pela integração do Pará ao patrimônio cultural do Brasil será também manifesto por ocasião das comemorações do Centenário da Independência.

A forma utilizada por Eustáquio de Azevedo para apresentar os 33 poetas paraenses é no mínimo heterogênea. O texto oscila de uma intenção propagandística para uma narração sentimental de sua atividade literária. Dentro de uma estrutura cronológica que parte do poeta mais antigo para o mais jovem, a coletânea foi construída com informações retiradas de periódicos ou obtidas dos poetas ainda vivos. A forma historiográfica utilizada por Eustáquio de Azevedo parece responder a uma tradição arraigada nos dois lados do Atlântico. Tanto que a diferenciação entre os conceitos *história literária* e *história da literatura* apresentada por Antoine Compagnon a partir da definição de Gustave Lanson, embora formulada para tratar de um caso francês específico, não deixa de ter sua pertinência ao dialogar com o ambiente literário brasileiro.

Uma história da literatura (francesa) é uma síntese, uma soma, um panorama, uma obra de vulgarização e, o mais das vezes, não é uma verdadeira história, senão uma simples sucessão de monografias sobre os grandes escritores e os menos grandes, apresentados em ordem cronológica, um “quadro”, como se dizia no início do século XIX; é um manual escolar ou universitário, ou ainda um belo livro (ilustrado) visando ao público culto (COMPAGNON, 2012, p. 197).

Mas o autor paraense imprime algo de seu ao gênero concertando sua voz com passagens de periódicos, além de expor conhecimento da literatura europeia por meio de citações no idioma original para enfatizar um exemplo ou destacar o sentimento que a lembrança de algum poeta lhe trazia. Por isso, há várias passagens em que ficamos sabendo da atividade de um 34º poeta. Eustáquio de Azevedo habilmente toma conta da antologia pela escrita e pelas amizades que o fazem protagonista e testemunha da literatura paraense. Ao falar do amigo e poeta Natividade Lima, o livro se revela um trabalho passional e pessoal.

Este livro é mais um escrínio de recordações que me são caras, do que mesmo uma obra de literatura. Nele ficam esboçados, como num álbum de mortecores, as *silhuetas*

queridas de pessoas amigas que me acompanharam na escabrosa vereda do jornalismo e das letras, afagando as mesmas ideias, acariciando os mesmos sonhos. É um livro vívido esta antologia, onde por vezes minh'alma palpita e chora. E se nos outros cantei o Amor, a Pátria, os grandes ideais, neste ergo um hino à Amizade, aqui confundindo todos esses sentimentos. Por isso, de todos os meus livros este é o do coração, aquele que mais estimo, porque nele está a porção mais íntima de meus afetos, o punhado mais dileto de tudo o que amei na terra (AZEVEDO, 1904, p. 140).

A marca memorialística dessa incursão compilatória prescinde assim de um critério interpretativo. O que lemos são elogios a inteligência dos poetas ou lamentações pelas desventuras sofridas por eles. E vários são os exemplos de vates falecidos na “aurora da juventude” como João Nilson, morto aos 30 anos, segundo Eustáquio “devido às más companhias”; aos 29 Marcelino Sousa foi levado pela loucura que o dominou com a morte da mãe; Pádua Carvalho sucumbiu aos 28 pelo “gérmen tóxico da moléstia”; Natividade Lima morreu aos 26 “repentinamente”; Theodorico Magno apagou o “fogo sagrado” com apenas 19 anos e Júlio Carneiro, “cedro verde”, pareceu aos 18 “cortado do hastil pela mandíbula afiada do inseto feroz”. Essa atmosfera lúgubre não domina o todo da *Antologia* que reserva uma breve narrativa entusiasmada da fundação da sociedade Mina Literária, grêmio artístico sempre recordado por Azevedo em outros trabalhos. Durante a apresentação dos poetas Guilherme Miranda, Eustáquio Pereira (Faneca), Antônio Macedo, Olavo Nunes e Theodoro Rodrigues surgem breves referências a criação dessa associação que teria sucedido outro círculo de homens de letras intitulado Sílvia Romero.

No capítulo dedicado a Natividade Lima são narrados os detalhes dos eventos que deram origem a Mina Literária considerada como um dos grandes acontecimentos da vida cultural de Belém no final do século XIX. A ideia de tirar da “modorra em que jaziam as letras do Norte” teria partido dos poetas Leopoldo Sousa, Guilherme de Miranda e Natividade Lima, os quais fizeram circular um convite²⁶ pelos jornais da cidade convocando aqueles “que se interessam pelo desenvolvimento literário d’Amazônia” a comparecerem no dia 02 de dezembro de 1894 “na casa do Sr. J. Eustáquio de Azevedo, à rua da Trindade, canto da rua do Alecrim, para uma reunião que decidirá do futuro da nossa coletividade literária” (AZEVEDO, 1904, p. 141).

O autor da *Antologia* revela que foi pego de surpresa com semelhante anúncio, mas se desvelou como pode para organizar sua casa escolhida para receber o “seleto” grupo de jornalistas e literatos. À primeira tertúlia compareceram Alvares da Costa, Paulino de Britto, Raul de Azevedo, Natividade Lima, Leopoldo Sousa, Guilherme de Miranda, Acrísio Mota, Alcides Bahia, Manoel Lobato, João de Deus do Rego, Theodoro Rodrigues, Euclides Dias,

²⁶ Esse convite teria sido publicado nos jornais de Belém, em 27 de novembro de 1894.

Luiz Barreiros e Arsénio Pereira. A casa de Eustáquio de Azevedo foi a primeira sede da Mina Literária transferida em seguida para o Atheneu Paraense do professor e “mineiro” Bertoldo Nunes. O grupo literário teve sua primeira direção composta pelo Dr. Álvares da Costa, mestre; Dr. Paulino de Brito, contramestre; Eustáquio de Azevedo, 1º chefe de turma; Acrísio Mota, 2º chefe de turma e Raul Azevedo, guarda das ferramentas (tesoureiro).

A memória da fundação da Mina Literária surge como ensejo para homenagear o poeta Natividade Lima e destacar a presença atuante de Eustáquio de Azevedo junto aos intelectuais ligados ao jornalismo, ao comércio, ao ensino e a política de Belém. São em passagens como essas que conhecemos um pouco da vida boêmia dos escritores, dos encontros nos cafés, da fundação de periódicos e de associações literárias. Temos um registro tímido, mas valioso, do cenário cultural da cidade na virada para o século XX. A imagem que podemos construir dessa sociedade letrada que movimentava os jornais da capital paraense será também heterogênea, já que as redações e as páginas da imprensa diária acolhiam tanto os colaboradores de famílias abastadas, muitos deles bacharéis de Direito, como àqueles jornalistas sem formação específica levados a abandonar a escola para trabalhar como guarda-livros no comércio ou que exerceram o magistério em escolas da capital e do interior do estado. Para muitos homens de letras o jornalismo nunca foi a ocupação principal. A fronteira entre as camadas sociais se tornava fluida e em nome da literatura poetas que nunca saíram de Belém, como Eustáquio de Azevedo, poderiam confraternizar com os poucos que se davam ao luxo de fazer turismo na Europa, como Eustáquio Pereira. A boemia, a literatura e o jornalismo uniam indivíduos economicamente distantes.

Os últimos dois poetas apresentados pela *Antologia Amazônica* são literalmente repreendidos por “militarem” em favor da estética Simbolista. Eustáquio de Azevedo por ser ardoroso defensor do Parnasianismo, uma “escola que não morrerá nunca” (AZEVEDO, 1904, p. 147), aproveita a oportunidade para atacar o mais recente “credo poético” de forma agressiva. O poeta Alves de Sousa ao ser introduzido como uma possível “glória das letras do Norte” tem suas poesias desqualificadas por estarem infectadas pelo “*morbus* letal dessa doença que empolgou alguns intelectuais no final do século XIX” (AZEVEDO, 1904, p. 162). A irritação de Eustáquio atinge o ápice quando o poeta Flecha Ribeiro se torna alvo da crítica que encerra o livro. Eustáquio invoca todo o seu cabedal de referências clássicas partindo das epopeias de Homero, textos épicos da Escandinávia e da Índia; passando pela Idade Média, Arcadismo, Romantismo, Realismo, Naturalismo até culminar em semelhantes impropérios.

O simbolismo para nós, a despeito da grita louca de seus sôfregos e árdegos representantes, levados pelos entusiasmos de moços, pelo arruído de *novidade*, o simbolismo é a escola dos doidos, dos tísicos e quase sempre dos incompetentes, que nela buscam a capa para dizer tolices. [...] Positivamente os simbolistas não vingarão porque, antes de tudo, para que a escola viva e progrida, é preciso que ela seja compreendida pelo grosso da alma nacional, pelo povo, que não seja privilégio de alguns apenas, como o é o simbolismo com as suas nebulosidades e gongorismos (AZEVEDO, 1904, p. 167 – 168).

Dentro dessa trajetória de pouco mais de cem anos é possível acompanhar nos poemas selecionados por Eustáquio de Azevedo a circulação de temas comuns a tradição poética brasileira: o amor não correspondido, o elogio da mulher amada, o fervor religioso, a lamentação pela morte de amigos, a homenagem a figuras históricas brasileiras e a louvação telúrica, assunto que fará parte do imaginário literário local durante as décadas seguintes constituindo um núcleo de interesse desenvolvido tanto em poemas de apologia à natureza amazônica como nas narrativas destinadas a mostrar ao “estrangeiro” a grandiosidade e os perigos da hileia.

O espaço amazônico e suas lendas recebem um tratamento poético que confere a tais poemas de louvação marcas do ambiente em que foram escritos. O molde versificatório herdado da tradição portuguesa presta serviço a “cor local”, que embora filtrada para se adequar às convenções estéticas em voga oferece uma variante amazônica ao impulso de exaltação nacional. O poeta que abre a *Antologia Amazônica* é Tenreiro Aranha (1769 – 1811), cuja obra se enquadra dentro das convenções temáticas do Arcadismo. Esse poeta personifica o rio Amazonas para associá-lo ao imaginário animista árcade, com suas deidades inspiradas na mitologia grega a fim de homenagear uma autoridade política como é o caso do diálogo em versos decassílabos “O Gênio e o Amazonas”, dedicado ao Governador do Pará Dom Francisco de Sousa Coutinho, responsável pela construção do Depósito de Pólvora do Aurá. Na réplica do Gênio ao Amazonas está presente a propensão elogiosa às riquezas da terra.

Amazonas sublime, que Senhora
 és do grão Rio, a que teu nome deste,
 como sei que o Pará sempre estimaste,
 Este Estado feliz, que fertilizas
 Com tuas abundantes, doces águas;
 Como sei que na sorte te interessas
 Dos seus habitadores venturosos;
 E como enfim de todas as Deidades,
 Que há nesta Região imensa e rica,
 És tu a maior delas, quis agora
 Que o novo aumento com teus olhos visses
 Que logra a gente que fiel dirijo [...]

(ARANHA apud AZEVEDO, 1904, p. 05).

O poeta Sousa Filho, nascido em 1836, ainda vivo quando a *Antologia Amazônica* foi lançada, partilha do viés laudatório na ode intitulada “Pará”. Esse longo poema reúne em seu louvor referências às plantas e aos animais amazônicos, descreve a beatitude da vida campesina abençoada pelos rios Amazonas e Tocantins. A paisagem evocada nesses versos retoma a infância inocente dos “Meus oito anos”, de Casimiro de Abreu ou o ufanismo saudosista da “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias. O dístico, “Mas ornadas das flores dos seus bosques,/Ela é mais do que as outras brasileira”, parece não mentir ao diálogo que o poeta paraense criou com a composição do autor dos *Primeiros Cantos* (1846).

Minha pátria é um éden de delícias.	A
Onde os dias se passam docemente;	B
Lá sopra de continuo a brisa ardente,	B
Que anima a vida em corações gelados:	C
Nossos céus são mais puros e estrelados,	C
E a lua mais brilhante;	D
Nossas terras robustas alimentam	E
O doce bacuri sem semelhante.	D

(SOUSA FILHO apud AZEVEDO, 1904, p. 11).

Outro exemplo de “poesia da terra” compilada por Eustáquio de Azevedo está no soneto “No Amazonas”, de Fernandes Belo (1854 – ainda vivo em 1904). Nesses alexandrinos o poeta descreve um quadro da natureza amazônica onde os vocábulos “canarana”, “beirada”, “curumim”, “igara” e “sararaca” reiteram a marcação geográfica do espaço que se pretende retratar. Nos quartetos figura o rio tempestuoso de correnteza destrutiva arrasando as margens durante o inverno; somando-se a essa força titânica surge um jacaré entre a confusão de águas. Os tercetos apresentam um cenário oposto, agora na cena amazônica que se desenrola prevalece o silêncio da pesca ao peixe-boi capturado com perícia pelo experiente pescador, que serve de contraste a alegria do “curumim” triunfante por ter fispado um quelônio.

Ruge caudal o rio, - o sem rival no mundo.	A
As vagas atirando às pedras da <i>beirada</i> ;	B
A <i>canarana</i> desce, em grupos enlaçada,	B
E o cedro passa lesto e some-se no fundo.	A
Qual em dia invernosos, horrífico, iracundo,	A
Solta rouco trovão horrenda gargalhada,	B
Tal, das águas à flor, de fauce escancarada,	B
O enorme jacaré se mostra furibundo.	A
O esquivo peixe-boi oculta-se medroso...	C
Arremete-lhe o arpão, com próspera destreza,	D
O velho pescador que o espreita cuidadoso;	C
No entanto, o <i>curumim</i> , ali, na correnteza.	D
Feliz e sem temor, na <i>igara</i> jubiloso,	C

Conduz na *sararaca* a tartaruga presa. D
 (BELO apud AZEVEDO, 1904, p. 52).

A lenda da Iara, a mãe d'água, ganhou destaque nos versos românticos de Marques de Carvalho e de Acrísio Mota (ambos ainda vivos em 1904). O primeiro poeta compôs o poema “Lenda amazônica” em que descreve a perdição de um jovem enamorado desejoso por possuir “uma excelsa figura de mulher”; a desgraça do “mancebo selvagem” é somente um ensejo para a persona poética declarar submissão a “Senhora” que o compele a igual destino funesto.

Depois, não mais voltou: fora atraído	A
Ao rio pela torpe sedução	B
Da Iara, que estreitar louco anelava	C
N'aquela insânia vil d'um coração	B
De amor ardendo na excitante lava!	C
Assim meu ser, Senhora, todo inteiro	D
A TABA DA INDIF'RENÇA abandonou:	E
—Ei-lo que parte em amoroso espasmo.	F
Ao céu, que o Génio vosso agasalhou,	E
E aplaude-vos com todo o entusiasmo!	F
Venham agora da encantada Iara	G
Os venenos sutis e a morte amara!	G

(CARVALHO apud AZEVEDO, 1904, p. 92).

Acrísio Mota compôs o poema “A Iara, lenda amazônica” na mesma nota temática do anterior. Os versos narram como a Iara seduziu e matou um jovem que retornava de canoa para casa. Em certa curva do rio surge a encantadora “figura de *cunhã* formosa, duma nudez brilhante” que promete as delícias de um amor “jamais gozado”. O jovem pescador enleado por promessa tal mergulha nas águas da perdição. A lição moral encerrada nesse poema, embora previsível, não subtrai o mérito dessa composição que utiliza vocábulos indígenas para descrever o episódio mítico; as rimas conseguidas com tais palavras conferem, além de uma sonoridade única ao texto, um toque de “originalidade” ao sentimentalismo romântico.

- A Iara! A Iara murmurou surpreso,	A
E boquiaberto, os olhos dilatados,	B
Vendo-se aos poucos, dominado, preso	A
Por desejos fatídicos e maus;	C
Lembrava a lenda dos antepassados,	B
Os curumins da tribo, arrebatados	B
Ao fundo dos peraus.	C
- Vem, valente <i>apigáua</i> !	D
Vem habitar com migo a mesma taba,	E
Dormir na mesma tépida <i>quiçáua</i> !	D
Sou a mãe d'água; te farei <i>potuba</i> !	F

Da oca mais gentil e mais <i>puranga!</i>	G
Tens nos meus olhos a melhor <i>puçanga,</i>	G
Pois são iguais à flor da mandiocaba.	E
Vês os meus beijos como são <i>piranga?</i>	G
Eles têm mel mais doce do que a manga,	G
Melhor que o mel que guardas na içaçaba!	E

(MOTA apud AZEVEDO, 1904, p. 95).

Alcebíades Neves (1866 – ainda vivo em 1904) completa o número de autores da *Antologia* que escreveram poemas tematizando a paisagem da Amazônia e inseriram palavras indígenas como forma de reforçar o caráter único da natureza que a composição pretendeu ficcionalizar. O soneto “Manhã Amazônica” é a realização menos interessante das que brevemente discorreremos aqui. O cenário posto em foco tem como ligação com o ambiente amazônico apenas os tercetos em que surge um “tapuia” em sua canoa e a jaçanã pulando sobre a vegetação aquática. Os quartetos aproximam-se muito do descritivíssimo parnasiano e debuxam como panorama a alegria da tripulação durante a partida para uma viagem. São versos que pela melodia lembram a cadência de Raimundo Correia, mas como exemplo de um evento amazônico têm pouca força representativa. Ou melhor, constituem a completa ficcionalização do ambiente amazônico, uma versão que pede ao leitor para “fingir” que está acompanhando um quadro natural das florestas do Norte do Brasil.

Vão-se perdendo ao longe, tristemente,	A
Dos buritis as palmas desgrenhadas,	B
Partem de terra as auras perfumadas	B
Beijando o mar na trêmula corrente.	A
A marinhagem canta alegremente	A
Ao ver ao longe as serras elevadas.	B
Brisas do mar, — aragens saturadas	B
De amor, cantai uma canção dolente!	A
O sol já doira a verde canarana;	C
O tapuia já desce da choupana...	C
Corre no rio célere canoa;	D
E nos galhos da aurana da beirada	E
Saltita a “piaçoca” enamorada	E
Do “mururé” em flor vagando à toa!	D

(NEVES apud AZEVEDO, 1904, p. 101).

A pequena seleta de “poemas telúricos” extraída da *Antologia Amazônica* afirma a presença da fauna e da flora como material imagético e linguístico relevante para os poetas de Belém durante a década de 1920. Essa continuidade temática e formal mostrará a persistência histórica de um estilo poético classificado por Eustáquio de Azevedo como Sertanismo, uma

variante do Romantismo desenvolvida no Pará. Embora tenhamos destacado apenas o aspecto “amazônico” dos poemas coligados, permanecerá a tradição da lírica confessional, encomiástica e pseudo-filosófica como opção criativa, do mesmo modo que a métrica decassílabo terá largo uso juntamente com o soneto atestando a enorme influência do Parnasianismo entre os poetas belenenses.

A *Antologia Amazônica* reserva um bônus ao final da apresentação dos 33 poetas, os quais estão dispostos entre os movimentos poéticos do Arcadismo ao Simbolismo. O autor da *Antologia* reúne ao final do livro “Esparsas poesias de Eustáquio de Azevedo” corroborando com o ambiente poético em que fora formado. Dentre os poemas reunidos está um soneto que pode sintetizar a imagem romântica desses “poetas de província” responsáveis pela “rede social” mantida por meio da mídia jornalística. Por tudo o que Eustáquio nos narrou parece impensável ser homem de letras sem ser também “Boêmio!”.

Dessa vida que mata, onde fervilha	A
o gozo mau, que a bacanal propina,	B
onde, a sorrir, se encontra Messalina,	B
— meu torturado coração partilha.	A
Viver assim, a muitos maravilha...	A
e na vida infernal que me assassina,	B
– um boêmio – me chama a superfina	B
flor dos estroinas que me segue a trilha –	A
Boêmio, sim, de máscara, que finge ...	C
truão de feira que na arena morre,	D
riso nos lábios, a sentir travores.	E
Boêmio, sim! buscando ser a esfinge	E
da Ventura! que atrás do Prazer corre	D
para espancar do coração as dores. . .	E

(AZEVEDO, 1904, p. 183).

Diante da tradição da historiografia literária brasileira como podemos avaliar e compreender o trabalho empreendido por Eustáquio de Azevedo? Pelo que foi possível expor aqui a *Antologia Amazônica* aproxima duas concepções de história da literatura: uma que observa a biografia e a produção poética dos autores sem que ocorra interferência da instância narrativa; o narrador permanece apenas na *exegese*; em outros momentos, o narrador participa dos eventos narrados e figura tanto na *exegese* quanto na *diegese*.

A história oferecida por Eustáquio de Azevedo, ainda que episódica e podendo ser lida sem obediência a cronologia de sua organização; tem um caráter factual pelas referências,

algumas delas verificáveis²⁷, que atestam a historicidade de pessoas, publicações e movimentos artísticos. A referencialidade da *Antologia Amazônica* confirma seu objetivo historiográfico, além de reconhecer, embora indiretamente, a existência de uma tradição literária brasileira partilhada pela intelectualidade paraense. A intencionalidade do texto invoca a necessidade de que a literatura do Pará fosse conhecida e valorizada por uma obra com a amplitude da *História da Literatura Brasileira* publicada por Sílvio Romero em 1888, principal exemplo do cânone historiográfico nacional.

Ao finalizar este capítulo indicamos que no Apêndice A dispusemos uma lista com todos os poetas selecionados por Eustáquio de Azevedo na composição da primeira edição da *Antologia Amazônica*. Essas informações organizadas servirão para que no próximo capítulo possamos comparar as atualizações que a *Antologia* recebeu no ano de 1918.

2.1. *Vindimas* (1913): a continuação dos trabalhos de Jacques Rolla

Eustáquio de Azevedo após a publicação da *Antologia Amazônica* (1904) intensificou os seus estudos acerca dos movimentos literários que lhe foram contemporâneos, além de ter prosseguido na investigação historiográfica da literatura paraense. Muito do que foi apresentado na primeira versão da *Antologia Amazônica* ganhou desenvolvimento em trabalhos publicados em livros ou por meio do jornal *Folha do Norte*. A partir de 1913 até o ano de 1918, quando a *Antologia Amazônica* ganhou uma segunda edição (atualizada e ampliada), identificamos um conjunto de textos que demonstram a persistência de algumas noções de valor estético e o mesmo procedimento discursivo em que o autor-narrador emprega os modos descritivo e narrativo na escrita da história da literatura.

Com o livro *Vindimas*²⁸: *artigos, contos, crônicas* (1913), publicação que passa a trazer o pseudônimo Jacques Rolla²⁹, Eustáquio de Azevedo nos oferece a sua apreciação crítica do ambiente literário de então em uma série de textos que discutem o “Romantismo³⁰”, o “Naturalismo³¹”, o “Simbolismo³²” e o novo momento literário identificado como “Renascença

²⁷ Muitas das indicações oferecidas por Eustáquio de Azevedo foram perdidas, consequência do descaso com que o acervo literário do Pará é tratado nas instituições que deveriam preservá-las.

²⁸ Os textos que compõem esse livro são os seguintes: O Romantismo, O Naturalismo, O Simbolismo, A Renascença contemporânea, Poetas e livros, Poesia Humana, Estesia filológica, Amores de um padre, Carlos Gomes, Um livro póstumo, Portugal e a Renascença, Tio Anselmo, Rosas, Horas forras, Um parnasiano, Parabéns!, O Padre, Natividade Lima, “Esfinges”, Voltas do Mundo, Poetas americanos, Livros Portugueses, Amores de David, Versos de um novo, Marchand de Poison, O Espartilho, Carta triste, A filosofia do desalento.

²⁹ Poema de Alfred Musset.

³⁰ Esse primeiro texto é dedicado ao poeta Paula Guimarães.

³¹ Esse texto é dedicado ao poeta Agione Costa.

³² Esse texto é dedicado ao poeta Dejard de Mendonça.

Contemporânea³³”. Nesse conjunto de artigos fica evidente a nova tentativa historiográfica que pretende encontrar as origens dos movimentos literários e como eles foram implantados no Brasil e conseqüentemente no Pará.

No primeiro ensaio, ou “estudinho” segundo o autor, a palavra “evolução” é transformada em conceito para explicar as transformações desenvolvidas nas artes, nos idiomas e nos sistemas filosóficos. A partir desse pressuposto o autor inicia a avaliação das “escolas literárias” observando a cronologia dessas transformações que não representariam necessariamente uma “melhora” dos procedimentos estilísticos, pois em muitos casos essas mudanças significariam a degeneração dos “valores clássicos”. Eustáquio de Azevedo não entende a história da literatura como construção discursiva que pretende organizar a importância de publicações e dos seus autores, mas como um fato observável e passível unicamente de interpretação.

A história da literatura é como a moda: muda de feição, à medida que o tempo segue a sua marcha contínua; é como a glótica: as línguas desaparecem ou aperfeiçoam-se com a evolução dos conhecimentos humanos, modificam-se, transformam-se; é como a filosofia: progride criando sistemas novos, relegando ao passado os antigos moldes. Como tudo o que é criado, e desenvolve-se, e floresce, e faz época, tende a desaparecer e ceder o lugar a criações novas, - ela é mutável também. Surge, floresce e morre como as espécies, como as ciências, como as artes. De evolução em evolução, fazendo épocas brilhantes, surgiram e desapareceram as escolas literárias dos poetas e romancistas da d’Arcádia, o classicismo francês, o dos Felintos portugueses, o dos poetas do Brasil colonial; vieram depois o romantismo, o naturalismo, o simbolismo e, por fim, a renascença francesa de nossos dias, que tem como um dos seus principais arautos e lídimos representantes a Charles Dornier [...] Tudo evolui, tudo morre, é a lei natural das coisas (AZEVEDO, 1913, p. 07).

Tentando dar um estofamento científico ao seu raciocínio Eustáquio de Azevedo compreende o evolucionismo como lei universal que opera tanto no reino natural como dentro da produção intelectual humana. O que é classificado como evolucionismo da história da literatura deveria ser compreendido como um processo discursivo criado por leitores críticos que assumem a missão de interpretar as mudanças dos princípios artísticos e organizá-las segundo suas preferências estéticas. A nomeação que se dá a um período histórico marcado pela publicação de livros com aspectos estilísticos similares reduz a percepção de como foram complexas as redes de produção que atuaram nesse dado momento. Perceber que o processo investigativo da escrita da história da literatura opera sempre à distância dos acontecimentos deveria indicar um limite e uma responsabilidade inapeláveis: a busca e a ordenação dos

³³ Esse texto é dedicado ao poeta Severino Silva.

documentos. Qualquer estudo com pretensões historiográficas deveria admitir o seu caráter lacunar e propositivo.

Não é possível cobrar essa compreensão de Eustáquio, já que ainda hoje estudos historiográficos tentam manipular informações ou ignoram documentos para atender às crenças ideológicas defendidas por seus autores. Por isso, reconhecer os limites do esforço investigativo desempenhado por Eustáquio de Azevedo nos permite identificar a epistemologia da história da literatura que dominou o cenário intelectual brasileiro entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A lógica argumentativa dos quatro ensaios de Eustáquio de Azevedo está estruturada para expressar os desníveis da produção da arte literária compreendida sempre a partir do diálogo entre o Brasil e algumas capitais culturais europeias. O crítico e historiador ao fazer suas asseverações se considera integrante do debate internacional colocando a literatura produzida no Pará em pé de igualdade com o que se realizava nos grandes centros do Velho Mundo. A falta de profundidade das análises feitas por Eustáquio nos permite transitar por entre matrizes culturais tão diversas como se entre elas não houvesse sequer a barreira do idioma.

Eustáquio de Azevedo ao tentar traçar as possíveis origens do Romantismo realiza um percurso que sai da França passando pela Alemanha, Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal até finalmente chegar ao Brasil. Essa viagem é subsidiada por citações extraídas da obra de Teófilo Braga e de Charles Simon, entre outros autores europeus³⁴, culminando na obra de brasileiros dentre os quais recebem destaque Gonçalves Dias e José de Alencar por terem sido eles: “[O]s representantes grandiosos do indianismo, louváveis gênios que, afastando-se dos corifeus da imitação, quiseram dotar o Brasil com uma literatura própria, nacionalizá-la, mas infelizmente, nada conseguiram, porque os seus adeptos cedo minguaram” (AZEVEDO, 1913, p. 11).

A partir desse rasante de reconhecimento, Eustáquio pode afirmar professoralmente que “de todas as escolas literárias o romantismo foi, a menos duradoura, todavia, e a que mais ramificações teve” (AZEVEDO, 1913, p. 11). Os galhos do Romantismo são identificados como manfredismo, satanismo, condoreirismo, parnasianismo e indianismo; aos quais se segue o Naturalismo, “a escola fisiopsicológica, a escola da verdade, a escola do real que veio “então substituir o bolorento romance subjetivo” (AZEVEDO, 1913, p. 16). Durante a apresentação da escola literária que trataria “do verdadeiro na natureza e na humanidade” (AZEVEDO, 1913,

³⁴ Tais autores são Chateaubriand, Lamartine, Victor Hugo, Voltaire, Byron, Musset, Herida, Stechetti, Monsarás, Garrett, Castilho, Herculano, João de Deus, Tomás Ribeiro. E os demais autores brasileiros são: Casemiro de Abreu, Macedo, Bruno Seabra, Álvares de Azevedo, Tobias Barreto, Castro Alves, Alberto de Oliveira e Olavo Bilac.

p. 17), o uso de citações torna-se frequente conferindo ao texto uma aparência mais complexa e “acadêmica”. A necessidade de afirmar a origem do movimento estético naturalista leva Eustáquio a nos dar a seguinte explicação.

Sentadas e solidificadas na França as bases do naturalismo por Balzac e Stendhal, surgiram após como adeptos da escola nascente Flaubert, Émile e Edmond Goncourt, Daudet, Maupassant e Zola, tidos como maiores dessa propaganda audaciosa. Arcaram contra a rotina e o que foi essa luta de inovadores contra o conservadorismo dos discípulos de Rousseau aí estão as crônicas para o afirmar. Balzac e os seus valentes companheiros foram apodados de pretensiosos e loucos por críticos da envergadura de Sainte-Beuve e Jules Janin, de Charles Bigot e Armand Silvestre; foram apontados como licenciosos e imorais, processados e condenados como Flaubert, excomungados e lançados no Índice, como Zola (AZEVEDO, 1913, p. 17).

Em passagens como essa Eustáquio revela sua predileção pela estética naturalista afirmando que ela tinha o pendor da análise, a capacidade de “estereotipar” a “natureza” e a “humanidade” retratando com seus personagens a vida em sua “delícia e surpresa”. O elogio prossegue elencando autores responsáveis por definir a pujança crítica e o “método experimental” (AZEVEDO, 1913, p. 18) dos romancistas franceses dentre os quais Émile Zola é considerado “o maior de todos”. Eustáquio de Azevedo dá destaque à *Eugênia Grandet*, de Balzac, em que seriam descritos “os tipos flagrantes de verdade do avarento tio Grandet, de Nanon e de Eugênia” (AZEVEDO, 1913, p. 17); valoriza *Madame Bovary*, de Flaubert, pelo enredo que narra a “queda da formosa senhora para a ladeira do crime” (AZEVEDO, 1913, p. 17) e exalta o livro de crítica de Zola, *Le Roman Experimental* (1880), transcrevendo trechos como o seguinte: “Na literatura o naturalismo é a volta à natureza e ao homem; a observação direta, a anatomia exata, a aceitação e a pintura do que existe”. As palavras de Zola fazem Eustáquio exultar com o movimento literário francês e se expressar assim: “Para nós, nada mais belo do que essa literatura, que se estriba na verdade e tem por única fonte criadora de suas obras a natureza e a humanidade” (AZEVEDO, 1913, p. 17 – 18).

Eustáquio de Azevedo em seu esforço por demonstrar a superioridade dos escritores naturalistas encaminha o ensaio para comentar a obra de Eça de Queiroz, “o Zola português”. Após destacar o êxito de seu primeiro romance *O Crime do Padre Amaro*, “publicado [...] aos capítulos, na *Revista Ocidental* em 1875” (AZEVEDO, 1913, p. 19), podemos ler um entusiasmado comentário do segundo romance de Eça.

A sua obra prima, porém, é, incontestavelmente, *O Primo Basílio*. O tipo de Juliana, a criada, foi estudado criteriosamente e é o mais belo do livro. Nele está a consagração de um escritor. Eça, nessa figura de mulher, pintou com a proficiência de um médico e a observação e a clarividência do psicólogo, o tipo exato e verdadeiro de uma doente mesentérica, com todos os achaques, pironices e malvadezas que a moléstia provoca,

fazendo de Juliana um personagem magistralmente humano e vívido (AZEVEDO, 1913, p. 19).

Os seguidores em Portugal da escola inaugurada por Eça de Queiroz são listados nas figuras de Abel Botelho, Malheiro Dias, D. Virgínia de Castro e Almeida e Guerra Junqueiro. Este último recebe maior atenção pois teria sido ele com “o seu realismo” e seus “alexandrinos de fogo d’*A morte de D. João*” (AZEVEDO, 1913, p. 20), quem influenciou os brasileiros até que no Recife surgisse a poesia cientificista de Izidoro Martins Júnior, autor das *Visões de hoje* (1881) e de *Estilhaços* (1885). Embora partidário do Naturalismo Eustáquio observa que os brasileiros teriam assimilado a estética nascida na França e difundida em Portugal como um gesto de “inação e incúria” (AZEVEDO, 1913, p. 20) e essa crítica parece ser dirigida apenas aos autores nacionais que teriam “exagerado” de tal forma a expressão artística da realidade ao ponto de confundirem “o naturalismo com o vício, o realismo com a pornografia literária” (AZEVEDO, 1913, p. 21). Apesar das reprimendas Eustáquio lista os representantes nacionais do romance naturalista apontando a contribuição dos escritores paraenses. Os autores listados são Aluísio de Azevedo com *Casa de Pensão* (1884) e *O Cortiço* (1890); Júlio Ribeiro com *A Carne* (1888); Adolfo Caminha com *A Normalista* (1893); Raul Pompeia com *O Ateneu* (1888); Pardal Mallet com *O Hóspede* (1887), Rodolfo Teófilo com *Maria Rita* (1897) e *Paraoara* (1899); além de Marques de Carvalho com *A Hortênciã* (1888); Inglês de Sousa com *O Missionário* (1888); José Veríssimo e “seus Contos Amazônicos³⁵” (1899) e o próprio Eustáquio com o livro *A Viúva* (1896).

Ao finalizarmos a leitura desse estudo acerca do Naturalismo é possível antecipar o teor negativo das críticas que Eustáquio destinará ao movimento Simbolista. E o pressentimento não se mostra descabido, as palavras que lemos logo no segundo parágrafo do texto acerca do Simbolismo são as mesmas presentes na *Antologia Amazônica* no capítulo em que se discutia a obra do então “novo” poeta Flecha Ribeiro. O parágrafo seguinte também é uma reprodução na íntegra da crítica de 1904, a qual permanece ecoando ao longo de todo o livro de 1913. Na verdade, muito do que foi dito em *Vindimas* está presente na primeira edição da *Antologia Amazônica*.

A distância temporal que separa esses dois livros de Eustáquio de Azevedo mostra como o seu repúdio ao Simbolismo ficou fortalecido e se ampara agora em citações de José Veríssimo,

³⁵ Essa indicação deve se referir ao livro *Cenas da Vida Amazônica* (1899).

Jules Lemaître³⁶, Max Nordau³⁷, Damasceno Vieira³⁸ e Aderbal de Carvalho³⁹. Todos os argumentos reunidos por Eustáquio são voltados para depreciar e diminuir a importância da experimentação estética dos poetas Simbolistas. Apegado aos valores da poesia Parnasiana preocupada com a métrica, a compostura da expressão e a clareza da mensagem, Eustáquio constrói afirmações de violência e deboche comparáveis ao artigo de Monteiro Lobato, “Paranoia ou mistificação?” (1917).

Essa escola foi um aborto que morreu entanguido, porque os seus adeptos foram invariavelmente uns doentes d’alma, frutos esporádicos da anarquia mental em que se debatiam os *novos*, à procura de modernas correntes estéticas, sem ponto de apoio determinado. A confusão de escolas desnorteou-os no final do século passado, com os exageros do zolismo, a aridez do cientificismo e uns lampejos fugazes do romantismo. Depois, para a confusão ser maior, apareceram o tolstoísmo, o egostismo, o ibsenismo e, conseqüentemente, o simbolismo, para não citar mais cambiantes do misticismo agonizante (AZEVEDO, 1913, p. 26).

Após esporro de tal magnitude Eustáquio de Azevedo começa a traçar as origens do Simbolismo a partir da figura de Verlaine que é colocado em destaque como o “papai” que “deu cartas em França, arvorando a bandeira dos símbolos” (AZEVEDO, 1913, p. 26). Duas estrofes do poeta francês são apresentadas como exemplo do ludismo juvenil e despropositado dos Simbolistas. Esses versos foram retirados da crítica “M. Paul Verlaine et les poètes ‘symbolistes’ & ‘décadents’” (1889), de Jules Lemaître.

En ta dentelle où n’est notoire
Mon doux évanouissement,
Taisons pour l’âtre sans histoire
Tel vœu de lèvres résumant.

Toute ombre hors d’un territoire
Se teinte itérativement
A la lueur exhalatoire
Des pétales de remuement...

(VERLAINE apud AZEVEDO, 1913, p. 29).

A Verlaine teriam se seguido Stéphane Mallarmé, Moreas, Maeterlinck, Arthur Rimbaud, Gustavo Kahn, Henri Regnier “e um punhado mais de nebulosos e loucos” (AZEVEDO, 1913, p. 26). Em seguida são citados os poetas portugueses D. João da Câmara, Eugênio de Castro,

³⁶ François Élie Jules Lemaître (nascido em 27 de abril de 1853 – faleceu em 04 de agosto de 1914) foi um crítico e dramaturgo francês.

³⁷ Max Nordau (1849 – 1923) foi um médico, jornalista e ativista sionista nascido em Pest na Hungria.

³⁸ Adherbal de Carvalho (Niterói, 3 de maio de 1869 — 1915) foi um romancista, crítico literário, jurista, ensaísta, professor, tradutor e poeta brasileiro.

³⁹ João Damasceno Vieira, mais conhecido como Damasceno Vieira Filho (Salvador, Bahia, 6 de dezembro de 1900 — Rio de Janeiro, 18 de julho de 1977, foi um poeta, romancista, jornalista e militar brasileiro.

Guilherme de Santa Rita, Correia de Oliveira e Antônio Nobre, poeta elogiado como um “místico adorável, uma *avis rara*” (AZEVEDO, 1913, p. 27).

Dos poetas brasileiros somente dois são apresentados: o cearense Lopes Filho⁴⁰, autor de um livro *Phantos* (1893) e Cruz e Sousa, que teria assumido o “comando” do movimento no Rio de Janeiro ao compor “sonetos enigmáticos [...] sem ritmo e sem métrica” (AZEVEDO, 1913, p. 27). Essa primeira investida contra o autor de *Broqueis* (1893) prossegue com citações de versos taxados de incompreensíveis, ao que se somaria o teor religioso e mórbido dos mesmos. Eustáquio para demonstrar a incomunicabilidade da poesia de Cruz e Sousa faz uma montagem com versos retirados do livro *Últimos Sonetos*⁴¹ (1905), não indicando que assim o havia feito. O resultado da leitura de versos “colados” sem nenhuma advertência é desastroso para o poeta citado.

Velhas chagas do sol, ensanguentadas chagas
 Dos Compassivos és o Compassivo
 Ah! Basta encher, eternamente basta
 Florescimentos e florescimentos!

Em soluços, soluços soluçando
 No Ergástulo d'ergástulos perdido,
 Essência das essências delicadas
 Sonho profundo, ó Sonho doloroso,

Doloroso e profundo Sentimento
 Ó mundo, que és o exílio dos exílios.

(SOUSA apud AZEVEDO, 1913, p. 30).

O que causava mais consternação a Eustáquio de Azevedo provinha do desrespeito à métrica clássica e do hermetismo de poemas considerados por ele como charadas para entreter colegiais. Essas características se tornavam intoleráveis para um crítico tão preocupado com a clareza da mensagem, a referencialidade das situações e o formalismo da composição poética. O empenho em obliterar qualquer relevância que o Simbolismo tenha tido é irrefutável para Eustáquio, que afirmava: “Felizmente, a escola abstrácia e vaga dos lunáticos adoráveis não

⁴⁰ João Lopes de Abreu Lage – Nasceu em Fortaleza, no dia 7 de abril de 1868, e faleceu na mesma cidade, em 19 de julho de 1900. Publicou um único livro, *Phantos* (1893), recebendo desde logo a qualificação de decadentista. Embora Antônio Sales, na Carta-Prefácio ao livro, dissesse claramente que o poeta seguia os poetas simbolistas, o próprio Lopes Filho iria pouco tempo depois atacar os chamados nefelibatas. Seu livro, entretanto, é o marco inaugurador da corrente em nosso Estado. Não obstante, seu autor é completamente desconhecido no Sul do País e, o que é mais interessante, não figura em nenhuma antologia, mesmo de autores cearenses (AZEVEDO, 1976, p. 209).

⁴¹ Os Sonetos que tiveram versos recortados para compor a exemplificação acima transcrita são os seguintes: “Alucinação”, “Conciliação”, “Glória”, “A Perfeição”, “Cogitação”, “Lírio Lutuoso”, “O Grande Sonho” e “Condenação fatal”.

durou mais que o espaço de uma linda manhã, como a Rosa decantada do poeta francês” (AZEVEDO, 1913, p. 32).

Eustáquio de Azevedo finaliza seu estudo “evolucionista” dos movimentos poéticos apresentando a “moderníssima escola literária” surgida na França, a qual recebe o nome de Renascença Contemporânea. Convém informar que esse último estudo de uma série de quatro está datado de março de 1913, o que mostra a atualidade das reflexões feitas pelo autor de *Vindimas*. A introdução aos autores partidários dessa renovação tão bem recebida pelo crítico paraense estabelece a simpatia pelos poetas brasileiros que teriam implantado a versão nacional chamada de Escola Evolucionista.

Há pouco mais de cinco anos, um grupo bizarro de rapazes de talento, chefiados por Paul Vérola, Robert Veyssey, Charles Dornier, Henri Allorge e outros, procurou criar nova orientação à literatura francesa, dando aposentadoria ao simbolismo, que “desprezava a síntese e o ritmo, condenava a clareza do pensamento e do estilo, opunha ao delineamento exato da expressão o vago da impressão fugitiva; ao símbolo, que se patenteia em imagens, o símbolo que se oculta no sonho e no mistério”. Esses intelectuais fundaram então a Renascença Contemporânea e pela revista, pela imprensa e pelo livro começaram a bater-se pela nova escola que... tem quase a idade do mundo (AZEVEDO, 1913, p. 36).

Ao expor a origem do movimento literário que teria revigorado a poesia contemporânea Eustáquio fará uma apaixonada defesa do formalismo poético. Todos os seus conselhos, admoestações e críticas se relacionam a necessidade do poeta restringir seus impulsos aos ditames do comedimento métrico. Para ele seria um grande desperdício romper com os padrões versificatórios consagrados apenas pela necessidade de expressar qualquer rebeldia individual. No afã de ordenar o lugar ocupado pelos poetas da Renascença Contemporânea Eustáquio associa concepções literárias que parecem contraditórias por serem avaliações personalíssimas.

Efetivamente, a renascença contemporânea procura reivindicar o nome de glórias passadas e sendo um rebento do simbolismo, pois que desta herdou a acrobacia da métrica, nada mais é do que o puro parnasianismo lírico francês, destinado a ser de todos os tempos, porque o sentimento nos é inato. A revolta dos intelectuais na França ecoou no Brasil, onde ficou fundada a Escola Evolucionista, com todos os moldes da Renascença Contemporânea. O parnasianismo tomou novos alentos e só não resplandece com todos os seus raios cambiantes e belos, porque os novos reformadores fazem da métrica uma ginástica estranha, dando-nos numa única estrofe a variedade lamentável de metros poéticos, fazendo da poesia uma espécie de prosa rimada. Para nós é o único deslize da nova escola que, como já disse, poderá vingar se os seus adeptos circunscreverem a métrica no que ela é, não ultrapassando o número das sílabas que a poética faculta aos versos (AZEVEDO, 1913, p. 36 – 37).

Então estaríamos diante de uma escola literária que herdou a liberdade formal do Simbolismo, mas o superou, revigorando assim o parnasianismo que ficou caracterizado pelo respeito a estesia e a obediência à estrutura métrica clássica?

Se pudermos sintetizar nessa questão o que Eustáquio de Azevedo concluiu poderíamos afirmar que a Renascença Contemporânea ou a Escola Evolucionista foi uma expressão poética de transição, combinando procedimentos e linguagens disponíveis no ambiente literário finissecular. Mas avaliar a imparcialidade do que Eustáquio assevera é um desafio por conhecermos sua inclinação estética, dadas as dimensões reduzidas de seus “estudos” e o número pequeno de versos citados dos autores discutidos por ele. Do mesmo modo, nenhuma História da Literatura Brasileira faz referência a essas denominações de movimentos poéticos, o que nos faz crer que tais designações correspondam a uma proposta historiográfica do autor do texto. Mas se compararmos os exemplos de poemas citados no capítulo do Simbolismo com aqueles referidos nesse capítulo final as contradições começam a se desfazer.

Os versos simbolistas reproduzidos pertencentes a Verlaine e Cruz e Sousa, mesmo prejudicados pela forma como Eustáquio os citou estão esteticamente próximos daqueles apresentados como exemplos da Escola Evolucionista. E os poetas que protagonizam esse movimento revigorador da poesia “parnasiana” são os paraenses Paula Guimarães, Theodoro Rodrigues e Severino Silva; além dos argentinos Rafael Gutiérrez e o Visconde Lascano Tegui⁴². Como a simpatia de Eustáquio pelos autores conterrâneos é declarada, basta lembrar a quem é dedicado o último ensaio, a observação reprovativa se dirige somente ao fato desses poetas não respeitarem as normas métricas. Mas ao fazermos a leitura desses excertos reconheceremos que a distância temática entre eles e a estética simbolista é tênue, quase inexistente. Versos como os de Paula Guimarães pertencentes ao poema “Oração de incréu” guardam a singela melancolia, a atmosfera cerimoniosa e o sofrimento agridoce causado pela intensidade do amor lembrando a poesia de António Nobre. A presença de substantivos alegorizantes amplificam a abstração emotiva marcante nos poetas simbolistas portugueses como Camilo Pessanha, Gomes Leal e Eugênio de Castro.

Eu creio: é nesse olhar serenamente doce
para mim sempre voltado;
olhar de morto, frio, prefixado
na retina mental do meu afeto.
Nesses olhos que são pedaços de esmeralda,
de asas, voando, ao Sol da minha Estrada.
Nesses olhos que eu beijo alucinadamente,
dois sóis, dois céus, dois nadas de um doente.

(GUIMARÃES apud AZEVEDO, 1913, p. 37).

⁴² Emilio Lascano Tegui, o Vizconde de Lascano Tegui, (Concepción del Uruguay, Entre Ríos, 1887 - Buenos Aires, 23 de abril de 1966) fue un escritor, pintor y diplomático argentino.

No fragmento do poema “Invasión del grillos” de Rafael Gutieri, a desesperança perante a vida, a reclusão contemplativa e a nostalgia tornam-se os elementos comunicativos de um eu-lírico abatido cuja introspecção é o principal motivo poético. A solidão reforçada pela distância entre o espaço de isolamento do poeta e o mundo exterior observado torna-se a extensão de um subjetivismo apático e melancólico.

El rio, triste; los navíos solos;
La luz, nerviosa y el recuerdo activo!
Cuanto placer en unos
Y que tristeza en otros!...

Dejo el balcón y me reclino al lecho.
Nerviosamente, al desdoblar un libro,
Leo: “La vida es un fatal misterio”;
“No merece vivirla; mas gozarla...”
Gozarla es el vivir!”
Y yo me rio
En medio a mis dolientes “saudades”.

(GUTIERI apud AZEVEDO, 1913, p. 38).

Os versos de Severino Silva extraídos do poema “Balada do meu amor” recuperam o confessionalismo romântico, a lamentação amorosa e a reflexão sentimental com foros de norma universal. São versos doridos em que a insatisfação provoca o diálogo com o objeto do desejo do poeta, um sofredor contumaz.

Não penses tu que eu queira
preconizar o sofrimento
como a norma exclusiva, necessária
do Amor...
Ama-se sempre, e de qualquer maneira,
à noite, ao sol, todo o momento,
nas colmeias de luz, na fuma solitária,
nos espasmos de gozo absoluto e na dor.

(SILVA apud AZEVEDO, 1913, p. 39).

O poeta Lascano Tegui também recorda com os fragmentos de “Hermana Rosa” o clima medieval, lúgubre, religioso e depressivo da poesia de Alphonsus Guimaraes. Essa poesia narrativa resguarda o sentimentalismo mórbido muito comum em poetas de formação católica.

Sobre el viejo torreón del antiguo castillo
paseaba la infanta su traje de cola;
a los lejos, como una costilla, muy blanco se arqueaba el camino;

la noche vestida en las luengas colinas su toga,
y se unía al ambiente letal, el ronquido que fingía
al decir su rosario, la hermana menor, la princesa encerrada, Isabela la loca

(TEGUI apud AZEVEDO, 1913, p. 41).

Os poetas que Eustáquio de Azevedo classifica como Evolucionistas poderiam ser lidos como Penumbrietas segundo o estudo de Norma Goldstein. Além do mais, essa denominação aparecerá nos jornais de Belém durante os anos de 1920 em críticas de Bruno de Menezes, um poeta que nunca abandonou o gosto pela linguagem enigmática, as metáforas lunares e a experimentação métrica. A definição presente no livro *Do Penumbrieto ao Modernismo* (1983), revela uma compreensão muito mais afinada com os fragmentos reproduzidos.

Mas tendência poética do que grupo propriamente dito, ele se caracteriza por uma melancolia agridoce, pelos temas ligados ao cotidiano, por uma morbidez velada – atitude doentia de perplexidade em face do progresso e da técnica, traduzida, no plano afetivo, por uma atenuação dos sentidos. Paralelamente, os poetas crepusculares praticam a desarticulação do verso por via do ritmo dentro da métrica tradicional, chegando a modificá-la. Poderíamos falar, portanto, num processo de meio-tom formal correlacionado à um processo de meio-tom psicológico (GOLDSTEIN, 1983, p. 05).

A melancolia atenuada, o discurso sem malabarismos enigmáticos e a recuperação de assuntos sentimentais da tradição literária do século XIX podem ter levado Eustáquio de Azevedo a avaliar tais poetas segundo suas preferências estéticas isentando-os de censuras mais severas mesmo que eles insistissem na “acrobacia da métrica” (AZEVEDO, 1913, p. 36). E a voz que reivindica o direito de ultrapassar os limites da poética clássica provém do poeta Theodoro Rodrigues, autor do livro *Canções Rebeldes*⁴³, cujo prefácio é citado para expressar a insubmissão dos poetas Evolucionistas com as normas de composição versificatória.

São encantadores todos estes versos; há neles muito sentimento, há ritmo, há beleza de concepção, sendo apenas para notar, com mágoa, que os seus talentosos autores não *encarceram* o pensamento no círculo de ferro das regras métricas da poesia antiga... É um senão, o máximo, dos modernos reformadores; defeito que proclamam aceitar como dogma. E eles, com que convicção o digo, podiam perfeitamente passar sem esse deslize, produzindo estrofes de ouro! Mas não; teimam na mania de serem originais e escrevem como um brado de revolta: “O pensamento não pode ser como um pássaro que se reprime vilmente na prisão de uma gaiola estreita. Porque encarcerar o pensamento na restrição de um octossílabo, de um alexandrino, quando, muitas vezes, estas medidas são *estreitíssimas* para conter o surto da imaginação e o voejar largo da fantasia?” (RODRIGUES apud AZEVEDO, 1913, p. 39 – 40).

A justificativa para a existência do desvio da métrica composicional teria um fundamento histórico que é admitido pelo próprio Eustáquio, o qual de forma velada admite que os poetas românticos tomaram a liberdade de experimentar novas medidas para a composição do ritmo

⁴³ Não encontramos durante a pesquisa nenhum livro de Theodoro Rodrigues intitulado *Canções Rebeldes*. Contudo, esse autor publicou o volume de poemas *Canções do Norte* em 1909, o qual não apresenta prefácio com o teor revolucionário citado por Eustáquio de Azevedo.

dos versos. O exemplo invocado dessa prática provém do poema de Alexandre Herculano “Anjo da Guarda” presente no livro *Harpa do Crente* (1838). Mas como não há nenhum aprofundamento na direção de averiguar outras manifestações de tal “licença”, Eustáquio aconselha moderação no uso desse recurso condenando doutro modo “a prosa rimada com foros de versos de quatorze, quinze, vinte e mais sílabas” (AZEVEDO, 1913, p. 41).

A referência a essa “prosa rimada” pode ser um indício das leituras que Eustáquio teria feito dos “poemas em prosa” da obra *Missal* (1893), de Cruz e Sousa ou das *Canções sem metro* (1900), de Raul Pompeia. Observamos que o deslizamento de fronteiras entre os gêneros literários presente no Simbolismo é sentido nesse “estudinho” sempre como um desrespeito intolerável, que mesmo tendo exemplos no Romantismo não deveria grassar entre os poetas da nova geração literária. E são as omissões propositais, ou não, que fazem o texto de Eustáquio revelar a sua dúbia personalidade crítica: severo quando suas susceptibilidades são feridas, mas condescendente ao se deparar com versos que o agradam, mesmo que eles ofendam algumas de suas preferências estéticas. O crítico e historiador paraense atrela aos mestres da poesia clássica, classicista e alguns contemporâneos a sua propensão inventiva que se destina a admitir a imitação como procedimento criativo único.

E que surtos grandiosos não eram os deles! Que voejar largo não tinha a fantasia desses colossos do pensamento rimado! As tragédias de Racine e de Corneille, os poemas grandiosos de Dante, Camões e Tasso, os magistras sonetos de Bocage e Petrarca, as melodiosas poesias de Musset, Lamartine e Hugo, todo esse *bouquet* de obras-primas de nossos poetas, desde Goncalves Dias e Olavo Bilac, obedeceram aos preceitos da Arte, sem que fizesse mossa a seus autores “o círculo de ferro das regras métricas” (AZEVEDO, 1913, p. 40).

As manifestações de insubmissão formal que tanto incomodavam Eustáquio de Azevedo encontraram entre os intelectuais paraenses da década de 1920 rigorosa resistência. Embora alguns poetas de Belém estivessem em sintonia com a poesia Simbolista ou com a Escola Evolucionista-Penumbrista, como será explicitado adiante, e mesmo que as palavras de Theodoro Rodrigues sejam a expressão do prenúncio da modernidade literária; nada disso afetará profundamente o cenário literário local. O que ainda será comum ler nos periódicos e nos livros publicados durante as primeiras décadas do século XX será o soneto encomiástico, sentimentaloides, pseudo-filosófico, telúrico e insistentemente Parnasiano. A presença de versos Simbolistas não representou nenhuma indicação de ruptura sendo apenas o exercício de uma possibilidade técnica entre tantas disponíveis.

Eustáquio de Azevedo incorporando a voz da tradição literária que perdurou em Belém até a década de 1940, encerra sua incursão crítico-histórica com a mesma força normativa

tantas vezes empregada em seus estudos. As considerações a seguir se deslocadas alguns anos para frente serviriam para criticar a obra de qualquer poeta modernista.

Afinal o que eles fizeram foi acabar com os versos duros, quebrados e frouxos. A crítica não pode mais esmiuçar isso agora na poesia que surge, visto numa só estrofe figurarem versos de diferente metros; acharam um meio fácil de escapa à férula do crítica impertinente: todos os seus versos, dizem eles, rompendo com as peias dos ríspidos preceitos da Arte, fugindo à rotina, estão e são, *ipso facto*, corretíssimos! E não há para onde fugir... são adeptos, no Brasil, da Renascença Contemporânea francesa os *soint disant* evolucionista: Leão Clérot, Alberto Nunes, Themudo Lessa, Carlos Maul e outros. A Escola Evolucionista nada mais é do que o parnasianismo lírico deturpado, que, ainda assim, há de durar muito, porque nele vazamos a alma diluída em versos e o coração palpitando de emoções. Viverá, enquanto existirem poetas da estatura desse que há poucos dias atirou à avidez dos letrados de seu país, o substancioso terceiro volume de seus versos maravilhosos; artistas como esse incontestavelmente, o máximo *vorkämpfer* entre nós da poesia parnasiana, o maior de todos os poetas brasileiros sobreviventes, na humilde opinião de quem escreve estas linhas (AZEVEDO, 1913, p. 47).

A consciência que Eustáquio de Azevedo tinha dos procedimentos da criação poética é desafiada por novas produções que ignoravam o método e o conhecimento clássico transmitido pelos *Tratado de Versificação* (1874/1905) de António Feliciano de Castilho e de Olavo Bilac escrito em parceria com Guimarães Passos. O crítico detentor do conhecimento técnico da métrica, da acentuação, da cesura e da rima dos versos perderia sua autoridade diante de poemas que se comportassem de maneira nunca antes vista, escritos pela força do ineditismo, fundindo gêneros e sem uma estirpe nobre a qual pudessem ser filiados. O receio ou temor de Eustáquio parece surgir da possibilidade de que sua formação beletrística se tornasse desnecessária, o fazendo perder a representatividade cultural ou o prestígio advindo do conhecimento erudito. Mas essas ameaças vinham em sua maioria de autores estrangeiros ou daqueles de outras partes do país, os quais sempre encontravam grande recusa dos intelectuais autóctones que se articulavam por meio dos periódicos e das associações culturais tão comuns em Belém no início do século XX.

2.2. A consciência historiográfica e o estilo crítico de Eustáquio de Azevedo

O posicionamento crítico de Eustáquio de Azevedo amplia-se nos outros artigos reunidos em *Vindimas*. E indiferente a distância que separa esses textos a avaliação dos poetas ligados ao Simbolismo é sempre hostil, ferina e desqualificadora. Isso também pode ser dito da literatura chamada Moderna, que tanto pode se referir ao que era produzido pelos “novos” poetas quanto por aqueles ligados à Escola Evolucionista.

No texto “Parabéns!”, integrante de *Vindimas*, datado de 1908, Eustáquio de Azevedo felicita o poeta Guilherme de Miranda por ter modificado sua opinião acerca dos poetas

Simbolistas chamados de “reformadores enfatuados da verdadeira poesia, revolucionários perniciosos, que tentavam banir do verso a forma impecável, a estética, a assonância, a melodia, e, sobretudo, – que vândalos! – a metrificação” (AZEVEDO, 1913, p. 182). O formato de crônica desse texto dá liberdade para seu autor relembrar polêmicas literárias das quais tomou parte e inserir com satisfação as opiniões de críticos que abonam o seu “bom gosto literário”. Eustáquio satisfeito com o amadurecimento do poeta amigo manifesta o ânimo renovado ao se deparar com mais um apoiador.

Eis porque me rejubilo ao saber que esse filho prodígio da Arte hoje pensa como eu penso, isto é, que o simbolismo na poesia, foi um pulhice, onde o verso polimorfo tinha aras de grão senhor, banindo-os a harmonia que sempre os caracterizou pelo horrorosa mudança da cesura, pela diminuição ou aumento sesquipedal do metro, fazendo da arte, no dizer que perfilho de Wenceslau de Queiroz, “um golfão de sonho, em que ninguém se entendia, como se falassem línguas diferentes e estranhamente bizarras, quando pretendiam construir essa nova torre de Babel da poesia simbólica” (AZEVEDO, 1913, p. 184).

Essa condenação aos desvios normativos de composição poética pode ser compreendida no contexto cultural paraense como uma preliminar indicação de como se comportariam outros intelectuais quanto em anos seguintes a circulação das “novidades” literárias se mostrasse cada vez mais comum. A estética da “novidade” ou das “patologias” ganhava um tratamento que muito se assemelharia aquele dispensado aos Futuristas encampados em São Paulo. E como certo passado literário tinha um valor especial para Eustáquio a memória da Mina Literária permaneceria um assunto frequente nos seus escritos.

Por meio do artigo “Letras e Artes”, datado do ano de 1911, dedicado ao Governador do Estado, o Sr. João Antônio Luiz Coelho, o que parece iniciar um elogio ao progresso econômico e a modernização da cidade de Belém finda como ferrenha crítica a situação intelectual do Pará.

Para o burguês, apatacado e iletrado, mas que muito pode, o literato é um vadio, indigno da sua proteção, um animal que não serve para o trabalho honrado; o artista é outro malandro de força, sem propensão *pro comércio*, um tipo que acabará mal com a sua mania de pintar momos, ou de *tocar música*... Para o político do norte, isto de literatura e belas arte é também luxo dispensável; basta, para ser gente, ter título de eleitor e comparecer às urnas nos pleitos eleitorais. Que diabo! Ser cidadão, no gozo de seus direitos sociais e políticos, já é alguma coisa! Para que mais? (AZEVEDO, 1913, p. 257).

A ausência de um ambiente cultural institucionalizado em Belém estaria assim atrelada às tensões políticas responsáveis por ter desarticulado o mais importante órgão de intelectuais já existente no Norte do país.

Foi esta política diabólica que matou a única associação literária que aqui tivemos e que no curto espaço de sua existência deu excelentes frutos: a Mina Literária. Nesse

tempo, gregos e troianos se uniam e trabalhavam para o bem comum, literariamente falando. Mas a política tornou-se ferrenha e desmembrou-os (AZEVEDO, 1917, p. 258).

A investida contra o marasmo intelectual paraense prossegue ao apontar a decadência da Academia de Direito, “onde a política também entrou”. É muito significativa essa referência já que na primeira edição da *Antologia Amazônica* fica visível como a formação jurídica, pedagógica, comercial e o trabalho nos periódicos formaram as bases da expressão literária em Belém: “Não se vê ali um movimento intelectual de nota; não se possui uma revista acadêmica, um jornal, nada! E se, pelo esforço de um bem-intencionado, surge uma ideia de luz, – essa morre logo ante a indiferença condenável de seus pares” (AZEVEDO, 1917, p. 259).

Embora o discurso de Eustáquio esteja repleto de desprezo pelo mundo financeiro e expresse revolta pela forma como a política tenha interferido nas atividades culturais de Belém, em anos seguintes sua relação com algumas forças políticas far-se-á tanto evidente quanto elogiosa. É possível adiantar que Eustáquio ao fazer o histórico da fundação da Mina Literária com crônicas publicadas na *Folha do Norte* em 1915, e posteriormente inseridas na segunda edição da *Antologia Amazônica*, dará um testemunho indireto de como o apoio do Governo do Estado foi indispensável para que esse órgão literário progredisse. A continuação desse texto de protesto contra a decadência artística da capital do estado estaria refletida em outra ação legislativa que descontinuou as atividades do Conservatório do Pará.

Tivemos, outrora, um bem organizado Conservatório, onde a mocidade ia estudar os mil segredos da arte que imortalizou Carlos Gomes e Gurjão; o Estado gastou rios de dinheiro na aquisição de instrumentos para torná-lo um estabelecimento de primeira ordem, como, de fato, o foi. E quando ele começava já a desabotoar bons frutos, graças à perseverança de seus alunos e professores, o governo do Dr. Augusto Montenegro cruelmente o fechou e sem piedade o extinguiu, alegando que o Conservatório onerava o Estado sem proveito nenhum para nós! (AZEVEDO, 1913, p. 259).

A insatisfação de Eustáquio de Azevedo com o ambiente artístico em Belém durante a década de 1910 está fundada nas suas experiências de juventude quando participou de um círculo cultural dinâmico incentivado pelo capital financeiro gerado durante o auge da exploração do látex. Contudo, o discurso calamitoso da inexistência de um cenário erudito na capital paraense parece ser apenas exagero desmentido pelo próprio Eustáquio que lista em seu livro a *Literatura Paraense* (1922) mais de uma dezena de agremiações culturais entre os anos de 1899 até 1926. Outra explicação para esse discurso desalentado pode ser buscada na morte da maioria dos poetas e companheiros da época da Mina Literária; e esse tom nostálgico está inscrito na redação da primeira edição da *Antologia Amazônica*.

A interpretação dos eventos culturais ocorridos em Belém é feita por Eustáquio de Azevedo de forma unilateral, tanto que algumas situações são dramatizadas e outras desconsideradas por completo. A história cultural e literária escrita por ele nas páginas dos periódicos e depois compilada em livros se revela sempre uma história pessoal, uma narrativa íntima que alimenta o saudosismo e a indignação de um intelectual conhecedor da vasta literatura nacional, sul-americana e europeia, mas que nunca pode sair de sua cidade natal. A sua vivência do presente estava sempre aferrada ao passado em que ele se formou como leitor e jornalista. A preocupação com o destino cultural do estado do Pará pode ser observada nas palestras que Eustáquio proferiu durante eventos festivos em que estava cercado de seus pares. Em 30 de dezembro de 1915, na sede da Associação da Imprensa do Pará, ele pronunciou a conferência “Belas Artes: estudo sintético” abordando a Arquitetura, a Escultura, a Pintura, a Música e a Poesia em suas manifestações clássicas. Essa apresentação foi posteriormente compilada no opúsculo “*Belas Artes: palestras literárias*”⁴⁴, provavelmente editado em 1920⁴⁵. A lógica desse discurso segue o argumento evolucionista usado nos estudos de abertura de *Vindimas*. Vejamos um excerto: “As Belas Artes são produtos aperfeiçoados da evolução. Foram nascendo umas das outras pelo apuro estético do espírito das raças, desde os tempos genesíacos; a arquitetura é a mãe de todas elas: dela derivam as outras” (AZEVEDO, 1920, p. 08).

Eustáquio de Azevedo repete aqui sua propensão para a redução de eventos e estilos artísticos a exemplos sumários. Tudo se condensa por meio de uma adjetivação elogiosa e da enumeração de substantivos por esses carregarem informações reconhecidas facilmente pelo leitor ou ouvinte que partilhasse do mesmo cabedal erudito. O torneio retórico de sua frase também contribui para a argumentação ter a aparência de verdade inquestionável: “Nas estátuas e monumentos simbólicos dos artistas desaparecidos, hieráticos, pagãos ou guerreiros, o mármore parece que ri ou que chora, o bronze braveja ou se reanima, dão-nos a ilusão do inanimado agitar-se, querendo ter vida, querendo falar!” (AZEVEDO, 1920, p. 17).

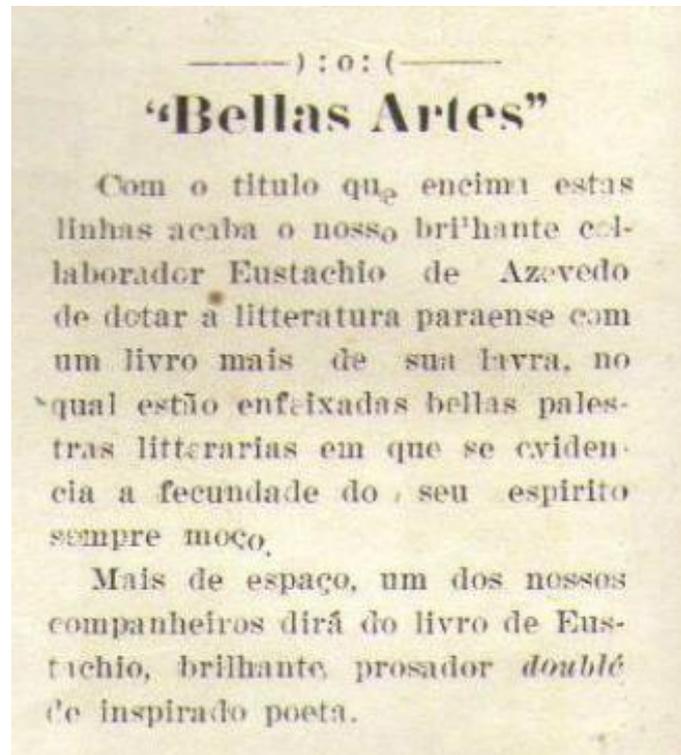
Seja nas passagens argumentativas, narrativas ou descritivas Eustáquio de Azevedo usa de algum artifício estilístico para florear seus textos. Ele tenta fazer o leitor sentir todo o seu entusiasmo ou imaginar que alguns dos exemplos dados foram vivenciados pelo autor do texto. A “estrutura de apelo” (ISER, 1996) retira a necessidade da comprovação com fontes ou da

⁴⁴ Essa brochura é composta pelos textos “Belas Artes”, “O Pau”, “Uma palestra” e “O piano de Carlos Gomes”.

⁴⁵ Esse livro não tem data de impressão. Vicente Sales na cronologia biografia que abre a terceira edição da *Literatura Paraense* atribuiu 1919 como ano de publicação. Contudo, o ano correto deve ser o de 1920 como nos informa um *release* de *Belas Letras* publicado na *Folha do Norte*, em 16 de setembro de 1920.

discussão conceitual dos exemplos apresentados; vindo em substituição ao empenho argumentativo temos o emprego da lisonja e a repetição de *clichés* consagrados.

Figura 2 – Release da obra *Bellas Artes* (1920).



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

A culminância da palestra acerca das Belas Artes está situada na apresentação da “poesia que participa de todas elas e que, por isso mesmo, é a mais expansiva e a mais bela” (AZEVEDO, 1920, p. 28 – 29). Sob essa certeza particular as “grandes obras poéticas universais” são organizadas segundo a moldura cronológica que se inicia na Grécia e segue o aparecimento de autores europeus modelares. Personalidades literárias como Homero, Virgílio, Dante, Shakespeare, Tasso e Camões simbolizariam “a essência do Belo” chegando a tocar “as raias do Sublime”. Como o exemplo máximo da criação literária eles teriam sido imitados por outros poetas europeus responsáveis por contribuir nessa cadeia evolutiva na produção de novas obras-primas. Nomes como Corneille, Racine, Lamartine, Musset e Byron representariam esse desenvolvimento “saudável” da poesia Ocidental assimilada no Brasil pelos poetas Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Junqueira Freire, Castro Alves, Tobias Barreto, Alberto de Oliveira e Olavo Bilac. A enumeração torna-se o principal recurso discursivo usado na argumentação em busca dos níveis mais elevados da Beleza Poética.

Como Eustáquio de Azevedo está amparado pela ideia da arte ordenada pelo progresso contínuo que tem na imitação a sua justificativa metodológica, não haveria espaço em seu

juízo crítico para desvios. Por isso, a poesia moderna que ele identificara como Evolucionista representa a interrupção de um longo processo de “melhoramento” inventivo.

A arte moderna debate-se num cipal enredadíssimo, inextricável de processos vários, lutando, ora com o tolstoísmo, o egotismo, o ibsenismo; ora com o simbolismo, o nefelibatismo, o evolucionismo e não sei mais que nome tenham as correntes inestéticas da poesia dominante, incapaz de produzir o menor dos poemas simples, quanto mais epopeias grandiosas e belas! A mais moderna dessas fórmulas, a boné de porcelana e marfim dos menestrais de hoje, é o evolucionismo; evolucionismo sem evolução nenhuma, que espelha apenas o estado mórbido a que eles chegaram, que retrata ao vivo o traumatismo deplorável do verso do século XX, que estereotipa a nossa fraqueza mental vergonhosíssima, em face de um passado que foi o viveiro luminoso do Gênio e da Beleza (AZEVEDO, 1920, p. 33).

A desordem expressiva do fazer poético manifestada pela multiplicidade de correntes estéticas prenunciava a futura definição da Arte Moderna por meio de “metáforas patológicas”. Ainda que essa conceituação da “arte atual”, ou seja, moderna, fosse imprecisa, já era possível prever como a intelectualidade paraense reagiria quando outras propostas poéticas começassem a circular por meio da mídia jornalística. A doença, principalmente associada ao desequilíbrio mental, viria a ser o recurso discursivo intensificador mais utilizado para descrever a corrupção da estesia poética. Por isso, a exortação final dessa conferência se destinava aos jornalistas belenenses convocados a defender o patrimônio beletrístico adquirido.

Mas, eu tenho fé, eu tenho esperança, acredito piamente que as trevas em que se debatem os *novos*, como as virgens loucas da Bíblia à procura de luz, há de desaparecer, raiando uma aurora de reflexos de ouro para a poesia brasileira por vir, precursora de nossos futuros estetas, iniciadora de uma era nova, de onde sairá o épico cantor de nossa Pátria, o magno cantor deste Brasil grandioso que é o nosso orgulho e a admiração das nações cultas. E, assim como Portugal possui a sua, nós, jubilosos, possuiremos também a nossa epopeia nacional! (AZEVEDO, 1920, p. 33 – 34).

A atividade jornalística moldou esse estilo panorâmico e sintético que pode ser observado nas palestras que Eustáquio de Azevedo em várias ocasiões pronunciou. Em outra apresentação compilada em *Belas Artes* o formato sinóptico é empregado. A conferência recebeu o título de “Uma palestra na Galeria Histórica” e teria sido proferida no Teatro da Paz em 03 de março de 1917⁴⁶. O discurso foi dedicado ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, órgão que seria instalado no dia 06 de março desse mesmo ano.

A matéria do texto consiste num elogio aos intelectuais do insipiente Instituto por terem organizado no interior do Teatro da Paz uma exposição de retratos de personalidades significativas no “domínio da literatura e das artes, [d]a magistratura, [d]o militarismo, [d]a

⁴⁶ No volume IX da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1934), esse texto é reproduzido com a data do dia 18 de abril de 1918.

política, [d]o jornalismo, [d]o comércio e [d]as indústrias” (AZEVEDO, 1920, p. 61). A exposição serviu de ensejo para Eustáquio homenagear os “vultos do passado” expostos e lembrar as figuras ausentes. A quantidade dos nomes de poetas paraenses citados é tão grande que inviabiliza listar todos aqui. Mas entre o elogio a personalidade de alguns e a exaltação daqueles que eram maçons surge o testemunho do autor conferindo a sua fala a passionalidade que lhe era tão marcante.

Severiano Bezerra de Albuquerque foi meu mestre três vezes: Mestre, no seio da Mina Literária, onde ele foi presidente; Mestre nos templos maçônicos onde ele foi venerável; Mestre de português, no Colégio Visconde de Souza Franco, onde ele foi lente. [...] Eu, que tive a pungentíssima incumbência de ser orador da Mina Literária, por ocasião de serem levados ao túmulo os restos mortais de seu venerado Mestre, devia-lhe estas saudades e esta póstuma homenagem, pelo que dele aprendo e pelo muito que fez, honrando as ciências e as artes em nossa terra (AZEVEDO, 1920, p. 73, 74).

Quando em maio de 1920, Eustáquio de Azevedo iniciou a publicação da primeira versão de seu futuro livro *Literatura Paraense*, divulgado na *Folha do Norte* e destinado ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a sua consciência crítica, o seu conhecimento historiográfico e o seu fazer poético estavam consolidados. Raras seriam as ocasiões em que ele mudaria de opinião ou se arriscaria a assumir novos moldes poéticos, só o fazendo com o objetivo de zombar desses procedimentos “modernos” ou “futuristas”.

2.3. A 2ª edição da *Antologia Amazônica*⁴⁷ (1918)

A segunda edição da *Antologia Amazônica*, ampliada e atualizada, traz informações de que sua organização começou ainda no ano de 1916. Após o prólogo, que é o mesmo da primeira edição, Eustáquio de Azevedo indica em uma nota a intenção de escrever um segundo volume apresentando os poetas do estado do Amazonas.

Muitos hão de estranhar o título que dei a este livro – Antologia Amazônica – nele não se cuidando de poetas amazonenses. Com efeito, a região amazônica é formada pelos dois grandes Estados do norte: Pará e Amazonas. Seja, porém, dito que este é o 1º volume da obra que concebi, e completa ficará no 2º volume, que estou organizando, de nomes, biografias e produções de intelectuais amazonenses, exclusivamente. No 2º volume figurarão poetas distintos, estetas de apurado trabalho artístico, *doublés* de jornalistas de eleição e advogados competentes, como Paulino de Brito, Dejard de Mendonça, Magalhães Castro, Licínio Silva, Octávio Sarmiento, Elmira Lima, Almerindo Silva, etc., formando todos um florido grupo de intelectuais amazonenses, de muita modéstia e de muito maior merecimento. Nada mais. 1916. O Autor. (AZEVEDO, 1918, p. 09).

⁴⁷ A *Antologia Amazônica* ganhou uma terceira edição em 1970. O texto base é o mesmo da publicação de 1918. O interessante dessa nova edição são as considerações biobibliográficas inseridas pelo editor, o Sr. Clóvis Moraes do Rego.

Todavia, o projeto de ampliar o alcance geográfico da *Antologia* não foi concretizado. O esforço historiográfico de Eustáquio de Azevedo seria empregado na redação da sua *Literatura Paraense*, primeiramente publicada no jornal *Folha do Norte* no ano de 1920 e posteriormente ganhando o formato de livro em 1922. Logo no artigo inicial dos nove que compõem a versão seriada da *Literatura Paraense* o autor comenta acerca da impossibilidade de criar um amplo panorama da atividade poética em todos os estados amazônicos existentes àquele momento.

Um dos acréscimos mais significativos na segunda edição da *Antologia* diz respeito ao histórico da fundação e da extinção da Mina Literária, texto subtulado como “apontos históricos”. Essa narrativa marcada pelo teor memorialístico está dividida em cinco partes e foi publicada primeiramente no jornal *Folha do Norte* entre 30 de abril a 03 de maio de 1915⁴⁸. Esse é o documento com mais detalhes das reuniões, dos discursos e das ações públicas realizadas pelos “mineiros”. Eustáquio de Azevedo considera a existência desse núcleo de literatos como o ápice da cultura paraense no final do século XIX.

A Mina Literária despertou o amor às letras no ânimo de nossos jovens patricios, e fez em prol de nossa literatura o que, até então, associação nenhuma havia feito, ou tem feito até hoje. Nesse particular, foi única e merece bem estas linhas de rememoração. Associação originalíssima, fundada nos moldes da Padaria Espiritual, o Ceará, não passou incólume às ferroadas dos medalhões incompetentes que viam nela uma farsa e nos seus membros um grupo de ridículos e tolos; mas, foi de seu seio que rebentaram frutos opimos, fazendo o Pará intelectual conhecido em todo o sul do Brasil e no estrangeiro, por meio do jornal e do livro, trabalhando como nenhuma outra pela reivindicação das letras nortistas (AZEVEDO, 1918, p. 14 – 15).

Nos anos anteriores ao fim do regime escravista o ambiente literário e científico na cidade de Belém teria sido marcado pela publicação da *Revista Amazônica* de 1870 a 1885. Nesse magazine “o nome de José Veríssimo por vezes refulgiu, como um de seus fundadores” (AZEVEDO, 1918, p. 11), mas com o seu fim um novo momento de torpor teria dominado os homens de letras, somente reanimados por uma polêmica não esclarecida por Eustáquio, mas que deve ter sido causada por tensões políticas entre lemistas e lauristas⁴⁹. Por essa razão os intelectuais da capital do estado teriam se dividido em dois grupos:

Um, chefiado por Paulino de Brito e João Marques de Carvalho, tendo como acólitos a Frederico Rhossard, Amado de Campos, Heliodoro de Brito, Bertino Miranda, Pontes de Carvalho e outros; outro, mais modesto, se bem que mais irrequieto, tendo

⁴⁸ A compilação desses textos acerca da Mina Literária, juntamente com outro artigo jornalístico de Theodoro Rodrigues, pode ser consultada na seguinte publicação: RODRIGUES, Theodoro & AZEVEDO, Eustáquio. *A Mina na Literatura Nortista de Eustáquio de Azevedo e n’O Pará Literário de Theodoro Rodrigues*. Org. Clóvis Moraes do Rego. Belém: Editora da UFPA, 1997.

⁴⁹ A polêmica referida diz respeito a cisão dentro do Partido Republicano do Pará. As disputas por poder opuseram os partidários de Lauro Sodré, Governador do Estado (1891 – 1897) contra os apoiadores de Antonio Lemos (1897 – 1911), Intendente de Belém.

por chefe Olympio Lima, e do qual faziam parte: Acrísio Mota, Leopoldo Sousa, Manuel Barreiros Lima, João Nilson, Marcos de Carvalho, Guilherme de Miranda, Antonio Macedo e o autor destas linhas. Aqueles tinham como órgão *A Arena*, revista literária publicada em 1887; estes, os jornais diários da época, à exceção da *A Província do Pará*, quartel-general daqueles. Foi um período de lutas salutaras no qual, de parte a parte, se aprendia apanhando e ensinava-se dando, no aperfeiçoamento comum do espírito (AZEVEDO, 1918, p. 12).

A dissensão entre os intelectuais mencionados por Eustáquio de Azevedo teria sido minimizada com o início da campanha abolicionista que utilizou a expressão literária para moldar o pensamento da juventude e teve na voz do engenheiro Ignácio Moura a principal força motivadora. Ele continuaria exercendo sua liderança e poder coesivo por meio de publicações comemorativas ou de artigos jornalísticos abordando o potencial econômico, o desenvolvimento tecnológico e a História paraense. Sua atuação polivalente manifestou-se também na criação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará no ano de 1917 e na reativação da Academia Paraense de Letras em 1928. O discurso patriótico ganhou revelos no estado do Pará sedimentando o ambiente cultural da cidade para uma série de eventos públicos intensificados em 1920 como a comemoração do fim da Guerra do Paraguai. Em todas essas ocasiões os órgãos da imprensa local foram a plataforma por meio da qual os poetas e os polemistas puderam se manifestar movimentando as ideias que mobilizaram partidários ou opositores da discussão em voga. Esse modelo de organização das questões de interesse público é explicitado por Eustáquio de Azevedo ainda relembando a campanha abolicionista.

A poesia era placenta que unia o entusiasmo do povo à alma do escravo; era a buzina que tocava o halali, chamando a postos os corações patrióticos para assistir à rendição do escravocrata e o esmagamento do polvo herdado de nossos maiores; era o clarim que arrebatava a mocidade com os seus vibrantes sons, fazendo-lhe nascer n'alma o desejo do Bem. [...] O movimento abolicionista bastante concorreu, entre nós, para o cultivo das letras; publicavam-se poematos, idealizavam-se contos, arquitetavam-se romances, sendo o *pivot* em que giravam, a propaganda contra o escravagismo (AZEVEDO, 1918, p. 13).

A narrativa de Eustáquio de Azevedo está organizada segundo um formato heroico em que a coletividade intelectual teria tanto se organizado pela libertação dos escravos como promovido o soergimento cultural do estado ao fundar uma associação literária aos moldes de outras agremiações como a Padaria Espiritual e o Centro Literário do Ceará; a Escola Norte Literária e o Grêmio Literário da Bahia. Segundo Eustáquio de Azevedo⁵⁰ a cerimônia de

⁵⁰ O poeta Theodoro Rodrigues publicou a primeira notícia da fundação da Mina Literária em março de 1898 n'*A Revista*. O título do artigo é "O Pará Literário: notas para um futuro livro". Segundo ele a data de fundação desse grêmio literário teria sido no dia 02 de dezembro de 1894.

instalação da Mina Literária teria ocorrido em 01 de janeiro de 1895, “no salão nobre do Teatro da Paz, luxuosamente ornamentado” (AZEVEDO, 1918, p. 13).

Ocupou a presidência, a pedido do Dr. Álvares da Costa, o Dr. Geraldo Paes de Andrade, que abriu a sessão; Álvares da Costa fez o histórico da literatura amazônica; lembrou a criação de uma Universidade no Brasil e de Faculdades no Pará; tratou da emancipação da mulher e expôs, na peroração, o fim da Mina, que era o desenvolvimento das letras por meio de conferências, do jornal e do livro (AZEVEDO, 1918, p. 16).

A continuação da narrativa focaliza os eventos realizados pelos “mineiros” ao recepcionar personalidades políticas e literárias dando destaque às publicações patrocinadas pela Mina e aquelas que informavam da existência do grupo paraense nos demais estados brasileiros e até fora do país. Outro valioso dado oferecido ao longo do relato diz respeito aos nomes dos membros “ativos” e “honorários” da Mina que anos depois atuariam em novas iniciativas de movimentação cultural da capital do estado. Nomes como Ignácio Moura, Luiz Lobo, Luiz Barreiros, Fran Pacheco e Lauro Sodré estarão intimamente ligados aos principais eventos patrióticos e as associações letradas de Belém.

Um dos grandes eventos aconteceu em 01 de janeiro de 1896, por ocasião do aniversário de fundação da Mina Literária, então realizado no “salão nobre do Ateneu Paraense”, enfeitado pelo “trabalho artístico do talentoso e infatigável mineiro Arthunio Vieira” (AZEVEDO, 1918, p. 17). O “ato solene” contou com a participação de uma banda de música e de “várias senhoritas” que executaram peças ao piano ao final da sessão. O Governador do Estado, Dr. Lauro Sodré, presidiu a cerimônia afirmando o seu compromisso com os interesses culturais da Mina por eles representarem “o levantamento das letras nortistas”. Discursaram ainda o Barão de Marajó (José Coelho da Gama e Abreu) e os “mineiros” Getúlio Santos e Luiz Lobo, este último orador oficial do grêmio na ocasião.

O relato continua destacando outras “sessões cívicas” como a realizada em 28 de fevereiro de 1896 “no salão de honra da Biblioteca Pública” para conceder o título de “mineiro honorário” ao político paraense Dr. Serzedelo Correa⁵¹. O discurso do homenageado é transcrito na íntegra trazendo indicações da reação da plateia a cada passagem tocante ou afirmação de modéstia do orador. Em 01 de julho de 1896, o ativista Republicano e Abolicionista Antônio da Silva Jardim foi lembrado na data de sua morte em sessão presidida pelo Dr. Lauro Sodré. Eustáquio de Azevedo, mesmo sem indicar a data, ressalta a recepção da escritora italiana Gemma Ferruggia,

⁵¹ Innocencio Serzedelo Correa (Belém, 16 de junho de 1858 – Rio de Janeiro, 05 de junho 1932). Foi um militar e político brasileiro com grande destaque durante o governo de Floriano Peixoto. Foi responsável pela instalação do Tribunal de Contas da União. É o patrono do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

no “salão da Associação Dramática e Recreativa⁵²”. O concorrido “sarau lítero-musical” foi presidido pelo Governador do Estado e contou com as falas dos mineiros Dr. Álvares da Costa, Bertoldo Nunes, Eustáquio de Azevedo, Theodoro Rodrigues, João de Deus do Rego e Licínio Silva. Durante os intervalos dos discursos de elogio a autora italiana apresentou-se a harpista Esmeralda Cervantes, o barítono Corbiniano Villaça e um sexteto conduzido pelo maestro Gama Malcher. Recitando poemas autorais participaram os mineiros Guilherme de Miranda, Arthur Lemos, Luiz Lobo, Eustáquio de Azevedo e Natividade Lima. A ilustre visitante...

Profundamente emocionada, pediu por fim, a palavra e, na sua voz melodiosa e pausada, agradeceu em italiano aquela manifestação de apreço que recebia do Pará Intelectual, representando pela mais fulgente de suas associações literárias, e prometia, no livro que ia escrever sobre a Amazônia, quando chegasse na Itália, dedicar um capítulo do mesmo, única e exclusivamente à Mina Literária, do Pará, apresentando-a aos homens de letras de seu país. E isso cumpriu, meses depois, na edição de seu livro *Nostra Signora del Mar Dolce*, impressões sobre a Amazônia, colocando ali a Mina em elevado destaque, e vertendo para o italiano, como amostra curiosa da poesia indiana, “A Yara”, monumental trabalho poético de Acrísio Mota, um dos mais distintos representantes da literatura nortista, infelizmente cedo empolgado pela morte (AZEVEDO, 1918, p. 19).

De fato, Gemma Ferruggia publicou o livro *Nostra Signora del mar dolce* (missioni e paesaggi di Amazzonia), em 1901, em que relata impressões de Belém e de outras cidades do interior do estado abordando ainda sua visita a Manaus. Porém, as palavras destinadas a Mina Literária não foram tão elogiosas como Eustáquio afirmou e a tradução do poema “A Yara” de Acrísio Mota foi feita apenas para contrapor a uma versão dessa lenda encontrada em um relato popular no estado do Amazonas. Quando a autora comenta a noite em que foi homenageada pelo Mina Literária o seu relato tem um teor auto-crítico e não oferece nenhum comentário acerca dos intelectuais paraenses nos termos afirmador por Eustáquio.

Un' eletta schiera di giovani paraensi ci offrì una serata intellettuale: e questo omaggio ci commosse veramente, tanto più che noi avevamo fatto assai più i curiosi e i viaggiatori che i letterati. Gelati, fiori, *champagne*, brindisi, letture; versi a profusione, e caldo entusiasmo, nella fulgida sala dela *Mina letteraria*. Poi, pensiero veramente gentile, musica italiana – eseguita da artiste italiani. Mio marito improvvisò un lungo ringraziamento, che, a onor del vero, mi parve orribile: fu battezzato oratore! Io dissi... e che cosa dissi? Fui all' altezza del mio compagno: nè posso esprimere lo stupore che provai, il giorno dopo, leggendo nei giornali paraensi i più squisiti elogi a nostro riguardo: “Come parlare dela gentile consorella? – scriveva *O Para* – Ella há nele vene l' entusiasmo e l' ardore dele creature dei tropici” (FERRUGGIA, 1901, p. 303 – 304).

O último evento realizado pela Mina Literária foi a recepção do escritor Coelho Neto organizada “no salão de honra do Club Euterpe”, em 1899. Eustáquio de Azevedo descreve a

⁵² Onde posteriormente funcionou a Academia de Direito do Pará.

dinâmica desse “sarau lítero-musical” como o fizera ao narrar a festividade em honra a Gemma Ferruggia. Houve a participação do sexteto musical comandado por Gama Malcher, a declamação de poemas e os protocolares discursos apologéticos. Ao final da solenidade distribuiu-se a obra colaborativa *Coelho Neto e a Mina Literária*⁵³.

A importância da Mina Literária estaria assim configurada por meio dos eventos sociais que congregavam as figuras políticas e intelectuais de Belém em eventos marcados pelo patriotismo ou pela exaltação de algum visitante distinto. Outra realização da Mina Literária que Eustáquio celebrou diz respeito a publicação de alguns livros dos seus membros. Seriam eles *Brados d’armas*, de Natividade Lima; *Nevoeiros* (versos) e *A Viúva* (novela), de Eustáquio de Azevedo; *Páginas Avulsas* (artigos e crônicas), de Álvares da Costa; *Maria Luiza* (romance), de Ovídio Filho; *Coisas profanas* (poesias), de Acrísio Mota e a obra coletiva mencionada acima. Infelizmente são acessíveis para consulta apenas o livro de Acrísio Mota e o volume organizado em homenagem a Coelho Neto. As demais publicações estão perdidas ou guardadas em bibliotecas particulares de famílias tradicionais de Belém. De uma forma ou de outra elas estão inacessíveis à investigação.

Eustáquio de Azevedo ao apresentar os responsáveis pela extinção da Mina Literária retoma o argumento heroico apontando os inimigos que conseguiram vencer o entusiasmo e o esforço dos “mineiros”. Esses adversários são identificados como o Centro Literário Amazônico, órgão que teria gerado as primeiras dissensões entre os membros da Mina, e “a política regional, que se tornou ferrenha” na virada do século apartando intelectuais de diferentes convicções “embora fossem amigos de infância” (AZEVEDO, 1918, p. 19). Diante da força desses opositores o texto dramatiza a condição instável da cultura paraense indicando a existência “meteórica” de associações literárias surgidas após o fim da Mina Literária. Ao destacar somente a curta duração de mais de uma dezena de agremiações, sem oferecer nenhuma informação de como elas atuaram, o texto conduz o leitor a se identificar com a “má fortuna” dos intelectuais responsáveis por tantas “festas espirituais”.

Eustáquio de Azevedo compreende a persistência dos intelectuais paraenses em criar novas associações e periódicos literários não como uma expressão de vitalidade cultural, preferindo interpretar essas iniciativas como a manifestação de sua decadência. Esse posicionamento apenas reitera o caráter pessoal de seus julgamentos. A segunda edição da *Antologia Amazônica* ao ser iniciada pela narrativa de alguns eventos literários de Belém,

⁵³ Segundo Eustáquio de Azevedo o livro contém colaboração de Theodoro Rodrigues, Fran Pacheco, Frederico Rhossard, Eustáquio de Azevedo, Sabino Batista, Olavo Nunes, Guilherme de Miranda, Cantidiano Nunes, Euclides Dias, Antonio Silva, Carlos Victor e Bertoldo Nunes.

permite que antecipemos qual será o discurso avaliativo dominante no restante da obra. A nostalgia é o material que sobressai nas biografias historiográficas dos poetas coligados. Tanto os autores presentes na primeira edição quanto os que passavam a integrar a publicação de 1918 estão interligados por um narrador saudoso de sua juventude e de seus amigos falecidos. O sentimento de perda ou de inadequação fica evidente quando os poetas jovens são recriminados por terem optado por novas formas de expressão poética destoantes das convicções artísticas de Eustáquio.

Ao escrever os textos historiográficos da literatura paraense o que Eustáquio de Azevedo acaba realizando indiretamente é a narrativa de sua vida. Mesmo ao abordar acontecimentos e autores muito distantes temporalmente ele o faz de maneira particular introduzindo sua personalidade emotiva para exaltar personagens históricos ligados a Independência do Brasil ou às campanhas abolicionista e republicana. O apreço pela literatura firmada na tradição clássica ou de claro apelo materialista constitui finalmente o cerne da compreensão artística desse autor que pode ser considerado como a síntese da mentalidade cultural paraense no início do século XX.

Contudo, pode ser melhor apreciada a importância do relato de Eustáquio de Azevedo com respeito a *Mina Literária* primeiro, se observamos como o seu funcionamento estava respaldado por ações patrióticas, eventos de louvação a figuras ilustres da cultura local ou nacional, além da presença constante de lideranças políticas em seus eventos oferecendo apoio “moral” ao esforço dessa parcela da intelectualidade paraense. A mesma estrutura organizacional e o mesmo discurso de soerguimento da cultura nortista serão repetidos por agremiações como a Associação da Imprensa do Pará (1912), O Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917) e a Associação dos Novos (1920). Semelhante continuidade do formato de promoção da atividade literária, cultural ou científica nos leva ao segundo fator relevante da narrativa de Eustáquio: a presença de intelectuais que terão papel relevante dentro de agremiações atuantes ou criadas na década de 1920.

O engenheiro Ignácio Moura, distinguido por Eustáquio como poeta na segunda edição da *Antologia Amazônica* e elevado por esse historiador a herói do movimento abolicionista no estado, terá até o ano de sua morte um papel preponderante no cenário cultural de Belém. Ignácio Moura foi o primeiro presidente do IHGP, incentivador apaixonado das comemorações dos Centenários da Independência do Brasil e da Adesão do Pará à Independência; padrinho da Associação dos Novos e participante da reinstalação da Academia Paraense de Letras.

Luiz Barreiros será presidente da Associação da Imprensa durante três gestões seguidas, membro e posteriormente presidente do IHGP, tendo colaborado em algumas ocasiões com o jornal *Folha do Norte* e assumido a cadeira de Deputado Estadual.

Luiz Lobo, futuro comandante da Brigada Militar do Estado, será presidente da Associação da Imprensa e membro do IHGP gozando de enorme prestígio junto a Ignácio Moura e outras figuras importantes da elite cultural, financeira e política paraense.

Figura 3 – Fotografia do Comandante da Brigada Militar do Estado, Dr. Luiz Lobo.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Fran Pacheco após sair de Belém exerceu o cargo de Cônsul de Portugal na capital Maranhense (1900 – 1922). Ao voltar a Belém em 1924 atuou na mesma função e desenvolveu uma série de conferências a respeito de autores portugueses, além de ter idealizado a Universidade Livre, iniciativa educacional que promoveu uma série de conferências no Teatro da Paz versando acerca de medicina, economia, geografia e educação física.

Lauro Sodré foi eleito novamente Governador do Estado em 1917 e participou ativamente da fundação do IHGP, da organização dos festejos que comemoraram os 50 anos do fim da Guerra do Paraguai e nomeou os representantes da comissão paraense participante da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em 1922.

A participação desses intelectuais nas agremiações mencionadas manterá viva e produtiva toda a cultura literária oitocentista paraense nos anos de 1920. Ler as notícias publicadas nos jornais e nas revistas dos saraus realizados pelos jovens beletristas da “cidade das mangueiras” é como observar uma pintura de um baile da *Belle Époque*.

Mas a segunda edição da *Antologia Amazônica* tem muito mais a dizer após a nota explicativa que promete um segundo volume dos poetas do Amazonas e o histórico Mina

Literária. As alterações e atualizações no que concerne a apresentação dos poetas paraenses mostra-se igualmente significativa pelo grande número de poetas “moços” que mantêm acesa a chama nos altares do Parnasianismo. A mudança mais óbvia está no aumento do número de autores. Dos 33 iniciais temos agora 41 aos quais podem ser somados outros 25 nomes que recebem tratamento menos detalhado. Os poetas incorporados na parte principal do livro são Felipe Patroni, Gama e Costa, Ignácio Moura, Flávio Cardoso, Euclides Lima, Paula Guimarães, Nogueira de Faria e José Simões.

Destes nomes alguns são engrandecidos pela atuação política que desempenharam durante os eventos que levaram a Independência do Brasil e a Abolição da Escravatura. O caso de Felipe Patroni é emblemático por ele ter participado desde do início da campanha emancipadora do Brasil e discursando na Assembleia Constituinte do Porto em 1821. Ao voltar a Belém fundou com o Cônego Batista Campos o primeiro jornal do Estado chamado *O Paraense*, em 1822. Essa publicação foi o porta-voz no Pará dos ideais da libertação brasileira do domínio português. Eustáquio de Azevedo após traçar esse perfil de um herói nacional informa dos dotes intelectuais de Felipe Patroni formado em Direito Civil e Canônico na Universidade de Coimbra e conhecedor de vários idiomas. A habilidade poética de Patroni é exibida por meio de alguns poemas antecedendo o dramático relato de sua morte ocasionada pela loucura.

Ignácio Moura é apresentado por Eustáquio de Azevedo como um intelectual que dentre suas várias habilidades nutriu durante a juventude a produção poética. A sua participação em congressos científicos e a publicação de estudos históricos rivalizam com a formação técnica na engenharia civil que o levou a trabalhar na construção das estradas de ferro de Caruaru e a que ligava Belém a cidade de Bragança. A militância política foi outra de suas facetas iniciada ainda quando ele discursava em comícios pela abolição do regime escravocrata. Esse multifacetado homem de letras, lente de matemática do Liceu Paraense (Ginásio Paes de Carvalho), é assim descrito na *Antologia Amazônica*.

Patriota sincero, vê com mágoa não possuímos um livro que historie com clareza os anais da nossa vida regional. E ei-lo trabalhando com clareza, com entusiasmo para levar a efeito essa obra grandiosa, onde ficarão estampados, com dados positivos, exatos e seguros, os fastos esquecidos de três séculos de nossa história (AZEVEDO, 1918, p. 126).

Quanto ao estro poético, Eustáquio de Azevedo compara a produção esparsa de Ignácio Moura com a dos consagrados poetas românticos brasileiros.

O Dr. Ignácio Moura floresceu, como poeta, na época dos líricos românticos, das poesias patrióticas e hugoanas, fazendo seu verbo trovejar ou gemer, despedindo lavas de talento, ora lembrando-nos Hugo e Castro Alves, como na “Tempestade e o Gênio!” e “Antítese”, ora Fagundes Varela e Casemiro de Abreu [...] Este mavioso poeta e ilustre paraense não publicou livro de versos nenhum, e é pena: figuraria dos mais distintos da escola literária que seguia, hoje desaparecida, sufocada por novas correntes estéticas (AZEVEDO, 1918, p. 128).

A biografia intelectual de Ignácio Moura traz um forte indício de que foi escrita em 1915, pois informa que nesse mesmo ano o engenheiro e literato organizava a publicação de um *Anuário de Belém* destinado a comemorar o terceiro centenário da fundação da capital do estado. Em outras manifestações pátrias ou momentos comemorativos Moura usaria da publicação de estudos históricos para solenizar datas significativas da formação brasileira⁵⁴ como fizera no ano de 1900 ao preparar a *Memória Vultos e Descobrimientos do Brasil e da Amazônia* com Estephanio Silva.

Eustáquio de Azevedo ao incluir o nome de Ignácio Moura na *Antologia Amazônica* permite ao leitor criar uma tríade de personalidades que atuaram em momentos decisivos da história brasileira. Felipe Patroni surge como um herói da Independência, Júlio César desponta por ter combatido na Guerra do Paraguai e Ignácio Moura pela liderança na campanha abolicionista representava a síntese da cultura humanista que usava da formação erudita para servir à pátria ou promover o estado natal. Os três ilustres paraenses assim representariam de um modo muito significativo o ápice da inteligência nortista por terem dominado além da expressão poética outras áreas do conhecimento humano. Eustáquio acentua a habilidade linguística e o poder da retórica em Felipe Patroni; Júlio César é exaltado por seus experimentos quanto a dirigibilidade de balões se equiparando aos pioneiros da aviação mundial; e Moura ao transitar entre a prática do ofício da engenharia, a pesquisa histórica, a política e o magistério encerra o quadro de homens letrados capazes de desempenhar qualquer função que lhes fosse confiada.

Para não mentir ao valor da juventude paraense finalizam a segunda parte da *Antologia* os poetas Flecha Ribeiro, Paula Guimarães, Nogueira de Faria e José Simões. Dentre esses quatro moços, mesmo que todos sejam elogiados por suas qualidades intelectuais, somente aqueles que versem segundo a “arte do verso” merecem incentivos e felicitações. As críticas que Eustáquio de Azevedo lançou contra a poesia Simbolista de Flecha Ribeiro permanecem com o mesmo teor rebarbativo e trazem somente a modulação de um discurso de

⁵⁴ Ignácio Moura em seus escritos históricos entende que toda a violência cometida pelos portugueses no processo de conquista do território amazônico é justificada pela futura criação da sociedade brasileira e a consequente independência.

descontentamento repetido tantas vezes. O que há de novo fica por conta de informações biográficas que poderão ser acompanhadas no quadro sinóptico do Apêndice B.

O poeta Paula Guimaraes que no passado fora elogiado por Eustáquio no livro *Vindimas* recebe agora um tratamento muito diferente. Se antes a sua ligação com a Escola Evolucionista fora o motivo para que a sua poesia fosse avaliada positivamente os parâmetros se invertem em 1918.

A Escola Evolucionista há de desaparecer, também, sem deixar frutos opimos; os verdadeiros poetas que a seguem, como Paula Guimarães, há de se convencer da sua inutilidade, como os outros já o fizeram com o simbolismo. Os versos rebeldes são o produto da mediocridade pretenciosa, quase sempre, dos vadios e nulos, que, não sabendo domar a estrofe, encontram meio de se livrar dos rígidos preceitos da verdadeira Arte, escrevendo aleijões de prosa rimada, com foros de poesia transcendental (AZEVEDO, 1918, p. 232).

Mais interessante do que esse fragmento raivoso de crítica são os poemas citados da produção de Paula Guimaraes. Mesmo que eles desrespeitem as convenções da métrica, e assim firam as susceptibilidades de um sensor melindroso, a motivação principal desses versos é o fetichismo da criação verbal expresso em vocabulário muito similar aos poemas metalinguísticos de Olavo Bilac e de Francisca Júlia, embora pela sensualidade das imagens e a invocação de seres vagos recorde o estilo de Cruz e Sousa. Um trecho de “Sonata do ciúme” ilustra perfeitamente essa contradição.

Amo-te, burilada estrofe, do meu poema!	A
Amo essa estranha luz dos teus olhos felinos,	B
A carnadura branca, e esse rosado trema	A
Dos bicos de coral dos seios pequeninos.	B
Vives nos bronzes nus, nos mármore e argilas,	C
Sublime inspiradora e modelo das Telas!	D
Ao teu corpo a estesia da grande arte distilas,	C
E ela ruger, em estudar frenético, em procelas.	D
És uma filigrana estética e confusa...	E
E para conhecer de todo os teus adornos,	F
É preciso sondar – luz ativa e difusa,	E
A serpiginação febril dos teus contornos.	F

(GUIMARAES apud AZEVEDO, 1918, p. 233).

Nessas estrofes Paula Guimaraes sequer infringe a cesura clássica do verso alexandrino. A marcação da sílaba tônica na 6ª sílaba do primeiro hemistíquio e na 12ª do segundo hemistíquio é respeitada. Até a imagética sensual evocada está dentro da convenção tradicional da personificação feminina da poesia. Os versos que devem ter incomodado o sismógrafo métrico de Eustáquio são os do poema “Volúpia da forma”.

Quero-te assim, linha de fume, nua,	A
em volatas, caprichosa, estertorando	B
em ânsias, em paixões e a Volúpia sonhando!	B
A evolar-se, a subir, como um enxame de abelhas	C
ao sol, que do alto flutua	A
ricamente bordando a crista das montanhas,	C
e esses lagos azuis onde refletem os tons	D
das Almas puras e dos Seres bons.	D

(GUIMARAES apud AZEVEDO, 1918, p. 234).

Aqui a heterogeneidade da métrica se aproxima da “prosa rimada”, que como manifestação da liberdade comunicativa do poema se destinava a valorizar o fluxo de consciência, a expressão espontânea e a validação de uma nova possibilidade compositiva. Mesmo que as metáforas e os demais recursos retóricos fossem mantidos dentro dessa concepção poética o principal erro da Escola Evolucionista seria, segundo Eustáquio, a ausência do esforço laborativo em ordenar a inspiração lírica segundo a forma métrica e rítmica instituída com o advento da poesia classicista. A poesia enquanto atividade intelectual e criativa deveria se adequar sempre a um conjunto de procedimentos respaldados pela historicidade do uso. Toda essa compreensão do que é ou não poesia está no centro do debate ideológico que se desencadeará em Belém durante os anos de 1920. Será durante essa década que circularão por meio da imprensa as primeiras críticas aos movimentos artísticos europeus como o Dadaísmo, o Ultraísmo, e, principalmente, o Futurismo. Mas antes desse debate ser introduzido voltemos à *Antologia Amazônica*.

Eustáquio de Azevedo enxerga em outros poetas moços a possibilidade de superar a poesia Evolucionista e os resquícios do Simbolismo. Por meio da produção de Nogueira de Faria encontraríamos a continuidade da poesia “impessoal”, “descritiva”, a “mais bizarra de todas as fórmulas poéticas” (AZEVEDO, 1918, p. 124): o Parnasianismo. É certo que algumas ressalvas são feitas ao jovem poeta, mas o principal da fala de Eustáquio demonstra reverência ao seu trabalho.

O lirismo dos discípulos de Victor Hugo atraiu a estesia deste poeta, tornando-o um lírico estudioso e de talento, se bem que procure dar a conhecer a sua despreocupação de escola, escrevendo, como algures explicou, “versos à toa, ao sabor do coração”. Nogueira de Faria possui, de fato, poesias realistas, parnasianas, romântica e até chega às extravagâncias acrobáticas dos versos evolucionistas; mas, no ecletismo de sua musa, trai a corda que mais nele vibra: a do lirismo puro, doce e ingênuo de um artista que vive da emoção (AZEVEDO, 1918, p. 235).

José Simões finaliza a lista biobibliográfica dos 41 poetas principais da *Antologia Amazônica*. O que Eustáquio comenta da sua produção é quase irrelevante alegando que pouco

poderia ser dito de “um poeta provinciano, moço, que só teve tempo de amar e descrer” (AZEVEDO, 1918, p. 235). A ausência de um comentário crítico dos poemas citados de José Simões deixa espaço para Eustáquio divagar numa linguagem vaga e romantizada acerca das desilusões desse poeta iniciante. Não fosse o poema “Saudades de Maria”, que é uma ode romântica à mulher, todos os poemas transcritos estariam em consonância com a poética elevada e formal do Parnasianismo: “José Simões pode formar, sem desdouro, ao lado dos mais delicados poetas d’Amazônia, pelo sentimento que lhe brota espontâneo dos recessos d’alma, tornando-o um lírico mimoso. [...] Esperemos, pois, essa manifestação brilhante de seu espírito” (AZEVEDO, 1918, p. 286).

A última parte da *Antologia* intitulada “Mais poetas” reforça a esperança de que a nova geração de versejadores não se desviará da forma adequada de escrever versos. Já que todos os poemas transcritos são sonetos e a maioria de seus autores nasceu entre 1882 e 1894. Essa leva de sonetistas e cultores da tradição permite que Eustáquio de Azevedo se entusiasme ao imaginar a vitória dos poetas paraenses sobre as extravagâncias artísticas cometidas na Europa àquele tempo: “O norte do Brasil é fértil em poetas. Além dos já citados por mim, outros possui o Pará, e, em número tão grande, que poderia com eles formar um exército capaz de acabar em algumas horas com a atual conflagração europeia” (AZEVEDO, 1918, p. 289).

As duas edições da *Antologia Amazônica* representam uma iniciativa historiográfica única no estado do Pará servindo de modelo para outros trabalhos compilatórios, dos quais nenhum foi além da mera acumulação de informações. Essas duas antologias são o único registro planejado do ambiente intelectual paraense nos primeiros séculos de sua formação social. Não fosse a iniciativa catalográfica de Eustáquio de Azevedo muitos dos poetas atuantes em Belém teriam desaparecido completamente sem que pudéssemos ter qualquer indicação de como buscar suas obras ou tentar entender o papel que desempenharam no cenário cultural do Norte do Brasil. Falar da literatura produzida em Belém no século XIX e no início do Século XX é quase como tentar contar a história de uma civilização ágrafa. Pois muitos dos livros e dos periódicos apontados por Eustáquio estão perdidos ou não existem mais.

Outro mérito da *Antologia Amazônica* está no registro da mentalidade tradicionalista dos intelectuais que colaboravam na imprensa local. Ao abordarmos a década de 1920 será possível compreender o motivo da existência de discursos tão inflamados contra a poesia que estava sendo criada em São Paulo ou contra as “novidades” oriundas da Europa.

**Sessão III – A cultura letrada colaborativa: efemérides,
política & propaganda**

3. As Associações Culturais e Literárias de Belém do Pará

O grande número de associações lítero-culturais que se organizavam em Belém no início do século XX contrasta com a curta duração ou o descontínuo de suas atividades públicas. Como prática corrente essas associações se faziam anunciar por meio dos periódicos convocando seus membros para as sessões ordinárias, anunciando datas festivas, divulgando recepções a personalidades e informando quanto ao andamento dos seus diversos eventos.

Do mesmo modo que era comum a circulação do anúncio da fundação de alguma associação, o resumo do último evento realizado ou a celebração do aniversário dessas agremiações de homens instruídos: jornalistas, professores, médicos, magistrados e políticos; todos ligados de alguma forma a uma elite financeira ou que almejavam a ascensão social por meio da produção cultural; pouco alarde era feito no momento da dissolução das mesmas. O silenciamento costumava ser a postura usual por parte dessa intelectualidade que tinha enorme propensão para o entusiasmo coletivo como para o conseqüente desânimo e esquecimento.

A voz que nos informa das várias associações criadas em Belém desde o final do século XIX é a do escritor José Eustáquio de Azevedo. Como testemunha da agitação cultural da capital paraense, em 01 de junho de 1920, por ocasião da publicação da primeira versão de seu futuro livro *Literatura Paraense*, feita no jornal *Folha do Norte*; ele nos recorda a divisão ocorrida no ano de 1887 entre os intelectuais paraenses.

Eram chefes de um deles Paulino de Brito e João Marques de Carvalho, tendo por acólitos: Frederico Rhonsard, Antônio de Carvalho, Heliodoro de Brito, Bertino Miranda, Pontes de Carvalho e outros; chefiava o outro o espírito revolucionário e irrequieto de Olympio Lima, tendo por companheiros: Acrísio Motta, Leopoldo Sousa, Manuel Barreiros Lima, João Nilson, Guilherme de Miranda, Antônio Macedo e o autor destas linhas. Em 1889 uniram-se ao nosso grupo outros rapazes de talento: Barroso Rebelo, Elias Viana, Alfredo Pinto, Paulo Maranhão e outros. Surgiram então as revistas literárias “A Arena”, órgão do grupo de Marques de Carvalho e o “Sílvio Romero”, órgão do nosso (AZEVEDO, 1920f, p. 01).

O testemunho de Eustáquio de Azevedo, quanto à movimentação cultural em Belém, oferece uma lista com mais de uma dezena de grêmios e de publicações literárias de curta duração⁵⁵. Mas delas ficamos sabendo somente o nome e o período de atuação. O autor ainda

⁵⁵ Eustáquio de Azevedo lista um grande número de associações literárias de “existência meteórica” entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, algumas dessas associações tiveram um órgão publicitário de mesma sorte efêmera. Essas associações são as seguintes: Oficina Literária (1899); Clube Coelho Neto, Apostolado Cruz e Sousa e Grêmio Estudantino Paraense, ambos de 1900; Grêmio Literário Fagundes Varela (1901); Grêmio de Letras (1902); Congresso Tibiriçá de Lemos (1903); Escola Literária Antônio Lemos (1904); Oficina de Letras (1904 – 1907). Além desses grupos literários Eustáquio cita outros sem precisar a data e indicando vagamente o período de sua atuação, entre 1899 e 1926, são eles: União Estudantina Benjamin Constant; A Boemia Literária; Estudantina Bezerra de Albuquerque; A Galeria de Letras Rio Branco; Sociedade de Homens

tenta justificar a causa para tantas manifestações de “espírito” fracassarem em tão pouco tempo. A falta de incentivo financeiro será um mote repetido por diversos intelectuais paraenses ao longo de décadas.

Há entusiasmo e amor às letras, mas falta persistência e amor ao trabalho... Compreende-se, e com razão, que, sem estímulo da parte dos que os podem ajudar a manter uma associação literária, uma revista mensal, a publicação de um livro, - o escritor paraense desanima, e larga de mão os seus ideais pela cultura do espírito e seus anseios de glória... (AZEVEDO, 1990, p. 92 – 93).

Embora o fracasso tenha sido uma constante para os entusiastas das Belas Letras, três agremiações merecem destaque pelo alcance de suas atividades e o modo como marcaram o cenário intelectual de Belém. Essas instituições culturais foram a Associação da Imprensa do Pará, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Associação dos Novos. As circunstâncias que as levaram a serem parceiras em várias ocasiões merece uma abordagem particularizada, mesmo que durante a década de 1920 os seus destinos tenham se cruzado de maneiras diversas. A colaboração ou o conflito entre os intelectuais filiados a tais grupos de homens de letras se revelará no decorrer dessa sessão.

3.1. A Associação dos Novos (1920 – 1927).

Para o entendimento da dinâmica da circulação das ideias de vanguarda literária em Belém a Associação dos Novos merece maior atenção, pois vários de seus integrantes ou daqueles que faziam parte do mesmo círculo de amizades atuaram nos jornais e nas revistas dentro da década de 1920 como críticos, cronistas, poetas e, algumas vezes, contistas. A “rede social” da qual participavam se mostrava atenta ao que ocorria em várias capitais brasileiras, além de haver uma sistemática preocupação em recepcionar figuras célebres da sociedade paraense ou visitantes ilustres. Essa prática amistosa para com os membros de uma elite sociocultural rendeu em muitos casos considerável apoio para a manutenção das atividades da Associação.

Na *Antologia da Cultura Amazônica* (1970), organizada por Carlos Roque, podemos encontrar no primeiro volume uma lista de autores paraenses disposta por ordem alfabética entre as letras de A a H. Essa obra fornece alguns dados biográficos e apresenta exemplos de produção literária dos poetas relacionados. O autor dessa coletânea ao tratar da poetisa Brites Motta elucida sua participação na Associação dos Novos e cita a suposta data de sua fundação:

de Letras do Pará; Escola Literária Olavo Bilac; Centro Intelectual Paraense; Cenáculo dos Novos; Academia dos Poetas Paraenses e Sociedade Paraense de Ciências e Letras.

14 de julho de 1920. Buscamos dentre os jornais mais importantes que circulavam em Belém nesse ano – *A Província do Pará*, *Folha do Norte* e *O Estado do Pará* – averiguar se nesses periódicos houve alguma referência na data mencionada acerca da criação da Associação dos Novos. Infelizmente, durante o primeiro semestre desse ano *A Província* não circulou; na *Folha* não pudemos encontrar nenhuma menção, o mesmo se deu com *O Estado*. Mas essa ausência de documentação quanto à fundação da Associação dos Novos pode ser explicada pela própria incipiência do grupo.

A primeira referência a Associação dos Novos ocorreu por meio de uma pequena nota publicada n’*A Província do Pará*, em 13 de agosto de 1921. O texto informa: “Reunirá amanhã, às 14:30 horas, a Associação dos Novos, em sua sede social, a fim de tratar de assunto do máximo interesse” (ASSOCIAÇÕES, 1921a, p. 02). Nenhuma menção aos Novos apareceria na mídia jornalística até 12 de novembro, quando novamente divulgada pel’*A Província do Pará*, uma nota convocava os interessados em participar dos festejos da próxima data cívica.

A fim de aprovar o programa organizado para os festejos da grande data da proclamação da República, reúnem-se hoje, às 15 horas, os membros deste futuroso grêmio literário. Em se tratando de assuntos de tão alta importância, o Sr. Presidente pede, por nosso intermédio, o comparecimento de todos aqueles que se interessam pela prosperidade da sociedade e desejam o engrandecimento da Pátria estremecida (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1921b, p. 02).

O ano de 1921 mostra as primeiras manifestações dos Novos, mas o que pensar do ano de 1920? Por que nenhum registro parece existir a fim de lançar luz sobre essa questão? Teria mesmo essa agremiação de jovens surgido em 14 de julho de 1920? Quem nos explica o nascimento da ideia que deu origem a Associação dos Novos é um de seus fundadores, o poeta e jornalista De Campos Ribeiro. No artigo “Associação dos Novos do Pará⁵⁶” publicado no primeiro número da revista *Terra de Sol*, em janeiro de 1924, o então redator d’*A Província do Pará*, esclarece o processo de criação desse grupo de literatos.

1920. Paulo de Oliveira, a esse tempo aluno da Escola Prática de Comércio, ao nosso lado, convidou-nos, um dia em que nos surpreendera em pacientes exercícios datilográficos sobre as quatorze linhas do rudimentaríssimo soneto, para a fundação de um grêmio de letras, onde os neófitos se reunissem para o encorajamento mútuo, certos de franca vitória. Concordamos. E, no dia seguinte, apresentávamos ao Paulo dois novos adeptos da ideia: Ramiro e Arlindo Ribeiro de Castro. E a 14 de julho, na residência de Edgar de Brito Pontes, e com a presença de Tupinambá de Carvalho, Arquimedes de Almeida e Luiz Moraes, era assentada a pedra inicial do futuro edifício. A princípio medrosamente, temerosos de escárnio; mas tarde pouco e pouco ousados, os *novos* vieram lentamente, pacientemente congregando outros convictos à sua ideia. O primeiro ano foi vivido assim, na penumbra, receosos todos de que se soubesse rua à fora a sua utopia. Em junho de 1921, com a recepção (primeira que se

⁵⁶ Esse texto foi escrito em dezembro de 1923.

fez) a Eurico Fernandes, que vinha do Amazonas, cresceu no grupo a febre de publicidade. A cada reunião, como nos primórdios do Cristianismo, cada sectário trazia um elemento a mais para as fileiras. Vieram então Wenceslau Costa, Ademar de Andrade, R. Nonato, Mário Platinha, Oscar Maia, Sant'Anna Marques, Gabriel Lage e David Santos. E a ascensão começou. Iniciaram-se as festas de Arte, festas soberbas, em que mesmo os mais indiferentes acorriam cheios de aplausos, entusiastas... Com a chegada a Belém de Raul Bopp, que se fez amigo dos *novos*, a 14 de julho de 1922 a Associação realizava o mais soberbo de seus festivais de Arte, em que tomaram parte Raul Bopp, Bruno de Menezes, Abguar Bastos, Sandoval Lage (atual secretário d'A *Semana*), Ernani Vieira, Luiz Gomes (Jacques Flores), Munis Barreto, Farias Gama e Brites Mota, nas letras; e Olindina e Edith Cardozo, Silvina Costa, Eulália Falcão, Camargo de Oliveira, Waldemar Godinho e Hermenegildo de Carvalho, na música. Essa tertúlia bem se pode chamar o voo definitivo do grêmio. Dias depois eram filiados à Associação todos acima citados, à exceção de Sandoval Lage e Raul Bopp (RIBEIRO, 1924a, p. 93).

Trabalhos publicados décadas depois indicam que a Associação dos Novos foi fundada em 1921. Sendo a *Literatura Paraense* em sua segunda edição (1943) e posterior reimpressão (1990), a fonte que sustentará esse ano como o correto. Essa informação, ainda reproduzida por estudos atuais, a serem discutidos adiante, conseguiu se firmar pela ausência de investigação das fontes primárias. Como veremos, ao longo dessa pesquisa, é sempre bom verificar as fontes das informações aceitas com unanimidade.

No jornal *A Província do Pará*, em 20 de junho de 1922, encontramos outra nota que nos ajuda a esclarecer esse dado cronológico. O texto em questão reitera a inclinação lúdica desses encontros festivos dedicados à promoção da cultura literária local.

Em regozijo ao 2º aniversário de sua fundação, a Associação dos Novos recepcionará, hoje, os seus convidados, com uma “soirée” dançante, para a qual reina desabusado entusiasmo. Nos intervalos das danças surgirá o primeiro número de um jornal falado, que promete ser interessante (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1922a, p. 01).

A Província do Pará, em 15 de julho de 1922, publicou uma nota dando conta da celebração que a Associação havia feito em comemoração à Revolução Francesa juntamente com a posse de sua nova diretoria: “Também em regozijo ao 14 de julho, a futura associação literária acima realizou, em sua sede social, uma sessão solene, dando posse aos seus novos corpos dirigentes, seguindo-se em bem organizado programa literário, que agradou geralmente” (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1922b, p. 01).

E em 20 de julho, no mesmo jornal, um pequeno artigo assinado por Mendes de Campos louvava a iniciativa dos membros da Associação lhes desejando sorte na jornada cultural que desenvolviam. A troca de mensagens e de elogios que os jornais e as revistas possibilitavam revela que a “rede sócio-literária” de Belém tinha uma dinâmica comunicativa de velocidade surpreendente ao considerarmos o momento histórico e o tipo de mídia utilizada.

Tenho a certeza de que o valor desta brilhante corporação deixou de ser no mundo literário uma simples ficção para mostrar a través do seu prestígio, num clarão fulgurante, a gloriosa afirmativa de uma realidade. Estes breves conceitos, despidos de primor, mas repletos de sinceridade afetuosa, foram-me sugeridos pelas ricas impressões que o meu espírito colheu na festa lítero-musical, realizado à 14 de julho na sua sede social. Nesta época em que a descrença acompanha “par e passo” os arroubos da mocidade sonhadora: em que os preconceitos suplantam os ideais nobres: em que a escola social tolhe as expectativas alevantadas dos cérebros que se formam a golpes de sacrifícios: - a Associação dos Novos anima e desperta, engrandece e coroa a juventude desta terra (CAMPOS, 1922, p. 01).

No ano de 1923, a Associação dos Novos tornou-se um grupo reconhecido socialmente por intermédio do grande entusiasta da cultura e da história paraense, o Dr. Ignácio Moura. Ele realizou uma conferência no salão nobre Teatro da Paz no dia 26 de junho⁵⁷ homenageando a “personalidade literária de Paulo Barreto” (CONFERÊNCIA..., 1923, p. 01). Nesse evento, alguns membros da Associação dos Novos foram apresentados pelo “velho beletrista” (PAULO..., 1923, p. 01) à intelectualidade presente. Nessa ocasião, os Novos encerraram a conferência recitando poemas de sua lavra. Já nos anos de 1921 e 1922, a presença dos Novos se mostrava por meio da publicação n’*A Província do Pará* de poemas e de anúncios da realização de eventos festivos, mas foi em 1923 que esses jovens escritores se distinguiram com a elaboração de críticas polemizando as obras de autores “futuristas” ou “modernos”. Foi em meio a esse clima amistoso que a Associação dos Novos comemorou o seu terceiro aniversário de fundação no dia 10 de julho, tal como nos informa a nota “Associação dos Novos”, publicada n’*A Província do Pará*.

Reúnem-se hoje, às 15 horas, em sua sede provisória à Avenida da Generalíssimo Deodoro, 158, aos vários elementos da Associação dos Novos, a fim de elegerem os novos corpos administrativos serem empossados no próximo dia 14 do corrente em sessão solene, comemorativa da passagem do 3^a aniversário dessa futura agremiação de letras e artes. Sendo o assunto a tratar de alto interesse para a sociedade o Sr. Raimundo Nonato, atual presidente, pede, por nosso intermédio, o comparecimento de todos os sócios, à hora e local acima designados (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1923d, p. 01).

Afastando qualquer possibilidade de dúvidas, encontramos no dia 14 de julho de 1925, um artigo capaz de resolver a problemática quanto a data de criação da Associação dos Novos. Citaremos o texto completo em razão de seu ineditismo e valor informativo.

Completa neste dia o seu quinto aniversário de fundação o núcleo pujante de artes e letras que é a Associação dos Novos, o grêmio a cujos altos destinos se vão norteando as letras e artes modernas do Pará. Foi, de facto, a 14 de julho de 1920 que surgiu

⁵⁷ Há uma pequena confusão quanto à data dessa conferência. O jornal *A Província do Pará* em nota publicada no dia 23 de junho afirma que o evento ocorreria no próximo dia 26. Contudo, no seguinte por meio de outro anúncio, o mesmo jornal informa que a conferência se daria no dia 24 de junho. Mas o jornal *Folha do Norte* publicou uma nota no dia 28 de junho se referindo ao evento como realizado no dia 26 de junho.

nesta terra, fundado por um grupo de moços cheios de talento e de vontade, o grêmio que tão útil e proveitosamente vem vivendo esses cinco anos de progresso, de soerguimento, de grandeza intelectual do Pará. A Associação dos Novos, surgida de um punhado de rapazes que apenas tinham merecimento, rapazes desconhecidos de todos e de tudo não é hoje um mito. Não! Ela representa já um padrão de orgulho da nossa terra, na seara do espírito. E aí estão todos esses moços, esses poetas e artistas que fazem a vida espiritual da terra de José Veríssimo, vencedores no seu sonho de há cinco anos. *Belém Nova*, o magazine elegante e fino é uma conquista dessa gente nova, gente vencedora. A vespéral de há um mês, apenas, no Teatro da Paz, foi uma grande vitória. E, assim, todos esses moços artistas, poetas, prosadores, músicos e desenhistas, agregados sob a égide do grêmio literário-artístico que é a Associação dos Novos, estão hoje de plenos parabéns. Cavaleiros do ideal, vencedores pelo espírito eles sorriem hoje, vendo que as marselhasas que cantavam derribaram também a Bastilha da indiferença em que jazíamos para as letras. É hoje um grande dia para o Pará Espiritual. É o dia de Natal da Primavera do Talento! (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1925, p. 01).

Nesses cinco anos de atividades públicas, a Associação dos Novos se constituiu como um órgão de ações bastante regulares e de costumes muito bem definidos. Apesar de seus membros terem ensaiado algum tipo de ação artisticamente revolucionária, tais gestos ficaram restritos unicamente ao discurso inflamado sem qualquer consequência reformista. A circulação dos conceitos de Arte Moderna ou Arte Nova se deu em meio aos círculos literários e jornalísticos de Belém segundo um posicionamento crítico tanto dos autores jovens quanto daqueles de carreira consolidada. Essa “rede lítero-social” permitia que qualquer informação a respeito das novas tendências artísticas ganhasse expressão suscitando debates e dissensões; mesmo que ao final prevalecesse os princípios artísticos tradicionais unificadores de Novos e Velhos. A ideia que movimentou o pensamento pseudo-reformista dos escritores e do poetas Novos belenenses foi completamente diferente daquilo realizado pelos intelectuais de São Paulo que ficariam conhecidos como Modernistas.

Ainda podemos reformular nossa afirmação atingindo maior precisão. Para os escritores de Belém o conceito associado à palavra “moderno” era entendido a partir de seu significado e forma arcaica: *hodierno*, aquilo que é atual, dos dias de hoje. Mas essa acepção não demonstrava o interesse em assimilar as transformações tecnológicas ou as mudanças comportamentais como matéria para a invenção artística, o que representaria a substituição de valores considerados moralmente corretos ou elevados; assim, ser moderno significava reconhecer a juventude, os “novos”, como agentes que tomariam parte na produção cultural merecedora de destaque por dar continuidade a uma tradição literária conhecida de uma elite erudita. Ser moderno significava ser literariamente atuante, mas não literariamente reformista.

As festas, as homenagens e as recepções que os Novos organizavam servem de indício para demonstrar como se manifestava esse estado de consciência artística, apesar do conhecimento das “barbaridades” e das “loucuras” realizadas em São Paulo. O que torna ainda

mais complexa a problemática da Arte Moderna em Belém diz respeito ao contato mantido pelos membros da Associação dos Novos com alguns escritores de Recife, que repercutiam a seu modo a literatura dos “Futuristas” no Nordeste do Brasil. A ideia de Arte Nova chegava distorcida aos escritores paraenses que ainda se batiam para desmerecer as obras publicadas por autores como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia, um escritor que nem chegou a ser “integralmente” modernista como poderiam supor seus artigos jornalísticos em defesa da Semana de Arte Moderna. Além da ligação com Recife os escritores paraenses presavam pelas discussões produzidas no Rio de Janeiro e divulgadas por órgãos como o jornal *O Paiz* e pelas revistas *Mundo Literário*, *Terra de Sol* e *Árvore Nova*. Não raro podíamos encontrar artigos de jornalistas e de escritores cariocas circulando pelos jornais de Belém afinados com o pensamento beletrístico. Essa manifestação de reverência pela então capital brasileira se estendia a Academia Brasileira de Letras, o quarto poder da República.

O ano em que A Associação dos Novos se tornou mais visível nas rodas sociais coincide com a euforia que tomava conta das dezenas de associações culturais belenenses pela chegada do Centenário da Independência do Brasil. Os primeiros programas “lítero-musicais” anunciados e promovidos pelos Novos são realizados em celebração a datas cívicas. E nesse contexto os eventos promovidos pela Associação têm um caráter cerimonioso, principalmente quando comparamos esses eventos aos que eram realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Ainda em 1922, o lugar social ocupado pelos Novos não estava plenamente definido, já que a maioria de seus membros e frequentadores era desconhecida do público. Valendo-se da plataforma midiática adotada pelas demais associações da capital, o grêmio de artistas que ao passar dos anos seria chamado de “futuroso” encontra um jornal parceiro: *A Província do Pará*. E somando-se às diversas festas do Centenário a Associação dos Novos anunciou, em 09 de setembro de 1922, a sua homenagem à data tão esperada, gesto que contou com a publicação de um livro temático: *Os Novos e o Centenário*.

Comemorando festivamente o Centenário da Independência do Brasil realiza hoje, esta promissora associação de futuros artistas, uma sessão cívica, em sua sede provisória, à travessa D. Romualdo de Seixas, 212, às 20:30 horas, para a qual esta confeccionando magnífico programa lítero-musical. É de esperar que este festival dos Novos não desmerecendo dos outros, alcance o máximo brilhantismo, dada a animação reinante no seio social (NA ASSOCIAÇÃO..., 1922a, p. 01).

A Proclamação da República também justificou outra reunião dos Novos como divulgou *A Província do Pará*, em 15 de novembro. A estrutura de apelo do texto informativo tornada constante em suas afabilidades e louvores pode indicar que a escrita dessas notas publicitárias era feita por De Campos Ribeiro.

Em comemoração à magna data da proclamação da nossa República, que hoje se celebra, este futuroso grêmio de artes e letras promoverá, como de costume, às 20 horas, em sua sede à rua D. Romualdo de Seixas, 212, um festival lítero-musical que promete revestir do máximo esplendor. Para esse festival não haverá convites especiais, sendo franca a entrada a todas as pessoas, decentemente trajadas. Fará a conferência, sobre o magno feito, o jovem Farias Gama, presidente da Associação (NA ASSOCIAÇÃO..., 1922b, p. 02).

O ano de 1923 é de enorme importância para entendermos o grande impulso dado às atividades dos Novos. Logo em 23 de janeiro, na sessão Associações d’A *Província do Pará*, o tom de seriedade empregado no texto demonstra que as reuniões não se prestavam somente às ocasiões festivas, havia o empenho em formalizar as práticas e instituir uma estrutura cerimoniosa a fim de transparecer o caráter solene das ações tomadas pelo grupo. Alguns dos Novos que nos anos de 1921 e 1922 se auto-identificavam nas páginas da *Província* como poetas neófitos, agora passavam a publicar regularmente críticas literárias atraindo de vez a atenção para o grupo pela maturidade das avaliações de obras de autores nacionais e locais.

A fim de tratarem de assuntos importantíssimos que dizem respeito aos mais altos interesses sociais, como sejam: prestação de contas pelo Sr. Tesoureiro, juramento de novos associados, etc., etc., reúnem-se hoje, às 20 horas, no edifício da sede social, à travessa Dom Romualdo de Seixas, 212, os falangiários desta futura agremiação de artes e letras. Em virtude da importância dos assuntos a serem solucionados e para que a sessão não fique adiada, porque a urgência se faz mister, Sr. Presidente, em exercício, pede e espera o comparecimento de todos os Srs. Sócios, especialmente daqueles que ainda não prestaram o devido juramento (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1923a, p. 01).

Pela ocasião da morte de Ruy Barbosa, noticiada em Belém no dia 02 de março de 1923, a Associação dos Novos fez coro às manifestações de pesar divulgadas na imprensa local e anunciou no dia 03 de março a realização de uma sessão solene em homenagem ao “grande morto”. Com esse gesto, os membros da Associação buscavam reafirmar o Pará como um ente solidário e ativo da nação, comprometimento semelhante ao que fora assumido em 1922 pelos intelectuais paraenses mais velhos que organizaram os festejos de comemoração à Independência do Brasil.

No intuito de associar-se às várias manifestações de pesar tributadas à memória da maior mentalidade brasileira que vem se finar – Rui Barbosa – a Associação dos Novos, humilde grêmio de falangiários das letras e das belas artes, reúne-se amanhã, às 16 horas, na sede social, à travessa D. Romualdo de Seixas, 212, em sessão fúnebre, para a qual o Sr. Presidente pede e espera o comparecimento de todos os senhores sócios e demais pessoas que desejarem assistir ao referido ato (NA ASSOCIAÇÃO..., 1923, p. 01).

Ainda repercutindo o clima de pesar pelo falecimento de Ruy Barbosa, no dia 06 de março, a Associação divulgou a nota “A Associação dos Novos e o passamento de Rui

Barbosa”, informando das decisões tomadas na última reunião dedicada à memória da “águia de Haia”. O tom grave e esquemático do texto nos permite pensar na seriedade com que os Novos compreendiam sua atuação junto à sociedade.

Realizou-se anteontem, na sede social deste futuroso núcleo de artes e letras, a anunciada sessão, destinada a tomar conhecimento oficial do recente passamento do insigne conselheiro Rui Barbosa, que envolveu o luto a Pátria Brasileira e cultura a memória desse grande vulto desaparecido, para todo o sempre, do cenário dos vivos [...] Em homenagem à memória do maior dos brasileiros a Associação dos Novos aprovou, entre outras, as seguintes medidas: Enviar à família do querido extinto uma mensagem de pêsames, assinada por todos os associados; Decretar luto geral, por 30 dias. Inaugurar o retrato do grande gênio, no salão nobre; Publicar a 1º de abril entrante um edição especial do *Astro*, órgão oficial da sociedade; e levar a efeito, mensalmente, uma Hora-Literária. Encerrados os trabalhos foi envolta em crepe a tribuna dos “novos”, em virtude de a sociedade não possuir escudo. Em tempo a Associação telegrafou ao seu correspondente no Rio, Eliezer Cavalcante, no sentido de representá-la nos funerais do pranteado extinto (A ASSOCIAÇÃO..., 1923, p. 01).

Em 16 de junho, os membros da Associação não satisfeitos das ações laudatórias efetivadas anunciaram a realização de um novo evento literário que tinha entre seus objetivos celebrar a memória de Ruy de Barbosa. Nessa oportunidade recepcionaram um intelectual local reafirmando com tal disposição o interesse pela comunhão amistosa que seria constante nos anos seguintes.

Esta futura agremiação de letras e artes levará a efeito hoje, às 20 horas, no prédio n. 219, à travessa S. Mateus, a Hora da Arte do mês corrente, em homenagem à memória do inolvidável conselheiro Rui Barbosa – patrono da sociedade. Dado o esmero com que foi organizado o programa é de supor que a festa de hoje da Associação dos Novos marcará um triunfo que irá juntar aos muitos alcançados pela mesma. Hoje a sociedade recepcionará o nosso confrade Dr. Dejard de Mendonça. Para essa festa, que se prenuncia distinta, não há convites especiais (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1923b, p. 02).

No dia 05 mês de agosto, por ocasião dos preparativos para o *raid* Belém – Rio de Janeiro, a ser realizado por pescadores paraenses, a bordo da canoa “15 de Agosto”, em celebração ao centenário de Adesão do Pará a Independência do Brasil, a Associação entregou duas cartas aos tripulantes da embarcação, dentre elas estava uma nova mensagem de pesar pela morte de Ruy Barbosa.

A Associação dos Novos, na ocasião da partida dos dois pilotos paraenses que vão efetuar o “raid” em canoa Belém-Rio, fará uma manifestação aos mesmos, na garagem do “Yole Club”, falando o 1º orador da sociedade professor Lauro Ferreira. Por essa ocasião, ser-lhes-á entregue duas mensagens dos “novos”, as quais deverão ser dadas, uma à Academia Brasileira de Letras e outra à família do inolvidável conselheiro Ruy Barboza (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1923f, p. 01).

No ano de 1924, as reuniões da Associação dos Novos, que até então vinham sendo realizadas em diferentes endereços como na rua Antônio Barreto, nº 14; na travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 212 e posteriormente na travessa São Matheus, prédio 219; passaram a acontecer na sede da Associação da Imprensa do Pará, situada na Avenida Liberdade, nº 103, às proximidades da Praça da República⁵⁸. Mas a transferência para esse novo endereço não aconteceu sem polêmica. No artigo “A Associação da Imprensa do Pará” publicado no jornal *República*, em 15 de julho de 1924, o escritor Eustáquio de Azevedo, usando o pseudônimo de Jacques Rolla, acusou os membros da Associação dos Novos de haver usurpado o espaço da Associação da Imprensa.

A Associação dos Novos, grêmio brilhante de jovens intelectuais de merecimento, estabeleceu seus arraiais na sede social da Associação da Imprensa cedida gentilmente, a fim dos “novos” ali realizarem suas sessões ordinárias e suas festas intelectuais. E esses rapazes, sempre que anunciam as suas lindas e concorridas festas de espírito, dizem que elas se realizam “na sede social da Associação dos Novos”, sem a mais leve menção à gentileza da diretoria da Associação da Imprensa, que lhe cedeu, por deferência o prédio! E a Diretoria não protesta, com a mesma passividade e desprendimento com que o japim deixa a iraúna deitar sem cerimônia, os ovos no seu ninho! (AZEVEDO, 1924, p. 01).

A reação foi imediata por parte do presidente da Associação dos Novos, o Sr. Raimundo Nonato⁵⁹, que também era membro da Associação da Imprensa. Ele publicou no jornal *A Província do Pará*, no dia 17 de julho, uma “Breve resposta ao velho mestre Jacques Rolla”, pedindo provas de que os Novos fizessem publicidade de forma sistemática de um espaço que não lhes pertencia.

Ora, meu caro mestre, de certo foste injusto para conosco que apreciamos tanto as vossas qualidades de intelectual antigo e moderno. Ninguém contesta e nem pode contestar que a Associação dos Novos realiza as suas festas, presentemente, em sua sede social porquanto a Diretoria da Associação da Imprensa, representada pelo seu mais alto membro, ofereceu-nos, *de livre e espontânea vontade*, com todas as regalias, o prédio em questão que jazia abandonado, a fim de darmos um alento de vida à Associação da Imprensa que eclipsou-se por nossa culpa, porque também faço parte dela. Sobre o ponto em que dizeis que não fazemos a mais leve menção nas notícias sobre as nossas festas ao gesto da Diretoria da Associação da Imprensa, convido-vos a apresentação pública de uma prova, além do último convite que, por um lamentável descuido, deixou de falar no nome dessa agremiação de jornalistas e da notícia publicada no *Estado do Pará*, segunda-feira última, isto porque para o *Estado*, entre nós não existe Associação da Imprensa. Que o velho mestre Jacques Rolla considere sobre o que com relação aos novos escreveu e que o seu artigo seja um bálsamo infalível para a verdadeira vida da Associação da Imprensa do Pará são os meus mais ardentes e sinceros votos (NONATO, 1924, p. 01).

⁵⁸ Avenida Liberdade atual Travessa Osvaldo Cruz.

⁵⁹ Raymundo Nonnato, segundo a ortografia da época.

A polêmica levantada por Eustáquio de Azevedo foi realmente infundada, pois em vários anúncios publicados pela Associação dos Novos, anteriores e posteriores a essa controvérsia, sempre houve referência à parceria das duas Associações. É evidente que no ano de 1924 ocorreu uma significativa diminuição de reuniões da Associação da Imprensa, talvez como consequência das repetidas mudanças de direção pela qual passou essa instituição no ano anterior; o descontínuo das atividades de uma Associação favoreceu o crescimento da outra. O auxílio que a Associação da Imprensa prestou aos Novos pode ser melhor esclarecido quando consideramos que o Coronel Apolinário Moreira, diretor da Fazenda do Estado, e presidente do grêmio de jornalistas durante um curto período de 1923, tenha sido o padrinho político de Bruno de Menezes, que no de 1924 passa a figurar como membro efetivo da Associação da Imprensa ocupando a suplência de uma diretoria da assembleia geral do grêmio de jornalistas. Torna-se importante destacar que nesse artigo Jacques Rolla não atacou apenas a Associação dos Novos, mas também reservou algumas palavras ferinas ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, órgão com o qual Eustáquio de Azevedo havia colaborado anos antes.

Figura 4 – Fotografia do jornalista Raimundo Nonato.



Fonte: Academia Paraense de Letras.

Para a Associação dos Novos o ano de 1924 foi um dos mais movimentados. As notas resumindo os acontecimentos das reuniões recentes eram publicadas com regularidade na *Província do Pará* que mantinha uma coluna específica para esse fim. Bastava o leitor procurar por “Associações” para conhecer os últimos eventos programados ou ler o relato do que havia ocorrido em mais uma “festa do espírito”. A revista *Belém Nova*, publicada pela primeira vez em 15 setembro de 1923, teve por fundadores Bruno de Menezes e Raimundo Machado⁶⁰, este

⁶⁰ Raymundo Machado, segundo a ortografia da época.

último, fora diretor do Instituto Lauro Sodré, onde a revista era impressa em suas oficinas gráficas. A *Belém Nova* manteve-se como uma espécie de órgão oficial da Associação dos Novos, embora algumas notas informativas afirmem que o magazine *O Astro* fosse o veículo da “futurosa associação”. Infelizmente não encontramos nenhum exemplar dessa revista.

Com uma circulação quinzenal a *Belém Nova* costumava publicar os discursos dos intelectuais recepcionados nas tertúlias marcadas por protocolo específico. O orador oficial proferia a saudação elogiosa seguindo-se a récita de poemas da qual participavam todos os interessados e a noite finalizava com um baile. O corpo diretor da Associação dos Novos era composto por um Presidente, um Vice-Diretor, dois Secretários, um Tesoureiro e dois Oradores. A eleição desses membros ocorrida no ano de 1924 foi devidamente divulgada n’A *Província do Pará*, em 05 de julho.

Na reunião ontem havida nesse núcleo literário foi eleita a seguinte diretoria, que será empossada no próximo dia 14: Raimundo Nonato (reeleito) presidente; A. Ribeiro de Castro, vice-dito; 1º secretário, Demócrito Noronha; 2º, Agenor Souza; tesoureiro, Antônio Nazaré de Sá; 1º orador, professor Lauro Ferreira e 2º Clóvis Gusmão (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1924a, p. 01).

Esse núcleo de gestão não sofreu mudanças até o ano de 1926, quando uma direção interina foi eleita para tentar reorganizar a Associação dos Novos. Logo em 19 de janeiro desse ano, uma pequena nota publicada n’A *Província do Pará* sugeria os problemas que atingiam os jovens beletistas: “A fim de tratar da organização desta conceituada agremiação de letras e artes o Sr. Presidente convida todos os associados para uma reunião, amanhã, às 9:30, em sua residência, à Doca de Souza Franco, n. 6-A” (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1926a, p. 01). Outra reunião de reorganização aconteceu no dia 23 de janeiro, sendo noticiada no mesmo jornal.

A saída da sede da Associação da Imprensa parece não ter acontecido sem polêmica, pois um dos membros dos Novos chegou a ser acusado de roubar livros da biblioteca da agremiação de jornalistas e mesmo que o seu nome não tenha sido divulgado a animosidade já estava instalada entre os dois grupos de intelectuais. Uma nota no jornal *Folha do Norte*, em 26 de janeiro, revela o clima de abandono que assolava as possessões do órgão que representava a imprensa paraense.

Desaparecimento de móveis e livros – A reunião de hoje.

Ainda não foi terminado o inventário dos haveres da Associação da Imprensa, entretanto já se verificou o desaparecimento do seguinte: 2 sofás, 2 poltronas, 2 balanços, 6 cadeiras comuns, 1 armário, 1 fideija e diversos livros. Os móveis foram retirados pelo ex-empregado da Associação, Manuel Portella da Cunha, que atualmente se acha no Maranhão, e grande parte dos livros por um membro da

associação que ali funcionou recentemente. Faltam ainda alguns volumes de Enciclopédia que estão na relação do extinto *República* e em poder de dois antigos sócios da Associação da Imprensa. Os móveis que restam, inclusive, o belo piano que pertenceu ao maestro Carlos Gomes, estão em lastimável estado, necessitando de imediato reparo.- Hoje, às 2 horas da tarde, reúnem em palácio os Srs. Dr. Manuel Lobato, Avertano Rocha, Santino Ribeiro, Ildefonso Tavares, Arcádio Menezes, J. J. Monteiro de Paiva e Alexandre Trindade; membros da comissão reorganizadora da Associação da Imprensa, para lutar do triunfo relevante (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1926b, p. 01).

Mas as condições realmente não pareciam estar favoráveis para a Associação dos Novos, pois em 31 de janeiro, também por meio d'*A Província do Pará*, se noticiou o falecimento de um de seus membros: “Da secretaria desta futura associação de letras e arte, comunicamos que, em virtude do falecimento do estimado consócio Amadeu Correa de Araújo, resolveu a presidência decretar luto oficial, durante 8 dias” (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1926c, p. 01). Após essa notícia, as publicações das atividades da Associação dos Novos só voltariam a circular em junho de 1926, mês que antecede o fim da circulação do jornal *A Província do Pará*. Entre os dias 09, 16 e 17 de junho notas de mesmo conteúdo são publicadas anunciando que a reunião planejada assentaria “definitivamente as bases da reorganização deste antigo e conceituado grêmio de letras e artes” (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1926d, p. 01). Como resultado do encontro realizado na noite do dia 17 de junho foram tomadas as seguintes resoluções divulgadas no dia 22 do mesmo mês.

Terminou pedindo o apoio geral e incondicional dos presentes para levar a cabo a grandiosa empresa da reorganização definitiva do antigo e pujante cenáculo dos novos. A ideia do senhor presidente foi recebida por todos, com agrado e satisfação, passando-se então a tomar as mais urgentes medidas. Dentre essas destacam-se: destituição de todos os antigos dirigentes; caducidade da última eleição procedida e cujos candidatos não tomaram posse; aclamação de uma diretoria soberana e provisória, e estabelecimento da mensalidade de 5\$000, a partir de junho corrente. Outras medidas foram apresentadas, não ficando, porém, assentadas, visto não serem de urgência. Foram aclamados membros da diretoria soberana e provisória os Srs. R. Nonato, presidente; Maria Izaura Lobo de Moraes, vice-dito; A. Ribeiro de Castro, 1º secretário; Lauro Ferreira, 2º dito; Brites Mota, tesoureira, e Demócrito Noronha, fiel. Resolvido o assunto principal, o Sr. Presidente fez um apelo aos reorganizadores no sentido de empregarem o máximo de suas energias uma realidade a grande empresa que sem vem de iniciar (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS..., 1926e, p. 01).

Em outro encontro realizado no dia 22 de junho, também por meio d'*A Província do Pará*, mas noticiado apenas em 24 desse mês, os Novos celebraram a memória de vários de seus membros falecidos nos últimos meses.

Logo após a competente aprovação da ata da reunião anterior, o Sr. Presidente falou sobre os profundos golpes sofridos pela sociedade com o desaparecimento do mundo dos vivos dos associados: Cônego Antonio Cunha, honorário; Benigno Farias Gama, Amadeu Correia de Araújo, Raimundo Nonato Peres, Pedro Correia Lisboa e Alderico de Macedo Canavarro, efetivos, e, também, sobre o desenlace fatal do grande mestre

Dr. Carlos Nascimento, ocorrido, ultimamente, em Minas Gerais [...] A Associação dos Novos, em virtude da confirmação da morte do Dr. Carlos Nascimento e do falecimento do estimado associado Alderico Canavarro, ocorrido em Salvaterra, a 20 deste mês, tomou luto oficial por 8 dias, a contar desta data (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS..., 1926f, p. 01).

Ainda dando conta do “reaparecimento da Associação dos Novos” temos transcrito na *Introdução à Literatura no Pará* (1990), trechos de um artigo supostamente publicado na *Belém Nova*, em 27 de novembro de 1926. O entusiasmo do texto esconde o autoelogio de um órgão que divulgava as qualidades de um grupo cujos membros colaboravam ou trabalhavam nessa revista de “arte e mundanismo”. Devemos considerar que no ano de 1926 a *Belém Nova* passava a ter dois diretores: Bruno de Menezes e Paulo de Oliveira, o idealizador do grupo de jovens artistas.

Depois de um longo interregno no curso de seus trabalhos, acaba de reaparecer, numa outra fase de intensa atividade e completamente remodelado, esta brilhante e vitoriosa agremiação de letras e artes. É isso uma prova do esforço máximo e da energia poderosa e incansável com que a mocidade desta terra, cada vez mais confiante nas suas ânsias de novas conquistas, sabe lutar pela finalidade de um belo ideal [...] E, para completa realidade dos seus apreciáveis desígnios, nada mais auspiciante do que o entusiasmo, o denodo e a nobreza com que lutam todos eles, talvez inspirados na eloquência profética daquelas palavras iluminadas do mestre: “Para a frente e para cima!” Os nossos parabéns, pois, aos *novos* (BELÉM NOVA apud ILDONE, 1990, p. 177).

No ano de 1927 pudemos encontrar somente três notas tratando do funcionamento da Associação dos Novos, mas elas não trazem qualquer menção aos seus membros. Tais notícias foram publicadas no jornal *O Estado do Pará* nos dias 20 de janeiro e 09 e 23 de fevereiro. Esses anúncios ainda lidam com a tentativa de reorganizar o “futuro grêmio de letras e artes” anunciando inclusive a formulação de um “projeto de lei básica” e a realização de uma “tertúlia” no dia 24 de fevereiro, “em sua sede social, à doca Souza Franco, 6A” (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1927, p.02). Como o jornal *A Província do Pará* deixou de circular em julho de 1926, nos restava pesquisar a *Folha do Norte* buscando alguma menção a A Associação dos Novos, mas nada foi encontrado. Quanto a revista *Belém Nova*, sabemos que em julho de 1927 ela iniciava uma nova fase passando a ser dirigida por Paulo de Oliveira e Martins e Silva. Desse novo momento editorial tivemos acesso a um único exemplar da revista datada de 30 de agosto de 1927, número 73, nela não havia qualquer menção a Associação dos Novos. Talvez a reunião de fevereiro de 1927 foi a última “festa do espírito” realizada pelos futuros poetas.

3.2. A Associação da Imprensa do Pará⁶¹

Houve mais do que um compartilhamento de espaço físico entre a Associação da Imprensa do Pará e a Associação dos Novos. O papel social que ambas as agremiações desempenharam durante os primeiros anos do século XX pode ser percebida como uma tentativa de afirmar a importância da cultura letrada na manutenção de certa tradição de apologia ao passado. Com essa retaguarda, os escritores e jornalistas firmavam-se como defensores dos mais altos valores da pátria e as inúmeras celebrações de efemérides exaltavam esse sentimento patriótico que interessava tanto ao grupo político detentor do poder como aos intelectuais envolvidos nesses eventos públicos.

As glórias do passado lembradas com festejos, discursos e sonetos suprimiam o pensamento crítico para destacar uma unidade nacional de circunstância. Desavenças e disputas poderiam ocorrer entre os grupos letrados e os partidos políticos, mas nunca se colocava em questão o mérito e o prestígio de heróis mortos na construção do estado independente e republicano brasileiro. Como Eustáquio de Azevedo resalta em seu artigo “A Associação da Imprensa do Pará”, publicado no jornal *República*, em 15 de julho de 1924, os jornalistas de Belém se esmeravam na preparação de grandes eventos em homenagem a uma dezena de datas cívicas ou acontecimentos históricos.

A sua primeira festa cívica, promovida a **24 de maio de 1914**, em comemoração à data grandiosa da batalha de Tuiuti, em que a pátria e o exército brasileiro se cobriram de glória, foi um deslumbramento [...] A **16 de Setembro**, presidida a cerimônia pelo governador do Estado, em pessoa, comemorava ela no seu palacete social, a praça da República, o passamento de Carlos Gomes, numa sessão memorável, repleta de famílias, de artistas, de jornalistas, de pessoas gradas; a **11 de Junho** organizava passeatas cívicas, lembrando o feito heroico da nossa Marinha de Guerra, às margens do Riachuelo tomando parte nelas, galhardamente, a mocidade escolar; a **7 de Setembro** era o grito do Ipiranga que ela recordava, cheia de alegria e júbilo [...] Os dias **15 e 16 de Novembro, o dia 13 de Maio, o 25 de Março, o 21 de Abril, o 15 de Agosto, 21 de Junho, o 3 de Maio, o 12 de Outubro**, não passavam despercebidos. A Associação da Imprensa, nesses gestos patrióticos, honrava o Pará, dignificando-se a si própria, sendo considerada por decreto do governo do Estado, em 1917, de acordo com lei votada pelo congresso estadual, como associação de utilidade pública, em pleno fulgor de sua vitalidade (AZEVEDO, 1924, p. 01. Grifo nosso).

Com tanto apreço pela memória das grandezas nacionais é fácil entender porque o Governo do Estado do Pará concedeu na forma da lei ajuda financeira a Associação da Imprensa. Por isso, a Associação dos Novos em suas “festas do espírito” reiterava a relevância da tradição distinguindo personalidades conhecidas pelo desempenho profissional ao longo dos

⁶¹ Segundo Eustáquio de Azevedo (1990 [1943]), a Associação da Imprensa do Pará foi fundada em “24 de novembro de 1912, com os antigos elementos do extinto Círculo de Repórteres”.

anos. E ser poeta nesse contexto era mais do que uma questão de talento, publicar versos na imprensa significava partilhar do “espírito” intelectual herdado de grandes pensadores. Esse respeito pelos entes que detinham o poder político, financeiro ou simbólico mantinha a virtual ideia de prosperidade e a continuidade de uma estética moralmente elevada. A arte literária e os veículos de informação eram usados como instrumentos de propagação do nacionalismo cumprindo a função unificadora dos mais diversos posicionamentos ideológicos. Já os que aspiravam publicar livros buscavam o mecenato de alguma influência política para a concretização desse “sonho de poeta”. Nesse contexto de ilustração e reverência ao passado, a Associação da Imprensa também exercia o papel de disseminador das novidades editoriais ao manter uma biblioteca atualizada com revistas de várias cidades brasileiras e até exemplares da imprensa internacional.

No salão de leitura da Associação da Imprensa do Pará, acham-se os últimos números dos seguintes jornais e revistas, à disposição dos seus associados e demais frequentadores. *A Noite, Dom Quixote e Vida Esportiva*, do Rio; *República*, de Santa Catarina; *Diário Oficial*, de Sergipe; *A União*, da Paraíba; *Diário de Pernambuco*, do Recife; *Correio do Ceará*, de Fortaleza; *Pacotilha, O Jornal* e o *Diário Oficial*, de São Luiz; *Gazeta da Tarde, A Imprensa e Diário Oficial*, de Manaus; *Le Matin, Le Bresil, Nouvelles de France*, da França; *A Cidade*, de Bragança; *Boletim Municipal*, de Abaeté; *O Industrial*, de Cametá; *O Norte*, de Óbidos; *O Santarenópolis*, de Santarém; e *Gil Blás*, do Rio de Janeiro (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1920, p. 02).

Em julho de 1921, a Associação da Imprensa demonstrou o seu tino comercial e o poder propagandístico da mídia impressa ao receber a visita do “Cavaleiro” Sr. Guido Ricci, comandante do cargueiro italiano Gonzaga, acompanhado de seu imediato, o Sr. Oligri, e o agente da Companhia de Navigazioni Nazionale Italiana, Sr. Antonio Luzardi. O contato do grêmio de jornalistas com os representantes da marinha mercante italiana foi posteriormente interpretado como um “serviço patriótico” [...] “em prol do engrandecimento do Estado”, uma vez que o Sr. Guido Ricci, ao regressar de Belém após a viagem inaugural do Gonzaga, “dedicou em artigos e entrevistas, encômio à Amazônia, numa propaganda grandiosa e forte” (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1921b, p. 01). Esse primeiro contato ocorreu no dia 14 de julho sendo noticiado no dia 16 pelos jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*. No artigo publicado pela *Província* encontramos um resumo interessante dos acontecimentos ocorridos durante a recepção.

Abrindo a sessão, o presidente (Sr. João Alfredo de Mendonça), em concisa alocução expos o seu fim principal, que era o recebimento da referida honrosa visita, manifestando aos visitantes a satisfação que experimentava a Associação com aquela nímia gentileza dos dois dignos oficiais da marinha mercante italiana, que, por intermédio de uma das suas operosas empresas, de navegação, estabelecia

conosco frutuoso intercâmbio não só comercial e econômico, como intelectual, nas suas modalidades de letras, artes e ciências, e afetivo nas relações estreitas de cordialidade entre os paraenses e os italianos. A seguir usou da palavra o nosso ilustre confrade Dr. Ignácio Moura, que saudou o Sr. Comandante Guido e imediato Oligri, não só como membro da Associação de Imprensa, como do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, evocando na sua oração as belas tradições da Itália, como pátria da Arte e berço de verdadeiros gênios como Dante, Rafael, Miguel Ângelo e outros gloriosos imortais. Falou depois o Sr. Dr. Batista Moreira, orador da sociedade, cuja oração fluente e feliz disse da sincera e espontânea simpatia dos jornalistas paraenses devotada aos distintos visitantes e da admiração viva que nutrem os brasileiros pela bela e formosa Itália [...]. Por iniciativa do Sr. José Santos foi proposto que se conferisse aos Sr. Comandante Guido e ao Imediato Sr. Oligri o título de sócios correspondentes da Associação da Imprensa, como uma justa homenagem que se lhes prestava pelas suas gentilezas com a sociedade e pelos seus serviços já apreciáveis, em prol do desenvolvimento das nossas relações comerciais e da propaganda da indústria paraense na sua pátria. Essa proposta teve franca e unânime aprovação por entre aplausos. O Sr. Comandante Guido Ricci tomou então a palavra para agradecer. Com uma dicção clara e perfeita, firmeza e fluência de expressão em que se revelou desde logo um espírito poético cultivado no trato das letras pátria, começou citando belíssimos e apropriados versos de Torquato Tasso, na *Jerusalém Libertada*, calcando sobre o pensamento do grande bardo italiano a tradução da sua emotividade diante da homenagem de que acabava de ser alvo. Discorreu sobre a sua simpatia e admiração pelo Brasil e pelos brasileiros, pelos encantos de nossa terra e desta natureza maravilhosa que lhe empolgam e dominam o espírito, fazendo-o um amigo sincero e delicado do Brasil a cujo engrandecimento e prosperidade vem contribuindo já as suas energias e melhor vontade com a propaganda que pela palavra e pela imprensa desta tem feito nesse sentido. (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1921a, 01).

Essa noite ainda teve como “gesto de simpatia” o oferecimento à Associação da Imprensa de uma passagem de recreio a Itália no transatlântico Garibaldi⁶², cortesia do Sr. Luzardi. Os jornalistas paraenses brindaram semelhante presente com taças de “fino refrigerante de guaraná⁶³”. O motivo do contato entre os membros da imprensa com os “visitantes” italianos é obviamente comercial; não havendo surpresa que em 09 de julho de 1921, por meio d’A *Província do Pará*, o artigo “Intercâmbio comercial Ítalo-Brasileiro” fornecesse uma lista de *commodities*⁶⁴ a serem exportadas para a Itália, além de nomear o representante da Associação Comercial do Pará, o Sr. Augusto Marzioni, incumbido de levar às cidades de Gênova, Torino

⁶² Essa indicação do nome do transatlântico é fornecida pelo artigo publicado na *Folha do Norte*, em 16 de julho de 1921. p. 01. O jornalista escolhido em assembleia para realizar a viagem à Itália foi o Dr. Batista Moreira. Ver Associação da Imprensa. *Folha do Norte*, Belém, 27 jul. 1921. p. 02.

⁶³ Na mesma data o jornal *Folha do Norte* publicou o artigo “Associação da Imprensa” informando que os presentes tomaram “champanhe”.

⁶⁴ Os produtos listados são: plumas de garça, baunilha, borracha, castanha, cacau, couros e peles, cera de carnaúba, fumo, grude de peixe, guaraná, fibras vegetais e sementes oleaginosas. Já os produtos oferecidos pelos italianos nos revelam o grau de “desenvolvimento” que o Pará apresentava naquele momento histórico, embora essa dinâmica comercial não se afaste muito da realidade de hoje. Os artigos estrangeiros listados foram: armas e cutelaria, automóveis, aeroplanos, aparelhos fotográficos, artigos para alfaiate, bazar, drogaria e especialidade químicas e farmacêuticas, fazendas, filmes cinematográficos, gêneros alimentícios, instrumentos náuticos e musicais, louças, máquinas para uso agrícola, industrial, naval e eletricidade; modas e confecções; mármore, perfumarias, vidraria, explosivos, vinhos e licores; chapéus de palha, cimento, cal, vernizes, etc.

e Roma “um mostruário dos nossos principais produtos destinados a propaganda” (INTERCÂMBIO..., 1921, p. 01).

A troca de afabilidades com intenções de divulgação “de que somos um povo capaz de vencer e possuímos um solo coberto de riquezas” (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1921b, p. 01), se deu por meio de uma excursão programada pela Associação da Imprensa a fim de apresentar alguns estabelecimentos públicos aos visitantes italianos. No dia 18 de julho, levados no bonde oficial do Governo do Estado, uma comitiva formada por dezessete pessoas, cinco italianos⁶⁵ e doze brasileiros⁶⁶, visitou o Instituto Lauro Sodré, o Asilo de Mendicidade, o Instituto Gentil Bittencourt e a Santa Casa de Misericórdia. Retribuindo o apreço dos jornalistas o Comandante Guido Ricci, em 25 de julho, véspera de sua partida, ofereceu a bordo do Gonzaga “um delicioso *lunch*”. No mesmo dia em que a *Folha do Norte* divulgava “A partida do Gonzaga”, 26 de julho, a Associação da Imprensa anunciava, nesse mesmo jornal, a reunião que decidiria acerca do “descanso dominical dos trabalhadores da imprensa”.

Reúnem, hoje, os membros do nosso grêmio de jornalistas, a fim de deliberarem sobre o palpitante assunto do descanso dominical aos trabalhadores dos nossos jornais diários. A reunião será às 8:30 horas da noite e, tratando-se como se trata, de discutir e assestar os meios de por em prática, entre nós, a ideia, já vitoriosa, na capital da República, do repouso dos que mourejam na imprensa, é de esperar concorrência numerosa de todos os que têm interesse em torná-la realidade (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1921c, p. 01).

A *Província do Pará*, no dia 27 de julho, publicou uma nota informando das deliberações tomadas pelos jornalistas. Alguns deles expressaram a opinião dos seus superiores, como foi o caso de Martinho Pinto, que falou em nome do deputado Pedro Chermont, diretor da *Província*; o representante desse jornal expressava total apoio ao benefício destinado aos trabalhadores da imprensa. Durante essa reunião se firmaram as bases do acordo entre os proprietários dos jornais e seus respectivos funcionários. Foram eleitos em assembleia os jornalistas Batista Moreira, Arnaldo Lobo, Martinho Pinto e João Alfredo para redigirem o acordo que seria apresentado em nova reunião a ser realizada no dia 28 de julho.

Presentes todos os membros da diretoria e exposto pelo presidente da Associação o objetivo da reunião que já fora ventilado em outra anterior, sobre ela se manifestaram os Drs. Arnaldo Lobo e Martinho Pinto, representantes do *Estado do Pará* e da *Província do Pará*, sendo lembrada pelo primeiro e apoiada pelo segundo a ideia, por necessidade de atender aos interesses do público elegante, de circular

⁶⁵ O Comandante Guido Ricci; o Imediato G. B. Olivari; o chefe de Máquinas Tonolli Pilade; o piloto chefe e radiografista Gayet Eugênio e o agente da Companhia de Navegação italiana Sr. Antonio Luzardi.

⁶⁶ Os brasileiros em questão foram os Drs. Batista Moreira, Alexandre Trindade, João Alfredo de Mendonça, Arnaldo Lobo, Martinho Pinto, Clóvis Barata, José Santos, Santino Ribeiro, Antenor Cavalcanti, Coronel Manuel Vicente Ivo, Eurico Amanajás.

em cada domingo apenas um dos matutinos diários, não circulando nesse dia os demais, isto por meio de rodízio ou revezamento previamente estabelecido entre os interessados. Posta a votos essa ideia, foi ela aprovada, devendo tornar-se assim uma realidade o descanso dominical dos trabalhadores da imprensa, perfeitamente de acordo com as exigências do meio, na impossibilidade de fazê-lo integral e absoluto como em outras cidades (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1921d, p. 01).

O acordo foi assinado no dia 29 de julho por Cipriano Santos & C^a, proprietário da *Folha do Norte*; por Arnaldo Valente Lobo representante da Antonio Chermont & C^a Ltda., proprietário do *Estado do Pará* e por Martinho Ribeiro Pinto representando a Sociedade Anônima proprietária d'*A Província do Pará*. Ficou assim estabelecido um sistema de rodízio que permitiria descanso aos trabalhadores de dois periódicos por semana e passaria a valer a partir de 01 de agosto.

O acordo contendo nove cláusulas foi publicado na *Folha do Norte*, n'*O Estado do Pará* e n'*A Província do Pará*, em 31 de julho. A **primeira cláusula** afirmava que semelhante acordo significava a tentativa da imprensa paraense acompanhar os centros mais adiantados do país que já asseguravam descanso dominical sem distinção de classe; a **segunda cláusula** estipulava que o período de descanso compreenderia um intervalo de 24 horas iniciando às 8 da manhã de domingo e terminando às 8 da manhã de segunda-feira; a **terceira cláusula** propunha que a Associação da Imprensa deveria utilizar “um sistema de écrans e anúncios luminosos, à noite, ‘placards’ e outros meios de aviso, durante o dia” para suprir a falta de jornais; a **quarta cláusula** estipulava que a lista de revezamento dos jornais seria organizada mensalmente pela Associação da Imprensa; a **quinta cláusula** determinava que a lista de revezamento teria quatro vias, um delas seria afixada na sede da Associação e as demais entregues “a cada proprietário dos jornais acordantes”; já a **sexta cláusula** estabelecia uma multa aos descumpridores do acordo no valor de 1000\$00 sendo elevada ao valor de 3000\$00 caso houvesse reincidência; a **sétima cláusula** vetava que o acordo pudesse ser revogado sem a consulta prévia aos seus signatários; a **oitava cláusula** acertava que qualquer modificação dos termos propostos se tornaria parte do mesmo acordo; a **cláusula de número nove** reiterava a data de início do descanso dominical, determinando que um sorteio feito em sessão da Associação da Imprensa seria o método de escolha do jornal a circular a cada segunda-feira. A “sorte grande” de permitir descanso aos colegas de profissão recaiu sobre *A Província do Pará*.

O interesse de classe dessa vez conseguiu superar algumas diferenças de política editorial ou de interesses particulares dos vários empreendimentos jornalísticos. Embora as notas expressem o empenho dos jornalistas como um grupo coeso na luta por seus objetivos foi bastante comum encontrarmos matérias durante o segundo semestre de 1921 que revelam a

tensão entre os jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*⁶⁷; o que se explica em parte pelo posicionamento crítico da *Província* contra o Governador do Estado, Dr. Sousa Castro, enquanto a *Folha* assumiu sua defesa enfaticamente.

Figura 5 – Anúncio da empresa de navegação de Antonio Lusardi



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna

Também durante o mês de julho começa a ganhar destaque nos eventos culturais de Belém o coronel Luiz Lobo, comandante da Brigada Militar do Estado, sempre disposto a oferecer a Banda de Música dessa instituição para abrilhantar os diversos eventos realizados pela Associação da Imprensa, órgão do qual era vice-presidente. Ele além de ser membro do Instituto Histórico, onde havia no início mês apresentado sua *História Militar do Pará*, acabou sendo denominado pelo Dr. Sousa Castro como o 1º vice-presidente da comissão que iria representar o Estado do Pará na Exposição do Centenário a ser realizada em 1922 no Rio de Janeiro. Não parece surpresa que a Associação da Imprensa o tenha eleito como seu novo presidente no dia 26 de dezembro de 1921. A nota “Associação da Imprensa: o seu novo corpo dirigente” publicada n’*A Província do Pará*, em 27 de dezembro, nos dá a lista completa do novo corpo dirigente escolhido.

Conforme estava marcado efetuou-se ontem à noite, a eleição dos novos corpos dirigentes da Associação da Imprensa do Pará. Presente avultado número de associados, foi procedida aquela formalidade regulamentar, cujo resultado apurado foi o seguinte: Assembleia geral, presidente, Dr. Luiz Lobo; vice-presidente, Dr. Francisco Campos; 1º secretário, Dr. Ophir Loyola e 2º dito Dr. Avertano Rocha. Diretoria, presidente, Dr. Martinho Pinto; 1º secretário, Clóvis Barata; 2º dito, Jayme Bibas; orador, Dr. Batista Moreira; tesoureiro, Heráclito Ferreira; diretores, José Santos, Alexandre Trindade, Júlio Lobato, Francisco Edgar de Macedo, Arcadio Menezes e Edgar Proença. Para a posse dos novos eleitos ficou marcado o dia 22 de janeiro próximo (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1921e, p. 02).

⁶⁷ Outro exemplo desse enfrentamento de ideais citamos o artigo “Mais depressa se pega um mentiroso...”, publicado n’*A Província do Pará*, em 21 de agosto de 1921, denunciando a cobertura tendenciosa feita pela *Folha do Norte* das bodas da filha do empresário Cipriano Santos, realizada às expensas do tesouro do estado.

O jornal *Folha do Norte* reiterava por meio da nota “Associação da Imprensa”, publicada no dia 13 de janeiro de 1922, que a data de posse da nova diretoria aconteceria no dia 22 de janeiro. Contudo, em 21 de janeiro por meio de outro informe de mesmo título publicado na *Folha do Norte*, somos informados de que na última reunião ordinária da Associação, ocorrida em 19 de janeiro, a cerimônia de posse foi transferida para o dia 29 de janeiro em razão da instalação do grêmio de jornalistas em sua nova sede social.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 1922 ocorreram os eventos anunciados no final do ano anterior como a mudança para a nova sede da Associação, “à Avenida da Liberdade, 103”; além da escolha de “uma comissão para apresentar os pêsames” (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1922a, p. 02), ao consócio Dr. João Batista Ferreira de Sousa em razão do falecimento de sua esposa. Outro gesto de solidariedade, só que agora voltado à toda agremiação dos jornalistas, foi realizado pelo cinema Ideal que promoveu “Um festival simpático em favor da Associação da Imprensa”, evento divulgado pela *Folha do Norte*, em 25 de janeiro.

O cinema Ideal, que se constitui o melhor divertimento para os moradores do bairro da Cidade Velha e adjacentes, realiza, amanhã, um grande festival cinematográfico em benefício da caixa de socorros da Associação da Imprensa do Pará, para o qual reina completo entusiasmo, atendendo ao nobre fim que colima. É-nos grato registrar esse festival simpático que terá, certamente, a melhor acolhida, tratando-se, como se trata, de um benefício em proveito da humanitária caixa de socorros mantida dignamente pela Associação da Imprensa do Pará. Os bilhetes têm tido geral aceitação para o festival, cujo programa está caprichosamente organizado. Dadas as simpatias que desfruta em nosso meio, a Associação da Imprensa vai ter mais uma vez a certeza do apoio que lhe dá o público, sobretudo por se tratar de um ato generoso e espontâneo (UM FESTIVAL..., 1922, p. 01).

Instalados no novo espaço e com a diretoria devidamente empossada os jornalistas derão início a uma série acordos com políticos e entidades a fim reforçar a representatividade da Associação junto ao tecido sócio institucional do estado. Atuando muito além do interesse de classe os jornalistas associados reivindicavam que a atividade da imprensa fosse reconhecida por sua capacidade de influenciar algumas camadas sociais, principalmente aquelas de maior relevância simbólica. Como um grupo de profissionais organizado que se mantinha visível por meio de uma estrutura midiática era conveniente para os jornalistas a defesa de seus interesses profissionais. Ao passo que a Associação tentava assumir uma postura pacificadora frente aos acontecimentos divulgados ou às polêmicas políticas deflagradas, a produção literária aproveitava o espaço disponível nas publicações diárias para discutir os últimos livros lançados, louvar com um soneto algum valor patriótico ou simplesmente reafirmar a cultura literária em voga. As escolhas e as preocupações discutidas por um sistema colegiado ampliavam a força

das resoluções tomadas, o que poderia ser observado em outras associações culturais de Belém, muitas das quais mantinham conexões entre si e as lideranças políticas. A nota “Associação da Imprensa” publicada na *Folha do Norte*, em 11 de fevereiro, oferece uma substancial ideia do processo deliberativo da agremiação dos jornalistas.

No decurso dessa sessão foi discutida e aprovada a proposta para sócio efetivo do Sr. Júlio Paula Martins, da redação da *Província do Pará* e, como já dissemos, tratados assuntos não só relacionados à vida da sociedade como, principalmente, à classe que ela representa, como sejam: submeter à aprovação da assembleia geral várias medidas que vão ser adotadas pela diretoria e entre os quais figura uma alteração na contribuição para a admissão de sócios; testemunhar à família Victorino Cabral sua honrosa relação para com a Associação; solicitar aos consócio Dr. Bento Miranda, deputado federal, e demais membros da bancada paraense a sua valiosa coadjuvação para a obtenção de franquias telegráficas, reconhecimento de utilidade pública, pelo Congresso Federal, uma vez que já o foi pelo Estadual, e outras medidas dependentes do governo da União, sendo constituída uma comissão para esse fim, composta dos Srs. José Santos, Clóvis Barata e Heráclito Ferreira; lançamento na ata de um voto de pesar pelo recente falecimento do jurisconsulto patricio Dr. Amaro Cavalcanti; telegrafar ao Sr. Presidente da República apoiando seu gesto de elevado patriotismo vetado o orçamento para o novo exercício financeiro; inserir na ata um voto de pesar pelo falecimento do Papa, comunicando-o ao Sr. Arcebispo e ao mesmo tempo dar-lhe os parabéns pela eleição de seu sucessor; dar prosseguimento aos trabalhos com que a Associação participará dos festejos em comemoração do centenário; promover meios com a função de diretor de mês, a fim de haver o melhor proveito para a restrita observância não só dos Estatuto, como quando a outras medidas de caráter essencialmente financeiro; nomeação de um comissão para obter dos hospitais da Ordem Terceira, Beneficente Portuguesa e Casa de Saúde Marítima o mesmo benefício criado e mantido pela Santa Casa para tratamento de sócios em casos que assim seja preciso submeterem-se; promover junto à Intendência de Belém e Pará Electric a obtenção de favores no interesse especialmente da reportagem em atividade na nossa imprensa, designando-se em comissão os consócios José Santos, Clóvis Barata e Heráclito Ferreira, para solucionarem esse assunto, que visa sobretudo conseguir trânsito livre nos bondes para os repórteres de todos os jornais e indistintamente quanto às relações deste para com a Associação (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1922a, p. 02).

A longa pauta de assuntos nos deixa perceber o *modus operandi* da Associação, que se preocupando com o bem-estar de seus membros tentava conseguir apoio de políticos e o suporte de instituições prestadoras de serviço buscando firmar acordos de cooperação. A “comemoração do centenário” aparece dentre as preocupações que mobilizaram os esforços dos jornalistas ampliando a importância que essa data cívica teve no programa de realizações das diversas entidades culturais de Belém. Após um hiato de alguns meses, a Associação da Imprensa volta a se manifestar nos jornais no mês de agosto, só que agora em razão da morte do seu tesoureiro: o Sr. Heráclito Ferreira, jornalista da *Folha do Norte*.

Segundo os jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*, na noite de 08 de agosto, o comandante naval e jornalista d’*O Estado do Pará*, o Sr. Raimundo Morais⁶⁸ teve um

⁶⁸ Raymundo Moraes, segundo a ortografia da época.

desentendimento no interior de um bonde com os jornalistas da *Folha*, os Srs. José Santos e Heráclito Ferreira. Após luta corporal que envolveu os três jornalistas Raimundo Morais sacou um revólver Smith & Wesson, calibre 38, e desferiu um tiro que acertou gravemente Heráclito Ferreira. Ainda perseguido por José Santos, o comandante desceu do bonde disparando todas as cápsulas de sua arma, nessa altura dos acontecimentos, estando próximo ao restaurante Lisbonense, acabou sendo preso e levado sob custódia para a Cadeia de São José⁶⁹.

Heráclito Ferreira ainda foi socorrido e levado à Santa Casa de Misericórdia, onde faleceu às 12h15min minutos do dia 09 de agosto. O seu enterro aconteceu no dia 10 de agosto no cemitério Santa Isabel. O jornal *A Província do Pará* ao noticiar os acontecimentos assumiu uma postura acusativa contra Raimundo Morais, o que também se mostrou evidente na cobertura feita pela *Folha do Norte*; e como seria de se esperar *O Estado do Pará* tomou partido de seu colaborador. Após essa tragédia, a Associação da Imprensa só voltaria a se reunir no dia 22 de agosto como informa a nota a seguir.

Hoje, às 20 horas reunirá a assembleia geral em conjunto com a diretoria da Associação da Imprensa, em sua sede social, à Avenida da Liberdade, nº 103, devendo-se tratar, nessa sessão, de homenagear a memória do saudoso diretor-tesoureiro deste grêmio de jornalistas, o seu companheiro Heráclito Ferreira. Tratando-se de assunto importante, como seja esta homenagem póstuma ao malogro jornalista, é indispensável o comparecimento do maior número de associados (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1922b, p. 02).

As homenagens ao falecido tesoureiro da Associação continuaram na reunião seguinte em meio aos discursos dos consócios que organizaram um conjunto de apresentações artísticas com o objetivo de arrecadar dinheiro para erguer um monumento no túmulo do extinto jornalista. A matéria que resume a sessão em favor da memória de Heráclito Ferreira foi publicada pela *Província do Pará*, em 26 de agosto.

Em homenagem à memória do infortunado Heráclito Ferreira, realizou-se ontem, às 20h30min horas, na sede da Associação da Imprensa, a anunciada sessão de assembleia geral, à qual compareceu regular número de associados. O ato foi presidido pelo Dr. Luiz Lobo, secretariado pelos Drs. Ophir de Loyola e Avertano Rocha. Declarada aberta a sessão, fez uso da palavra o Dr. Luiz Lobo que, em frases repassadas de sentimento, fez a apologia do caráter, do valor cívico e desassombrado devotamento que o extinto jornalista sempre dispendeu em prol dos destinos daquele grêmio. S. Exc.^a. Terminou dizendo que a Associação cumpre um dever promovendo o desagravo da memória do seu tesoureiro, trabalhando por intermédio de seus advogados, até que veja aquele consumado. Também fizeram uso da palavra os Srs. Clóvis Barata e José Santos, lembrando ideias concernentes às exéquias a serem promovidas pela sociedade, no dia 9 do mês entrante e bem assim a ereção do monumento no túmulo do saudoso morto. Por essa ocasião o distinto violinista

⁶⁹ No dia 18 de agosto *A Província do Pará* divulga uma pequena nota intitulada “Cena Sangrenta” em que se informa a acusação formal de homicídio a Raimundo Morais. O texto diz o seguinte: “O Dr. 2º promotor público denunciou, ontem, como incurso no art. 194, § 2º (homicídio) do Código Penal da República, a Raimundo Morais”.

Alberto Falcão, por intermédio do Sr. José Santos, manifestou à assembleia o desejo de contribuir para o custeio do referido monumento, oferecendo, para esse fim, uma parte do produto de um concerto que pretende realizar em dia ainda não designado. Esse concerto será dedicado à memória do extinto, como amigo do conhecido musicista. Para tratar das exéquias foi nomeada a seguinte comissão: José Santos, professor Pereira de Castro e Alexandre Trindade, e para encarregar-se do monumento uma outra composta dos Srs. Dr. Francisco Campos, Coronel Apolinário Moreira e Júlio Lobato. A assembleia tomou conhecimento, aceitando com satisfação o oferecimento da jornalista senhora Eulina Thomé de Souza, que se propõe a realizar uma palestra literária, no Teatro da Paz, destinando metade do produto ao referido monumento (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1922c, p. 01).

Talvez em razão da morte de seu tesoureiro a Associação da Imprensa não publicou nenhuma notícia de sua participação nos festejos do Centenário. Contudo, sua sede foi utilizada por outras associações culturais que organizavam a recepção aos aviadores Euclides Pinto Martins e Walter Hinton realizadores do “Raid New York – Rio” patrocinado pelo jornal *The New York World*. A expectativa pela chegada de outra dupla de “argonautas dos ares” ganhou publicidade no mês de agosto e teve enorme impacto no imaginário dos jornalistas paraenses nos meses que antecederam a chegada dos aventureiros. Quase diariamente telegramas eram divulgados nos jornais de Belém informando dos contratemplos que atrasavam o cumprimento da empreitada pioneira.

A morte de Heráclito Ferreira ainda repercutiu na reunião realizada pela Associação em 07 de outubro de 1922, cujas decisões tomadas foram divulgadas pela *Província do Pará* no dia seguinte. Só que as homenagens ao finado jornalista foram postas em suspeição, de modo que a diretoria decidiu não mais patrocinar “festivais em favor do monumento do seu inesquecível diretor Sr. Heráclito Ferreira sem que os seus promotores façam as devidas comunicações, previamente, à diretoria” (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1922d, p. 02). Essa sessão ordinária contou com outras deliberações que expressam com clareza os valores culturais e literários aceitos por esse grupo de intelectuais, além de declarar sua disposição em oferecer a sociedade um espaço de acesso a informação por meio da biblioteca de sua sede.

Reuniu ontem a diretoria da Associação da Imprensa do Pará, sob a presidência do Sr. Clóvis Barata e com a presença dos diretores Martins e Silva, Alexandre Trindade, José Santos, Arcádio de Menezes e Júlio Lobato. Além de outras medidas de interesse social, foram tomadas as seguintes deliberações:

- 1) - Homenagear com uma festa de elevada significação patriótica os valorosos soldados do 26º batalhão de caçadores que acabam de fazer o “raid” Pará e Maranhão. Por essa ocasião serão entregues aos bravos militares artísticas medalhas de ouro e prata, mandadas cunhas pela Associação;
- 2) - Inaugurar na sede social o retrato de Olavo Bilac, o príncipe dos nossos poetas, belíssimo quadro oferecido gentilmente pelo Sr. Arcádio de Menezes;
- 3) - Comemorar solenemente a data da proclamação da República brasileira com uma brilhante festa cívica.

[...] Vai a secretaria providenciar no sentido de reorganizar a sua sala de leitura, dotando-a de jornais de todas as cidades ou vilas do país, bem como revistas e os mais

modernos livros chegados a esta cidade. Essa dependência da Associação é franca a todas as pessoas que quiserem dela se utilizar (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1922d, p. 02).

A comitiva do Exército Mexicano que veio ao Brasil participar dos festejos do Centenário da Independência no Rio de Janeiro teve breve passagem por Belém. No dia 20 de novembro, a Banda de Música do Estado Maior do Exército Mexicano realizou um concerto beneficente no Teatro da Paz em favor da Santa Casa de Misericórdia do Pará. A Associação da Imprensa organizou o espetáculo e teve o papel de transmitir aos órgãos públicos e privados de Belém os cumprimentos do representante dos militares mexicanos, palavras essas do Cônsul Manuel I. P. Motta divulgadas pela *Província do Pará* no dia 25 de novembro.

Exmos. Srs. Presidente e Diretores da Associação da Imprensa do Pará. Cumpre-se, em nome do Sr. Comandante A. Yllades, chefe da missão mexicana, vir agradecer a essa ilustrada agremiação a gentileza com que acolheu a ele e todos os demais membros da mesma missão, que por aqui acaba de passar; ao mesmo tempo solicitar-lhe o especial obséquio de servir de intérprete, junto de todos os periódicos desta capital, dos seus sentimentos de profundo reconhecimento pela maneira cativante com que relataram a sua chegada e a sua curta estadia aqui. [...] Outrossim, pede para, por vosso intermédio, apresentar esses mesmos sentimentos de sincero reconhecimento ao Sr. Dr. Governador do Estado, Comandante da Região Militar, Intendente Municipal de Belém, demais autoridades militares e civis, enfim, ao público em geral, pelo bondoso acolhimento que a toda a missão dispensaram, durante sua rápida passagem por esta capital. [...] Aproveito a ocasião para apresentar a essa ilustre e distinta Associação os meus protestos de alta estima e consideração.

Manuel I. P. Motta, Cônsul do México.

Belém, 21 de Novembro de 1922.

(AINDA..., 1922, p. 01).

Até dezembro de 1922 o presidente da Associação da Imprensa, o coronel Luiz Lobo, não havia publicado nenhum artigo nos jornais de Belém. Mas ele estava sempre presente em eventos sociais acompanhado por políticos, artistas e autoridades diversas. Em duas ocasiões, no ano de 1923, encontramos textos de sua autoria. O primeiro foi publicado em 28 de janeiro, tendo por título “A marinha de agora”, onde o autor discute as dificuldades financeiras que obrigavam a marinha brasileira a diminuir seu efetivo. Em 23 de fevereiro, o artigo “E nada nos separa...”, discorre acerca da amizade entre o Brasil e a Argentina. Ambos os textos foram publicados na *Folha do Norte*.

Luiz Lobo próximo de terminar o seu primeiro mandato como presidente da Associação da Imprensa emitiu uma nota convocatória para a realização da eleição anual do corpo gestor. O comunicado intitulado “Associação da Imprensa: sessão de eleição” foi publicado em 30 de dezembro de 1922 n’*A Província do Pará*.

Recebemos o seguinte: “De ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Lobo, presidente da assembleia geral, na forma dos Estatutos, convoco os Srs. Consócios para sessão de

eleição dos novos corpos dirigentes de 1923 a 1924, a realizar-se no 8 de janeiro próximo, na sede social. Belém do Pará, 30 de dezembro de 1922. O 1º secretário da assembleia geral. Dr. Ophir de Loyola” (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1922f, p. 02).

A convocatória para as eleições ainda se repetiu no dia 16 de janeiro de 1923 e na data da eleição, 18 de janeiro; ambas as notas foram publicadas na *Folha do Norte*. O resultado do certâmen eletivo foi divulgado na *Folha do Norte*, em 20 de janeiro, por meio do artigo “Associação da Imprensa: os novos corpos dirigentes”. O resultado trouxe algumas mudanças para o quadro de gestão, embora a presidência da Assembleia Geral tenha permanecido inalterada.

A sessão foi presidida pelo Dr. Luiz Lobo, secretariado pelos Srs. Dr. Avertano Rocha e professor Pereira de Castro, tomando assento também à mesa o Dr. Luiz Barreiros, presidente honorário daquele grêmio. Após a eleição, verificou-se o seguinte resultado: - Assembleia geral: presidente Dr. Luiz Lobo; vice-presidente, Dr. Francisco Campos; 1º e 2º secretários, Drs. Ophir Loyola e Avertano Rocha. Diretoria: presidente, coronel Apolinário Moreira; 1º e 2º secretários, Clóvis Barata e Luiz Martins e Silva; oradora, Dra. Orminda Bastos; tesoureiro, Júlio Lobato; diretores, José Santos, Alexandre Trindade, Dr. Lívio de Vasconcelos César, Arcádio Menezes, professor João Pereira de Castro e Júlio Paulo Martins. Proclamados os eleitos, o presidente saudou os elementos novos chamados a dar o seu valioso concurso à sociedade, que são os Srs. Coronel Apolinário Moreira, Dra. Orminda Bastos e Dr. Lívio César (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1923a, p. 01).

A cerimônia de posse dos membros diretores da Associação da Imprensa, embora anunciada para ocorrer em 08 de fevereiro, somente aconteceria no dia 02 de março. Contudo, nesse meio tempo o grêmio de jornalistas paraenses empreendeu um importante trabalho de intercâmbio com o estado de São Paulo, cujo governador, o Dr. Washington Luiz, atendendo ao pedido da Associação da Imprensa do Pará, mandou publicar “em todos os jornais paulistas” o interesse da imprensa paraense em trocar “informações comerciais sobre todas as praças do país”. O objetivo dessa permuta de dados ficou assim definido em artigo publicado pela *Folha do Norte*, em 06 de fevereiro:

O nosso estado muito lucrará com a propaganda ativa, constante e patriótica que a Associação poderá fazer pela imprensa em todas as demais unidades da Federação Brasileira, sobre o que nos possa interessar. [...] Dentro em breve estará a Associação habilitada a informar sobre qualquer firma que opera em território brasileiro, dando a quem pedir, detalhadamente, todos os informes mais importantes. Esta secção interessará sobretudo o comércio (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1923b, p. 01).

Essa mesma matéria trouxe uma carta do jornalista A. Rodrigues da Silva, diretor do magazine *A Palavra*, respondendo ao apelo dos colegas de profissão de Belém. O texto, embora não muito extenso, deixa transparecer a enorme oportunidade para ampliar os negócios com a

abertura para os novos seguimentos da publicidade comercial além da possibilidade de encontrar novos leitores.

“Atendendo ao ofício que essa brilhante Associação enviou ao Dr. Washington Luiz, presidente deste Estado, envio-os, em registrado, 20 exemplares dos números 3 e 4 (segunda fase) desta revista, que se publica nesta cidade, quinzenalmente, passando em breve a semanal. Se interessar a permuta aos ilustres colegas paraenses, solicito de VV. SS. A fineza de serem os intermediários. O gesto dessa distinta agremiação é digno de ser imitado por todas as Associações de Imprensa do Brasil e até pela Associação Brasileira de Imprensa e é por esse motivo que me apresso a atender o vosso ofício. Enviando as minhas saudações a toda a imprensa paraense, subscrevo-me com elevada estima e consideração. Amo. Ad. e ob. – (a) A. Rodrigues da Silva” (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1923b, p. 01).

E como a ampliação da comunicação comercial foi o “negócio” principal destacado nesse artigo, cujo título reincidente é “Associação da Imprensa”, nele se divulgam os benefícios trazidos aos jornalistas por meio das amizades ou dos acordos firmados. Tais vantagens poderiam até ser compartilhadas com a sociedade.

- A gentileza do Dr. Heraclides Cesar de Sousa Araújo, chefe do Serviço de Profilaxia Rural neste Estado, o salão de leitura da Associação terá o “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, durante o ano corrente. Podem ser lidos por todas as pessoas que desejarem os seguintes jornais: *Pacotilha*, do Maranhão; *Tribuna*, do Ceará; *Diário de Pernambuco*, de Recife; *A Noite* e o *Jornal do Comércio*, do Rio, além de muitas revistas e jornais diários desta capital. – Está marcada para o dia 8 do corrente a posse da nova diretoria (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1923b, p. 01).

A cerimônia de posse da nova diretoria eleita finalmente aconteceu no dia 02 de março como foi anunciado por outra nota, “Associação da Imprensa”, publicada na *Folha do Norte*. A eleição da advogada Ormind Bastos como oradora oficial do grêmio paraense de jornalistas coincidiu com sua colaboração na *Folha do Norte* em que apresentou artigos tratando da situação política do território do Acre e o interesse americano no Pará.

Em sua sede, à Avenida da Liberdade nº 103, realiza-se hoje, às 8:30 horas da noite, a sessão de assembleia geral da Associação da Imprensa do Pará, para dar posse aos novos corpos dirigentes no período de 1923 – 1924. Serão empossados os Srs. Drs. Luiz Lobo e Francisco Campos, presidente e vice-presidente; Ophir Loyola e Avertano Rocha, 1º e 2º secretários da assembleia geral; coronel Apolinário Moreira, presidente; Clóvis Barata e Luiz Martins e Silva, 1º e 2º secretários da diretoria; Dra. Ormind Bastos, oradora; Júlio Lobato, tesoureiro; Alexandre Trindade, Acácio Menezes, José Santos (ausente), professor João Pereira de Castro, Dr. Lívio Cesar e Júlio Paulo Martins, diretores. A porta daquela agremiação, por gentileza do Sr. Coronel comandante da Força Pública, tocará uma banda de música (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1923c, p. 03).

O Sr. Luiz Lobo, o presidente reeleito da Associação da Imprensa, ora tratado como Doutor, Major ou Coronel, recebeu ainda no mês de fevereiro uma promoção de patente assumindo o posto de Tenente-Coronel do Corpo de Engenheiros do Exército. As congratulações partiram tanto de seus amigos da imprensa quanto de seus confrades do Instituto

Histórico e Geográfico do Pará. A *Folha do Norte* publicou o artigo elogioso “Tenente-Coronel Luiz Lobo: sua promoção no Exército”, em 20 de fevereiro. No texto as qualidades morais e as virtudes do seu ofício são exaltadas.

Nenhum só deslize teve na carreira das armas; nenhuma só falta acusa a sua fé de ofício, limpa como as que mais o sejam; jamais o soldado pundonoroso que é o tenente-coronel Luiz Lobo se viu envolvido em bernardas, em movimentos ilegais, contrários à ordem, ao princípio da lei e ao acatamento das autoridades constituídas (TENENTE-CORONEL..., 1923, p. 01).

Ignácio Moura, ex-presidente do Instituto Histórico, também demonstrou por meio da *Folha do Norte* os motivos que levaram Luiz Lobo a ser honrado com um novo posto militar. O artigo com o título “Merecimento de uma promoção”, publicado em 10 de março, destaca a publicação do ensaio “História Militar do Pará” no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro* (1922). Cheio de entusiasmo o autor citava “o regulamento das promoções militares” ressaltando que para “merecê-las será (preciso) ‘ter o oficial escrito e publicado qualquer obra científica no país” (MOURA, 1923b, p. 01). O artigo de Ignácio Moura enfatiza os dotes intelectuais expressos no trabalho histórico de Luiz Lobo ao reproduzir alguns pareceres e louvores emitidos por militares envolvidos na avaliação da celebrada monografia. Um desses trechos merece destaque.

“Trata-se de elucidativa monografia histórica bem delineada em que o seu autor demonstrou cabalmente possuir acentuado pendor para os estudos dessa natureza, tornando-se, portanto, credor dos mais justos e merecidos encômios. Em 29 de agosto de 1922. (a) Joaquim Marques da Cunha, coronel, chefe da 5ª Secção” (CUNHA apud MOURA, 1923b, p. 01).

Tanto sucesso profissional acabou levando Luiz Lobo a deixar a presidência da Associação da Imprensa do Pará. Quem o substituiu, ainda no mês de março, foi outro militar, o Coronel e Diretor da Fazenda, Dr. Apolinário Moreira, então eleito para a diretoria da Associação. Os amigos de Luiz Lobo da Associação da Imprensa, em outro gesto de amabilidade, ofereceram no dia 12 de março um almoço na “Rottisserie Suisse”, ao qual compareceram entre diversas autoridades estaduais o próprio governador, Dr. Sousa Castro. No dia 14 de março, Luiz Lobo embarcou no navio “Rio de Janeiro” com destino a Capital da República para receber as honras de sua promoção. No mesmo pacote viajaram os Deputados Federais Dionísio Bentes⁷⁰ e Eurico Valle, “*leader* da bancada paraense”. Acompanhando o embarque desses “Viajantes Ilustres”, título do artigo publicado pela *Folha do Norte* no dia 15

⁷⁰ Dionísio Bentes, segundo a ortografia da época.

de março, acorreram diversas autoridades e a população em geral transformando a partida do “Rio de Janeiro” em grandioso evento social.

Apesar da chuva impertinente que caiu sobre a cidade desde as primeiras horas da noite, ao cais do porto, no trecho em que se achava acostado o “Rio de Janeiro”, apresentava um aspecto fora do comum. De instante a instante automóveis despejavam à porta que dá entrada para o lado direito da muralha, várias e distintas famílias de nosso escol social, ao tempo em que inúmeros amigos acorriam ao local designado para o embarque dos ilustres viajantes [...] Dentre a grande multidão que se acotovelava no cais, destacavam-se senadores e deputados estaduais, os membros da magistratura federal e do Estado, desembargadores, advogados, médicos, professores, oficiais de terra e mar, representantes do alto comércio, etc. (VIAJANTES..., 1923, p. 01).

Após tantas celebrações pelo sucesso de seu ex-presidente, a Associação da Imprensa só voltaria a se reunir para tratar de sua reorganização, como nos informa a nota “Associação da Imprensa: 1ª reunião da nova diretoria” publicada na *Folha do Norte*, em 28 de março. Essa mudança brusca na liderança da Associação será referida em algumas ocasiões futuras por Eustáquio de Azevedo como uma das principais causas que levaram o grêmio jornalístico a enfrentar deserções e o conseqüente esmorecimento do grupo.

Cumprindo os dispositivos regulamentares, reuniu anteontem a diretoria da Associação da Imprensa do Pará, sob a presidência do Sr. Apolinário Moreira, secretariado pelos Srs. Clóvis Barata e Martins e Silva, e com a presença dos diretores Pereira de Castro, Alexandre Trindade, Júlio Lobato e Edgar Proença e Dr. Francisco Campos. Foram tomadas importantes decisões entre as quais:

- 1ª) Recomeçar as festas cívicas comemorativas das nossas datas nacionais, a partir de 3 de maio, em virtude de estar designado o 21 de abril para a festa das normalistas;
- 2ª) Promover, o quanto possível, meios de congregar a família jornalística e intelectual;
- 3ª) Festejar condignamente o centenário da adesão do Pará à Independência;
- 4ª) Promover o intercâmbio da imprensa brasileira.

Foram eleitas as comissões de polícia interna e de finanças, recaindo nos nomes dos diretores Pereira de Castro, Dr. Lívio Cesar e Júlio Martins, a primeira, e Arcádio de Menezes, Edgar Proença e Alexandre Trindade, a segunda. Na ata dos trabalhos foi consignado um voto de congratulações pelo aniversário d’A *Província do Pará*, tendo sido designada uma comissão para apresentar a redação desse órgão os cumprimentos e votos de prosperidades da Associação. Por unanimidade de votos, foi proposto e aceito sócio o Dr. Henrique Jorge Hurley. De acordo com a resolução da assembleia geral, foi concedida “anistia” a todos os associados em atraso com os cofres sociais, devendo a cobrança ser feita apenas a começar de janeiro do corrente ano. Ficou marcada nova reunião para o próximo dia 2 do mês vindouro (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1923d, p. 01).

A reafirmação do compromisso da Associação de Imprensa em participar dos festejos que iriam comemorar a Adesão do Pará à Independência do Brasil demonstra o quão significativo consistiu para a elite intelectual paraense a busca pelo reconhecimento nacional. Esse anseio foi reforçado durante todo o ano de 1922 com as manifestações cívicas organizadas pelo Instituto Histórico, que além de seu papel ordenador dos festejos públicos em Belém produziu

as monografias que integrariam o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, enviando o seu sócio Henrique Santa Rosa para participar do Congresso Internacional de História da América realizado no Rio de Janeiro. Esse interesse colaborativo com o cenário cultural da Capital da República foi mantido em 1923 se espalhando nas notícias acerca do aumento do valor de mercado do látex, o que despertou certa esperança em alguns jornalistas desejosos de reviver os tempos de bonança em que a balança comercial brasileira dependia do sucesso das exportações do estado do Pará. A comoção pela morte de Ruy Barbosa também significou um momento de integração com o espírito federativo incorporado na cidade do Rio de Janeiro. Por ordem do governador Sousa Castro realizou-se na catedral de Belém as exéquias em homenagem à memória do “estadista, jurisconsulto, tribuno e mestre inegável que foi Ruy Barbosa” (RUY BARBOSA..., 1923, p. 01).

A Associação da Imprensa pretendeu fazer mais do que apenas participar dos festejos que comemorariam a Adesão do Pará, já que essas celebrações vinham sendo lideradas pelo Instituto Histórico e pelo Clube de Engenharia do Pará, instituições que tinham o mesmo presidente: o Dr. Henrique Santa Rosa. Como tentativa de afirmar o seu protagonismo, a Associação da Imprensa deliberou, em reunião realizada no dia 03 de abril, a organização de um livro dedicado à data histórica a ser comemorada no dia 15 de agosto servindo também como um instrumento de propaganda do Estado. O registro dessa iniciativa ficou anotado no artigo “Associação da Imprensa: a comemoração da adesão do Pará à Independência – Patriótica iniciativa”, publicado na *Folha do Norte*, em 05 de abril.

A Associação da Imprensa, a que não se pode negar o levantamento do civismo entre nós, pelas vibrantes e patrióticas festas comemorativas das datas nacionais que há realizado, resolveu, em sua última reunião de diretoria, promover brilhantes festejos em homenagem à adesão do Pará à independência pátria. Na referida reunião, antontem realizada, sob a presidência do coronel Apolinário Moreira, ficou definitivamente assentada a ação do nosso grêmio de jornalistas a fim de que a magna data seja condignamente comemorada. Essa iniciativa merece os aplausos de todos quantos estão ao Pará ligados, sendo de esperar que à Associação da Imprensa não falte o concurso das autoridades, como de todas as classes êxito completo. Figura no programa a elaboração de uma obra, denominada “Livro do Centenário”, destinada à propaganda do nosso Estado. Será esse trabalho dividido em vários capítulos e trará de literatura, artes, indústria, comércio, administração, etc. A cada município será reservado um número de páginas para a sua notícia histórica. Por unanimidade, a diretoria delegou plenos poderes aos Srs. Coronel Apolinário Moreira, Arcádio de Menezes, Dr. Lívio César, professor Pereira de Castro e Clóvis Barata, para a execução da obra para a qual será solicitada a colaboração das nossas principais figuras intelectuais sem distinção de espécie alguma (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1923e, p. 01).

A programação dos festejos em comemoração à Adesão do Pará teve início efetivo com a primeira manifestação pública realizada em homenagem a revolta que “visava à adesão do

Pará à Independência Nacional” (O PARÁ..., 1923, p. 02), ocorrida em 14 de abril de 1823. “A Associação da Imprensa foi convidada para se associar a essa festa por uma comissão composta dos Drs. Penna de Carvalho, Heráclito Pinheiro e professor Braga Ribeiro” (O PARÁ..., 1923, p. 02), os quais também eram membros do IHGP, órgão que organizou e incentivou os eventos cívicos e sociais. A programação do ato público teve sua conclusão com “uma sessão solene, no Teatro da Paz, com a assistência das autoridades e do povo” (O PARÁ..., 1923, p. 02). Os oradores da noite foram o Dr. Luiz Barreiro, representando o Instituto; e a Dra. Orminda Bastos, representando a Associação da Imprensa. O discurso da oradora oficial do grêmio de jornalistas foi publicado pela *Folha do Norte*, em 18 de abril com o título “O Pará e a Independência”. A dimensão apologética dessa fala encaminha uma mensagem acerca do esforço heroico dos revolucionários paraenses e destaca o valor do sacrifício por eles realizado na busca pela emancipação brasileira. Orminda Bastos argumenta que os fortes laços dos insurgentes com a coroa portuguesa os fizeram vacilar diante da resistência imposta pelas tropas fieis a D. João VI. Essa compreensão apenas reforça o sentimento fraterno e saudosista que vários intelectuais paraenses mantinham em relação a antiga metrópole. O grande número de associações portuguesas ainda atuantes em Belém no início do século XX permitia que esses laços históricos fossem mantidos.

Imaginemos, há cem anos atrás, a tropa reunida no largo da Mercês, tomado já pelos revoltosos o quartel de artilharia. No escuro da madrugada, o tinir das armas, a confusão insólita de um momento excepcional, a profunda comoção dos ânimos, e os conjurados fremidos à voz de Boaventura da Silva que saudava o alvorecer da nova pátria, erguendo vivas a D. Pedro I e à Independência do Brasil. Eis que, em meio do transporte geral, o Major Francisco José Ribeiro concita o 3º regimento à fidelidade a D. João VI e à metrópole. Por uma dessas mutações instantâneas tão comuns e tão difíceis de explicar nas turbas, o regimento titubeia e emudece. A consciência do atrevido passo que davam e das suas incertas consequências tolheu-lhes a palavras e a ação. Esse momento de hesitação desfez todos os planos e trouxe a ruína dos rebeldes. Presos os conspiradores e condenados à morte, foram embarcados para Lisboa. A doença dizimou em viagem aqueles a quem o barão ou o cutelo esperaram. O elemento reinol, então muito vigoroso e preponderante em toda a colônia, o grande afastamento do centro do governo no Sul, e a dificuldade dos meios de comunicação, tornando sumamente demoradas e incertas as relações e correspondência com o Rio, foram, sem dúvida, as principais causas desse insucesso. Temiam os conjurados, a despeito de toda a sua boa vontade, ver-se abandonados e entregues à deficiência dos próprios recursos, em luta desigual com os da metrópole. Não devemos, no entanto, julgar este acontecimento pelos mesquinhos resultados materiais alcançados, mas pela sua significação moral e política, que é imensa (BASTOS, 1923, p. 01).

Após a celebração do 14 de Abril, a Associação da Imprensa permaneceu alguns meses sem divulgar notas de suas reuniões ou anúncios das ações destinadas a comemorar a Adesão do Pará. Provavelmente o silêncio do grêmio de jornalistas teve consequência da nova troca de sua direção. O Coronel Apolinário Moreira, alegando dificuldades para conciliar suas

obrigações como Diretor da Fazenda do Estado e as responsabilidades à frente da presidência da Associação, decidiu renunciar ao cargo. Ele enviou um ofício ao primeiro secretário da Associação, Sr. Clóvis Barata, esclarecendo sua decisão. Esse documento foi publicado dentro da nota “Associação da Imprensa” por meio d’A *Província do Pará* no dia 11 de julho.

“Belém, 5 de julho de 1923. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Geral da Associação da Imprensa do Pará. Impossibilitado pelos múltiplos e notórios afazeres a meu cargo, de exercer, como desejaria a presidência da nossa diretoria, função em que fui colocado, a cerca de um semestre, pela imensa bondade de meus consócios, vendo declarar-vos que renuncio esse mandato. São grandes, no momento que passa, as responsabilidades da presidência da diretoria, urgida pela necessidade das providências a tomar em face da comemoração do centenário da adesão do Pará à Independência. Tendo minha atividade obrigada ao serviço da Fazenda do Estado, na dificultosa quadra atual, falta-me, infelizmente, a sobra de tempo preciso para atender aos interesses sociais. Por isso resolvi deixar a outro o posto e que não posso continuar, presentemente, sem prejuízo do progresso do nosso grêmio, permanecendo, entretanto, ao dispor da Associação da Imprensa e de nossos consócios, em tudo que lhes possa ser prestável. Saúde e fraternidade. Apolinário Moreira” (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1923f, p. 01).

O pedido de renúncia foi levado a votação dos sócios que rejeitaram a entrega do cargo. Decidiu-se que a presidência seria ocupada por Clóvis Barata enquanto Apolinário Moreira estivesse absorvido por seus afazeres profissionais. O então presidente licenciado da Associação agradeceu ao gesto de seus confrades e declarou “que, cessados os motivos, reassumiria, com prazer o seu cargo” (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1923f, p. 01).

Figura 6 – Fotografia do Coronel Apolinário Moreira.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

O mês de agosto de 1923 trouxe à lembrança dos jornalistas paraenses o trágico episódio do “assassinato” de Heráclito Ferreira, tesoureiro da Associação. No dia 09 de agosto, aniversário de um ano de sua morte, os jornalistas participaram de uma missa realizada às 7:30 da manhã na Catedral de Belém oficiada pelo Padre Dubois, colunista assíduo da *Folha do Norte*. Após a missa, uma comitiva de membros da imprensa e de admiradores visitou o túmulo

de Heráclito Ferreira inaugurando o monumento em sua homenagem idealizado no ano anterior. Nesse meio tempo, o acusado pela morte de Heráclito Ferreira, o Comandante Raimundo Morais, esperava novo julgamento, pois a sentença anterior que o inocentava fora anulada. Dessa vez, o suspeito seria levado à júri popular.

Figura 7 – Fotografia do Dr. Severino Silva.



Fonte: Biblioteca Arthur Vianna.

Mas se os membros da Associação da Imprensa tiveram motivos para prantear a memória de um companheiro morto ficava cada dia mais próximo o centenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil. Saía de cena o infortunado colega das lides recentes, ressurgiam os briosos vultos históricos nacionais. A celebração do dia 15 de Agosto seria a matéria a tomar conta de todos os jornais da capital do estado nos dias seguintes. E o patriótico grêmio de jornalistas não se furtaria de participar de cerimônias tão significativas para o povo paraense, ou melhor, para os intelectuais que planejaram durante anos tantas manifestações cívicas. Logo no dia 10 de agosto, a *Folha do Norte* publicou “A homenagem da Associação da Imprensa”, informando da contribuição que esse órgão faria a tão esperada data.

O nosso grêmio de jornalistas, que sempre se há movimentado nas festas cívicas do Pará, tomará parte nas do centenário. Assim é que, por parte da Associação da Imprensa, o conhecido orador Dr. Severino Silva levará a efeito, junto à estátua da República, às 4:30 horas da tarde do dia 15 uma conferência popular, versando sobre o empolgante assunto histórico da Independência do Brasil e adesão ao Pará. Será, certamente, esse número um dos de maior brilho e realce do programa das nossas celebrações comemorativas (A HOMENAGEM..., 1923a, p. 01).

Na véspera do dia magno, o grêmio de jornalistas voltou a publicar no mesmo jornal uma nota reforçando que a “conferência popular, à praça da República, junto a estátua da República, às 4:30 da tarde”, seria proferida pelo “eloquente orador Dr. Severino Silva, que dissertará sobre a data em festejo” (A HOMENAGEM..., 1923b, p. 01). Na manhã do dia 15 de agosto de 1923, ganhavam às ruas as forças militares do estado acompanhadas dos vários núcleos culturais e

dos membros das colônias estrangeiras que se uniam ao grande cortejo público a ser recebido pelo Dr. Sousa Castro no palácio do governo. A Liga Paraense de Esportes Terrestres organizou uma série de “jogos atléticos” no Campo do Clube do Remo diversificando os festejos patrióticos. No período da tarde realizou-se a apresentação de várias bandas de música na Praça da República onde o Dr. Severino Silva encerrou as celebrações da Adesão do Pará a céu aberto.

O discurso do representante da Associação da Imprensa trazia uma mensagem de soerguimento para o estado do Pará. Severino Silva conclamava os paraenses, por meio do imaginário Grego, a se espelharem nos heróis da Independência e transformarem a Amazônia em um exemplo de grandiosidade para todo o mundo. O ardor do patriotismo espalha-se nas frases de louvor e de exortação ao trabalho e ao serviço à Pátria brasileira. O orador tentava inculcar em seus ouvintes, com exclamações eufóricas de deslumbramento pela terra natal, o orgulho de ser brasileiro e paraense.

Amazônia formosa e prodigiosa, desde o espraiamento chão das terras aluvionárias à estrutura cretácea ou granítica das montanhas orgulhosas... Amazônia perturbadora e forte, desde o homem da cidade ao caboclo retraído do taperi selvagem... Pará de glórias e de esperanças! Amazônia de sonho e de energia, que em breve surpreenderá o mundo com a expansão das suas forças múltiplas! Pois que importa a fatalidade dos fenômenos orogênicos a tenha desnivelado do plano em que se ostentam os poderosos Estados prósperos... Já se desvanecem as sombras do eclipse... Já se tingem o céu os albores do dia magnífico do dia magnificante da restauração! E nesse dia próximo muito próximo estaremos, como agora, e talvez mais alto, as virtudes estelares da Pátria. [...] Pátria gloriosa! Na epopeia cívica dos seus mártires, no canto patriótico, e rebelde dos seus poetas, na ideação estética dos seus pintores e estatuários debuxadores da beleza física e da beleza moral, na virtude da mulher brasileira, educadora de heróis, heroína ela também! Pátria harmoniosa! Pátria vitoriosa! Pátria gloriosa! Pátria de Felipe dos Santos e Tiradentes, Ledo e Boaventura, Patroni, Batista Campos e Bernal do Couto! Podes orgulhar-te dos legionários da Independência paraense, que te coroam de mais verdes louros e de flores mais gentis e te nimbaram a frente de uma auréola mais luminosa! [...] Nós bem sentimos quão grande privilégio é ser amamentado em teu seio de loba heroica. Nós bem sentimos, Pátria de luz e de amor, quão grande benção é ser teu filho e luzir humilde centelha, no brilho constelar das tuas glórias, na radiosa imortalidade dos teus heróis! (SILVA, 1923, p. 01).

Mas a empolgação e a desenvoltura da Associação da Imprensa dali a poucos meses cederia lugar ao descontínuo das atividades. Durante o primeiro semestre de 1924 as frequentes notas informativas da última reunião do grêmio de jornalistas cessaram por completo. Os ânimos dos membros da Associação tiveram que ser provocados pelo artigo de Jacques Rolla/Eustáquio de Azevedo – “A Associação da Imprensa do Pará” publicado, em 15 de julho, no jornal *República*. Em resposta a esse artigo o então presidente da Associação dos Novos, o Sr. Raimundo Nonato, jornalista da *Folha do Norte*, que também era membro da Associação da Imprensa, publicou em 17 de julho de 1924, n’*A Província do Pará*, uma “Breve resposta

ao velho mestre Jacques Rolla”, em que confirmava o momento de descompasso pelo qual o círculo de trabalhadores da imprensa passava.

Ninguém contesta e nem pode contestar que a Associação dos Novos realiza as suas festas, presentemente, em sua sede social porquanto a Diretoria da Associação da Imprensa, representada pelo seu mais alto membro, ofereceu-nos, *de livre e espontânea vontade*, com todas as regalias, o prédio em questão que jazia abandonado, a fim de darmos um alento de vida à Associação da Imprensa que eclipsou-se por nossa culpa, porque também faço parte dela (NONATO, 1924, p. 01).

Essa polêmica contou ainda com outra réplica publicada, em 16 de julho de 1924, no jornal *República*; o artigo de resposta retomava o título do texto de Azevedo. O seu autor, o deputado estadual Luiz Barreiros, ex-presidente da Associação da Imprensa e também membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, entendeu que Eustáquio de Azevedo ao afirmar que “alguns de seus próprios dirigentes passaram-se com armas e bagagens para o Instituto Histórico, abandonando pelos novos os velhos amores” (BARREIROS, 1924, p. 01), se referia a ele, Luiz Barreiros, que ocupou a presidência da Associação da Imprensa durante quatro anos (1919 – 1922). Luiz Barreiros entrou em uma discussão que não lhe dizia respeito, comprando uma briga mais pela publicidade de seus efeitos do que pela defesa de sua honra supostamente ofendida. Afinal, Eustáquio de Azevedo fazia referência ao ano de 1923, quando a Associação da Imprensa teve três presidentes: Luiz Lobo, Apolinário Moreira e Clóvis Barata. O ex-presidente da Associação ressaltou a importância de seus serviços aos jornalistas paraenses e citou com orgulho o recebimento de um “honroso diploma de Presidente de Honra⁷¹” refutando qualquer falta de compromisso “referente à fase atual dessa importante agremiação”.

Com as explicações que aí ficam, espero que Jacques Rolla concorde que se “alguns de seus próprios dirigentes passaram-se com armas e bagagens para o Instituto, abandonado pelos novos os velhos amores”, nesse número, sem palmar injustiça não devo estar incluído, porque, continuo e continuarei a dedicar à nossa Associação de Imprensa o mesmo devotamento e o mesmo afeto de sempre, visto considerá-la nas suas grandes linhas arquitetônicas, uma refulgente obra d’arte do civismo paraense, no decurso d’um decênio, a atestar as manifestações coletivas do sentimento patriótico do nosso povo (BARREIROS, 1924, p. 01).

O tom de denúncia do artigo de Eustáquio de Azevedo somente veio a expor uma situação há muito ignorada. Embora a breve polêmica tenha agitado o cenário jornalístico de Belém a Associação da Imprensa só voltou a se reunir na tentativa de reativar a entidade no dia 16 de

⁷¹ A concessão do título de Presidente Honorário foi noticiada na nota “Associação da Imprensa” publicada no jornal *Folha do Norte*, em 13 de janeiro de 1922. p. 02.

dezembro de 1924⁷². O resumo das resoluções adotadas nesse encontro foi publicado n'A *Província do Pará* no dia 18 do mesmo mês. O destaque no informativo a seguir fica por conta da nomeação específica dos representantes dos mais importantes órgãos da imprensa da cidade eleitos para compor o novo corpo diretor no ano de 1925.

De acordo com o edital de convocação, reuniu-se anteontem, às 20:30 horas, na sede social, à avenida da Liberdade, n. 103, a assembleia geral da Associação da Imprensa do Pará, a fim de eleger os seus novos órgãos administrativos, que deverão servir no ano social de 1925. Presidiu à reunião o deputado Dr. Francisco Campos, que teve como secretários os Srs. Dr. Avertano Rocha e João Alfredo de Mendonça. Na primeira parte da ordem dos trabalhos, foram discutidos vários assuntos de interesse geral do grêmio de jornalistas paraenses, fazendo uso da palavra os Srs. Rocha Moreira, Clóvis Barata e Ildefonso Tavares, que sugeriram medidas e providências de alto alcance em favor da Associação. Na segunda parte foi procedida a eleição dos novos corpos dirigentes, sendo reputado o seguinte resultado:

Assembleia Geral – Presidente, Dr. Deodoro Mendonça, do *República*; vice-presidente, Dr. Óscar Barreto, d'A *Província do Pará*; 1º secretário, Dr. Raymundo Trindade, da *Folha do Norte*; 2º secretário, padre Ignácio Magalhães, D'A *Palavra*.

Diretoria – Presidente, João Alfredo de Mendonça, do *República*; 2o secretário, Dr. Dejard de Mendonça, do *Imparcial*; orador, Apolinário Moreira, do *República*; tesoureiro, Arcádio Menezes (honorário).

Diretores – José Santos, do *República*; Júlio Lobato, da *Folha do Norte*; Júlio Martins, d'A *Província do Pará*; Edgar Proença, d'A *Semana*; Alexandre Trindade, da *Belém Nova* e Raymundo Machado, do *Diário Oficial*.

Também obtiveram votos para diretores, ficando considerados suplentes destes, os Srs. Raymundo Nonato da Silva, da *Folha do Norte*; José Simões, d'A *Semana*; Ildefonso Tavares, da *Folha do Norte*; Bruno de Menezes, da *Belém Nova*; Teodoro Brasão e Silva, d'A *Província do Pará* e Jayme Bibas, da *Informadora Comercial*. Da chapa votada fazem parte representantes de todos os órgãos da imprensa de Belém, à exceção do *Estado do Pará*, que não teve representação na chapa por escusa voluntária dos seus dirigentes, aceita pela assembleia. Esse órgão de imprensa, porém, assegurou todo o seu apoio à obra de soerguimento da Associação. Por proposta do Sr. Clóvis Barata, apoiada por vários consócios, a assembleia conferiu o título de sócio benemérito ao deputado Francisco Campos, por serviços relevantes prestados à Associação, e aprovou um voto de louvor e reconhecimento aos Drs. Ophir Loyola e Avertano Rocha, que acabam de exercer os cargos de secretários da assembleia geral. Ficou também deliberado que, dos novos eleitos, fossem imediatamente empossados os que estavam presentes à reunião o que se verificou, assumindo os seus respectivos cargos os Srs. João Alfredo de Mendonça, presidente da diretoria; Clóvis Barata, 1º secretário; e diretores, José Santos, Júlio Martins, Edgar Proença e Alexandre Trindade. O livro de presença registrou 35 assinaturas de sócios (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1924, p. 01).

Se era de esperar que no ano de 1925 a Associação da Imprensa retomaria o vigor de suas sessões ordinárias, a participação em festejos cívicos ou promovesse recepções galantes a intelectuais e lutasse pelos interesses da classe; surpreende perceber que nada foi possível encontrar das atividades desse grêmio de jornalistas nos periódicos antes tão prolíficos em notas

⁷² Nessa data às 9 horas da noite, no Teatro da Paz, ocorreria uma reunião em homenagem ao recém-falecido aviador português Arthur Sacadura Cabral. Em nota publicada no jornal *A Província do Pará* informa-se que os membros do Instituto Histórico e Geográfico e da Associação da Imprensa foram convidados a comparecer. A referida reunião de eleição da nova diretoria da Associação da Imprensa teria ocorrido às 8 horas da noite do mesmo dia.

informativas do seu funcionamento. O abandono das práticas sociais e do espaço físico da Associação da Imprensa deixou em relevância todas as “festas do espírito” realizadas pela Associação dos Novos; esse núcleo de cultura beletrista então consagrado pela produção de poemas e de críticas literárias, aplainava o seu renome promovendo encontros voltados à homenagear algum intelectual de relevo da sociedade de Belém.

No ano de 1926, o descalabro da unidade dos membros da Associação da Imprensa atingiu o seu estágio mais preocupante. Os objetos que constituíam o patrimônio da sede desse órgão estavam sendo furtados. Os móveis e os livros responsáveis pelo ambiente requintado que tantas vezes serviu aos serões artísticos, palestras eruditas e comemorações amigáveis agora padecia tomado pelo abandono. A Associação dos Novos não se reunia mais nesse espaço e também apresentava sinais de esmorecimento. O jornal *Folha do Norte*, em nota publicada no dia 26 de janeiro, comunicava do estado precário em que se encontrava o prédio que acolhera duas vibrantes associações.

Ainda não foi terminado o inventário dos haveres da Associação da Imprensa, entretanto já se verificou o desaparecimento do seguinte: 2 sofás, 2 poltronas, 2 balanços, 6 cadeiras comuns, 1 armário, 1 ficheria e diversos livros. Os móveis foram retirados pelo ex-empregado da Associação, Manuel Portela da Cunha, que atualmente se acha no Maranhão, e grande parte dos livros por um membro da associação literária que ali funcionou recentemente. Faltam ainda alguns volumes de Enciclopédia, que estão na redação do extinto “República” e em poder de dois antigos sócios da Associação da Imprensa. Os móveis que restam, inclusive o belo piano que pertenceu ao maestro Carlos Gomes, estão em lastimável estado, necessitando de imediato reparo.

- Hoje, às 2 horas da tarde, reúnem em palácio os Srs. Manuel Lobato, Avertano Rocha, Santino Ribeiro, Ildefonso Tavares, Arcádio Menezes, J. J. Monteiro de Paiva e Alexandre Trindade, membros da comissão reorganizadora da Associação da Imprensa, para tratar de assuntos relevantes (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1926a, p. 01).

O fim melancólico da Associação da Imprensa ainda seria lembrado por Eustáquio de Azevedo na segunda edição do livro *A Literatura Paraense*, publicado sob os auspícios de Magalhães Barata, em 1943.

Há anos, porém, que nela (Associação da Imprensa) ninguém mais fala; a sua biblioteca, as suas estantes, a sua mesa de leitura, o seu mobiliário, o seu arquivo, sabe Deus por onde andam, num abandono quase criminoso, com a responsabilidade de sua última diretoria (AZEVEDO, 1990 [1943], p. 94).

A Associação da Imprensa, provavelmente por razões financeiras, vendeu o prédio de sua sede à Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama. O grêmio de jornalistas que fora anfitrião da nova geração de escritores passava a ser convidado a utilizar um espaço que lhe pertencera há pouco tempo. Ainda no dia 03 de maio de 1926 há uma nota convocatória

publicada n'A *Província do Pará* solicitando o comparecimento de seus associados à próxima sessão eletiva: “Os sócios fundadores e honorários da Associação da Imprensa do Pará, a convite do Dr. Manuel Lobato, reúnem hoje, às 9 horas, na sede da Associação Vasco da Gama, à praça da República, para eleger o corpo administrativo e tratar de outros assuntos de vital interesse para esse grêmio” (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1926b, p. 01).

Nos anos seguintes a presença pública da Associação da Imprensa diminuiu consideravelmente e sua aparição na mídia periodista ficou limitada a convocatórias para tratar de questões exclusivas ao domínio da atividade jornalística. Em 15 de janeiro de 1930, a revista *Guajarina* anunciou a reunião de eleição de uma “diretoria definitiva” na tentativa de reerguer a Associação da Imprensa. Os sócios reuniram-se na sede da Sociedade Beneficente dos Práticos da Amazônia sendo convocados a “deixar de parte a comodidade provinciana e saibam lá estar, para maior êxito dessa tentativa que só pode merecer elogios” (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1930a, s/n). Novamente por meio da revista *Guajarina*, em 01 de junho do mesmo ano, se anunciou a instalação definitiva da Associação da Imprensa na sede da Assembleia Paraense. Mas essa nota informativa emite uma reprimenda aos sócios que não compareciam às reuniões marcadas prejudicando assim sua “finalidade prática”. O texto encerra com um apelo de comprometimento aos membros da Associação.

A classe dos que trabalham, em jornal, uma vez de parte a ideia de seleção, é enorme, enormíssima, e, por isso mesmo, em atenção às estreitezas do meio ambiente, quase paupérrimo. Lógico, e humano será, por isso, o amparo de toda uma classe nobre e grande, como a em apreço. E tal amparo terá fatalmente de partir da Associação da Imprensa, para que os jornalistas e demais obreiros do jornal do Pará não tenham sobre ombros a vergonhosa tarefa de pedir a terceiros aquilo que a Associação da Imprensa está no dever de dar, e de que, ao que nos consta, ainda não teve o bom alvitre de lembrar-se. Oxalá nos enganemos e a novel, futura agremiação corresponda em cheio a todas as expectativas (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA..., 1930a, s/n).

Nos anos seguintes poucas foram as referências da movimentação dos jornalistas associados. A permanência do espírito coletivo mantinha-se com dificuldade. Porém, ainda no ano de 1932, foi possível encontrar uma notícia do funcionamento desse “sindicato” que teve tanta influência para a elite intelectual belenense: “Realiza-se, hoje, às 8:30 da noite, a semanal da diretoria da Associação da Imprensa do Pará. O presidente encarece a presença de todos os seus colegas de diretoria. A reunião terá caráter de palestra, sendo admissível a presença de qualquer sócio” (ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA, 1932, p. 02).

Dentro dessa nova realidade histórica a Associação da Imprensa não detinha qualquer relevância cultural ou influência política. A Associação dos Novos havia desaparecido completamente. Já a Academia Paraense de Letras tornara a reunir seus membros antigos e

eleger outros no ano de 1928. O Instituto Histórico e Geográfico manteve suas atividades durante toda a década de 1920 e após a Revolução de 1930 passou a receber apoio do Interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.

Figura 8 – Panfleto de divulgação.

THEATRO DA PAZ

Grande Concerto da Banda
de Musica do Estado-Maior
do Exercito Mexicano,
em beneficio da
SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARÁ
promovido por iniciativa da
ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA DO PARÁ

PROGRAMMA

I
Musica Mexicana

Vals Póetico—H. Villanueva.
Atzimba, *intermezzo de la opera*—Ricardo Castro.
Canciones :—a) La Segadora; b) Ja brilla la aurora;
c) Estrellita; d) Serenata; e) La Nortena; f) Ojes
Tapatios.
Gavota—Manuel Pouce
Tarantella—Raf J. Fella.

II

Tannhauser, *Obertura*—Ricardo Wagner
Rigoletti, concierto para 3 clarinetes al unisono—
C. Verdi.
1812—P. Fschaikowsky
HIMNOS NACIONALES DEL BRASIL
Y DE MEXICO

Viva o Mexico !! Viva o Brasil !!

Fonte: Museu da UFPA.

3.3. O Instituto Histórico e Geográfico do Pará⁷³.

Os documentos que nos ajudam a entender a função social e cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) na década de 1920 se encontram em maior quantidade. Podemos entender o funcionamento desse órgão por meio das notas convocatórias e dos resumos das sessões realizadas que eram publicados na imprensa paraense. Além desses registros, que tinham uma grande frequência de divulgação, alguns discursos proferidos por membros do IHGP ou pelos intelectuais homenageados por essa instituição também ganharam a publicidade jornalística. Havia ainda a “Revista” do Instituto, como era citada pelos jornais de Belém, que trazia estudos realizados por seus sócios tratando da história, da geografia, do folclore, da literatura e da criação de algumas instituições do estado. Os Estatutos do IHGP aprovados em 27 de junho de 1917 complementam os registros que subsidiaram nossa investigação.

Figura 9 – Escudo do IHGP de autoria de Theodoro Braga



Crédito da imagem: Biblioteca Pública Arthur Vianna

Por ser um órgão formado quase exclusivamente por “doutores”: os bacharéis em Direito, os médicos e os engenheiros civis, o Instituto mantinha relações vantajosas com os governadores do Pará não importando quem estivesse no cargo. Em 1920, o Dr. Lauro Sodré, então chefe do poder executivo, presidiu muitas vezes as reuniões ordinárias do Instituto como por ocasião da sessão em que se trataria da participação do Pará nos festejos de comemoração ao Centenário da Independência do Brasil⁷⁴.

A mídia jornalística nos permite acompanhar com vários detalhes a atuação do Instituto Histórico, instalado na Rua João Diogo, nº 15, no pavimento térreo do Ginásio Paes de

⁷³ Instalado solenemente a 6 de março de 1917, em sessão cívica efetuada pela Associação da Imprensa do Pará, no Teatro da Paz, em comemoração do 1º Centenário da Revolução Republicana em Pernambuco.

⁷⁴ Essa participação do Dr. Lauro Sodré nas sessões do IHGP é relatada em vários artigos inscritos na coluna do *Estado do Pará* “Associações” dos dias 10, 25 e 30 de janeiro de 1920.

Carvalho, onde se mantinha uma biblioteca com acesso ao público e se guardava um pequeno acervo de pinturas e de artefatos históricos por não haver na capital paraense um espaço apropriado. Em várias ocasiões, pela formação técnica de seus membros, o Instituto exerceu a função de árbitro ao ajudar a resolver questões cujo conhecimento especializado era necessário. Um desses casos foi a disputa territorial entre os municípios de Curuçá e de Marapanim como nos informa o jornal *O Estado do Pará*, em 10 de janeiro de 1920. O presidente do Instituto, o Dr. Ignácio Moura, sugeriu que o conflito fosse resolvido amigavelmente e após a fala do intendente de Curuçá, o Major João Gualberto de Campos, que apresentou “uma narração histórica sobre Marapanim dos tempos coloniais e Marapanim atual”, citando “suas leis e doações”, se acordou que uma comissão presidida pelo Dr. Theodoro Braga⁷⁵ faria “o levantamento de um mapa da região contestada e a divisão dessa equitativamente” (INSTITUTO..., 1920a, p. 01). O intendente de Marapanim, José Raymundo L. Alves, concordou com as deliberações tomadas.

Também no mês de janeiro, o Instituto Histórico começou a articular com o Governador do Estado, o Dr. Lauro Sodré, a organização da “iniciativa patriótica de se promover em todo o país a data de 1º de março próximo, 50º aniversário do término da guerra do Paraguai” (INSTITUTO..., 1920a, p. 01). As manifestações públicas programadas foram expostas na segunda parte do artigo “Instituto Histórico e Geográfico do Pará”, publicado no jornal *O Estado do Pará*, em 10 de janeiro. A fronteira entre os interesses patrióticos do estado e as pretensões científicas do Instituto Histórico parece não existir, o que fosse decidido por uma instituição acabava sendo efetivada pela outra. A lista a seguir informa da proposição de uma série de eventos cívicos, juntamente com o empenho colaborativo de integração com outras associações culturais e científicas do Brasil.

I – Apelar para todos os Institutos Históricos do Brasil e respectivos clubes militares, para se fazer à comemoração condigna, nas suas sedes, da fulgurante data que derrocou a última tirania sufocadora das expansões liberais de um povo do nosso continente.

II – De acordo com os Srs. Inspetor da 7ª Região Militar, chefe da Flotilha do Amazonas, comandante da Brigada estadual, comandante superior da Guarda Nacional, efetuar na manhã daquele dia uma revista das tropas aqui aquarteladas seguida de um passeio militar pelas principais avenidas e de continência à estátua do general Gurjão, onde falarão vários oradores sobre o grandioso acontecimento. Devem concorrer a essas demonstrações todas as sociedades de tiro do Estado, assim como o grupo de escoteiros ultimamente cercado.

III – Às 8 horas da manhã de domingo, 29 de fevereiro, véspera do memorável dia, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará fará inaugurar no salão nobre do Teatro da

⁷⁵ Bacharel em Ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife; pintor laureado como aluno matriculado pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, com o prêmio, de 5 anos, de viagem à Europa (1900 – 1905). Sócio Fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

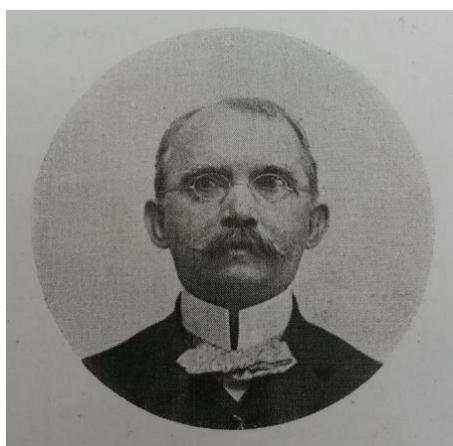
Paz uma galeria histórica com retratos de militares que serviram na legendária campanha e um mostruário de relíquias que se possam colecionar, pertencentes a esses valentes soldados ou que testemunham aquelas justas homenagens patrióticas.

IV – Nesse mesmo dia o Instituto Histórico fará distribuir uma polianteia com a colaboração de todos os homens de letras aqui existentes, notícias dos principais combates, poesias estão publicadas e fotografuras de generais brasileiros ou aliados, revertendo o produto de qualquer vendagem em favor dos cofres da associação promotora.

V – Na noite de 1º de março o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, com a assistência das principais autoridades civis, militares e religiosas do Estado, efetuará uma sessão solene no salão do Teatro da Paz, para cuja manifestação o mesmo Instituto convidará a se fazerem representar as principais autoridades da Nação, os institutos históricos e os clubes militares do país. O programa desse festival será previamente anunciado, podendo tomar a palavra os oradores que se inscreverem para esse fim (INSTITUTO..., 1920a, p. 01).

A formação e a perpetuação de uma consciência histórica do heroísmo nacional mostraram-se como um esforço patrocinado pelo estado por meio do Instituto Histórico e de outros grêmios, dentre os quais poderemos destacar a Associação da Imprensa do Pará. Esse bom relacionamento com os partidos políticos no poder e os intelectuais reunidos sob um sistema cooperativo, com sua diretoria eleita pelo voto direto e democrático dos membros, refletindo o bom funcionamento da República que sequer completara meio século; tudo isso tinha um valor simbólico ampliado quando cada parte envolvida no processo de afirmação dos símbolos nacionais se orgulhava de promover a cultura paraense e brasileira. Nas ocasiões em que esses intelectuais proferiam discursos em praças, promoviam cortejos pelas ruas da capital e realizavam sessões solenes no Teatro da Paz havia em tais atos públicos um empenho pedagógico para moldar o tecido social paraense por meio da reafirmação do papel patriótico dessas associações científicas e culturais.

Figura 10 – Fotografia de Ignácio Batista Moura. Primeiro presidente do IHGP.



Fonte: Museu da UFPA.

A pauta de atuação do Instituto Histórico estava assim definida durante os dois primeiros meses de 1920. O grande evento seria o “Jubileu da paz com o Paraguai⁷⁶”, título de um artigo publicado n’*O Estado do Pará*, em 09 de fevereiro, que resume com precisão a série de manifestações em homenagem a data histórica. Esse texto informa das deliberações que definiram como a vitória da Guerra do Paraguai seria comemorada em Belém. No dia 29 de fevereiro, às 9 horas da manhã, haveria a “inauguração da galeria histórica dos heróis do Paraguai no salão de honra do Instituto Histórico e Geográfico do Pará” (JUBILEU..., 1920, p. 01); em seguida seria realizada uma missa na Catedral oficiada pelo Arcebispo e no período vespertino “um *match* de football” cujo valor arrecadado seria doado ao IHGP.

No dia 1º de março, data da morte do líder paraguaio Francisco Solano Lopez, as bandas de música do 26º batalhão de caçadores e da Brigada Militar do Estado tocariam alvorada, às 5 horas da manhã, ao pé da estátua do General Hilário Gurjão, primeiro paraense a atingir o posto de general no exército. Em seguida, o cortejo percorreria as ruas do centro da cidade e uma banda se postaria em frente à casa do Coronel Eufrosino Nery, “um dos mais antigos veteranos do Paraguai e médico que fez parte da comissão encarregada de verificar a morte de Solano Lopez” (JUBILEU..., 1920, p. 01).

Figura 11 – Fotografia de Lauro Nina Sodré e Silva



Fonte: Museu Maçônico Paraense.

Às 7 horas, no mesmo lugar todas as guarnições militares de Belém, escoteiros, alunos das escolas públicas e privadas se reuniram para cantar os Hinos Nacional e da República, realizando um desfile “entoando canções patrióticas”. Encerrando o ato público haveria um discurso do Dr. Pedro Batista Moreira, membro da Associação da Imprensa. Às 18 horas aconteceria a inauguração da Escola Noturna General Gurjão e às 20 horas o IHGP faria sessão

⁷⁶ Este artigo refere-se a uma reunião ocorrida no dia 05 de fevereiro de 1920.

solene no Teatro da Paz onde participariam “qualquer representante das classes armadas da União e do Estado e outras pessoas que para isso se inscreverem até o dia 15 de fevereiro do corrente” (JUBILEU..., 1920, p. 01). Guardando os flancos do Palácio do Governo a Companhia de Metralhadoras faria uma salva de tiros às 6, 13 e 18 horas. Os veteranos da Guerra do Paraguai também seriam convidados a montar guarda de “uma das bandeiras levadas à guerra e que se acha depositada na Catedral de Belém” (JUBILEU..., 1920, p. 01).

Pela complexidade e multiplicidade de ações o IHGP decidiu dividir as tarefas de organização dos festejos. Dentre os nomes participantes das comissões constituídas alguns são conhecidos por nós e serão constantes em outras programações do Instituto, além de outros atuarem como membros da Associação da Imprensa do Pará.

A comissão não podendo sozinha pela angústia do tempo tratar de todas as partes do programa dividiu-se em subcomissões de que fazem partes alguns de seus membros e outros ilustres compatriotas que por não pertencerem ao Instituto vão ser considerados para ajudá-lo nesta tarefa de tão alto valor cívico. Assim ficaram constituídas as subcomissões:

Cerimônias militares – General Joaquim Ignácio, coronel Luiz Lobo, capitão de mar e guerra José Martini, major João Pereira e tenente-coronel Alberto Mesquita.

Parte esportiva – General Joaquim Ignácio, 1ºs tenentes Benjamin Sodré e M. Camargo e Benjamin Bolonha.

Cerimônias religiosas – Padre Ricardo da Rocha, Dr. Ignácio Moura e José Coutinho de Oliveira.

Ornamentação das ruas e iluminação dos prédios – Coronel Cássio Reis, coronel Domingos Carneiro, Dr. Guilherme Paiva e capitão Dr. Moura Carvalho.

Criação da escola – General Joaquim Ignácio, comandante Albernaz, Dr. Eládio Lima e Dr. Luiz Barreiros.

Galeria histórica – Dr. Ignácio Moura, Braga Ribeiro, Dr. Theodoro Braga e Mme. Theodoro Braga.

Convite aos veteranos – General Joaquim Ignácio, Braga Ribeiro e Dr. Theodoro Braga.

Convite aos colégios e outras corporações – Dr. Luiz Barreiros, Dr. Eládio Lima e tenente Benjamin Sodré (JUBILEU..., 1920, p. 01).

As deliberações realizadas pelo IHGP em preparação ao conjunto de manifestações patrióticas relativas ao fim da Guerra do Paraguai prosseguiram no encontro realizado no dia 09 de fevereiro. Nessa ocasião, o Governador do Estado, o Dr. Lauro Sodré, “comunicou ter resolvido a publicação de um jornal comemorativo da data de 1º março, que o Instituto vai festejar e no qual colaborarão os sócios do Instituto, resolução que foi aprovada pela casa” (INSTITUTO..., 1920b, p. 01). O Dr. Ignácio Moura registrou sua satisfação pelo Cônego Ricardo Moura ter aceito, apesar de seu estado de saúde, officiar a execução do hino “Te Deum Laudamus”. Também ficou registrado no artigo “Instituto Histórico e Geográfico do Pará: o jubileu da paz com o Paraguai”, publicado em 11 de fevereiro, n’*O Estado do Pará*, a colaboração do...

Sr. General [Joaquim Inácio], [que] sempre gentil, teve a ideia de colocar em uma das comissões a Exma. Esposa do nosso consócio Dr. Theodoro Braga e que o Sr. Braga Ribeiro já reuniu mais de vinte retratos de heroicos brasileiros que pelejaram no Paraguai e pede que na ata sejam lançados os nomes das pessoas que compõem essas comissões, proposta que foi aprovada pela casa (INSTITUTO..., 1920b, p. 01).

Na véspera do primeiro dia de celebrações, em 28 de fevereiro, por meio do jornal *O Estado do Pará*, o IHGP emitiu um convite convocando toda a sociedade a tomar parte na inauguração da Galeria Militar.

De ordem do Sr. Dr. Presidente deste Instituto, convido a todas as autoridades civis, militares, consulares e religiosas; imprensa, associações científicas, literárias e beneficentes, institutos de ensino superior, secundário e primário e ao povo paraense em geral para assistirem a inauguração da “Galeria Militar”, às 9 horas da manhã, no salão nobre do Teatro da Paz, às 8 horas da noite, de 1º de março, em comemoração ao Jubileu do término da guerra com o Paraguai. Belém, 28 de fevereiro de 1920. – (a) – Theodoro Braga, 1º secretário interino (INSTITUTO..., 1920c, p. 01).

Todo o empenho do IHGP em planejar e executar as celebrações em homenagem ao fim da guerra do Brasil contra o Paraguai foi recompensado com a execução das ações planejadas. Com o estilo grandiloquente típico das notas jornalísticas que noticiavam os nobres eventos públicos em Belém, o jornal *O Estado do Pará* cobriu a “Inauguração da Galeria Histórica”, título do artigo publicado no dia 01 de março. Esse texto oferece toda a descrição da solenidade presidida pelo Dr. Ignácio Moura. O esforço dos intelectuais envolvidos foi tratado como uma “patriótica tarefa”, podendo ser mensurado pelo grande número de quadros reunidos que representavam os heróis nacionais, certos eventos memoráveis e algumas batalhas do conflito bélico. Como representante do Governador do Pará, o Dr. Eládio Lima, Secretário Geral do Estado, “tomando a palavra, num brilhante improviso alusivo à data, fez sentir à assistência o emotivo daquela ideia, inaugurando em seguida a galeria histórica” (INAUGURAÇÃO..., 1920a, p. 01). O Dr. Ignácio Moura, ao fim da inauguração “ergueu vivas ao Brasil, à República, ao Estado do Pará e à memória dos heróis, sendo freneticamente correspondido” (INAUGURAÇÃO..., 1920a, p. 01). Encerrando o evento, a banda de música dos bombeiros executou o hino nacional. O texto ainda destaca os nomes de todas as figuras importantes, militares, políticos e jornalistas presentes, além de ter ressaltado o comparecimento de um veterano da guerra do Paraguai.

À inauguração da galeria histórica, no Teatro da Paz, compareceu o velhinho Francisco Gregório das Chagas, um dos veteranos do Paraguai. É cearense e pertencia ao 26º de Voluntários da Pátria, organizado no Rio, onde se incorporou, seguido para os campos paraguaios a 28 de junho de 1865 no vapor S. Francisco. Francisco Gregório das Chagas apesar de cego, apresentou-se com a farda de seu heroico batalhão, conservando toda a lucidez de espírito. Conta presentemente 74 anos de

idade, ficando o seu retrato na galeria histórica. Durante o dia de ontem ficou exposta à visita pública a galeria histórica, no salão nobre do Teatro da Paz, onde foi inaugurada (INAUGURAÇÃO..., 1920a, p. 01).

O clima festivo desse mês prosseguiu dentro do IHGP, que em 06 de março, realizou “a comemoração do seu 3º aniversário”, como foi divulgado em artigo publicado em *O Estado do Pará*, em 08 de março. A atuação de agremiações culturais e científicas como a do Instituto Histórico tentava suprir a ausência da estrutura universitária em Belém. Mesmo com a existência das Faculdades de Medicina, de Direito, de Enfermagem, de Odontologia e de Agronomia; os estudos artísticos ou históricos ficavam desguarnecidos restando aos intelectuais de formação não especializada ou autodidata o desejo de preservar ou promover a cultura e a terra paraense. A falta do ensino sistematizado de certas disciplinas interessantes à formação humanística levou Ignácio Moura, no ano de 1924, a idealizar uma série de conferências que receberam o nome de Universidade Livre. Dessa experiência cultural falaremos adiante.

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará, instituição científica que congrega em seu seio respeitáveis membros do meio intelectual belemense, comemorou anteontem a passagem do 3º aniversário de sua fundação com uma sessão magna. Às 8:30 da noite, na sede daquele instituto, à rua João Diogo, presentes os representantes do Estado e do inspetor desta Região Militar e grande número de pessoas gradas, e Dr. Ignácio Moura abriu a sessão, sendo lida a ata da anterior e um longo e minucioso relatório do presidente do Instituto. Em seguida foi concedida a palavra ao Dr. Luiz Estevam, orador oficial do ato, o qual discursou brilhantemente, historiando detalhadamente os três anos de vida da benemérita sociedade. As últimas palavras do Dr. Luiz Estevam foram acolhidas com vibrantes salvas de palmas pela assistência. Procedemos em seguida à inauguração de um retrato a óleo do Dr. Lauro Sodré, presidente honorário do Instituto, o qual, coberto pelo pavilhão nacional, foi desvendado pelo representante do general Joaquim Ignácio, ao tempo em que a banda de música do 2º corpo de polícia atacava uma marcha patriótica. Por fim usou da palavra o Dr. Henrique Santa Rosa, que deu parte de um seu trabalho sobre o nosso Estado, destinado ao Instituto Histórico do Rio. A sessão terminou às 11 horas (INAUGURAÇÃO..., 1920a, p. 01 – 02).

Como outras associações culturais de Belém o Instituto realizou e participou de várias reuniões em homenagem a figuras históricas brasileiras. Por ocasião do bicentenário da Revolta de Felipe dos Santos, em Vila Rica, realizou-se no dia 16 de julho de 1920, uma “singela homenagem” (INSTITUTO..., 1920d, p. 01) ao herói mineiro durante a sessão de estudos, que contou com a participação da colônia mineira de Belém. Esse apreço por efemérides destaca o patriotismo como um dos valores mais exaltados pelo Instituto, de tal modo que em 10 de setembro de 1920, o jornal *Folha do Norte*, divulgou uma “Tese Patriótica” defendida por Ignácio Moura. O texto apresenta três propostas a serem concretizadas por ocasião das festividades do Centenário da Independência do Brasil.

I – Não será descabido incluir, nas festas comemorativas ao Centenário da Independência do Brasil, a ereção, no Rio de Janeiro, de um monumento nacional, que substancie o trabalho étnico das três raças formadoras da nossa nacionalidade, destacando o elemento indígena, nos seus maiores rasgos de heroísmo histórico.

II – Não será oportuno reparar, por essa forma, as injustiças e ingratidões sofridas até hoje, sobretudo pelos primeiros ocupadores do território pátrio, de cuja consanguinidade não nos podemos esquivar?

III – Não será conveniente, enviar, a esse respeito, uma indicação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à comissão organizadora das festas centenárias, reclamando a sua solidariedade nesse propósito, interessando a coparticipação dos nossos artistas, para que o projetado monumento a ser inaugurado na Capital Federal, em 7 de setembro de 1922, possa representar, nas suas alegorias, os principais episódios dessa epopeia evolutiva, sobretudo no que configura a tentativas emancipadoras da nossa nacionalidade? (MOURA, 1920, p. 01).

Esse sentimento fraterno para com “os nossos irmãos da selva [que viviam em] condições servis” (MOURA, 1920, p. 01), acabou ficando sem eco dentre as várias atividades desenvolvidas pelo Instituto em preparação às comemorações ao Centenário da Independência. Fechando o ano de 1920, em 22 de dezembro, os sócios desse órgão reuniram-se novamente sob a presidência do Governador do Estado para ouvir a leitura de um trabalho anunciado desde o mês de agosto: a *História Militar do Pará*⁷⁷. Essa pesquisa de autoria do Major Dr. Luiz Lobo⁷⁸ foi novamente apresentada aos consócios do Instituto, “glória avançada das nossas tradições históricas” (INSTITUTO..., 1921a, p. 02), em 08 julho de 1921; mesmo mês em que foi enviada à comissão executiva do Congresso Internacional de História da América (CIHA), uma das atividades planejadas para o grande 7 de setembro.

Sob a presidência do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão o Congresso de História da América seguiu as determinações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O Governador do Pará, Dr. Sousa Castro, recebeu a comunicação do IHGB solicitando a criação de uma comissão de estudos que produzisse teses históricas a serem apresentadas durante a realização do CIHA; assim, o IHGP assumiu a missão de promover sessões destinadas a produção de trabalhos acerca da História do Pará. A comissão de estudiosos ficou sob a presidência do Dr. Henrique Santa Rosa, que em 28 de julho, recebia um telegrama de Benjamin Franklin Galvão anunciando a inclusão do trabalho historiográfico de Luiz Lobo no *Dicionário Geográfico, Histórico e Etnográfico*⁷⁹ preparado pelo IHGB. Nesse mesmo telegrama o presidente do CIHA afirmou “não ter cabimento” a crítica feita por Ignácio Moura referente ao

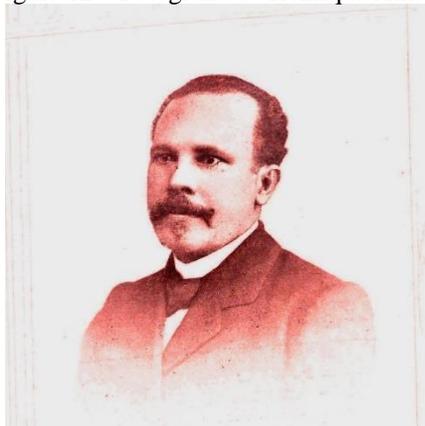
⁷⁷ Esse estudo foi publicado posteriormente em formato de livro no ano de 1943.

⁷⁸ Coronel de Artilharia do Exército Nacional (reformado); engenheiro-geógrafo militar. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (Rio de Janeiro). Foi presidente da Associação da Imprensa do Pará (1921 – 1922).

⁷⁹ A *História Militar do Pará* também foi enviada ao Estado Maior do Exército, em uma cópia datilografada. Parte do texto foi publicado na edição especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Para* (1923).

suposto “esquecimento por parte da comissão, de partes interessantes da história paraense” (CONGRESSO..., 1921, p. 01). Ainda segundo Benjamin Franklin Galvão, o Regulamento Geral do Congresso, admitia, em seu Art. 8, a possibilidade de “qualquer pessoa” submeter uma “memória original e inédita sobre qualquer tese” (CONGRESSO..., 1921, p. 01).

Figura 12 – Fotografia de Henrique Américo Santa Rosa.



Fonte: Museu da UFPA.

O empenho de Ignácio Moura em reivindicar visibilidade para a história paraense ou “nortista” prossegue durante todo o ano de 1921, sendo comum encontrar notas jornalísticas assinadas com as iniciais do presidente do IHGP exortando pelo despertar de um “patriotismo dos excluídos”.

Precisamos dar sinal da nossa vida efetiva e assinalar o nosso elevado posto na literatura nacional. Não enfraqueçamos nesse pleito, nem hesitemos nessa demonstração. O Norte, que no passado já teve figuras de relevo, como José de Alencar, Gonçalves Dias, Júlio César e Paulino de Brito, ainda possui importante recursos para se evidenciar nesse torneio do espírito nacional (MOURA, 1921a, p. 01).

Ignácio Moura com o mesmo entusiasmo que clamava pela presença e participação da intelectualidade paraense no CIHA, oferecia conferências à “mocidade” belenense, ao menos aos estudantes do Instituto Nossa Senhora de Nazaré, em sessões semanais tratando de assuntos históricos “simplificados” em razão da jovem audiência (CENTENÁRIO..., 1921, p. 01). O IHGP sob a presidência de Ignácio Moura tornava-se “sentinela alerta [dos grandiloquentes] acontecimentos do continente” (MOURA, 1921b, p. 02), e embora o patriotismo fosse o sentimento mais exaltado em todos os jornais da capital paraense a ligação com Portugal se tornou outro valor almejado ao ponto de o incansável presidente do IHGP declarar imprudência “o filho... mostrar-se rancorosamente desconhecido ao genitor da sua grandeza” (MOURA, 1921c, p. 02). A presença lusitana em Belém fazia-se incontornável pela atuação de várias

Associações Portuguesas, como a Câmara de Comércio, que realizou no dia 24 de agosto de 1921, um evento em homenagem à memória do escritor Paulo Barreto, o João do Rio.

O número tão grande de recepções, jantares e festas promovidas pelas altas camadas da sociedade belenense parece mentir ao clima melancólico que teria se instalado com o fim dos tempos áureos da exploração do látex. É ainda no ano de 1921 que podemos acompanhar os recitais promovidos pelos cantores líricos Ulisses e Helena Nobre, irmãos e figuras constantes nos anúncios jornalísticos de recitais. Do mesmo modo exposições promovidas pelo Salão de Belas Artes marcavam seu espaço nas colunas jornalísticas. Para os membros do IHGP o ano de 1921 não foi marcado somente por reuniões de estudos e de preparação das comemorações ao Centenário da Independência. Em 06 de março, o IHGP festejou o seu 4º aniversário de fundação, desconsiderando com essa celebração a tentativa realizada em 1900 de criar um grêmio no Pará aos moldes do IHGB. *A Província do Pará* anunciou, no dia 05 de março, o programa desse evento social que contaria com toda a elite da capital paraense.

Por solicitação do Sr. Dr. Governador do Estado, a sessão solene dessa agremiação para comemorar o seu 4º aniversário e dar posse a sua nova diretoria e conselho diretor, somente se efetuará às 21 horas de amanhã, em sua sede social, à rua João Diogo. A presidência do Instituto traz esse fato ao conhecimento dos seus convidados, as autoridades federais, estaduais e religiosas, sociedades científicas, literárias e de beneficência, imprensa de Belém e mais associados pedindo-lhes o comparecimento. O programa da solenidade será o seguinte: I – Marcha Sousa Castro, pela banda; II – Abertura da sessão pelo Governador do Estado e leitura do relatório da presidência; III – Grande valsa “Recordo”, pela banda; IV – Posse da diretoria e do conselho diretor; discurso do orador oficial, V – Prelúdio da ópera “Cavalaria Rusticana”, pela banda; VI – Discurso de encerramento da sessão por S. Exc.^a o Dr. Governador do Estado; VII – Hino Nacional, pela banda. Após se encerrar a sessão S. Exc.^a o Sr. Dr. Sousa Castro, com os convidados do Instituto, visitarão o arquivo e a galeria dessa associação (INSTITUTO..., 1921b, p. 01).

Durante os meses finais de 1921 o jornal *A Província do Pará* deu voz a diversos protestos contra o governador Sousa e Castro, que ao tomar medidas como a tentativa de extinção do Instituto Lauro Sodré, uma das mais importantes instituições de ensino profissional do estado; ou a tentativa de nomear “um contínuo de Palácio⁸⁰ para professor da Escola Normal”, “moço [sem] idoneidade para assumir o cargo, pois nada sabe” (*A SITUAÇÃO...*, 1921a, p.01), provocou a ira das alunas que ameaçaram paralisar as aulas. Somando-se a esses atos o governador interferiu nas eleições para a Intendência da cidade de Soure, trazendo populares insatisfeitos às portas de sua casa. Outras “medidas impopulares” chamaram a atenção da imprensa carioca gerando uma série de artigos denunciando os “atos políticos desastrosos” do

⁸⁰ Esse funcionário, auxiliar do gabinete do governador, chamava-se Clóvis Barata, era membro da Associação da Imprensa e foi eleito 1º Secretário da Diretoria dessa instituição.

“Calígula paraense” (A SITUAÇÃO..., 1921b, p.01). Vários políticos e intelectuais do estado radicados no Rio de Janeiro também se manifestaram contra a gestão do então Governador do Pará.

Indiferente à situação política o IHGP continuou realizando as sessões de estudo presididas pelo Dr. Henrique Santa Rosa em preparação das teses que integrariam o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (DHGEB). Esse trabalho coletivo rendeu resultados e no ano de 1922⁸¹, integrando o segundo volume do *Dicionário*, as teses produzidas foram publicadas sob o título “Estado do Pará”. **Palma Muniz** assinou os textos “Posição, limites e superfície” e “A instrução pública”; **Américo Campos** foi responsável pelo “Clima⁸²”; **Luiz Cordeiro** escreveu discutindo a “Agricultura, indústria e comércio”; **Paul Le Cointe** tratou da “Fauna”; o capítulo “Flora” consistiu na reprodução do **Boletim do Museu Paraense (Vol. II e III)**; **Pedro de Almeida Genú** apresentou um estudo concernente “A flora paraense” distribuída em 11 grupos; **Guilherme Linde** escreveu acerca da “Geologia e mineralogia”; **Ignácio Moura** tratou da “Etnografia histórica” e “Etnografia estática”; até **José Veríssimo** marcou presença com o estudo “Etnografia em geral” (*O Pará em 1910*, p. 131 – 144); **Renato Santa Rosa** foi autor de “Vias de comunicação”; **Luiz Lobo** participou com sua tão referida “História militar do Pará”; **Manoel Braga Ribeiro** escreveu uma “História religiosa”; **Eustáquio Azevedo** colaborou com “Síntese da história literária”, uma versão menor de sua *Literatura Paraense* publicada em janeiro de 1922; **A Comissão** de estudos assinou “População”; o capítulo referente aos “Municípios e povoações” provém de **Informação oficial**. O autor com o maior número de textos publicados foi **Henrique Santa Rosa**, que apresentou as teses: “Administração”, “Orografia”, “Hidrografia”, “História política”, “História judiciária” e “Homens notáveis”. O Dr. Santa Rosa, engenheiro civil de formação, foi o único paraense a participar como expositor do CIHA⁸³, apresentando a tese “História do Rio Amazonas”. O trabalho foi publicado no 5º volume do tomo especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1927⁸⁴. O texto impresso indica que sua conclusão ocorreu em 25 de março de 1922.

⁸¹ A impressão do primeiro volume do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* foi concluída em 31 de agosto de 1922. O segundo volume indica que a publicação ocorreu no mesmo ano, mas não informa o dia ou o mês.

⁸² Em 26 de março de 1922, em nota publicada n’A *Província do Pará*, sob o título “Exposição do Centenário: reunião da Comissão” anunciou-se a conclusão e o envio do trabalho “Clima” ao IHGB.

⁸³ Esse congresso aconteceu no Rio de Janeiro entre 8 a 14 de setembro de 1922.

⁸⁴ Como veremos adiante o estudo de Henrique Américo Santa Rosa será primeiramente publicado em Belém no ano de 1926.

A contribuição “cívica e patriótica” do IHGP ao Centenário da Independência teve ainda a publicação da edição especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* (RIHGP), em 1923, ano em que a presidência do Instituto era assumida pelo Dr. Henrique Américo Santa Rosa⁸⁵. Esse atraso da publicação da *Revista* frustrou o planejamento do Instituto, que imaginava fazer o seu lançamento em setembro de 1922 contando com a reprodução de “retratos de personagens que tomaram parte nos acontecimentos da Independência” (INSTITUTO..., 1922d, p. 01). Essa edição foi impressa nas oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré, órgão que terá um papel fundamental em outro “empreendimento cultural” a ser tratado posteriormente. O Governador do Estado, o Sr. Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro, consócio honorário do IHGP, recebeu uma sutil reverência no prefácio dessa edição especial da RIHGP. Mas antes que o triunfo intelectual dos membros do Instituto fosse alcançado por ocasião dos festejos do Centenário, outras datas cívicas foram celebradas durante os primeiros meses de 1922. O jornal *Folha Norte* anunciou, em 08 de janeiro, a pomposa reunião que celebraria o “primeiro centenário” a ser festejado no ano; a data solene que recebeu a primeira sessão magna recordou o Dia do Fico.

Em comemoração ao dia do Fico, cujo primeiro centenário amanhã decorre, vai o Instituto Histórico e Geográfico do Pará realizar imponente sessão magna, no salão de honrado Ginásio Paes de Carvalho. Para assisti-la, estão sendo convidadas as autoridades civis, militares e eclesiásticas, federais, estaduais e municipais, devendo presidir a sessão sua Exc.^a. O Sr. Dr. Governador do Estado. O Instituto convidará também a imprensa, as associações científicas, literárias e recreativas, tendo ingresso na sala de sessões qualquer pessoa decentemente trajada. A tribuna será ocupada por distintos associados, que desenvolverá brilhantemente todos os fatos em prol da Independência, que antecederam ao 7 de setembro de 1822. No vestíbulo do edifício do Ginásio tocará uma das bandas da Brigada Militar do Estado, gentilmente cedida pelo prestimoso consócio, Dr. Luiz Lobo (INSTITUTO..., 1922a, p. 01).

Entre as discussões dos preparativos do Instituto e a programação do “Governo do Estado relativo às festas comemorativas do Centenário da Independência” (INSTITUTO HISTÓRICO..., 1922b, p. 01), os membros da “patriótica agremiação” receberam com entusiasmo a notícia de que o Senador Dr. Lauro Sodré havia inserido “na lei orçamentária da República” um “auxílio de cinco contos de reis ao Instituto Histórico do Pará”. Diante de tamanha “prova de carinho”:

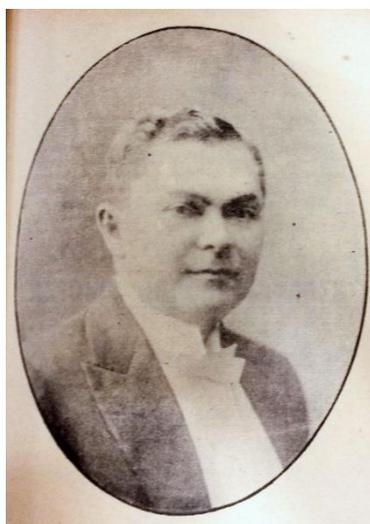
Seguiu-se com a palavra o Dr. Henrique Santa Rosa para declarar que o ato do Dr. Lauro Sodré é desses que não causam surpresa, pois que todos conhecem a amizade que o ilustre paraense dedica à esta casa, como um cooperador efetivo, mesmo longe. É nosso dever expedir, desde logo, um ofício de agradecimentos ao nosso presidente

⁸⁵ Henrique Américo Santa Rosa esteve à frente da Diretoria Geral da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação do Pará (1890 – 1912).

de honra, fazendo-se constar do Relatório do presidente, a ser lido na sessão solene de 6 de março, todos os documentos referentes a esse fato, de sorte a comporem integralmente da ata da sessão, para mais solene demonstração do nosso reconhecimento (INSTITUTO..., 1922c, p. 02).

E como esses intelectuais gostavam de celebrar efemérides! Dali a alguns meses lá se reuniam novamente “os guardiões das tradições pátrias” para lembrar o aniversário da renúncia à Coroa do primeiro Imperador do Brasil. A nota convocatória saiu n’*A Província do Pará*, em 06 de abril, “para comemorar o 92º aniversário da abdicação de D. Pedro I, na pessoa de seu filho, depois D. Pedro II, esta associação reunir-se-á amanhã, 7, em sessão de estudos, às 20 horas, na sede social” (INSTITUTO..., 1922e, p. 02).

Figura 13 – Fotografia de João de Palma Muniz.



Fonte: Museu da UFPA.

Como já deve ter ficado claro toda a intelectualidade paraense estava envolvida de alguma forma em reuniões ou atividades públicas que tinham como objetivo despertar o senso de patriotismo em todo o estado. Muitos municípios elegeram delegados para enviá-los a “Exposição do Centenário” a ser realizada no Rio de Janeiro. Forma-se também uma Liga Nacionalista do Pará responsável por promover comícios e a leitura de exemplares da revista *Gil Blas* (1919 – 1923). A Associação de Imprensa considerava atuar dentro desse surto de patriotismo e a Associação dos Novos engatinhava em suas recepções dançantes.

Nos dias que antecedem a comemoração do Centenário os membros do Instituto Histórico se reuniram em sessão ordinária para organizar sua participação “no programa dos festejos de 7 de setembro próximo” (INSTITUTO..., 1922f, p.01). O resumo da última sessão realizada foi publicado no dia 02 de setembro no jornal *A Província do Pará* e informa da remessa de livros

enviada pela Biblioteca Nacional⁸⁶. Essa nota também comunicava do atraso da publicação do número especial da *Revista do Instituto*, o que se justificou como “falta de numerário” decorrente do “subsídio votado pelo governo federal” não ter sido “entregue”. A nova data aprazada para a publicação da *Revista*, em dezembro de 1922, também não se concretizou como sabemos. Consta ainda dentre os assuntos discutidos o voto de pesar pelo falecimento do Conde d’Eu e a manifestação de repúdio quanto à iniciativa do município de Cametá em “haver incluído no seu programa de festejos, a incineração dos livros de assentamento dos escravos daquele município” (INSTITUTO..., 1922f, p. 01). Levantando-se contra semelhante iniciativa “o Dr. Ferreira Teixeira, em eloquentes palavras nega(ou) o seu apoio a esse ato, certamente irrefletido, dizendo que”:

[...] não devemos queimar documentos da nossa história, embora sejam eles páginas negras nos fastos de nossa pátria. – Toda a nação, disse o orador, tem sempre as suas boas e más histórias. Pois bem; guardemos as páginas da nossa má história. Qual o país do mundo que não explorou a escravidão? Quem mais do que a Inglaterra instituiu a escravidão em seu território? E no entanto, não nos consta que tivesse sido por este modo, que tenha apagado essa horrível página de sua história! Não é incinerando dois livros apenas, em uma cidade, que apagamos essa mancha negra em todo o território nacional. Devemos, pois, guardar esses documentos para incentivar-nos a melhor trabalhar pela grandeza e alevantamento sempre crescente da pátria brasileira, terminando por propor, sendo unanimemente aprovado, que o Instituto requirite os livros para serem religiosamente guardados em sua sede (INSTITUTO..., 1922f, p. 01).

Bem mais eloquente do que o discurso de Ferreira Teixeira foi uma proposta de louvação ao Centenário da Independência lida pelo presidente do Instituto, o Dr. Ignácio Moura. Não fosse apenas o exagero do gesto patriótico “ventilado” a ação sugerida parece cômica por sua pretensão de mobilizar toda a cidade de Belém em um ordenado movimento de compenetração cívica. Desdobrando-se em várias atividades a proposta que reproduzimos a seguir contém o romantismo ineficiente do altruísmo de gabinete.

Terminando o expediente, o Sr. Presidente fez ler uma proposta que se achava sobre a mesa, a qual manda incluir no programa dos festejos de 7 setembro próximo uma sessão magna no Teatro da Paz, em que falarão os Srs. Drs. Luiz Estevão, orador oficial desta associação e Barroso Rebelo, secretário geral do Estado; oficiar ao Srs. Intendente municipal, capitão do porto e gerente da Pará Electric, para que, às 16 horas, hora histórica, seja paralisado, por dois minutos, o tráfego de todos os veículos na cidade, para que possamos elevar, aonde quer que possamos elevar, aonde quer que

⁸⁶ Vol. 39 dos seus Anais dos números 1-2 e 4 dos seus *Boletins Bibliográficos*, do Vol. 3 do *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco* e do *Boletim nº 1 da Entomologia Agrícola Brasileira*, da autoria dos Srs. Drs. Sebastião de Vasconcelos Galvão e Carlos Moreira, respectivamente; *Brasil-Portugal*, oferecido pelo seu ilustre autor, Dr. Ignácio Moura, ofício do engenheiro-chefe do Centro Agrícola Cleveland, Dr. Gentil Noberto, remetendo uma cópia autêntica da ata lavrada por ocasião da instalação daquele Centro e de outros ofícios de diversas corporações do Sul do país, pedindo a permuta de publicações. (Instituto Histórico e Geográfico do Pará. *A Província do Pará*, Belém, 02 set. 1922. p. 01).

estejamos nesse momento, as nossas prece a Deus, pedindo prosperidade ao nosso amado Brasil, dando sinal dessa hora a sirena da Usina de eletricidade, que será festivamente secundada pelas das embarcações surtas no porto, das fábricas e oficinas; fazer iluminar a fachada da sede social desta instituição, durante as noites de 6 a 10 próximas (INSTITUTO..., 1922f, p. 01).

Comungando do idealista espírito patriótico de Ignácio Moura os membros do Instituto aprovaram parte da proposta apresentada, exatamente o trecho mais teatral e pungente, e dando vazão ao simbolismo do gesto de mobilização coletiva instituíram “A hora do Centenário”, título do artigo publicado na *Província do Pará*, em 05 de setembro, que orientava o comportamento a ser adotado pelos cidadãos no momento em que os sinais sonoros ecoassem por Belém lembrando a “precisa” hora da proclamação da independência do Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará, compulsando todos os cronistas e historiadores nacionais e estrangeiros sobre o memorável acontecimento, chegou à evidência que o príncipe D. Pedro, de regresso de Santos a São Paulo, às 4:30 horas da tarde de 7 de setembro de 1822, após ter recebido cartas vexatórias das Cortes intimando-o a regressar ao Reino, pondo-se à frente da Guarda Real, na verdejante campina do Ipiranga, ao murmúrio do riacho que por alia passa, deu o ingente brado de Independência ou Morte, considerando livre e constituída a Nação Brasileira. A douta associação paraense, desejando homenagear esse momento histórico, interessou-se para que, a essa hora precisa, a Pará Eletric dê o sinal de atenção na sua usina, o qual será correspondido por todas as embarcações surta no porto, clarins e bandas de música, nos respectivos quarteis, e repiques de sinos de todas as igrejas de Belém, e que a esse sinal suspenda-se o serviço dos bondes, automóveis e mais viaturas; que o peões parem, no seu trânsito, que todos os cidadãos se levantem, se estiverem sentados, nos seus domicílios ou nas ruas, erguendo uma fervorosa prece a Deus pelo progresso do Brasil, à entrada do segundo centenário da sua nacionalidade. Essa manifestação de recolhimento e respeito durará o tempo de 3 a 5 minutos, continuando, ao terminar, a atividade urbana (A HORA..., 1922, p. 01).

Fazendo parte das cerimônias oficiais realizadas no dia 07 de setembro de 1922, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará realizou uma sessão solene no Teatro da Paz, às 8:30 da noite, encerrando os festejos desse dia em comemoração ao Centenário da Independência. Os dias 08 e 09 foram feriados segundo decreto do Governador do Estado e os eventos públicos em celebração a Independência do Brasil se estenderam até o dia 11 de setembro.

O ano de 1923 reservava outra data cívica de enorme representatividade para os homens cultos de Belém. A Adesão do Pará à Independência do Brasil foi o grande evento patriótico em favor do qual o IHGP voltaria a energia de seus membros por meio das reuniões ordinárias em que se planejavam as manifestações públicas. Ignácio Moura continuaria a publicar artigos históricos na imprensa de Belém com o mesmo entusiasmo que empregou no ano anterior, só que dessa vez sua atuação se tornaria ainda mais apaixonada e frequente. Nesses textos ele apresentava personagens históricos, homenageava amigos de seu círculo político e intelectual, além de informar como sua liderança era reconhecida pelos jovens que constituíam a parcela

culta da sociedade da capital paraense. O prestígio de Ignácio Moura junto a mocidade belenense poderia ser reconhecido na ocasião em que ele planejou uma conferência em homenagem à memória de Paulo Barreto, sendo apoiado por membros da Associação dos Novos; ou quando foi procurado por um grupo de senhoritas que desejavam assumir um papel ativo durante as comemorações do Centenário da Adesão do Pará. O Dr. Palma Muniz, primeiro secretário do IHGP, também contribuiu com notas históricas publicadas na *Folha do Norte* em que informava quase diariamente dos eventos que culminaram na Adesão do Pará.

Figura 14 – Fotografia de Ex-combatentes da Guerra do Paraguai



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

A *Revista* do IHGP planejada para homenagear a Independência do Brasil em 1922 finalmente recebeu uma data provável de publicação, como nos informa o artigo “Revista do Instituto Histórico”, publicado na *Folha do Norte*, em 06 fevereiro de 1923. O texto indica que no mês de março a *Revista* do Instituto seria publicada contendo cerca de 600 páginas. Mas da ideia original que havia planejado 30 monografias tratando de diversos aspectos da Independência somente 7 estudos comporiam a próxima edição. O texto ainda previa para o mês de agosto a publicação de outro número da *Revista* destinado a tratar da adesão do Pará à Independência. Em outra reunião do IHGP a preparação da *Revista* voltou a ser tema de discussão, tal como o artigo “Instituto Histórico e Geográfico”, divulgado na *Folha do Norte*, em 10 de fevereiro, informa.

[...] usou da palavra o Dr. Palma Muniz para comunicar ter contratado com o diretor do Instituto Lauro Sodré a publicação da “Revista” do Instituto, cuja tiragem será de

500 exemplares, sendo 200 em papel assinado e 300 em papel comum, devendo a casa impressora entregá-la, pronta, em 10 de abril próximo. Propõe também o infatigável secretário do Instituto a compra de uma apólice federal, para o patrimônio da associação, compra essa que deverá ser feita anualmente (INSTITUTO..., 1923a, p. 02).

Contraopondo-se ao que foi exposto pelo Dr. Palma Muniz, o consócio Henrique Santa Rosa sugeriu que a tiragem da *Revista* fosse aumentada para 600 exemplares, em razão da “grande procura pelos estudiosos da história pátria”, sendo ainda mais conveniente que o IHGP adquirisse “três ou quatro” apólices federais para ampliar o “patrimônio social” do Instituto. As propostas do Dr. Santa Rosa foram aceitas pelos membros presentes que ao encerrarem a sessão o saudaram por sua participação no Congresso Internacional de História da América.

Ao ser encerrada a sessão, propôs o Dr. Palma Muniz que, na ata respectiva, fosse lançado um voto de congratulação ao Dr. Henrique Santa Rosa, pelo brilhante desempenho de sua comissão ao Rio de Janeiro, onde, como chefe da representação do Estado na Exposição, tanto elevou o lume de nossa terra. Esta proposta obteve unânime aprovação, sendo o Dr. Santa Rosa abraçado pelos presentes (INSTITUTO..., 1923a, p. 02).

Ainda no mês de fevereiro, o IHGP realizou a eleição do novo corpo diretor. Uma nota trazendo o recorrente título “Instituto Histórico e Geográfico” foi publicada na *Folha do Norte*, em 14 de fevereiro, convocando os sócios a tomarem parte no próximo certâmen eletivo.

A fim de julgar e aprovar as contas da tesouraria e proceder à eleição da diretoria e do conselho diretor, que têm de gerir os negócios sociais do biênio de 1923 – 1924, reúnem hoje, às 8 horas da noite, no lugar do costume, em assembleia geral, os membros desta agremiação, devendo também fazer dos trabalhos a discussão e consequente deliberação sobre algumas propostas de candidatos ao quadro social do Instituto (INSTITUTO HISTÓRICO..., 1923b, p. 02).

A nova direção do IHGP tomou posse em sessão realizada no dia 06 de março. E diferente do que a nota anterior indica o período de gestão dos eleitos transcorreria entre os anos de 1923 a 1925. A lista dos membros empossados saiu na *Revista* do Instituto publicada em junho de 1923, a qual estava destinada a celebrar o Centenário da Independência.

Presidente, Dr. Henrique Américo Santa Rosa; **vice-presidente**, Dr. Luiz Estevão de Oliveira; **primeiro secretário**, Dr. João de Palma Muniz; **segundo secretário**, professor Manoel Braga Ribeiro; **orador**, Dr. Luiz Barreiros; **tesoureiro**, Dr. Heráclito Pinheiro. **Conselho-diretor**: Drs. Luiz Lobo, Renato Brasiliense Santa Rosa, João Batista Pena de Carvalho, José Ferreira Teixeira, Augusto Eduardo Pinto, Augusto Otaviano Pinto, Ophir Loyola, Américo Vitruvio Gonçalves Campos, Raimundo Tavares Viana, Francisco Caribé da Rocha, Cônego Ricardo Rocha, professor Raimundo Bertoldo Nunes, Capitão Silvestre Monteiro Falcão, Coronel José Joaquim Pereira de Araújo e Dr. Henrique Jorge Hurley (SESSÃO..., 1923, p. 599).

Nessa mesma edição da *Revista* foi reproduzido a “Discurso do Presidente do Instituto” proferido pelo Dr. Henrique Américo Santa Rosa. A fala do segundo presidente do IHGP mostra uma atualidade inegável para os estudiosos que investigam as fontes primárias na tentativa de esclarecer questões históricas construídas a partir de ideologias interessadas em criar heróis ou glorificar eventos temporalmente muito distantes. Henrique Santa Rosa afirmava a relevância do esforço de seus consócios em manter uma “sociedade literária” voltada para o esclarecimento dos “nossos fatos históricos” por intermédio da pesquisa aos “arquivos e confrontando os velhos documentos, de onde, muitas vezes, tem sido desvendado grandes vultos” (ROSA, 1923, p. 603). Ele condenou o desrespeito dos brasileiros para com seu patrimônio histórico, o que impediria o real conhecimento das questões particulares da nação; somente quando conhecêssemos o processo de formação nacional atingiríamos a maturidade intelectual enquanto povo. A reprimenda de Santa Rosa prossegue condenando a falta de profissionalismo e de interesse dos brasileiros na investigação das questões arqueológicas, geográficas e etnográficas referentes à Amazônia; isso demonstraria que as informações disponíveis e mais confiáveis a respeito desse espaço foram produzidas por estudiosos estrangeiros. A crítica do novo presidente do Instituto Histórico expõe também a desproporção territorial entre alguns municípios paraenses criados a partir das decisões de Mendonça Furtado, quando esse transformara as extintas missões religiosas em vilas. A clareza das afirmações de Henrique Santa Rosa dialoga com todo o empenho revisionista que alguns pesquisadores e professores universitários vêm empreendendo na discussão dos paradigmas da História e da historiografia literária brasileira.

Não se pode negar a dificuldade que, para a recomposição dos fatos históricos, deriva do extravio de documentos, apesar do relativamente curto período de nossa existência civilizada, sem que, por isso, se faça impossível explicá-los no seu conjunto, com apreciação justa da época e do meio, e análise meditada dos antecedentes e dos fatores [...] Se por um lado é incontestável o prejuízo que essa omissão acarreta na compulsão dos fatos que o historiador futuro haverá de fazer; também negar não se pode que a apreciação coetânea nem sempre é a significativa da verdade, podendo, desde logo, serem envolvidos na sombra muitos acontecimentos, em virtude das sugestões do momento, ou das paixões dominantes na ocasião (ROSA, 1923, p. 604).

O Dr. Henrique Santa Rosa também acumulou o cargo de presidente do Clube de Engenharia do Pará, instituição que em julho de 1923 proporia a realização de uma Feira do Centenário (da adesão do Pará) no armazém geral nº I da doca Marechal Hermes. Mas a primeira manifestação pública em favor da adesão do Pará à Independência ocorreu em homenagem à Revolta de 14 de abril de 1823, um movimento iniciado em Belém e que teve repercussão no município de Muaná. A programação das comemorações dessa data foi

divulgada por meio do artigo “O Pará e a Independência: os pródromos da adesão” publicado na *Folha do Norte*, em 11 de abril.

Decorre no próximo sábado, 14 do fluente, o centenário da malograda revolta que visava à adesão do Pará à Independência Nacional. O governo decretará feriado o dia, promovendo o Instituto Histórico e Geográfico festas cívicas comemorativas do acontecimento. [...] Damos a seguir o programa organizado:

- 1) O préstito partirá a frente do Palácio do Governo, a praça Independência, percorrendo a avenida 16 de Novembro, rua João Diogo, frente do Quartel General, travessa 7 de Setembro, rua Conselheiro João Alfredo, praça Visconde do Rio Branco, fazendo uma pequena pausa em frente ao antigo quartel do 3º regimento, na Alfândega rua da Indústria, avenida 15 de Agosto, rua de Santo Antônio, até a praça do mesmo nome, onde será inaugurada a placa comemorativa do acontecimento, falando, por essa ocasião um dos membros do Instituto.
- 2) Na praça Visconde do Rio Branco ficará postada uma força de artilharia, para dar uma salva de 21 tiros, por ocasião da passagem do préstito e outra à praça de Santo Antonio, para guarda de honra a placa.
- 3) As sociedades e pessoas que acompanharem o préstito, além de seus emblemas sociais, conduzirão galhardetes com os nomes dos patriotas e militares que interviera na revolução de 14 de abril de 1823, publicando o Instituto Histórico os respectivos nomes a serem escolhidos pelas pessoas e sociedades que os quiserem ostentar.
- 4) A Comissão solicita ao comércio, associações e proprietários de edifícios particulares o embandeiramento geral e iluminação, à noite do dia 14. Será embandeirado o local da casa à travessa do Laranjal (travessa Frutuoso Guimarães), onde residia João Balby e onde foi concertado o plano de revolta.
- 5) À noite, terá lugar uma sessão solene, no Teatro da Paz, com a assistência das autoridades e do povo. A Associação da Imprensa foi convidada para se associar a essa festa por uma comissão composta dos Drs. Penna de Carvalho, Heráclito Pinheiro e professor Braga Ribeiro (O PARÁ..., 1923, p. 02).

No dia das homenagens à Revolução de 14 de abril, o IHGP divulgou por meio da *Folha do Norte* uma nota intitulada “A sessão solene do Instituto Histórico”. O encerramento dos atos públicos em lembrança dos heróis paraenses que lutaram pela Independência do Brasil contaria com as falas dos representantes das mais importantes agremiações culturais de Belém.

À noite, o Instituto realizará uma sessão solene no Teatro da Paz, falando por essa ocasião o Dr. Luiz Barreiros, orador oficial do Instituto, e a Dra. Ormindia Bastos, da Associação da Imprensa. O Dr. Palma Muniz, secretário do Instituto, fez distribuir o seguinte convite.

“Exmo. Sr. – O Instituto Histórico e Geográfico do Pará tem a honra de convidar V. Exc.^a e Exma. Família para assistirem à sessão comemorativa do Centenário da Revolução de 14 de abril de 1823, primeiro movimento revolucionário ocorrido no Pará em prol da sua Adesão à Independência do Brasil, a realizar-se no Teatro da Paz, no dia 14 de abril próximo vindouro, às 8:30 horas da noite. Com a mais alta consideração, etc.” (A SESSÃO..., 1923a, p. 01).

Na manhã do dia 14 de abril de 1923 diversas carruagens das agremiações culturais de Belém ostentavam “escudos com os nomes dos patriotas que tomaram parte na revolta de 14 de abril de 1823” (O PARÁ..., 1923b, p. 01). Dentre os órgãos representados nesse “préstito” estavam o Instituto Lauro Sodré, a Sociedade São João Batista, a Associação Beneficente Vasco da Gama, a Associação dos Novos, a Associação da Imprensa, a Maçonaria Paraense, o Grupo

Escolar “Benjamin Constant”, um grupo de sargentos da Força Pública Militar e a banda de música do 26º Batalhão de Caçadores juntamente com uma turma de seus soldados, além de muitas outras instituições⁸⁷. O cortejo trazia ainda um carro alegórico do Instituto Histórico conduzindo “uma gentil senhorinha” e os Srs. Palma Muniz e Braga Ribeiro. O trajeto percorrido tomou a “Avenida 16 de Novembro, Rua João Diogo, Travessa 7 de setembro, Rua Conselheiro João Alfredo, Largo das Mercês, Rua da Indústria até o Largo de Santo Antônio onde chegou às 9:30 horas” (O PARÁ..., 1923b, p. 01). Na praça onde os participantes do préstito se concentraram políticos e autoridades esperavam sob as mangueiras em um palanque “ostentando caprichosa ornamentação” (O PARÁ..., 1923b, p. 01). Após a execução do Hino da Liberdade houve a inauguração de uma lápide em homenagem aos heróis do 14 de abril. Em seguida discursaram o Governador do Estado, o Dr. Sousa Castro e o Dr. Ignácio Moura, que “terminou erguendo vivas ao Pará e a memória desses heróis⁸⁸” (O PARÁ..., 1923b, p. 01). A cerimônia foi encerrada com a execução do Hino Nacional. O jornal *Folha do Norte* transcreveu no dia 15 de abril a inscrição presente na lápide inaugurada.

“1823 – 1923 – 14 de abril – Ditosa a pátria que tais filhos têm. – Em homenagem aos patriotas revolucionários que, em 14 de abril de 1823, realizaram o primeiro movimento, embora fracassado, para a adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil, foi, por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico, inaugurada pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, Dr. Antonio Emiliano de Sousa Castro, está lápide comemorativa, com a assistência das autoridades públicas, representantes dos países estrangeiros, comércio, e povo e geral, na data do primeiro centenário” (O PARÁ..., 1923b, p. 01).

À noite no Teatro da Paz o Deputado estadual Dr. Luiz Barreiros proferiu o discurso em nome do IHGP alusivo à data de 14 de Abril. Diferente da fala de Ormind Bastos, que utilizou um tom mais emotivo destacando o destino trágico dos heróis da Independência no Pará, o representante do IHGP iniciou sua oração reiterando a missão assumida por esse órgão na “construção paciente da grandeza da história do país, nesta parte extrema do território nacional” (BARREIROS, 1931, p. 273). O procedimento argumentativo de Luiz Barreiros organizou-se a partir de referências a trabalhos historiográficos consagrados, citando autores como Rocha

⁸⁷ As outras instituições que participaram do desfile em questão foram: Tuna Luso Comercial, Câmara Portuguesa de Comércio, Grêmio Literário Português, Beneficente Portuguesa, Grêmio Lusitano, Liga Portuguesa de Repatriação, Fênix Caixeiral, Unione Italiana, Societá Italiana, Union Espanola, Comando Geral da Brigada, Corpo de Cavalaria, Grupo Misto, 1º Corpo de Infantaria, Liga Nacionalista, Artística Paraense, Centro Galaico, Sociedade Mútua do Arsenal de Marinha, Federação Marítima, Bombeiros Municipais, Sindicato dos Estivadores, Oficiais Aduaneiros, Marinheiros da Amazônia, União dos Foguistas, Mecânica Paraense, Assembleia Paraense, Associação dos Empregados de Câmara, Tiro 14; além dos jornais *Folha do Norte*, *A Província do Pará*, *O Estado do Pará*, *A Palavra* e *A Tarde*.

⁸⁸ Os heróis referidos são Felipe Patroni, Alferes Antônio de Loureiro Barreto, Cadete Antônio Bernal do Couto, Alferes Domingos Gonçalves da Cunha Marreiros, Alferes José Mariano de Oliveira Belo, Cônego Batista Campos, Capitão Boaventura Ferreira da Silva, Tenente Diogo Vaz da Moia e João Balbi.

Pombo, Domingos Rayol e Pereira da Silva; também se valeu dos trabalhos recentes publicados pelo engenheiro Palma Muniz na RIHGP. Com esse aparato bibliográfico o discurso tentou apresentar um resumo dos principais acontecimentos que levaram o estado do Pará a conseguir a integração do Brasil independente com Portugal. Os revolucionários da causa da Independência receberam todos os adjetivos que pudessem visibilizar a grandiosidade heroica de suas ações. Mas um pronunciamento em cerimônia festiva na maior casa de espetáculos do estado requereria não só a precisão e a dureza dos fatos documentados se faziam necessários os momentos de exortação e declarações apaixonadas. Luiz Barreiros não se negou a inflamar os assistentes com palavras de empolgação patriótica.

Ergamos, nesta hora abençoada, os nossos corações ao alto e sob a unção religiosa de um profundo recolhimento cívico evoquemos a memória desses mártires e desses heróis que nos legaram essa impressionante página de energia moral duma nascente nacionalidade, transmitindo às gerações sucessivas o justo orgulho e o vibrante entusiasmo de pertencerem a essa Pátria cujos frutos da obra de liberdade, que iniciaram não lhes dou permitido colher, mais que, hoje, temos a glória de cultuá-la no resultado extraordinário da existência dum Brasil-unido, coeso, forte e soberano. [...] depositemos as mais ferventes homenagens da admiração de nossas almas aos nomes beneméritos dos civis Bernardo de Sousa Franco, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, Padre Jerônimo Roberto da Cunha Pimentel, Manoel Evaristo da Silva e Sousa, Aureliano de Jesus Moura, Honório José dos Santos, José Pio de Araújo Nobre, João Batista Balbi e outros que foram os bravos executores das ideias propagadas por Patroni e Batista Campos, preparando e realizando o movimento cuja comemoração centenária hoje solenizamos. Senhores: saibamos, a todo o tempo, dignificar com a consciência dos nossos destinos históricos, o legado de honra que nos deixaram os nossos maiores, mantendo sempre vivaz a dignidade do culto, que devemos, ao respeito e à veneração do nosso passado gloriosos. Viva o Pará! Viva a república! Viva o Brasil! (BARREIROS, 1931, p. 282 – 283).

Enquanto os preparativos para a celebração da adesão do Pará ocorriam a Associação dos Novos se destacava por meio de seus membros discutindo a literatura dos “moços de São Paulo”. Em março ocorria a polêmica nas páginas d’*A Província do Pará* em torno do romance de Oswald de Andrade *Os Condenados* (1922). Em defesa do livro Abguar Bastos travou calorosa discussão com Bruno de Menezes que acusava a narrativa de ultrapassar todas as escolas de vanguarda criando outra, o “oswaldismo”. Entre os meses de março a julho as obras de Menotti Del Picchia recebem críticas de outros membros da Associação dos Novos como Paulo de Oliveira, Muniz Barreto e Farias Gama. No final do mês de abril começam a circular algumas estrofes e os *releases* da epopeia *Brasileis* escrita pelo Dr. Augusto Meira, o qual realizaria uma conferência no Teatro da Paz no dia 13 maio a fim de apresentar o seu “poema cívico”. No mês de junho o escritor Paulo Barreto, o João do Rio, voltava a ser recordado por ocasião do segundo aniversário de sua morte. Para lhe prestar nova homenagem o Dr. Ignácio

organizou uma conferência cujo anúncio trazendo o nome do escritor carioca foi publicado em 23 de junho n' *A Província do Pará*.

Auxiliado pela Associação dos Novos, desta capital, o nosso ilustrado confrade Dr. Ignácio Moura vai realizar, na noite de 26 do corrente, no salão nobre do Teatro da Paz, uma conferência literária sobre a vida e a obra do inesquecível beletrista, inaugurando, a molde das que se fazem nos grandes centros intelectuais do mundo, uma série de palestras sobre assuntos de ciência e literatura, a preços populares. Não escasseiam aplausos a tão louvável intento, destinado a despertar os intelectuais de nossa terra do condenável letargo, em que se têm deixado retroceder do alcance honroso a que chegamos, em tempos de maior realce, de que sempre nos lembramos com saudades (PAULO BARRETO, 1923, p. 01).

As comemorações da adesão do Pará à Independência não ficariam completas sem a contribuição da *Revista* do IHGP. Em 26 de junho, o jornal *Folha do Norte* divulgou um *release* por título “Obra Valiosa” parabenizando a publicação do tão protelado IV volume⁸⁹ da *Revista do IHGP*. Por ser um texto de propaganda essa “resenha elogiosa” procura conferir destaque ao esforço dos autores envolvidos que haviam prestado com essa edição inegável serviço patriótico.

A valiosa obra, que representa um trabalho hercúleo, contém 612 páginas de texto cerrado, em formato grande. Em época de papel caro e mão de obra custosa, a publicação da Revista vale por um “tour de force”, que muito honra a comissão de redação composta dos Drs. Palma Muniz, Luiz Barreiros e Américo Campos. O sumário contém: de Palma Muniz, a “Adesão do Grão-Pará à Independência”; de Luiz Lobo, a “Interferência militar pró e contra a Independência”; de Braga Ribeiro, “Em marcha para a Independência”; do Cônego Ricardo Rocha, “O clero e a Independência”; de Augusto Correa, “A adesão do Município de Bragança à Independência”; e de Palma Muniz, “Apontamentos biográficos do mesmo: Adesão do município de Maracanã à Independência”. Finda com um discurso do Dr. Henrique S. Rosa. O trabalho honra muito as oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré. O tipo é graúdo. Se bem que não de primeira qualidade, o papel pode ser qualificado de suficiente. Sem fadiga para avista, as 612 páginas são lidas comodamente. [...] Valem pelo melhor reclame os nomes dos colaboradores e os temas escolhidos. Cada paraense deveria possuir, na sua estante qual ótima fonte de fatos históricos esta obra colossal de um pugilo de bravos, que não mede sacrifício na despesa em se tratando de literatura e história pátrias. A FOLHA DO NORTE, sente-se bem em se externar, ainda que tardiamente, devido ao prazo necessário no folheio do volume, e cumprimentar o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pelo preciosismo presente com que brindou o Brasil, nas festas da Independência. Voam as palavras, ficam os escritos. Dos discursos pronunciados pouco ficará; permanecerá, qual estátua de bronze, o monumento histórico erguido pelos redatores e colaboradores da Revista do Instituto. Seria, porém, injustiça pôr no mesmo plano todos os colaboradores da Revista. Merece especial destaque entre os demais o Dr. Palma Muniz que das 612 páginas escreveu 500. Do trabalho beneditino deste engenheiro, do seu amor pelos anais do Pará de sua vastíssima erudição é que teve brilho o número que a Revista do Instituto editou pelo Centenário. Cumprimentamos, pois, efusivamente o Dr. Palma Muniz, incansável e feliz pesquisador de arquivos (OBRA VALIOSA, 1923, p. 02).

⁸⁹ O primeiro volume da RIHGP foi publicado no ano de 1917, ano em que o IHGP foi criado efetivamente. O segundo volume foi publicado no ano de 1918 e o terceiro em 1920.

A liderança intelectual de Ignácio Moura parecia cativar todos os jovens belenenses. Tanto que em 1924 seria fundada uma União Literária para homenagear esse incansável defensor das tradições paraenses e brasileiras. Mas ainda em 1923 o seu apoio foi solicitado por outra parcela da mocidade ilustrada da capital. Além da Associação dos Novos, que recebeu franca acolhida do experiente intelectual, algumas moças buscaram o incentivo de Ignácio Moura para desenvolver atos públicos em favor da memória dos heróis locais da Independência do Brasil. Talvez as mulheres que o buscaram o tenham feito em razão da publicação do artigo “Duas heroínas da Independência”, divulgado pela *Folha do Norte*, em 03 de julho. Nesse texto Ignácio Moura exaltava a ação das heroínas baianas, a Abadessa Joana Angélica de Jesus e a soldado Maria Quitéria de Jesus Medeiros, durante as batalhas pela adesão da Bahia à independência do Brasil em 1823. Em certa passagem do texto Moura exortava a necessidade dos historiadores em “registrar os nomes dessas duas heroínas, uma resplandecente a aureola da santidade e a outra adorada pelos louros da bravura militar” (MOURA, 1923a, p. 01). É o próprio Ignácio Moura quem narra seu encontro com as empenhadas patriotas de Belém no artigo “A mulher paraense no Centenário”, publicado na *Folha do Norte* no dia 07 de julho.

Um grupo de gentis conterrâneas, que se fizeram interpretar pela jovem acadêmica Ilná Pontes de Carvalho e pela entusiasta professora Maria Antonieta da Sarça Freire Pontes, procurou-me anteontem, no tabernáculo do meu lar, para pedir-me que lhes tomasse a vanguarda nas demonstrações cívicas que a mulher paraense pretende realizar na solenização do Centenário da nossa adesão à Independência do Brasil. Lastimaram “que os homens de nossa terra se mostrarem tão bisonhos para essa comemoração de alta significação histórica” e estão resolvidas a entusiasmar-lhes os impulsos patrióticos pondo por sua vez “a procissão à rua”. Aplaudimos o brilhantíssimo exemplo de tão dignas patrícias, gesto que sagrei com todo o meu entusiasmo, beijando-lhes as mãos, trêmulas de emoção. Pretendem organizar, com o auxílio de todas as famílias de nossa capital, um extenso préstito cívico, a partir da praça da Independência, entre bandeirolas e flores entoando cantos patrióticos, visitando as praças Patroni e Batista Campos, a antiga quinta das laranjeiras, onde só restaram os mártires de 14 de abril e a velha casa em que residiu Soares Carneiro. Em cada uma dessas parcelas serão recitadas por elas alocações e poesias, em que o brio cívico dos nossos antepassados será enaltecido por aquelas que se dizem admiradoras de Soror Joana angélica e Maria Quitéria. Desejam que o governo lhes sagre o intento para que as normalistas e os estudantes de todos os colégios e escolas as acompanhem nos cânticos e, hinos que pretendem entoar na marcha patriótica. O exemplo é edificante e não creio que deixe de ser imitado pelo sexo que se diz forte, mas que se mostra tão desalentado. Façamo-nos dignos dos nossos heroicos antepassados (MOURA, 1923d, p. 01).

Ainda durante o mês de julho, o Clube de Engenharia do Pará lançou a proposta da realização de uma Feira, embora em menor proporção, semelhante a que ocorreu no Rio de Janeiro por ocasião do Centenário da Independência do Brasil. O artigo “O Centenário do Pará” foi publicado n’*A Província*, em 08 de julho e anunciava a comissão organizadora, a duração

da exposição além de ressaltar o apoio conseguido junto ao Governo do Estado e aos intelectuais de Belém.

O Clube de Engenharia do Pará em sua reunião de quarta-feira última, resolveu promover uma exposição de produtos nativos e industriais do Pará, no período de 11 a 15 de agosto, comemorativa da adesão do Grão-Pará à Independência, aprovando desde logo as principais medidas a sua execução. Aos senhores Governador do Estado e intendente de Belém vai ser dado conhecimento dessa deliberação, solicitando-lhes o seu apoio, assim como aos demais intendentes do interior do Estado, aos quais se vai dirigir a comissão organizadora. Foram constituídas as seguintes comissões, além das comissões especiais encarregadas dos diversos trabalhos subdivididos:

Grande Comissão: - Presidentes de honra, Dr. Antonio Emiliano de Souza Castro e Dr. Cipriano José dos Santos.

Presidentes honorários, intendentes municipais do Estado, comandante da 8ª Região Militar, Capitão do Porto, Inspetor do Arsenal de Marinha, delegado fiscal, inspetor da Alfândega e presidente do Tribunal Superior.

Comissão Diretora: - Presidente, Dr. Henrique Américo Santa Rosa, primeiros secretários, Sulpício Cordovil e Leopoldo Penna Teixeira; segundos secretários, João Dias da Silva e José Travassos Vieira; membros, José Ferreira Teixeira, João Palma Muniz, Heráclito Pinheiro, Octávio Domingues Carneiro, Lima Mendes, Enéas Calandrini Pinheiro, Guilherme Paiva, Theodomiro Martins, Francisco da Cunha Coutinho e comendador João Jorge Correia. O Clube se reunirá diariamente na sua sede, das 16 às 18 horas (MOURA, 1923c, p. 01).

No mesmo dia 08 de julho, a *Folha do Norte* publicava o resumo das deliberações tomadas pelo IHGP sob o título “O centenário do Pará e o Instituto Histórico”. O texto enfatiza a preocupação do Dr. Palma Muniz com a pesquisa de documentos históricos na organização precisa das cerimônias da Adesão do Pará. Essa atenção se justificava por ser Palma Muniz Engenheiro Civil de formação e autor das notas “Efemérides Centenárias do Pará” publicadas por ele quase diariamente nas primeiras páginas da *Folha do Norte* entre os meses de fevereiro a agosto de 1923.

Na última sessão desta agremiação tratou-se da sua participação nas próximas festas comemorativas da adesão do Pará à Independência nacional. O presidente declarou que, tendo o Instituto de celebrar com uma sessão solene aquela data, chamava a atenção dos seus consócios para a comunicação que passou a ler, feita pelo almirante Cockrane ao governo Imperial e por este transmitida à Assembleia Constituinte, dando como efetivada a união do Pará em 11 de agosto, conforme consta da ata da sessão de 27 de outubro de 1823, dessa assembleia. O Dr. Palma Muniz declarou, por sua vez, que ao último trabalho que elaborou e publicou na “Revista do Instituto”, insistiu nesse sentido, uma vez que o Instituto possui a ata da sessão de 11 de agosto, em que dá a adesão como feita. Por essa razão, propunha que a sessão do Instituto, comemorativa da adesão, se efetuasse nessa data, como iniciativa das festas solenes da comemoração da data oficial até hoje admitida. Submetido o assunto à discussão e depois de falarem sobre ele diversos associados, o presidente sujeitou-o à votação, ficando decidido que a referida sessão se realize no dia indicado, insto é, a 11 de agosto, abrindo-se assim, o Instituto, a série de festejos que se realizarão em comemoração da adesão do Pará à Independência Nacional (O CENTENÁRIO..., 1923, p. 01).

Outro gesto de grande representatividade simbólica foi o “*Raid Belém – Rio*”, uma aventura realizada pelos pescadores Flávio Moreira (Comandante), João Nunes (piloto), Ulisses Gomes dos Santos, Francisco dos Santos e Melquíades de Santa Anna Rosa. No dia 28 de julho, às 9 horas da manhã, no Yole Clube do Pará, ocorreu o batismo da embarcação (vigilonga/vigilenga) preparada para tão temerária jornada⁹⁰. A canoa chamada outrora de “Marina” recebeu o nome de “15 de Agosto”, sendo apadrinhada pela filha do Governador do Estado, senhorita Conceição Sousa Castro, que ganhou de presente do piloto da patriótica vigilenga, o Sr. João Nunes “uma belíssima âncora, formada de perfumosas angélicas naturais” (O CENTENÁRIO..., 1923a, p. 01). O Dr. Sousa Castro presenteou o Sr. Flávio Moreira, Comandante da “15 de Agosto”, com uma “linda medalha de prata com a imagem de N. S. da Conceição, por ser esta a santa padroeira de sua filha” (O CENTENÁRIO..., 1923b, p. 01). O batismo da aventureira canoa ganhou uma descrição tão pomposa quanto a comitiva que acompanhava o evento.

Sobre o valor moral do batismo fez uso da palavra o Sr. Capitão de fragata Emanuel Braga, que, ao terminar a sua bela oração, recebeu entusiásticos aplausos. Logo a seguir a senhorita Conceição Sousa Castro, madrinha da embarcação, quebrou, à borda da mesma, uma garrafa de “chlampagne”, derramando-a sobre toda a embarcação, que recebia, então o nome patriótico de “15 de Agosto”. Nesse momento estrugiram 21 tiros de morteiro e uma banda de música tocava o hino nacional, enquanto os Drs. Governador e intendente desprendiam de fitas com as cores estaduais e nacionais o pavilhão brasileiro, que passou a tremular vitorioso no traquete da canoa, toda embandeirada em arco (O CENTENÁRIO..., 1923b, p. 01).

Dentre o grande número de políticos e militares⁹¹ que compareceram ao batismo da embarcação estava o incansável Ignácio Moura discursando em nome dos aventureiros paraenses. Outros membros da sociedade belenense demonstraram apoio a intrépida jornada dos *raidmen*. Foi realizado um festival no Bosque Rodrigues Alves, no dia 08 de julho, destinado a arrecadar fundos para a jornada; nesse “bucólico” encontro foram sorteadas 25 cadernetas ofertadas pelo Crédito Mútuo Predial. As casas exportadoras de madeiras Manoel

⁹⁰ A canoa 15 de agosto de 1923 chegou ao Rio de Janeiro no dia 09 de fevereiro de 1924. A recepção foi realizada na sede da Confederação Geral dos Pescadores. Discursaram nessa ocasião Gumercindo Loretti, presidente da Confederação e o Senador Lauro Sodré.

⁹¹ As autoridades e pessoas gradas que compareceram ao batismo da “15 de Agosto” foram: Dr. Sousa Castro, Governador do Estado, e sua filha Conceição Sousa Castro; Dr. Francisco Campos, oficial de gabinete e Capitão Cândido Furtado, ajudante de ordens de sua Exc.^a; Dr. Cipriano Santos, intendente de Belém e seu ajudante de ordens, Tenente Paulo da Costa Filho; Capitão de fragata e do porto Emanuel Braga; Coronel Raimundo Leão, Comandante Geral da Força Pública e seu assistente; Coronel Apolinário Moreira, diretor da Fazenda Pública; José M. Camizão, diretor da Recebedoria do Estado; Capitão-tenente Raimundo Burlamaqui, ajudante da Capitania do Porto; Coronel Luiz Solheiro pelo Conselho Municipal de Belém; Capitão Antonio Marreiro pelo R.C; 1^a Tenente Albino de Menezes pelo G. M; Deputado Luiz Barreiros; Demétrio Paiva, Lindolfo Abreu e Luzia Leite pelo Clube do Remo; Tenente Castanheira, médico do Arsenal da Marinha; representantes da imprensa e numerosas senhoras e senhoritas.

Pedro & Cia, Marques Reis & Cia e João Araújo doaram madeiras para reformar a viglenga; a bandeira nacional foi oferecida pela casa bancária Moreira e parte dos mantimentos foi oferecido por Jorge Chalita, representante da casa Silva, Mascarenhas & Cia com sede no Rio de Janeiro. Até um baile beneficente em favor da aventura marítima foi realizado no dia 04 de agosto no salão nobre do Teatro da Paz.

Ainda no dia 28 de julho, às 20 horas, o IHGP se reuniu para celebrar a Adesão do Estado do Maranhão à Independência do Brasil. A cerimônia contou com a presença de diversas autoridades políticas, dentre elas o Governador do Estado, Dr. Sousa Castro; representantes das forças militares e membros da Associação dos Novos. O poeta e jornalista De Campos Ribeiro, natural do Maranhão, recitou um poema abordando uma lenda sebastiana de seu estado natal. Essas celebrações patrióticas foram divulgadas por meio do artigo “A grande data do Maranhão”, publicado na *Folha do Norte*, em 29 de julho.

Depois de lidos vários documentos referentes à grande data maranhense, foi cedida a palavra ao Dr. Henrique Santa Rosa, que leu o seu bem elaborado estudo histórico, sendo, ao terminar, muito cumprimentado. Seguiu-se com a palavra o Dr. Luiz Barreiro, orador oficial do ato cujo discurso mereceu prolongadas palmas. O Sr. De Campos Ribeiro recitou uma lenda maranhense, em versos de sua lavra, sob o título “D. João – o príncipe encantado”, sendo muito aplaudido. Os trabalhos foram encerrados sob entusiásticos aplausos e ao som de hinos tocados por uma banda de música da Força Pública. No salão viam-se duas placas com as seguintes inscrições: “Salve denodados heróis de 14 de abril de 1823” e “Glórias aos patriotas defensores da causa da Independência” (A GRANDE DATA..., 1923, p. 01).

Enquanto os intrépidos marinheiros se preparavam para enfrentar as intempéries do mar o Clube de Engenharia do Pará dava continuidade a organização da Feira do Centenário. Essa iniciativa pretendia “dar prova de que valemos e do que temos conseguido como povo independente” (A FEIRA..., 1923a, p. 01). A logística do transporte de mercadorias foi promovida pelas empresas de transporte marítimo “Amazon River, Ferreira Costa & Cia, José Antunes & Cia e de outros armadores, bem como os trens da E. F. de Bragança farão o transporte gratuitamente, não só do interior para esta capital como o da devolução, finda a Exposição” (A FEIRA..., 1923b, p. 01). Todas as mercadorias expostas ficariam livres de taxas para incentivar a participação do maior número de expositores.

A experiência de Ignácio Moura em promover a imagem do desempenho econômico do Pará o transformou em um dos grandes incentivadores da Feira do Centenário. O seu apoio ficou manifesto em duas ocasiões. No dia 06 de julho, ele publicou a nota “Ideia patriótica e proveitosa” em que destacava como a Feira seria uma grande oportunidade para os municípios paraenses conseguirem investimento do capital estrangeiro por meio da exposição dos seus

produtos. Em 20 de julho, com outra nota “A ideia expande-se”, publicada no mesmo jornal, havia o elogio a iniciativa do Clube de Engenharia ficando registrado o espaço que envolveria, juntamente com o armazém nº 3 do Port of Pará, o perímetro destinado aos festejos do Centenário do Pará.

As principais fábricas desta capital já obtiveram o local preciso para os seus pavilhões e “montras”; a Associação comercial respondeu ao apelo num entusiasmático voto e esforço de solidariedade efetiva; o perímetro da Avenida Hermes da Fonseca, desde a confluência da Quintino Bocaiuva até a Benjamin Constant, vai receber uma iluminação admiravelmente maravilhosa; barracas de feita e diversões de arraial, serão localizadas nas adjacências desse perímetro (MOURA, 1923e, p. 01).

Ignácio Moura repetiu o apelo do Clube de Engenharia às mulheres paraenses solicitando que elas enviassem “redes e bordados, rendas e trabalhos de costura, flores e enfeites de salão” para impressionarem os estrangeiros com a “cultura artísticas das ‘novas amazonas’” (MOURA, 1923e, p. 01). Moura também destacou a participação da colônia inglesa de Belém que ergueria uma alegoria expondo os “retratos de Pedro I, o jovem monarca liberal, ladeado dos Cockrane e Grenfell, Patroni e Sousa Franco, Batista Campos e Romualdo de Seixas, figuras salientes na Independência do Pará” (MOURA, 1923e, p. 01). Sob tantos auspícios positivos se realizou com êxito a Feira do Centenário, iniciada no 11 de agosto. *A Folha do Norte* trouxe uma nota publicada no dia 12 de agosto indicando “A inauguração da Feira do Centenário”.

Está franqueada à visitação pública, desde ontem, às 12 horas da manhã, a Feira do Centenário, realizada sob os auspícios do Clube de Engenharia do Pará. Tendo-se em conta o curto espaço de tempo, que mediou entre o dia em que foi assentada e posta em prática a ideia da sua realização e a da sua abertura pode-se avaliar, com segurança, do esforço, digno de registro e louvores, daqueles que concorreram com os seus trabalhos para o feliz êxito dessa exposição (A INAUGURAÇÃO..., 1923, p. 01).

Nos dias que antecederam as celebrações do Centenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil os jornais de Belém divulgavam o planejamento dos atos públicos organizados pelos governos municipal e estadual que somados a participação das associações culturais colocaram a capital do Estado em clima de festa desde às 12 horas do dia 10 de agosto, quando a cidade seria “despertada por uma salva de 21 tiros de canhão” (O CENTENÁRIO..., 1923c, p. 01), ao que se seguiria a “alvorada em todos os quarteis federais, estaduais e municipais, iniciando-se a essa hora, a bela iluminação da cidade, que durará até 4 horas” (O CENTENÁRIO..., 1923d, p. 01). No dia 11 de agosto, a abertura da Feira do Centenário deu continuidade ao planejamento das comemorações da efeméride que contou com uma “imponente festa veneziana na baía do Guajará”. No dia seguinte, o Bosque Rodrigues Alves

receberia uma festa durante a manhã e à noite a Praça da República daria abrigo a apresentação de bandas militares. No Parque João Coelho, no dia 13, à praça da República, uma missa campal seria celebrada e durante a noite uma “bela fita cinematográfica” seria exibida. Na véspera da manhã do Centenário todos os grupos escolares fariam passeata e à tarde no campo do Clube do Remo transcorreria o embate futebolístico⁹² entre os batalhões da 8ª Região Militar contra equipes formadas por militares vindos de Manaus, do Maranhão e do Piauí.

Os jornais também registram a participação nos festejos da Adesão do Pará à Independência das Colônias Israelita, Inglesa e Portuguesa. A Colônia Síria, situada na Vila Pinheiro (atual distrito de Icoraci), organizou uma manifestação de apoio aos aventureiros do *raid* Belém-Rio. No momento da passagem da embarcação pelas proximidades da vila uma salva de 100 tiros de morteiro anunciaria a aproximação da mesma, ao que se seguiria uma banda de música em uma galeota onde uma comissão entregaria aos *raidmen* sete garrafas para serem lançadas ao mar informando da travessia dos pilotos paraenses⁹³. A Maçonaria promoveu no Palace Theatre uma festa em homenagem aos maçons que morreram nas batalhas pela Adesão do Pará à Independência. A Igreja Católica organizou durante todo o mês de agosto, em 31 prédios e instituições⁹⁴ ligados a arquidiocese de Belém, a adoração de Jesus-Hóstia como forma de homenagem às festividades do Centenário, disposição que foi promovida nas capelas e igrejas do interior do estado no dia 15 de agosto. A Avenida de 15 de Agosto, atual Presidente Vargas, recebeu iluminação especial e enfeites, sendo permitido a instalação de barracas para a venda de brinquedos e de bebidas. A vila de Mosqueiro recebeu apoio do Governador do Estado e do Intendente de Belém para organizar os festejos na “deliciosa estância balnear”. Várias casas comerciais doaram produtos para famílias pobres e para instituições de saúde que cuidavam dos “lázaros”. A Liga Nacionalista divulgou sua iniciativa em saldar o dia do Centenário com uma salva de 21 morteiros às 6 horas da manhã na praça da República. A Loja da Fraternidade Pinheirense, a Colônia de Pescadores (Z 17) e a Associação da Imprensa

⁹² Os responsáveis pelos eventos desportivos foram o Dr. Ophir Loyola, presidente da Federação Paraense dos Esportes Náuticos e o Sr. Manoel Sousa Rodrigues, presidente da Liga Paraense de Esportes Terrestres.

⁹³ As “garrafas brancas, lacradas, contendo nas rolhas, bandeirinhas de metal, com as cores do Estado, numeradas de um a sete”, seriam lançadas no mar a cada dois dias. Dentro delas havia uma mensagem impressa em linho, dizendo: “Saibam todos que, a 15 de agosto de 1923, os intrépidos pilotos paraenses Flávio Moreira e João Nunes iniciaram na pequena canoa “15 de Agosto” um “raid” de Belém do Pará ao Rio de Janeiro. Saudações do Pinheiro” (O Centenário da adesão do Pará à Independência. *Folha do Norte*, Belém, 26 jul. 1923. p. 01).

⁹⁴ Os prédios e instituições referidas são: Catedral, Colégio Gentil Bittencourt, Santa Casa, Igreja de São João, Basílica Nossa Senhora de Nazaré, Capela de N. S. de Lourdes, Capela do S. Coração de Jesus, Capela de S. Sebastião, Igreja de S. Francisco, Capela do Asilo de Mendicidade, Ordem Terceira de São Francisco, Sant’Anna, Rosarinho, Soledade, Catedral (novamente), Capela de S. Catarina, Capela de S. Miguel, Beneficente, S. Raimundo Nonato, Noviciado, Santo Antonio, Capela da Imaculada Conceição, Ladrão, Mercês, Capela do Instituto N. S. de Nazaré, Igreja do Carmo, Rosário da Campina, Orfanato Municipal, Jurunas, Capela de N. S. de Lourdes, S. José de Queluz e Catedral (encerramento).

atuaram junto às celebrações do dia 15, data marcada pela partida da “patriótica canoa” 15 de Agosto. No Teatro da Paz, às 9 horas da noite, ocorreu o encerramento das solenidades com a sessão magna promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Logo no dia 16 de agosto, *A Província do Pará* ofereceu um vislumbre de como foi “A sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico”.

Com a presença de suas Exc.^a os Srs. Governador do Estado e intendente de Belém, altas autoridades federais e estaduais, corpo consular e avultada assistência que pôs à cunha o Teatro da Paz realizou-se ontem a Sessão Solene do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, sob a presidência do Dr. Ignácio Moura. O programa desse magnífico sarau cívico foi o seguinte: abertura da sessão; leitura da ata da adesão do nosso Estado à Independência, em agosto de 1823; Hino da Independência; discurso do orador oficial Dr. Luiz Barreiros; Hino 15 de Agosto; Saudação ao Pará, pela senhorita Ilná Pontes de Carvalho; Hino da República; encerramento da sessão com o hino nacional. Pela grande assistência foi distribuída, gratuitamente, uma polianteia, organizada pela senhorita Ilná Pontes de Carvalho (*A SESSÃO...*, 1923, p. 01).

A importância simbólica que o IHGP tinha junto às lideranças políticas do estado era considerável. Torna-se impensável a realização de tantos eventos sem a participação ativa dos intelectuais desse grêmio, muitos dos quais atuavam em outras associações ou exerciam influência nelas. Embora a Associação da Imprensa desempenhasse em anos anteriores grande poder de articulação no cenário cultural de Belém e a Associação dos Novos conseguisse cada vez mais espaço, sem dúvida o IHGP foi o grande órgão propagador da tradição letrada preocupada com o passado histórico e o futuro Pará. *A Folha do Norte* publicou um relato mais detalhado da cerimônia de encerramento dos festejos da Adesão da Pará no dia 17 de agosto sob o título “No Instituto Histórico e Geográfico”.

Encerrando com chave de ouro à série de cerimônias cívicas que foram levadas a efeito para comemorar o centenário da adesão do nosso Estado à Independência do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará realizou anteontem, à noite, no Teatro da Paz, uma brilhante sessão cívica. Foi seleta a assistência, entre a qual se viam distintas famílias e cavalheiros em destaque no nosso meio social. Às 9 horas precisas, assumiu a presidência do ato o Dr. Ignácio Moura, presidente honorário do Instituto, ladeado dos Drs. Pena de Carvalho e Heráclito Pinheiro, Braga Ribeiro e Dr. Luiz Barreiros, declarando os fins da cerimônia com um belo e eloquente discurso. Seguiram-se estes números do programa:

- Leitura da ata de adesão, pelo secretário; Hino da Independência, pelos aprendizes marinheiros, acompanhados pela orquestra; discurso pelo orador oficial do Instituto, Dr. Luiz Barreiros; Hino 15 de agosto, cantado e acompanhado por um grupo de senhoritas; saudação ao Pará pela bacharelado Ilná Pontes de Carvalho; Hino da República, pelos aprendizes acompanhando pela orquestra; encerramento da sessão pelo presidente do Instituto e, finalmente, Hino Nacional, cantado pelos aprendizes e acompanhado pela orquestra.

O teatro achava-se completamente cheio, vendo-se no camarote oficial, belamente ornamentado com as bandeiras nacional e do Estado, o Sr. Dr. Sousa Castro, governador do Estado, acompanhado dos Srs. Barroso Rebelo e Arthur Porto, secretário e Procurador Geral do Estado, respectivamente. Antonio Luzardi, Cônsul da Itália, Capitão Cândido Furtado, ajudante de ordens do Sr. Governador. Nos demais

camarotes várias autoridades civis e militares. Ao fundo do palco, por trás da mesa do presidente, estava um lindo painel, tendo no alto a bandeira da República, ladeada pelas do Estado e sobre uma fita larga as palavras “Independência – 7 de setembro de 1822 – ou Morte”. No meio o quadro alusivo ao grito do Ipiranga e por baixo outra longa fita com as palavras – “Adesão a 11 de agosto e proclamação a 15 de agosto de 1823”, tudo pintado a cores. E em frente ao painel, aos lados, os escudos do Império, à esquerda, e da República à direita. Finda festa, o Dr. Governador do Estado e Dr. Ignácio Moura receberam os cumprimentos da assistência (NO INSTITUTO..., 1923, p. 01).

O período de grandes celebrações cívicas finalmente havia passado. Os ecos e resquícios de atos patrióticos permaneceram ganhando publicidade por iniciativa de Ignácio Moura que divulga notas na *Folha do Norte*. A primeira delas relembrava a vida e “O Túmulo de Batista Campos”, texto publicado em 21 de agosto. Em 11 de setembro com a nota “Para o arquivo histórico” temos o elogio a iniciativa do Capitão de Mar e Guerra Emanuel Braga que compilou todas as publicações saídas em Belém acerca do 15 de agosto. Ignácio Moura aconselhava a todos os que “tiverem ciência” a fazer o mesmo. No dia 15 de setembro, com a nota “Hino do Centenário”, o incansável Moura relatava o recebimento de uma carta e de um hino composto por Joaquim Fernandes Rebelo celebrando o centenário da Adesão. A missiva por sua pequena extensão e interessante conteúdo merece ser integralmente transcrita.

“Marapanim, 15 de julho de 1923 – Sr. Dr. Ignácio Moura – Desejando oferecer um hino de minha composição ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, tomo a liberdade de dirigir-me diretamente a V. Exc.^a em virtude de termos algumas relações de amizade. Já faz bastante tempo que passou a festa do Tricentenário de Belém e até hoje não é conhecida, nesta cidade a música desse hino, não obstante conhecermos a letra, que é produção do ilustrado Dr. Meira. Tratando-se da fundação de Belém, fato este que representa um lugar importante nas páginas da nossa história, devia o dito hino ser cantado nas escolas primárias do Estado, a fim de que a mocidade possa conhecer os feitos gloriosos dos nossos antepassados. Por esse motivo resolvi compor um hino cuja música se adapta-se à referida poesia e que vai ser cantado no dia 15 de agosto vindouro por ocasião das festas a realizarem-se nesta cidade na referida data. Como o Estado do Pará vai solenizar condignamente o centenário da data em que aderiu a Independência Nacional pode ser que aí também resolvam ensaiá-lo para o mesmo fim. O hino é oferecido ao Instituto de dedicado a V. S. Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exc.^a os meus sinceros protestos de subida e elevada consideração” (REBELO apud MOURA, 1923g, p. 01).

Durante o período entre 1920 a 1923 o entusiasmo com as efemérides não silenciou os poetas que publicavam seus versos nos jornais repercutindo os acontecimentos do momento ou reforçando a tradição literária. A publicação de livros de autores paraenses não foi paralisada, nem mesmo a recepção crítica de tais obras. As polêmicas literárias também não cessaram e a estética do Futurismo continuava sendo o alvo principal das investidas feitas pelos beletristas paraenses em sintonia com o posicionamento combativo de autores do Rio de Janeiro e de São Paulo. As festas patrióticas somente reforçaram o empenho dos empreendedores culturais que

tentavam o auxílio das figuras influentes de Belém para executarem seus objetivos. Tal como ocorreu com a revista *Belém Nova* que teve seu primeiro número publicado em 15 de setembro de 1923. Um de seus fundadores, o poeta e funcionário público Bruno de Menezes, um antigo militante anarquista, agora ligado ao Governador do Estado, conseguiu por meio das oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré dar vida a um órgão de “Arte e Mundanismo”; magazine que durante sua primeira fase demonstraria apoio completo aos governadores Dr. Sousa Castro e Dr. Dionísio Bentes, eleito em 1925. Mas dessa revista trataremos com maior largueza adiante.

O cenário cultural de Belém no ano de 1924 é marcado por algumas iniciativas editoriais que assinalam a manifestação de um posicionamento político e a concretização do empenho artístico de autores atuantes na imprensa. No mês de fevereiro, Eustáquio de Azevedo publicou o volume de crônicas, críticas de arte e memórias: o *Livro de Nugas*. No final do mês de março Bruno de Menezes publicou seu segundo livro de poemas, *Bailado Lunar*, impresso no Instituto Lauro Sodré. Em maio, o Partido Republicano Federal inaugurou o jornal *República*⁹⁵, do qual Eustáquio de Azevedo seria colunista. Esse órgão tinha como diretor e diretor-gerente o Dr. Deodoro Mendonça, então Secretário-Geral do Governo do Estado e o Coronel Apolinário Moreira, responsável pela Fazenda Pública, respectivamente. O periódico atuou de forma decisiva na campanha política que elegeu Dionísio Bentes como o novo Governador do Estado. Farias Gama editou nesse mesmo mês a coletânea de narrativas regionalistas *Águas e Selvas*, obra que não traz indicação da casa em que foi impressa, mas estava à venda em todas as livrarias de Belém. As críticas foram copiosas aos dois livros dos membros da Associação dos Novos. Paulo Eleutério, o João da Selva, à época de passagem pela capital do estado, foi um dos primeiros críticos a se manifestar acerca das narrativas que encetavam a migração nordestina para o território do Acre.

Farias Gama: - Horas de enlevo e de recordação trouxe-me o seu excelente livro “*Águas e Selvas*” onde, na profusão de suas páginas, tive atenuada a nostalgia do meu sertão e das imensas plagas verdes do Amazonas, que envolvem, hoje, o acervo de minhas aspirações. Não sei destacar produção de mais valia; seria mesmo difícil joeirá-la, de modo a ressaltar a melhor, quando é certo que não há ali senão trigo. Todas acordaram de tal sorte a minha reminiscência que tive bem a impressão de transporte aqueles cenários muito amados, em que tanta vez senti a felicidade mesma daquela gente alegre e feliz dos campos e das florestas. Aquela “Farinhada” é uma bela fotografia, de perfeita e absoluta nitidez, animada de exata verossimilhança. “A floresta”, “A caçada”, “O regatão”, “No dia de ano”, “O apuizeiro” ... teria enfim de citar todos os assuntos que constituem o livro e que se enumeram no índice. O proêmio

⁹⁵ Redação e admiração do *República*: Deputado Abelardo Conduru, gerente; Edgar Proença, redator; João Alfredo de Mendonça, redator-secretário; Senador Apolinário Moreira, diretor-gerente; Dr. Deodoro de Mendonça, diretor; deputado Severino Silva, redator-chefe; J. Eustáquio de Azevedo e Elmano Queiroz, redatores; Xisto Sant’Anna, Sebastião Bayma e Uchoa Viégas, repórteres; José Santos, chefe de colunista; Guiussepe Scafì, administrador das oficinas.

é também uma reprodução fiel, em boa linguagem, da decoração daquele oceano majestoso e augustos das selvas, único em todo o país e em todo mundo. E o suntuoso daquele império magnífico e eterno, de florestas e rios gigantes, -como se Deus houvera posto naquelas terras e primazia de sua obra -é tudo aquilo que me povoa a imaginação e me surpreende e envaidece (SELVA, 1924, s/n).

No mês de agosto, o IHGP recebeu várias doações de documentos e de fotografias históricas. São materiais entregues pelos engenheiros agrônomos Jacob Cohen⁹⁶ e Paulo Eleutério⁹⁷ e pelo engenheiro civil João Palma Muniz⁹⁸, membro do Instituto conhecido por seus trabalhos historiográficos. Contudo, o acontecimento que marcou a reunião do IHGP, realizada em conjunto com o Clube de Engenharia do Pará, em 15 de agosto de 1924 foi o levante do 26º Batalhão de Caçadores ocorrido nos dias 26 e 27 de julho passado. A revolta que estava ligada ao movimento tenentista de São Paulo teve sucesso em Manaus quando o 27º Batalhão de Caçadores conseguiu, no dia 23 de julho, assumir o Governo do Estado do Amazonas. Os revoltosos de Manaus ainda tomaram a cidade paraense de Óbidos e rumaram de barco para Belém, mas ao saberem da derrota dos insurgentes da capital paraense retrocederam a Óbidos no dia 04 de agosto, onde foram derrotados pelo General Menna Barreto. O jornal *República* com o artigo “Instituto Histórico” publicado, em 17 de agosto, informava da consternação dos associados com o ataque aos governos federal e estadual.

Com a presença de elevado número de associados, realizou-se anteontem, à noite, na respectiva sede social, a sessão de estudos, comemorativa de mais um aniversário da adesão do Pará à Independência Nacional, presidindo os trabalhos o Dr. Henrique Santa Rosa, presidente do Instituto, ladeado pelos Srs. Palma Muniz e professor Braga Ribeiro, 1º e 2º secretários, respectivamente. Ao abrir a sessão, o presidente frisou o contraste do ano passado, em que a alma nacional, vibrava de entusiasmo pelo acontecimento que transcorria com o mesmo período deste ano, cheio de agitações, de incertezas e de lágrimas. Só no regímen da ordem, disse, é que uma nação pode avançar, segura de seus destinos. Lamentou o que acontecia no país, terminando as suas sentidas palavras fazendo votos pela tranquilidade e prosperidade do Brasil e deste Estado. Em seguida, o Dr. Luiz Barreiros, em nome do Instituto, apresentou uma moção de congratulações ao Sr. Presidente da República e outra ao Sr. Dr. Governador do Estado, pelo restabelecimento da ordem no Sul do país e neste Estado, moção essa aprovado sob palmas unânimes, ficando designado que a segunda fosse entregue

⁹⁶ Jacob Cohen entregou ao IHGP, oferecidos pelo Sr. José Antônio Fernandes, comerciante de Ourém, 109 volumes das Leis do Império do Brasil, referentes aos anos de 1808 a 1816, 1823, 1825, 1826 a 1829, 1830, 1832 a 1841, 1844 a 1890, todos encadernados, além de três volumes da sinopse da legislação, até o ano de 1879 (Instituto Histórico. *República*, Belém, 03 ago. 1924. p. 03).

⁹⁷ O Sr. Paulo Eleutério Alvares da Silva ofereceu ontem ao Instituto Histórico uma preciosa coleção de fotografias, representando: - a cerimônia da ereção da cadeira de literatura e idioma hispano-americano (28 de agosto de 1918); alunos que concluíram o curso primário, em 1908; alunos do *Colégio Pedro II* em formatura; exposição escolar do *Ateneu Pedro II*, em 1918; grupo de alunos do mesmo instituto de ensino; os retratos de Leão Tolstoi, Dr. Lauro Sodré, Marechal Hermes da Fonseca, Dr. Teófilo Braga e do doador; as cinco primeiras são referentes à cidade de Manaus (Associações: Instituto Histórico. *República*, Belém, 10 ago. 1924. p. 01).

⁹⁸ O Dr. Palma Muniz ofereceu ao Instituto um exemplar da *Legislação de Terras*, utilíssimo trabalho há pouco publicado e de sua autoria; e pelo correio vieram para a mesma agremiação o tomo XXII das *Publicações do Arquivo Nacional* e o suplemento Nº 10 da revista mensal do “Touring Club Italiano”, remetido pelas duas respectivas redações (Instituto Histórico. *República*, Belém, 10 ago. 1924. p. 01).

amanhã pela diretoria e pelos associados que quisessem acompanhá-la e a do Sr. Presidente da República passada em telegrama. Usou também da palavra o Sr. José Carvalho, que disse sentir-se bem em as aprovar, tanto mais quanto, nesses acontecimentos, o Pará só teve as suas próprias forças para subjugar os amotinados. Tendo o Sr. Paulo Eleutério apresentado as suas despedidas, por ter de seguir para Manaus, o Dr. Santa Rosa elogiou a este novo falangiário, desejando-lhe prosperidade no vizinho Estado. Por essa ocasião, foi incluído no quadro social o Sr. Paulo Eleutério, como sócio efetivo. [...] A sessão foi encerrada às 11 e meia horas (INSTITUTO..., 1924a, p. 01).

As manifestações de apoio do IHGP ao Presidente do República e ao Governador do Estado foram transmitidas por meio de telegramas reproduzidos no *República*, em 21 de agosto. Os textos foram redigidos na reunião do dia 15 por sugestão do Dr. Luiz Barreiros e reforçam o posicionamento do Instituto em se opor a qualquer perturbação da ordem ou revolução que alterasse a estrutura governamental subsidiária às atividades do IHGP.

“Exmo. Sr. presidente da República – Rio
A diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Pará tem a elevada honra de apresentar a vossa excelência a moção unanimemente votada na sessão de quinze de agosto corrente. – Moção – “Instituto Histórico e Geográfico do Pará congratula-se com o Exmo. Senhor presidente da República por haver, com inteira solidariedade da Nação, conseguido restabelecer o regímen da ordem, inesperadamente perturbada, mantendo respeitável o princípio da autoridade a bem do crédito do país. Belém do Pará, 15 de agosto de 1924. Respeitosas saudações. (aa) Henrique Santa Rosa, presidente; Luiz Estevão de Oliveira, vice-presidente; Palma Muniz, 1º secretário; Braga Ribeiro, 2º secretário; Luiz Barreiros, orador; Heráclito Pinheiro, tesoureiro”.

“Belém, 16 de agosto de 1924 – Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado. – A diretoria deste Instituto tem a honra de apresentar a V. Ex. a moção unanimemente votada na sessão de 15 de agosto corrente, congratulando-se com V. Ex. pelo restabelecimento da paz e da ordem em nosso país e no nosso Estado. Com os protestos da mais elevada consideração, apresentamos a V. Ex. as nossas atenciosas e respeitadas saudações. Exmo. Sr. Dr. Antonio Emiliano de Sousa e Castro. D. D. Governador do Estado. – (a) Henrique Santa Rosa, presidente; Luiz Estevão de Oliveira, vice-presidente; João Palma Muniz, 1º secretário; Manuel Braga Ribeiro, 2º secretário; Luiz Barreiros, orador; Heráclito Pinheiro, tesoureiro. – Moção – “O Instituto Histórico e Geográfico do Pará congratula-se com o Exmo. Dr. Governador do Estado por haver, com seriedade de ânimo e solidariedade geral, conseguido restabelecer a ordem, inesperadamente perturbada nesta Capital, concorrendo por esta forma para elevar o prestígio deste Estado, que tem por legenda no seu escudo – ‘O Progresso sob o Domínio da Lei’” (INSTITUTO..., 1924b, p. 01).

Exercendo a função de guardião da história paraense, o IHGP recebeu resquícios bélicos da batalha entre os revoltosos do 26º Batalhão de Caçadores, comandados por Assis de Vasconcelos, e os soldados da Força Pública. Em Belém, a insurreição de 1924 serviu de contexto histórico para o conto “O Caucheiro” publicado pelo jornalista Sandoval Lage, em 1944. A notícia da oferta dos artefatos ficou registrada no artigo “Instituto Histórico” publicado no *República*, em 23 de agosto.

Oferecidos a esta associação pelos Drs. Antonio Melo e Palma Muniz, acham-se já no seu museu histórico, alguns projeteis de fuzil-mauser e de metralhadora, usados pelos soldados do 26º batalhão de caçadores, e bem como as capsulas de canhão e de metralhadora da Força Pública do Estado, encontrados nas imediações do quartel daquela unidade, onde se travou o combate em 27 de julho findo (INSTITUTO..., 1924c, p. 02).

O simples gesto do IHGP em demonstrar solidariedade por meio dos telegramas acima transcritos, expressando a defesa da legalidade dos governos de Sousa Castro e de Arthur Bernardes, ambos membros do Partido Republicano, não ficou sem substancial recompensa recebida durante o mês de outubro. A iniciativa do Dr. Luiz Barreiros, filiado ao mesmo partido do Governador do Pará, obteve inclusive uma resposta do Presidente transcrita no jornal *República*, em 24 de agosto.

Recebeu o Dr. Henrique Santa Rosa presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do Sr. presidente da República, o seguinte telegrama, em resposta à moção votada pelo mesmo Instituto, na sessão de 15 de agosto corrente e transmitida telegraficamente. S. Ex. conforme noticiamos: “Dr. Henrique Santa Rosa, presidente (do) Instituto Histórico e Geográfico do Pará – (Do Rio 21). – Peço aceitar e transmitir aos dignos membros Instituto Histórico e Geográfico do Pará meus agradecimentos os mais sinceros pelas congratulações enviadas. Todos receberam minhas saudações as mais cordiais. – Arthur Bernardes” (INSTITUTO..., 1924d, p. 01).

Com a situação política estabilizada, o IHGP pode retomar suas reuniões dedicadas ao estudo das letras históricas e científicas. No final do mês de agosto a chegada a Belém da Companhia Brasileira de Comédias dirigida pelo advogado, jornalista, historiador e empresário Viriato Correa mobilizou a intelectualidade local. O jornal *República* oferecendo um resumo das atividades criativas do “ilustre polígrafo patricio” (INSTITUTO..., 1924e, p. 02), publicou o artigo “Viriato Correa”, em 22 de agosto. Nessa breve biografia ficamos sabendo da coincidência que há vinte anos reuniu na mesma viagem ao Rio de Janeiro o futuro Governador do Estado, Dr. Dionísio Bentes, e o então aspirante a “conquistar um nome literário” (VIRIATO..., 1924, p. 01) na terra que consagrou Gonçalves Dias, seu conterrâneo. Viriato Correa chegava a Belém enaltecido pela fama de ser um artista múltiplo: brilhante na crônica policial, consagrado conferencista, autor de histórias infantis, pioneiro no Brasil a escrever contos históricos e exímio pesquisador da história nacional; ele ampliara o seu campo de atuação ao se lançar como comediógrafo saindo tão bem-sucedido que dirigiu durante três anos o Trianon, “elegante teatrinho carioca” (VIRIATO..., 1924, p. 01). Em 02 de setembro, ocorreu uma das primeiras apresentações da “Companhia Viriato Correia” no Palace Theatre, a peça *Zuzu* que trazia em destaque a “graciosa e fulgurante artista [...] Otília Amorim” (VIDA..., 1924, p. 01). Na mesma casa de espetáculos seria montado o grande sucesso de Viriato Correa, a comédia *Jurity*. O IHGP partilhando da atmosfera de louvores que recepcionava o líder da

Companhia Brasileira de Comédias organizou uma estrelada recepção anunciada na imprensa desde o dia 10 de setembro. O jornal *República*, em 12 de setembro, divulgou o artigo “Instituto Histórico e Geográfico” convidando a sociedade a prestigiar o festejado autor maranhense.

Efetua-se hoje, às 8 horas da noite em ponto, a sessão de estudos que o Instituto Histórico levará a efeito para homenagear o Dr. Viriato Correia, ilustre homem de letras ora entre nós e lente de corografia do Brasil na Escola Normal do Rio de Janeiro. Para assistirem a essa justa homenagem que o Instituto Histórico vai prestar ao ilustrado historiador patricio, foram convidadas as altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, da União, do Estado e do Município, imprensa, diretores de estabelecimentos de educação, alto comércio, sociedades científicas, literárias e eclesiásticas, nacionais e estrangeiras, cônsules e pessoas gradas, além dos membros do Instituto, sendo franca a entrada a quantos queiram assistir a sessão, não havendo traje de rigor (INSTITUTO..., 1924f, p. 02).

O discurso proferido por Viriato Correa durante sua recepção no IHGP foi publicado na íntegra no *República*, em 17 de setembro. A peça oratória inicia com os agradecimentos de praxe por meio dos quais o recepcionado exaltava os homens e a natureza amazônica como “exuberantes e excessivos” e reconhecia a importância de associações científicas que estimulassem o civismo e contribuíssem na formação da pátria. A fala de Viriato Correa deve ter agradado bastante o presidente do Instituto Histórico, pois que essa visão da escrita da história nacional englobava não apenas a função do historiador na construção da memória nacional; problemática que Henrique Santa Rosa abordou em seu discurso de posse no ano anterior. O palestrante foi além e propôs uma estilística do texto historiográfico que fosse capaz de transformar os acontecimentos documentados em narrativas agradáveis e instrutivas para o leitor brasileiro. Os trechos transcritos a seguir colocam nas mãos dos “escritores” a responsabilidade da transmissão da história nacional, ou melhor, chamam à tarefa de narrar o Brasil pela primeira vez com a propriedade de uma poética preocupada com a comunicação.

Sim, porque, no Brasil, no que diz respeito à história brasileira, tudo está por fazer. O brasileiro não tem, até hoje, a noção da sua história. O elemento popular conhece quase tanto das crônicas do seu passado como do passado da Groelândia ou da República de Andorra. Até hoje, não se conseguiu transferir ao povo, ou filtrar no povo nenhuma das nossas belas expressões históricas. O brasileiro, até agora, é uma entidade apenas geográfica; sabe apenas da grandeza material do seu país. Não conseguiu ainda ser uma entidade histórica, porque não sabe, sequer, os episódios mais altos do seu passado. [...] A má sorte da nossa história é ser escrita por gente que não sabe escrever. Vós outros que a estudais sabeis quanto é penoso estudá-la, quanto é difícil romper a espessura dos estilos espessos, romper os cipoais intrincados dos períodos massudos daqueles que a fizeram. Creio que não estou a exagerar. Só mesmo muito boa vontade, só mesmo um heroísmo excepcional pode fazer alguém ler de ponta a ponta um livro de Berredo por exemplo, ou de quase todos os cronistas da quadra colonial. Ao lê-los, tem-se a impressão de que se entra num corredor subterrâneo, em que falta luz, em que falta ar, em que falta céu e em que falta sol. [...] Historiadores da envergadura de João Francisco Lisboa: da envergadura de Nabuco, que tornou a simples vida de um Romeu, a simples vida de um “estadista do Império”, num dos livros mais sedutores de nossa literatura; historiadores da culminância de

Euclides da Cunha, que fez de um episódio banal de fanatismo revolucionário uma das páginas mais belas de nossa história, de Oliveira Lima, de Rocha Pombo, etc., são poucos, desgraçadamente poucos. É o que vos disse acima: a nossa história tem tido a má sorte de não contar ao seu lado com os escritores. E nunca será coisa nenhuma, enquanto essa gente não lhe vier realçar, com forma e com beleza, as belezas supremas dos seus lances. A história brasileira precisa de um grande sopro de poesia. A história precisa ser escrita pelos poetas – poetas na amplitude mais larga da palavra – pelos artistas. No dia em que assim for, ninguém mais encontrará enfado em conhecê-la, ninguém dirá que ela não existe (CORREA, 1924, p. 01).

Em outubro de 1924, os membros do IHGP puderam novamente tratar de uma atividade da qual eles entendiam como ninguém: homenagear o estado do Pará. Essa nova oportunidade surgiu quando a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal decidiu inaugurar uma escola na cidade do Rio de Janeiro com o nome de Escola Pará⁹⁹. O responsável por intermediar o contato entre o Governo da Guanabara e o Governo do Pará foi o Dr. Theodoro Braga, o qual encaminhou ao presidente do IHGP a solicitação do envio dos hinos cantados nas escolas do Estado. Por sua vez, o Dr. Américo Santa Rosa enviou o seguinte ofício ao Dr. Deodoro Mendonça:

“Exmo. Sr. secretário geral do Estado – Por comunicação do nosso ilustre consócio, Dr. Teodoro Braga, tivemos a ciência de que a diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal vai dar a uma das Escolas Públicas da Capital Federal a denominação de Pará em honra ao nosso Estado; e, em vista disso, têm as professoras dessa Escola manifestado àquele nosso digno consócio deste Instituto o desejo de ter de conhecer os nossos hinos, cantos e colares e canções paraenses para ensaiarem urgentemente alguns deles, de modo a serem cantados por ocasião da inauguração da Escola Pará, em novembro próximo. Sabendo que o maestro Alípio César, professor da Escola Anexa ao curso Normal, tem uma coleção desses hinos e cantos, em impressão no Instituto Lauro Sodré, tenho a honra de solicitar de V. Ex. o seu valioso empenho de nos fornecer ele uma cópia manuscrita de pelo menos, dois hinos, a fim de enviá-los, para as ditas professoras, até que possamos enviar a coleção completa, depois de terminada a impressão. Com o fim patriótico a que se destina esta solicitação, estamos certo que V. Ex. se dignará de atendê-la com toda urgência, para que seja feita a remessa o mais breve possível, Saudações – (a) Henrique A. Santa Rosa, presidente” (ROSA, 1924, p. 01).

Somando-se aos esforços para remeter trabalhos artísticos ao Rio de Janeiro a serem apresentados durante a inauguração da Escola Pará, em 16 de novembro, o “inspirado poeta Eustáquio de Azevedo” (INSTITUTO..., 1924g, p. 02) encaminhou ao IHGP uma cópia do Hino Brasil, por ele escrito e musicado pelo maestro Ettore Bosio; além da “canção patriótica ‘Minha Terra’, musicada por Alípio César” (INSTITUTO..., 1924h, p. 02). Todo o despreendimento dos intelectuais paraenses na colaboração do sucesso da inauguração da escola que honraria o nome do Pará na capital do país reforça o desejo de promoção que durante os

⁹⁹ Essa escola ainda existe sendo chamada atualmente de Escola Municipal Pará. O Prédio fica situado na Avenida dos Italianos, Nº 500. Bairro Rocha Miranda.

últimos anos havia dominado as ações em nome da cultura e da integração nacional. Demonstrar “carinho” pelas “coisas do ensino”, valorizar a história do país, mesmo sem a crítica dos eventos institucionalizados, conferia proteção contra qualquer discussão que tentasse depreciar a atuação de um órgão que aparentemente estava isento das paixões políticas.

Daí a importância do artigo “Instituto Histórico e Geográfico”, publicado em 28 de outubro, pelo jornal *República*. Por meio desse informativo conhecemos uma série de benefícios destinados a incentivar o trabalho de pesquisa científica realizado pelo IHGP. Afinal, é impossível negar os méritos das publicações realizadas pelo Instituto e principalmente a energia criativa de alguns de seus membros. A publicação da *Revista do Instituto* surgia como a principal justificativa para conceder ao grêmio de letrados o que poderíamos considerar como recompensa pelo suporte ideológico e moral que esses intelectuais prestaram ao Governador do Estado. O ofício transcrito na íntegra demonstrava a cordialidade devotada pelo Instituto ao líder máximo do Pará, que ao ser invocado como defensor da cultura paraense ficava protegido contra as acusações severas ou reprovações mais incisivas, pois atacar o governador poderia soar como agressão às iniciativas do IHGP. Transformar os interesses culturais em preocupação política se mostrou uma estratégia de defesa brilhante. E se algum município decidisse colaborar financeiramente com essa “douta instituição” mais leve ficaria o fardo para um estado que somente em 1957 teria uma universidade. Vejamos o patético apelo dos esforçados homens de letras.

A fim de poder imprimir regularmente a sua esplêndida “Revista”, que conta, já, o seu 4º volume, o Instituto Histórico dirigiu aos intendentes municipais do Estado a seguinte circular, que tem sido gentilmente acolhida, pela maioria das municipalidades:

- Exmo. Sr. intendente municipal de...

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará, associação fundada no nosso Estado com o objetivo de estudar e divulgar a história, geografia e etnografia pátrias e principalmente do Pará, havendo desde 1917 dando provas de seu esforço e trabalho publicando já quatro de sua “Revista”, repletos de assuntos relativos à história regional de nossa terra, sendo o IV volume uma verdadeira monografia sobre os fatos da adesão à independência, trabalho que tem sido solicitado por todas as classes de história do nosso país e por grande número de associações de países estrangeiros, bem como da parte dos intelectuais que cultuam o estudo da história Pátria vem lutando grandemente com a falta de recurso para continuar a publicação da sua “Revista”. O benemérito governo do Estado lhe concede assistência dando-lhe dois salões do edifício do Ginásio Paes de Carvalho para sede; também o governo municipal de Belém já criou nos seus orçamentos de despesa um auxílio para a sua manutenção. Com esses elementos, entretanto, não pode satisfazer o programa de divulgação do nosso passado histórico e da nossa geografia, que lhe incumbe pelos seus estatutos. A continuação da publicação da sua “Revista”, de nome já feito no nosso país e no estrangeiro, é uma necessidade, premente, a bem dos créditos intelectuais do Pará. Não possuindo patrimônio algum, a não ser a boa vontade dos que se arregimentam para sustentá-lo intelectualmente, vem fazer um apelo a V. Exc. e ao Exmo. Conselho desse Município, no sentido de conceder-lhe um pequeno auxílio pecuniário

permanente nos seus orçamentos. Qualquer quantia anual, não inferior a 100\$000, será para o Instituto Histórico um valioso concurso para poder manter a publicação da sua “Revista anual”. Será doloroso deixar, que, por falta de tão simples apoio, venha a se aniquilar uma instituição como Instituto Histórico. O culto pela história paraense precisa desenvolver-se para se manter o Pará ao par de trabalho que estão levando a efeito nesse sentido os demais Estados da União Nacional. Nós temos a nossa história regional sumamente movimentada, exigindo estudo e desenvolvimento, a fim de apresentá-la na grandeza e eficiência dos seus homens, no conjunto da nacionalidade brasileira. Precisa a nossa vultuosa geografia de publicação de nossos trabalhos, que deem a medida do esforço da geração atual. Berredo, Acciolo, Baena, Rayol são autores que precisam de continuadores, que somente possuem as fugidias colunas da imprensa diária, em que façam inserir seus trabalhos, de forma sucinta. O Pará está pedindo aos seus filhos, estudos duradouros, trabalhos que permitam a formação de livros didáticos novos para ensino das novas gerações. A “Revista” do Instituto Histórico é a publicação que está preenchendo esse vácuo notável nas letras paraenses. Aos poderes públicos compete essa obra de proteção que redonda no mais elevado estro de civismo em prol do engrandecimento do Pará. Sem esse auxílio, diminuto para cada município e valioso ao Instituto pelo seu conjunto, terá ele de baquear, desfazendo-se em ilusões um período já brilhante de mais de 7 anos de existência e trabalho. Saudações. – Henrique A. Santa Rosa, presidente; Luiz Estevão de Oliveira, vice-presidente; João de Palma Muniz, 1º secretário; M. Braga Ribeiro, 2º secretário; Luiz Barreiros, orador e Heráclito Pinheiro, tesoureiro (INSTITUTO..., 1924g, p. 02).

Se a preservação do passado histórico ficou a cargo de um seletto grupo de doutores dependentes de doações e da submissão a cada chefe político que alcançasse o poder, se tronaria impossível que a ciência desenvolvida sob essas condições estivesse isenta do viés ideológico do momento. Os trabalhos produzidos pelo IHGP e divulgados por sua *Revista*, apesar da qualidade, não se destinavam às instituições de ensino básico, eram ensaios voltados para leitores eruditos, letrados, beletristas. O périplo percorrido por tais estudos não atingia a vastidão do público que virtualmente os receberia. O leitor de hoje pode ficar fascinado com a dedicação que possibilitou tantas pesquisas valiosas, mas ele também há de avaliar a dificuldade para as obter e a deterioração em que se encontram, já que o legado do pensamento histórico construído na década de 1920 não foi transmitido para as novas gerações possibilitando a subsistência de uma tradição historiográfica e científica. A glória e a utilidade do IHGP estaria sempre sujeita ao humor dos próximos governos.

Mas enquanto os humores estavam saudáveis, o IHGP continuou fazendo suas reuniões e homenageando as figuras célebres que passaram por Belém. Por ocasião da morte do aviador português Arthur Sacadura Cabral, em 15 de novembro de 1924, o Instituto Histórico manifestou ao Cônsul Português seu pesar pelo acidente que vitimou o herói do *raid* Lisboa-Rio de Janeiro. Fran Pacheco enviou ao Dr. Henrique Santa Rosa um telegrama agradecendo a iniciativa do Instituto. A correspondência foi publicada no *República*, em 07 de dezembro.

“Exmo. Sr. Dr. Henrique A. Santa Rosa, digm. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, - Repassado pela mais íntima tristeza, venho agradecer a V. Exc. o gentil obséquio dos sinceros pesares que se dignou de enviar-me, ao conhecer-se o

doloroso óbito de temerário comandante Arthur Sacadura Cabral, indiscutível glória da Marinha Portuguesa de Guerra, e da navegação, aérea, em todo o mundo. O seu nome perdurará, assim o creio, através dos séculos, já pelo heroísmo da triunfal trajetória Lisboa-Rio, que tantíssimo desvanece os dois povos irmãos, já pelo martírio, impiedoso e cruel, que o surpreendeu, quando se aprestava para obter outras vitórias, em prol do progresso humano. Repetindo a V. Exc. os testemunhos da melhor estima e consideração, desejo-lhe saudade e fraternidade. – (a) M. Fran Pacheco – Cônsul (PACHECO, 1924b, p. 01).

Na noite do dia 16 de dezembro, às 21 horas, as associações portuguesas realizaram no Teatro da Paz uma homenagem a Sacadura Cabral. Os camarotes e o palco foram destinados aos organizadores do evento enquanto as cadeiras e as varandas do Teatro tiveram acesso livre. A Associação da Imprensa e o Instituto Histórico foram representados por seus respectivos oradores.

O enriquecimento do acervo do IHGP teve no ano de 1924 um de seus momentos mais significativos, durante os meses de outubro e dezembro outras contribuições bibliográficas foram recebidas como o álbum *Uniformes do Exército Brasileiro*, de autoria de Gustavo Barroso e Pinto J. Wash Rodrigues; a monografia *A Imigração Japonesa para a Baixada do Rio de Janeiro*, do Dr. Nestor Ascoli e a conferência do Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva apresentada no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro acerca da Confederação do Equador¹⁰⁰. O incremento da biblioteca do IHGP enfatiza como esse órgão havia se tornado um grande núcleo cultural no estado do Pará responsável por preservar, produzir e divulgar os valores patrióticos nacionais¹⁰¹. O engajamento de seus membros e o sucesso das homenagens por eles organizadas influenciou diversos outros eventos em que figuras históricas ensejaram alguma manifestação pública ressaltando o papel da Amazônia no cenário nacional ou lembrando os laços com Portugal. Desse saudosismo luso-amazônico falaremos adiante.

Tentar reconstruir o cenário cultural de Belém durante a década de 1920 significa reconhecer a multiplicidade de associações que se articulavam em momentos de celebrações públicas ou destinadas a um conjunto mais seleto de membros da sociedade. Esses círculos de

¹⁰⁰ Instituto Histórico e Geográfico. *República*, Belém, 18 dez. 1924. p. 01. Essa nota informativa acrescenta que o “Sr. Felipe Condurú, auxiliar do Instituto [...] oferece, para a coleção de numismática, uma apólice de 200 reis, emitida pelo município de Triunfo, em Pernambuco, e que fazia parte do empréstimo de dez contos de reis, contraído pela mesma prefeitura em 1897. Esse raro “espécimen” do referido empréstimo acha-se devidamente recolhido ao museu do Instituto”.

¹⁰¹ Em 30 de outubro de 1924, por meio do jornal *República*, informa-se que o IHGP havia recebido “o volume XXIII, números 1 e 2, da *Revista Militar Brasileira*, publicação do Estado Maior do Exército e o tomo 14 da *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, que se publica em Porto Alegre”. Nessa mesma nota informativa outra oferta de artefatos históricos é informada: “O Sr. Felipe Condurú, auxiliar do Instituto, ofereceu à mesma agremiação três moedas de cobre, sendo: uma do tempo de D. José I, de Portugal; outra do reinado de D. Pedro I, de 1829 e outra do mesmo soberano, de 1830, todas em perfeito estado de conservação, tendo a primeira a data de 1776. As duas moedas brasileiras foram cunhadas no Rio de Janeiro, tendo no anverso a letra R, como designativa do lugar onde funcionava, então, a Casa da Moeda”.

estudiosos e de amantes da cultura letrada, embora suas diferenças ideológicas, se orientavam pela conservação de valores tradicionais quanto a arte, aos costumes e a política. E no horizonte dessa realidade o IHGP havia fincado sua importância como o maior recebedor das benesses de seguidos governadores do estado. Nenhuma outra agremiação desempenhou trabalho investigativo que possa ser valorizado e utilizado pela comunidade acadêmica atual. Apesar das lacunas e mal-entendidos de sua fundação e atuação, o que é devido à falta de consulta às fontes primárias, o IHGP se manteve relevante pelas pesquisas divulgadas por meio de sua *Revista*. A outra face do contexto cultural da capital paraense estava representada pela produção poética que tinha nos periódicos um veículo sempre disponível. Os poemas publicados, sonetos em sua maior parte, retomavam assuntos clássicos, temas patrióticos, destinações apologéticas ou sustentavam os dramas sentimentais que hoje não podemos ler sem considerá-los piegas. Alguns desses poetas de jornal não enfaixaram seus versos em volume ficando esquecidos; enquanto outros publicaram livros a partir do material circulante nos jornais e nas revistas. As narrativas regionalistas ou de propaganda da natureza amazônica também receberam seu espaço na imprensa diária e algumas delas ganharam edição comentada pelos críticos da terra.

Ao fazermos um salto no tempo, de apenas um ano, poderemos mostrar a persistência da autoridade que o IHGP mantinha junto às altas rodas da sociedade belenense. Em seu nono ano de funcionamento, em 06 de março de 1926, uma nota publicada n' *A Província do Pará* exaltava o esforço dos intelectuais que honravam a memória do estado com a publicação do quinto número da *Revista do Instituto*.

Com a presença do Sr. Dr. Governador do Estado, altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, representantes da imprensa, cónsules, associações científicas, literárias e beneficentes, além de pessoas de destaque em nosso meio social, realiza-se hoje, às 20:30 horas, a sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico comemorativa da data de sua fundação. O que tem sido esses nove anos de trabalho patriótico e desinteressado, pois que ali labutam no silêncio e sem atoardas, somente com o fito do engrandecimento da pátria, dizem-no muito bem os quatro números da *Revista do Instituto*, onde se encontram preciosas e interessantes informações sobre a nossa história, a geografia e a etnografia amazônicas, inστο sem refletir nos inúmeros artigos esparsos pela imprensa e firmados pelos nomes dos que ali se congregam. A existência do Instituto Histórico não é nem pode ser obra de um só homem e sim de várias vontades que convergiram num dado momento para a fundação dessa utilíssima agremiação que a tanto honra o nosso Estado. Ontem foram distribuídos alguns convites a autoridades, o que não quer dizer que as pessoas decentemente trajadas seja vedado o ingresso no salão do Instituto. À porta do edifício social tocará uma das bandas militares, gentilmente cedidas pelo Dr. Governador do Estado (INSTITUTO..., 1926a, p. 01).

A nova edição da *Revista* ostentava em sua folha de rosto o nome do presidente de honra do IHGP, o Dr. Lauro Sodré; a lista dos membros da diretoria¹⁰², as comissões de estudo e o valioso “reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 3.894 de 26 de novembro de 1919 e Lei Estadual nº 1.641 de outubro de 1917” (INSTITUTO..., 1926b, p. 02). Ao final do volume, a comissão da redação constituída por Palma Muniz, Luiz Barreiros e Américo Campos anunciava o recebimento do livro *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (1921) e transmitia os agradecimentos ao representante da Sociedade Editora, Sr. Bernardo Pereira de Baredo, pela oferta dos volumes elogiados como “o mais belo e completo trabalho histórico que se tem escrito na atualidade” das “glórias justa(s) e esforçadamente por eles adquiridas e deixadas em herança histórica às duas nações irmãs” (HISTÓRIA..., 1926, p. 158).

Em 1927, ano que marca o décimo aniversário de fundação do IHGP, se iniciava no jornal *Folha do Norte* uma campanha pela reativação da Academia Paraense de Letras. Membros do Instituto como Ignácio Moura participaram dessa empreitada conseguindo reinstalar o silogeu no ano seguinte. Durante o mês de maio de 1927 a “Rainha do Café”, D. Olívia Guedes Penteadó visitou Belém acompanhada do escritor Mário de Andrade, que não tomou contato algum com os “modernistas papa-chibé”. Em junho, quem visitou à cidade foi a Família Real Brasileira constituída pelo Príncipe Pedro de Orleans e Bragança, neto de D. Pedro II, sua esposa, a princesa dona Elizabeth e a filha do casal, a princesa dona Izabel. O IHGP recepcionou “Suas Altezas” realizando uma sessão solene. Outro acontecimento que comoveu a cidade nesse mesmo mês foi a chegada do aviador português Sarmento Beires, capitão do hidroavião Argos. Novamente as associações portuguesas se reuniram para celebrar o feito do “êmulo de Gago Coutinho e Sacadura Cabral” (A VOLTA..., 1927, p.01). Mas antes de tanta agitação por tais visitas ilustres, o IHGP comemorou uma década de atividades. O jornal *Folha do Norte*, em 06 de março, publicou a nota “Instituto Histórico e Geográfico: o seu 10º aniversário hoje” informando o programa da noite festiva.

Com uma sessão magna, presidida pelo governador do Estado, comemora hoje o décimo aniversário de sua frutuosa existência o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, associação de abnegados intelectuais que se dedica, à pesquisa incessante de tudo quanto diz respeito à nossa história regional, cujos crepúsculos jazem nas trevas da mais penosa ignorância. Às 8 horas da noite será aberta a sessão, que obedecerá ao seguinte programa:

- 1 – Abertura da sessão pelo Sr. governador do Estado;
- 2 – leitura da ata da sessão anterior e expediente;
- 3 – posse da nova diretoria recém-eleita para o tirocínio administrativo de 1927 a 1929;

¹⁰² Presidente Dr. Henrique Américo Santa Rosa; Vice-presidente Dr. Luiz Estevão de Oliveira; 1º secretário Engenheiro Civil João de Palma Muniz; 2º Secretário Professor Manoel Braga Ribeiro; Orador Dr. Luiz Barreiros; tesoureiro Dr. Sulpício Cordovil.

4 – posse do Exmo. Sr. Dr. Dionísio Auzier Bentes como presidente honorário e mais sócios efetivos recentemente aceitos;

5 – leitura do relatório da diretoria cujo mandato termina;

6 – discurso do orador oficial do Instituto alusivo à comemoração, e

7 – o que ocorrer e encerramento da sessão.

O ato será abrilhantado por uma banda de música da Força Pública do Estado, que durante a sessão executará trechos escolhidos do seu repertório. A Folha recebeu convite para esse festival (INSTITUTO..., 1927, p. 02).

A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à Presidência da República, modificou completamente a estrutura de poder no Pará que vinha sendo administrado pelo Partido Republicano desde a segunda legislatura de Lauro Sodré (1917 – 1921) e conseguiu eleger outros três governadores¹⁰³. Com a deposição de Eurico de Freitas Vale, em 24 de outubro de 1930, se iniciava o período de interventoria federal que conduziu o Capitão Joaquim de Magalhães Cardoso Barata ao comando do estado. O Interventor tratou logo de conseguir apoio da instituição que em 1924 declarou sua fidelidade ao Partido Republicano e as oligarquias paraenses invocando o lema “O Progresso sob o Domínio da Lei”. Essa mesma instituição se orgulhava, ao publicar o sexto número de sua *Revista*, de ter recebido a proteção do Decreto nº 259, expedido pelo governo revolucionário, em 31 de março de 1931, cujo líder teve atuante papel na tomada das cidades de Manaus e de Óbidos. Por ocasião da publicação do novo volume da *Revista do Instituto* observamos como as conveniências do momento histórico estão imiscuídas entre as necessidades dos intelectuais e os interesses políticos.

Abgvar Bastos, Chefe de Gabinete de Magalhães Barata, havia colaborado com a revista *Belém Nova* desde sua primeira publicação, passando a integrar seu corpo de redatores a partir de fevereiro de 1926. Durante esse período, o então crítico que protagonizou a polêmica literária com Bruno de Menezes acerca do romance *Os Condenados*; autor de sonetos eruditos e poemas urbanos descritivos; escritor que havia publicado textos de apoio ao Governador Dionísio Bentes, um futuro inimigo de Magalhães Barata, se tornara em 1931, membro do IHGP sendo responsável pela redação da *Revista do Instituto* nesse ano e em 1932. Paulo Eleutério também passou a integrar o corpo editorial dessa publicação e o mais surpreendente ficou por conta do atual presidente do IHGP, o Dr. Luiz Barreiros, aquele que sugerira o envio de telegramas a Arthur Bernardes e Sousa Castro os parabenizando pelo triunfo contra os revoltosos de 1924.

A edição da *Revista do Instituto* em 1931 traz indicações explícitas quanto a parceria entre o Interventor Federal do Pará e os sócios do IHGP. Após a folha de rosto surge imponente a fotografia de Magalhães Barata. Logo em seguida, temos um editorial assinado pelos redatores

¹⁰³ Os governadores são: Antônio Emiliano de Sousa Castro (1921 – 1925); Dionísio Bentes (1925 – 1929), Eurico de Freitas Valle (1929 – 1930).

que explicam o novo momento da *Revista* atribuindo a “motivos evidentemente alheios e superiores à sua vontade”, o impedimento da publicação em anos anteriores de novos volumes com as pesquisas dos defensores da “formação histórica de nossa nacionalidade” (A REVISTA, 1931, p. i, ii). E não poderia faltar o agradecimento entusiástico ao...

Capitão Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, honrado Interventor Federal, pela forma concretizada no decreto nº 259 de 31 de março último que reproduzimos, adiante, em vivo reconhecimento à justa homenagem que merece de nossa doura corporação o gesto patriótico do ilustre paraense (A REVISTA, 1931, p. ii).

Junto a transcrição do Decreto mencionado há uma fotografia da sessão em que o Magalhães Barata fez a leitura do mesmo. O conteúdo do documento realça a função do IHGP na transmissão dos valores “cívicos, morais e patrióticos” às “novas gerações” e o “culto dos nossos heróis e mártires, cuja abnegação fortalece [a] mocidade das escolas” (DECRETO..., 1931, p. v). Além de outras tantas responsabilidades discriminadas no texto se destaca a responsabilidade desse “núcleo de historiógrafos” em catalogar e divulgar a “história da Amazônia, ainda esparsa nos arquivos e revelada apenas, em seus pontos cardeais, em obras diversas e heterogêneas” (DECRETO..., 1931, p. v). Após o IHGP ser convocado a desenvolver tarefa tão árdua e grandiosa o texto legislativo descrevia as formas de seu custeio. Cada município paraense, discriminado em uma lista¹⁰⁴, contribuiria com valores determinados a cada mês, recebendo em troca exemplares da *Revista do Instituto* cujas novas edições seriam também doadas às escolas e bibliotecas do estado. Ficou estipulado no mesmo decreto que o IHGP, enquanto não adquirisse prédio próprio, utilizaria a “antiga Secretaria da extinta Câmara dos Deputados” (DECRETO..., 1931, p. vii).

A relação do governo revolucionário era tão amistosa com os intelectuais de Belém que em 1934, o Interventor divulgou outra medida de apoio a Academia Paraense de Letras e ao Instituto Histórico. O anúncio veio por meio do jornal *O Imparcial*, órgão da imprensa dirigido por João Malato, apoiador declarado de Barata. O texto que trazia por título “Academia Paraense de Letras” foi publicado em 25 de junho.

O Major Magalhães Barata, há cerca de um mês, palestrando com membros da Academia Paraense de Letras, declarou-lhes que no novo Palácio da Prefeitura, a ser construído na Avenida 15 de Agosto, tinha reservado dois salões, um para a Academia Paraense de Letras, e outro para o Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Essa oferta

¹⁰⁴ A lista em questão compreende Belém, que doaria o valor de 100\$00 Mil Réis; os municípios de Abaeté, Alenquer, Igarapé-Açu, Altamira, Arari, Bragança, Breves, Cametá, Igarapé-mirim, Macapá, Marabá, Muaná, Monte Alegre, Óbidos, Quatipuru, São Miguel do Guamá, Santarém, Soure e Vigia, que doariam 50\$00 Mil Réis; e os municípios de Afuá, Almeirim, Aveiro, Amapá, Baião, Chaves, Currálinho, Marapanim, Conceição de Araguaia, Faro, Gurupá, Itaituba, Juriti, Maracanã, Ourem, Portel, São Domingos da Boa Vista e Viseu, que contribuiriam com 25\$00 Mil Réis.

do Major Barata muito agradou os acadêmicos que lhe ouviram a promessa, os quais agradeceram a Sua. Exc.^a, em nome daquele cenáculo, o gentil oferecimento. Esse gesto do Sr. Major Magalhães Barata demonstra de modo categórico o quanto Sua. Exc.^a se preocupa com a grandeza intelectual de sua terra, favorecendo todos os departamentos das letras em seu Estado, desde a instrução primária que dissemina à larga, até a alta cultura espiritual, representada pela nossa Academia (ACADEMIA PARAENSE..., 1934, p. 01).

Muitos escritores atuantes em Belém durante os anos de 1920, e que continuaram envolvidos com a produção literária na década seguinte, manifestariam sua insatisfação com a falta de leitores, mas principalmente reclamariam pela ausência de incentivos contínuos dos governos municipal e estadual. Embora o IHGP alegasse dificuldades para manter seu trabalho investigativo, carecendo de uma sede própria durante longo tempo, nenhuma outra agremiação científica ou cultural recebeu tratamento tão diferenciado dos círculos políticos do estado. Talvez isso seja devido à presença de tantos doutores, militares, políticos e acadêmicos bem relacionados figurando entre seus sócios. A presença certa do IHGP em cerimônias oficiais ou em eventos cívicos permiti que hoje possamos o considerar quase uma autarquia por sua interação direta com a administração pública. Pudemos acompanhar por meio das notas informativas presentes na imprensa o grau de influência que esses intelectuais exerceram no cenário cultural belenense. Por isso, esse núcleo de homens de letras pode legar o mais robusto conjunto de ações que até agora estavam perdidos sem um cuidadoso trabalho de concatenação.

Figura 15 – Fotografia do Major Joaquim de Magalhães Barata, Interventor Federal, “grande amigo das letras da Amazônia”.



Fonte: Museu da UFPA

A acolhida que o IHGP deu a tamanha diversidade de trabalhos historiográficos, livros, mapas, fotografias, pinturas e artefatos bélicos permite imaginar a riqueza de tal acervo; infelizmente inacessível, em parte, por suas condições precárias de conservação. O prédio que abriga atualmente a biblioteca e as peças históricas acumuladas pelo Instituto, antiga residência

do Barão do Guajará, uma das grandes figuras da historiografia do estado, se encontra sem poder oferecer todo o potencial turístico e acadêmico que tal construção tem. E na tentativa de entender o cenário cultural de Belém durante as primeiras décadas do século passado reconhecemos a importância do Instituto Histórico e Geográfico do Pará na manutenção das tradições artísticas herdadas do eruditismo amazônico reverente às matrizes europeias.

**Sessão IV – A continuidade dos valores artísticos
tradicionais**

4. A moderna Belém do Pará em 1920 e o seu meio lítero-cultural

A liderança cultural no Pará entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foi construída sempre a partir da relação entre as forças políticas e os intelectuais organizados em associações ligadas a algum órgão da imprensa. Os poucos indivíduos que tinham um título acadêmico ganhavam uma posição social de destaque imediato. A carreira política surgia como um possível e provável complemento à vida pública dos doutores que tinham espaço nos jornais para seus escritos políticos, científicos ou literários. A carreira militar era outra via para atingir cargos de prestígio junto ao poder legislativo ou a participação em organizações culturais. O trabalho ou a colaboração na imprensa era o único meio dos intelectuais sem formação acadêmica participarem do cenário cultural belenense.

Durante a década de 1920 ocorreu uma confluência de interesses e de colaborações entre os intelectuais oriundos dos vários estratos sociais. Essa comunhão das camadas letradas se justifica pelos eventos patrióticos celebrados por agremiações de maior prestígio e penetração social à época em Belém: A Associação da Imprensa do Pará e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Esses órgãos que mantinham uma estreita relação com a classe dirigente administraram o aparato simbólico e cultural na preparação de eventos públicos destinados a manter vivo o imaginário nacionalista. Na esteira das principais comemorações que mobilizaram o poder político e a memória patriótica atuavam os escritores iniciantes no jornalismo que em anos futuros herdariam a liderança cultural na capital do estado, muitos dos quais fizeram parte da Associação dos Novos.

A celebração dos 50 anos do fim da Guerra do Paraguai, comemorada em 1º março de 1920, iniciou a década em que a estrutura de poder da República Velha viveria seus últimos anos. A cultura beletrística entremeada aos valores republicanos começava a ser ameaçada pela circulação das ideologias artísticas europeias muitas das quais eram novidade apenas no Brasil. Os escritores paraenses formados por valores literários oitocentistas reagiram com virulência e agressividade à circulação de exemplos do que fora identificado como poesia Dadaísta, Ultraísta, Expressionista e, principalmente, Futurista; manifestações que chegavam a Belém da Europa e posteriormente de São Paulo e do Rio de Janeiro. A proximidade do Centenário da Independência do Brasil e da Adesão do Pará à Independência reforçaram os valores tradicionais da poesia formal e incentivaram a produção de textos de promoção da natureza amazônica.

A imigração de nordestinos e a campanha pela integração do território do Acre foram questões frequentes no debate diário da imprensa paraense tornando-se posteriormente matéria

na obra ficcional de escritores atuantes nessa década. A presença em Belém de intelectuais nascidos em estados atingidos pela seca ajudará a moldar parte do imaginário superlativo do espaço amazônico. Se por um lado o assunto que dominava a escrita de textos em prosa tinha uma inclinação propagandista, telúrica ou folclórica; a poesia se manteve formalmente dentro dos limites da poética tradicional modulando temas que iam da apologia a personalidades locais aos poemas de lamentação emotiva. Algumas experiências com o verso livre foram feitas, mas sem haver afastamento do cabedal linguístico e conceitual provido pela estética Romântica, Parnasiana ou Simbolista.

Também em 1920, o polivalente escritor Eustáquio de Azevedo publicou nas páginas do jornal *Folha do Norte* a primeira versão do seu futuro livro *Literatura Paraense*. Esse trabalho historiográfico integrava a continuação de um projeto de registro do ambiente cultural belenense realizado por um autor autodeclarado defensor da literatura do seu estado natal. A obra historiográfica de Eustáquio de Azevedo serve como ponte entre os valores beletrísticos do final do século XIX e as publicações dos jovens escritores que se intitulavam renovadores. A consciência da modernização literária assumida por esses poetas que começavam a firmar seus nomes ao colaborarem nos periódicos de Belém está intimamente relacionada com a continuidade do patrimônio literário adquirido de autores com renome nacional ou regional. Durante toda a década de 1920 a produção literária dos “novos” escritores não representará ruptura alguma na estrutura de transmissão dos valores culturais aceitos pelas classes letradas. As ousadias estéticas e as propostas “modernizantes” que circularam em meio aos intelectuais paraenses serão amenizadas por meio de críticas pontuais ou pelo humor empregado no comentário dessas propostas compositivas.

A promoção do potencial econômico do estado do Pará mostrou-se como uma política cultural que se realizava por meio de iniciativas dos intelectuais que de alguma forma estavam ligados às instituições públicas ou que mantinham afinidade com alguma associação de classe. A autoridade concedida pelos títulos acadêmicos foi utilizada pelo poder político em várias ocasiões em que se fazia necessário evidenciar os aspectos positivos da administração transcorrida. Fosse uma iniciativa governamental ou de intelectuais “independentes” a impressão de livros comemorativos tornou-se uma tradição para os doutores locais. Na passagem para o século XX surgiam publicações destinadas a imprimir a importância econômica e cultural do Pará no cenário nacional.

Ignácio Moura e Estephano Silva publicaram em comemoração ao 4º Centenário do Descobrimento do Brasil a “Memória” *Vultos e Descobrimento do Brasil e da Amazônia*

(1900). Essa publicação enriquecida com documentos históricos destinava-se a esclarecer questões do processo de conquista da Amazônia e inserir tais acontecimentos ao todo da formação social e política do Brasil. Ao final desse trabalho investigativo dedicado a “ensinar aos nossos concidadãos o que de mais geralmente conhecido existe na história dos nossos descobrimentos” (MOURA & SILVA, p. i), há um elogio entusiástico aos avanços culturais e tecnológicos ocorridos na estrutura social paraense.

Eis os ligeiros traços da gênese do glorioso Estado do Pará e dos fundamentos da sua grande capital, que hoje é um orgulho para todo o Brasil. Onde havia, nesse tempo, choças e simples barracas de guerreiros, hoje existem palácios suntuosos e casaria de edificação elegante. As ruas lamacentas e caminhos estreitos só pisados pelos pés descalços dos índios e pelos calçados rijos dos conquistadores são hoje estradas luxuosamente arborizadas e ruas calçadas de paralelepípedos de granito ou de madeira, onde a multidão satisfeita, empavesada com os últimos requintes das modas europeias, passeia a pé ou em carruagens de luxo, *cabriolets*, *landaus* ou *faetons*, iluminados pelo belíssimo sol dos trópicos ou pelas irradiações da luz elétrica, de que consta a iluminação pública. O pensamento e a palavra são traduzidos por muitos jornais e revistas. Impressos pelas máquinas mais aperfeiçoadas de Marinoni. A distância é vencida pela locomotiva, pelas linhas telefônicas e pelo telégrafo, ao serviço de companhias nacionais e estrangeiras. No Pará sabe-se, em menos de 24 horas, o que se passa na câmara dos lords, sente-se o palpitar da vida na Austrália e as vicissitudes da guerra no Transvaal; conhece-se perfeitamente o Japão, sem nunca o ter visto; aprecia-se o espírito cavalheiresco de Guilherme II, sem ter visitado Berlim; acompanha-se as construções da monumental exposição de Paris, sem mesmo ter chegado ao Havre; e admira-se o espírito criativo da Rainha Amélia de Portugal, sem atravessar o Oceano. O inglês, o italiano, o francês, o espanhol, o alemão e até o russo falam e são compreendidos em Belém, como se estivessem na sua pátria. Os rios, os majestosos rios, que nos tempos coloniais apenas eram singrados pelas igaras dos índios pescadores e pelas caravelas lerdas dos navegadores do século XVI, hoje são cortados pelos mais poderosos paquetes transatlânticos, que vem de Liverpool, de Hamburgo, do Havre, de Lisboa, de Vigo, de Gênova, de Nova York e de outros portos. Vive-se no Pará: a arte tem ali guarida, ouve-se Carlos Gomes e Verdi, e aprecia-se Victor Meireles e Rubens (MOURA & SILVA, 1900, p. 80 – 81).

O discurso apologético de Ignácio Moura pode ser somado a outras iniciativas individuais ou patrocinadas pelos governos municipal e estadual de promover a pesquisa da história local para validar um ambiente de progresso sustentado pelo desenvolvimento econômico. O requinte dos hábitos inspirados nos padrões europeus deveria estar acompanhado do patriotismo que encontrava na expressão letrada de boletins propagandísticos uma justificativa estratégica favorecendo tanto os intelectuais realizadores quanto os subsidiários financeiros. Ainda em 1900 o livro biográfico *Paraenses Ilustres*, do Ten. Cel. Raimundo Ciriaco¹⁰⁵, ganha uma segunda edição¹⁰⁶, sendo uma obra aprovada para o “uso das escolas do Estado¹⁰⁷”.

¹⁰⁵ Raimundo Cyriaco, segundo a ortografia da época.

¹⁰⁶ A primeira edição é do ano de 1896.

¹⁰⁷ Segundo consta na Aprovação da Secretaria Geral de Instrução Pública do Estado do Pará. Belém, 17 de agosto de 1896 N. 771.

Em 1902, durante a intendência de Antônio Lemos em Belém e o Governo do Estado de Augusto Montenegro, publicou-se o *Álbum de Belém*, organizado pelo fotógrafo Felipe Augusto Fidanza. Esse volume traz fotografias de prédios públicos, praças, monumentos, igrejas, logradouros e outras instalações que ao estarem acompanhadas de informações históricas e estatísticas reforçavam a imagem de Belém como uma metrópole equivalente a qualquer grande cidade do Ocidente. Somando-se a essas publicações a *Antologia Amazônica* (1904), de Eustáquio de Azevedo, amplia as fontes que sustentam a dinâmica da movimentação cultural na capital do estado. Em 1908, o então Governador do Pará, Augusto Montenegro, mandava publicar o *Álbum do Estado do Pará*, escrito em português, inglês e francês; trazendo um prefácio, ou nota de promoção, assinado por Ruy Barbosa, grande ídolo dos intelectuais paraenses.

Com a proximidade do terceiro centenário de fundação da cidade de Belém Ignácio Moura liderou a organização do *Anuário de Belém*, em 1915. A publicação foi idealizada para trazer contribuições históricas, exemplos da produção dos poetas locais e demonstrar a pujança econômica da cidade. O Governador do Estado, Dr. Enéas Martins, complementou no ano seguinte a celebração do aniversário de trezentos anos de Belém ao lançar o *Guia do Estado do Pará* (1916), organizado por Theodoro Braga, um advogado, historiador e pintor de grande influência no cenário cultural belenense nas primeiras décadas do século XX. O formato objetivo dos textos preparados por Braga torna o *Guia do Estado* uma edição de caráter publicitário com espaço para promover tanto Belém como os demais municípios paraenses existentes àquela época. A segunda edição da *Antologia Amazônica* (1918) mantém a tradição dos intelectuais preocupados com a elevação patriótica do Pará por meio da história e das artes.

Entre dezembro de 1919 e janeiro de 1920 a revista ilustrada *A Semana* publicou um ensaio abordando a vida intelectual belenense escrito pelo jornalista manauara Péricles Moraes. O texto intitulado “Alma artística de Belém” começa a circular em 13 de dezembro de 1919; infelizmente o exemplar do periódico consultado estava incompleto, nele faltava exatamente o início do artigo do autor amazonense¹⁰⁸. Contudo, na parte publicada em 27 de dezembro o texto começa a abordar o que seria o principal problema das letras nacionais: o desconhecimento mútuo dos intelectuais brasileiros.

¹⁰⁸ Na edição do 13 de dezembro de 1919, a revista *A Semana* traz uma nota assinada por J. Potyguar anunciando o seguinte: “Iniciamos neste número d’A Semana a transcrição do formoso trabalho que sobre a *Alma artística de Belém* publicou o nosso brilhante confrade Péricles Moraes. É um estudo minucioso, bem feito e interessantíssimo, escrito em linguagem tersa, escorreita e lavorada, que só pode confirmar o alto conceito em que temos o fulgurante publicista amazonense. Tendo observado e penetrado de perto o nosso meio literário, Péricles de Moraes, sem embargo de certos deslizes e exageros de todo ponto perdoáveis, escreveu um trabalho que sobremaneira honra o Pará”.

Em Belém, mais do que em qualquer outro Estado, a quem passe alguns dias e tente graduar o meio intelectual, descobrindo-lhe as individualidades, assalta esta certeza dolorosa: os homens de letras no nosso país não se conhecem, por mais vizinhas que sejam as circunscrições onde habitem. Esta previsão iniludível, no primeiro golpe de vista, desarvora. Não se explica; não se compreende. Quais as causas que de maneira tão decisiva contribuem para essa anomalia? Deficiência de esforço em qualquer das arestas da atividade intelectual, falta de pendor, eficiência lastimável de cooperação redundando em inópia contraproducente, declínio de inteligências, excesso de cabotinismo? [...] Não se mede o valor do escritor, que se inicia na província, pela solidez de sua ilustração, ou pelo brilho, que não pode ser empanado, da obra que lhe aureola o nome. O critério, de ingênuo prosaísmo, é muito outro. O escritor não será admirado, nem sequer tolerado, se não vier da capital do país, se não tiver merecido a consagração do Rio, através da palavra oficial dos seus cânones, devidamente sacramentada. Numa palavra, ou sob o patrocínio da imprensa carioca, versátil e louvaminheira, que exalta o livro, sem lhe manusear o dorso, ou então sob a égide da crítica profissional que consolida e derroca reputações literárias pelo grau de suas afeições e pela medida de suas antipatias. A verdade é esta, deploravelmente: o Rio, quer queiram ou não os modestos e apagados escritores da província, é o supremo irradiador (MORAES, 1919, p. 31).

A constatação feita por Péricles Moraes quanto ao descaso mostrado pela intelectualidade situada no Rio de Janeiro, a respeito dos livros publicados nas províncias, equipara-se a crítica tecida por Eustáquio de Azevedo presente na *Antologia Amazônica* (1904, 1918). Essa percepção de invisibilidade dos intelectuais do Norte será retomada em diferentes momentos da produção literária paraense; mas se levarmos em consideração a qualidade estética dos livros publicados em Belém a queixa recorrente se mostra parcial. Péricles Moraes ao prosseguir sua análise do meio letrado belenense argumenta que um dos indicadores da vitalidade cultural de uma cidade reside nos seus órgãos da imprensa.

O jornal não é somente o transmissor da informação cotidiana, o veículo das opiniões partidárias, o divulgar das oscilações históricas do momento, o refletor, enfim, dos fenômenos físicos, sociais e geológicos que convulsionam o orbe; é, - e principalmente; - a projeção da intensidade de sua cultura e civilização, difunde-as, reproduz integralmente a sua elevação intelectual, dá a ideia exata do valor dos seus grandes homens, de seus artistas, de seus poetas, pela impulsão vibratória de cada um, fixada dia a dia no jornal, através de suas colunas, onde se lobriga, à primeira inspeção, a superioridade do meio e a capacidade representativa de seus homens (MORAES, 1919, p. 31).

Péricles Moraes, ao definir assim o espaço ocupado pela imprensa na vida das sociedades cultas, afirmou que o cenário literário belenense estaria decadente pela ausência de trabalhos artísticos divulgados nos jornais. Essa crítica, que também se estendia a cidade de Manaus, admitia que “a vida intelectual dessas duas cidades não se projeta de modo algum na imprensa cotidiana” (MORAES, 1920a, p. 20). E na comparação das capitais do Norte do Brasil com a “velha Europa” (MORAES, 1919, p. 31) ou com o Rio de Janeiro, centros exemplares da vitalidade cultural, segundo Moraes, ocorria um recuo na problematização; o autor não se

arriscou a investigar os motivos que não permitiam ao meio literário paraense ter um espaço nas páginas dos periódicos. A crise delineada por Péricles Moraes acabava sendo contradita por ele próprio que afirma ser o jornal *Folha do Norte* o único órgão que possibilitava a divulgação artística local; ou seja, ele intencionalmente ignora a existência do diário *O Estado do Pará* e da revista em que o seu artigo estava sendo publicado. E ao se referir ao jornal *O Imparcial*, ele assim o fez, apenas para comentar o pendor polemista de seu dono, o Sr. Dejard de Mendonça.

Nos arraiais da oposição pontifica o Sr. Dejard de Mendonça, fogado paladino das classes populares. Não sei das conveniências que lhe anima a causa, nem dos atrativos que o impelem à luta. Sei, e o afirmo, que ninguém a pleitearia com maior devotamento, com tão resignado sacrifício e com mais forte serenidade. Vi-o, no *Imparcial*, no fragor das pejejas desencadeadas. Assisti-lhe os ímpetos, admirei-lhe o talento dispersivo, irrompendo em sarcasmos, explodindo em epigramas, torvelinhando na sátira, mordente, espicaçante, desmedido (MORAES, 1920a, p. 20).

Nesse momento do ensaio o autor abandona o modo argumentativo enveredando por um julgamento rasteiro que será confirmado quando Péricles Moraes contar dos encontros que teve com alguns jornalistas da terra. Dentre esses homens de imprensa, o que recebe a mais calorosa apresentação foi justamente o proprietário da *Folha do Norte*, o Sr. Paulo Maranhão. Na edição d’*A Semana* do dia 10 de janeiro de 1920, o artigo “A alma artística de Belém” traz o seguinte elogio:

O do Sr. Paulo Maranhão é um nome assim. Jornalista moderno, de considerável tirocínio, conhecendo por isso mesmo todos os mistérios e sinuosidade do *metier*, afeito às peripécias dos mais arriscados embates, a sua pena milagrosa, quando no ardor de vinte anos consecutivos de oposição acirrada e constante, operou prodígios. Jamais se conheceu no turbilhão da luta partidária gladiador mais intrépido. [...] A vibração de seus artigos, talhados em vernáculo íntegro, refletia o seu temperamento de panfletário bravo, de ímpetos irresistíveis. Não se amoldava a conveniências; não temia os desesperos do adversário em fúria (MORAES, 1920a, p. 20).

Péricles Moraes nomeou alguns colaboradores do *Folha do Norte* pelas qualidades que emprestavam à redação de um órgão considerado único. O Sr. Rocha Moreira, que também era redator-chefe d’*A Semana*, contribuía com “crônicas dominicais”; Torquato Gil produzia os “comentários políticos”; o Padre Dubois oferecia suas “impressões de guerra”; a colaboração internacional ficava por conta das “interessantes epístolas de Lisboa” da Sr.^a Virgínia de Castro Almeida; e a atuação mais impressionante seria a do Sr. João Alfredo Mendonça, que seria “capaz, em circunstância excepcional, de fazer o jornal inteiro” (MORAES, 1920b, p. 21).

Péricles Moraes relatou o encontro que teve com o Sr. Raimundo Morais¹⁰⁹ ao fechar as considerações a respeito das “grandes figuras que formam [o] primeiro plano do jornalismo

¹⁰⁹ Raimundo Moraes, segundo a ortografia da época.

paraense” (MORAES, 1920c, p. 21). Dentre o número absurdo de elogios usados para apresentar o jornalista em questão, algumas informações relevantes aparecem como o trabalho de Raimundo Morais no então extinto jornal *A Província do Pará*¹¹⁰ em que teve entre os colegas de redação Humberto Campos, Flecha Ribeiro, Carlos Fernandes, Carlos Pontes e Alves de Sousa. Por meio das recordações do jornalista paraense que relembra a criação do jornal *A Tarde*, “último baluarte de resistência” (MORAES, 1920c, p. 05), Péricles Moraes encontrou a oportunidade para elogiar seu padrinho intelectual, o escritor Coelho Neto, colaborador da *Folha do Norte* mencionada a pouco. Na parte do artigo publicada em 17 de janeiro de 1920, fica evidente que a investigação aparentemente polêmica se convertera em conversa entre camaradas unidos por simpatias estéticas ou pela admiração por nomes de relevo do cenário artístico nacional.

A última parte da “Alma artística de Belém”, publicada no dia 24 de janeiro de 1920, oferecia um valioso panorama do “encantado Parnaso do Norte” ao comentar a produção dos poetas que mantinham viva a atividade literária da capital paraense. A apresentação desses beletristas organiza-se como um discurso laudatório em que o elogio da personalidade sobressai à discussão dos elementos estéticos da poesia. Péricles Moraes inicia a lista de autores por Lucídio Freitas considerado um “dos maiores poetas do Norte”, mas que pouco colaborava na imprensa local, embora já tivesse publicado os livros *Alexandrinos* (1912), em parceria com o irmão Alcides Freitas, e *Vida Obscura* (1917)¹¹¹. O poeta é reconhecido por sua inteligência ao ter muito jovem ocupado uma cadeira de professor na Faculdade de Direito de Belém. Remígio Fernandes, à época autor do livro *Selva* (1919), é elogiado como um “artista do verso de cuja obra [s]e deve orgulhar o meio intelectual de Belém” (MORAES, 1920c, p. 20). Dele é feito um apanhado biográfico destacando sua nacionalidade espanhola, a migração para o Brasil ainda criança, sua vasta cultura literária e o primor de seu estro poético exemplificado com dois sonetos inéditos¹¹². O Príncipe dos Poetas Paraenses, o advogado e diretor da Biblioteca Pública do Estado, Dr. Severino Silva¹¹³, recebeu um dos elogios mais eruditos que se possa conceber.

O poeta, com o consenso quase unânime dos seus irmãos em arte, porque era considerado o maior de todos, empunha o tirso hierático, e, no Olimpo, qual Dionísios, mal despertado para a vida no seu berço sagrado na gruta de Nisa, entre hiades e aegipãs, ao estrídulo glorioso de frutas e cornamusas, aparece divisando, por entre alegorias e salmos. Severino Silva possui, na realidade, como artista e como poeta, a

¹¹⁰ O jornal *A Província do Pará* começa a circular em 25 de março de 1876. Teve 3 grandes paralisações. 1ª) entre novembro de 1900 a maio de 1901. 2ª) agosto de 1912 a julho de 1920. 3ª) julho de 1926 a fevereiro de 1947.

¹¹¹ De Lucídio Freitas são transcritos os poemas “Aos embalos do mar, sobre as águas...” (soneto) e “Noturno” (ode).

¹¹² Os títulos dos sonetos são os seguintes: “Se não venci, Senhora...”, “Para subir e para amar...”.

¹¹³ De Severino Silva são transcritos os sonetos “Meditação” e “Cavaleiro”.

vigorosa *maitrise du métier*. Domina-o uma alucinante inspiração panteística que se desdobra em fervor helênico, à terra, à selva, à fecundação, através dos seus idílios, de suas odes, de suas baladas e de seus ditirambos (MORAES, 1920c, p. 19).

As referências ao imaginário poético clássico e a presença da forma fixa nos poemas transcritos reiteram o estilo poético que serviu de título para denominar o conjunto dos melhores poetas paraenses. A tradição parnasiana mantinha-se forte apesar das manifestações Simbolistas terem espaço na produção de autores não citados por Péricles Moraes como é o caso de Bruno de Menezes. O impulso laudatório do ensaio prosseguia ao fazer o comentário da obra do colaborador do jornal *O Estado do Pará* e da revista *A Semana*, o jovem Oswaldo Orico. Este poeta que acompanhou Péricles Moraes nas visitas aos autores mencionados acima parecia desafiar a lógica ao ter qualidades estéticas tão aprimoradas em seus apenas 19 anos de vida. A futura publicação de um livro intitulado *Água Marinha* e a transcrição do soneto “Rouxinol” justificariam as seguintes palavras do “publicista” manauara.

O verso de Oswaldo Orico opera milagres pelo poder de sua emotividade. Nele não há exageros de concepções, ostentações rebuscadas de colorido, malabarismos artificiosos de efeitos anódinos. O seu verso é temperado de uma arte sóbria, de tocante simplicidade, todo feito de certezas e sensações, às exigências de um temperamento fundamentalmente impressionável. É difícil conceber-se inspiração tão exuberante num artista de tão verdes anos (MORAES, 1920c, p. 21).

O ânimo generoso de Péricles Moraes revela-se pródigo após falar de Oswaldo Orico e transformar o encerramento de sua avaliação cultural numa plataforma para celebrar a “fertilidade literária” do solo paraense. Desviado de qualquer imparcialidade o autor se mostra um propagandista do meio que o recebeu meses atrás e paga a gentileza com a moeda mais valiosa entre os intelectuais ordinários: a adulação¹¹⁴.

É exuberante, e impregnada de ardências tropicais, a vasta flora poética paraense. As árvores são frondosas, e seduzem, e tentam pela beleza de seus frutos. Os poetas são em profusão. Parece que o clima induz à prova e toda vocação literária se inicia com o sagrado epitalâmio (MORAES, 1920c, p. 21).

A expansividade lisonjeira de Péricles Moraes continua ao invocar Ignácio Xavier de Carvalho, “poeta de largo merecimento”; Nogueira de Faria, “o vate delicado da ‘Árvore Má’, meu companheiro de pugnas ginasiás”; Peregrino Junior, “perpetrando bons versos e escrevendo prosa escorreita, do mais caprichoso labor”; o Sr. Rocha Moreira, “poeta de apurada sensibilidade”; Manuel Lobato, “que também faz versos e é um jornalista reputado”; e Eustáquio de Azevedo, “o velho Orfeu legendário, desdenhoso das mutações e das fantasias da

¹¹⁴ O texto de Péricles Moraes traz a data de sua conclusão no dia 14 de novembro de 1919. Esse ensaio traz ainda uma indicação quanto ao seu autor ter estado em Belém no mês de setembro do ano referido.

Musa moderna” (MORAES, 1920c, p. 21). Os elogios, para nossa surpresa, não finalizam com a abordagem desses poetas, outros autores são elencados por qualidades diversas como Heliodoro Brito, “uma das grandes figuras do círculo intelectual de Belém”; João Afonso do Nascimento, “que não é poeta, mas é um consciencioso crítico de arte”; o Dr. Alcides Gentil, “insigne capacidade de prosador ao serviço dos complexos problemas da questão social”; e Paula Guimaraes, “artista doloroso e infeliz, que vegeta no interior da Amazônia, irremediavelmente naufragado” (MORAES, 1920c, , p. 21). Torna-se custoso ampliar a longa lista de vagas bajulações, mas ainda há espaço no texto de Péricles Moraes para avaliar a importância do jornal católico *A Palavra*, no qual colaborou o poeta Paulino de Brito, falecido em julho 1919, tratado como “uma das mais relevantes estruturas de polígrafo que o Amazonas tem produzido” (MORAES, 1920c, , p. 21); os padres Ignácio de Magalhães, João Coutinho e Cupertino Contente recebem os cumprimentos pela atuação marcante na folha religiosa.

O maior valor da “Alma artística de Belém” está no seu apanhado do tipo de intelectual que era valorizado no Norte do Brasil, além de demonstrar o estilo jornalístico empregado num trabalho de crítica cultural, que por sua linguagem e pelas referências literárias assumidas, debuxava um painel da mentalidade beletrística que grassava na capital do Pará. As prioridades assumidas pelos homens ilustrados nesse início dos anos de 1920 podem ser previstas por meio da polidez com que os aliados eram tratados ou pela deliberada omissão da existência dos seus opositores.

A comemoração do fim da Guerra do Paraguai inaugurava esse período de intenso nacionalismo. Mas nem só glórias pátrias e deferências elogiosas a intelectuais vivia esse meio jornalístico. Ocupando a imprensa diária, ao lado do futuro jubileu bélico, surgiam as notícias da fome no Nordeste ou da chegada de novos grupos de retirantes ao estado. Se o cenário econômico paraense causava preocupação, no Ceará as condições eram calamitosas. O prefeito da cidade de Camocim enviou um telegrama ao Governador do Pará solicitando ajuda para aplacar a fome de seus munícipes. A correspondência em questão foi publicada no jornal *O Estado do Pará*, em 10 de janeiro de 1920.

CAMOCIM, - Em nome do povo deste município, que conhecendo a generosidade do ilustre patricio e digno representante dos nossos irmãos nesse grande Estado, apelamos para os vossos calorosos préstimos em prol do grande número de necessitados famintos que estacionam no litoral desta cidade, lutando com a falta de recursos de vida. Não obstante a assistência do governo patriótico de nossa terra ser impotente para debelar esse grande flagelo que associa todo o Estado, o povo de Camocim, confiante nos vossos atos de reconhecida benemerência, aguarda ansiosa de ouvirdes os clamores, enviando qualquer auxílio convertido em cereais ou como achardes mais acertado, - (a) José Victorino Menezes, prefeito municipal. Correspondendo o apelo, nele contido, o governo do Estado solicita o auxílio da

população generosa e sempre benfazeja desta terra, afim de que seja levado um lenitivo aos nossos irmãos cearenses que se debatem no mais horrível dos flagelos, a fome. Todos os socorros em cereais ou quaisquer gêneros, devem ser enviados ao coronel Cássio Reis, presidente da Associação Comercial (A FOME..., 1920, p. 01).

Os relatos dramáticos de retirantes chegados a Belém revelam outra face da tragédia humanitária que assolava os sobreviventes da seca. Nas embarcações que os traziam o tratamento dispensado a eles era o pior possível. Um repórter do jornal *O Estado do Pará* coletou no artigo “Os flagelados da seca”, publicado, em 16 de janeiro de 1920, alguns relatos das condições deploráveis encontradas no interior dessas embarcações.

A bordo do parque Ruy Barbosa, do Lloyd Brasileiro, chegou ontem do Ceará mais uma leva de flagelados, que, açoitados pela terrível seca que domina e devasta os sertões daquele Estado, vem aqui procurar trabalho e lenitivo aos seus sofrimentos. Às 5 horas da tarde, quando o navio atracou, notava-se no cais um movimento desusado. De vez em quando, numerosos homens e mulheres, maltrapilhos e quase em completa nudez, saltavam sobraçando crianças e iam instalando-se no cais, no primeiro recanto sombrio que se lhes deparava. Um dos nossos auxiliares, por curiosidade aproximou-se daqueles infelizes, procurando colher informações sobre a viagem. Um homem de meia idade, estatura regular, que atendia a cinco criancinhas, conversou com o nosso repórter, dizendo: - Senhor, além da minha infelicidade, fomos tratados a bordo pior que cães. A nossa comida reduzia-se a um nada de carne com um pouco d'água fervida. Os nossos filhinhos sem um pedaço de pão choravam de famintos. Surpreendidos com essas revelações, embreamo-nos noutros recantos do cais, ouvindo mais alguns desgraçados, que, sem ocultar o que tinham passado, acusavam o comandante do navio como responsável pela fome que curtiram. [...] É de lamentar sinceramente o que acabamos de referir, parecendo incrível que em um navio brasileiro dê tal tratamento a brasileiros honestos e trabalhadores com os que mais o sejam, brasileiros irmãos que nos procuram cheios de esperanças, batidos pelas inclemências, de uma seca até hoje sem precedentes. – O coronel Domingos Carneiro, espectador da Alfândega, condoído da sorte dos nossos infelizes patrícios, prestou-lhes valiosos auxílios (OS FLAGELADOS..., 1920, p. 01).

A tragédia da seca por não ser um evento isolado na história social brasileira se tornou um assunto comum nas narrativas que tematizavam o Norte do Brasil. As obras de Alberto Rangel e de Euclides da Cunha são modelares quando buscamos a literatura que aborda a conquista da Amazônia no início do século XX. A criação do território do Acre, assunto caro ao autor d'*Os Sertões*, não ocorreria sem a maciça migração de nordestinos atraídos pela possibilidade de alcançar fortuna no trabalho de extração do látex. O artigo “A eterna safra de seringueiros” publicado n'*O Estado do Pará*, em 25 de janeiro de 1920, ilustra a vulnerabilidade dos imigrantes que fugiram da miséria para sofrerem a exploração em seringais e castanhais espalhados pelas florestas no Pará.

Estamos na época da safra dos seringueiros e conseqüentemente dos mesmos pelos donos dos frêges já estabelecidos e que nesta época se instalam em Belém. A nossa campanha contra esses antros de latroagem vem de há muito, pois chegamos mesmo a publicar faturas de compras fantásticas feitas pelos pobres seringueiros, mais conhecidos na gira pelo epíteto de “trouxas”. [...] Ainda ontem a Polícia Marítima

encontrou a bordo do vapor fluvial Barão de Cameté, que regressava do Purus, o espanhol Domingos Antero, do frege denominado hotel do Pará, rebocando, desde Manaus, 86 incautos seringueiros. Esses homens logo que desembarcaram são recebidos no cais por um ou mais dos seus exploradores e, dois a dois, como carneiros, são levados ao hotel, ao dentista, ao alfaiate, ao sapateiro, etc., onde deixam as suas economias. É esse um abuso que a polícia deve acabar empregando medidas violentas mesmo, para evitar que indivíduos habituados ao crime não se locopletem com mulheres da vida fácil à custa dos pobres trabalhadores patricios (A ETERNA..., 1920, p. 01).

Não bastasse a exploração que muitos sofriam ao serem aliciados para trabalhar nos seringais, alguns autores paraenses tratarão os nordestinos em suas obras como invasores ou indivíduos de cultura inferior. Essa representação contrasta com os intelectuais emigrados de vários estados do Nordeste que ocuparam posições de destaque na sociedade paraense. Mas eram as incongruências humanas que animavam a imprensa de Belém; nos seus órgãos poderíamos encontrar o entusiasmo dos “instantâneos da vida praiana” como se registava na revista *A Semana* por meio das fotografias documentando os divertimentos de famílias em balneários como o Mosqueiro ou na Vila Pinheiro. Nesse magazine havia também espaço para a moda feminina, os casamentos e os aniversários que eram comentados na sessão “A Semana Elegante”. Nas colunas da “A vida fútil¹¹⁵” os poetas paraenses eram desancados em anedotas divertidíssimas assinadas na maioria das vezes pelo pseudônimo Miss Flirt. Um exemplo impagável desses gracejos dessacralizadores está na edição d’*A Semana* de 17 de janeiro de 1920. Aqui o ácido arrazoado intitulado “Especialistas”, de autoria de alguém que emprestou o nome artístico do ator francês Max Linder, não poupava as reputações mencionadas.

O especialista é um indivíduo perigoso, que geralmente não entende de nada neste mundo. O Dr. Alcides Gentil, especialista em ideias de Alberto Torres, garante que o maior mal do Brasil têm sido os especialistas. Nós, entretanto, não concordamos inteiramente com o grande sociólogo. O Pará, pelo menos, tem a honra e a glória de possuir vários especialistas, que muito o dignificam e notabilizam. Para todos os casos aqui, já podemos recorrer a ignorância, digo, à competência dos especialistas. Quando precisamos de um hino, já sabemos, é ao Dr. Augusto Meira que chamamos, pois s. s. tem a especialidade de prepara hinos excelentes em 24 horas. O Dr. Remígio Fernandez é especialista em declinações latinas e solilóquios. Apesar de tudo, dizem que s. s. é um pouco eclético, porque às vezes, também joga bilhar, toma banho e faz versos. Isto, porém, em nada lhe tira o seu grande valor de latinista e soliloqueiro. [...] Agora, quando nós queremos um bilhetinho de comemoração para o Ano Novo, já sabemos, é com o Jacques Rolla. Ele nem titubeia. Pega da lira e zás – uns versinhos em que trata o inocente de pirralho, pimpolho, bambino, etc. e pede-lhe até as Minas do Peru e o cofre das graças! O Oswaldo Orico, também poeta, é especialista em versos aquáticos: águas de Veneza, água-marinha, água de Rubinat, etc. Quem vê, pelos versos, pensa até que ele gosta d’água. Mas não é. É apenas um paradoxo de poeta (LINDER, 1920. p. 14).

¹¹⁵ Segundo Oswaldo Orico, em *A Semana* 08 de Maio de 1920, o autor por trás das colunas da “Vida Fútil” era Peregrino Junior.

A proximidade do “jubileu da paz com o Paraguai¹¹⁶” repercutiu nas páginas *d’A Semana*. O primeiro herói nacional a ser homenageado foi o General Henrique Gurjão que teve o centenário de seu nascimento lembrado na edição do dia 21 de fevereiro de 1920. As fotografias da estátua erguida em sua homenagem no Parque Afonso Pena e do mausoléu construído no cemitério da Soledade ilustram a glória pátria celebrada por meio do corajoso paraense. *A Semana* trazia, na edição de 28 de fevereiro, as efígies de alguns dos personagens de relevo na Guerra do Paraguai. Um anúncio de convocação pública costura as imagens do Almirante Barroso, General Osório, General Gurjão, Marquês de Caxias, Conde d’Eu e Francisco Solano Lopez com a descrição dos eventos públicos a serem celebrados no próximo dia 1º de março.

Decorre na próxima segunda-feira, 1º de março, a data que assinala o primeiro centenário do término da guerra do Paraguai, feito que encheu de glória o pavilhão nacional, legando à História nomes vitoriosos como os de Caxias, Osório, Barroso, Tibúrcio, Gurjão, Sampaio e outros, alguns dos quais tomaram no campo da batalha, honrando assim a Bandeira do Brasil. A solenidade constará de uma saudação, às 7 horas da manhã, à estátua do bravo general Gurjão, e à noite, às 8 horas, uma sessão magna no Teatro da Paz. Para essas festas recebeu *A Semana*, do ilustre Sr. General Joaquim Inácio, digno comandante da Região, convite gentil (AS FESTAS..., 1920, p. 12).

O ânimo nacionalista que tomou conta dos intelectuais de Belém se encontrava estimulado por promessas da superação das dificuldades financeiras que o Estado do Pará enfrentava desde a queda do preço do látex no comércio internacional. A diminuição da arrecadação de impostos foi agravada pela ausência de outras atividades produtivas capazes de suprir a dependência criada com a exploração maciça da borracha e do caucho. A “Crise Paraense”, título do artigo publicado n’*O Estado do Pará*, em 03 de fevereiro de 1920, de autoria de José de Henrique Lima, explica como a administração das finanças do estado havia se tornado deficitária.

O Estado do Pará brada aos céus por socorro. O governo não esconde as aperturas financeiras em que se debate o Tesouro. A situação deste não permite atender ao pagamento em dia do funcionalismo numeroso, ao mesmo tempo que satisfazer os compromissos assentados com os vários empréstimos externos. O serviço destes tornou-se demasiadamente pesada para a administração atual. Por sua vez as rendas decrescem de ano para ano, o que não tem impedido a continuação de orçamentos fictícios. A receita continua a ser calculada em 11.000.000\$ (números redondos), como se não estivéssemos vendo que ela não atingirá senão a oito mil. [...] Sobreleva notar que sempre a despesa excede à receita. É óbvio. Receita e despesa são orçadas e fixadas em 11.000 contos (número redondos), respectivamente. O que é efetivamente arrecadado ascende a 8.000 contos. Entre a receita orçada e arrecadada. No final de cada exercício, porém, no balanço geral, se observa que houve excesso de despesas além do orçamento, e com isso o “déficit” verdadeiro se eleva a quatro ou cinco mil contos. [...] Se os direitos de exportação sobre a borracha não dão mais para

¹¹⁶ Título de um artigo publicado no jornal *O Estado do Pará* que será comentado no capítulo destinado ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

sustentar o luxo e o fausto de outros tempos, por outro lado estamos tão desparelhados para substituir aquele produto na nossa exportação, que não podemos pensar em elevar de pronto as rendas. A não ser que tenhamos noções erradas de economia, como aquela que pretendemos criar, do pé para a mão, a indústria da cana, o preparar o Estado para nesse curto período produzir mais açúcar do que Pernambuco. Elevar, portanto, as rendas são impossíveis neste momento. Chegamos a situação observada há já alguns anos: poucas rendas, mas grandes despesas. O Estado arrecada oito mil; gasta 11, 12 ou 13 mil contos. O remédio para a nossa crise está na consciência de todos. Não, há, entretanto, quem queira aplicá-lo (LIMA, 1920, p. 01).

A esperança de uma transformação da economia paraense vislumbrou-se na futura realização da Exposição Internacional a ser realizada durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Embora somente em 1921 tenha sido organizada a comissão estadual responsável por articular os produtos e as casas comerciais representantes do estado nesse evento, o jornal *Folha do Norte*, em 20 de janeiro de 1920, publicava o alvissareiro artigo “O nosso futuro¹¹⁷”.

No seio da comissão encarregada de organizar, sob a presidência de Exmo. Sr. Dr. Governador os trabalhos comemorativos do centenário da Independência do Brasil, surgiu a ideia de celebrar a nossa independência política e estadual, por uma grande iniciativa que havia por fim corroborar a nossa independência econômica. S. Exe. o Dr. Lauro Sodré aprovou este projeto e os promotores aceitaram a tarefa de elaborar um programa realizável. A base econômica do Pará foi até agora a indústria extrativa da borracha; mas esta base está caindo e não pode mais garantir o progresso normal do Estado. Durante a guerra, o equilíbrio econômico foi sustentado, com grandes dificuldades, pela exportação de produtos da mandioca, algodão, cacau, arroz e milho. Mas a exportação dos nossos produtos agrícolas só pode florescer em preços muito elevados; com preços baixos, a produção logo fica parada. Somente o trabalho industrial, baseado nas riquezas naturais do Pará, pode assegurar o nosso progresso econômico. Estas indústrias, fora a de artesanatos de borracha, são as seguintes: Fabricação de celulose de papel. Fabricação de cimento e produtos cerâmicos. Fabricação de vidro. Fabricação de produtos químicos. Fabricação de açúcar. Cada uma destas indústrias dará ao Pará, aos trabalhadores, ao comércio, a navegação e aos cofres dos municípios e do Estado um lucro igual ao rendimento da borracha. [...] O Pará acha-se, atualmente, numa situação precária, mais o país possui ainda homens de energia que vão procurar os meios para iniciar o novo movimento industrial. Projeta-se formar uma grande comissão na qual serão representados o governo, a intendência de Belém, os bancos, as companhias de navegação e as corporações comerciais, industriais e científicas. Se todos trabalharem com boa vontade, auxiliando-se mutuamente, o sucesso será seguro (O NOSSO FUTURO, 1920, p. 01).

Não obstante a necessidade de comedimento com os gastos públicos as manifestações cívicas em celebração ao fim da Guerra do Paraguai não sofreram prejuízo algum. O Teatro da Paz recebeu a exposição “Galeria Histórica” inaugurada na manhã do dia 28 de fevereiro. Esse evento reuniu diversos quadros ilustrativos dos heróis brasileiros e dos respectivos triunfos do Exército Nacional durante o conflito bélico com o Paraguai. À noite, na mesma casa de

¹¹⁷ Esse artigo trazia a seguinte chamada: “O centenário do Brasil será comemorado no Pará com uma iniciativa que poderá trazer a independência econômica do Estado”.

espetáculos, ocorreu a sessão solene em homenagem ao triunfo militar brasileiro. Ambas as cerimônias foram planejadas e executadas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP).

Figura 16 – Clichê do livro *Brasileis*.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Ainda no dia 28 de fevereiro, outras amostras do orgulho pátrio se espalharam pela cidade como a “festa esportiva” realizada no 26º Batalhão de Caçadores onde em uma partida de futebol os soldados se enfrentaram formando os times “Marechal Floriano Peixoto” e “General Joaquim Inácio”; este último venceu o amistoso por um placar de 4x2. O Colégio Progresso Paraense integrou seus estudantes ao desfile matinal que se dirigiu à estátua do General Gurjão. Às 7:30 da noite na Catedral de Belém o Arcebispo Dom Santino Coutinho oficiou o solene “Te-Deum” assistido por “altas autoridades” civis, militares e eclesiásticas do estado¹¹⁸.

A cultura histórica entremeada ao louvor de símbolos nacionais era mantida em Belém pela atuação sistemática dos intelectuais membros do IHGP. A proximidade que os doutores desse círculo científico partilhavam com o Governador do Pará se tornava ainda mais forte, pois muitos deles eram deputados estaduais ou ocupavam cargos na administração pública. Semelhantes conexões permitiram ao IHGP assumir a posição de órgão cultural mais importante no estado, tanto que nos próximos anos todos os eventos cívicos foram comemorados sob a liderança do Instituto.

¹¹⁸ O Cônsul do Uruguai, Sr. Carlos B. Noronha da Mota, compareceu à missa.

4.1. Os jovens intelectuais nos periódicos de Belém do Pará.

Em 1920 os poetas Oswaldo Orico¹¹⁹, Martins Napoleão¹²⁰ e o “publicista” Peregrino Junior¹²¹ eram apresentados como os promissores representantes da nova geração da intelectualidade paraense. O primeiro autor desse trio foi secretário da revista *Guajarina*, fundada em 1919, e colaborador de outro magazine ilustrado criado em 1918, *A Semana*; além de publicar regularmente sonetos no jornal *O Estado do Pará*. Da produção literária de Martins Napoleão, poeta natural do Piauí, poucos exemplos foram encontrados, dos quais todos estão espalhados pela revista *A Semana*. Esse magazine, em 21 fevereiro de 1920, expressava por meio do editorial “Letras e Letrados” a sua importância cultural ao ter entre seus colaboradores os jovens poetas mencionados.

A Semana inegavelmente congrega hoje no número dos seus colaboradores os nomes mais ilustres das letras do Norte. Essa feição literária, foi sempre preocupação nossa, porque entendemos que uma revista pode ser a um tempo a crônica leve da frivolidade encantadora da vida mundana e a resenha magnífica de uma vida literária [...] Temos mesmo o prazer de ter acolhido nesta revista os nomes de uma plêiade luminosa de novos, como **Martins Napoleão**, **Oswaldo Orico**, Azevedo Ribeiro, etc., que, ao lado dos nomes consagrados de Severino, M. Lobato, R. Moreira, Paulo Maranhão, Lucídio Freitas, são hoje os nossos mais brilhantes colaboradores (LETRAS..., 1920, p. 11. Grifo nosso).

Peregrino Junior era natural do estado do Rio Grande do Norte e teria chegado a Belém no ano de 1914 fugindo das polêmicas causadas por organizar jornais “subversivos” em Natal. Segundo Cresco Coimbra, a decisão tomada por Peregrino foi a mais acertada possível.

- Vou-me embora pro Pará. Fez muito bem. Dois tios moravam na cidade morna na cabeça da Amazônia. Funcionavam na Alfândega, conferindo cargas, cobrava impostos, zelavam pela arrecadação. Lá, o jornalista teria casa e comida, roupa lavada e rede cheirando a paticholi. Teria o carinho dos tios, da família, solar avarandado com bogari e espada de São Jorge nos jardins (COIMBRA, 1975, p. 17).

Em Belém, Peregrino Junior conclui o curso secundário matriculando-se posteriormente na Faculdade de Odontologia local. Nesse meio tempo trabalhou como revisor do jornal *Folha do Norte* e no começo de 1920 se tornou secretário¹²² da revista *A Semana* em que publicava contos e assinava “crônicas sociais”. Esses três jovens intelectuais se formaram dentro da tradição beletrística belenense partilhando do mesmo espaço público da imprensa e sendo

¹¹⁹ Oswaldo Orico (Nascido em 29 de Dezembro de 1900 – falecido em 19 de Fevereiro de 1981).

¹²⁰ Benedito Martins Napoleão do Rego (Nascido em 17 de Março de 1903 – falecido em 30 de Abril de 1981).

¹²¹ João Peregrino da Rocha Fagundes Junior (Nascido em 12 de Março de 1898 – falecido em 12 de Outubro de 1983).

¹²² Peregrino Junior aparece identificado como Secretário a partir do nº 85 da revista *A Semana* datada de 08 de novembro de 1919. Ele ocupa esse cargo até o nº 110 d’*A Semana*, datada de 08 de maio de 1920.

oriundos do Ginásio Paes de Carvalho, instituição de Ensino onde lecionaram Ignácio Moura, Lente de Matemática; Remígio Fernandes, Lente de Latim; e, Carlos Nascimento, Lente de Língua Portuguesa. A comunidade instruída no Pará estava assim dimensionada entre as redações da imprensa, aos grupos escolares, as Faculdades Livres e as Associações Científicas, Culturais e Esportivas. Ser funcionário, aluno ou membro de algum desses centros produtores e disseminadores de cultura significava travar relações com figuras que tinham influência em vários núcleos da elite erudita paraense.

Figura 17 – Fotografia de Oswaldo Orico.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Mesmo que Oswaldo, Napoleão e Peregrino tivessem penetrado no círculo ilustrado dominado por intelectuais mais velhos, o retorno financeiro não deve ter acompanhado a proporção do sucesso “espiritual”. Eles deixam Belém ainda em 1920 buscando colocações mais rentáveis. Martins Napoleão foi o primeiro a partir. *A Semana* noticiou, na edição de 10 de abril, a transferência do seu festejado colaborador.

Para a Bahia, aonde vai servir como funcionário do Telégrafo Nacional, seguiu no “João Alfredo” o nosso brilhante colega Martins Napoleão. A ausência do querido poeta, porém, não será completa, porque além da sua lembrança e da sua saudade, que ficarão conosco, aqui ficam também muitos dos seus melhores versos que dizem admiravelmente do seu grande talento de poeta. *A Semana*, com dobrada alegria, vai continuar a publicar os seus belos sonetos, que foram escritos especialmente para esta revista à hora da partida. Ao Napoleão os nossos votos de felicidades (MARTINS..., 1920, p. 21).

Peregrino Junior, já tratado como Doutor, embora só tenha concluído o curso de medicina no Rio de Janeiro em 1929¹²³, deixou Belém seguindo o exemplo do amigo Martins Napoleão. A revista *A Semana* noticiou, em edição de 08 de maio, a perda de seu secretário e a reunião em que ele foi homenageado.

A bordo do “Bahia” segue hoje para a capital da República o nosso antigo companheiro de trabalho, Dr. Peregrino Junior. Num dos salões do Grande Hotel os seus amigos e admiradores lhe ofereceram ontem um banquete de despedidas, trocando-se amistosos brindes. Ao nosso prezado companheiro a *Semana* deseja as maiores felicidades (PEREGRINO..., 1920, p. 12).

Nessa mesma edição d’*A Semana*, as homenagens prosseguiram por meio do poema “Na asa de uma saudade¹²⁴”, de autoria de Oswaldo Orico que também assinava a crônica “Peregrino, meu irmão, boa viagem!”, onde narrava como o conheceu e como se deu a formação do trio com Martins Napoleão.

Intoxicado de literatura e de romantismo, cheio de mágoa, de sonho e de tédio vivia o Peregrino, muito solitário e muito triste, com os seus pobres livros, trepado num primeiro andar, onde a incomodidade aliava-se ao desconforto e à boemia aparente. Conheci-o eventualmente numa das salas do Ginásio, onde fazia os meus preparatórios. [...] Ao dístico que formávamos reuniu-se o Martins Napoleão, perfazendo a trilogia que se dissolve completamente hoje, com a partida de Peregrino. Era uma geração inteira que se corporificava, e cuja origem tem muito de seu no maximalismo delicioso desse *tonnel*, que era o título por mim dado ao *apartment* em que o autor da “Vida Fútil” estudava, pensava e discutia (ORICO, 1920, p. 11, 12).

Em novembro de 1920, Oswaldo Orico deixou Belém. A revista *Guajarina* ao noticiar sua partida, na edição de 27 desse mês, resumiu os desafios do meio literário paraense reproduzindo e prenunciando o discurso lamurioso de outros intelectuais ressentidos com o descrédito votado aos escritores que permaneceram no estado. O ensaio de Péricles Moraes ecoa nessa crítica quanto ao sucesso que a maioria dos “autores imigrantes” alcançou ao deixar o Pará.

Para o Rio de Janeiro seguiu no “Acre”, no dia 18, o nosso querido companheiro Oswaldo Orico. A *Guajarina*, que deve o melhor do seu sucesso ao talento vigoroso, ao esforço de Oswaldo, forçosamente se ressentirá do seu afastamento. A sua colaboração assídua continuará a fulgir nas páginas desta revista. Embora. Faltar-lhe-ão o seu olhar carinhoso, o calor do seu cuidado e, sobretudo, para os que aqui ficam, o incentivo da sua presença. Da trindade brilhantíssima de novos escritores que, com Martins Napoleão, o raro – Peregrino Junior, o sutil o fazia Oswaldo Orico, o poeta, era este último desgarrado na sombra provinciana. Martins Napoleão fugiu primeiro; Peregrino Junior pouco se demorou e Oswaldo agora, também se vai, para outras terras, onde a inteligência é mais livre. Preza-nos esta tríplice perda. Em todo caso

¹²³ A informação quanto ao ano da conclusão do Curso de Medicina é fornecida por Miceli (1974). Contudo, na revista *A Semana* datada de 28 de janeiro de 1920, Peregrino Junior aparece como formando do Curso de Odontologia da respectiva Faculdade de Belém.

¹²⁴ Esse poema traz a data de 05 de maio de 1920.

guardamos a certeza de que a felicidade espera os nossos caríssimos camaradas e a glória que conquistarem com o seu talento será doce e boa para a *Guajarina*, onde começaram e de onde partiram para mais altos voos (OSWALDO..., 1920, p. 13).

Longe de Belém o trio continuou aparecendo na imprensa paraense ao ser lembrado como exemplo da qualidade expressiva de uma nova geração de homens de letras. Em outras ocasiões faziam-se presentes com colaborações esporádicas de poemas ou de artigos críticos. Peregrino Junior, em 04 de setembro de 1920, publicou na *Folha do Norte* o artigo “Literatura da Amazônia: os novos¹²⁵”, em que elaborou um entusiasmado discurso elogiando os rasgos ousados das “inteligências novas” dentre as quais se destacam Martins Napoleão e Oswaldo Orico.

Martins Napoleão, designadamente, é um talento que desconcerta. Pode-se dizer, sem exagero, que é o espírito mais profundo, mais sereno e mais perfeitamente [...] do que aquelas terras setentrionais têm visto nestes últimos tempos. Andando ainda pelos 18 anos, esta criança admirável, que acordou prematuramente para o tumulto na vida e para a glória do triunfo, só tem de pueril a fisionomia estranha e simpática. Dispõe já de uma cultura pouco vulgar no nosso meio e no nosso tempo, Martins Napoleão é um poeta de largo estro, rico de novas ideias, perdulário de novos ritmos. Criador torturado de Emoção, de Pensamento e de Harmonia. Martins Napoleão, revela sentidamente, pelo fundo e pela forma, o vivo interesse com que acompanha as correntes estéticas que orientam modernamente as elites intelectuais do mundo (JUNIOR, 1920, p. 01).

A apresentação feita por Peregrino Junior mostrava-se muito convidativa à leitura dos poemas de Martins Napoleão ao relacionar o poeta com os artistas “reformadores” supostamente envolvidos na tarefa de promover a superação dos valores da tradição poética, embora o exemplo dado em seguida seja de um soneto flagrantemente Simbolista, que se integrava perfeitamente ao histórico dessa estética disseminada em Belém.

Martins Napoleão pertence declaradamente ao grupo dos artistas bem-aventurados e audazes que estão criando a Poesia nova. A sua forma livre, porém correta e perfeita. As suas ideias, sendo originais, não descaem todavia para o exotismo. Pessimista e cético, o poeta do *Apocalipse* é um eterno descontente da Perfeição, que vive a sonhar numa ânsia delirante... Os seus versos bizarros não raro extravagantes, são sempre formosos e magníficos. “Violão”, por exemplo, é um poema onomatopaico em quatorze versos:

Punge, ao longe, o violão como um sino que plange
Lavando o espaço em sons fundos de cantochão...
O mar atroa atrás em trompas de falange
E as vagas, vindo ao vento; à voz do vento vão...

O luar, ungingo o oceano, as águas verdes frange
Em véus vivos de vidro e evoca, no violão
Mudo, velando a sós, um príncipe de Orange
Vendo a terra do trono, onde se sonha então...

¹²⁵ O texto traz a indicação de que foi escrito em agosto de 1920.

Finge cada bordão doido Orfeu cariovingio...
 E a voz do vácuo voando em sons de sinos cinge-o
 Num tom profundo toando em murmúrios de monge...

Em cada corda zine a asa gêmea de um anjo.
 E, enquanto as vagas vêm e o uivo do vento abrange,
 Tange, punge o violão, plangendo e ondoando ao longe...

(JUNIOR, 1920, p. 01).

Sem preocupar-se em discutir os aspectos métricos, a escolha do vocabulários e a plástica das imagens evocadas pelo soneto do amigo, Peregrino Junior reiterava o discurso apologético destinado a engrandecer a sua geração que precisava se afirmar reivindicando o uso de inovações rítmicas e liberdades métricas; mesmo que elas fossem mecanismos verisifcatórios de largo uso entre poetas brasileiros mais antigos.

Figura 18 – Fotografia de Martins Napoleão.



Fonte: Biblioteca Arthur Vianna.

A avaliação da produção poética de Oswaldo Orico vem logo na sequência sendo realizada segundo o estilo impressionista típico das críticas literárias produzidas no meio jornalístico brasileiro. Em sua escrita são observados os traços de seu temperamento, as marcas de uma personalidade determinada e com propensões às generalidades especulativas. O poema transcrito por Peregrino Junior novamente contradiz a sua intenção de revelar, por meio dos jovens poetas formados em Belém, o esforço criativo que se afastasse “escandalosamente de tudo que os velhos pontífices mentais indígenas haviam codificado com a sua autoridade sagrada e intangível” (JUNIOR, 1920, p. 01).

Outro poeta, que forma brilhantemente ao lado de Martins Napoleão, é Oswaldo Orico. Diferente, muito diferente daquele, este é quiçá tão interessante, senão mais ainda. É pelo menos uma inteligência mais complexa e vivaz. O que lhe míngua em profundidade, sobra-lhe em vivacidade. Pouco reflexivo, é porém um espírito pronto, ardente, cintilante, moderno. Escreve prosa e verso: porém é mais, muito mais poeta do que prosador. Tem nervo, tem humor, tem “verve”; é comunicativo, é vibrante, é

terrível [...] Possui enfiatura de um verdadeiro poeta, sendo sobretudo admirável nos surtos do seu lirismo. Sabe transformar a vulgaridade cediça do amor em nobres e altos motivos estéticos, cantando-o com sentimento, emoção e suavidade. Irrequieta e diabolicamente rebelde, nem sempre tem a medida, a sensatez e a serenidade que marcam os espíritos definitivos e formados. Mas até nisto revela talento [...] Como amostra de sua vocação poética basta este soneto. “O Rouxinol”, que é magistral e encantador:

Esse lindo cantor que outras vozes suplanta
com a fruta pastoril do seu canto pagão
há de ter, com certeza, a alma presa à garganta
e a garganta, quem sabe? unida ao coração.

Cantando, o rouxinol, asas soltas, levanta
alto voo, e a cantar some-se na amplidão,
comunicando a magna dor a dor de cada planta
e em cada flor deixando o eco de uma canção.

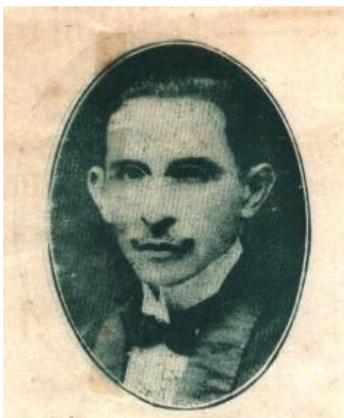
Vive a existência irreal, na asa da fantasia...
E trinando em gorjeio esplêndido, que encanta
o rouxinol encerra a áurea effigie do dia...

Pássaro em cuja voz todos os sons estão,
ele tem com certeza, a alma presa à garganta,
e na própria garganta o próprio coração.

(JUNIOR, 1920, p. 01).

Não há nada de escandaloso, subversivo ou extravagante nos sonetos oferecidos como exemplo da poesia “nova”. O esforço discursivo de Peregrino Junior permite que possamos interpretá-lo como uma tentativa de manter sua influência no meio intelectual paraense promovendo juntamente as realizações dos amigos que outrora figuravam nas redações dos periódicos de Belém. A permanência da circulação dos membros desse trio mostrou-se comum em anos seguintes em especial para Oswaldo Orico, que ao retornar a Belém no final da década de 1920, voltaria a ser inserido nos círculos letrados locais ao ponto de ser eleito membro da Academia Paraense de Letras no ano de 1928, instituição que receberia com toda a pompa e circunstância o imortal Peregrino Junior no ano de 1961.

Figura 19 – Fotografia de Carlos Nascimento.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Em 24 de dezembro de 1921, a poesia de Martins Napoleão voltava a ser tema de crítica por meio do artigo “Os ‘novos’ da literatura brasileira IV” publicado pelo professor Carlos Nascimento na revista *A Semana*. O texto crítico vem precedido pela ode em decassílabos brancos “Evocação da minha terra” em que o poeta celebrava os aspectos culturais e naturais do sertão piauiense.

Poeta simbolista, já hoje, sem desfazer-se daquele tom de penumbra mística, que lhe sobe da alma como de um incensório, saturando-nos o ser de emoção esquisita, envereda o poeta magnífico pelo carreiro de uma larga poesia inspiradora e panteísta... [...] Cantor dos ambientes de lendas, nebulosos; profonista religioso da Terra Brasileira, penso que, nestes dias que se vão, estrepitosos no seu arruído de banalidades e intemperança, Martins Napoleão, nas suas novas produções, terá atingido a melhor característica do seu vigoroso talento como poeta, criando e sugerindo símbolos e, sobretudo, saturando a música embaladora de seus versos de realismo e humanidade (NASCIMENTO, 1921, p. 24).

A leitura de Carlos Nascimento adequa-se aos exemplos da poesia de Martins Napoleão oferecidos por Peregrino Júnior,¹²⁶ o que reforça a percepção do gosto estético do público leitor acomodado tanto com a linguagem recamada pelo eruditismo vocabular, quanto aos assuntos inscritos na familiaridade do sentimentalismo da lírica. A ousadia ou as tiradas “modernas” indicadas pelos textos de ambos os críticos estavam restritas a forma rítmica de alguns poemas ou diziam respeito unicamente ao verso livre de ascendência Romântica. Das composições que pudemos encontrar do poeta piauiense, publicados n’*A Semana*, num total de 09, somente a ode à qual nos referimos foge da atmosfera vaga e funesta do Simbolismo. Enquanto isso, na produção poética de Oswaldo Orico, espalhada no magazine referido a pouco e nas páginas dos jornais, prevaleciam os sonetos ponderativos repletos de expressões chorosas cujo poema

¹²⁶ Peregrino Júnior no artigo citado “Literatura da Amazônia: os novos” transcreve além do soneto “Rouxinol” outro intitulado “Mater”.

“Oração a Terra” publicado, em 22 de setembro de 1921, n.º A *Província do Pará*, serve como exemplo desse paradigma poético.

Sofro, por ver-te bela; e amo-te, vendo em cada	A
ramo de tua fronde a esperança e a alegria.	B
Exulto e canto, se és altar, se és virtude e alvorada,	A
e choro, e sangro em dor, se és mistério e agonia.	B
Quando o Sol rompe em luz, de meu beijo orvalhada	B
abres-te inteira em flor, ao fluxo que irradia;	A
e és, de bênçãos coberta e de prantos regada,	B
a Seiva, o Húmus, o Sangue, a Força, a Luz, o Dia...	A
Resplendes num circuito e avultas pelas tranças	C
ao vento, e és flama e ideal, sementeira de suaves	E
aromas, sonho e amor, pecados e lembranças.	C
E os meus cantos a Ti vão-se em galeras e naves,	E
e os acolhes no altar das tuas esperanças	C
como beijos do Sol e gotjeios das aves...	E

Rio, 1 – 9 – 1921

(ORICO, 1921, p. 01).

Voltando a ser assunto de discussão no meio literário paraense os nomes de Oswaldo Orico e Martins Napoleão são envolvidos na polêmica travada por Rocha Moreira e Eustáquio de Azevedo quando esse último publicou o livro *Literatura Paraense*, em 1922. Rocha Moreira ao avaliar a importância do trabalho historiográfico realizado por meio desse livro criticou a escolha de seu autor por ele ter dado preferência aos poetas do passado no apanhado compilatório dos nomes. O texto avaliativo de Rocha Moreira, de mesmo título do livro discutido, foi publicado na revista *A Semana*, em 07 de janeiro de 1922.

Assim sendo, não sabemos porque deixaram de figurar naquela parte do livro os ausentes **Oswaldo Orico** e **Martins Napoleão**, este um poeta e artista de raça, que até há pouco tempo versejou entre nós, e os que ainda versejam como Martins Sant’Anna, Alfredo Lamartine, Ilná Ponte de Carvalho, Elzamann de Freitas e, sobretudo Raul Bopp, um dos mais fluentes e talentosos poetas que hoje vivem no Pará (MOREIRA, 1922, p. 11. Grifo nosso).

A resposta à leitura de Rocha Moreira veio por meio do artigo “Literatura Paraense” publicado na *Folha do Norte*, em 09 de janeiro de 1922. Esse texto trazia por assinatura as iniciais V. P. afirmando que a intenção de Eustáquio de Azevedo era exatamente essa: dar relevância aos poetas antigos.

Ainda assim, foram citados na obra todos esses escritores, com exceção de dois autores que escaparam à argúcia do Eustáquio, inclusive o Sr. **Oswaldo Orico**, que há muito reside no Rio, e de Ilná Pontes de Carvalho, que há pouco apareceu pela imprensa publicando um hino e uma ou duas poesias vulgares. E nem podia deixar de

ser assim, para quem se abalança a trabalhos de tal ordem. O autor do livro foi mais prolixo quando tratou dos escritores paraenses antigos por que era esse o seu dever, rememorando-lhes os nomes, quase esquecidos, muitos desconhecidos dos *novos*, como o Sr. Rocha Moreira. **Martins Napoleão**, Martins Sant'Anna, Alfredo Lamartine, Elsamann de Freitas e o meu talentoso e adicto amigo Raul Bopp, que por aqui está de passagem, lá figuram no livro, e só a cegueira do crítico deixou de os ver (V.P. 1922, p. 01. Grifo nosso).

A tréplica veio por meio do artigo “Em torno da Literatura Paraense” publicado na *Folha do Norte*, em 12 de janeiro de 1922. Rocha Moreira acusava Eustáquio de se esconder atrás do pseudônimo V.P. e asseverava que essa “síntese histórica” das letras paraenses se adequava perfeitamente aos limites e as energias intelectuais do seu autor.

Disse o rollinha que eu não li a capa do seu livro. Li sim; li e reli, e considero o *Literatura Paraense* uma síntese verdadeiramente sintética. Como livro que se recomenda pelo valor e pela utilidade, creia o Jacques Palma, a *Antologia Amazônica* vale cem vezes mais do que o seu *Literatura Paraense*, para o qual estou perdendo um tempo precioso a fazer reclame. E só (MOREIRA, 1922, p. 01).

Eustáquio de Azevedo contra-argumentou por meio do artigo “Literatura Paraense (pequeno troco)” publicado na *Folha do Norte*, em 13 de janeiro. Aqui a indignação de Jacques Rolla atingiu sua máxima expressão quando ele tentou por fim ao debate defendendo suas intenções patrióticas e de escopo; embora se desculpasse pelas omissões cometidas.

Escrevesse o leitor um livro patriótico, com amor e carinho, e ouvisse depois de um cretino qualquer opiniões injustas, como do magno crítico, e muito ingênuo seria se as aceitasse como amabilidades cativantes... O rival do Ricardo (José Ricardo Rocha Moreira) acrescentava algumas linhas para dizer que o sentido dos seus rinchos foi adulterado pelo Victorio Palma, porque Raul Bopp e outros não figuram com estrofes no meu livro; mas FIGURAM no livro, o que é tudo e essencial, exceção feita do Orico que, por um descuido muito natural, como ia me acontecendo com Sant'Anna Nery, deixei de citar. Eis aí o meu grande crime, a minha parcialidade indiscutível!! O que o Rocha queria era que eu transcrevesse versos daqueles poetas, e acabou-se; quando ele quer, quer mesmo, ninguém escapa! [...] Crimina-me ainda, já no fim da fulminante ruminação, por não ter eu estampado no livro um sonetozinho do Bopp! Mas, para que? Pergunto eu. Para torná-lo conhecido? Donde veio então esse moço? Do Xingu? Pois o Rochinha não sabe que o Bopp já veio feito do Sul, como intelectual, e que já conhecido “do Rio Grande ao Pará?” Que adiantaria a minha citação?... Afinal, o que o crítico deixou provado foi o grau superlativo de vaidade e presunção que oculta, hipocritamente, sob um véu escuro de bondade, modéstia e imaculada candura, dando-nos a perceber que desconhece por completo o “gnothi seauton” da bela doutrina de Sócrates. Mas até onde chegou o meu caiporismo! Ser criticado pelo Rocha Moreira!!! Esta não lembraria ao diabo... Continue a recrear-se nas longas campinas. Eu é que não lhe darei mais pábulo, como fez Apolo “ao novo rival de Camões, que ao Parnaso quis subir”. A forragem está caríssima... (AZEVEDO, 1922, p. 01).

Nesse ponto da polêmica os argumentos estavam entremeados pelos insultos e tornava-se mais evidente que os dois contendores estavam digladiando por uma questão pouco produtiva; pois se Rocha Moreira havia exagerado ao cobrar a transcrição de versos de todos

os poetas jovens atuantes em Belém; por sua vez Eustáquio demonstrava melindres em excesso diante de um posicionamento crítico que constatou o limite informativo de seu livro facilmente reconhecido pelos contemporâneos. Como o tom do embate há muito atingira uma nota pessoal e agressiva Rocha Moreira decidiu fechar a questão publicando no dia seguinte, 14 de janeiro, o soneto “O Rollinha” na *Folha do Norte*. O humor ferino dos versos foi a pá de cal que enterrou a polêmica em torno da *Literatura Paraense*.

A careca a mostrar, polida laje.	A
Charuto à boca, ríspido e franzino,	B
O Eustáquio Jaques Rola grita, reage,	A
Qual no pincho, nos tempos de menino.	B
Literato de estouro e de bobage,	B
Ontem fez feio quando quis ser fino	A
Pois citou como sendo de Bocage	B
Aquele verso que é de Tolentino.	A
Pobre da Palma Rolla, pois se funga	C
E quer ser Ferrabrás, se nos revela	E
Briarco com trejeitos de calunda!	C
Anda contente o menestrel-papão,	F
Pois esta nossa insípida querela	E
Tem-lhe sido propícia à cavação.	F

(MOREIRA, 1922, p. 01).

Algo que sobressiu em meio a essa troca de invectivas diz respeito ao valor material da produção literária em Belém. Por ser o exercício poético uma atividade dominada por qualquer indivíduo instruído, a publicação de versos em jornais tentava suprir a dificuldade de edição de um volume de poemas. A técnica versificatória cumpria ainda outro papel, ela era utilizada como um instrumento de comunicação entre poetas que trocavam gentilezas, afirmavam alianças e buscavam agradar aqueles intelectuais donos de reputação junto à classe dirigente. Um poema bem torneado dedicado a pessoa certa funcionava como um elegante cartão de visitas ou um currículo na busca por emprego.

Em meio aos desafios econômicos que o estado do Pará passava, obter uma colocação que trouxesse segurança financeira levou muitos poetas a deixarem suas pretensões ou ideologias artísticas em segundo plano. Isso explica o desaparecimento de muitos poetas que mantinham colaboração regular na imprensa. Daí que a filiação a associações culturais ou científicas foi o refúgio ideal para acolher os artistas do verso sem capital financeiro e espaço para manifestar seus dotes líricos. Ser poeta para alguns autores se converteu unicamente em uma prática por meio da qual se expressava competência na busca de alguma benesse. Rocha Moreira repercutiu esse desprestígio da posição do poeta em Belém lembrando o caso de

Oswaldo Orico e Martins Napoleão, no artigo “A Literatura Paraense e o Centenário” publicado na *Folha do Norte*, em 25 de julho de 1923.

Antônio Marques de Carvalho, Tito Franco, Vespasiano Ramos, Albano Vieira e Lucídio Freitas emigraram para o além-túmulo, Alves de Sousa, Franklin Palmeira, **Oswaldo Orico** e **Martins Napoleão** buscaram a capital da República, Severino Silva, Remígio Fernandez, Dejard de Mendonça, José Carvalho, Nogueira de Faria e outros, vendo a improdutividade da poesia num meio onde os poetas não ganham dinheiro nem glórias e onde os livros de versos são oferecidos à venda como as laranjas e bananas, às guisa do que outrora faziam José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo, penduraram a lira no lendário galho do salgueiro e procuraram melhor campo de ação, onde a inteligência pudesse produzir frutos compensadores do trabalho e da energia dispendidos (MOREIRA, 1923, p. 01. Grifo nosso).

A trajetória literária e profissional de Oswaldo Orico, Martins Napoleão e Peregrino Junior refletem os desafios enfrentados por intelectuais sem relações familiares vantajosas na tentativa de ocupar cargos que concedessem o prestígio artístico unido a estabilidade financeira. Antes de alcançarem o ápice da vida literária, que para Oswaldo Orico e Peregrino Junior correspondeu à eleição a Academia Brasileira de Letras em 1938 e 1945, respectivamente; a ocupação de cargos desprovidos de glórias foi uma realidade para ambos. O mesmo pode-se dizer de Martins Napoleão, que como político chegou a governar o estado do Piauí por um breve período (1945 – 1946) e alcançou a presidência da Academia Piauiense de Letras (1943 – 1946), embora em sua passagem por Salvador tenha exercido o cargo de auxiliar de telegrafista.

Figura 20 – Fotografia de Peregrino Junior.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

No livro *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 – 1945)*, Sérgio Miceli oferece um estudo revelador do ambiente e das relações institucionais em que Peregrino Junior e Oswaldo Orico se viram envolvidos ao chegarem à capital da República em 1920.

Augusto Meyer, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, eram escritores-funcionários que mantinham laços de amizade com os políticos

estaduais em Minas que haviam liderado o movimento revolucionário em 1930, sendo que alguns desses homens políticos se tornaram dirigentes de primeiro escalão no novo regime. Oswaldo Orico, Herman Lima, Peregrino Jr., et., por sua vez, são funcionários-escritores que iniciam suas carreiras na capital federal sem contar com o apoio de uma ‘panela’ bem situada que pudesse lhes garantir empregos e oportunidades complementares de ganho (MICELI, 1974, p. 178).

Comparando as posições que os intelectuais provenientes de famílias tradicionais em seus estados ocuparam no Rio de Janeiro com aquelas conseguidas pelos “funcionários-escritores” oriundos do Norte salta à vista as dificuldades que esses últimos enfrentaram até obterem, anos depois, um relativo destaque social. Como Miceli informa, Drummond iniciou sua carreira de funcionário público como “Chefe de Gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública” (MICELI, 1979, p. 174); Augusto Meyer assumiu a direção do Instituto Nacional do Livro ocupando esse cargo até o ano de 1944 quando “viaja aos Estados Unidos a convite do Departamento de Estado” (MICELI, 1979, p. 179). Doutro modo, Peregrino Junior ao chegar ao Rio assumiu como primeiro emprego a posição de “escrevente extranumerário na Central do Brasil, fazendo em seguida o concurso para auxiliar de escrita” (MICELI, 1979, p. 179); “Oswaldo Orico inicia sua carreira de funcionário como inspetor regional de ensino” (MICELI, 1979, p. 179) e concentrou suas energias no magistério, tanto que em 1922 participou do Concurso Francisco Alves¹²⁷ promovido pela Academia Brasileira de Letras (ABL) cujo tema foi o “Melhor modo de divulgar o ensino primário no Brasil”. O resultado do certâmen publicado na *Revista da ABL*, em 29 de maio de 1924, conferiu a Oswaldo Orico o terceiro lugar juntamente com a menção honrosa. O parecer avaliativo reconhece o poeta por trás do educador.

O Sr. Oswaldo Orico intitulou sua monografia *O fio de Ariadne*, como para dar a entender que pela trilha por ele indicada se chegará no labirinto de projeto concernente à solução do problema, à clareira que se tem em vista. A poesia do título não exclui espírito prático, manifesto na obra, escrita em forma artística e vibrante. As graças do estilo não impedem, antes põem em relevo a clareza dos conceitos. As conclusões positivas, a que chega o jovem professor, abona-as ele com autoridades pedagógicas, nas páginas copiosas (CONCURSOS..., 1924, p. 60 – 61).

A atuação na área do ensino mostrou-se para Oswaldo Orico a possibilidade mais viável de conseguir estabilidade financeira sem se afastar completamente de suas pretensões literárias.

¹²⁷ A comissão julgadora foi formada por Alberto Faria (relator), Silva Ramos, Gustavo Barroso. As deliberações foram feitas em 20 de dezembro de 1923 e aprovadas em sessão de 17 de janeiro de 1924. No ano de 1927 Oswaldo Orico inscreveu-se novamente no Prêmio Francisco Alves que manteve por tema a “Divulgação do Ensino Primário no Brasil”. Os membros da comissão julgadora foram Fernando Magalhães (relator), Augusto de Lima e Coelho Neto. Nessa ocasião Oswaldo ficou em primeiro lugar. Em 1928 o trabalho premiado foi publicado às expensas do autor trazendo por título *O Melhor meio de disseminar o ensino primário no Brasil*. Essa publicação trazia desenhos e gráficos feitos pelo pintor paraense Theodoro Braga, professor de Oswaldo Orico quando este estudou no Instituto Amazônia.

Em 1930, ele tentou ocupar novamente um cargo efetivo como professor ao concorrer à cátedra de Literatura Vernácula da Escola Normal do Distrito Federal, intento que não se realizou. Sérgio Miceli considera essa estratégia de assumir qualquer cargo profissional de baixa projeção, mas com retorno financeiro garantido, uma saída extremamente apropriada adotada por outros intelectuais que tentavam se estabelecer no Rio de Janeiro.

Como Peregrino Jr. que se dispõe a assumir o trabalho de colunista social, Oswaldo Orico atua como franco-atirador que, por força dos óbices que coíbem as chances dos autodidatas, compensa uma habilitação precária para o trabalho intelectual pela diversificação de suas frentes de risco. Data desse primeiro período no Rio seu lance profissional mais certo. Não tendo como se livrar dos encargos subalternos característicos da ‘cozinha’ da produção cultural, Oswaldo concentra seus investimentos no campo da educação, área em vias de expansão e que por isso mesmo acolhia intelectuais destituídos das qualificações escolares exigidas nos ramos tradicionais do ensino superior (MICELI, 1974, p. 185 – 186).

Mas além do esforço para exercer o magistério, Oswaldo Orico tentou ocupar todos os espaços que o mantivessem em contato com as personalidades influentes do Pará atuando sempre segundo sua inclinação artística e onde pudesse usar seus dotes de oratória. Ele participou das comemorações do Centenário da Independência do Brasil no Rio de Janeiro integrando o círculo de palestras intitulado “Curso de Literatura Brasileira¹²⁸” ministrado em oito “vesperais” pela “nova geração de homens de letras paulista” (LIVRO DE OURO..., 1923, p. 364). Oswaldo apresentou durante a 5ª vespéral¹²⁹ a palestra intitulada “De Tobias a Farias Brito”, no dia 19 de outubro de 1922. Junto aos políticos conterrâneos¹³⁰, em 15 de agosto de 1923, ele participou da festa em homenagem ao Centenário da Adesão do Pará à Independência

¹²⁸ O Curso de Literatura Brasileira foi ministrado entre setembro e novembro de 1922. A **1ª Vespéral** aconteceu no dia **21 de setembro** e teve os seguintes palestrantes: Austragésilo de Athayde (Os quinhentistas e os seiscentistas no Brasil); Cláudio Ganns (Mathias Aires); Aggripino Grieco (Gregório de Matos). A **2ª Vespéral** ocorreu em **28 de setembro**. Palestraram Victor Vianna (A Escola Mineira, Basílio e Durão); Povina Cavalcanti (Marília, Moema e Lindoya); Abel Assunção (Magalhães e Porto Alegre). A **3ª Vespéral** deu-se no dia **05 de outubro**. Participaram Brenno Arruda (Fase Romântica – os maiores escritores); José Vieira (Manoel de Almeida); José Guilherme (Hypólito, Evaristo, Quintino e Patrocínio). A **4ª Vespéral** foi no dia **12 de outubro**. Discursaram Pereira da Silva (Fase Romântica – os maiores poetas); Gilka Machado (A Literatura feminina no Brasil); Fenelon Lima (Alencar, Macedo, e Machado de Assis cronistas). A **5ª Vespéral** – em **19 de outubro** – já foi apontada. A **6ª Vespéral** sucedeu no dia **26 de outubro**. Participaram Andrade Muricy (Fase parnasiana); José Félix (O espírito literário no jornalismo brasileiro); Mário Hora (A Literatura regionalista). A **7ª Vespéral** teve vez no dia **03 de novembro**. Discursaram Tasso da Silveira (Fase Simbolista); Henrique Roxo (Psicopatologia dos personagens de Pompeia e Caminha); Horácio Cartier (A crônica no último triênio). A **8ª e última Vespéral** foi realizada no dia **09 de novembro**. Dela fizeram parte Marques Pinheiro (O Teatro no Brasil); Mário Vilalva (A Literatura paulista); Murilo Araújo (O Moderno espírito da literatura brasileira).

¹²⁹ Os outros participantes dessa vespéral foram Viriato Correa com a fala chamada “Fase Naturalista” e Porfírio Soares Neto com o discurso “Alberto Torres, o nacionalismo no Brasil”.

¹³⁰ Os políticos participantes foram os Senadores Lauro Sodré, Dr. Lyra Castro, Justo Chermont, Dr. Dionísio Bentes, Dr. Prado Lopes, Índio do Brasil, Dr. Eurico Vale, Dr. Arthur Lemos, Dr. Pedro Chermont de Miranda, Dr. Bento Miranda, Silvério Nery, Barbosa Lima, Lopes Gonçalves, Dr. Aarão Reis, Dr. José Agostino dos Reis, Dr. Bernardino Paiva, Dr. Joaquim Catramby, Dr. Carlos Seidl, Dr. Bruno Lobo e João Gomes do Rego.

do Brasil. A “sessão lítero-musical realizada no salão do centro” no Rio de Janeiro contou com as “Palavras, do senador Lauro Sodré; Discurso do orador oficial, Dr. Eurico Valle; Poesia, pelo autor, Oswaldo Orico; Discurso, pelo Dr. Hermeto Lima, e Poesia, pelo autor, Dr. Flexa Ribeiro (LIVRO DE OURO..., 1923, p. 331)”. Sérgio Miceli fornece mais detalhes da trajetória de Oswaldo Orico revelando as peripécias que envolveram sua ascensão profissional e social.

Em vista da ampliação do número de postos no serviço público e dos empregos em tempo parcial na imprensa e em outros empreendimentos culturais, Oswaldo Orico conseguiu sair da província e tornar-se ao mesmo tempo um alto funcionário e um escritor ‘menor’ cujo único título de glória era o de ter sido eleito para a Academia Brasileira de Letras. Ainda em Belém, Oswaldo ingressara no jornal *Estado do Pará* como suplente de revisor, tornando-se depois redator por intermédio de um senador seu conhecido; daí transfere-se para outro órgão recém-fundado onde, além de um salário maior, tem a oportunidade de ampliar o círculo de suas relações sociais. Com quase vinte anos decide tentar a vida na capital federal, onde começa trabalhando na imprensa até arranjar um lugar no corpo docente da Escola Normal, regendo a cadeira de Português e Literatura. Quando está prestes a desistir de fazer carreira no Rio, consegue um posto na secretaria do Museu Nacional através de um conterrâneo que então dirigia essa instituição, sujeitando-se a constar da folha de pagamento na qualidade de jardineiro. Graças à proteção do Ministro Alfredo Pinto, pertencente à mesma roda de co-estaduanos em que se apoiava, acaba sendo nomeado para a cadeira de Desenho na Escola Normal pois chegara tarde à competição em torno da cadeira de Literatura e Estética da Língua que coubera a um apadrinhado com melhores pistolões. Enquanto na secretaria do Museu Nacional ganhava 120 mil-réis para datilografar os artigos feministas de Berta Lutz, o cargo docente na Escola Normal rendia por volta de 450 mil-réis mensais (MICELI, 1974, p. 184 – 185).

Enquanto Oswaldo Orico e Peregrino Junior seguiam a árdua empreitada na busca por um lugar ao sol junto ao ambiente cultural carioca; em Belém, outros jovens poetas enfrentavam as suas respectivas adversidades tentando penetrar em um tecido beletrístico saturado de intelectuais com fortes laços na política estadual. A criação da Associação dos Novos em 1920 ilustra perfeitamente essa movimentação dos moços. Os autores jovens que se iniciavam na produção literária divulgada pelos jornais e pelas revistas precisavam compensar a incipiência por meio de ações coletivas que trouxessem visibilidade aos envolvidos. A publicação de críticas das obras dos colegas de grêmio ou a dedicatória de poemas aos “velhos mestres” compunham a estratégia mínima empregada por aqueles dispostos a “carregar o fogo sagrado”.

4.2. A produção literária nos periódicos da capital paraense.

Se tomarmos por parâmetro a publicação na imprensa de textos literários como poemas e contos ou críticas de livros, concluiremos que a movimentação da comunidade letrada belenense era intensa o suficiente para garantir renome aos seus colaboradores regulares. Seja para os autores jovens ou para aqueles consagrados as revistas e os jornais constituíam um espaço de encontro em que a tradição artística erudita se manifestava a partir de um campo

simbólico cujas técnicas ou temas poéticos e ficcionais eram reconhecidos e disseminados. A circulação de sonetos imbuídos de valores estéticos românticos, parnasianos ou simbolistas formou a principal manifestação lírica durante as primeiras décadas do século XX. A forma do soneto ainda serviu de veículo crítico para poetas como Luiz Gomes, o Jacques Flores e Lindolfo Mesquita, o Zé Vicente; ambos conhecidos pela verve humorística. Até poetas que não tinham a troça e a sátira como proposta composicional em certas ocasiões se valeram de sonetos debochados para polemizar com desafetos e adversários. Um dos casos mais exemplares foi a polêmica entre Eustáquio de Azevedo e Rocha Moreira.

O uso do verso livre ocorria como alternativa herdada dos movimentos romântico e simbolista causando incômodo somente ao poeta Eustáquio de Azevedo, defensor fervoroso da correção métrica e formal do trabalho poético. Essa alternativa composicional ocorria com mais frequência quando o poema se destinava a homenagear algum intelectual ou tratar de assunto descompromissado com os altos valores da tradição poética. Algumas experiências satíricas também foram realizadas por meio de uma poesia intitulada “futurista”, embora essa denominação não tenha representado acolhimento ao princípio das “palavras em liberdade” de Marinetti. Utilizar o epíteto de “futurismo” para classificar uma série de poemas significou somente uma possibilidade de ironizar a proliferação de “ismos” acusada pelos intelectuais paraenses. Se o desvio formal era aceito dentro do exercício poético o mesmo não ocorreria com os poucos exemplos de narrativas ficcionais divulgadas pela imprensa. Esses contos traziam a influência das obras de Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Oscar Wilde e José de Alencar; além de manifestarem pesquisas etnográficas ou folclóricas que alguns membros do Instituto Histórico e Geográfico do Pará realizavam.

A crítica literária formava o terceiro esteio da produção letrada paraense divulgada pela imprensa. Autores membros da Associação dos Novos conseguiram notabilidade por atuarem nesse contexto sendo protagonistas de polêmicas em torno dos livros publicados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os intelectuais mais experimentados integravam esse esforço de leitura e avaliação da atualidade literária brasileira assumindo uma postura avessa a qualquer tipo de experiência artística que viesse ao encontro dos padrões conhecidos pela tradição.

Os autores naturais do Pará ou que estavam radicados no estado, além da colaboração na imprensa local, serão responsáveis pela quase totalidade dos livros publicados relacionados com o meio letrado de Belém. Entre 1920 até o ano de 1931 foi possível contabilizar o número de 61 livros que se encaixam nessa condição autoral. Esse montante é formado por obras em verso, estudos históricos ou científicos, coletâneas de narrativas folclóricas e descrições da

natureza amazônica; álbuns de promoção comercial ou de apologia; narrativas nos gêneros conto e novela; volumes de palestras ou crônicas e a segunda edição do livro *Terra Imatura*. A lista presente no Apêndice C dispõe em ordem cronológica todas as edições que foram consultadas ou que tiveram registro de publicação.

A pequena quantidade de livros publicados (poesia e narrativa de ficção) nessa década será uma questão discutida pelos autores Farias Gama e Rocha Moreira sendo posteriormente retomada por Bruno de Menezes e Farias Gama. Esse recorrente lamento pela falta de apoio aos escritores paraenses infelizmente esconde as ocasiões em que os membros do Governo do Estado patrocinaram a edição de revistas e de livros ou ofereceram posições na administração pública em que muitos artistas puderam prosseguir a colaboração com a imprensa; o que lhes rendeu na idade madura posição privilegiada junto aos órgãos culturais do Pará. As limitações financeiras e os desafios existiram, não há como negar essas dificuldades; mas a realidade não era tão calamitosa como muitos intelectuais farão questão de afirmar. Não se pode ignorar que algumas associações culturais durante anos receberam auxílio de lideranças políticas podendo realizar seus eventos e recepcionar personalidades do meio cultural belenense ou que estavam de passagem pela capital do estado. Os homens de letras do Pará demandavam bem mais do que a possibilidade de imprimir um livro; do mesmo modo que a figura do intelectual ou beletrista estava presente nos eventos sociais sendo favorecida pela camaradagem de algum colega que escrevia para as colunas sociais e artísticas dos periódicos da cidade.

Os jornais e as revistas funcionavam como a “rede social” responsável por divulgar os eventos artísticos e patrióticos levando ao público as desavenças dos escritores, recepcionando as obras recém-lançadas e permitindo que os autores pusessem à prova dos leitores os escritos que em várias ocasiões integrariam a edição tão rara de um livro. Essa “rede sócio-literária” pode ser visualizada em parte por meio dos poemas que constituíam o volume principal do exercício artístico divulgado pela imprensa; os textos de crítica cultural, literária ou os ensaios históricos evidenciavam as conexões suscitadas pelas dedicatórias ou pela manifestação de pertencimento a algum grêmio de cultivo das letras.

O que definia a participação de um indivíduo nesse meio cultural sustentado pela mídia impressa dependia mais do empenho particular do que da formação específica; afinal, a base educacional humanística era o referencial comum tanto para aqueles detentores de um diploma de curso superior como para os que detinham somente o ensino profissional e/ou ginasial. O exercício poético, literário ou artístico – na música ou nas artes plásticas – poderia ser desempenhado por advogados, médicos, engenheiros, padres, professores, militares, políticos,

guarda-livros ou jornalistas. Qualquer sujeito disposto a produzir conhecimento ao se dedicar à ciência, à investigação histórica ou à poesia/ficção receberia um espaço para manifestar o seu esforço criador. O conceito por trás do “homem de letras” ou do “cultivo das letras” abarca essa multiplicidade de agentes e de manifestações da linguagem.

Versados em literatura porque conhecedores de vários ramos do saber, os homens de ciência, jornalistas, artistas, médicos, advogados, bacharéis, historiadores e poetas eram, por exemplo, literatos. Seus demais atributos e significados pares mais imediatos eram ainda ‘homens de espírito’, de ‘letras’, ‘eruditos’, ‘intelectuais’, ‘letrados’, ‘doutos’, ‘ilustrados’, ‘sábios’ e ‘instruídos’ (SÁ, 2006, p. 13).

O domínio da poesia foi sem dúvida o mais fecundo ao acolher autores jovens ou com a idade mais avançada. De Eustáquio de Azevedo encontramos, vez ou outra, algum soneto vazado no estilo parnasiano. Bruno de Menezes, que em 1920 havia publicado o livro *Crucifixo*, tem seus poemas estampados nos jornais e nas revistas mais importantes de Belém. Jacques Flores tornou-se assíduo colaborador da imprensa com sonetos satíricos ou com a prosa humorística. Rocha Moreira, redator d’*A Semana*, publicava em quase toda edição dessa revista um soneto com o assunto ao sabor do momento. Raul Bopp, acadêmico de Direito e professor de geográfica do Ginásio Paes de Carvalho, logo a chegar a Belém colaborou com a imprensa sendo incluído entre o círculo intelectual paraense com enorme rapidez. Sua vida “errante” seria motivo de um poema cômico em mais de uma ocasião como vemos no soneto publicado na edição d’*A Semana* do dia 26 de novembro de 1921. Esses versos assinados pelo pseudônimo Solapin trazem como título genérico “Perfis acadêmicos” e são uma resposta a verve zombeteira do poeta-viajor gaúcho.

Tem um quê de princez. É moço loiro,	A
Sobretudo entre as belas moreninhas.	B
Parece mesmo que é valete de oiro	A
No baralho falaz de almofadinhas.	B
Estudante ele faz como andorinhas,	B
É barco que não tem ancoradouro...	A
Mas, com olhos de gato e maneirinhas	B
Cavou lá no Ginásio, um comedoiro.	A
É poeta. Em soneto agora traça	C
Perfis bacharelados, e com graça	C
Os disseca, biografa e os	-
Escalpelo com eles, não os poupe.	E
Mas, não chame de feio, amigo Bopp,	E
Ao Thersites, Quasímodo da turma!!!	-

(SOLAPIN, 1921, p. 26).

Raul Bopp, no ano de 1921, estava perfeitamente aclimatado a “rede sócio-literária” de Belém. Ele publicava poemas n’*A Semana* e no jornal *Folha do Norte*. Foi convidado para participar de uma “festa do espírito” da Associação dos Novos em 1922, fez amizade com Eustáquio de Azevedo e recebeu homenagem de vários poetas por meio de dedicatórias nos poemas publicados nos periódicos da capital. A camaradagem com os intelectuais paraenses rendeu outro “perfil acadêmico” traçado pelo estudante de medicina Emílio Martins, autor do soneto “Direito”, presente na edição do 21 de janeiro de 1922 d’*A Semana*.

Sabes quem é Ahasverus, digo, o Bopp?	A
- Estudante viajor, o rapazola,	B
Que em vez de selo atroz traz na cachola	B
Do Yankee Máximo, álgido schopp?	A
Touriste! Como tem que o enroupe	A
E lhe encha de “cum quibus” a sacola,	B
Todo o Brasil, escola por escola,	B
Percorre alegre de Érato na troupe.	A
Para expandir seu estro, perfis traça	C
Dos novos bacharéis com argamassa	C
Gorda verve, em humor, chiste e respeito.	D
Mas, devido à sua órbita brilhante,	E
Na escola o chamam: caixeiro-viajante,	E
Cometa das escolas de direito.	D

(MARTINS, 1922, p. 16).

Nesse mesmo número d’*A Semana*, Raul Bopp respondeu à brincadeira de Emílio Martins compondo o soneto “Medicina”, em que debuxava satiricamente as inclinações profissionais dos colegas estudantes. Pena que as referências aos personagens do poema sejam de difícil depreensão para o leitor de hoje. Mas o humor dos versos ainda tem algo a comunicar mesmo sem a identidade dos envolvidos ser revelada.

Companheiro do Maia; a mesma sina;	A
Entre eles um nonada só destoa:	B
O Maia usa bigode, ele coroa;	B
Aquele veste calça, este batina.	A
Sacerdote também em medicina!...	A
Oh! Vida milagrosa! Oh! Vida boa!	B
Ele mesmo receita e logo entoa	B
Dei Profundis, Extrema-unção... Que mina!...	A
E depois... o veremos ancho e sério	C
Acompanhar sua obra ao cemitério,	C
Antegozando a missa encomendada.	D
- “Porém, diz ele, a minha inspiração,	E
É ser ao mesmo tempo capelão	E

E médico e parteiro da Brigada”. D

(BOPP, 1922, p. 16).

A relação de Raul Bopp com o meio letrado de Belém configura um caso no mínimo curioso quando observamos o seu acolhimento pelos intelectuais locais, sua produção poética nesse período de 1921 a 1922 e a posterior memória que ele produziu narrando a sua passagem pela capital paraense. Determinar a data exata da chegada de Bopp a Belém é uma tarefa extremamente difícil e da qual não nos empenharemos em realizar aqui; contudo a primeira publicação que ele teria feito na imprensa paraense data de 02 de outubro de 1921, quando o soneto “A Mãe-muiraquitã” ganhava a página inicial da *Folha do Norte*. Esse poema foi dedicado a Eustáquio de Azevedo.

Água soturna e morta... Erguem-se, à toa,	A
As velhas sombras dessa moradia.	B
É a alma tapuia a errar, no adeus do dia,	B
No ermo sem fim que a solidão povoa.	A

Quando a flor do luar desabotoa	A
Dentro da noite, na neblina fria,	B
A Mãe-Muiraquitã paira sombria,	B
Sobre a água encantada da lagoa.	A

Entre os juncais, um vulto verde treme...	C
Mas, nesta noite de pecado e glória,	D
As Icamiabas nuas onde estão?	E

Dentro da selva imensa a noite geme...	C
- É a alma da raça triste, sem história,	D
Que anda chorando pela solidão.	E

(BOPP, 1921a, p. 01).

A incorporação de elementos do imaginário amazônico nesse soneto pode indicar as pesquisas que Raul Bopp realizou acerca do folclore do Norte do Brasil para compor seu poema mais importante, *Cobra Norato* (1931). A tematização da fantasmagoria subsequente ao desaparecimento das míticas amazonas do Novo Mundo é a interpretação mais óbvia, já que essa possibilidade de leitura vem inscrita na epígrafe oferecida pelo poeta¹³¹. Talvez para os beletristas belenenses de mais idade essa referência aos mitos de aparência indígena não tenha causado surpresa em razão do desenvolvimento no final do século XIX de uma poesia indianista e/ou sertanista como Eustáquio de Azevedo mostrou nas duas edições da *Antologia Amazônica*.

¹³¹ “Contam *La Condamine* e outros, que as Amazonas uma vez por ano, se entregavam aos homens de uma tribo, no peito escuro da selva. Antes, porém, cheias de horror pela culpa [...].”

Fora o “perfil acadêmico” assinado por Raul Bopp, o qual foi reproduzido à pouco, encontramos três outros sonetos do poeta gaúcho, mas com uma temática tributária da tradição conceitual parnaso-simbolista. Os sonetos “Flor de luto” e “Lorgnette de oiro” foram publicados na mesma página d’A *Semana*, em edição do dia 19 de novembro de 1921.

Cabelo solto, o olhar morto de Ofélia...	A	Sob a lorgnette de oiro, em tédio humano,	A
Alta e magra, ao passar, em seu assomo	B	O olhar reflete a pompa do seu vulto.	B
Mostra-me uma tristeza, nem sei como...	B	Quase à sombra das pálpebras oculto,	B
Como a de um sino em uma torre velha!	A	Indiferente a todo olhar profano.	A
Traja sempre de preto e, ao vê-la, eu tomo	B	Dentro do ebácio esplendor, o engano	A
O estranho fluído que o seu todo engelha	A	Borda o sonho de seda em vago culto,	B
Noiva de luto, corpo de camélia,	A	Morrerei nesse rútilo tumulto,	B
Com olheiras da flor do cinamomo!	B	Como em soturna solidão do oceano!	A
Triste de tédio, passa pela vida,	C	Pequeno inferno! Símbolo proibido!	C
Com indolência de uma flor cansada...	D	- Quero sentir as sombras agoureiras	D
Com seu desdém de esfinge aborrecida...	C	Dessa mortalha de cristal polido.	C
Mas, ninguém sabe o seu enigma, quando,	E	Desse palácio negro em róseo abismo,	E
Só, na penumbra, ao piano debruçada,	D	Matando o amor do trono das olheiras,	D
Toca um Noturno de Chopin chorando.	E	Na majestade do indiferentismo!	E

(BOPP, 1921b, p. 17).

(BOPP, 1921c, p. 17).

Raul Bopp transita entre o teor satírico em versos decassílabos para estes de linguagem elevada, com referências ao imaginário mítico local ou ao patrimônio da literatura europeia. Percebemos o manejo de técnicas versificatórias como o *ejambment*, a predominância de rimas ricas e a diversificação das combinações de rimas. O domínio da forma fixa do soneto deve ter sido a causa para o sucesso tão repentino e duradouro de Bopp junto aos intelectuais paraenses. Com o soneto “Olhos do meu temor”, publicado n’A *Semana*, em 24 de dezembro de 1921, observamos a perícia métrica do poeta que lidava com versos dodecassílabos expondo em especulações profundas toda a complexidade interior do sujeito lírico.

Na tristeza imperial dos seus olhos parados	A
E à penumbra aureolar das olheiras doidas,	B
Dorme não sei o que de pompas escondidas,	B
Num búdico torpor de sonambulizados.	A
Dentro do estranho horror de tumultos fechados,	A
Baila a sombra mortuária e há lendas proibidas...	B
Eu sei de almas de amor que ficaram perdidas	B
Naquela escuridão de infernos apagados!	A
Olhos do meu temor, luctulentos e vagos,	C
Que andam cheios de adeus e onde o mistério habita,	D
Num soturno esplendor de água triste dos lagos.	C
São dois reinos de bruma, ermos, num fim de outono,	E

Onde a noite poisou e onde apenas palpita D
 A asa escura da morte... o deserto... e o abandono... E

(BOPP, 1921d, p. 16).

O teor de mistério ante a contemplação de olhos com expressões fúnebres reitera a atmosfera penumbriada de um tipo de poesia praticada e valorizada pelos poetas paraenses. A escolha da métrica dodecassílaba, a opção por vocábulos incomuns (búdico, sonambulizados, luctulentos...) e a imagética abstrata reforçam a percepção de que Bopp se afirmava por sua capacidade técnico-expressiva ao manusear os procedimentos versificatórios. Mesmo que o soneto acima seja extravagante aos olhos de poetas afeitos à objetividade do soneto parnasiano, esses versos não se mostravam como inéditos nem por sua forma ou por seu conteúdo soturno. O fato é que em 1922 Raul Bopp havia sido totalmente incorporado ao ambiente poético de Belém figurando até na polêmica que envolveu Eustáquio de Azevedo e Rocha Moreira referente a publicação do livro *Literatura Paraense* (1922).

A presença de Raul Bopp no grupo de poetas que se servia da imprensa para participar do meio cultural belenense demonstra a aceitação de intelectuais na casa dos 20 anos por parte daqueles que tinham ao menos duas décadas a mais. Como as maiores promessas da lira paraense, Oswaldo Orico e Martins Napoleão, haviam deixado o estado há menos de dois anos e o poeta gaúcho, apesar da boa acolhida, dentro em pouco iria para o Rio de Janeiro; a organização do cenário beletrístico precisava de uma nova configuração. Os poetas que formaram a Associação dos Novos em 1920, e que assumiriam a dianteira da “modernidade poética” local, precisaram estabelecer laços não somente com os membros do IHGP, mas também renderiam preito a figuras como Severino Silva¹³², Augusto Meira¹³³ e Remígio Fernandez¹³⁴; e essa relação de cordialidade tinha uma razão de ser muito pragmática.

Severino Silva era advogado formado pela Faculdade Livre de Direito do Pará, em 1913; era Diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Estado e foi eleito o Príncipe dos Poetas Paraenses em 1912 sem ter publicado nenhum livro. Augusto Meira, formado pela Faculdade de Direito do Recife, era catedrático de Direito Criminal da Faculdade Livre de Direito do Pará e membro do Ministério Público de Belém. Em 09 dezembro de 1922, ele concluía a epopeia *Brasileis*, apresentada no Teatro da Paz durante palestra proferida em 13 de maio de 1923. Remígio Fernandez também se formou bacharel em Direito pela Faculdade Livre do Pará, em 1908; mas empreendeu a carreira do magistério como Lente de Latim do Ginásio Paes de

¹³² Severino de Araújo Silva. Nascido do estado da Paraíba em 1886.

¹³³ José Augusto Meira Dantas. Nascido em Ceará-Mirim em 1871.

¹³⁴ Remígio José Gonçalves Fernandez. Nascido na Espanha em 1881.

Carvalho; atuava como crítico literário dos jornais *Folha do Norte* e *República* sendo autor dos livros de poemas *Selva* (1919) e *Sol de Outono* (1922). A filiação estética ou de Escola que esses poetas manifestaram em suas composições reflete a formação oitocentista quanto ao apuro vernáculo, à preferência métrica (o decassílabo e o dodecassílabo), às referências ao eruditismo europeu, o uso predominante do soneto especulativo parnasiano com temas patrióticos, instrutivos ou de descrição da paisagem amazônica. Muito característico de um “parnasianismo Nortista”, Severino Silva publicou o soneto “Poeta do Norte”, n’*A Província do Pará*, em 09 de maio de 1920. Os versos foram dedicados ao poeta maranhense Ignácio Xavier de Carvalho, outro migrante incorporado ao meio cultural paraense, muito atuante no jornal *O Estado do Pará*.

Meu plectro de marfim acorda a lira e canta...	A
E a alma enferma, a este canto, acorda e se refaz...	B
Canta o oceano, a montanha, o sol que se levanta,	A
O caboclo bravio, o sertanejo audaz.	B
Canta a flor, o perfil seráfico da santa,	A
A pedra áspera e nua, a pérola de Hedjaz,	B
A ave canora que tem poemas na garganta,	A
A Tristeza, o Silêncio, a Solidão, a Paz...	B
Pouco importa a rudeza abrupta do alcantil!	C
Subirei. Subirás comigo, irmão e poeta,	D
A sonhar e a cantar, sem pão, sem um ceutil.	C
E melhor cantarei o céu de ouro e de azul,	E
E melhor cantarás a selva e a estrela inquieta,	D
Justamente porque não nascemos no sul.	E

(SILVA, 1920, p. 01).

A métrica dodecassílabo parece ter sido escolhida para expressar a magnitude dos assuntos que o poeta pretende cantar em seu ofício. A exuberância enumerativa das possibilidades de motivos leva o sujeito lírico a invocar a companhia de outro poeta que compartilha com ele o estro apologético engrandecido pela região onde ambos “nasceram”. O telurismo que grassou entre os poetas românticos portugueses como Almeida Garrett e António Nobre; além da inesquecível “Canção do Exílio” aparece como marca d’água nesses versos lançados no momento histórico em que o Pará precisava retomar sua história e valorizar sua natureza na tentativa de esquecer as dificuldades atuais.

Augusto Meira talvez ensaiando sua tirada épica ao estilo camoniano louvou a figura máxima da poesia de língua portuguesa com o soneto “Camões¹³⁵”, publicado n’*O Estado do Pará*, em 01 de fevereiro de 1920.

A mão no peito e sobre o peito ardente a espada	A
E o livro de ouro, o canto imortal e divino,	B
Em que a glória guardou e a glória o alto destino	B
Traçou da Pátria ovante, generosa e amada!	A
Ali fulgura e brame a voz da marujada,	A
O céu e o ouro em chama, a tempestade e o trino	B
Da luz!... todo o lampejo e todo o adamantino	B
Clamor da portentosa e intrépida avançada!	A
De pé, em frente ao sonho ousado, erguido em frente	C
Ao mar, ele revê, perscruta, exalça e sente	C
No Mondego florido, os soluços de Inês!	D
Contempla as caravelas soltas, mundo em fora!	E
Oceanos roxos, roxos céus, mais roxa a aurora	E
E afaga, imenso, o mar que lhe braveja aos pés!	D

(MEIRA, 1920, p. 01).

O espírito de saúde de “ser português” parece ter sido avivado com a proximidade das comemorações dos Centenários da Independência e da Adesão do Pará. Louvar a pátria brasileira não constrangeu os intelectuais do estado por sentirem saudades da “pátria perdida”. O uso do metro alexandrino surge como recurso para destacar os gestos heroicos do poeta e militar, que exilado compôs o “poema máximo da Raça”. O patriotismo e o gênio desgraçado do cantor da história nacional são evocados para erguer o perfil do poeta que mesmo destituído das benesses régias exaltou as glórias lusitanas. Nessa síntese de mitos da personalidade de Camões sobressai o simbolismo do herói nacional que Augusto Meira esperava ser ao finalizar a sua epopeia.

Revestido de uma indumentária poética banhada a medievalismo e altruísmo cavalheiresco Remígio Fernandez partilhava do gosto pelos sonetos parnasianos inchados com imagens heroicas. Os versos a seguir não escondem a cepa onde brotaram e intitulado de “Regresso” foram publicados, em 05 de janeiro de 1921,¹³⁶ n’*A Província do Pará*.

Fiz-me um herói à moda antiga e rude:	A
Pus à cabeça o capacete e, ao braço	B
Afivelando o rijo escudo d’ aço,	B
Fiquei a fremir da bélica atitude.	A

¹³⁵ Ao final do poema o autor indica que esse poema foi escrito em 25 de junho de 1919.

¹³⁶ O poema indica ao final que foi escrito em 01 de janeiro de 1921.

Parti. Nublado o céu, pesado e baço	A
O firmamento. Luto. Mas não pude	B
Vencer. A dura terra hostil me ilude	B
E meus músculos cedem, de cansaço.	A

Eis-me de volta: trôpego Cruzado	C
Que vem ferido, desde os pés aos ombros,	D
E, depois de ferido, maltratado.	C

Eis-me – trazendo com a férrea cota	E
D’armas, desfeita em míseros escombros,	D
A tristeza infinita da derrota.	E

(FERNANDEZ, 1921a, p. 01).

Decassílabos doridos de um vate alquebrado nas lides d’outrora. Esse poema e vários outros que Remígio Fernandez divulgou nos jornais de Belém foram recolhidos para integrar o livro *Sol de Outono* publicado em 1922, obra que contou com grande acolhida dos críticos locais. Esse trabalho de recepção por parte da comunidade letrada paraense será discutido em capítulo futuro. A publicação de Fernandez comporta o ar fidalgo de um sujeito lírico que recebe o seu leitor com um “Pórtico” muito semelhante ao “poeta Beditino” de Bilac.

Druida absorto ante a tosca, imóvel ara,	A
O estatuário sôfrego e fremente,	B
Vendo o bloco de rude pedra, sente	B
Estranha chama interna. Pensa e para.	A

Molda, em seguida, a estatura linda e rara,	A
Com tanta perfeição e tão paciente	B
Que, sendo de granito, simplesmente,	B
Parece ser de mármore – Carrara.	A

Assim, divino artista da palavra,	C
Molda também a tua estátua, em verso	D
Original, e as formas pulcras lavra.	C

Que todos sintam forte e novo aroma	E
E possam ver-te mágico e diverso,	D
Na opulência e na música do idioma.	E

(FERNANDEZ, 1922b, p. 05).

O sacerdócio da poesia encarnado na figura céltica do Druida repete o ofício solitário e áspero cantado pelos parnasianos. O refinamento do idioma não se mostra sem o trato custoso e obsedante que transforma a “matéria bruta” em estátua de raro labor; manuseada pelas “divinas mãos do artista”, a língua portuguesa se transforma e ganha feição renovada. Segundo os moldes expressivos da poética impessoal e autotélica do Parnasianismo, Remígio Fernandez emula o gesto de dedicação à invenção poética que distinguia o cultor do idioma.

Modulando o metro decassílabo que tanto amava, Eustáquio de Azevedo inscreveu em um soneto parnasiano o seu patriotismo paraense. Em diversas ocasiões esse longevo poeta tomará de sua lira para exaltar os “Encantos do Pará”, tal como fez em 02 de setembro de 1920, com os versos dedicados a Carlos Nascimento e publicados na *Folha do Norte*.

Um céu azul, de estrelas recamado	A
- o céu mais lindo do universo inteiro,	B
onde Phebe resplende e, sublimado,	A
e soberano, o sol brilha altaneiro,	B
azuis montanhas, mares e campinas	C
verdes, praias de areias luminosas...	D
manhãs albescentes, noites opalinas	C
e balsâmicas tardes deleitosas...	D
Florestas virgens, pássaros altivos,	E
de plumagem cambiante e canto ingente,	F
siriemas, sabiás, galos da serra...	G
são primores, belezas e atrativos	E
que tornam benfadada e seducente	F
a joia do Brasil que é minha terra!	G

(AZEVEDO, 1904, p. 01).

Sem um motivo argumentativo, preocupando-se unicamente em descrever a paisagem exuberante da terra natal, apesar das imagens genéricas, o poeta conduz seu espírito embevecido por entre um fluxo enumerativo em que se sucedem cenários e seres responsáveis pela magnificência circundante. De um único fôlego percorremos a paisagem idealizada por Eustáquio, criada para elogiar seu amado torrão. Uma peça descritiva capaz de deixar orgulhoso qualquer artista do verso. E, se a apologia ao Pará se tronara o mote a ser desenvolvido, Carlos Nascimento, Lente de Língua Portuguesa do Ginásio Paes de Carvalho, respondendo a requisição do amigo pôs-se a louvar a planta que se tornaria símbolo da dieta amazônica: o açazeiro. Com o soneto “Sob o céu da Amazônia”, o inconfundível “sabor marajoara”, ganhou a primeira página da *Folha do Norte*, em 12 de setembro de 1920.

Entre irmãos vegetais, és mais débil e esquivo,	A
E por seres assim, mais te quero e te exalto;	B
Dás a mão que te busca, o cacho luzidio,	A
Seja o sol de verão, seja o céu de cobalto.	B
Verde fronde esmeralda entre o verde sombrio,	A
No colunelo heril, de robustez tão falta,	C
Se não tens outros dons – nos matas o fastio,	A
Dando o fruto que é bom, e por ser bom, tão alta.	C
E o vinho do teu fruto esta tribo sustenta;	D
Dele bebera Noé, e o torpor que entontece,	E

Não sentira sequer, ou a ebríez sonolenta...	D
Que esse vinho alimenta, e toda a frase o apouca.	F
Saboreá-lo é melhor, como sangue, que desce	E
Borbulhando na veia, enrubescendo a boca!	F

(NASCIMENTO, 1920, p. 01).

O aplauso ao açazeiro está firmado na depreciação retórica escolhida como recurso para que o poeta deixasse sobressair sua perícia verbal, mais evidenciada em razão da escolha dos versos heroicos vazados no metro dodecassílabo. À sombra desses mestres da Arte Poética que se reunirão os poetas criadores da Associação dos Novos. Os membros desse grêmio divulgarão sonetos parnasos-simbolistas, poemas em que a permanência de um código poético romântico persistirá ao lado de versos humorísticos e apologéticos. A existência de um *corpus* de crítica literária, juntamente com exemplos do gênero narrativo, possibilitou o protagonismo aos jovens poetas engajados na defesa de valores literários e morais recebidos de uma substancial tradição nacional.

A forma poética utilizada por excelência pelos Novos foi a do soneto decassílabo, empregado para comemorar aniversários, saudar a eleição de algum político, zombar de adversários e declarar amores; serviu ainda para expressar ideias de fundo filosófico, homenagear falecidos ou colocar a paisagem amazônica no contexto da celebração telúrica. O verso muito próximo a eloquência romântica do século XIX também foi acolhido por esses poetas de jornal, que frequentemente declaravam sua filiação à Associação dos Novos. Em casos muito raros houve a tentativa de uma poesia “social” ou “futurista”, mas essas experimentações foram realizadas com um objetivo irônico pretendendo mostrar a fragilidade ideológica da ideia moderna, não chegando a se firmar como uma possibilidade válida de criação.

A compilação que apresentaremos se justifica pelo ineditismo em um estudo acadêmico e pela necessidade de compreendermos como funcionava a rede lítero-social desenvolvida no cenário múltiplo da mídia jornalística de Belém. A presença da poesia nos jornais exerceu diversas funções, conferindo status aos seus autores, preenchendo lacunas gráficas, afirmando amizades e atuando na manutenção de gostos estéticos adquiridos nos círculos escolares ou de formação intelectual não institucionais como as tipografias, as redações de jornais e as bibliotecas público-privadas. A poesia dos Novos abriu uma das primeiras perspectivas pela qual filtraremos os princípios literários que uniram esses beletristas em um grupo bastante ativo.

O ano de 1921 marcou a aparição dos primeiros poemas que traziam a clara filiação de seus autores com a Associação dos Novos. As produções publicadas mais comuns eram sonetos

que tanto no vocabulário quanto na estrutura métrica mostravam a influência dos movimentos poéticos brasileiros finisseculares. O jornal *A Província do Pará*, em 05 de janeiro de 1921, abriu um espaço para a “Colaboração dos Neófitos” e o poeta a inaugurar essa plataforma de consagração foi o idealizador da Associação, o polêmico Paulo de Oliveira. O primeiro soneto por ele publicado trazia o sugestivo título de “Supremo ideal”, além da identificação que se tornaria de uso comum por outros poetas e prosadores; abaixo ao nome do autor lá estava o selo da intrépida mocidade belenense: “Da Associação dos Novos”. Outra marca que o soneto abaixo apresentava é a instância dedicatória dos versos, recurso que terá uma função bastante significativa nessa sociedade literária. Nesse caso, os versos foram destinados “para o meu amor”.

Quando se for meu ser evaporando	A
A transformar-se em nuvem cor de rosa;	B
Quando minha alma for-se angustiosa,	B
Já das paixões do mundo se ausentando;	A
Os anjos, certo, a irão acompanhando	A
Pela estrada de glória esplendorosa,	B
Quando minha alma em nuvem cor de rosa,	B
For-se, enfim, entre beijos, transformando...	A
Não quero que me fitem olhos piedosos	C
No instante em que do mundo fugirei,	D
Entre nós, dos que me querem, carinhosos,	C
Mas dá-me, ó Deus (Teu reino alcançarei!)	D
Que eu possa ver, a olhar-me lacrimosos	C
Dois lindos, olhos negros que eu bem sei!	D

(OLIVEIRA, 1921, p. 01).

O repertório vocabular, sentimental, metafórico e formal do soneto Paulo de Oliveira dialoga com todas as experiências poéticas que encontraríamos no ano de 1920 circulando pelos jornais de Belém. Semelhante aos sonetos de Oswaldo Orico, Remígio Fernandez, Severino Silva, Eustáquio de Azevedo, Carlos Nascimento e muitos outros. A experiência poética comunicada por Paulo de Oliveira nos entrega a conhecida lamentação amorosa em face da morte hipotética; passamento que despertaria comoção à mulher amada. A prece realizada por esse sujeito poético, ansioso pela salvação eterna e pelo amor terreno, é tão comum, que antes de chegarmos os tercetos sabemos qual será o seu “supremo ideal”. Nenhuma novidade na métrica decassílabo tão afeita ao lirismo português, nada que nos leve a supor a mais leve ideia de renovação, quiçá de revolução.

Acompanhando o colega de Associação, Arlindo Ribeiro Castro nos oferece a sua “Angústia” no mesmo espaço dedicado aos Novos, mesma indicação de filiação, mesma data e

mesmo jornal. A convenção do amante desolado, injustamente rejeitado pela mulher retorna no soneto sujeito à cartilha do *pathos* amoroso.

Desse amor que fugiu tão de repente,	A
Amor que foi de rosas coroados,	B
Só resta agora esse gemer dolente	A
Do coração que chora desolado.	B

Quando sombrio, desoladamente,	A
Volvo meus tristes olhos ao passado,	B
Sinto o desejo imperioso e ardente,	A
De dormir para sempre no teu lado.	B

Dos dias que tão rápidos passaram,	C
Das ilusões que cedo se evolveram,	C
Das horas doces de felicidades,	D

Apenas restam prantos doloridos,	E
Uns lírios pelo tempo ressequidos	E
E o medonho fantasma da saudade...	D

(CASTRO, 1921, p. 01).

A lamentação amorosa ainda se mantinha como assunto a movimentar a imaginação dos poetas e também da poetisa que se tornaria a Musa dos Novos. Brites Motta foi uma das poucas mulheres que manteve com certa regularidade a colaboração nos periódicos de Belém, desafiando versos como este magnífico soneto invertido. O “Opúsculo da ausência” foi publicado na revista *A Semana*, em 16 de abril de 1921¹³⁷. Ele trazia a singela dedicatória “A ti meu doce amor”.

Como o cair da tarde é triste, quando	A
As minhas incertezas desfocando	A
Vejo as pétalas roxas da esperança...	B

Oh, que amargura eu sinto nesse instante	C
Longe do teu olhar glauco brilhante,	C
Longe do teu olhar de pomba mansa...	B

É nessa hora de prece e de piedade,	D
Quando o sol no horizonte vai sumindo,	E
Que de ti longe, amor, eu vou sentindo	E
Meu coração em negra soledade.	D

E tal tortura o peito meu invade	D
Longe do teu perfil risonho e lindo,	E
Que todos os meus sonhos vão fugindo,	E
Só me ficando n'alma esta saudade!	D

(MOTTA, 1921, s/p).

¹³⁷ Ao final o soneto indica que foi finalizado em 05 de abril de 1921.

Apesar da habilidade compositiva demonstrada por Brites Motta, tematicamente ela não opera mudança em sua linguagem ou se desvia da ética lírica vigente. Os seus decassílabos espelham a separação, o sofrimento e a saudade; estágios do percurso amoroso seguido por seus colegas de agremiação. Nesse ano de 1921, não acompanharíamos grandes ousadias dos membros da Associação dos Novos, que ainda estava ampliando o número de sócios e não haviam conseguido o apoio de personalidades bem relacionadas. Eles também tiveram de dividir a atenção com poetas já estabelecidos em órgãos da imprensa detentores de um espaço garantido para a publicidade de seus versos. Pela quantidade de autores participantes do momento cultural não será possível analisar todos os exemplos existentes, mas alguns nomes precisam ser registrados, poetas como Wladimir Emanuel, Rocha Moreira, Elmano Queiroz, Eduardo Azevedo Ribeiro, Sandoval Lage e muitos outros publicavam com frequência sonetos nas revistas *A Semana*, *A Cigarra*¹³⁸, *Belém Nova*, *Guajarina*; além dos jornais *O Estado do Pará*, *Folha do Norte*, *A Palavra*, *O Imparcial* e *A Província do Pará*¹³⁹.

Poetas de outros estados também recebiam espaço na imprensa de Belém e a colaboração de futuros modernistas se deu de forma muito sutil. Como ocorreu com o carioca Ronald de Carvalho, que antes de compor os “versos desmedidos” de *Toda América* (1926), publicou n’*A Província do Pará*, em 28 de abril de 1921, os dísticos octossílabos do poema “Tarde de chuva¹⁴⁰”.

Sobre os jardins, fina, insistente, a chuva cai, tranquilamente.	A A
Porque uma voz antiga chora dentro de mim, oculta, agora!!	B B
Das folhas tomba, lentamente a água da chuva transparente.	A A
À hora em que os seres adormecem, porque meus olhos se entristecem!!...	C C
No escuro céu, tremulamente, a sombra estende a asa silente.	A A
Que solidão nos ares erra, que solidão em toda a terra!	D D
Sobe, e se espalha, suavemente, um cheiro de ervas pelo ambiente.	A A

¹³⁸ Infelizmente da revista *A Cigarra* conseguimos encontrar somente um exemplar.

¹³⁹ Os demais jornais existentes em Belém nesse período não puderam ser consultados devido ao impedimento das bibliotecas onde realizei a pesquisa.

¹⁴⁰ Esse poema trazia acima do título a indicação “Poetas brasileiros”.

Porque, lá fora, tanta calma, E
e tanta mágoa na minha alma!!... E

Sobre os jardins, fina, insistente, A
a chuva cai, tranquilamente. A

(CARVALHO, 1921, p. 01).

A métrica incomum nesse contexto poético brasileiro está a serviço do efeito cíclico que o poeta emprega ao associar o retorno de um sentimento nostálgico à chuva. Esse processo regular e cadenciado ganha força pela presença repetida de sons vocálicos nasais, fonemas bilabiais e linguodentais. A pausa nessa sequência de marcações, que indica repetição por meio dos sufixos formadores dos advérbios de modo, ocorre pela introdução dos fonemas vibrantes nas rimas “chora/agora” e “erra/terra”. O penúltimo dístico imprime uma sequência aliterativa com os fonemas /n/ e /m/ permitindo um suspiro que antecede o fecho reiterativo. A construção do poema demonstra grande habilidade técnica de seu autor. Características muito apreciadas pelos beletristas paraenses.

Abgvar Bastos, embora não seja tão conhecido como poeta, encontrava-se entre os artesãos do verso ao compor um poema em tudo semelhante aos ideais Românticos inspirados no “Gaia Ciência” resgatada das gestas cavalheirescas que abundaram em Portugal durante a Idade Média. A “Balada do Peregrino da Morte¹⁴¹” leva o poeta ao anseio supremo dos “lidadores” lusos desejosos do regaço fidalgo de uma infanta redentora. O poema a seguir foi publicado n’A *Semana*, em 20 de agosto de 1921.

Passo, chorando em febre o sofrimento A
Do meu semblante e do meu coração. B
Trago a glória fatal d’um pensamento, A
- Filho das trevas e da prosciação! – B
E sigo pela Via-Dolorosa, C
Dos meus sonhos de grande lutador... D
E venho cioso d’uma paz lutuosa, C
Trocando a Morte pelo vosso Amor! D

Bebendo a seiva estranha do contento A
Simbólico da minha devoção, B
Dou-vos o anseio do meu sentimento, A
Ébrio da vossa luz e perfeição! B
De Nínive ou Damasco, a mais formosa, C
Cortesã da Beleza e do esplendor D
Curvo-me à vossa graça poderosa, C
Trocando a Morte pelo vosso Amor! D

Longe, buscando o Ideal do meu tormento, A
E pelo meu Ideal clamando em vão, B
Corro de firmamento em firmamento, A

¹⁴¹ O poema é dedicado ao poeta Rocha Moreira.

Na minha ovante peregrinação,	B
Da liça, erguendo a lança vitoriosa,	C
Martirizado pelo meu valor,	D
Minha vitória será mais gloriosa,	C
Trocando a Morte pelo vosso Amor!	D

E de volta, cantando entre ouro e rosa,	C
A vossa formosura majestosa,	C
Dou-vos os meus laureis de triunfador,	D
Louros que trago da conquista airosa,	C
Trocando a Morte pelo vosso Amor!	D

(BASTOS, 1921, p. 13).

O poeta mostra grande domínio da técnica versificatória mantendo em cada oitava decassílabo o mesmo esquema de rimas, que em parte é transposto para a meia estrofe que serve de remate a composição. O *leitmotiv* é evidenciado no verso repetido em todas as estâncias talvez para expressar o alívio do campeão que de regresso ao casal pode abandonar a “Morte” para ser admitido no reino do “Amor”. Essa expressão de sentimentos travestidos pelo imaginário europeu dominou a todos os jovens poetas paraenses, como se uma atmosfera Neorromântica estivesse instalada na sensibilidade dos bardos, não há melhor definição para esses moços. O poeta José Simões, no início do ano de 1921, compunha uma longa elegia ao “Bandolim da Morta” em que podemos ler quadras como estas:

Hermengarda morreu, quem te magoava tanto,	A
com tanto sentimento e tanto amor, enfim,	B
que se pensava ouvir, despedaçado em pranto,	A
falar seu coração dentro do bandolim!	B

E tu quedaste aí, melancolicamente,	C
envolto de saudade, abandonado à dor,	D
sobre o móvel em que ela, emagrecida e doente,	C
te deixou para sempre, ó bandolim d’amor!	D

(SIMÕES, 1921, p. 03).

O gosto por símbolos medievais também movimentou a pena do poeta Elzamann de Freitas, um dos mancebos “esquecidos” pela *Literatura Paraense* de Eustáquio de Azevedo. A figura régia desponta nos versos alegóricos dessas quadras alexandrinas que formam “A taça do Rei de Thule”.

No vasto varandim do seu castelo forte,	A
O Velho Rei de Thule, alquebrado, pressente	B
Que em volta de seu trono anda rondando a Morte,	A
Como invisível vespa, ininterruptamente.	B

Veste os fatos de gala e retira, sereno,	C
Do seio arqui-enfermiço a linda taça de oiro.	D
Contempla-a taciturno e ao jovem pajem loiro	D

Manda, lesto, trazer certo vinho do Reno... [...]	C
Jovens! Almas em flor que andais à beira mar,	E
No esquecimento azul das afeições mais puras:	F
Se encontrardes, caso, em meio às vossas juras,	F
Essa taça de luz nas águas a boiar,	E
Desconfiai! Desconfiai! Não na toqueis, sequer	G
Deixai a que se vá, perlada de sereno;	H
Ela contém no bojo o trágico veneno	H
Do amor de certo Rei por mágica mulher...!	G

(FREITAS, 1921, p. 05).

Unindo-se ao gosto pelas horas d’ocaso, pela soturnidade e a delicadeza dos temas amorosos tivemos outro futuro modernista demonstrando sua perícia estética em um jornal de Belém, este foi Guilherme de Almeida. N’A *Província do Pará*, em 12 de novembro de 1921, ecoava o poema “Que estranha melodia...”.

Que estranha melodia	A
sobe das tuas mãos de porcelana	B
e das teclas nervosas de marfim!	C
Com tons antigos de tapeçaria,	A
a paisagem de maio é quase humana	B
sob o céu de cinza como o spleen...	C
O plano sensitivo,	A
ao contato do outono e dos teus dedos,	B
crispa os nervos sonoros de metal.	C
No parque há um por de sol contemplativo	A
e um espreguiçamento de arvoredos,	B
dentro da tarde sobrenatural.	C
É a música de outono,	A
é o áspero ranger das folhas soltas	B
que enche o bojo do piano singular.	C
As folhas tombam lânguidas de sono,	A
e as notas sobem leves, como envoltas	B
numa nuvem de gaze e de foulard...	C
Desbotada, lá fora,	A
esvoaça a última folha; e, desbotado,	B
o último acorde esvoaça no salão...	C
Que estranha melodia sobe agora	A
dos teus dedos dormindo no teclado,	B
do meu beijo cantando em tua mão!	C

(ALMEIDA, 1921, p. 02).

As sextilhas iniciam com um verso quebrado, um hemistíquio, embora ligado sintaticamente ao verso seguinte que será um decassílabo como os demais. Os elementos imagéticos e sensoriais que compõem o poema remontam a atmosfera vaga e crepuscular dos penumbristas e simbolistas; o que é reforçado pela sinestesia impressa pelo som do piano que

aos poucos vai se confundindo com a paisagem outonal preenchida pela melodia gélida das folhas caindo. O fim da peça ao piano coincide com a última folha despegada de uma árvore, momento em que o sujeito lírico retorna do “passeio musical” para beijar a mão da pianista executora de música tão inebriante. O poder sugestivo dos acordes permite a viagem pelo espaço oferecendo percepções táteis consoante a apreensão das notas do piano. Há o galanteio nesse jogo sugestivo em que a perícia da artista transporta o ouvinte-poeta para outro estado de consciência sem afastá-lo totalmente do seu objeto de desejo.

Entre os jovens poetas paraenses o soneto foi a forma poética mais cultivada como também as possibilidades temáticas, as referências culturais e as influências da escola Romântica, Parnasiana e Simbolista se sobressaem por meio da valorização das imagens clássicas trabalhadas para expressar a emotividade, a erudição ou as mensagens alegóricas. O poema “Renúncia¹⁴²” de Bruno de Menezes, publicado n’*A Semana*, em 26 de novembro de 1921, ilustra essa tendência.

Teus olhares de esfinge tentadora	A
não me demovem deste meu respeito;	B
quando me vires, qual se um monge eu fora	A
vê no meu lodo um novo ser prefeito.	B
Transfigura-me e cruza as mãos no peito	B
na contrição de humilde pecadora;	A
mostra um semblante em lágrimas desfeito,	B
branco fantasma errante de Lenora...	A
Ó “nunca mais” entre nós dois sepulto...	C
Fujamos ambos deste ideal sonhando	D
no desespero da paixão sem culto!	C
Fica na sombra, por misericórdia...	E
Todo Fruto Proibido do Pecado	D
torna-se em Pomo de infernal discórdia!...	E

(MENEZES, 1921, p. 26).

Bruno de Menezes realiza uma síntese ousada ao reunir nesse poema as referências ao mito e a tragédia de *Édipo Rei*; ao que se segue os poemas de Edgar Allan Poe “Lenore (1831)” e “The Raven (1845)”; e, encerrando de forma engenhosa com a aproximação de um episódio bíblico da lenda que estaria por trás da guerra de Troia. A impossibilidade da perpetuação do amor constrói-se por meio de mulheres que transitam entre a proibição como é o caso de Jocasta; a inacessibilidade trazida pela morte como ocorre com Lenore/Lenora; o pecado da desobediência representado por Eva e o adultério transposto para a figura de Helena. O poeta

¹⁴² O poema foi dedicado a Carlos Nascimento.

reveste-se de uma moral religiosa para respaldar sua “renúncia” buscando escapar ao destino trágico que acometeu outros homens imprudentes.

E o que seria do exercício poético dos Novos sem as tiradas cômicas dos deliciosos sonetos satíricos de Jacques Flores, o Luiz Gomes? Mesmo que esse poeta tenha exercido a versificação com assuntos sisudos ou mais condizentes com a gravidade lírica de seus contemporâneos, ele se notabilizou pela troça e o tom galhofeiro de composições dessa feita indiferentes. Vejamos o poema “Não tô ligando”¹⁴³, publicado n’A *Semana*, em 10 de dezembro de 1921.

Olha. Se julgas que fiquei zangado	A
por teres ido caladinha à festa,	B
tola serás. Por isso não me enfado,	A
pois ciumento não sou. Quem m’o contesta?	B
Foste, Flertaste. Estavas linda e lesta,	B
de Saxe um “bibelot” todo azougado...	A
Vi-te da rua. Mas, ter ciúmes nesta	B
quadra de melindrosas?... Que pecado!	A
Juro-to, meu amor, que não me zango.	C
Podes ir outra vez, quantas quiseres,	D
enlouquecer no turbilhão do tango...	C
Gosto de ti assim, meu sonho pando	E
Sorriu ao ver as fitas das mulheres.	D
Impressionar-me? Sim... Não tô ligando!	E

(GOMES, 1921, p. 22).

A grande habilidade de Jacques Flores em colocar nos decassílabos assuntos corriqueiros, casos leves de enamorados, congratulações ou zombarias deu-lhe fama em Belém. Ele estaria presente em vários eventos artísticos nos anos seguintes brindando o público com seus “versos humorísticos”. A veia cômica teria lhe garantido inclusive um emprego como relata Eustáquio de Azevedo na edição de 1943, da *Literatura Paraense*. O estro galhofeiro de Luiz Gomes estará manifesto inclusive em suas crônicas, pequenas narrativas picantes e mesmo em seus textos de crítica literária. Essa facilidade do poeta para criar anedotas ou mofar de situações diversas deixa sua poesia muito próxima do diletantismo vazio somente embalado por uma forma fixa consagrada. Embora pudéssemos imaginar Luiz Gomes assumindo uma postura mais irreverente quanto às normas versificatórias e encaminhando-se para o “Futurismo”, os seus dotes de saltimbanco não o levaram a aderir a nenhuma manifestação artística de vanguarda.

¹⁴³ O texto é dedicado ao “Ao Elmano – autor da triunfante revista nazarethua”.

Com o “bobo da corte” apresentado, antecedido por reis, castelos, princesas e cavaleiros; não poderia faltar o Príncipe dos Poetas Alagoanos. Jorge de Lima foi eleito em 1921, por meio de um concurso realizado pelo jornal *Correio da Tarde*,¹⁴⁴ de Maceió. O livro que o celebrizou, *XIV Alexandrinos*, saiu no ano de 1914, sendo elogiado no Pará pelas críticas de Bruno de Menezes e Remígio Fernandez, respectivamente.

Publicada no jornal *O Combate*,¹⁴⁵ em 18 de setembro de 1920, a leitura realizada por Bruno de Menezes reflete sua formação clássica e o estranhamento que as “novas correntes literárias” lhe causavam. Ela também representa o início da atividade crítica de Bruno que ao longo dos anos mostrará um posicionamento conservador, mesmo que no desenrolar de sua atividade intelectual ele tenha assimilado alguns recursos explorados por autores modernistas como viria a ser o próprio Jorge de Lima.

Como excelsa e magnífica joia, me veio parar às mãos, a preciosidade artística, mimo de poesia e arte, que é a elegante brochura “XIV Alexandrinos”, da autoria do poeta Jorge de Lima. Arredio como andamos das *cotteries* literárias, do meio intelectual onde se trava sobre Arte, confessamos, penalizados, conhecermos o presente livro, através a leitura do acolhimento fidalgo com que toda a imprensa do país recepcionou o poeta invulgar, que vinha publicar tão inconfundível obra, - isto em os jornais e revistas que nos veem do sul. Daí, nada podemos externar, em relação a personalidade do autor. Limitando-nos somente, a dizer algo da nossa impressão fortíssima, sobre o Golconda de poesia, que é “XIV Alexandrinos” [...] O Sr. Jorge de Lima, é de fato, um poeta consumado, talentoso. Sente-se por todo o livro que a sua imaginação criadora, a sua inteligência singularíssima, o seu *eu* de esteta perfeito corporificara, um aticismo bizarro, uma grácil maneira de se expressar a seu modo [...] (MENEZES, 1920, s/n).

Tratando do antológico soneto “O Acendedor de Lampiões”, Bruno de Menezes exalta a “sua urdidura, a psicologia exótica, prosélita generosa de uma linda moral, que celebrizou a poesia mórbida e triste de Cesário Verde” (MENEZES, 1920, s/n). Para destacar a musculatura parnasiana dos *XIV Alexandrinos* o crítico aproximará Jorge de Lima de medalhões como Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correa, Félix d’Arvers e Edgar Poe. A identificação e a admiração pelo “Príncipe Alagoano” são tamanhas que o encerramento dessa crítica elogiosa e rasa, demarca com entusiasmo a passagem de Jorge de Lima pelos “umbrais do Templo dos Eleitos”.

¹⁴⁴ Em setembro de 1921 Jorge de Lima já havia recebido a medalha referente ao título de Príncipe dos Poetas Alagoanos conforme concurso realizado pelo jornal *Correio da Tarde*. Em matéria publicada nesse jornal no dia 13 de setembro de 1921 Jorge de Lima num gesto de humildade tencionava entregar sua comenda “ao ilustre e talentoso publicista alagoano, Dr. Pontes de Miranda, residente na Capital Federal”. Pontes de Miranda, embora tocado pela nobreza do gesto do “Príncipe”, recusou a transferência da honraria afirmando o desejo de poder “retribuir a ti e Alagoas o gesto carinhoso”.

¹⁴⁵ Esse texto foi encontrado no espólio do poeta Jorge de Lima guardado aos cuidados da Casa de Ruy Barbosa. O recorte de jornal não apresentava número de página.

Em artigo publicado na *Folha do Norte*, em 27 de setembro de 1921, Remígio Fernandez ancorou sua leitura dos *XIV Alexandrinos* na crença de que a arte tem uma missão edificadora precisando desempenhar no leitor o interesse pela vida e suas questões pragmáticas. A partir dessa ética vitalista a poesia de Jorge de Lima recebe elogio por ter alcançado a maturidade artística ao se desviar do “lirismo emocional” comum nos poetas estreados.

Jorge de Lima evitou, pois, o lirismo aéreo, o subjetivismo à “outrance”, para vibrar no mundo real das antinomias, das lutas e das grandes paixões humanas. Antecipou à arte e tudo, trazendo ao raciocínio os fenômenos que mais o impressionam. Sente-se que o poeta, fiado mais na ideia do que na fabulação mitológica, marcha vagarosamente, como todos os seres que se locomovem, firmando-se na rude terra... Culto em demasia para ser impressionista, a sua arte deixa sempre um rasto por onde passa. [...] Para poetar não se carece exclusivamente de imaginativa. Na sua evolução surpreendente, a poesia abarca hoje em dia todas as manifestações superiores da inteligência. Mas, o que se não discute, é a cultura intensa do vate, se pretende ser de sua época e do futuro. Cada dia que decorre é uma transformação que se opera na ambiente. Não foi sem um surto de genialidade que o poeta italiano disse: “ou renovar-se ou morrer”. Essa renovação é a mudança espiritual adequada à sua época, no que ela tem de mais elevado e mais digno na moral e na arte (FERNANDEZ, 1921b, p. 01).

A compreensão de Remígio Fernandez quanto à necessidade de atualização dos assuntos poéticos assenta-se na ética do decoro, da clareza e da utilidade do verbo lírico. Ele admite as transformações que não contradigam os valores e os princípios artísticos, nem subvertam a lógica do apuro cognitivo. A renovação literária nos termos do crítico deveria estar associada sempre a elevação do homem que enxergaria no exercício poético a possibilidade do crescimento das faculdades mentais. Esse racionalismo será também a base de todas as críticas que circularão em Belém condenando as “loucuras” das novas correntes literárias.

Assim, afagado pelo crítico mais jovem e tratado com mais rigor pelo crítico de maior experiência o soneto que se viu entronizado na realeza poética brasileira – “O Acendedor de Lampiões” – apareceu em toda a sua majestade n’*A Semana*, em 10 de dezembro de 1921.

Lá vem o acendedor de lampiões da rua!	A
Este mesmo que vem infatigavelmente,	B
Parodiar o sol e associar-se à lua	A
Quando a sombra da noite enegrece o poente!	B
Um, dois, três lampiões, acende e continua	A
Outros mais a acender imperturbavelmente,	B
À medida que a noite aos poucos se acentua	A
E a palidez da lua apenas se pressente.	B
Triste ironia atroz que o senso humano irrita:	C
Ele que doira a noite e ilumina a cidade,	D
Talvez não tenha luz na choupana em que habita.	C
Tanta gente também nos outros insinua	A

Crenças, religiões, amor, felicidade, D
 Como este acendedor de lampiões da rua. A

(LIMA, 1921, p. 19).

Até agora foi possível mostrar o gosto literário ou o cardápio estético disponível na imprensa paraense mesmo que numa escala mínima. Daí podemos imaginar a surpresa que os versos assinados por um curioso pseudônimo, Helios, devem ter causado ao serem lançados no mesmo dia da publicação do soneto de Jorge de Lima. Foi *A Província do Pará* o órgão responsável por trazer a composição “No Táxi”, poema tão estranho ao cenário poético de Belém. Embora o texto seja longo, por seu ineditismo em uma pesquisa acadêmica, acreditamos ser importante sua transcrição na íntegra.

- Linda!
 - Entra depressa! Alguém te viu?
 - Tens medo?
 - Pudera...
 -Ninguém viu. Mas eu cheguei tão cedo...
 e esperei... esperei...
 - Chi non spera muore...
 - Stecchetti?
 - Que imprudente! Abaixa logo o “store”.
 Alguém nos pode ver. Meu marido é um Otelo!
 Que sacrifício vir! Nem penteei o cabelo...
 Tu não vais reparar... Vesti-me tão depressa.
 Pus uma blusa a esmo...
 Eu reparar? Hom’essa!
 Só reparo que és linda e que te amo, mais nada.
 Mal me chamaste, vim, vim n’uma disparada.
 - Começas? Baixa as mãos! Juraste estar quietinho...
 - o teu lábio é um frouxel, meu beijo um passarinho,
 dê-me essa boca, amor...
 - Que tens feito?
 Dá, pois...
 pensei em ti...
 Depois?
 - Pensei em ti...
 Depois?
 - Tu foste a preocupação das minhas horas. Essa
 cabecinha jamais me saiu da cabeça;
 o som da tua voz, o sorriso que brinca
 em teus lábios, a luz dos olhos de pervinça,
 o sulco que teu queixo alvo e galante frisa,
 esse oval infantil do rosto à Mona Lisa,
 a felina expressão do teu gesto discreto,
 teu beijo...
 - Baixa as mãos! Tu juraste estar quieto...
 - Que fizeste sem mim?
 Saudades...
 - Só saudades?
 - Compras... “footings”... chás...
 - Já sei: frivolidades
 de vidas onde o amor é um “flirt” sem raízes...
 Calo-me, sofro e penso... Estamos nas Perdizes.

Roda o táxi na bruma. Um plátano calado
 cisma, a servir de encosto a um bêbedo. Um soldado
 estridula no apito o seu trilho. Mais nada.
 E penso: o que é este amor a esta mulher amada?
 Um boneco comprado à casa de brinquedos,
 que vive a espernegar, ao gosto dos seus dedos,
 na ponta desse fio que se chama capricho...

(HELIOS, 1921, p. 04).

Não há como comparar esse poema com nada que vinha sendo feito pelos poetas radicados em Belém. A disposição gráfica não se equivale a qualquer tipo de estrofe conhecida pela tradição. O diálogo que organiza a proposta poética traz uma situação, embora não de todo estranha – o adultério –, sem paralelo com as aventuras amorosas conhecidas, já que os amantes se encontram em um automóvel. É o táxi que lhes permite a fuga, embora confusa, mas facilitada por um símbolo da modernidade sintetizando a vibrante, e porque não, promíscua, realidade urbana. À cena do encontro sucede a reflexão do sentido de um relacionamento esquivo em que a conversa dos envolvidos é sempre interrompida pelas investidas libidinosas do homem paradas pelo receio da mulher. O modo irrefletido do encontro revela uma espontaneidade perigosa disfarçada pelas tiradas jocosas e a pressa de um contato mais íntimo. E a cena que parecia apenas um episódio picante perde toda a “novidade” ao se entregar a um moralismo insignificante rematado pela alegoria do amor proibido e do títere manipulado sem nenhum cuidado. Torna-se mesmo interessante acompanhar a passagem do diálogo no interior do carro para o ambiente visto pela janela do táxi; mas essa simultaneidade das ações como um recurso expressivo e inovador se perde na reflexão frouxa de um amor vivido às escondidas. A manutenção da rima organizando o poema em seguimentos de dísticos não acrescenta nenhum significado ao todo do texto somente nos faz lembrar a habilidade versificatória do seu provável autor: o poeta paulista Menotti Del Picchia.

Se os versos acima não tivessem provocado as suscetibilidades do público paraense, o poema publicado no mesmo jornal em 14 de dezembro, daria o que falar com certeza. O texto denominado “O Telefone”, também de Helios, trazia por subtítulo “Cena Super-futurista” e se aproveitou novamente de um gatilho tecnológico e de um caso amoroso.

Drin... Drin... Drin... Drin...
 - Doutor, o Sr. quer
 atender?
 - Ó José, a voz é de mulher?

- Hein? Tu não poder vir. Não faz isso! Sê boa.
 Vem logo... Esperarei ansioso na porta,
 dentro da noite fria, ao pé desse bizarro

obelisco. Verás cintilar um cigarro
na treva. Serei eu... Que? Teu pai? Não traz culpa?
Mas quem ama, meu bem, tem sempre uma desculpa:
a amiguinha que leve uma febre imprevista;
Lúcia que quer saber onde mora o dentista,
qualquer coisa, afinal, que a gente inventa a esmo,
a mentira espontânea... Que? Tu não vens mesmo?
Oh! Não fales assim... Isto mata!... Soubesses
o que é passar sem ti por um inverno desses
que plagiou, em novembro, esta noite paulista!
Vem! Eu escuto o rumor do auto; a minha vista
fura a treva... Ah! és tu, Baskt nervoso e fina...
Abres o “landaulet”, um envelope como um halo.
O teu corpo estremece... Só de beijo, não falo...
Mas, para que falar, se a pronúncia parece
não ser o que se diz, mas o que se emudece?
Vem! Tenho de te dizer mil coisas, mas que, em suma,
eu posso resumir, se tu quiseres numa...
Queres saber qual é? Cola o teu lábio ao fone.
Não! Não posso dizer, meu bem, no telefone.

- José! Eu vou sair. Se me chamarem, diga...
diga... Que hás de dizer? Sumi... Morri! Que espiga!
Diga que fui... Sei lá? Diga... Mas que maçada!
Se alguém me procurar, José... Não diga nada.
Diga que sou feliz! Diga que a vida é bela!

(HELIOS, 1921, p. 04).

Um novo retrato da realidade urbana desenrola-se facilitado agora pelo telefone. E semelhante ao poema anterior subsiste a estrutura narrativa debuxando uma cena passada no escritório onde podemos acompanhar pelas reações do homem as hesitações e os medos do par amoroso do outro lado da linha. Adivinhamos as palavras da mulher pelas reações do homem enamorado que a tenta persuadir a comparecer a um encontro furtivo. A repetição dos dísticos rimados, embora sem regularidade métrica, tenta manter um toque de lirismo numa relação intermediada por equipamento até então alheio às estratégias dos casais apaixonados. Apesar das *inovações* técnicas do poema que tentava apreender um momento de modernidade, as juras e os artifícios da sentimentalidade continuavam os mesmos. Mas como conhecer a reação dos poetas de Belém diante de um poema aparentemente tão subversivo?

A articulação de uma resposta de repúdio ou de apoio não viria de imediato, apesar de Remígio Fernandez ter sido o primeiro a se manifestar acerca desse tipo de poesia “aloucada” com o artigo “Bagatelas (O Cubismo Literário)”, publicado em 22 de maio de 1920, no jornal *Folha do Norte*. O autor aqui sugere que as razões para o desconcerto artístico na Europa se deviam às transformações trazidas pela Primeira Guerra Mundial e que tais mudanças foram sentidas principalmente na Suíça e na França, tendo esse último país dois dos maiores representantes do “cubismo literário” por meio de Max Jacob e Guillaume Apollinaire. A reação

emocional de Remígio Fernandez condensada pela forma do *ex negativo* expõe as práticas que fariam da poesia de vanguarda algo tão afrontoso aos poetas de formação tradicional.

O cubismo surge completamente desligado de qualquer escola literária atual ou anterior e apresenta-se, no seu irrefreável e desordenado ímpeto, como um ideal generoso e vital para os novos horizontes que devem conduzir os homens. [...] Desta arte, os templários do cubismo literário julgam-se os intérpretes genuínos e exclusivos dos fenômenos que lhes apareceram inéditos, ainda após os milênios de civilização e apesar dos períodos de fulgor de todos os tempos. Desterraram, por inúteis, todo esse longo e variado material que ocorre em favor das letras e vocábulos; suprimiram as leis fundamentais e subsidiárias do verso, torceram o sentido literal das palavras. Desta sorte, foram banidos de deus versos exatos e mancos o ritmo, a métrica, as vírgulas, os pontos e todos os sinais intervocálicos. Na ordem ideológica, esse criacionismo, de natureza inteiramente inédita nas literaturas do ocidente, reveste absolutamente as exterioridades duma psicose perfeita. O poeta cubista é um simbolista *pécco*, um espírito banal e estéril, prejudicial ainda às almas sensíveis e ao despertar das energias da mocidade. Da leitura de suas poesias, o espírito, o nosso espírito regressa desconsolado, triste, quando não volta profundamente revoltado (FERNANDEZ, 1920, p. 01).

Como o principal exemplo dessa degenerescência artística o crítico cita um trecho do poema “Souvenirs”, do livro *Calligrammes* (1918), de Apollinaire, embora não transcreva o final do poema por ser muito perturbador ao público paraense¹⁴⁶. E sempre com a estupefação de quem se depara com alguma sandice, Remígio Fernandez empregou o mesmo vocabulário patológico que se usava para denominar a poesia futurista.

Merecem transcrição algumas estrofes do prosélito e ardoroso G. Apollinaire. São versos ou são linhas, sem lei e sem senso. São versos que se não podem traduzir quase, a não ser palavra por palavra, sem que se consiga dar-lhes sentido ou uma correlação com a emoção que possam despertar, porque eles são, de fato, inexpressivos para nós, aéreos, ilógicos, destituídos da mais simples fenomenalidade para interessar a nossa capacidade sensorial. Aí vai essa amostra, arrancada ao humorismo do maravilhoso estilo duma crônica de Gomes Carrillo. É um poema de Guillaume Apollinaire, um oficiante fanático do novo rito literário:

I

Deux lacs nègres
Entre une forêt
Et une chemise qui sèche

II

Bouche ouverte sur un harmonium
C'était une voix faite d'yeux
Tandis qu'il traine de perites gens

III

Une toute petite vielle au nez pointu
J'admire la bouillotte d'email bleu

¹⁴⁶ A estrofe final desse poema é a seguinte:
“Toi qui te tournes vers le roi
Est-ce que Dieu vouldrait mourir encore”.

Mais le rat pénètre dans le cadavre
et y demeure

IV

Un monsieur en bras de chemise
Se rase près de la fenêtre
En chantant un petit air qu'il ne sait pas très bien
Ça fait tout un opera.

Aí está em molde um dos poemas do cubismo literário que faz época em França, e já se estende, como epidemia, pela Europa (FERNANDEZ, 1920, p. 01).

Embora fosse capaz de descrever o que lhe causa ojeriza na estética cubista, Remígio Fernandez não consegue compreender que “o poema passa a reduzir-se a uma sucessão de anotações, uma apresentação de estados de alma, que não apresentam entre si uma relação causal” (TORRE, 1972, p. 109). Outro poeta francês lembrado pelo mal exemplo de sua infamada poesia é Mallarmé, cuja segunda estrofe do poema “Sonnet en yx¹⁴⁷”, presente no livro *Poésies* (1899), ganha descrição por estar “fora do discernimento e de qualquer juízo” (FERNANDEZ, 1920, p. 01). O final da crítica alerta aos jovens poetas do caráter nocivo que esse tipo de poesia poderia despertar os desencaminhando da prática correta e fortificadora exemplificada pela obra de grandes artistas com estirpe garantida.

Moços de talento, desavisados, na ânsia enganadora do nome, através da novidade farfalhante, mergulham o espírito nas ondas turvas dessa corrente aluviônica e perdem, com a vocação, o caminho seguro do triunfo, descaminhando rapidamente para a irremediável esterilidade, quando não desanimam, vitimados e aniquilados pelo silêncio do ambiente hostil e justiceiro. Para os que sentem o prurido do ineditismo, para os que julgam alcançar a meta, atordoando com o vão chocalho dos vocábulos, sem base de filosofia ou de sã humorismo, fiquem estes versos de Júlio Dantas, a cantar-lhes eternamente no ouvido, e sejam a legenda gravada no peristilo de suas obras;

“Ser simples como a planta e como a água,
Para que todo aquele que nos ler,
Veja na nossa mágoa a sua mágoa
E nos possa entender”

A arte não é o mistério. A arte é a revelação do mistério. A linguagem é um instrumento de conquista, não é um símbolo de ocultismo. Por algo, da catarata dos séculos, apenas sobrenadaram as obras que todos compreendem, que todos leem e que todos sentem (FERNANDEZ, 1920, p. 01).

Os debates em Belém a respeito da Arte Moderna, manifestada principalmente por meio da poesia, não ocorreriam de forma maciça e concentrada num único momento. Se bem que no ano de 1924 podemos identificar um número considerável de artigos circulando pela imprensa

¹⁴⁷ A estrofe em questão é esta:

“Sur les crédences, au salon vide: nul ptyx;
Aboli bibelot d'inanité sonore,
(Car le Maître est allé puiser des pleurs au Styx
Avec le seul objet dont le Néant s'honore)”.

dispostos a denunciar o famigerado Futurismo. Ao longo de toda a década de 1920, o Futurismo ganhou espaço no meio jornalístico se tornando matéria de discussão, o que na maioria das vezes descambaria para a recriminação de poetas que demonstrassem algum tipo de extravagância no trato da linguagem ou qualquer exemplo de infração ao repertório estético conhecido. Tudo que fosse estranho, grotesco, inconveniente ou perigoso passava a ser taxado de “futurista”. Outras denominações como Dadaísmo e Ultraísmo também aparecem nesse horizonte de execração pública, porém com menos frequência. Pouco a pouco o Futurismo se tornaria tanto exemplo de literatura desprezível, quanto em situações específicas, assumiria o inofensivo sentido adjetivo que designava o esforço de organização da “mocidade poética”. Também será paulatina a associação do Futurismo, enquanto “escola moderna”, aos nomes de Graça Aranha e Menotti Del Picchia, este último conseguindo a proeza de ser amado pela poesia sentimental de seus primeiros livros e odiado por outros trabalhos que abandonavam a coerência do discurso poético tradicional. Por isso, os conceitos de Arte Moderna, Modernidade ou Modernismo apareciam nas críticas da imprensa paraense com uma acepção muito elástica, podendo ser o exemplo escabroso da poesia futurista ou simplesmente a designação da arte desenvolvida pelos jovens autores incendiados pelo desejo de glória.

4.3. Os Novos e as Festas do Espírito.

Já em 1922, a Associação buscava a simpatia de um conhecido representante e defensor da cultura erudita na capital paraense. Foi Remígio Fernandez um respeitado jornalista, poeta, advogado e Lente de Latim do Ginásio Paes de Carvalho. Ele manteve-se fiel a sua formação clássica e nunca considerou como literatura as inovações estéticas conhecidas nas primeiras décadas do século XX. O que justifica o seu apreço pelo livro *Os Novos e o Centenário* (1922)¹⁴⁸, uma coletânea de sonetos organizada pela Associação dos Novos em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Remígio Fernandez em agradecimento ao presente recebido dos jovens beletristas lhes enviou uma carta, publicada n’A *Província do Pará*, em 02 de novembro de 1922. O conteúdo desse texto expressa com clareza a sintonia de valores poéticos compartilhados por esses homens de letras.

Presenteado com um exemplar de *Os Novos e o Centenário*, dei-me pressa em ler com atenção os diversos produtos intelectuais que integram o livrinho. Hoje, dias decorridos de sua leitura, ainda persistem as agradáveis impressões recebidas em suas

¹⁴⁸ Esse livro ganha destaque no trabalho de doutorado de Aldrin Moura de Figueiredo (2001), em que somos informados dos autores participantes dessa coletânea patriótica. Contudo, não encontramos nenhum exemplar desse livro para realizarmos uma consulta crítica adequada. Outra fonte que informa e transcreve poemas desse livro é a *Antologia da Cultura Amazônica*. Vol. I & II (1970), de Carlos Rocque. Ver Anexo A.

artísticas e emocionadas páginas, onde, ao par das cintilações de seus espíritos, vultua o nobre impulso que atira as almas à conquista do sonho. Se a escada que conduz para os altos é longa e muita vez recortada por abismo, impedida por urzes, trabalhada por dilacerantes arestas e, sobretudo apupada e apodada pelas mais desoladoras invectivas da gratuita, roaz e estéril maledicência, todavia quando se ganha a culminância da montanha ideal e o espírito se contempla na serena paz de sua íntima beatitude, livre das paixões e das misérias morais que enxameiam a baixa e torpe estirpe dos retardados morais, a nossa alma encontra a melhor e a mais consoladora das recompensas (FERNANDEZ, 1922e, p. 01).

O empenho em agradar ou celebrar a memória dos intelectuais mais velhos se tornou uma estratégia sistemática para validar a função dessa agremiação cultural. As homenagens em honra da memória de Ruy Barbosa reforçavam o desejo de integração do Pará com as questões de repercussão nacional. Esse empenho pode ser reconhecido na inclinação dos Novos em conhecer a cultura letrada dos outros estados brasileiros como fica patente pelo número considerável de críticas publicadas semanalmente de livros editados em diversas capitais brasileiras. Os Novos assumiram a missão de estudar a literatura que lhes era próxima temporalmente e criar vínculos com outros centros produtores de cultura ilustrada. A troca de informações entre as redações de jornais e de revistas belenenses com outras cidades paraenses, brasileiras e até de outros países favorecia a comunicação e o debate das polêmicas literárias do momento.

Figura 21: Fotografia do Dr. Remígio Fernandez.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana.

O contexto cultural em que a Associação dos Novos foi constituída favoreceria a realização de eventos com teor patriótico. As Belas Artes e a história nacional constituíram a base do pensamento dessa geração. De tal modo que os Novos participaram juntamente com outras associações culturais do cortejo público que celebrou a Revolução de 14 de abril de 1823

em favor da adesão do Pará à Independência do Brasil¹⁴⁹. Os episódios heroicos retomados pelas associações culturais na década de 1920 têm um símbolo bastante significativo em Belém. Referimo-nos ao poema épico *Brasileis*, escrito pelo professor da Faculdade Livre de Direito do Pará e Promotor Público, Dr. Augusto Meira. A circulação da “epopeia máxima da nossa vida heroica” (PUBLICAÇÕES, 1923, p. 01) principia em maio de 1923, por meio de conferências públicas e de trechos publicados nos jornais de Belém. Tal como a “Batalha de Riachuelo”, que “heroicamente” ganhou às páginas d’*A Província do Pará*, em 10 de junho. Como o clima era propício a Associação dos Novos realizou um encontro no dia 11 de junho para celebrar a vitória da Marinha Brasileira na Batalha Naval do Riachuelo. O artigo “Riachuelo: a comemoração de ontem”, publicado na *Folha do Norte* no dia 12 de junho, informa de toda a movimentação na capital paraense e ofereceu destaque ao evento dos Novos.

Também comemorando a grande data de ontem, a Associação dos Novos levou a efeito às 8 horas da noite, em sua sede provisória, à Avenida Generalíssimo Deodoro, 158, uma sessão cívica, a qual compareceram várias pessoas, além do grande número de associados. Sobre a memorável batalha do Riachuelo dissertou o associado Benedito Cordeiro, cujo trabalho calou no espírito dos presentes que formam unânimes em palmeá-lo. A conferência seguiu-se um programa literário dos qual fizeram parte diversos falangiários desse futuroso grêmio (RIACHUELO..., 1923, p. 01).

Dali a poucos dias a Associação dos Novos recepcionava o Dr. Dejard de Mendonça em 16 junho de 1923, nessa ocasião se anunciou como “patrono da sociedade” o “inolvidável conselheiro Ruy Barbosa” (ASSOCIAÇÕES, 1923, p. 02). No mês de julho, os Novos receberam a vista do escritor gaúcho Carlos Cavaco, que desde o mês de março se achava na capital do estado onde realizara uma conferência no Palace Theatre tratando “[d’]A Anekdota e A Mentira” “em homenagem à mulher paraense, representada pela senhora Paqueta Abreu, e as sociedades portuguesas de Belém” (CONFERÊNCIA..., 1923, p. 01). O jornal *A Província do Pará* divulgou, no dia 20 de julho, a impressão que o grupo novel de artistas causou ao autor visitante.

Em sua última visita que fez a esta sociedade, o nosso distinto patrício Dr. Carlos Cavaco, gravou no livro de impressões o seguinte: “Aqui está a Arte, aqui está o Belo, aqui está a Força, aqui está a Pátria, porque aqui está a Mocidade! E eu, que sou um

¹⁴⁹ Revolução constitucionalista deflagrada com o apoio de João Balbi, Boaventura da Silva, Domingos Marreiros, Antônio Barreto, Oliveira Belo, Diogo Moia, Bernal do Couto, Jerônimo Pimentel, Manoel Evaristo, José Pio, Tenreiro Aranha e outros. Teve como finalidade a adesão do Pará à independência nacional, proclamada por D. Pedro, a 7 de setembro de 1822. A revolução foi sufocada pelos soldados reinóis, sob o comando do General José Maria de Moura, sendo os patriotas presos e os militares remetidos para o forte de São Julião da Barra, em Portugal, enquanto os civis, como Bernardo de Sousa Franco, Honório José dos Santos, Joaquim Manuel de Araújo Nobre, Antônio Joaquim de Miranda, eram recolhidos à fortaleza da Barra (CRUZ, 1970, p. 77).

crepúsculo sangrento, vivi intensamente dentro deste clarão de alvorada (O melhor dia da minha vida!). Carlos Cavaco” (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1923e, p. 01).

Outro conhecido poeta homenageado pelos Novos foi o Dr. Severino Silva, natural do Rio Grande do Norte, o distinto advogado fez carreira em Belém sendo distinguido por suas habilidades oratórias durante a celebração do dia 15 de Agosto. Ele colaborava com o jornal *Folha do Norte* publicando artigos de crítica cultural. A notícia do encontro entre o celebrado poeta e os membros da Associação foi divulgada pel’*A Província do Pará*, em 24 de junho de 1923.

Com o brilhantismo que era de esperar, realizou-se anteontem a festa Espiritual levada a efeito por este pujante grêmio de letras, para recepcionar o ilustre e beletrista e orador Dr. Severino Silva. Nesta tertúlia, que deixou a mais grata emoção em quantos, venturosos, puderam assisti-la, fizeram-se ouvir os Srs. Lauro Ferreira, que saudou o homenageado; Sant’Anna Marques, que o apresentou e A. Ribeiro de Castro, J. Nazaré de Sá, Camilo Ataíde, Muniz Barreto, Leonam Nobre, Wenceslau Costa, Gabriel Lage, Clóvis de Gusmão e De Campos Ribeiro, que recitou ainda dois sonetos de Ernani Vieira. Também usaram da palavra, como visitantes, o Sr. Rocher Monteiro numa produção sua, e o inteligente menino Raimundo Orlando que saudou o Dr. Severino, felicitando a associação em recebê-lo. Usou por fim da palavra o Dr. Severino Silva que teve animadoras frases de carinho e de fraternal estímulo para os “novos”, encerrando-se essa esplêndida serenata às 23 horas (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1923c, p. 01).

O respeito pela autoridade intelectual de Severino Silva receberia maior destaque no lançamento da revista *Belém Nova*, em 15 de setembro de 1923, publicação que trouxe como texto de apresentação um “pórtico” altiloquente e castiço. A argumentação de Severino Silva exalta o valor da iniciativa juvenil que desprezando “os botequins” e a “lama bastarda das paixões vorazes” elevava-se pelo empenho criativo e a dedicação a Poesia. A ênfase a energia dos moços vinha acrescida de uma crítica a prováveis inimigos das letras, que de “orelhas empinadas e patas potentes, nitrem o seu rincho desesperado e desabalam em carreira louca...” (SILVA, 1923, s/n). Essa estratégia de conferir aos Novos uma dimensão heroica se adequa ao ímpeto renovador que repetidamente será reivindicado pela geração congregada em torno da *Belém Nova*. A mensagem da reação e da renovação ganha com o texto de Severino Silva uma dimensão claramente idealista.

É reação, e reação corajosa, e reação fecunda a iniciativa desses moços que resolveram criar uma publicação de literatura e de arte, entre nós, nestes dias de tão desalentadora estagnação mental. Não flamejasse no seu peito a chama do mais puro idealismo, não cerrassem eles os olhos, iluminados de cromatismos celestes, ao desolador expectando ambiente, e desfaleceriam, escravizados à feroz dogmatização burguesa e à pífia indiferença da mentalidade andrógina. Pulando na rena, dispostos aos prélios mais violentos, hão de vencer com aquela virtude, a que o pensador germânico capitulou de “faculdade apolínea” e que consiste no privilégio de arrancar luz e imagens do ambiente tenebroso da vida real... (SILVA, 1923, s/n).

Em outra passagem o autor do pórtico chama a atenção para o que seria a grande mudança promovida pelos Novos, ou seja, “quebrar a aspereza dos formalismos exigentes dos estatutos inflexíveis com o ritmo da lira de ouro da Poesia” (SILVA, 1923, p. s/n). Essa aparente investida contra a tradição literária pode ser compreendida como outra estratégia discursiva que pretendia conferir atualidade aos esforços dos idealizadores e colaboradores desse empreendimento cultural, desviando assim a atenção das relações políticas que a *Belém Nova* manteve com o governo estadual por vários anos, já que essa revista era impressa nas oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodre, além do diretor dessa escola profissional, o Sr. Raimundo Machado, ter sido o Diretor-Gerente desse magazine durante 45 edições; entre de 03 de maio de 1924 até 27 de março de 1926.

Ainda fugindo de questes mais delicadas no tocante às inclinações estéticas, Severino Silva desobriga os Novos de qualquer filiação ideológica ao afirmar que eles “não são culteranistas, não são arcadistas, não embocam a tuba do *dulce stil nuovo*” (SILVA, 1923, s/n). Com essa liberdade os membros da Associação dos Novos poderiam se dedicar a “canta[r] e mergulha[r] os olhos no céu” (SILVA, 1923, s/n). Essa imagem de jovens voltados exclusivamente ao cultivo do espírito, isolados das questes sociais e alimentando suas iluses poéticas não coincide com o discurso modernista da valorização da vida presente. Mas isso se explica pela formação clássica do autor do pórtico, que não enxergava grandes diferenças entre ele e seus admiradores de menor idade. Esse estilo laudatório pretende afirmar uma atitude de ousadia heroica, de tal modo que os Novos mereceram a comparação com o poeta grego Tirteu. O primeiro número da *Belém Nova* deixa transparecer sua política editorial, além de indicar quais seriam as preocupações ideológicas e políticas de seus mantenedores. O que significa dizer que essa revista se tornaria a porta-voz do pensamento da Associação dos Novos e a prática usual desse grupo consistia em manter uma relação amistosa com as figuras consagradas do cenário cultural de Belém.

No dia 03 maio de 1924, os Novos realizaram outra recepção, dessa vez em homenagem ao cônsul de Portugal, o Dr. Fran Pacheco, figura reconhecida por sua bagagem literária, que além de suas atribuies administrativas como representante do governo Português, atuava em Belém como divulgador da cultura lusitana proferindo palestras em ocasies festivas acerca de grandes autores lusos como Camões, Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro e Eça de Queiroz. Quase sempre os discursos de Fran Pacheco ocorriam no prédio do Grêmio Literário Português. A notícia relatando os eventos ocorridos na reunio em homenagem ao Cônsul português foi divulgada na *Belém Nova*, em 31 de maio de 1924. O número de participantes

que compareceram ao evento sugere uma celebração das mais concorridas contando com a elite da sociedade belenense.

Os associados Farias Gama, Muniz Barreto, Bruno de Menezes, De Campos Ribeiro, Olindina Cardoso, Oswaldo Gonçalves, Mário Plátilha, Paulo de Oliveira, A. Ribeiro de Castro, Maria Reis, Camargo de Oliveira, Lauro Paredes, Luiz Gomes (Jaques Flores), Edith Carvalho, da Associação dos Novos, em noite de 3 do corrente, receberam o intelectual Sr. Fran Pacheco, cônsul de Portugal, neste Estado. A mesa da presidência foi composta pelo Sr. Raymundo Nonato, presidente da Associação e Amadeu Araújo. Houve discursos, recitativos, música e danças. Comparecem à recepção, além de outros convidados os Drs. Ignácio Moura, I. Xavier de Carvalho, Carlos Nascimento, Oscar de Carvalho, Josué Freire, Flodoaldo Cabral, Abgvar Soriano de Oliveira e Gabriel Esperante; maestro Ettore Bosio; Srs. Vicente Abranches, Theodoro Brazão, J. Eustáquio de Azevedo, Adalberto Lassance Cunha, Manoel Pastana, Euclides Fonseca, Alexandre Trindade e Diogo Brazão (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1924a, s/n).

A Associação dos Novos marcava sua presença junto a elite intelectual de Belém promovendo encontros festivos em homenagem a figuras ilustres moradoras da cidade ou que estavam de passagem. As notas divulgadas principalmente na *Província do Pará* e na *Belém Nova* davam conta da confraternização dos jovens beletistas e daquelas personalidades reconhecidas por terem nas produções literárias ou na inclinação pelas letras um instrumento de distinção social. As celebrações pelo lançamento de algum livro dos Novos também recebiam atenção junto a mídia impressa. O modo elogioso com que cada atividade era tratada permite conceber uma coesão forte o bastante para a divulgação contínua de uma imagem vitoriosa desses jornalistas, poetas, críticos e prosadores. Toda ação que envolvia os Novos se tornava pública e a presença de seus membros transcendia suas reuniões; muitos eram convidados a participar de outras celebrações por serem identificados como detentores de um conhecimento especial ou por produzirem o que havia de melhor, mais decoroso e patriótico no cenário da literatura paraense. Em 01 de junho de 1924, junto às mais altas autoridades do estado, os Novos compareceram ao encerramento do IV Salão da Academia de Belas Artes recitando suas criações poéticas.

Com uma festa chic encerrar-se-á domingo próximo a exposição do IV Salão da Academia de Belas Artes, no Teatro da Paz, fazendo parte da comissão protetora S. Exc. O Dr. Sousa Castro, governador do Estado [...] A cerimônia começará às 20 horas havendo para a mesma convites especiais. É este o programa organizado para o ato, que será seguido de danças: Palavras do diretor da Academia de Belas Arte; Septimino Pontes de Carvalho, executará: Under de Banner of Victory – Marcha, de Von Blon; Dalagne, de Meyer Helmund e Melody in F. de Rubinstein. “Teu olhar”, Rosina Mendonça, romance brasileiro, pela senhorita Helena Nobre; *Clóvis de Gusmão, soneto*; *Farias Gama – Miragem, soneto*; *De Campos Ribeiro, trechos do poema “Cidade da Beleza e as Amargura”, de Luiz Gomes (Jaques Flores) versos humorísticos* (SALÃO..., 1924, p. 01. Grifo nosso).

Mas o grupo da “Avenida da Liberdade” também se deleitava em celebrar os feitos de seus membros e em homenagem a publicação do livro de poemas *Bailado Lunar*, de Bruno de Menezes, realizou-se um “opíparo almoço” noticiado pela *Belém Nova*, em 31 de maio de 1924. O artigo que narrou esse animado encontro se intitula “O ágape do bailado” e bem ao estilo apologético nos oferece um vislumbre divertidíssimo dessa animada reunião de jovens intelectuais.

Nesse domingo esplêndido de maio, o sol, as culminâncias do zênite, quando eu, todo lírio, ingressei a casa de Paulo de Oliveira, onde se ia realizar a comezaina. Já ali se encontrava a maioria dos convivas representada... por Abguar Soriano de Oliveira, o fino intelectual recifense de quem hoje sentimos as mais vívidas saudades, De Campos Ribeiro, Muniz Barreto, Amadeu Araújo, Raymundo Ramos, Edgar Franco, Francisco Peres, Raymundo Nonato, Cleveland Cavalcante, o Quintino e o Torquato, musicistas de fama, e outros amigos, cujos nomes de prompto não me ocorrem. Estávamos reunidas na pequena e elegante sala da residência do bardo de “Judith”. Uns entretinham-se a ler as revistas espalhadas sobre uma artística mesinha, enquanto outros, fazendo cabriolar o palhaço riso, palestravam em torno dos mais descontraídos assuntos. Vez em quando o Paulo, como que a aguçar os canibais do nosso apetite e para evitar o amodorramento do entusiasmo, fazia ocorrer cálices de um licor – pena era que o cálice fosse tão pequenino – que não direi clássico, mais sim divino (O ÁGAPE..., 1924, s/n).

É digno destacar a presença nesse almoço do advogado pernambucano Abguar Soriano de Oliveira, que entusiasmado com a maniçoba servida prometia, quando voltasse a Pernambuco, escrever um artigo jornalístico tratando da famosa iguaria paraense. Mas sua importância vai além da propaganda culinária. Ele publicou na *Belém Nova*, o artigo “A Literatura em Pernambuco”, em 17 de maio de 1924, louvando o agitado momento cultural da capital recifense. O entusiasmo com que o autor do texto informa do “ressurgimento” de uma atmosfera literária em Recife se assemelha às diversas notícias, cartas e crônicas que exaltam os Novos como os líderes do renascimento cultural de Belém. A geração que durante os anos de 1920 iniciava sua participação no cenário artístico em ambas as capitais do Nordeste e Norte do Brasil reivindicava a responsabilidade de movimentar e resgatar as práticas literárias vibrantes em décadas passadas. A construção desse mito do heroísmo em Pernambuco conheceu na figura do jornalista Joaquim Inojosa o melhor exemplo. Ainda segundo Abguar Soriano, a “Arte Nova” se espalhava em Recife graças ao empenho desse moço de talento. Inojosa é identificado não apenas como um disseminador das inovações estéticas chamadas de futuristas, pois sua atuação teria o caráter de proselitismo ao ter “convertido” o poeta Austro-Costa ao “Credo Novo”. O artigo de Abguar Soriano celebra a vitória dos preceitos futuristas a partir do que ele chama de literatura clássica representada por Assis Chateaubriand, Mário Sette, Múcio Leão, Gilberto Freyre etc...

Estes artistas, porém, se bem que todos estudiosos e talentosos, não se quiseram influenciar pela arte nova. Conservaram os clássicos modos de expressão e fecharam seus espíritos às vibrações desconhecidas, aos mundos ignorados da Beleza, que esses inovadores nos fazem descortinar!! [...] Eis que aparece um moço cheio de talento e cheio de idealismo, que alça o grito forte e cheio da modificação e de revolução! Esse moço é Joaquim Inojosa. E ele, com uma coragem e com um desassombro admiráveis, canta, com uma forma nova, as Belezas desconhecidas da Vida e da Arte! [...] E Joaquim Inojosa venceu! O palpável de sua vitória está no obter que esse poeta maravilhoso, que é Austro Costa, ingressasse, também, nas fileiras futuristas. E Austro Costa, o boêmio da Beleza e da Alegria, na ductilidade espontânea de seus lindos versos, vem realizando, brilhantemente, a perfeição da Poesia Futurista (OLIVEIRA, 1924, s/n).

A partir do texto de Abguar Soriano o nome de Joaquim Inojosa ficou conhecido no meio jornalístico de Belém. Fama que só aumentou em agosto desse ano, quando o seu opúsculo *A Arte Moderna*, recebeu uma série de críticas divulgadas nos jornais *A Província do Pará*, *Folha do Norte* e *República*. A Associação dos Novos nesse contexto aumentava seu prestígio junto ao cenário letrado que a acolhera com simpatia. As notícias apareciam sempre como um gesto de aprovação ou como “Palavras espontâneas aos Novos”, título do artigo publicado na revista *A Semana*, em 30 de agosto. O mais notável nesse texto, assinado por alguém que se chamou Dager, é a identificação estabelecida entre os Novos, não com os autores do “futurismo paulista”, mas com escritores consagrados de um passado que supostamente estaria superado.

A Associação dos Novos levanta-se em nosso meio, dentre o pedantismo irritante dessa mocidade fútil e carminada, que aí passa, e enquanto irrisórios bonecos ofegam nos “shimmys” e nos “fozes”, com as suas figurinhas caricaturais e bamboleantes, desfrutavelmente tolas, os rapazes daquele núcleo auspicioso estudam e sonham, escrevem, cantando ao sol da Primavera, cheios de fé e de esperança, convictos de ter um destino a desempenhar. [...] É deveras confortador o exemplo desses moços. Dão-nos tão magníficas promessas! São, talvez, os Aluízios Azevedos, Euclides da Cunha, Olavos Bilac e Josés Veríssimo do futuro... A pertinência dos Novos merece ser saudada, porque é honesta e é salutar. Os zoilos hão de cansar na campanha mesquinha contra essa Associação, que é certamente muito mais útil do que a futilidade dos óculos redondos dos “adelaides”, e por que é um baluarte de coragem, e de esperança! (DAGER, 1924, s/n).

Em ambiente tão favorável aos Novos as “festas do espírito” continuaram acontecendo. No dia 24 de maio de 1924, outra recepção honrou a presença em Belém do poeta, jornalista, advogado e professor de agronomia Dr. Paulo Eleutério. Natural de Pernambuco, esse intelectual então residente em Manaus publicava artigos e críticas literárias no jornal *Folha do Norte* e na *Belém Nova* usando o pseudônimo de João da Selva. Paulo Eleutério no agradecimento proferido sob o título de “Palavras aos Novos”, ampliava a série de elogios que reconheciam o empenho dos jovens intelectuais reunidos em torno da Associação dos Novos.

Salve! Mocidade! Escrínio de encantamento e de poesia, de quimera e de ilusões multicoloridas, de arrebatamentos e de revoltas, sois a Fé! Repositório e cadinho das ideias que surgem, de pensamentos que esvoaçam, como asas brancas pelo espaço, de aspirações que se desnastram como loiras tranças de virgens, sois a Esperança! Reduto de caracteres que se enrijam expressão realizada de temperamentos que se apresta para a peleja cívica, sois o Futuro! [...] Eu vos agradeço, senhores da Associação dos Novos, os encantados minutos emotivos de agora, em que tanto me agitastes o cérebro e o coração, dando-lhes robustez e vitalidade. Vossas palavras amigas, eu as recolho como gotas de cristalino orvalho no torturado arbusto que sou, batido pela fúria de vendavais desencadeados, mas, ainda e sempre, ereto e firme. (ELEUTÉRIO, 1925, s/n).

Encerrando o período de grandes “festas do espírito”, a Associação dos Novos promoveu, em 06 de fevereiro de 1925, a recepção ao Cônsul peruano em Belém, o Dr. Francisco Loayza. O anúncio do evento já circulava no jornal *A Província do Pará* desde o dia 04 desse mês, destacando a iniciativa do “punhado de moços” que realizava “o seu ideal de conquista e de Arte” engrandecendo a atuação “dos literatos da nova geração” (AS FESTAS..., 1925a, p. 01). No jornal *República*, no dia 05, se dava ênfase ao comparecimento da “fina flor da intelectualidade paraense” (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1925a, p.01), além de confirmar a presença do “jovem poeta Clóvis Gusmão” responsável pela apresentação do cônsul peruano que em seguida seria saudado pelo poeta Orlando Moraes. Esses jornais seguem até o dia do evento exaltando a figura de Francisco Loayza como a de um “ilustre escritor” ou “ilustre polígrafo”. A revista *Belém Nova* publicou um resumo do evento no dia 14 de fevereiro. Mas optamos por reproduzir o resumo vinculado n’*A Província do Pará*, em 08 de fevereiro, por ser mais abrangente e típico do estilo superlativo que acompanhava a descrição dos encontros dos Novos.

A geração intelectual moderna do Pará colheu um soberbo triunfo com sua linda festa espiritual de anteontem, homenageando o escritor peruano Sr. Francisco Loayza, que é legítimo representante do pensamento da pátria de Calderon, neste trecho da terra brasileira. Um auditório distinto, em que se destacava a graça da mulher paraense, ocorreu a levar seus aplausos aos moços intelectuais que, promovendo aquele serão de Arte, assim demonstravam o superior cumprimento do programa que se traçaram na arena literária do Norte, dando maior brilho àquele certâmen beletrístico. Às 21 horas, no salão nobre da Associação da Imprensa, dera entrada o homenageado e o Sr. Coronel Roberto Lopes, que eram acompanhados pelo Dr. Alfredo Ladislau e Orlando Moraes, sendo, então, iniciados os trabalhos. Clóvis Gusmão foi quem apresentou aos seus confrades o ilustre recepcionado, a quem Orlando de Moraes, em linda e emotiva oração, saudou, pela Associação, que se sentia feliz por aquela homenagem sincera e merecida. A seguir leram trechos de prosa fluente e disseram versos emotivos e inspirados os Srs. Paulo de Oliveira, Agenor de Souza, Orlando de Moraes, Jaques Flores, Clóvis Gusmão, e De Campos Ribeiro, também o fazendo o Sr. Dantas Tourinho, do Grêmio Acadêmico Ruy Barboza. *Francisco Loayza, então, em eloquentes palavras, agradeceu comovido aquela homenagem, lendo, após, uma linda página de versos de sua autoria, o que arrancou da assistência frenéticas ovações.* A reunião, que terminou cerca de 23 horas, foi pois uma vitória a mais que conta a Associação dos Novos, que assim se reafirma e exalta, na expressão de seu real valor, para o renome desta terra (AS FESTAS..., 1925, p. 01. Grifo nosso).

O Grêmio Líteo-Cívico “José Veríssimo”, formado pelos alunos da Escola Prática de Comércio também distinguiram os Novos ao convidar alguns de seus representantes para integrar o programa cultural realizado por ocasião da posse de seus dirigentes. *A Província do Pará*, em 07 de junho de 1925, divulgava essa manifestação do apreço recebido pelos Novos.

Gentilmente convidados para a linda festa de espírito, *os nossos confrades Paulo de Oliveira e Jaques Flores e o nosso companheiro De Campos Ribeiro* também se fizeram ouvir com aplausos, o mesmo aconteceu quanto aos Srs. Ramiro Castro, Lucilo Fender e José Gomes, que tiveram saliente nota no programa (GRÊMIO..., 1925, p. 01. Grifo nosso).

Além das aparições públicas de membros da Associação dos Novos eles encontraram outra forma de mostrar a força de suas relações sociais divulgando parte da correspondência que recebiam. As cartas publicadas na imprensa pelos membros dessa rede literária e social oferecem um rico panorama da circulação dos gostos estéticos que facilmente são rastreados nas produções literárias ou nas críticas divulgadas nos periódicos. O esforço criativo era sempre mediado ou fortalecido pelos elogios, que frequentemente adornavam um soneto dedicado a um companheiro de grupo ou a uma personalidade política; apologia que se fazia sentir ainda nas críticas despreziosas que discutiam um livro publicado por outro camarada ou nas notas sem autoria que ao divulgar algum encontro dos Novos não poupava chavões para enaltecer as iniciativas da então mocidade intelectual de Belém.

Fran Pacheco retribuiu o gesto de reconhecimento por parte dos Novos ao publicar na *Belém Nova* o artigo “As Letras e os Novos”, em edição do dia 15 de setembro de 1925. A estrutura rememorativa desse texto se aparenta ao estilo retrospectivo daqueles escritos por Eustáquio de Azevedo. O cônsul português estabelece uma comparação entre a geração de intelectuais que atuava na década de 1920 com a que atuou no final do século XIX em Belém. Diante desse confronto, Fran Pacheco busca incentivar os jovens a retomarem certas iniciativas abandonadas décadas atrás. O passado literário paraense com suas associações literárias – “‘A Mina Literária’ e ‘A Academia Paraense’ – serviria de exemplo ao grupo que mesmo sem as condições educacionais adequadas tentava reerguer o espírito de uma ‘boemia belenense’ saudosa e formada por tantos ‘vencidos’” (PACHECO, 1925, s/n).

O Pará dispõe, hoje, de um inestimável grupo de rapazes talentosos, quase todos acampados na imprensa diária, à falta de melhor ambiência. Autodidatas, a maior parte, os fados negaram-lhes o recurso imprescindível de uma sistemática educação preliminar. O esforço para o triunfo será, por tal maneira, mais doloroso. Muitos, a meio do caminho, sucumbem [...] Rendendo justiça à falange de 1895-96, retomariam os objetivos da Universidade Popular, que lhe estenderia o programa, dantes restrito à beletrística, - arena agradável, sem dúvida, mas um tanto esterilizadora, por escassez

de sugestões. O simples cotejo daquela fase de 1895-96, quando o Pará emergia de um fundo letargo, com a hora atual, repleta de nítidas esperanças, fornecerá temas incentivantes aos legionários destoutra cruzada intelectual. Os novos, pela quentura do sangue, comunicar-lhe-ão a certeza positiva da vitória (PACHECO, 1925, s/n).

As recepções promovidas pelos Novos receberam de seus interlocutores contemporâneos uma interpretação eufórica marcada pela necessidade da afirmação do sucesso de um empreendimento cultural. Muito desse entusiasmo se explica pela presença de vários membros da Associação dos Novos no corpo dos redatores ou colaboradores de órgãos da imprensa como *A Província do Pará e Belém Nova*. Ressaltar cada encontro como a confirmação de sucesso justificava que um lugar de prestígio social poderia ser ocupado por jovens produtores de literatura mesmo que eles não tivessem uma formação acadêmica. Como substituto aos títulos de doutores os Novos ostentavam a publicação de livros ou de poemas nos periódicos locais. O coroamento desse empenho se fazia mais alardeado durante a preparação das “festas espirituais”. A “futurosa” Associação tinha nesses encontros a possibilidade de unir a celebração aos mestres do passado com a exposição do que eles, novos beletristas, tinham enquanto valores semelhantes, contudo renovados.

Figura 22 – Fotografia de Paulo Eleutério



Fonte: Biblioteca do Instituto Ibero-Americano.

A conciliação entre a reverência aos intelectuais mais maduros e a celebração dos feitos da mocidade literária acontecia sem qualquer esforço. A não ser a postura polêmica de Eustáquio de Azevedo, que tanto elogiou como criticou os membros da Associação dos Novos, não havia em nenhum dos textos consultados indício de conflito entre os grupos de beletristas que eram diferenciados somente pela idade. A dinâmica de realização de uma “festa espiritual” transcorria sem qualquer empecilho para a confraternização dos intelectuais com mais experiência e seus jovens parceiros reunidos para a comemoração de suas publicações. Tal

como a reunião ocorrida em 04 de outubro de 1925, realizada para festejar o lançamento dos livros *Berimbau e Gaita* (1925), de Jacques Flores; *Legenda* (1925), de Muniz Barreto; e, *Flores ao vento* (1925), de Orlando Moraes. Juntando-se ao trio Bruno de Menezes era lembrado pelo aniversário de fundação da revista *Belém Nova*. O registro desse encontro recebeu publicidade no artigo “Uma festa da mocidade intelectual”, divulgado n’A *Província do Pará*, em 06 de outubro de 1925.

Foi uma demonstração brilhantíssima da pujança do talento novo, o expoente da vigorosa organização artística da geração atual de poetas e literato, a festa vibrante que os nossos intelectuais paraenses ofereceram a Jaques Flores, Orlando Moraes e Muniz Barreto, pela publicação de seus livros e ainda em homenagem a Bruno de Menezes, pela 2º aniversário de Belém Nova, o baluarte da geração e a Jonathas Batista, num abraço de entrelaçamento espiritual entre o Pará e o Piauí, berço do fino intelectual. [...] Ofereceu o ágape o nosso companheiro poeta De Campos Ribeiro, que produziu vibrante discurso, e ainda Orlando Moraes, Major Mendes Burlamaqui, Nogueira de Carvalho, Jonathas Batista, Bruno de Menezes, Jaques Flores e Basílio Falcão. Foi, finalmente, uma opulenta festa de espírito e de coração a de nossa vitoriosa geração de novos intelectuais (UMA FESTA..., 1925, p. 01).

Quando em 1926 a Associação dos Novos tentava a reestruturação de suas atividades um dos experientes autores recepcionado anos antes mostrou solidariedade pelas dificuldades enfrentadas pelos artistas moços. Esse intelectual foi Paulo Eleutério, que no ano de 1924, quando recebido pelo Novos, também travou relações com o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, instituição da qual seria eleito membro e no futuro integraria a Academia Paraense de Letras. Paulo Eleutério encaminhou aos Novos uma carta que foi publicada n’A *Província do Pará*, em 22 de junho.

Belém, 17 de junho de 1926.

Srs. da Associação dos Novos.

Acabo de saber, pela leitura dos quotidianos, que um grupo de antigos formadores entusiastas da Associação pretende levá-la de novo a seus belos destinos. Não fora ter de regressar hoje mesmo a Manaus, em paquete que sai precisamente a hora da reunião, lá estaria, entre os moços cheios de ânimo e de fé, para a grande obra do rejuvenescimento da encantadora tertúlia. Recebam, porém, todos que se reunirem com o intento nobre de reorganizar a Associação, os meus entusiásticos e sinceros parabéns e os votos que faço pelo brilhantismo de sua nova fase. A Associação dos Novos é uma instituição que deve florescer e frutificar nessa messe de sonhos e de esperanças que são os seus elementos constituintes: prosadores, poetas, oradores, etc... Um abraço fraternal a todos envia o modesto admirador, sempre grato, Paulo Eleutério. Em caminho para bordo do Afonso Pena, de viagem para Manaus (ELEUTÉRIO, 1926, p. 01).

Criada com o objetivo de reverenciar o passado, o que se mostra desde a escolha da data de sua fundação, em 14 de julho, a Associação dos Novos utilizou como estratégia de penetração social a contínua homenagem aos representantes de uma elite intelectual que exerciam dentro do sistema educacional da época, junto aos círculos administrativos ou nas

colunas jornalísticas a manutenção de valores patrióticos e a imitação de modelos literários familiares aos gostos culturais finisseculares. Toda a movimentação, desprendimento e idealismo dos Novos podem ser compreendidos como a herança de uma estrutura de organização coletiva típica dos círculos letrados da cidade de Belém cujo modelo associativo derivava ainda da tentativa de imitar o sucesso e conseguir a afirmação da “boa literatura” referendada pelo prestígio dos membros da Academia Brasileira de Letras.

4.4. Os Membros da Associação dos Novos

Um dos grandes desafios dessa investigação foi precisar quem foram os membros da Associação dos Novos e quais atividades eles desempenharam sob a tutela dessa agremiação literária. Para tanto utilizamos como fontes os jornais *A Província do Pará*, *O Estado do Pará* e a *Folha do Norte*; além das revistas *Belém Nova* e *A Semana*. Ficou evidente em nossa pesquisa que *A Província do Pará* assumiu uma postura de apoio na divulgação e defesa dos Novos ao passo que o magazine *Belém Nova*, em sua dinâmica editorial, se mostrou como a publicação oficial da Associação dos Novos. Os demais periódicos citados nos deram base para compreender o alcance público das atividades desempenhadas por essa agremiação. A lista que forneceremos foi organizada a partir das notas informativas publicadas entre os anos de 1921 a 1927. Esse período acaba por se aproximar com o início e o fim da segunda fase de funcionamento do jornal *A Província do Pará*, cuja periodicidade contém o mais vasto registro das atividades da Associação dos Novos. Embora essas notas jornalísticas desempenhassem a função de anunciar ou resumir o último evento realizado pela Associação não era comum a publicação dos nomes de todos os seus membros efetivos, colaboradores ou frequentadores ocasionais. Dessa coleta chegamos ao número de 41 associados permanentes que dispomos abaixo em ordem alfabética.

01) Abguar Bastos **02)** Arlindo Ribeiro de Castro, **03)** Antônio Nazaré de Sá, **04)** Alderico de Macedo Canavarro, **05)** Agenor de Souza, **06)** Amadeu Correia de Araújo, **07)** Bruno de Menezes, **08)** Benigno Farias Gama, **09)** Brites Mota, **10)** Benedicto Cordeiro, **11)** Camargo de Oliveira, **12)** Camilo Athayde, **13)** Clóvis Gusmão, **14)** Demócrito Noronha, **15)** Ernani Vieira, **16)** Edith Carvalho, **17)** Francisco Sampaio, **18)** Gabriel Lage, **19)** José Sampaio De Campos Ribeiro, **20)** Júlio Nazareth de Sá, **21)** José Rocha Junior, **22)** Ignácio Moura, **23)** Lauro Ferreira, **24)** Lauro Paredes, **25)** Leonam Nobre **26)** Luiz Teixeira Gomes (Jacques Rolla), **27)** Maria Izaura Lobo de Moraes, **28)** Muniz Barreto, **29)** Mário Plátilha, **30)** Maria Reis, **31)** Moreira Gomes, **32)** Olíndina Cardoso, **33)** Omar Silva, **34)** Oswaldo Gonçalves, **35)** Paulo de Oliveira, **36)** Pedro Paulo da Cruz, **37)** Pedro Correia Lisboa, **38)** Raimundo Nonato Peres, **39)** Raimundo Nonato da Silva, **40)** Temístocles Sant’Anna, **41)** Wenceslau Costa.

Reunir esses nomes sem fornecer as devidas informações quanto a atuação ou mesmo algum aspecto biográfico nos levaria a incorrer no mesmo equívoco que outros pesquisadores acabaram cometendo. Não podemos perder de vista que hoje a Associação dos Novos é vista como a agremiação cuja existência teria facilitado a divulgação do Modernismo em Belém, mas essa afirmação nunca foi devidamente justificada; por isso, se mostrou necessário investigar a partir de que bases a história dessa atuação “revolucionária” foi construída. Além disso, se alguns desses “homens de letras” são conhecidos pelo leitor familiarizado com a literatura produzida em Belém, outros precisam ser (re)apresentados em razão da falta de circulação de suas obras no debate acadêmico e literário. Outros personagens atuaram somente durante a década de 1920 publicando trabalhos apenas em periódicos. Já alguns dos Novos por mais que tenhamos buscado com afincos qualquer informação pessoal, profissional ou mesmo registros de publicações nada foi possível encontrar. Por sorte, alguns dos Novos ao publicarem seus trabalhos nos periódicos de Belém reivindicavam sua filiação à Associação dos Novos. Assim, os dados fornecidos aqui estarão respaldados em fontes documentais que divergem daquelas utilizadas em pesquisas pioneiras.

As fontes que utilizamos para compor a lista de membros da Associação dos Novos, anteriormente citada e que será explicada a seguir, estão baseadas principalmente no jornal *A Província do Pará* e na revista *Belém Nova*. Essas duas fontes primárias permitem observar algumas falhas em trabalhos que buscaram afirmar a “adesão do Pará ao movimento modernista” reproduzindo assim, na historiografia literária, a dinâmica do evento histórico-político da Adesão do Pará à Independência do Brasil. A integração do Pará a um discurso unificador reafirma o interesse homogeneizador de incluir Belém ao movimento literário eleito como representante da modernização nacional. Como num passe de mágica os intelectuais paraenses poderiam assim figurar em um cânone que imagina a unidade de um Brasil literário. Todos brasileiros, todos Modernistas! O trunfo desse discurso inclusivo encontrou na existência da Associação dos Novos um fundamento quase perfeito. O nome dessa agremiação expressa a “novidade” de seus membros e o título da revista *Belém Nova* reforça o ideal de mudança. Para construir uma narrativa de afirmação bastava encontrar subsídios textuais que permitissem transformar os “novos” em “modernos” e conseqüentemente “modernistas”. Mas há uma distância enorme entre a auto-identificação por meio dos valores da “novidade literária” e a efetiva realização de uma ruptura estética. Torna-se necessário questionar: mas afinal quem primeiro considerou essa agremiação literária com importância suficiente para que seja necessário colocarmos à prova sua relevância como um órgão de ideias de vanguarda?

Como já apresentamos anteriormente, foi Eustáquio de Azevedo quem legou para a posteridade a memória da Associação dos Novos por meio da segunda edição de sua *Literatura Paraense*, publicada em 1943. Décadas depois muitos estudos tomaram dessas informações sem reconhecer sua origem ou verificar se os dados oferecidos estavam corretos. Azevedo assevera categoricamente com seu estilo enfático de testemunha ocular a data de fundação da Associação dos Novos, em 14 de julho de 1921, além do suposto ano de sua extinção, em 1931; mesmo que não ofereça nenhum suporte documental ou argumentativo para essa afirmação. Ele revela ainda um outro título pelo qual essa agremiação teria sido conhecida: a Associação dos Estudantes, reforçando com isso o valor de seu testemunho; pois ele teria não só conhecido esse grupo de intelectuais de perto como também estudado o “valor literário” dos participantes desse núcleo de beletristas.

Procurei conhecê-los, estudá-los, computar seus valores e não foi tempo perdido o que empreguei nesse voluntário trabalho: *eram dignos sucessores das duas últimas camadas de intelectuais que se foram, herdando-lhes toda a pujança de espírito e todos os ideais falazes daqueles vencidos da vida* (AZEVEDO, 1990, p. 151. Grifo nosso).

O parágrafo citado permite que algumas conclusões sejam feitas: se os Novos foram “sucessores das duas últimas camadas de intelectuais” não haveria nenhuma diferença ideológica-estética entre os autores que estabeleceram uma tradição literária e os seus herdeiros. E por herdeiros entendemos continuadores, o que se afina muito bem com a ideia expressa no texto de 1943. Pois não há referência alguma a qualquer ruptura entre “fundadores” e “legatários”. O que nos leva a questionar agora; afinal, de que “duas camadas de intelectuais” Azevedo está falando? A resposta a essa questão só é possível se recuperarmos o texto que serviu de base para a versão que ora apresentamos. O parágrafo em destaque foi reciclado do artigo “Aos Novos” publicado em 31 de janeiro de 1924 na *Belém Nova*. O tom memorialista em que esse trecho foi escrito pretende legitimar a lembrança dos “intelectuais extintos” sucedidos pelos N(n)ovos estetas. A comparação entre os dois excertos é mais que necessária. Vamos ao texto de 1924.

Procurei conhecê-los, estudá-los, computar seus valores, e não foi tempo perdido o que empreguei nesse voluntário e agradável trabalho: *eles são dignos sucessores das duas últimas camadas de estetas que se foram, herdando toda a pujança intelectual e todas as aspirações grandiosas desses vencidos da vida* (AZEVEDO, 1924, s/n. Grifo nosso).

As sutis mudanças que destacamos deixam transparecer tanto o necessário distanciamento temporal, como a tentativa de suavizar a carga de dependência “estética” dos Novos em relação

aos Velhos. Mesmo porque, no texto de 1924, Azevedo relata como foi convidado a participar das reuniões que deram origem a Associação dos Novos, sem, contudo, ter participado delas. A diferença de idade não significou um problema quando as gerações se encontravam, pois entre elas havia o mesmo interesse beletrístico. O que mobilizava esses intelectuais era a possibilidade de renovação dentro da tradição; poetas jovens seguindo os passos dos *provectos vates* ainda respeitados e admirados. As “camadas de intelectuais” ou de “estetas” de quem os Novos herdariam a “pujança” ou “as aspirações grandiosas” podem ser observadas na citação a seguir.

Pude admirar e ouvir de perto o espírito brilhante de José Veríssimo, Júlio Cesar, Santa Helena Magno, Juvenal Tavares. Bezerra de Albuquerque, Marcelino Barata, Vilhena Alves, Paulino de Brito, Múcio Javort, Domingos Olímpio, como ainda hoje admiro a velhice heroica de Ignácio Moura, todos da primeira camada. Na segunda, foram meus companheiros de jornada Frederico Rhonsard, João de D. Do Rego, Leopoldino Sousa, Natividade Lima, Guilherme de Miranda, Theodoro Rodrigues, Acrísio Mota, Álvares da Costa e Fran Paxeco, bem como o GRUPO DO LEÃO que surgiu empôs, e onde enfileiravam Dejard de Mendonça, Apolinário Moreira, Severino Silva, Flexa Ribeiro, Alves de Souza, Carlos Nascimento, Humberto de Campos, Elmano Queiroz, Alcides Gentil (AZEVEDO, 1924, s/n).

Ao retornarmos ao capítulo da *Literatura Paraense* em que Eustáquio de Azevedo narra a formação da Associação dos Novos e elenca seus membros encontramos os seguintes nomes listados: “Deram lustre à Associação dos Novos, além de outros intelectuais, Farias Gama, presidente da Associação; A. Ribeiro de Castro, Mário Platinha, Benedito Serrão, Rodrigo Pinagés, Clóvis Gusmão, Raimundo Nonato, Benedito Cordeiro, Tavares Valente, Elzamann de Freitas, Venceslau Costa e outros” (AZEVEDO, 1990, p. 152).

Os “outros” posteriormente citados são: Muniz Barreto, Abguar Bastos, Paulo de Oliveira, Bruno de Menezes, De Campos Ribeiro, Luiz Gomes (Jacques Flores), Ernani Vieira e Martins Sant’Ana. Além desses autores aparecem de forma confusa e sem explicação da relação que tiveram com os Novos os Srs. Oseias Antunes, Queiroz de Albuquerque, Sandoval Lage e Lindolfo Mesquita (Zé Vicente).

Dos 22 nomes fornecidos por Eustáquio de Azevedo 14¹⁵⁰ deles recebem um tratamento biobibliográfico no modelo da historiografia literária do século XIX. Esse formato que unia no mesmo discurso descritivo aspectos pessoais do autor às suas realizações literárias fundamenta todo o livro e trabalhos posteriores. Essa crítica impressionista e autocentrada, próxima do mexerico, favorecia a criação da aura de admiração em torno dos autores sem debater suas

¹⁵⁰ Os autores que ganharam uma breve descrição de vida e obra são: Farias Gama, Oseias Antunes, Muniz Barreto, Abguar Bastos, Paulo de Oliveira, Queiroz de Albuquerque, Bruno de Menezes, De Campos Ribeiro, Luís Teixeira, Sandoval Lage, Lindolfo Mesquita, Ernani Vieira e Martins Sant’Ana.

produções. Ao final da *Literatura Paraense*, Eustáquio de Azevedo admite que sua proposta historiográfica se aproximava de “um dicionário biográfico sem ordem alfabética” (AZEVEDO, 1990, p. 198). E em todas as versões desse “bosquejo literário” é notável a presença de um autor concreto que não faz questão de se eximir da participação da narrativa elaborada.

Outra fonte memorialista que apresenta a Associação dos Novos desvinculada de intenções revolucionárias ou vanguardistas é a matéria “Natal na poesia dos Boêmios de 1920”, publicada, em 01 de janeiro de 1957, no jornal *A Província do Pará*, assinada por A(ugusto) Bastos Morbach. O formato narrativo desse texto apela para o sentimento saudosista e nos fornece pistas para explicar como surgiu a alcunha de “Academia do Peixe Frito” empregada para nomear os intelectuais ativos na década de 20 do século passado.

Houve um tempo em que Belém possuiu certa academia, sem sede própria, sem estatutos, sem símbolos, porém ativa, operante, realizando tertúlias diárias nos botecos, ou, na rua, ao relento. Verdade é que tinha um nome: Associação dos Novos. E esta é possível que tivesse sede e estatutos. Mas a verdade também é que, por aqueles idos, vindo a esta querida cidade encontrei os “acadêmicos” assim reunidos: nos lugares onde se bebericava uma pinga e se tirava o gosto da mesma, com peixe frito; ou à noite, pelas praças, ou ruas, onde houvesse um pouco de silêncio... e era nessas reuniões que se falava da poesia, que se fazia poesia, que se vivia em função da poesia, da arte. [...] Bruno de Menezes, De Campos Ribeiro, Clóvis Gusmão, José Vicente, Jacques Flores, Nogueira de Carvalho, Orlando de Moraes, muitos outros eram os assíduos dessas sessões boêmias das quais tantos poemas, tantos sonetos, tanta coisa bonita nasceu (MORBACH, 1957, p. 08).

A criação da imagem dos Novos como humildes e despojados jovens contrasta com a seriedade e a pompa presente nos resumos jornalísticos que davam conta das reuniões e celebrações realizadas por esses “acadêmicos”. Substituir a postura burguesa de intelectuais pobres pelo heroísmo de jovens humildes, mas que se dedicavam às letras, permite a construção de uma narrativa edificante em que a arte reserva proteção e prestígio aos desfavorecidos pelo capital financeiro. Provavelmente, Augusto Bastos Morbach escreveu o seu artigo rememorativo influenciado pelo prefácio do primeiro romance de Dalcídio Jurandir, *Chove nos Campos de Cachoeira* (1941). Esse texto revanchista, que desagradou a Álvaro Lins, um dos primeiros críticos dessa obra, tem um teor de acerto de contas entre o intelectual desamparado por certa elite paraense e as dificuldades materiais que envolveram o romancista no decurso de criação de sua primeira narrativa literária de fôlego. O modo narrativo empregado por Dalcídio Jurandir confere ao esforço da produção ficcional uma dimensão que desafia décadas de encontros literários e científicos patrocinados pela amizade dos beletristas e dos letrados com políticos que estavam no poder. E se nos anos de 1920 as principais associações culturais de

Belém realizavam recepções para homenagear doutores com banquetes, Dalcídio Jurandir na década de 1930 comia peixe frito. O peixe frito alimentou a escrita de *Chove nos Campos de Cachoeira*, mas não a literatura paraense, a qual por alguns anos em que o conluio entre a política e as letras prevaleceu, estava muito bem fornida. O trecho do prefácio em que o “alimento dos pobres” é interpretado como subsidiário da literatura paraense comete um exagero, pois comunica uma experiência particular e não a realidade coletiva de intelectuais que abertamente divulgavam o triunfo de seu esforço criativo e por que não, bajulador.

Ah! É notável a influência do peixe frito na literatura paraense! Peixe frito é o peixe vendido em postas nos taboleiros do Ver-o-Peso ao lado do mercado em Belém. É a comida para quem não deixa almoço comprado em casa. Ao chegar o meio dia, o pobre se tem a felicidade de haver arranjado dois mil reis leva um embrulhinho envergonhado de peixe para casa. A vida literária do Pará tem se movimentado em torno do peixe frito. Conheço profundamente esse drama. Sempre fui empregadinho público como me chamou certo imortal (da Academia de Letras do Pará), morando numa barraca na São João, com família e perseguido pelos camisas verdes. Vocês sabem o que era naquele tempo viver perseguido pelos camisas verdes. Acabei gramando xadrez comum, o mesmo xadrez onde os ladrões de galinhas e porristas passam vinte e quatro horas. Nele passei três meses, apenas porque a infâmia dos camisas verdes chegava a tudo naquele tempo. Me ficava bem, aliás, estar em companhia daquela pobre gente em vez de estas na companhia dos autores da infâmia. E outras histórias. E outras misérias. E a vida do chamado intelectual na província é mais trágica do que se pensa. Bancamos bobos de rei, mas de graça. A não ser a honra dum convite para uma qualquer chateação literária e mais nada. O resto é o peixe frito (JURANDIR, 1996, p. 14 – 16).

Em outra passagem do prefácio, após novas dificuldades financeiras narradas por Dalcídio, que cita o “achado” do desenhista “Morbach”, acompanhamos o autor reiterar o seu desânimo “na luta do peixe frito”. As postas de peixe vendidas no Ver-o-Peso servem de metáfora para representar a condição de penúria de um escritor e não o estado de míngua da geração de autores da qual Dalcídio Jurandir seque fez parte. O efeito antitético causado pela “Academia do Peixe Frito” desperta não somente o traço cômico desestruturante da ideia de um silogeu ocupado ou criado por intelectuais do povo. É necessário considerar o motivo que teria levado esses escritores menos afortunados a almejar tanto o prestígio da filiação a uma Academia de Letras. Dalcídio Jurandir, como sabemos, nunca foi eleito imortal. Mas o que dizer dos autores que são considerados exemplos de “artistas orgânicos”?

Quem reforça o idealismo dos “acadêmicos do peixe frito” é o poeta Alonso Rocha no ensaio “Bruno de Menezes: traços biográficos¹⁵¹” (1994). Esse texto, após fornecer mais uma lista de membros da Associação dos Novos, afirma quão parcas eram as condições materiais

¹⁵¹ Esse texto teria sido primeiramente apresentado em sessão especial da Academia de Letras Paraense em 25 de março de 1993.

desses jovens artistas chegando ao ponto de fornecer até o cardápio que era servido em suas singelas reuniões.

Agrupando estudantes e assalariados, notadamente gráficos, com inclinação para as artes, floresceu naquele ano de 1920, a Associação dos Estreantes denominação logo depois mudada para Associação dos Novos. Iniciantes entusiastas da literatura, da música e da pintura – representando a novíssima geração – Bruno de Menezes, Rocha Júnior (meu pai), Ernani Vieira, De Campos Ribeiro, Paulo de Oliveira, Mário Plátilha, Farias Gama, Clóvis Gusmão, Wladimir Emanuel, Wenceslau Costa, Sandoval Lage, Lindolfo Mesquita, Jacques Flores, Gabriel Lage e tantos outros ali tiveram os seus dias de idealismo, sob o incentivo da imprensa. [...] A geração de Bruno, com algumas exceções, por suas condições financeiras e sociais, não pudera frequentar os ginásios, a Faculdade de Direito, a Escola de Odontologia, a Faculdade Livre de Medicina, onde o ingresso era facilitado aos possuidores de recursos. O peixe-frito foi o seu símbolo. Pelos botecos do Ver-o-Peso, abastecendo-se de postas de 200 reis, farinha d’água de 10 tostões o litro e cachaça de 500 reis a dose, o grupo boêmio e sonhador – Abguar Bastos, Paulo de Oliveira, De Campos Ribeiro, Jacques Flores, Nuno de Vieira, Muniz Barreto, Sandoval Lage, Clóvis Gusmão, Orlando Moraes, Lindolfo Mesquita, Ribeiro de Castro, Rodrigues Pinagé e Bruno de Menezes – debatia literatura e equacionava revoluções, captando a simpatia do povo, nos bares e cafés, nas festanças do Umarizal e outros subúrbios, onde se tornavam reis, como oradores e poetas (ROCHA, 1994, p. 14).

As “festas do espírito” foram substituídas por encontros de bar, almoços no Ver-o-Peso e festanças de subúrbio. Como estratégia narrativa a troca de personagens engravatados por intelectuais do povo serve melhor ao discurso heroico de uma comunidade literária antielitista que teria dispensado o luxo do Teatro da Paz, a rigidez das sessões protocolares ou os saraus com hora marcada para acabar. O interesse pela afirmação de um grupo que optou “por uma visão mais popular e engajada da vida literária” (FIGUEIREDO, 2001, p. 220), atende a uma construção idealista da arte, mas que se confrontada com os textos críticos e literários escritos pelos Novos não pode ser sustentada. Os poetas do “peixe-frito” usavam em seus versos um vocabulário erudito destinado a manter a tradição imaginativa que se concentrava em cidades da Europa conhecidas somente por meio das leituras. A paisagem urbana de Belém não predominava nos sonetos dos Novos e ao ganhar destaque em poemas de aspecto romântico ofereciam uma experiência de exaltação tendenciosa. A alcunha de Academia do Peixe-Frito é mais uma invenção criada por necessidades acadêmicas do que o retrato de uma comunidade que tenha assim se definido.

A *Introdução à Literatura no Pará* (1990), traz outra tentativa de historiar a organização dos membros da Associação dos Novos. A segunda parte desse livro escrita por José Ildone se mostra caótica quanto às referências citadas, ao tratar dessa agremiação literária o resultado não é diferente. As informações coligadas por ele são paráfrases dos livros *A Literatura Paraense* (1943 [1990]), *Graça Aranha e o Modernismo no Pará* (1973 [1969]) e principalmente de uma entrevista concedida por Abguar Bastos, em 1986. Mas Ildone não oferece nenhuma dessas

informações e acaba criando um texto em que a única originalidade consiste em seu formato de montagem a partir dessas três fontes e de trechos enormes retirados de edições da *Belém Nova* (1923,1926). Na citação a seguir, um misto de apresentação do modelo organizativo da Associação dos Novos e lista de seus membros, podemos reconhecer textualmente trechos dos documentos referidos.

Reunir para fortalecer-se, em busca de novos caminhos – eis o objetivo que norteava a juventude, abancando estudantes, jornalistas e poetas, principalmente. *Com esse objetivo surgiu em 14 de julho de 1921, a Associação dos Novos, ideia de Paulo de Oliveira, conforme De Campos Ribeiro. Reunir aos domingos, a princípio organizando os estatutos, depois promovendo palestras literárias, sessões cívicas e debates envolvendo a vida associativa. Foi seu presidente Farias Gama que, apesar do curto período de vida, publicou três obras em prosa e verso [primeira marcação]. O órgão de divulgação da entidade foi, a princípio, A Semana, de Alcides Santos e depois a Belém Nova, importante revista de que tratarei mais adiante, e que reunia valores inegáveis das Letras do Pará, como Bruno de Menezes, Abguar Bastos, Paulo de Oliveira, A. Ribeiro de Castro, Elzeman de Freitas, Venceslau Costa, Mário Plátilha, Benedito Serrão, Clóvis Gusmão, Jacques Flores (Luiz Teixeira Gomes), Lindolfo Mesquita, Martins Santana, Antônio Tavernard. Era a musa dos “novos” (como Paulo de Oliveira foi o grande “animador” do grupo), segundo Abguar Bastos, - Brites Mota, poetisa estuante e talentosa, alegre e bonita, cuja poesia lembrava a de Virgínia Vitorino [segunda marcação]* (ILDONE, 1990, p. 174. Grifo nosso).

A primeira marcação feita no parágrafo acima pode ser comparada com o capítulo “Associação dos Novos” do livro *A Literatura Paraense* (1990), página 152; e, com a página 21 do livro *Graça Aranha e o Modernismo no Pará* (1973). A semelhança é patente. A segunda marcação é extraída da página 13 do Suplemento Cultural do *Diário Oficial* do Estado do Pará, edição de julho e agosto de 1986. Com essa seleção de fontes José Ildone tentou dar credibilidade a sua versão da história da Associação dos Novos, embora nada do que seja dito contenha uma interpretação própria dos fatos documentados, pois as fontes são assumidas como a verdade e não são questionadas enquanto versões dos acontecimentos. Além de todos esses engodos, o texto de Ildone coloca o poeta Antônio Tavernard entre os membros da Associação dos Novos, quando na verdade ele fazia parte do Centro Intelectual Paraense, agremiação que iniciou suas atividades em 1926. Em meio a tantos equívocos, citações sem referência e a ausência de qualquer pesquisa aprofundada, a única coisa que José Ildone não faz é relacionar a Associação dos Novos ao Modernismo literário.

Como já fizemos referência ao “ensaio memorialístico” *Graça Aranha e o Modernismo no Pará*, de (José Sampaio) De Campos Ribeiro, vamos observar como esse “documento crítico” contribuiu com mais uma lista de membros da Associação dos Novos repetindo a estratégia discursiva de testemunha ocular; embora grande parte de sua estrutura seja criada a partir da citação de trabalhos alheios, manobra que se justifica pela falta de argumentos

históricos. De Campos Ribeiro tenta manipular informações dissonantes de suas crenças estéticas.

De início, a Associação dos Novos contava apenas com Paulo de Oliveira, seu idealizador; Wenceslau Costa, De Campos Ribeiro, Waldemar Lisboa Messias, R. Nonato, Edgar de Brito Pontes, Mário Plátilha, Luís Moraes, A. Ribeiro de Castro. Depois, outros chegaram. Clóvis Gusmão, o nosso Benjamim; Santana Marques, Lauro Paredes, Farias Gama [...]; Abguar Bastos; Júlio Nazaré de Sá; Benedito Cordeiro, para quem o pecado tinha cheiro branco; Bruno de Menezes, que vinha de uma geração anterior; Luís Teixeira Gomes e Lindolfo Mesquita, poetas humoristas de cintilante verve, escrevendo sob os pseudônimos, respectivamente, de Jacques Flores e Zé Vicente; e uma mulher, Brites Mota, bela mulher e poetisa brilhante (RIBEIRO, 1973, p. 21).

O opúsculo de De Campos Ribeiro ganhou uma segunda edição em 1973, o que surpreende, pois em 12 de maio de 1972, em entrevista ao jornal *O Liberal*, o então jornalista homenageado pela Festa do Escritor Paraense, negou qualquer relação dos intelectuais de Belém com o Modernismo. Sua resposta é enfática ao ser questionado se havia participado daquele movimento: “Não, estava muito verde ainda. Depois, a Semana quase não teve repercussão aqui. Só a Eneida, o Bruno de Menezes e o Abguar Bastos é que se engajaram no movimento” (RIBEIRO, 1973, p. 04). Entretanto, contra esse posicionamento de ruptura o escritor Clóvis Moraes do Rego no livro *De Campos Ribeiro, o poeta maior que Belém perdeu* (2004), contradiz o falecido jornalista ao reproduzir a fotografia de uma capa da revista *Belém Nova*. O comentário anexo é valiosíssimo: “Reprodução da capa da revista *Belém Nova*, de cuja plêiade fazia parte José Sampaio de Campos Ribeiro, e com a qual o Pará registrou sua adesão ao renovador movimento paulista de 1922, assinalativo da Semana da Arte Moderna” (REGO, 2004, p. 133).

A essa altura do século XX como negar a importância que o movimento modernista havia ganhado no contexto cultural brasileiro? Desconsiderar o “triunfo do modernismo” significava admitir que os intelectuais de Belém tinham recusado a modernização literária, o progresso cultural e a própria identidade brasileira forjada pelos autores modernistas consagrados. Se documentos faltam para expressar essa outra “adesão do Pará” existe a possibilidade e o empenho de criar uma narrativa capaz de “editar” a informação conveniente. A tese de doutorado de Aldrin Moura de Figueiredo, *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929* (2001), conseguiu transformar as incongruências de artistas que se entendiam modernos, mas que pouco realizaram para que merecessem esse título, num vitorioso relato de uma juventude que fez o Norte compartilhar do “clima iconoclasta” do Sudeste brasileiro.

Logo nos primeiros números da revista (*Belém Nova*), apareceram os sinais da “adesão” ao movimento paulista, cujo marco de fundação acabou sendo a Semana de Arte Moderna de 1922. Havia, no entanto, muita incerteza sobre o que queriam aqueles jovens do Sul, quais suas propostas e o que defendiam. Havia também muita similitude de propósitos, tanto que alguns nomes que não tiveram qualquer participação na agitação paulista, passaram a figurar entre os fundadores do modernismo brasileiro e até confundidos entre os participantes da Semana [...]. O parnasianismo foi o principal alvo do destempero dos jovens. Por mais que os velhos poetas fossem aceitos nas solenidades mais pomposas e nas sessões da revista, fugia-se deles nos encontros mais íntimos (FIGUEIREDO, 2001, p. 225 – 226).

Influenciada pelo trabalho de Aldrin Moura de Figueiredo, a tese de doutorado de Marinilce Oliveira Coelho, *Memórias Literárias de Belém do Pará: O Grupo dos Novos (1946 – 1952)* (2003), também reproduz o discurso da “adesão ao modernismo” associado à ruptura dos poetas da Associação dos Novos com a geração anterior.

De qualquer modo, pela análise dos textos publicados na revista modernista paraense, percebe-se a atitude do movimento literário local de receber e ampliar o ideal de renovação estético nacional, visto que o movimento da *Belém Nova* avançava em sentido contrário ao movimento local anterior a este, do qual participou Eustáquio de Azevedo. *Belém Nova*, “embrião da nova geração moderna do Pará”, juntou “novos e velhos numa ambiciosa empresa literária” vinculada ao presente, sinalizando a preocupação com o regional e o nacional, consciente de um “Sul” do país que “irradiava novidade” e “ignorava” a literatura do “Norte” (COELHO, 2003, p. 54).

Em outra passagem de sua pesquisa Marinilce apresenta a Associação dos Novos com o objetivo de reafirmar a atuação “revolucionária” de seus participantes, mas o faz por meio do livro *Graça Aranha e o Modernismo no Pará*, de (José Sampaio) De Campos Ribeiro, cujos problemas ideológicos e de argumentação foram comentados. Fechando essa linha recepcional de teses que transportaram o paradigma do Modernismo para a reflexão da literatura produzida na Belém dos anos de 1920, temos o trabalho de Maria de Fátima do Nascimento, *Benedito Nunes e a Moderna crítica literária brasileira (1946 – 1969)* (2012). Mesmo que o foco dessa pesquisa tenha sido o início da produção crítica de Benedito Nunes há uma tentativa de periodização sistêmica que divide a “literatura modernista paraense” em três gerações, tal como os manuais clássicos da história da literatura brasileira fazem em relação ao “modernismo nacional”.

Bruno de Menezes já tem livro publicado desde os anos de 1920, com poemas que apresentam insatisfação com os modelos literários cristalizados. Essa sede de mudança é compartilhada com outros jovens insatisfeitos com a literatura produzida até então, jovens esses que, em 1921, criam uma sociedade literária intitulada *Associação dos Novos*, da qual participam: Abguar Bastos, Ernani Vieira, Jacques Flores, Paulo de Oliveira e De Campos Ribeiro, o qual também tem poemas publicados no encarte em estudo. Esses mesmos literatos, em 1923, com o conhecimento das ideias da *Semana de Arte Moderna* de 1922, de São Paulo, juntamente com outros, vão colaborar na revista *Belém Nova* e disseminar novos pensamentos sobre literatura. Naquele momento, alguns desses colaboradores, entre

os novos da época, a exemplo de seu próprio diretor e dos escritores Francisco Galvão, Abguar Bastos e Eneida de Moraes, deixam obras literárias, tendo aderido aos pressupostos modernistas, que são veiculados nos manifestos publicados na *Belém Nova* (FÁTIMA, 2012, p. 18 – 19).

A culminância de uma narrativa triunfante do Modernismo é feita de maneira positiva, não deixando espaço para que em sua tessitura objetiva transpareça a manutenção de um discurso canonizado. Os elementos de um enredo vitorioso estão todos organizados no excerto acima: um órgão de intelectuais para dar suporte aos interesses de uma comunidade literária, um herói que já prenunciava o caminho da mudança com seu livro de estreia e a “adesão” aos valores estéticos da grande Capital brasileira. Subsiste ainda o traço de um militar proselitismo quando os autores são apresentados como “assimilados” ou “convertidos”.

A rede literária formada pela Associação dos Novos reproduziu o mesmo formato acadêmico, ideológico, político e estético das dezenas de agremiações culturais fundadas em Belém àquele momento. Os seus membros além de desempenharem funções administrativas internas eram convidados para participar de recepções de gala em que atuavam para entreter a elite paraense com seus versos e discursos eloquentes. Os Novos ao realizarem uma “*soirée* dançante” distribuíam convites – para “as pessoas decentemente trajadas” (ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS, 1925, p. 01) – e anunciavam seus eventos como animadas confraternizações entre intelectuais, poetas recém-publicados ou empreendedores das letras. Em nenhum dos anúncios das colunas jornalísticas “Associações” transparecia uma aproximação desses jovens com as “questões sociais”. Ao contrário, que fosse apenas invenção poética, os Novos chamavam algumas de suas reuniões de festanças ou “papanças” cujo “repasto digno de Lúculo, de Apício e de outros tantos célebres gastronômicos comilões” (O ÁGAPE..., 1924, p. 24), em nada se assemelha ao cardápio frugal que anos depois foi inventado para atestar o heroísmo dos homens de letras que alegremente comiam peixe-frito com farinha e cachaça.

4.5. Quem eram os Novos?

Finalmente chegamos a lista biobibliográfica de membros da Associação dos Novos. As informações aqui fornecidas se restringem ao decurso de sete anos (1920 – 1927) e focalizam a atuação literária e social dos Novos enquanto um grupo que se manteve ativo por meio da publicação de livros, poemas e críticas em jornais e revistas, realizando “festas do espírito” periódicas e recepções a personalidades políticas ou literárias. Ser membro da Associação dos Novos significava fazer parte de uma rede social que, embora não fosse composta por uma elite financeira, valorizava o seu “capital simbólico” herdado de uma tradição que os observava e frequentava suas celebrações da boa arte hodierna.

01) Abguar Bastos apareceu no cenário literário paraense publicando poemas na revista *A Semana* e posteriormente no jornal *A Província do Pará*. Tomou parte na Associação dos Novos no ano de 1922. No ano seguinte, ele estava entre os primeiros colaboradores da revista *Belém Nova* onde publicou textos poéticos e artigos políticos elogiosos aos governadores Sousa Castro e Dionísio Bentes.

Figura 23 – Fotografia de Abguar Bastos.



Fonte: Academia Paraense de Letras.

02) Arlindo Ribeiro de Castro atuou como vice-diretor da Associação dos Novos de 1923 a 1925. Dele nenhuma informação biográfica foi encontrada. Ele publicou alguns poemas no jornal *A Província do Pará* entre 1921 a 1924. Também encontramos na *Belém Nova*, em 01 de dezembro de 1923, o poema “Para a beleza régia dos teus olhos...” e, em 23 de fevereiro de 1924, o soneto “A volta do momo”. Publicou ainda, em 13 de abril de 1924, também na *Belém Nova*, o diálogo cômico intitulado “Fragmentos I”.

03) Antônio Nazaré de Sá foi tesoureiro da Associação dos Novos entre 1923 e 1925. Dele não conseguimos achar nenhuma informação adicional.

04) Alderico de Macedo Canavarro. Dele não encontramos nenhum texto publicado nos periódicos de Belém ou informações de cargos que tenha exercido na Associação dos Novos. Seu falecimento ocorreu na cidade de Salvaterra em 20 de junho de 1926. A diretoria da Associação em homenagem ao seu confrade extinto decretou luto oficial de 8 dias.

05) Agenor Souza atuou como 2º secretário da Associação dos Novos de 1923 a 1924. Ele participou da conferência em homenagem ao escritor Paulo Barreto, em 26 de junho de 1923. Não encontramos nenhuma publicação ou nota biográfica sua.

06) Amadeu Correia de Araújo. Nenhum texto publicado desse associado foi encontrado. Também nada foi achado de sua atuação na Associação dos Novos. Ele faleceu em

31 de janeiro de 1926. Em sua homenagem a diretoria da Associação decretou luto oficial de 8 dias.

07) Bruno de Menezes atuou como poeta e crítico literário no jornal *A Província do Pará*. Em 24 de julho de 1920, passou a colaborar com a Associação da Imprensa do Pará. Em 15 de setembro de 1923, ele deu início a publicação da revista *Belém Nova*, sendo seu diretor até meados de 1927. Publicou os livros de poemas *Crucifixo*, em 1920 e *Bailado Lunar*, em 1924.

Figura 24 – Fotografia de Bruno de Menezes.



Fonte: Academia Paraense de Letras.

08) Benigno Farias Gama atuou como poeta, crítico literário e cronista dos jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*. Como caixeiro viajante teria residido no Acre no ano de 1916. Ele era natural do estado de Alagoas. Escreveu um poemeto intitulado *Epopéia Acreana*, considerado o primeiro livro a ser publicado nesse estado. No ano de 1922 foi eleito presidente da Associação dos Novos. Em 1924 publicou o livro *Águas e Selvas*. Por essa obra recebeu em 1925 menção honrosa da Academia Brasileira de Letras. Teria falecido com 28 anos de idade entre o fim de 1925 e o início de 1926. Sabe-se que foi casado com Almeirinda Gama com quem teve um filho falecido na primeira infância.

Figura 25 – Fotografia de Farias Gama.



Fonte: Academia Paraense de Letras.

09) Brites Mota foi eleita tesoureira da Associação dos Novos em 22 de junho de 1926. Teria colaborado com a publicação do livro *Os Novos e o Centenário*, em 1922. Dela encontramos o soneto “Amo! Quero esse olhar!” publicado no jornal *República*, em 13 de julho 1924. Sua produção também foi encontrada na revista *A Semana* e no jornal *A Província do Pará*. Ela sempre era mencionada como a Musa da Associação dos Novos.

Figura 26 – Fotografia e soneto de Brites Motta.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

10) Benedicto Cordeiro. Dele nenhuma informação biográfica ou qualquer publicação foram encontradas. No dia 15 de junho de 1923, ele participou da sessão solene da Associação dos Novos em homenagem a Ruy Barbosa, nessa ocasião teria feito um discurso louvando o “ilustre morto”

11) Camargo de Oliveira é citado como membro da Associação dos Novos, em 31 de maio de 1924, na revista *Belém Nova*, por ocasião da recepção feita ao cônsul de Portugal, o Sr. Fran Pacheco.

12) Camilo Atahyde publicou, em 13 julho de 1922, n’A *Província do Pará*, uma narrativa humorística intitulada “Porque, às vezes, rio...”. O texto indica a filiação de seu autor a Associação dos Novos. Dele nenhuma outra informação foi encontrada.

13) Clóvis de Gusmão foi eleito o 2º orador oficial da Associação dos Novos entre 1923 e 1924. Também publicou poemas n’A *Província do Pará* e na *Belém Nova*. Foi o orador que apresentou e recebeu o cônsul peruano Francisco Loayza por ocasião da recepção preparada pela Associação dos Novos realizada em 06 de fevereiro de 1925.

Figura 27 – Fotografia de Clóvis de Gusmão.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

14) Demócrito Noronha foi eleito 1º secretário da Associação dos Novos em 1924 e no ano de 1926 foi eleito “fiel”. Nenhuma informação adicional foi encontrada a seu respeito.

15) Ernani Vieira foi um dos membros mais atuantes da Associação dos Novos. Publicava poemas com frequência n’A *Província do Pará* e na revista *Belém Nova*. Foi autor do livro *Passaporte dos Navegantes*, publicado em 1923. Publicou-se, em 05 de maio de 1924, n’A *Província do Pará*, uma nota tratando da partida de Ernani Vieira para a cidade de Bagre onde trabalharia como secretário do intendente local.

16) Edith Carvalho é citada como membro da Associação dos Novos, em 31 de maio de 1924, na revista *Belém Nova* por ocasião da recepção feita ao cônsul de Portugal, o Sr. Fran Pacheco.

17) Francisco Sampaio publicou o conto “No silêncio das selvas”, n’A *Província do Pará*, em 18 de fevereiro de 1926. Ele assinou essa narrativa de assunto romântico e indianista como membro da Associação dos Novos. Nenhuma outra informação foi encontrada.

18) Gabriel Lage apareceu como membro da Associação dos Novos por ocasião da conferência em homenagem a Paulo Barreto (João do Rio), realizada em 1923. Nesse evento teria o poema “Uma silhueta”.

19) José Sampaio de Campos Ribeiro trabalhou no jornal *A Província do Pará* substituindo Paulo de Oliveira como crítico literário a partir de 1924. Publicava poemas nesse periódico e na revista *Belém Nova*. Em 1930 publicou o livro de poemas *Aleluia*.

Figura 28 – Fotografia de De Campos Ribeiro.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

20) Júlio Nazaré de Sá assinou uma crítica do livro *Mulher Nua*, de Gilka Machado, em 23 de junho de 1923, publicada n’*A Província do Pará*. Encontramos seu nome citado entre os membros da Associação que discursaram por ocasião da homenagem ao poeta Severino Silva em 22 de junho de 1923.

21) José Rocha Júnior. Dele encontramos somente a notícia de seu ingresso na Associação dos Novos. Informação essa divulgada n’*A Província do Pará*, em 04 de junho de 1922.

22) Ignácio Moura foi convidado a presidir a sessão especial da Associação dos Novos realizada no dia 04 de março de 1923 em homenagem a memória de Ruy Barbosa. Provavelmente Ignácio Moura foi um membro honorário dos Novos. Ele foi responsável por apresentar publicamente a Associação dos Novos a elite intelectual paraense por ocasião da conferência que proferiu no Teatro da Paz, em 26 junho 1923, homenageando o falecido escritor Paulo Barreto (João do Rio).

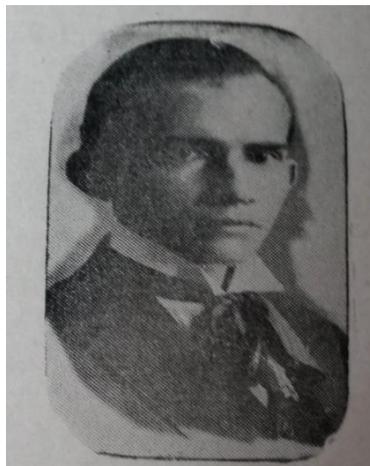
23) Lauro Ferreira teria sido professor. Foi eleito em 1923 e 1924 como o primeiro orador da Associação dos Novos. Já em 1926 foi eleito 2º diretor da Associação. Não encontramos nenhuma publicação sua nos periódicos de Belém.

24) Lauro Paredes é citado como membro da Associação dos Novos, em 31 de maio de 1924, na revista *Belém Nova*, por ocasião da recepção feita ao cônsul de Portugal, o Sr. Fran Pacheco.

25) Leonam Nobre apareceu como participante da conferência em homenagem a Paulo Barreto. Teria recitado o poema “Dentro da noite” nessa ocasião. Dele não encontramos nenhuma informação adicional.

26) Luiz Teixeira Gomes atuou como jornalista e “poeta cômico” dos jornais *A Província do Pará* e *República*; além de colaborar com as revistas *Belém Nova* e *A Semana*. Utilizava o pseudônimo de Jacques Flores. Em 1925 publicou o livro de versos *Berimbau e Gaita*. Tinha presença assídua nos encontros lítero-sociais de Belém como representante da Associação dos Novos.

Figura 29 – Fotografia de Luís Teixeira Gomes.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

27) Maria Izaura Lobo de Moraes foi eleita vice-diretora da Associação dos Novos em 1926. Dela apenas isso foi possível encontrar.

28) Muniz Barreto publicou poemas n’*A Província do Pará* e na *Belém Nova*. Como membro da Associação dos Novos atuou com frequência durante as recepções a personalidades recitando poemas. Teria publicado um livro de versos chamado *Legenda*, em 1925.

29) Mário Platilha aparece como orador oficial da Associação dos Novos durante a reunião realizada em 12 de setembro de 1922. Colaborou com a publicação *Os Novos e o Centenário* (1922). Também participou da reunião que celebrou a memória de Ruy Barbosa.

30) Maria Reis é citada como membro da Associação dos Novos, em 31 de maio de 1924, na revista *Belém Nova*, por ocasião da recepção feita ao cônsul de Portugal, o Sr. Fran Pacheco.

31) Moreira Gomes teria sido dono de uma carteira de seguros de nome “Moreira Gomes & Cia”. Participou em 26 de dezembro de 1924 de uma festividade realizada no Teatro da Paz em homenagem ao navegador português Vasco da Gama.

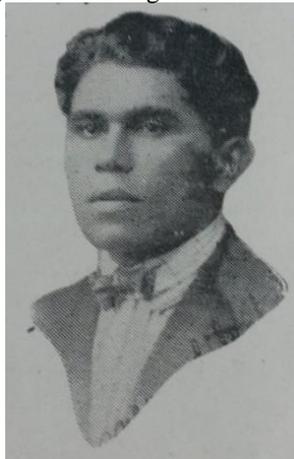
32) Olindina Cardoso é citada como membro da Associação dos Novos, em 31 de maio de 1924, na revista *Belém Nova*, por ocasião da recepção feita ao cônsul de Portugal, o Sr. Fran Pacheco.

33) Omar Silva recebeu menção somente em 04 de junho de 1922, por ocasião de seu ingresso para o quadro permanente de membros da Associação dos Novos.

34) Oswaldo Gonçalves é citado como membro da Associação dos Novos, em 31 de maio de 1924, na revista *Belém Nova*, por ocasião da recepção feita ao cônsul de Portugal, o Sr. Fran Pacheco.

35) Paulo de Oliveira era crítico, poeta e cronista. Foi dele a ideia de criar a Associação dos Novos. Publicava seus poemas e críticas no jornal a *Província do Pará*. Integrou, a partir de 1923, o quadro de redatores da revista *Belém Nova*, tendo nos últimos anos desse magazine assumido o posto de diretor-proprietário. Também colaborou com o jornal *O Estado do Pará* durante ao ano de 1926.

Figura 30 – Fotografia de Paulo de Oliveira.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

36) Pedro Paulo da Cruz é outro associado que só recebeu menção ao se tornar membro da Associação dos Novos em 04 de junho de 1922.

37) Pedro Correia Lisboa teve o seu nome divulgado em 04 de junho de 1922, no jornal *A Província do Pará*, como aspirante à Associação dos Novos. A última referência ao seu nome ocorreu também n'*A Província do Pará*, em 24 de junho de 1926, anunciando a morte do mesmo.

38) Raimundo Nonato Peres também teve sua morte lembrada n'*A Província do Pará*, em 24 de junho de 1926. Participou recitando poemas na cerimônia do Teatro da Paz em homenagem ao navegador Vasco da Gama em dezembro de 1924. Dele nenhuma outra publicação ou informação biográfica foi encontrada.

39) Raimundo Nonato da Silva foi presidente da Associação dos Novos de 1923 a 1926. Em outubro de 1922 tornou-se membro da Associação da Imprensa do Pará. Trabalhou no jornal *Folha do Norte*. Não encontramos nenhuma publicação literária que tenha feito, porém escreveu o artigo em resposta ao poeta e jornalista Eustáquio de Azevedo. Essa polêmica já foi trata.

40) Temístocles Sant'Anna é outro membro da Associação dos Novos que tem seu nome mencionado somente por ter participado da sessão de homenagem à memória de Ruy Barbosa, em 06 de março de 1923.

41) Wenceslau Costa teria participado da conferência em homenagem ao escritor Paulo Barreto em 1923. Nessa ocasião teria recitado o poema "Brutalidade".

Essa listagem biobibliográfica consegue superar em parte as lacunas de trabalhos anteriores que se preocuparam unicamente em afirmar a existência da Associação dos Novos como um órgão importante em razão da participação de um ou outro autor reconhecido hoje. Seguindo a "aura revolucionária" desse grêmio literário estudos anteriores se limitaram a citar uns poucos nomes de poetas e de jornalistas para em seguida atribuir uma atuação iconoclasta a eles sem que essas afirmações estivessem respaldadas por investigação baseada em documentos. Com esse tipo de abordagem a Associação dos Novos poderia servir a qualquer fim e suportar qualquer discurso.

O desconhecimento do funcionamento, da produção e dos ideais defendidos por esse grupo de beletristas permitiu que a narrativa revolucionária do Modernismo Brasileiro pudesse ser manipulada para receber a contribuição de intelectuais que nem mesmo compreendiam os conceitos de "Futurismo" ou de "Arte Moderna", desconhecendo por completo a noção que o "Modernismo" assumiu na década de 1920. Bastou a consulta aos periódicos mencionados para reconhecermos que as intenções e as propostas de "renovação literária" da Associação dos

Novos tinham apenas a aparência revolucionária. Investigar e conhecer quais foram as atividades desenvolvidas pelos Novos se mostrou mais profícuo do que repetir informações que pela ausência de referências documentais colocavam em suspeição sua exatidão. As produções dos entusiastas dessa “rede literária” oferecem amplo material para que possamos conhecer que suas disposições ideológicas estavam na contramão da história que hoje se apegava ao triunfo do Modernismo no Pará.

**Sessão V – A afirmação dos Novos e a circulação do
Futurismo**

5. A Exposição Internacional e a *Literatura Paraense*.

A particularidade do cenário literário paraense afirmou-se no ano de 1922, mas o seu momento de culminância não está na exaltação aos episódios ocorridos no Teatro Municipal de São Paulo, muito menos na alegada adesão dos autores paraenses aos novos valores estéticos defendidos pelos idealizadores das “noitadas futuristas”. A data que foi ansiosamente esperada pela totalidade dos intelectuais de Belém chegaria no dia 07 de setembro com a comemoração do Centenário da Independência do Brasil; evento que seria celebrado solenemente no Rio de Janeiro e que contou com grande participação da intelectualidade de todos os estados brasileiros. Essa apoteose cívica teria em Belém outra data com igual significado e magnitude: o dia 15 de agosto de 1923, que marcaria o Centenário de Adesão do Pará à Independência, último estado brasileiro a romper os laços políticos com Portugal.

Entre essas duas datas magnas as demonstrações de patriotismo ocorreram em todas as esferas da vida pública. As manifestações literárias não ficaram imunes do momento de nacionalismo crescente, o que permitiu a consolidação da fama de muitos poetas e prosadores que souberam explorar as tendências artísticas valorizadas no ambiente cultural dominado pelo ufanismo telúrico e histórico. Mesmo que nosso foco seja a produção literária feita nesse biênio não podemos relegar todos os acontecimentos políticos e sociais que marcaram a intelectualidade belenense em meio às comemorações desses dois centenários.

Figura 31 – Anúncio de venda da *Literatura Paraense*



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Como afirmamos anteriormente, a situação financeira do estado sob a gestão de Lauro Sodré, e posteriormente Sousa Castro, era periclitante; a receita não cobria as despesas há vários anos, embora fosse exigido do erário grandes quantias para custear a máquina pública na promoção de eventos cívicos e artísticos sempre encabeçados por intelectuais ligados às

associações culturais de renome. A Exposição Internacional do Rio Janeiro, a ser inaugurada em 07 de setembro de 1922, tornara-se um assunto comentado na imprensa de Belém desde o início de 1920; tanto que no dia 02 de fevereiro desse ano, o jornal *O Estado do Pará* anunciava por meio do artigo “O Livro de Ouro do Centenário da Independência do Brasil”, a importância da publicação de um almanaque que reuniria informações históricas, geográficas, literárias, políticas e científicas de todos os estados brasileiros promovendo ainda diversas empresas de cada parte do país. Semelhante ação foi divulgada por meio de um texto bastante sedutor destinado aos empreendedores paraenses.

A Empresa do Almanaque Lacmmer, fundada em 1844 e de propriedade do ilustre capitalista Sr. Comendador Manuel José da Silva, acaba de lançar na capital da República a ideia da publicidade do Livro de Ouro de Centenário da Independência do Brasil. Esse importante trabalho, que terá o tamanho da Ilustração Francesa, será executado em encadernação luxuosa, forte e artístico, de percalina vermelha, com letras e vinhetas gravadas a ouro, contendo mais de mil e quinhentos clichês, e terá publicidade em 1922 sobre os auspícios dos governos federal, estaduais e municipais, classes comerciais e industriais. As partes editoriais que reunirão a História do Brasil durante cem anos estão a cargo dos mais ilustres literatos e técnicos de maior vulto no país. [...] São seus depositários nesta capital os Srs. Tavares Cardoso & Cia e representante geral nos Estados do Norte e nosso conterrâneo Sr. Cristóvão de Andrade Figueira, chegado há pouco do Rio, a bordo do vapor Ceará, em trânsito para Manaus, onde fará intensa propaganda de Livro de Ouro. Regressando de Manaus, o Sr. Figueira demorar-se um mês nesta cidade, tempo necessário para atender a todas as pessoas que se dignarem concorrer com colaborações, publicidades e tomar assinaturas para a grande obra (O LIVRO DE OURO..., 1920, p. 01).

Em 1921, outras obras ganhariam publicidade a fim de marcar os festejos das “glórias nacionais”. Foram elas o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (DHGEB) e *A História da Colonização Portuguesa do Brasil*; publicações realizadas com esmero e de enorme interesse para o estudo do pensamento luso-brasileiro a respeito do significado da(s) nacionalidade(s) em véspera de um acontecimento ideado para ficar na história. De fato, o esforço historiográfico foi outro protagonista do Centenário da Independência por meio do Congresso Internacional de História da América cujos anais são valiosíssimos pela variedade de assuntos abordando vários pontos da História Nacional. E não podemos nos esquecer da contribuição de Theodoro Braga ao número de publicações festivas por meio do *Álbum ilustrado do Hino Nacional*. A nota publicada n’A *Província do Pará*, em 01 de outubro de 1921, reconheceu o louvável gesto do artista paraense.

O ilustre pintor e polígrafo Dr. Theodoro Braga, acaba de fazer editar num magnífico álbum ilustrado o Hino Nacional, letra e música, dedicando esse trabalho artístico à sua Pátria e aos seus patrícios, em homenagem ao 1º Centenário da Independência que se festejará no ano próximo. O nome laureado do artista dispensa encômios e dá a todos a certeza do valor da obra que honra o seu autor. O trabalho gráfico é da Empresa Amazônia e nada deixa a desejar (HINO BRASILEIRO, 1921, p. 01).

Esses simples exemplos sugerem como o imaginário nacional ficou dominado pelas promessas de afirmação cultural e de soerguimento financeiro antecipando como a Exposição Internacional conquistaria as simpatias da imprensa belenense. O jornal *Folha do Norte*, no dia 28 de agosto de 1921, publicou uma entrevista com o Delegado Federal do Pará junto à comissão organizadora da Exposição do Centenário. Nomeado pelo Ministro da Agricultura, Dr. Simões Lopes, o advogado Djalma Cavalcanti assim expressou o caráter elevado de um evento que teria a participação de 15 países como expositores¹⁵².

A Exposição Nacional do Centenário – disse-nos o nosso visitante – será a mais prática de todas as homenagens prestadas à passagem do memorável feito do Ipiranga. Sendo a mais bela, terá também, por outro lado, um efeito real de propaganda, dando uma ideia geral do nosso progresso em cem anos de vida independente. [...] Independente desse prisma, que de si já é relevante, a Exposição reunirá os elementos esparsos dos Estados, que, por falta de comunicações rápidas, se desconhecem. Vê, por aí, que é uma propaganda eficaz do país ao estrangeiro e ao próprio país. Há uma febre de exposições no mundo. Realizam-nas em todos os grandes centros produtores. É, certamente, não se tenta um empreendimento semelhante sem lucros positivos, mais tarde ou mais cedo. A grande luta, hoje em dia, é no terreno do comércio. Cada país, como uma casa de negócios, exhibe os seus produtos e, se gasta nos primeiros dias, terá, logo após, a recompensa com a freguesia, com a conquista do mercado (CAVALCANTI, 1921, p. 01).

A sucessiva publicação de artigos patrióticos nas páginas dos jornais da capital paraense demonstrava o entusiasmo compartilhado por políticos e intelectuais. Entre essas manifestações de civismo a atuação de Ignácio Moura era marcante, ele periodicamente assinava pequenas crônicas incentivando o nacionalismo; além de liderar o IHGP na missão de realizar investigações dos momentos marcantes da história do Pará. No artigo “O centenário do Brasil e as municipalidades do Pará”, publicado na *Folha do Norte*, em 25 de janeiro de 1922, fica evidente como Moura considerava as celebrações do Centenário uma oportunidade de integração nacional por meio da valorização da história.

Sob proposta do seu consócio Dr. Luiz Lobo, vai o nosso Instituto Histórico incentivar o movimento patriótico das nossas Municipalidades para que, por um movimento harmônico, devidamente planejado, seja comemorada a data centenária da Independência do Brasil, até os mais recônditos departamentos do Estado. O Dr. Henrique Santa Rosa, a quem não faltam o necessário critério e o mais aparelhado espírito de organizador, propôs que a diretoria do Instituto dirigisse circulares a todos os intendentos, solicitando-lhes a indicação de um procurador nesta capital, que possa tomar parte nas sessões de estados e de preparativos a tão alcançado fim. Temos certeza plena que a aplaudida iniciativa do Instituto Histórico do Pará será coroada pelo gesto unânime de toda a população estadual, em consagrar dias de verdadeiro júbilo, na comemoração da mais memorável data da História Nacional. Convém ao

¹⁵² Os países que participaram da Exposição Internacional do Centenário mandando construir Palácios para expor produtos comerciais foram: a República da Argentina, Os Estados Unidos, Portugal, Inglaterra, Bélgica, França, Noruega, México, Dinamarca, Itália, Suécia, Uruguai, Tchecoslováquia, Japão e o Grão-Ducado de Luxemburgo.

patriotismo da imprensa regional dar a maior publicidade a esse apelo, cuja correspondência deferidora alcançará o testemunho mais seguro dos nossos créditos de povo civilizado. Vivemos da História e para a História e ninguém se pode eximir da alçada desse juiz, qualquer que seja o ramo de atividade profissional, que a nossa energia e a nossa competência alcancem. Todos os povos têm festejado condignamente as datas originárias das suas nacionalidades; não será o Brasil quem se furte à regra e sobretudo o Pará necessita esclarecer o importantíssimo papel, a que se impôs no alevantado movimento. Convém a cada um dos Srs. Intendentes aceitar a iniciativa do Instituto Histórico, estudando o melhor meio de se incorporar a essa grandiosa comemoração, que fará palpitar o coração brasileiro desde os pampas do Rio Grande às planícies do Amazonas (MOURA, 1922, p. 01).

Surgia nesse contexto a possibilidade de os cofres do estado voltarem ao equilíbrio proporcionando um novo período de prosperidade. O governador Sousa Castro apostando na grande visibilidade que a Exposição do Rio de Janeiro traria para o comércio local organizou uma Comissão do Estado responsável por selecionar as casas comerciais e as empresas que iriam expor seus produtos no Pavilhão dos Estados Brasileiros¹⁵³. Os membros desse comitê foram os seguintes:

Dr. Barroso Rebelo (presidente); Luiz Lobo e o Dr. Henrique Américo Santa Rosa (1º e 2º vice-presidentes, respectivamente); Dr. Theodoro Braga e Francisco Batista de Oliveira (1º e 2º secretários, respectivamente); Antônio Faciola (tesoureiro); e demais membros, Drs. Clementino Lisboa, Antônio Ó de Almeida e João Pontes de Carvalho, comendador Jayme Pombo da Gama Abreu e Coronel C. Monteiro da Costa (O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA..., 1921, p. 01).

A primeira reunião desse grupo de trabalho foi realizada no dia 15 de setembro de 1921 e contou com a participação de Djalma Cavalcanti. No ano seguinte, a Comissão continuou realizando encontros como informa a nota “Exposição do Centenário” publicada na *Folha do Norte*, em 25 de janeiro de 1922.

Foram tomadas medidas de grande alcance na última sessão. O Dr. Américo Campos enviou um trabalho sobre o clima do Pará. Vários outros escritores acham-se empenhados em contribuir da melhor forma pelo Estado, na parte que se refere à colheita para os dados estatístico. Foi inserido na ata um voto de louvor ao Dr. Arnaldo Moraes, intendente de Alenquer, pelo interesse e patriotismo que vem revelando na contribuição desse Município ao grande certâmen nacional. No dia 19 do corrente, domingo, o Dr. Álvaro Maia realizará uma conferência sobre o assunto, no “foyer” do Teatro da Paz, às nove horas. A conferência é pública, podendo comparecer quantos se interessarem pela comemoração do Centenário (EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO..., 1922, p. 01).

¹⁵³ O Palácio dos Estados foi projetado pelo arquiteto H. Pujol Junior que se inspirou no estilo Renascença Francesa. Essa construção era formada por cinco pavimentos e uma torre de 45 metros – a Torre das Joias –, serviu de sede aos representantes dos expositores dos Estados brasileiros então existentes. Sua destinação ao fim da Exposição do Centenário foi abrigar o Ministério da Agricultura e “exposições permanentes dos produtos de Minas e São Paulo”. O Museu Comercial do Pará instalou um mostruário na galeria do pavimento térreo. O Palácio das Indústrias foi demolido na década de 1970. Ver *Livro de Ouro...* (1923).

Em meio às utopias de “salvação da pátria”, as letras do estado estavam prestes a receber uma homenagem ensaiada há pouco tempo nas páginas da *Folha do Norte*. E por meio desse diário de notícias, no dia 31 de agosto, Eustáquio de Azevedo comunicava que sua “*Literatura Paraense*” estava no prelo.

Acaba de entrar para as oficinas da *Semana* mais uma obra do nosso companheiro Eustáquio de Azevedo, com a qual pretende comemorar o centenário da Independência política do Brasil. Intitula-se o livro *Literatura Paraense*, e é a **história de seu movimento desde a época colonial até nossos dias**, contendo notas biográficas, transcrições de trechos em prosa e poesias de seus principais representantes nas ciências, no jornalismo e nas letras, terminando com a nomenclatura de todas as obras literárias publicadas no Pará até hoje. É talvez, esta a obra mais importante de Eustáquio de Azevedo na qual empregou grande soma de esforços e atividade para vê-la terminada, merecendo por isso, mais do que as outras, a aceitação pública. Na gerência deste Jornal aceitaram-se, desde já, assinaturas para o interessante trabalho cuja edição deverá estar pronta até o fim de outubro (LITERATURA PARAENSE, 1921a, p. 01. Grifo nosso).

O livro não sairia em outubro de 1921 como se supunha, porém, no dia 02 desse mês, um novo *release* aparecia tentando manter o interesse do público aceso por obra concebida sob tão nobre intento.

Está prestes a sair do prelo a *Literatura Paraense*, obra patriótica com a qual nosso confrade e companheiro Eustáquio de Azevedo vai concorrer para os festejos do Centenário da Independência do Brasil. Esse livro, que é a história do movimento regional paraense, **desde o século XVIII, até hoje**, contém notas biográficas, poesias, trechos em prosa e a nomenclatura de todas as obras escritas do Pará, científicas e literárias, sendo nele citados os nomes de seus representantes nas ciências, no jornalismo e nas letras. A edição é em excelente papel, nítida e elegante, recebendo-se desde já assinaturas na gerência deste jornal, na redação da *A Semana* e na livraria Pará Intelectual (LITERATURA PARAENSE, 1921b, p. 01. Grifo nosso).

A *Literatura Paraense* chegaria às livrarias em janeiro de 1922. A recepção dessa obra foi feita em primeira mão por Rocha Moreira, o que já sabemos em razão da polêmica levantada por esse crítico. Desse modo, se a controvérsia referida expôs os limites do alcance histórico de um livro anunciado pela abrangência de sua investigação – “da época colonial até os nossos dias” – nada impediu que a *Literatura Paraense* ganhasse destaque na imprensa carioca por meio do *release* “O Centenário e a literatura”, publicado no jornal *O Paiz*, em 21 de janeiro¹⁵⁴.

O Pará acaba de dar uma valiosa contribuição à literatura nacional do ano do centenário. Trata-se de uma nova obra do escritor J. Eustáquio de Azevedo, um dos nomes mais representativos da via espiritual do norte, e na qual o autor estuda biográfica e bibliograficamente os poetas e produtores de maior vulto do seu estado. Sabendo-se que o Pará é uma das regiões brasileiras que mais têm pesado na formação mental do Brasil, compreende-se facilmente a importância da *Literatura Paraense* –

¹⁵⁴ Esse texto foi reproduzido pelo jornal *Folha do Norte* sob o título “Literatura Paraense” em 16 de fevereiro de 1922.

tal o nome da obra – que abrange, **nas suas partes biobibliográfica e antológica, um largo período de 30 anos**. O livro do Sr. J. Eustáquio de Azevedo, que é, aliás prosador e poeta de talento, autor de numerosas obras recebidas com o melhor apreço no país, precisa de ter a máxima divulgação, a fim de tornar conhecido no Brasil o Pará literário, sob um aspecto assim homogêneo e documentado e sob um critério crítico e expositivo que seria para desejadas fosse adotado noutros Estados, para, então, podermos ter no fim deste ano agosto uma ideia de conjunto da situação real da literatura brasileira (O CENTENÁRIO E A LITERATURA, 1922, p. 04. Grifo nosso).

Contrariando o que as notas publicitárias afirmaram, quanto ao longo período histórico coberto pela *Literatura Paraense*, o texto informativo acima aponta uma menor abrangência desse estudo historiográfico: um “período de 30 anos”. Esse deslize de percepção fica sutilmente diluído em meio aos elogios a Eustáquio de Azevedo; e como sabemos, quem escancarou a ausência da produção coeva dos poetas belenenses foi Rocha Moreira. Já Remígio Fernandez veio apaziguar a questão ao publicar na *Folha do Norte*, em 17 de fevereiro, o artigo “Livros novos: Literatura Paraense, por J. Eustáquio de Azevedo”. O crítico reconhecia o objetivo patriótico desse trabalho e ressaltava o caráter contínuo da investigação desempenhada por Jacques Rolla a respeito da literatura paraense.

Em homenagem ao primeiro centenário da independência do Brasil, o conhecido e brilhante poeta e beletrista, cujo nome acima se declina, vem de publicar a síntese do movimento literário no Pará, desde os primórdios até nossos dias. [...] Parte, aliás, do livro, a maior, é um resumo da última edição da vigorosa *Antologia Amazônica*, recente obra de Eustáquio, sem contestação o primeiro e o mais conhecedor da bibliografia paraense. [...] O historiador paciente e patriota, que se abalçou à tarefa difícil, fez jus, também, aos aplausos da crítica sincera, que nada mais deve ser senão a expressão do sentimento geral, ou seja, a proclamação do valor real. Estes encômios não podem ser regateados a Eustáquio de Azevedo, poeta delicado, historiógrafo e *conteur* ameno, que vem de longe pontificando nas letras nortistas, calmo e sereno, sobre uma ruma de livros bons e variados (FERNANDEZ, 1922a, p. 01).

Com muita lucidez, Remígio Fernandez observou as semelhanças da *Antologia Amazônica* de 1918 com a *Literatura Paraense*; essa proximidade de enfoques não está apenas na inicial declaração de princípios do livro recente, que retomava a necessidade de afirmar a importância e desvelar a produção literária feita no Pará: “Da história da nossa literatura propriamente dita, ninguém, que eu saiba, até hoje tratou, nos vários compêndios e estudos que abordam o assunto e conhecidos são de todos nós” (AZEVEDO, 1922a, p. ix).

Em outra passagem de sua crítica, com maior argúcia, Fernandez comentou a concepção que sustentava o tipo de “história literária” desenvolvida por Eustáquio de Azevedo o desculpando pela omissão de uma abordagem avaliativa quanto à produção dos autores compilados.

A história literária paraense é completa, se por história compreendem-se, apenas, a numeração dos escritores. Sendo, porém, a verdadeira, história literária, o exame

crítico dos produtos intelectuais de cunho original e superior, resulta que toda sistematização de trabalhos deste gênero valerá segundo o alcance do espírito crítico que nela atua. Sem dúvida, o intuito capital de Eustáquio, antes do que aferir valores, foi enumerar cronologicamente os que, de vários modos, vieram a formar o corpo espiritual da entidade literária paraense. Encarado o seu livro por este prisma, o escopo é acabado (FERNANDEZ, 1922a, p. 01).

A metodologia historiográfica empregada na *Literatura Paraense* e reconhecida pela leitura de Fernandez pode ser esclarecida no livro *História da Literatura: trajetórias, fundamentos, problemas* (2014), de Roberto Acízelo de Sousa, o qual mapeia as primeiras “modalidades básicas” da produção historiográfica brasileira.

Inicialmente, temos as antologias de poesia, na época chamadas de *parnasos* ou *florilégios*, precedidas de prólogos que algumas vezes assumem proporções de sínteses historiográficas. Há também ensaios que constituem declarações de princípios sobre a ideia de literatura brasileira, envolvendo tanto reconstituições e avaliações do passado quanto projetos para as produções do futuro. Existem ainda estudos sobre a vida de escritores, constituindo as chamadas *galerias*, coleções de biografias de “varões ilustres” e “brasileiras célebres”. As edições de textos, por seu turno, formam categoria biográfica sobre os respectivos autores, juízos críticos e notas explicativas. (SOUSA, 2014, p. 79).

O livro de Eustáquio de Azevedo está exatamente na fronteira entre uma “antologia” e uma “declaração de princípios”; o que faz da *Literatura Paraense*, concebida sob o espírito patriótico vigente, obra híbrida ao reunir passagens informativas da atuação de algumas associações culturais; transcrever poemas e narrativas; oferecer o perfil biográfico de poetas e poetisas e listar mais de uma dezena de autores em atividade no Pará. A única objeção feita por Remígio Fernandez, ao método compilatório da *Literatura Paraense*, diz respeito à falta de distinção entre “indivíduos medíocres, de cultura rudimentar, sem outra bagagem literária” e aqueles “pulcros talentos, almas vibráteis e culturas magníficas” (FERNANDEZ, 1922a, p. 01), que Eustáquio de Azevedo aproximou em seu afã de “sintetizar” as manifestações literárias do estado. Essa disparidade do talento dos autores elencados não pode ser averiguada pelos leitores de hoje, a não ser por meio de uma pesquisa, já que os nomes da maioria dos poetas citados no final do livro estão desacompanhados de exemplos de suas produções literárias.

Para além da polêmica travada com Rocha Moreira, quanto a *Literatura Paraense* omitir alguns poetas recentes ou não oferecer exemplos da produção de outros (“velhos” ou “novos”); considerando também a avaliação positiva de Remígio Fernandez ao compreender que o esforço historiográfico de Eustáquio de Azevedo era de compilar nomes e biografias; como podemos compreender melhor o papel desempenhado por essa “síntese histórica” no ambiente literário paraense em 1922?

Para responder a essa questão precisamos retomar a primeira versão da *Literatura Paraense* publicada nas páginas do jornal *Folha do Norte* em 1920¹⁵⁵. Esse esboço trazia claramente sua destinação e o seu objetivo compositivo; o trabalho historiográfico fora endereçado ao IHGP a fim de compor a contribuição dos intelectuais paraenses ao DHGEB, publicação organizada sob os auspícios do IHGB em razão do Centenário da Independência. Durante a publicação seriada da *Literatura Paraense* houve uma intervenção anônima divulgada no dia 04 de junho de 1920, por meio do artigo “Literatura no Pará”. Nesse texto Eustáquio fora criticando por não ter incluído em sua pesquisa comentários acerca da obra de autores “estrangeiros”, “científicos” ou quanto a importância da obra de sacerdotes como D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará (1861 – 1888).

O estudioso beletrista Eustáquio de Azevedo tem publicado neste jornal uma bela rapsódia do movimento literário da nossa terra, a partir dos tempos coloniais até nossos dias. Entretanto, o notável crítico, que não deixou de registrar a cooperação de escritores, como Gomes Amorim e João Lúcio, e de filhos de outros estados, como Clementino Lisboa e Fiock Romano, esqueceu-se lamentavelmente da literatura sacra, na qual salientaram-se Caetano Brandão, Frei João de S. Jorge, verdadeiramente clássicos, e esse notável prelado D. Antonio de Macedo Costa, que o mundo literário conhecia como o “bispo do Pará”, a cuja terra consagrou a sua mocidade e o seu coração inteiro. Desde a jurisprudência, com o livro “Direito contra Direito”, que Camilo classificou de “obra imortal”, até os seus livros didáticos, poesias e cânticos, Macedo Costa não pode ser esquecido no movimento intelectual de nossa região. Sobre a literatura científica não poderá ficar no olvido o nome de Ferreira Penna que, apesar de ser mineiro, fez a sua armadura literária no Pará, onde fundou a primeira “sociedade filomática” desta terra. Tivemos um médico, e esse era genuinamente paraense, Dr. Marcelo Lobato, que deixou poesias admiráveis, dramas e comédias, representadas no nosso primitivo teatro e que serviram de exemplo a outro brilhante conterrâneo Lima Pennante, e cujos nomes Eustáquio não pode deixar de esculpir com a sua pena de mestre. Bateie bem o pó aurífero do passado que pelo crivo da crítica, ainda poderão passar muitas outras pepitas gloriosas, para o engaste dessa admirável antologia, digna de figurar como um dos mais encarecidos capítulos do “**Livro do Centenário**”. Será possível silenciar as poesias do Dr. Júlio Mário e a fluente prosa de Higino Amanajás? E os dois Romualdos não merecerão ser mencionados, quando foram senhores de tribuna sagrada e profana? (LITERATURA NO PARÁ, 1920, p. 01. Grifo nosso).

Em 19 de junho, essa crítica foi respondida pelo historiador, que apresentou um capítulo em que narrava o combate ideológico no qual tomou parte D. Macedo Costa ao discordar da legislação que determinava a separação dos poderes do Estado e da Igreja. Nessa polêmica, que levou D. Macedo Costa à prisão, o sacerdote travou intenso debate com o Conselheiro Tito Franco de Almeida, Saldanha Marinho e Lauro Sodré. Eustáquio de Azevedo ainda fez referência ao conflito travado pelo 10º Bispo do Pará contra os partidários das “crenças

¹⁵⁵ Em 1920 a *Literatura Paraense* foi publicada na *Folha do Norte* nas seguintes datas: 24, 25, 27, 29 e 30 de maio; 01, 02 e 19 de junho.

filosóficas” da Maçonaria¹⁵⁶; além de finalizar transcrevendo uma carta em que D. Macedo se opunha ao uso das igrejas como lugar de votação.

O último capítulo da *Literatura Paraense* foi publicado na *Folha*, em 13 de agosto de 1920 e nele prosseguia a réplica ao texto crítico anônimo referido. No texto de Eustáquio temos uma lista com os nomes dos representantes da “literatura didática” formada por Higino Amanajás (poeta, *conteur* e autor d’*A Educação Cívica*); Edmundo de Amicis (autor de um compêndio de educação moral e cívica); Dr. Carlos Augusto Valente de Novais (Médico e Lente de Geografia do Ginásio Paes de Carvalho); Felipe Pinto Moraes (Lente de Português e Geografia do Seminário do Carmo); Augusto Ramos Pinheiro, Cantidiano Nunes e Antônio Macedo (estes três últimos foram normalistas). Como exemplos da “literatura científica” ou “histórica”, o bosquejo de Eustáquio de Azevedo descrevia a atuação de autores como Manuel Barata, Arthur Vianna, Theodoro Braga e Domingos Soares Ferreira Pena. Os derradeiros nomes citados são de poetas cujas “composições poéticas” não foram transcritas por serem “defeituosas na métrica¹⁵⁷”.

Todos os homens de letras expostos em 1920 estarão presentes no livro de 1922. Alguns deles apenas tiveram a ordem de aparecimento modificada e o correspondente texto biográfico foi levemente remodelado. A diferença mais significativa entre essas duas “sínteses” fica por conta da edição enfaixada no ano de 1922; pois ela encerra com a apresentação de biografias das seguintes poetisas¹⁵⁸: Maria Simões, Elmira Lima, Maria Valmont, Sirema Valente, Guajarina de Lemos, Guilly Furtado Bandeira, Adelina Lacerda e Naïde Vasconcelos, única a ter um poema transcrito. Eustáquio de Azevedo após essa concisa coletânea de informações da participação feminina no cenário beletrístico de Belém, nos oferece uma seleção de “sonetos paraenses¹⁵⁹” e de poemas da sua lavra.

¹⁵⁶ Eustáquio de Azevedo cita como adversários de D. Macedo Costa, o Padre Eutíquio Pereira da Rocha e Dr. Sousa Filho.

¹⁵⁷ Tais poetas são os seguintes: Marcelo Lobato, Júlio Mário, Lima Penante, Casemiro Borges Godinho de Assis, Alexandre Servata, José Olímpio Pereira de Melo e João Pontes de Carvalho.

¹⁵⁸ Outros nomes de mulheres ligadas a produção literária ou educação são citados. Eles são os seguintes: Virgínia de Faria Alves da Cunha, Anésia Shussler, Aurora Marques, Laura Bezerra, Esmeralda Monteiro, Luna Graça Furtunato, Guilhermina Gusmão, Estrela Zagury Benayon, Ester Porto Nunes, Maria Stuart de Figueiredo e Francisca Santos.

¹⁵⁹ Os poetas e os títulos de seus respectivos sonetos são os seguintes: Severino Silva (Cabocla e Negra), Tito Franco (Vai!), Dejad de Mendonça (Benedicite), Nogueira de Faria (Duelo), Lucidio Freitas (Elogio da dor), Alcides Gentil (Retorno...), Franklin Palmeira (Na asa do meu delírio), Alves de Sousa (Monólogo de um cego), Flecha Ribeiro (Volúpia póstuma), Albano Vieira (Símbolos humanos), Rocha Moreira (Invocação), Remígio Fernandez (Dor Bendita), Manuel Lobato (Só), José Simões (A estatueta), Vespasiano Ramos (Cristo), Eduardo Ribeiro (Olhando a vida), Philemon Assunção (Noite de insônia), Elmano Queiroz (Coruja), Antônio de Carvalho (Nazaré de outrora), Alcides Bahia (Pomo vedado), Pereira de Castro (Eu), Carlos Nascimento (Vitória Régia).

Agora, ao considerarmos nesse cotejo a conclusão da *Literatura Paraense* presente no II Volume do DHGEB, provavelmente publicado em julho de 1922¹⁶⁰, sob o título de “Síntese da História Literária”, perceberemos o viés propagandista assumido por Eustáquio de Azevedo em favor do seu “patrão”: o jornalista, político e professor Paulo Maranhão, dono do jornal *Folha do Norte*. Mas para além do mero interesse encomiástico subsiste o direcionamento desses últimos parágrafos na retomada do objetivo de resguardar um espaço na história da literatura nacional para os autores paraenses.

Um dos atuais proprietários da FOLHA DO NORTE, senador estadual, diretor da Instrução Pública do Estado, e meu velho companheiro de lutas; esse intemerato jornalista brasileiro que é Paulo Maranhão, foi e é ainda um dos mais cintilantes literatos que a Amazônia tem possuído. E não só os referidos, mas outros muitos, aos quais alude a *Antologia*, têm deixado nas páginas da imprensa sulcos inapagáveis do seu real merecimento, pondo em evidência que – “nesta nesga da pátria onde o Equador escalda e o Amazonas rebrame” – há inspirados patrícios, poetas de eleição, estetas primorosos, que a História literária não deverá olvidar (AZEVEDO, 1922b, p. 244).

E nesse fecho do capítulo do *Dicionário*, dedicado aos valores mentais do Pará, fica evidente que o olhar de Eustáquio não se posiciona acerca da atual produção literária; tanto que o poeta mais jovem lembrado foi Flecha Ribeiro, o qual não morava no estado desde 1915. O historiador sagra então como o maior nome da inteligência indígena José Veríssimo, que “teve a lembrança de sair do desconhecido meio literário do Norte” (AZEVEDO, 1922b, p. 244). O historiador concluiu sua contribuição ao esforço da intelectualidade nacional simbolizado pelo DHGEB, resignado por conhecer a “pobreza do meio” paraense; e assim, ele reafirmava o altruísmo daqueles que apesar das dificuldades continuavam alimentando “o fogo sagrado”.

Torna-se claro que a grande diferença entre as três versões da *Literatura Paraense* está na conclusão; do mesmo modo que o elemento básico comum corresponde ao objetivo de sua composição, pois para além de sua destinação patriótica e comemorativa subsistia a continuidade de um projeto historiográfico erguido desde a primeira edição da *Antologia Amazônica*. Assim, no ano de Centenário, o que poderíamos conhecer da produção literária paraense?

Para respondermos a esse questionamento poderemos considerar tanto as três versões referidas ou nos limitarmos ao livro publicado em Belém, afinal esse volume oferece de forma sumária um pequeno apanhado dos poetas jovens atuantes Belém, ou melhor, aqueles que numa linha história davam continuidade à(s) tradição(ões) beletrística(s) do estado. Contudo,

¹⁶⁰ No I Volume do DHGEB fica claro que a publicação foi feita em julho de 1922. Mas o II Volume não indica nenhuma data.

Eustáquio de Azevedo não apresenta essa tradição literária de forma sistemática, uma vez que ele ordenou as informações históricas e biográficas da produção literária paraense sem respeitar a cronologia, já que o conceito de “literatura” por ele esposado será bastante amplo como veremos a seguir. De qualquer modo, faremos um apanhado daquilo que o leitor em 1922, que tivesse ou não conhecimento da *Literatura Paraense* publicada na *Folha do Norte*, ficaria sabendo do ambiente literário belenense até o início da década de 1920.

Figura 32 – Folha de rosto da *Literatura Paraense* (1922).



Fonte: Arquivo pessoal.

Os “momentos decisivos” da literatura paraense referidos por Eustáquio de Azevedo teriam início com os representantes da tradição Clássica, cujos “nossos árcades” seriam Tenreiro Aranha e Felipe Patroni; pois apenas “no século XVIII que o movimento literário brasileiro, propriamente dito começou” (AZEVEDO, 1920a, p. 01. AZEVEDO, 1922a, p. 15). Com o advento do século XIX, se instalou no Pará o Romantismo, momento em que os “poetas bem-intencionados” buscaram “criar uma literatura *nossa*, sem macaqueações, tipicamente nacional” (AZEVEDO, 1920b, p. 01. AZEVEDO, 1922a, p. 24. AZEVEDO, 1922b, p. 231). Os grandes exemplos dessa manifestação das genuínas letras brasileiras foram Gonçalves Dias,

Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre e José de Alencar. Logo fica evidente que a primeira vertente romântica a grassar no estado foi o “indianismo” tendo como representantes os poetas Vilhena Alves, Severino Bezerra de Albuquerque, Fernandes Belo, Theodoro Rodrigues, Francisco Gomes de Amorim e Acrísio Mota.

Um novo influxo romântico seguiu-se por meio da “escola *sertaneja*” que deu origem a toda uma série de livros, “cujas páginas destilam o perfume suave e delicioso de nossas matas e possuem o sabor e as modalidades da vida paraense do sertão” (AZEVEDO, 1920c, p. 01. AZEVEDO, 1922a, p. 31. AZEVEDO, 1922b, p. 233). Essa literatura “roceira” voltada para as peculiaridades do caboclo e a descrição das práticas da vida no “interior” foram alvo da produção de Juvenal Tavares, Bruno Seabra, Joaquim Rodrigues de Sousa Filho, José Veríssimo e Inglês de Sousa¹⁶¹. Houve ainda o “romantismo patriótico” tendo como representantes Júlio César Ribeiro de Sousa e Carlos Hipólito de Santa Helena Magno. Destilado pelo gênio de Álvares de Azevedo, “misto das harmonias de Lamartine, da melancolia de Musset e do satanismo de Byron”, espalhou-se “o veneno romântico de seus versos”, o que levou “muitos talentos de escol” a “imitar os surtos e as loucuras do poeta” descendo “cedo para o túmulo” muitos poetas paraenses. Eustáquio de Azevedo abria um parêntese nesse momento do texto, e em todas as versões da *Literatura Paraense*, para afirmar não ter sido seduzido por esse “turbilhão tenebroso” (AZEVEDO, 1920d, p. 01; AZEVEDO, 1922a, p. 00; AZEVEDO, 1922b, p. 00), que vitimou poetas como Frederico Rhossard, João Nilson, Natividade Lima, Leopoldo Sousa, João de Deus do Rego, Guilherme de Miranda e Medeiros Lima. O último surto do Romantismo surgiu sob o signo do “condoreirismo” de Castro Alves por volta de 1884, quando se instalou no Pará a campanha abolicionista, que encontrou na produção dos poetas Joaquim Francisco de Mendonça Junior (Múcio Javrot), Ignácio Batista de Moura e Elias Tavares Vianna a calorosa expressão literária do brado libertário.

Foi possível reconhecer com alguma dificuldade esse primeiro conjunto de manifestações poéticas entre a Escola Arcade e os vários braços do Romantismo. Seja em qual publicação for, o que se segue como argumentação historiográfica será bastante confuso; pois a transição das passagens descritiva-argumentativas para outras biográficas acontece abruptamente. A ordem das ideias parece seguir o fluxo da memória do autor, que a cada exposição da ordem dos fatos não se constringia em os alterar. Esse aspecto compositivo torna ainda mais complexa a

¹⁶¹ Eustáquio de Azevedo faz menção ao nome de Inglês de Sousa apenas no livro publicado em Belém e valoriza a produção dele por conter o “sabor das coisas regionais”. Contudo, Inglês de Sousa por viver a “longos anos na Capital Federal” tornara-se “mais um escritor brasileiro que paraense”. (AZEVEDO, 1922a, p. 50).

tentativa de compreender em quais princípios Eustáquio de Azevedo ancorou sua prática historiográfica. Felizmente, ele nos deu uma pista valiosa ao se referir à definição feita por João Manuel Pereira da Silva acerca do conceito de literatura presente no primeiro tomo do *Parnaso Brasileiro* (1843).

“Literatura é o desenvolvimento das forças intelectuais, todas, de um povo é o complexo de suas luzes e civilização: é a expressão do grau de ciências que ele possui: é a reunião, enfim, de tudo quando exprimem a imaginação e o raciocínio, pela linguagem e pelos escritos”. (*Parnaso Brasileiro*), Intr. Págs. 22 (PEREIRA apud AZEVEDO, 1922a, p. 60 – 61).

Eustáquio de Azevedo assumiu que sua missão como historiador da literatura estava ligada ao processo civilizacional do Brasil e ao mostrar como se desenvolvera a intelectualidade paraense, em seus vários ramos literários, ele estaria contribuindo para o esforço nacional de autoafirmação. E como muitos escritores paraenses se ressentiam de não serem lidos nos estados brasileiros do Sul, oferecer no ano do Centenário da Independência do Brasil uma “síntese” dos principais eventos e agentes da cultura letrada do Norte, seria uma ação de altruísmo patriótico. Tal “declaração de princípios” justifica os saltos temporais empregados por Eustáquio de Azevedo ao tratar de personalidades literárias e dos momentos históricos específicos; isto lhe permitiu abrir espaço para abordar outras manifestações da *intelligentsia* que não estavam estritamente ligadas à ficção, mas essas produções para serem dignas de divulgação deveriam conter certos quesitos de qualidade. Na citação que se segue perceberemos como a ojeriza voltada para alguns movimentos poéticos persistia impedindo ao historiador inclusive realizar um apanhado da atual situação das letras no Pará.

Depois da escola *sertaneja* apareceram no Brasil, sucessivamente, o *condoreirismo* de Castro Alves, reflexos da poesia hugoana; o *cientificismo* de Martins Júnior, com as “Visões de hoje” e os “Estilhaços”; o *parnasianismo*, de Alberto de Oliveira, o *naturalismo* de Zola, o *realismo* de Junqueiro, e, por último, o *simbolismo* de Cruz de Sousa e Lopes Filho e o *evolucionismo*, arremedo da *renascença francesa* de nossos dias. Os intelectuais paraenses, afeitos à leitura simultânea desses novos sistemas, sem orientação segura, borboletaram por todos eles, tronando-se ecléticos e, desde então, procurando sobressair uns aos outros nas composições hora de prosa e verso que pela imprensa e em livros ofereciam à avidez do leitor (AZEVEDO, 1922a, p. 41).

Que Eustáquio de Azevedo detestava a poesia Simbolista e usou de muita criatividade para insultar seus representantes isso já sabemos; surpreendente é que ele não tenha tecido elogios calorosos ao Parnasianismo ou tratado dos raros exemplos da produção ficcional Naturalista (conto ou romance)¹⁶². Eustáquio toma a acepção mais ampla do conceito de

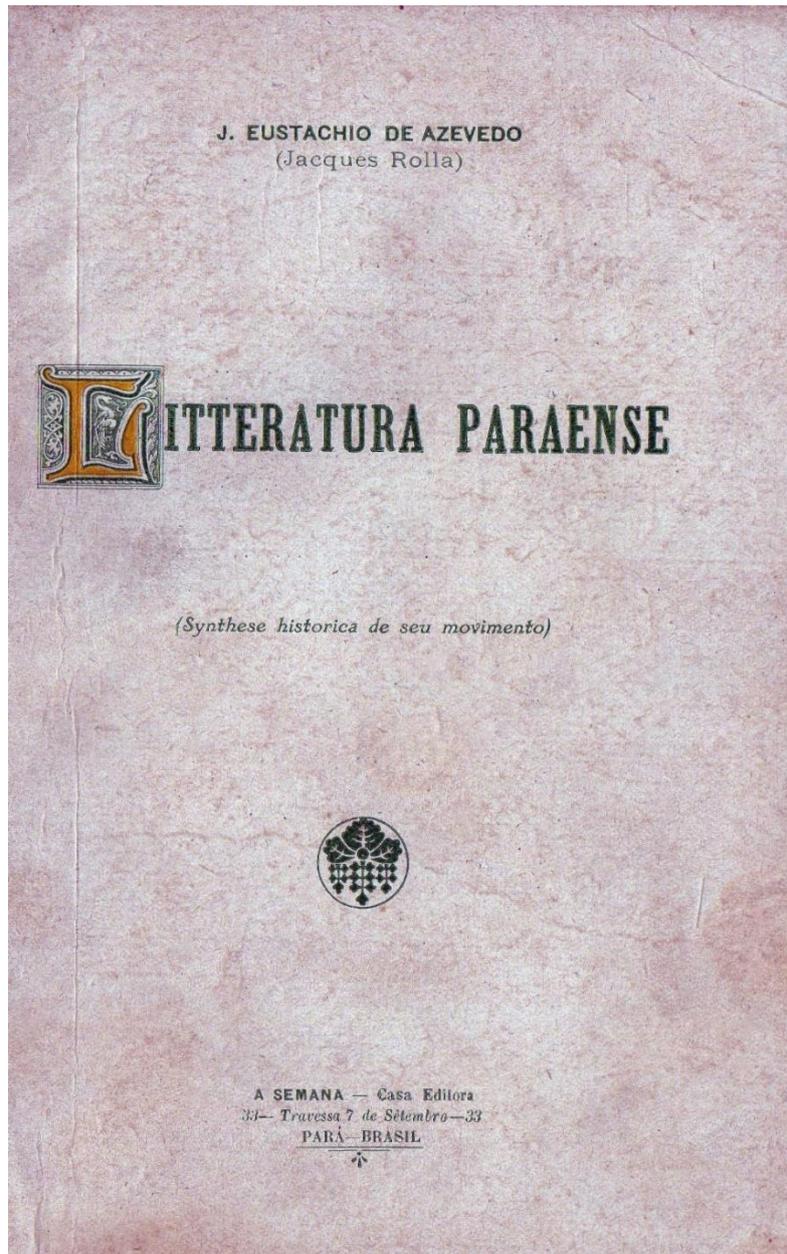
¹⁶² Na verdade, Eustáquio faz referência ao romance de Marques de Carvalho, *Hortência* (1888). Mas o que se escreve não chega a ser uma crítica ou comentário avaliativo, o parágrafo se destina ao elogio da obra.

literatura para elencar os nomes e as obras de autores ligados às ciências naturais, à investigação histórica, à produção de livros didáticos, à poesia dramática ou “oral¹⁶³” e ao trabalho jornalístico. Esse proposital desvio abriu espaço para que a história da Mina Literária fosse novamente contada sem nada diferir do que fora exposto na(s) *Antologia(s) Amazônica(s)* (1904, 1918). Agora é preciso deixar claro que a história dessa agremiação literária está presente apenas na versão da *Literatura Paraense* (1922), publicada em Belém; do mesmo modo que ela aborda a criação da Associação da Imprensa do Pará (1912) e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917), grêmios louvados por sua “utilidade pública”.

O pouco do que é dito por Eustáquio de Azevedo quanto aos jovens autores em atividade no cenário paraense, entre os anos de 1920 e 1921, diz respeito à colaboração deles nos periódicos da capital do estado provando serem “poetas de musa original e bizarra” (AZEVEDO, 1922a, p. 104). Os representantes dessa leva mencionados são Raul Bopp, Eduardo Ribeiro, Bruno de Menezes, Queiroz Albuquerque, Elzamann de Freitas, Wladimir Emanuel e Peregrino Júnior “cronista humorístico” de “*verve* fina”. Essa nova geração de beletristas encarnaria um momento de incerteza quanto aos rumos da “literatura regional”; pois embora fossem eles os continuadores de certas tendências e gostos poéticos “cada qual [seguiria] o seu rumo estético: parnasianos, líricos, realistas, simbolistas, evolucionistas a seu turno, sem ponto fixo comum” (AZEVEDO, 1922a, p. 104). Essa avaliação de que não haveria unidade de visão por parte dos poetas “moços” não pode ser sustentada ao considerarmos o empenho associativo liderado pela Associação dos Novos e outras tantas agremiações listadas por Eustáquio de Azevedo e referidas por nós na Sessão II e III.

A *Literatura Paraense* (1920, 1922a, 1922b), tem um valor inegável como expressão patriótica e trabalho de compilação de dados que comunicam diversos momentos da história literária e do pensamento amazônico. Ela se mostra uma fonte incontornável de indicações que se averiguadas poderão revelar toda a complexidade da produção literária feita no Pará durante o século XIX e início do século XX. Os seus limites informativos se justificam pelo conceito de história da literatura empregado por Eustáquio de Azevedo, pois o autor estava de fato preocupado com o passado e a “síntese” dos eventos da cultura literária paraense, feitos segundo uma estrutura autotélica, que privilegiava o historiador como o narrador e uma das personagens angulares dessa história da literatura.

¹⁶³ Eustáquio de Azevedo faz referência a um grupo de poetas que atuavam nos “comícios, ou pelos teatros, em festas de Arte, recitando, de camarotes, poesias inspiradas”. É a respeito da produção desses poetas que o historiador diz não transcrever exemplos de seus poemas por serem “defeituosos na métrica”. Tais poetas são os Drs. Marcello Lobato, Júlio Mário, Lima Penante, Casemiro Borges Godinho de Assis, Alexandre Servata, José Olimpo Pereira de Melo e João Pontes de Carvalho.

Figura 33 – Capa da primeira edição da *Literatura Paraense*.

Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 34 – Fotografia do Pavilhão dos Estados.



Fonte: <http://historiasemonumentos.blogspot.com/2014/11/exposicao-internacional-do-centenario.html>

5.1. A Cultura Letrada Paraense tipo exportação.

Seria suficiente a publicação da obra historiográfica de Eustáquio de Azevedo em Belém e no Rio de Janeiro para afirmar a importância da cultura letrada paraense no ano de Centenário da Independência do Brasil? Provavelmente, não. A presença dos intelectuais e artistas paraenses durante a Exposição Internacional na Capital da República mostrava-se tão necessária quanto a dos produtos comerciais que seriam expostos à avaliação dos frequentadores do Palácio dos Estados. Essa necessidade era tão real que o Delegado Federal da Comissão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Djalma Cavalcanti, conclamou a participação da intelectualidade local por meio da nota “Exposição do Centenário: apelo aos intelectuais” publicada na *Folha do Norte*, em 15 de fevereiro de 1922.

O Dr. Djalma Cavalcanti, delegado federal, renova, por nosso intermédio, o apelo já feito aos intelectuais patrícios, no sentido de concorrência para maior vitória da representação de nossa terra no Rio, em setembro deste ano. O Pará não deve comparecer unicamente por suas fontes de produção material, pelas reservas inesgotáveis de suas terras, pelo incremento que emprestou às indústrias, pelos mostruários, enfim, atestando o seu progresso admirável. Nestes cem anos, ao lado dos grandes surtos do trabalho, acompanhando-o num esforço que contrasta com a indiferença do medo, os seus intelectuais, - poetas, escritores e jornalistas -, realizaram uma obra original, formando um conjunto harmonioso, bastante para definir a arte neste pedaço da pátria. Haverá, na seção paraense, uma seção especial, de que se devem incumbir, preenchendo-a com as suas produções, os nossos homens de pensamento. Aqui fica, portanto, o apelo. Basta um exemplar de cada obra publicada, devendo ser remetida para a Delegacia, à rua de Santo Antônio 83-A, que se encarregará de enviá-la diretamente à Comissão Central no Rio (EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO..., 1922, p. 03).

Uma parte dessa intelectualidade, formada pela Comissão Estadual da Exposição, organizou-se para reunir informações dos aspectos históricos do estado e outros assuntos que necessitassem de conhecimento especializado. Os membros dessa “força tarefa” integravam alguma associação científico-cultural (como o IHGP e a AIP), ou faziam parte da administração pública; talvez por essa razão eles tiveram uma capacidade organizativa mais eficiente e conseguiram coletar em pouco tempo material que integraria publicações como o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (1922), *O Pará na Exposição* (1922) e *O Pará em 1922* (1922). O esforço dessa parcela da comunidade “ilustrada” deveria assim, por meio de “informações estatísticas”, mostrar o “progresso material, intelectual e moral” do Pará “aos nossos irmãos da federação brasileira, como ao estrangeiro” (EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO..., 1922, p. 02).

E agora, quanto aos “produtos literários”, quais poderiam ser enviados à grande Exposição de setembro próximo? O apelo de Djalma Cavalcanti apenas explicitava o pequeno

número de publicações de obras ficcionais narrativas ou poéticas editadas nos últimos dois anos no Pará; o que nos permiti especular as causas dessa incipiência produtiva. Quem poderia atestar a pujança beletrística dos paraenses não eram autores jovens, afinal, dos rapazes que colaboravam nos jornais de Belém apenas Bruno de Menezes, com o livro *Crucifixo* (1920); e, Ernesto Cruz, com o livro *Da Roça* (1921), tinham enfaixado suas composições em um volume. É possível propor, adequando a questão editorial aos termos da economia de mercado, que a produção literária paraense mal chegava para suprir as necessidades “espirituais” do público leitor de Belém, restando muito pouco para a “exportação”. Onde poderíamos encontrar considerável concentração de poemas, narrativas e críticas de livros novos era nos periódicos, ou seja, um veículo que atendia somente as necessidades locais.

No Pará, os poetas mais atuantes faziam parte da Associação dos Novos tendo *A Província do Pará* como seu órgão principal de divulgação; enquanto que a *Folha do Norte*, a revista *A Semana* e o jornal *O Estado do Pará* acolhiam a produção de Rocha Moreira, Augusto Meira, Eustáquio de Azevedo, Carlos Nascimento, Severino Silva, Remígio Fernandez, Raul Bopp, Oswaldo Orico, Wladmir Emanuel, Sandoval Lage, José Simões entre outros.

Contudo, essa produção que estava circunscrita a um suporte tão efêmero não seria suficiente para expor “ao mundo” quem eram os grandes nomes da prosa ou os inspirados vates do setentrião. Consciente da pobreza editorial do meio, Eustáquio de Azevedo secundou a convocatória destinada aos literatos conterrâneos por meio do artigo “Aos intelectuais um apelo”, publicado na *Folha do Norte*, em 15 de março.

A delegacia, neste Estado, da Exposição do Centenário há meses que vem solicitando dos intelectuais que no Pará residem e florescem a remessa de seus livros, a fim de serem enviados e atestarem na capital do país, por ocasião dos festejos, o grau de nossa cultura mental. Parece-me, porém, que vamos fazer uma bem triste figura... Enquanto os homens de letras de outros Estados, num gesto significativo de patriotismo, se movimentam organizando revistas, publicando livros, empacotando suas obras já publicadas, para figurarem ali, na secção armada para esse fim, os do Pará conservam-se inativos ao apelo, por uma muito mal e irritante modéstia, ou criminosa indolência. Não bastava já que alguns dos maiores vultos de nosso meio literário, que a podiam dar mais intenso brilho às letras regionais, como Severino Silva, Carlos Nascimento, José Simões e outros não tenham até hoje enfaixado em livros os seletos produtos de seu espírito; para pesar profundo nosso, aqueles, que os têm, ainda não se resolveram a enviar à Delegacia referida os variados volumes de suas obras. É por isso que somos desconhecidos no sul. Daí a nenhuma importância que temos, e o sermos postos à margem pelos críticos e historiadores da obra literária do Brasil, onde só por misericórdia figuramos, às vezes (AZEVEDO, 1922, p. 01).

Eustáquio de Azevedo expressava-se de forma tão enfática não sem razão, afinal ele fora o único escritor que empreendeu, apesar de suas limitações, um projeto que buscou preservar e promover a literatura paraense. O apelo do Delegado Federal da Exposição tem maior peso no

contexto que acompanhamos por ser de um indivíduo que não estava ligado diretamente ao meio letrado ou jornalístico. A sua preocupação estava voltada para o sucesso dos produtos comerciais paraenses no certame vindouro e não em mobilizar os artistas da terra para que mostrassem o vigor do pensamento literário nortista. A intervenção de Eustáquio era não só pontual e pertinente como cheia de autoridade e conhecimento de causa. Por isso, ele incluiu em seu artigo uma lista com os nomes de seus confrades considerados significativos para honrarem os brios artísticos da terra.

O Pará deve figurar na Exposição do Centenário, brilhantemente, ao lado dos Estados mais adiantados da União, no que diz respeito à literatura brasileira. Não precisamos do contingente do passado, que é avultado e bom. Basta que nos apresentemos com o acervo contemporâneo, que é seletivo e valioso. Custa pouco isso. É preciso apenas que acuda ao apelo, que agora reforço, este brilhante e bizarro grupo de intelectuais conhecidos: Dr. Augusto Meira, com os seus *Corymbos* e a *Estesia Filológica*; Dr. Remígio Fernandez, com o *Selva* e o *Sol de Outono*; Dr. Nogueira de Faria, com a *Branca do Céu*, o *Sempre o Amor*, a *Árvore má* e *O Poder de Deus*; Rocha Moreira com os *Versos Pagãos*, o *Pã*, a *Torre do Sonho*, as *Pompas* e os *Brocatellos*; Elmano Queiroz, com as *Matinhas*; padre Florêncio Dubois, com os *Contos Singelos*; Dejard de Mendonça, com o *Evangelho de meu filho*; Cursino Silva, com os *Sarçais*; Queiroz de Albuquerque, com os seus *Poemas Singelos* e os *Átomos*; Romeu Mariz, com o *Cosmorama* e o *Limbo*; Antônio Silva, com os *Fogos Fátuos*; Mecenas Rocha, com *Heras*, os *Cambiantes* e as *Ruínas*; Ignácio Moura, com o seu *Anuário de Belém* e a *Luz de outr'ora*; José Coutinho de Oliveira, com as *Lendas Amazônicas*; D'Artagnan Cruz, com um semestre encadernado da sua bela revista *A Semana*; a Sociedade Médico-Cirúrgica, com os últimos números de sua substanciosa Revista científica. E nossos créditos literários e científicos ficarão de uma vez firmados no sul. Vamos, confrades, eu apelo para o espírito esclarecido de todos vós! *Il faut agir!* (AZEVEDO, 1922, p. 01).

A reprimenda de Eustáquio de Azevedo parece ter surtido efeito nos poucos autores paraenses publicados. Afinal, no dia 21 de março, por meio da nota “Exposição do Centenário” publicada na *Folha do Norte*, ficamos sabendo quais foram os livros enviados à Delegacia da Exposição situada em Belém. O maior exemplo não poderia ter vindo de ninguém menos do que Jacques Rolla.

Atende ao apelo feito pela Delegacia da Exposição do Centenário aos intelectuais do Pará, enviaram a essa repartição federal, com o fim de serem remetidas àquele certâmen as seguintes obras: *Casos forenses*, do desembargador Santos Estanislau; *Belas Artes*, *Vindimas*, *Antologia Amazônica*, *Musa Eclética*, *De Capa e Espada*, *A Irmã Celeste*, de J. Eustachio de Azevedo; *Musa Boêmia*, de Natividade Lima; *As Ilhas*, de Pompílio Jucá; *Átomos* e *Poemas Singelos*, de Queiroz Albuquerque; *Topázios*, de Araújo dos Santos e *Da Roça*, de Ernesto Cruz (EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO, 1922b, p. 01).

Se poucos livros de autores paraenses iriam figurar nos estandes da Exposição Internacional ao menos um artista da terra já havia conseguido renome no Rio de Janeiro. Theodoro Braga encontrava-se na Capital Federal ao menos desde o final de 1921 e, logo em

janeiro de 1922, ele realizou na Biblioteca Nacional uma exposição dos usos de motivos naturais amazônicos na arte decorativa. O pintor carioca Raul Pederneiras comentou com entusiasmo esses trabalhos que traziam elementos “da flora e da fauna luxuriante” e os “[...] motivos geométricos [...] da cerâmica dos indígenas de Marajó”. O artigo que louvava o talento e a originalidade de Theodoro Braga, intitulado “A estilização da Flora brasileira¹⁶⁴”, foi publicado na *Folha do Norte* no dia 08 de fevereiro.

Theodoro Braga, artista de pulso, de uma tenacidade exemplar, depois de uma longa ausência de dezessete anos, deixa por momentos o Pará, e vem apresentar no Rio a sua longa e paciente pesquisa científica, aliada a uma vasta e original estilização de arte decorativa aplicada. A exposição recentemente feita na Biblioteca Nacional entusiasmou deveras, por ter revelado a imensa quantidade de recursos de que a arte pode lançar mão no seio da fértil natureza brasileira. [...] O exemplo há de frutificar, a arte tende a nacionalizar-se de uma vez, contando para isso com o concurso de todos os seus cultores, para que a obra de Theodoro Braga não fique sem continuadores, que os podemos ter, de muita valia, entre os nossos conceituados artistas. E é nesse ano da emancipação política centenária que esperamos ver declarada oficialmente a nossa independência artística, bastando, para isso, que os governos olhem com carinho, animem e acorçoem artistas como Theodoro Braga, que tem dedicado toda sua vida, todo o seu esforço, todo o seu carinho, à consagração em arte da opulência do nosso país (PEDERNEIRAS, 1922, p. 01).

A avaliação de Raul Pederneiras reforça como a produção artística assumira conotação política pelo contexto comemorativo e nacionalista que inflava os discursos que circulavam seja por meio da imprensa carioca ou que eram feitos por um patriota histórico como era Ignácio Moura. Este intelectual também estava atento ao sucesso de Theodoro Braga longe do Pará, ainda mais por esse artista ter sido o 1º Secretário do IHGP durante o ano de 1920¹⁶⁵. Por meio do artigo “O Pará no Rio de Janeiro”, publicado na *Folha do Norte*, em 31 de março, Ignácio Moura repercutia como o trabalho historiográfico e artístico de Theodoro Braga fora recebido pelas autoridades e intelectuais cariocas, além de fazer referência a uma publicação, infelizmente, jamais realizada.

A mais bela representação da nossa pujança intelectual nas festas do Centenário foi o aparecimento de Theodoro Braga no Rio de Janeiro. Artista e escritor, o secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, apresentou ao mundo culto da capital da República as suas esporas de ouro, expondo num dos maiores salões da Biblioteca Nacional uma preciosa coleção de telas de subido valor histórico e regional, com amostras de estudos próprios para uma estilização brasileira em toda a nossa arquitetura incipiente. Batem-nas flores de Acantho, os louros da velha clássica, as volúpias jônicas, substituindo-as, nas cornijas das colunas e nas arquitraves dos monumentos, por símbolos vivos da flora tropical. É uma nova escola, da qual o proficiente paraense se fez criador e mestre, sob os frenéticos aplausos da imprensa carioca. Theodoro Braga vale, por si, a exuberância de uma exposição artística.

¹⁶⁴ Esse artigo foi originalmente publicado no jornal carioca *O Imparcial*, em 11 de janeiro de 1922 com o título “Arte decorativa Nacional”.

¹⁶⁵ Desde agosto de 1921 o 1º Secretário do IHGP foi o engenheiro João de Palma Muniz.

Fizeram-na professor honorário da Academia de Belas Artes, e a comissão central das festas do Centenário acaba de lhe conferir a honrosa incumbência de iluminar artisticamente as primeiras páginas de todas as obras que ali forem impressas, sobre os complexos assuntos do valioso certâmen internacional. O congresso federal e o governo da República espanaram o pó do maravilhoso arquivo em que Theodoro Braga colecionava documentos sobre a nossa vida e sobre a nossa intelectualidade, decretando o necessário estipêndio para a impressão do seu *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico e Comercial do Pará* (MOURA, 1922, p. 01).

Ter o talento reconhecido no centro político, cultural e simbólico do Brasil representava para a intelectualidade paraense uma vitória incontestável e enobrecedora do meio em que o artista se criara, embora a terra natal não pudesse oferecer melhores condições para que a genialidade individual continuasse progredindo. A transferência de Theodoro Braga para o Sul do Brasil constituía motivo de orgulho para os intelectuais que ficaram, mesmo que indiretamente expusesse as grandes limitações – financeiras e institucionais – que alguns artistas tiveram de enfrentar. O momento era de celebração e qualquer notícia que elevasse os ânimos do meio culto radicado em Belém deveria ser anunciada como forma de comprovar que o Estado do Pará era capaz de produzir grandes mentes a ponto de serem “exportadas” para o núcleo social que consagrara José Veríssimo.

Toda publicidade que fizesse referência ao círculo ilustrado da capital do estado era bem-vinda, ainda mais quando a notícia circulava pelos órgãos da imprensa carioca. Um novo afoço que envaideceu a intelectualidade belenense foi feito pelo longo artigo de Emílio de Macedo, “Literatura nos Estados: Belém, 1922”, publicado na revista *O Mundo Literário*, em 05 de junho. O autor do texto após fazer um apanhado dos grandes nomes que atuaram, e ainda atuavam, em Belém no final do século XIX e início do século do XX¹⁶⁶, se referindo inclusive a criação da Mina Literária, começava por elogiar figuras muito familiares do meio jornalístico paraense. O primeiro autor agraciado com o gesto de deferência foi **Severino Silva**, tratado como “uma complexa organização de poeta e pensador, privilegiadamente favorecido com extraordinária força criadora. Prosador de apurado labor e invejável cultura [...] seria nome para honrar qualquer dos meios intelectuais do Brasil” (MACEDO, 1922, p. 243). **Remígio Fernandez** surge como o “espanhol criado e educado no Brasil”, “professor de latim no Liceu Oficial”, dono de “sólida cultura humanista, [...] prosando e poetando em português castiço com bravura, nervosismo e graça – é um dos nomes consagrados nas rodas letradas do Pará” (MACEDO, 1922, p. 243). O terceiro “estrangeiro” apresentado, cuja carreira florescera em Belém é **Augusto Meira**, louvado como “polígrafo de inquebrantável atividade, portador de

¹⁶⁶ Emílio de Macedo refere-se a Antônio Lemos, João Marques de Carvalho, Tito Franco d’Almeida, Alves de Souza, Celso Vieira, Castro Menezes, Elyseu César, Humberto de Campos, Enéas Martins e Paulo Maranhão.

considerável bagagem literária, onde sobressaem estudos jurídicos, ensaios filosóficos, e volumes de ficção, quer em prosa quer em verso” (MACEDO, 1922, p. 243).

O primeiro paraense nato que mereceu menção de Emílio de Macedo foi **Rocha Moreira**, saudado como “um cantor singelo, espontâneo e transparente” dono de versos que exalavam o “perfume de nossas matas, a seiva da nossa vegetação luxuriante, o bramir tempestuoso dos nossos rios caudalosos” (MACEDO, 1922, p. 243). Em seguida o intelectual apresentado é **Eustáquio de Azevedo**, sendo enaltecido como um “trabalhador incansável, insensível ao perpassar dos anos, vem desde o período romântico produzindo incessantemente e publicando anualmente volumes de poesias, de contos, de novelas, de crônicas, de conferências, de dramas e tragédias” (MACEDO, 1922, p. 243). **Alfredo Lamartine**, futuro fundador da Academia Paraense de Letras, também mereceu elogios por ser “prosador de artística polidura e de helênica sobriedade”, cuja “prosa parece que canta e arrulha, soluça e gorjeia” e cuja poesia “chora a nostalgia langorosa da alma sertaneja do Brasil” (MACEDO, 1922, p. 244). **Carlos Nascimento** é outro poeta de sobressaído valor introduzido pelo artigo em questão, o então “professor catedrático de Português do Liceu Oficial”, merecia reverência apesar de seu “torturado parnasianismo, que por vezes lhe tolhe a nobre inspiração, peada pelos arrebiques e preciosismos da forma” (MACEDO, 1922, p. 244).

Emílio de Macedo também prestou homenagem a grandes nomes da imprensa paraense; o primeiro a receber atenção foi o dono do jornal *Folha do Norte* e “professor de literatura da Escola Normal”, Sr. **Paulo Maranhão**, tratado então como “o mestre dos mestres do jornalismo paraense, a cujo influxo se tem formado uma legião de espíritos novos, é indiscutivelmente uma das mais pujantes e completas mentalidades do Pará” (MACEDO, 1922, p. 244). **Raimundo Morais** é distinguido como “prosador nervoso, vibrante, de grande facilidade de expressão aliada a um gênio sarcasta inconfundível – monopoliza na imprensa a atenção do grande público paraense” (MACEDO, 1922, p. 244). Os outros jornalistas lembrados pela vigorosa atuação são **Pedro Paulo Penna e Costa**, “experimentado em mil pelejas, polemista contundente, poeta de surtos magníficos” (MACEDO, 1922, p. 00); **Curcino Silva**, dono de “intima inspiração e o melancólico e delicado autor dos *Sarçais*” (MACEDO, 1922, p. 00); **Arnaldo Valente Lobo**, “moço de estudos sérios, polemista nervoso, incisivo e invencível”; **Raimundo Trindade**, “afeito de longa data às árduas contendidas jornalísticas” (MACEDO, 1922, p. 244); **César Coutinho de Oliveira**, “lutador de rija têmpera, de grande cultura jurídica, é um jornalista másculo, de sóbria mas lacerante dialética” (MACEDO, 1922, p. 244); e, **João Alfredo de Mendonça**, “discípulo de Paulo Maranhão, fadado a promissor futuro, pelo talento

excepcional” (MACEDO, 1922, p. 244). Além desses grandes nomes da poesia e do jornalismo paraense a produção científica local não ficaria sem representantes que pudessem provar os méritos do pensamento metódico e sistemático incorporado pelos membros mais ativos do IHGP.

Nos estudos históricos e geográficos, gozam da reputação, firmada nos círculos de especialistas de todo Brasil os notáveis engenheiros Henrique Santa Rosa, Ignácio Moura e Palma Muniz, – cujos trabalhos, cheios de pesquisas e conclusões originais, são sempre citados quando se trata, no domínio daquelas ciências, de quanto se refere ao Pará (MACEDO, 1922, p. 244).

Por último, mas não menos importantes para Emílio de Macedo, tivemos o reconhecimento de “três figuras notáveis [...] na oratória”, sendo eles os Drs. **Luiz Estevam**, **Elias Viana** e **Apolinário Moreira**. O primeiro desse trio é saudado por sua capacidade “máxima de improvisação na tribuna”, qualidade engrandecida por ser “Professor de Direito da Faculdade do Pará, Juiz Federal do Estado” (MACEDO, 1922, p. 245) e o orador oficial do IHGP. O segundo ás do palanque destacava-se como “parlamentar experimentado nas tempestuosas agitações tribunícias, [...] um devotado estudioso das fontes clássicas do idioma” (MACEDO, 1922, p. 245). O último empolgante tribuno, Diretor da Fazenda do Estado, era um “moço de invulgar merecimento, [...] orador de frases rendilhadas a capricho, vazadas em irrepreensível português” (MACEDO, 1922, p. 245). Esse artigo de Emílio de Macedo honrou com todo o requinte “as silhuetas primaciais do Pará letrado”, vindo de encontro aos anseios de quantos no Estado desejavam confirmar a importância da cultura tradicional nortista para o momento em que a nação preparava tão significativa festa.

Mais um motivo para celebrar a atividade poética paraense seria dado por Remígio Fernandez ao publicar o seu segundo livro de poemas, o *Sol de Outono*; obra claramente ligada à estética Parnasiana e à tematização telúrica que estava por trás de toda manifestação patriótica no Pará. Foi em 02 de julho, por meio d’*A Província do Pará*, que um *release* anunciou o lançamento do volume tão comentado nas rodas literárias de Belém.

O fulgurante poeta Remígio Fernandez, o autor consagrado do *Selva*, que tão bem recebido foi pela crítica, vem de dar à luz da publicidade mais uma produção do seu privilegiado estro. Esse novo livro de versos, que vem enriquecer a literatura indígena, tem o título que em cima esta ligeira notícia, tendo sido impresso nas oficinas gráficas da Livraria Clássica (SOL DE OUTONO, 1922, p. 01).

Formado predominantemente por sonetos, com exceção dos poemas “Bíblica”, que se aproximada de uma balada romântica com versos livres, embora rimados; e, “Cisma”, de versos quebrados (quodras com versos decassílabos e hexassílabos); o *Sol de Outono* segue à risca os

exemplos máximos do parnasianismo nacional. A terceira parte intitulada “Terra Paraense”, cujo primeiro poema é homônimo, emprega o modo descritivo das paisagens que despertariam reflexões filosóficas diante à grandiosidade amazônica evocada posteriormente em obras narrativas como *Terra Imatura* (1923) e *Águas e Selvas* (1924).

Repousa, peregrino, o teu cajado	A
E fica... Se procuras a ventura,	B
Aqui a tens na paz e na fartura	B
Deste rincão do mundo, abençoado.	A
Aqui depararás quanto procura	B
A tua angústia de homem torturado:	A
Terra fecunda, o matagal, o prado,	A
O ameno clima e a fonte d’água pura.	B
Entra agora, de manso, na floresta,	C
Olha quanta riqueza, sem medida,	D
Na flora tropical se manifesta.	C
Entra. Porém, com teu chapéu na mão,	E
Ergue tua alma a Deus, agradecida,	D
Beija o fecundo, hospitaleiro chão.	E

(FERNANDEZ, 1922c, p. 70 – 71).

Esses decassílabos tematizam a “terra da promessa”, que como espaço ubérrimo recebeu muitos imigrantes nordestinos na virada do século XIX para o XX. A Amazônia paraense absorveu uma variada quantidade de colonos ou de estudantes e bacharéis em busca de colocação. A imagem da natureza sagrada como um imenso templo que deveria ser adentrado com circunspeção encontra um complemento bastante significativo no poema “Inferno verde”.

Sob a cúpula verde e sobranceira	A
Da mata virgem, milenária e vasta,	B
O caudal d’água múrmura se arrasta	B
Entre os barrancos e aningais da beira.	A
Sobe, enlaça ao tronco, a trepadeira	A
E na ramagem trêmula se engasta;	B
E a parasita imóvel e nefasta,	B
Nos troncos e nos ramos se empoleira.	A
De toda parte, justapostos, broncos,	C
Ao léu, da terra fértil e bizarra,	D
Ergem matagais e rudes troncos.	C
Olhas em vão! Por onde quer que sondes,	E
Atônito de espanto, o olhar esbarra	D
Na profusão das árvores e frondes.	E

(FERNANDEZ, 1922d, p. 72 – 73).

A obra de Alberto Rangel, *Inferno Verde* (1908), tornou-se para os intelectuais paraenses o modelo da interpretação do espaço e a fonte de um estilo cientificista que se articulava aos referenciais artísticos clássicos; a paisagem amazônica ganhou nas narrativas do autor pernambucano o animismo que justificava o desafio da conquista da “hileia”. A uniformidade entediante do horizonte verde, a imersão num ambiente indistinguível pela extensão da mata e o espanto do observador diante do cenário grandioso também estão presentes no livro póstumo de Euclides da Cunha, *À margem da história* (1909). A leitura feita dos escritos de Rangel e Euclides por Remígio Fernandez ficará evidente quando esse último publicar sua crítica de *Águas e Selvas*. O que o poeta do *Sol de Outono* fez nos versos decassílabos de “Inferno Verde”, e nos outros que compõem o capítulo Terra Paraense, foi transpor para a especulação parnasiana o deslumbramento com o titanismo amazônico.

Oscar Abrantes, em uma leitura acerca do *Sol de Outono* publicada n’*A Província do Pará*, em 15 de julho, elogiou os sonetos que formavam o “capítulo excelente” da Terra Paraense; ele destacou o poema homônimo por sua qualidade descritiva e simbólica, aconselhando que “todos os estranhos a esta terra devam lê-lo e meditar”. A argumentação prossegue ressaltando a capacidade figurativa de tais versos ao comunicar ao “outro” da exuberância paraense.

Realmente a afirmativa do poeta é valiosa e justa. Há nestes versos serenos e fortes uma justificativa que nos enche de conforto agradecido. O soneto tem expressão, cor local, vida, arte, e interesse social. A nossa raça deve sentir-se bem com a manifestação exterior da terra, assim propalada por outrem. Evidentemente, como este soneto de doce emotividade são todos os outros do livro em questão. O estro se revela exuberante. A forma é de maneira graciosa. A arte é de um fino e treinado *ciseleur* (ABRANTES, 1922, p. 02).

Mas não foram apenas os discursos de propaganda e de defesa das letras paraenses que circularam pela imprensa mobilizando o imaginário do povo e dos intelectuais de Belém. No dia 01 de abril de 1922, o jornalista português Sebastião R. de Oliveira publicou na *Folha do Norte* o artigo “O *raid* aéreo Lisboa-Rio”, onde narrava a realização da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul pelo Capitão-Tenente Arthur de Sacadura Freire e Cabral (piloto) e pelo Capitão-de-Fragata Carlos Viegas Gago Coutinho (navegador). A aventura havia começado no dia 30 de março.

A fim de elucidar os leitores da Folha menos informados sobre a audaciosa aventura dos aviadores portugueses que anteontem levantaram o voo em Lisboa, rumo ao Rio de Janeiro, com escalas pelas Ilhas Canárias, Ilhas do Cabo Verde, Ilha Fernando de Noronha, Recife e Bahia, dispusemo-nos a fazer nestas colunas alguns comentários a respeito do assunto. [...] A tentativa ora em via de execução pelos aviadores portugueses servirá para encorajar as grandes empresas de navegação comercial e

postal aéreo que a França de um lado, por meio de hidroaeroplanos, e a Alemanha e Espanha, de outro, por meio de zepelins, têm em vista estabelecer entre a Europa e a América do Sul (OLIVEIRA, 1922, p. 01).

Fosse somente o motivo comercial que impulsionava os oficiais portugueses a tomar parte em tão arriscada empreitada, o heroísmo do gesto não seria facilmente celebrado por meio da imprensa e talvez não encontrasse apoio tanto dos portugueses como dos brasileiros. Era necessário conferir ao espírito aventureiro dos aviadores uma aura patriótica, moderna e intemerata que despertasse nos políticos e entusiastas da aviação o desejo de patrocinar tal viagem. E apelando à fraternidade luso-brasileira reavivada pelo Centenário da Independência, Sacadura Cabral enviou um documento com o plano da travessia ao Dr. Vítor de Macedo Pinto, então Ministro da Marinha Portuguesa, no ano de 1921. A justificativa tocou exatamente na memória da “fraternidade” de um tempo em que o atlântico unia Brasil e Portugal.

Em 1922 realiza-se o Centenário da Independência do Brasil. Projetam-se grandes festas e uma Exposição para a qual Portugal deve e vai concorrer, e para a qual já trabalha. Parece mesmo estar projetado que S. Ex.^a o Presidente da República visite o Brasil nessa ocasião, ato político que só terá vantagem. O ano próximo seria, pois, o momento propício para se tentar a viagem aérea, viagem para a qual é provável que vários países se estejam preparando, sobretudo a França e a Itália, onde o assunto tem sido bastante discutido e onde ele interessa sobremaneira os construtores e os próprios Governos. [...] A realização da viagem não só chamaria sobre nós as atenções mundiais, porque atos destes afirmam a vitalidade de uma raça, como prepararia uma atmosfera de simpatia à viagem presidencial. Igualmente contribuiria para levantar o nome português no Brasil e estreitar os laços de amizade entre os dois países, laços que é necessário cultivar porque o Brasil, nação à qual está destinado um grande futuro, é, e naturalmente continuará a ser, o país para onde o português emigra de preferência e onde por isso convém que ele seja bem acolhido e considerado (CABRAL apud CORRÊA, 1966, p. 173).

A notícia da aventura dos “argonautas dos ares” não deixaria a colônia portuguesa do Pará indiferente, nem mesmo os intelectuais autóctones ficariam alheios ao sucesso da grandiosa jornada como veremos por meio das manifestações poéticas que exaltaram o sucesso do *raid* Lisboa – Rio de Janeiro. O Cônsul de Portugal em Belém, Sr. Júlio Amaral, passou a se comunicar via telégrafo com o Ministro da Marinha portuguesa e receber de outras fontes informações dos estágios vencidos da viagem. Assim, a comunidade lusitana da capital paraense pode se preparar para festejar o fim da travessia e planejar a visita dos aviadores ao Pará. Logo no dia 06 de abril, como podemos ler na nota “O *raid* aéreo Lisboa – Rio”, publicada na *Folha do Norte*, muitas deliberações já haviam sido tomadas para homenagear os “navegadores aéreos”.

Verificando esse feito, que sacudirá de sinceros júbilos não só a alma portuguesa como a dos brasileiros, em Belém serão levados a efeito ruidosas manifestações as quais caracterizarão não só o nobre espírito de patriotismo dos filhos da Lusitânia, como o

regozijo que esse notável acontecimento provoca. Os portugueses aqui residentes não se quedaram indiferentes às manifestações que serão prestadas em todo o país aos empreendedores de tão arrojado tentâmen. Assim é, que, em reunião efetuada ontem, na sede do Consulado de Portugal, onde se fizeram representar todas as associações portuguesas, ficou assentado o seguinte: logo que se saiba os aviadores portugueses navegado sobre águas brasileiras, haverá luzida recepção no Consulado, formando-se ao depois imponente *marche qua flambeaux* que percorrerá as principais ruas da cidade (O RAID AÉREO..., 1922, p. 01).

Durante todo o mês de abril até a finalização do *raid* no dia 17 de junho, quando Sacadura Cabral e Gago Coutinho chegaram ao Rio de Janeiro, após dois acidentes que inutilizaram o primeiro avião¹⁶⁷ de nome Lusitânia (Fairey 15) e o segundo chamado Portugal (Fairey 16); eles conseguiram completar a viagem a bordo de um terceiro hidroavião batizado de Santa Cruz (Fairey 17), aparelho comprado por meio de uma subscrição feita no Rio de Janeiro sob a coordenação de Carlos Malheiro Dias¹⁶⁸.

Mas Ignácio Moura sequer esperou que os aventureiros lusos chegassem à Capital Federal para lhes enaltecer o feito. Prontamente, no dia 23 de abril, com o artigo “Glória imperecível” publicado na *Folha do Norte*, ele celebrava a chegada dos aviadores, ocorrida no dia 18 do mesmo mês, “aos abruptos rochedos da ilha São Paulo”, e relacionava essa façanha com as proezas de Bartolomeu Dias, Cristóvão Colombo, do Padre Bartolomeu Gusmão, do paraense Júlio César Ribeiro de Sousa e finalmente do “nosso intrépido patricio Santos Dumont” (MOURA, 1922, p. 02). Será por meio desse texto que Ignácio Moura noticiará o acidente com o primeiro hidroavião – o Lusitânia, quando este “amarrava” junto à “Ilha de São Paulo” – e o suporte prestado pelo cruzador República, embarcação que estava à espera dos aviadores e que traria Sacadura Cabral a Belém.

As celebrações por meio da imprensa paraense à intrepidez dos aeronautas lusitanos não ficaram somente no registro jornalístico que contava das etapas vencidas da travessia ou dos perigos que há pouco dificultavam a conclusão do *raid*. Era necessário pôr em versos, em estrofes heroicas, o louvor à tenacidade do esforço humano que unia os dois países. Augusto Meira foi um dos primeiros poetas a transfigurar a travessia em ato patriótico com o soneto “À Grei”, publicado na *Folha do Norte*, em 19 de maio. Resgatar a herança portuguesa começava a tornar-se um motivo a mais para a nacionalidade brasileira; esses que chegavam às costas

¹⁶⁷ O modelo do hidroavião era um monomotor Fairey 400 Rolls-Royce Eagle VIII 350 HP.

¹⁶⁸ Provavelmente essa subscrição contou com auxílio de portugueses residentes em Belém e outros paraenses entusiasmados com a conclusão do *raid*. Essa possibilidade pode ser atestada por meio da nota “O *raid* aéreo Lisboa – Rio” publicada na *Folha do Norte*, em 23 de maio de 1922. Nela ficamos sabendo que o Cônsul Português abriu uma conta no Banco Nacional Ultramarino, com uma filial em Belém, onde eram vendidas as insígnias “Torre e Espada” para arrecadar fundos destinado a compra de um novo hidroavião em Londres. Também no mesmo jornal no dia 08 de junho a matéria “O *raid* Lisboa – Rio” fala da coleta de donativos entre a colônia portuguesa para esse fim.

brasileiras pelos ares afirmavam os traços comuns da “raça lusíada”. Se o *raid* fora planejado para comemorar a Independência do Brasil, agora ele se tornara um símbolo paradoxal do saudosismo brasileiro pela antiga metrópole.

Em tempo, foste, oh gente lusa, imensas,	A
As belas asas do universo... e, agora,	B
De novo, erguida as vastidões suspensas,	A
Do espaço encontras teu vigor de outrora!	B
Ou fosse noite ou resplandecesse a aurora,	B
Por céus tranquilos, procelárias densas,	A
Seguiste, ovante e a glória vencedora	B
Nas próprias asas, te embalou suspensas!	A
Misturaram-se as tuas caravelas,	C
Como as espumas brancas, cintilantes,	D
Às espumas do mar, solto em procelas;	C
E entre os astros revoltosos, circunstantes,	D
Ressurges, derramada, entre as estrelas,	C
Por plagas nunca devassadas d’antes!	D

(MEIRA, 1922, p. 01).

O heroísmo dos navegantes portugueses da era dos Grandes Descobrimentos marítimos nos séculos XV e XVI, tornara-se para o imaginário de então a medida com que se devia mensurar o gesto de ousadia de Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Essa “epopeia dos ares”, que ganhava repercussão pela imprensa alimentada com notícias transmitidas por estações telegráficas e pelas ondas do rádio, foi assumida como símbolo do progresso tecnológico inscrito inclusive no “Sistema Gago Coutinho”, o sextante de horizonte artificial, invenção criada para possibilitar a navegação aérea ao atualizar um instrumento já tão conhecido dos navegadores. O triunfo dos dois aviadores conseguia sintetizar tanto esse novo momento de conquistas da história humana, uma vez que os ares também se viam “navegados” por portugueses; quanto justificar que semelhantes feitos se deviam ao espírito intemerato lusitano, ou melhor, faziam parte da “raça” impetuosa desbravadora dos mares. É com essa perspectiva apologética que o poeta Bruno de Menezes publicou o poema “Para orgulho da raça”, em 18 de junho, na *Província do Pará*. Ao optar pela irregularidade métrica nesse soneto, com versos de doze e treze sílabas, o autor talvez quisesse comunicar quão heroico havia sido a empreitada ora concluída e assim o expressava com a alteração de uma forma poética consagrada por Camões.

Sus! E asas na amplidão, a libélula de aço	A
Voa e ascende. É a partida! O ideal de um Sonho estreme!	B

Ó vertigem de azul! Como o horizonte é escasso	A
D'ânsia de céus sem fim, dessa estranha trirreme!	B
Da última caravela, em luminoso traço,	A
Eis que surge a crisálida, em voos de asa que treme...	B
Depois do Mar, às nuvens ir, vencendo o espaço,	A
Com o pulso de um Cabral, pilotando no leme!	B
E repete-se a História, o Sonho das conquistas!	C
Trazem no peito a Cruz Latina os dois heróis,	D
Que, dos céus do Brasil vêm miragens nas vistas!	C
E – gênio de Camões a Lusitânia abraça!	E
Toda a Glória d'agora é a audácia dos avós.	D
Que palpita no sangue e no orgulho da Raça!	E

(MENEZES, 1922, p. 01).

Outro rasgo de admiração veio de um poeta de nome enigmático, quem sabe um pseudônimo, Raymundo Caracciolo, que louvou Sacadura Cabral e Gago Coutinho com o soneto decassílabo “Lusitânia”, publicado no mesmo jornal e data em que o de Bruno de Menezes fora.

Sejais bem-vindos, vós, peninsulares,	A
Nessa triunfante e ousada trajetória	B
Em que, através das nuvens e dos mares,	A
Legais à vossa pátria eterna glória!	B
Salve, heróis! Que dos lusos pátrios lares,	A
Vindes cantando o hino da vitória!	B
Que os vossos nomes fuljam, entre milhares	A
De bênçãos, como o sol, na voz da História!	B
Filhos, que sois, da pátria irmã da minha,	C
Portugal do Brasil mais se avizinha,	C
Pela senda de luz que abris no espaço!	D
Glória, pois, a esse feito triunfal,	E
Que, unindo este país a Portugal,	E
Irmana os nossos céus no mesmo abraço.	D

(CARACCILO, 1922, p. 01).

O espelhamento da aventura presente naquelas que deram origem aos “novos mundos” se tornava ainda mais simbólico quando consideramos o que Gago Coutinho e Sacadura Cabral levaram ao alçarem voo de Lisboa. Este trazia consigo “um quilo e meio de biscoitos”, base da alimentação dos nautas d’outrora; e, aquele um “volume dos *Lusíadas*”, obra máxima de exaltação da pátria; como relatou o jornalista português Simões Coelho em palestra proferida na noite do dia 29 de julho no Palace Theatre tratando do êxito dos *raidmen*. A conferência do

jornalista do diário *O Século* apenas fez crescer a expectativa pela visita dos novos heróis portugueses a Belém.

Sacadura Cabral chegaria a Belém exatamente no dia do 99º aniversário da Adesão do Pará à Independência do Brasil. Já Gago Coutinho ficara no Rio de Janeiro por a “idade exigir-lhe repouso”. Enfim, o feriado de 15 de Agosto de 1922 tornou-se um dos mais contraditórios exemplos de expressão da nacionalidade paraense; pois se por um lado eram ignorados os lances cômicos e trágicos que forçaram o Estado do Pará a romper com a Coroa Portuguesa, manobra orquestrada pelo blefe do Capitão inglês John Pascoe Grenfell; por outro, portugueses e brasileiros se reuniram para festejar durante 3 dias a visita do piloto lusitano. O desembarque ocorreria apenas no dia seguinte sendo feito sob efusivas manifestações de apreço por parte da grande multidão que acorreu ao cais para recepcionar o oficial da Marinha Portuguesa.

É claro que alguma composição poética daria à visita de Sacadura Cabral um elevado significado como Raymundo Caracciolo o fez por meio do soneto dodecassílabo “Sê bem-vindo”, publicado em 16 de agosto n’*A Província do Pará*.

Salve, continuador dos feitos lusitanos!	A
Tu, que num largo gesto, ergueste, ousado, o porte	B
E rompestes a amplidão, galgando astros e arcanos;	A
Tu, que através do sol, pairando, altivo e forte,	B
Sobre o mar, não tremeste ante o poder da morte	B
E enfrentaste o bramir dos temporais insanos;	A
Sentes, enfim, por ti, vibrar o extremo Norte,	B
Aos clangores febris de mil peitos ufanos!	A
Vê, Cabral, como exulta o povo brasileiro,	C
Unido ao povo luso! E, em cânticos triunfais,	D
Celebram o nome teu e aclamam-te a vitória!	E
Herói! Não só o Brasil, mas o universo inteiro	C
Perpetuará na história os feitos imortais	D
Dos que assim, como tu, conquistam eterna glória!	E

(CARACCILO, 1922, p. 01).

Após um cortejo náutico Sacadura Cabral recebeu as chaves da cidade das mãos do Intendente de Belém, o Sr. Cipriano José dos Santos. Em seguida o ilustre visitante foi levado em comitiva pelas principais ruas da Capital até o Grande Hotel onde ficou hospedado com as despesas pagas pelo Governo do Estado. Daí em diante, até a sua partida, na madrugada do dia 19 de agosto, Sacadura Cabral assistiu a uma partida de futebol entre os clubes do Remo e do Paysandu pela taça “Sacadura Cabral – Gago Coutinho”, no campo Evandro Almeida; foi recebido pelo Governador do Estado, Dr. Sousa Castro; acompanhou uma missa campal no Parque João Coelho; visitou o Consulado de Portugal, a Associação Comercial, a Escola Prática

de Comércio, a sede da Beneficente Portuguesa, tomou parte em um “espetáculo de gala no Teatro da Paz”, onde discursou; participou de festas na Intendência Municipal, no Bosque Rodrigues Alves, na Tuna Luso Comercial, na Maçonaria e de um *five-o-clock tea* a bordo do cruzador República.

A primeira grande celebração cívica do ano de 1922 havia passado sob o domínio da fraternidade luso-brasileira, nenhum poema havia sido publicado nos jornais da capital paraense que esboçasse alguma preocupação vanguardista, algum lampejo que denunciasses o interesse dessa comunidade artística em se movimentar na direção de transformações estéticas ou que indicasse qualquer contato com as publicações “futuristas” lançadas em São Paulo. Afinal, os jovens que elevaram Victor Brecheret à condição de gênio capaz de realizar seus anseios de mudança tinham uma forte posição antilusitana.

São Paulo vivia os grandes preparativos para a festa nacional da Independência. Há pouco tinham sido julgadas as “maquettes” para o Monumento comemorativo do feito do Ipiranga. Fremia todo o Estado de júbilo cívico, de euforia patriótica. [...] Mas Brecheret apesar de vitorioso malogra com o monumento das Bandeiras. É que, concomitantemente, os portugueses radicados em São Paulo decidem oferecer à cidade um monumento também comemorativo do Centenário da nossa independência e com o mesmo tema do de Brecheret – a exaltação da epopeia bandeirante – a ser executado pelo escultor lusitano Teixeira Lopes. [...] Menotti del Picchia quer impedir a qualquer custo que outrem se aposses da ideia e que Brecheret perca a sua grande oportunidade, que é também a dos defensores da nova arte, ou seja, do grupo modernista de São Paulo. [...] Daí protestar: “Não se deve, pois, consentir mais que a alma e a técnica estranhas se fixem no bronze que imortaliza as glórias da nossa raça”. (BRITO, 1971, p. 117, 124, 125).

Outra questão que retornou ao cenário das discussões literárias em Belém ainda no mês de agosto foi a baixa produtividade do sistema editorial paraense. Farias Gama, então presidente da Associação dos Novos, tentou esclarecer as causas da insignificância do meio letrado paraense, “neste ano malaventurado do Centenário”, com o artigo “Pará intelectual” publicado em 14 de agosto n’*A Província do Pará*. Aqui o autor se mostra incisivo ao apontar de forma sistemática como esse problema poderia ser observado historicamente.

Se focalizarmos, mesmo após uma pesquisa minuciosa, os livros publicados pelo Pará, nos últimos dez anos, chegaremos a triste conclusão de que este número é inferior à produção simplesmente anual, de muitos de outros estados da federação. Segundo a resenha do livro *Literatura Paraense*, de Eustáquio de Azevedo, de 1850 até hoje, menos de 180 livros foram publicados, sendo oitenta e poucos de versos e os restantes de vários gêneros, entre os quais grande número de livros escolares, raríssimas obras de teatro, e ainda mais raros romances, já incluídos no total geral, vários livros publicados fora do Estado, por autores que há muito exercem a sua atividade em outros lugares. De dez anos a esta parte surgiram menos de sessenta livros, se livros se pode chamar a microscópicos folhetos de versos, destinados a circular, exclusivamente, entre amigos, com a “praxíssima” dedicatória do próprio punho do autor. No ano corrente, então, o desastre tem sido completo, a esterilidade absoluta,

parecendo que não atingiremos sequer a média dos anos anteriores. Quais as causas de crise tão desabonadora para os nossos créditos de imaginativos e criadores? Falta autores? Certamente, não! (GAMA, 1922, p. 01).

As indagações de Farias Gama têm um teor pessoal, pois desde 1916 ele tinha um conjunto de “narrativas” que tentava editar e as vinha publicando esparsamente em diários de Belém. A compilação desse material só ganharia formato de livro no ano de 1924. O foco da crítica prossegue ao argumentar que a “inconstância do meio” poderia ser observada na postura do “público paraense” que não lia e quando o fazia dava preferência aos autores de fora; além dos valores cobrados pelas casas editoras paraenses serem muito elevados havendo assim poucos “auxílios monetários”, embora os que existissem financiavam divertimentos “vulgares” como “arraiais”, “teatrelos” e “bailaricos”. O último fator elencado por Farias Gama, que submetia os escritores iniciantes ao silêncio, se devia ao “egoísmo feroz e injustificado” de autores donos “de uma certa gloriola” que investiam “desassanhadamente contra os seus pares, numa mútua campanha de desunião e descrédito” (GAMA, 1922, p. 01).

A crítica de Farias Gama poderia atingir vários nomes que integravam uma rede lítero-social de muita evidência e que era dominada por figuras de longa vida dedicada à administração pública, ao ensino, a magistratura ou a política. As palavras ferinas de Farias Gama denunciam veladamente, e pela primeira vez, que os espaços ocupados no cenário cultural paraense precisavam ser tomados por novos indivíduos; chegara o momento de uma emancipação dos meios de difusão cultural, mas agora por meio de um suporte mais prestigioso e duradouro: o livro. A dinamização do mercado editorial paraense tornar-se-ia uma forma de conferir às gerações futuras um capital imaterial sem o qual não se poderia criar um povo culto e consciente da importância do trabalho mental criativo, merecendo a ficção maior destaque.

O discurso patriótico – ou seria regionalista? – levou Farias Gama inclusive a considerar que a migração contribuía para o estado de inércia editorial, já que “três quartas partes” da população “vieram de fora, num sonho de conquista, num arremesso de bandeira, destruir para faltar-se e não construir para legar” ” (GAMA, 1922, p. 01). Essas palavras adiantarão o posicionamento negativo diante dos retirantes cearenses refletindo na maneira como eles serão tratados em algumas narrativas do livro *Águas e Selvas*. Como em outros textos que alegarão a ausência dos meios materiais que facilitariam a divulgação da criação literária e a consequente penúria dos autores, abandonados pelo público, editoras e políticos; há no encerramento do artigo de Farias Gama a admoestação pela mudança de postura do “Estado Paraense”, que se comportaria tal qual “um falso mendigo”, quando na realidade tinha condições para buscar o protagonismo neste ano do primeiro Centenário da Independência.

Outro acontecimento mostraria como a disputa por reconhecimento no domínio das letras ocorria até mesmo entre os mais jovens. O desentendimento em questão se deu durante uma “serenata” promovida pelo Centro Estudantino de Letras, que na noite de 15 agosto celebrou a Adesão do Pará. Nessa festividade os anfitriões haviam impedido a entrada de “um grupo de distintos intelectuais”, além dos mesmos recipiendários terem “declamando produções que não lhe pertencem, sem de começo, honradamente, anunciarem os respectivos autores”. Quem nos conta desse “‘sururu’ intelectual” é a coluna “Na seara das letras”, de João Grave (um pseudônimo), publicada n’*A Província do Pará*, em 22 de agosto. Fora as pequenas intrigas e desinteligências entre os moços literatos o mais interessante desse texto está na avaliação que seu autor faz dos motivos do “depauperado organismo da beletrística regional”.

A dissidência reinante entre os vários grupos beletrísticos, muito tem concorrido para o enfraquecimento geral, pois Belém ainda não é terra para comportar muitas associações de tal gênero, dando como resultado a incipiência de todas, onde apenas cinco ou seis figuras representativas se alistam. A união de vários grupos, a 7 de Setembro vindouro, seria um grande passo na jornada literária. A união dar-lhe-ia mais forças para vencer o “mare-magnum” da indiferença, que começa pela turba feminina, notoriamente enfadada, ao assistir os torneios do espírito, aos quais só comparece atraída pelo chamariz lascivo das danças e termina pelo pouco caso dos homens de capital (GRAVE, 1922, p. 01).

João Grave observava que a fragilidade do esforço colaborativo das agremiações literárias belenenses era causada pelo “meio cultural” considerado incapaz de suportar um grande número de iniciativas organizacionais; pois que os órgãos criados deveriam contar com a participação de alguma “figura representativa” para conseguirem subsistir. A efeméride do Centenário novamente justificava a superação dos conflitos dos autores e serviria de incentivo para a união dos mesmos em prol do “rejuvenescimento” intelectual do Pará. É claro que João Grave no afã de despertar certos “cérebros” cometeu uma injustiça de avaliação, e não foi quanto aos “homens de capital”, mas sim em relação a participação feminina no cenário cultural; pois que elas são tratadas como criaturas fúteis interessadas apenas nos divertimentos “mundanos” sem paciência para as sutilezas do “espírito”. Quando na verdade muitas mulheres tinham participação ativa nos concertos musicais, atuavam no magistério e colaboravam nos jornais e nas agremiações culturais.

A certeza de que o Pará era um mercado pouco interessado nos “produtos culturais” oferecidos por escritores nativos voltaria às páginas d’*A Província do Pará* no mês outubro; mas antes dessa discussão ser retomada é preciso dizer que o Centenário da Independência do Brasil recebeu na capital paraense homenagens condignas por parte do povo, das classes letradas e dos seus respectivos líderes que representavam a continuação do ideal emancipador.

Embora a República então vigente parecesse ignorar quais foram as circunstâncias que a geraram, e talvez por isso mesmo fosse necessário promover demonstrações de civismo tão grandiosas como as do Rio de Janeiro, ela estendia a mão ao passado reabilitando figuras do Império sendo o Estado do Pará um dos mais entusiasmados nesse resgate histórico. Em Belém a pompa dos festejos também serviu para encobrir diversos problemas da mais variada ordem; porém, não trataremos aqui das galas que envolveram essa efeméride; dela cuidamos na sessão acerca do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, uma vez que esse órgão foi o principal organizador das comemorações. O que cabe agora é um exemplo poético de louvor à Pátria, que foi prestado por Augusto Meira com o “Canto Secular” publicado n’*A Província do Pará* no dia 07 de setembro de 1922.

Bendita seja a terra brasileira!	A
Bendita seja a Pátria soberana,	B
Do mar de Atlante à falada sobranceira	A
Dos Andes, longe, alcantilada e ufana!	B
Generoso, onipotente,	C
O destino, a dilatou na imensa plaga!	D
Que do céu, tremulamente,	C
O Cruzeiro a resplandecer, protege e afaga!	D
Ditosa Pátria, excelsa, eterna e grande!	-
Profundo, o céu azul enche as alturas,	E
A luz incende o mar, enche as florestas,	F
Deslumbra tudo, o páramo, as planuras,	F
Cascatas soltas, passaredo, em festas!	E
Sem fim, floresce a paz, reina a fartura,	G
Decanta a vida, a liberdade ardente,	H
O amor, a glória, intrepidez, bravura!	G
Abençoada e mais grácil,	I
Eterna luz, eternamente,	H
Te envolve a fronte de esplendor crescente!	H
Avé, Pátria!... Brasil!...	I

(MEIRA, 1922, p. 01).

Este hino de Augusto Meira não seria mera manifestação inspirada no momento tão ansioso ao longo dos meses; na verdade esses versos podem ser considerados como um prenúncio de obra bem mais grandiosa e ousada que seria terminada em dezembro de 1922: a epopeia *Brasileis*. Porém, deixemos esse poema, pois ele foi tratado anteriormente. Retomemos agora a questão do mercado editorial paraense para enfim considerarmos o último grande sucesso do ano.

Como vimos na sessão da história da Associação dos Novos os membros desse grêmio literário haviam publicado uma coletânea de versos chamada *Os Novos e o Centenário*, livro que infelizmente não conseguimos encontrar nenhum exemplar. Contudo, na *Antologia da Cultura Amazônica: Poemas*, Vol. I & II, há oito poetas que participaram dessa publicação e treze poemas que têm como fonte a coletânea mencionada. Formal e tematicamente esses textos representam o tipo de manifestação poética tradicional que grassava nos diários de Belém e podem ser consultados no Anexo A. Porém, a plaqueta editada pelos Novos, mesmo que fosse recebida com elogios por Remígio Fernandez, vinha unicamente comprovar as palavras desiludidas de Farias Gama. E firmado numa argumentação muito próxima da usada pelo futuro autor de *Águas e Selvas*, o artigo “Livros, autores e leitores”, publicado n’*A Província do Pará*, em 28 de outubro, assinado unicamente com as iniciais J. M., debuxava novamente uma paisagem pouco propícia para a sementeira de livros.

Realmente é um temerário todo aquele que no Pará se abalança a dar à luz da publicidade um produto do seu intelecto. Em vez da vitória que antevisionava, o mais desconsolador fracasso o afasta de uma nova tentativa. Enfim, a verdade verdadeira é esta: NO PARÁ NÃO SE LÊ. Sem nos retirarmos da esfera da imprensa diária, a nossa asserção se verifica real: em Belém que, se não nos equivocamos, tem uma população urbana de oitenta e tantas mil almas, não se vendem por dia seis mil jornais! Esse alheamento dos nossos habitantes pela alimentação espiritual será causado pela crise? Propendemos a crer que sim, em parte (J. M., 1922, p. 01).

Ora, mas quem seria o culpado por este estado de coisas? Quais as causas para um ambiente tão indiferente aos “bens literários”? Seria a falta de mais instituições de Ensino Superior o motivo principal? Ou quem sabe fosse necessário a criação de mais grupos escolares? O autor anônimo culpa diretamente o público leitor que é considerado moralmente “enfermo” ao se distrair com algum “teatrinho” ou “revisteca qualquer” atrativa por trazer determinado “dito picante, pornográfico mesmo, e que os garotos mais tarde se encarregam de distribuir pelos quatro cantos da cidade” (J. M., 1922, p. 01). Não haveria entre o povo de Belém real interesse “pela leitura sadia” que o levasse a vislumbrar um futuro em que as dificuldades do presente fossem superadas; a “crise editorial” refletiria finalmente o descalabro intelectual do estado. Todavia, nem tudo estava perdido, três prosadores são considerados os exemplos da reação literária paraense sendo eles Farias Gama alcunhado de “regionalista fino” que prosseguia “impertérito no ‘*struggle for life*’, surdo às verrinas dos que o invejam e não lhe chegam aos calcanhares” (J. M., 1922, p. 01); Lívio César chamado de “*conteur* elegante, de verve encantadora, observador judicioso e consciencioso, sabendo descrever com propriedade e beleza de estilo” (J. M., 1922, p. 01); e, finalmente, Ernesto Cruz que é elogiado por ser um grande conhecedor “dos nossos indígenas, os quais transporta para o papel com rara perfeição

e facilidade, fazendo nos lembrar as maravilhosas páginas do nosso grande Alencar” (J. M., 1922, p. 01).

Este texto anônimo que parece desmerecer a sociedade paraense ao apontar sua displicência intelectual e sua indolência diante do atraso editorial pode ser lido também como uma admoestação severa aos que tinham meios para transformar o atual cenário. Afinal, o teor da crítica não era totalmente depreciativo, algo poderia ser feito caso os talentos nativos fossem incentivados; pois aqueles ainda empenhados no cultivo das letras mereciam oportunidade de publicar seus escritos e receberem a atenção dos leitores. Todo o anseio de alguns grupos letrados carentes da atenção nacional e local está contido nesses discursos que lamentam o desamparo dos beletristas desprovidos de condições financeiras para darem publicidade ao seu trabalho em um formato condigno da importância da comunicação artística. A superação da crise financeira no Pará deveria ser intermediada também pela superação dos entraves editoriais aos autores jovens e sem cabedais.

O contexto histórico e literário esboçado aqui revela a tentativa das lideranças paraenses de acompanhar a marcha desenvolvimentista que nos últimos anos tinha no progresso tecnológico da aviação um importante agente propulsor. A visita de Sacadura Cabral a Belém significava algo além da afirmação de um passado histórico comum; recebê-lo representava colocar o estado no mapa dos grandes acontecimentos contemporâneos, do mesmo modo que enviar o maior número de “produtos” à Exposição Internacional poderia renovar os laços – literários e comerciais – com as outras unidades da federação brasileira. Daí que quando chegaram à capital do Pará, no dia 02 de dezembro de 1922, os aviadores Walter Hinton (piloto) e Euclides Pinto Martins (copiloto) a bordo do hidroavião Sampaio Correia II, modelo Curtiss H-16, equipado com dois motores Liberty, de 400 cavalos de potência; a cidade ficou tomada de euforia e uma multidão correu ao cais do Port of Pará entusiasmada com o acontecimento; afinal, agora Belém fazia parte da história do *raid* New York – Rio de Janeiro iniciado no dia 16 de agosto. O resto da tripulação do Sampaio Correia II era composta pelo redator do jornal *The New York World*, George T. Bye; pelo cinegrafista da empresa “Pathé News”, J. Thomaz Baltzell; e, pelo mecânico John Wilshussen.

A expectativa da chegada desses outros *raidmen* fora noticiada nos jornais da cidade ao longo dos meses e tal como a travessia de Sacadura Cabral e Gago Coutinho essa viagem estava relacionada com as festas do Centenário da Independência, mas após diversos contratempores e o acidente ocorrido no mar da Antilhas, entre Cuba e o Haiti, que inutilizou o primeiro Sampaio Correia, somente agora a jornada em direção à capital brasileira se aproximava da conclusão.

Quem nos fornece mais detalhes dessa empreitada é Benjamin J. Burns, autor do livro *The Flying Firsts of Walter Hinton*.

After Hinton left the Navy January 1, his mentor and promoter advertising man, Jake Muller, an avid fan of aviation, suggested he should take advantage of his fame [...]. Muller introduced Hinto to Pinto Martins, who explained his dream of showing that New York City and Rio could be linked by air. [Pinto Martins] got his pilot's license in 1921 and had been fascinated by the accounts of Hinton's exploits. After meeting in January, they convinced banker Andrew Smith Jr., Pinto Martins' friends in Brazil, and the *New York World* to sponsor the flight. [...] The full name of the craft [Sampaio Correia] was in honor of a Brazilian senator who was also the president of Rio de Janeiro flying club. [...] The flight was planned to arrive in Rio about September 7, the opening day of the World Exposition there celebrating the centennial of Brazilian Independence from Portugal (BURNS, 2012, p. 159, 1960).

Após o hidroavião pousar nas águas da Bahia do Guajará “entre o Necrotério e o Castelo” a lancha Atalá, que levava os membros da Comissão de Boas-Vindas¹⁶⁹, foi enviada para desembarcar os tripulantes, os primeiros a descerem foram o cinegrafista e Pinto Martins, que pediu uma âncora e uma corda para aportar o Sampaio Correia II; em seguida, o piloto brasileiro deslocou o “grande pássaro” indo “fundear defronte ao armazém nº 1 da Port of Pará”. Os aviadores e os outros tripulantes foram finalmente desembarcados no cais, tomado pela população, e levados ao palanque armado “entre as avenidas Lauro Müller e Rodrigues Alves” (DE NEW-YORK AO RIO..., 1922, p. 02), onde receberam das mãos do Intendente de Belém as chaves da cidade. Tanto no cais como no tablado erguido para a solenidade de felicitações aos *raidmen* encontravam-se nomes importantes do cenário social e cultural de Belém; estavam ali os Drs. Ignácio Moura e Amazonas Figueiredo com suas respectivas famílias; Apolinário Moreira, Luiz Barreiros, Eustáquio de Azevedo, Elmano Queiroz, Helena Nobre e muitos outros membros distintos da sociedade belenense. Em matéria de capa o jornal *Estado do Pará* descreveu, no dia 03 de dezembro, a apoteose que se seguiu quando os heróis finalmente ganharam as ruas de Belém.

Do palanque oficial seguiram os aviadores para o Grande Hotel. Os automóveis preparados para levá-los foram afastados pelo povo, e Pinto Martins e Hinton seguiram carregados triunfalmente. Impossível descrever o entusiasmo então reinante. Homens, mulheres, crianças, todos deliravam e erguiam vivas. E então a massa humana, calculada em 40 mil pessoas, movimentou-se ovacionando os intrépidos “azes”. Seriam 5:30 quando chegou o povo ao Grande Hotel. Aí os estimáveis proprietários do estabelecimento receberam carinhosamente os nossos hóspedes e os conduziram ao primeiro pavimento. Das janelas agradeceram eles ao povo a estupenda manifestação. Pinto Martins e Hinton apertavam as mãos sobre o coração

¹⁶⁹ Foram eles Luiz Lobo, comandante da Brigada; o Capitão Cândido Furtado, ajudante de ordem do Governador; o Sr. Geo Pickerell, Cônsul dos EUA; o Sr. Miguel Martins, Gerente do Grande Hotel; operadores cinematográficos da "Labor Film", do Rio e do Cinema Olympia, o representantes da imprensa, o Sr. Gordon Pickerell, gerente da Standard Oil, David Acris, representando os Srs. Ferreira Costa e Comp., os agentes da Anglo Mexican Company, e muitas outras pessoas (DE NEW-YORK AO RIO..., 1922, p. 01).

e atiravam beijos. Era esse gesto a expressão mais sincera do seu reconhecimento. Estavam muito comovidos (DE NEW-YORK AO RIO..., 1922, p. 02).

Nessa noite um banquete foi oferecido aos ilustres aeronautas, momento em que foram narradas “as peripécias da viagem” às autoridades¹⁷⁰ que compareceram ao jantar de gala acompanhado por “um afinado quinteto, sob a direção do professor Clemente Sousa”. Finda a refeição a tripulação do Sampaio Correia foi levada de carro para acompanhar um cortejo, uma *Marche aux flambeaux*, composto de carros alegóricos representando “o Brasil, a América do Norte e a Aviação”, os quais foram seguidos por políticos e membros de associações belenenses. O préstito percorreu a Avenida São Jerônimo, a rua Generalíssimo Deodoro e a Avenida Nazaré até retornar à praça da República. Em frente ao Grande Hotel, o Dr. Severino Silva esperava os aviadores para lhes receber com um discurso.

No dia seguinte, os aventureiros foram levados para conhecer o Bosque Rodrigues Alves, o Museu Emílio Goeldi, o Museu Comercial e os Institutos Gentil Bittencourt e Lauro Sodré, além de outros prédios importantes da cidade; nessa noite ainda os aguardava uma recepção organizada pela Tuna Luso Comercial e pela Assembleia Paraense. Também no dia 03 de dezembro, *A Província do Pará* divulgou a cobertura feita do acontecimento que parou a cidade e o poeta Bruno de Menezes homenageou os lances heroicos do *raid* com o soneto dodecassílabo “Bem-vindos”.

Céus distensos... O azul no infinito das zonas	A
franqueadas aereamente aos Argonautas do ar!	B
Ó americana gente! Audaz assim, destonas,	A
toda a Glória e Valor das Conquistas sem par!	B
E o albatroz de asas de aço os ares corta... A voar,	B
Gênio da minha Pátria a que Ideal te abandonas?	A
Esse abraço de aliança é a Apoteose invulgar	B
de quem voou do Hudson com destino ao Amazonas.	A
Não fosse Ícaro um mito e hoje veria, em assombros,	C
que o seu Sonho a florir em cérebros fecundos	D
faz as portas do Céu o Homem levar aos ombros!	C
Em vão Netuno ergueu a ampla destra colérica!	E
- O próprio olhar de Deus, lá dos etéreos Mundos,	D
Sente o feito maior do Brasil e da América!	E

(MENEZES, 1922, p. 02).

¹⁷⁰ Estavam presentes nesse jantar Martins e Silva (sócio da firma Teixeira, Martins & comp., que custeou a estadia da tripulação do Sampaio Correia II no Grande Hotel), Dr. Jorge Hurley, César Alencar, Tenente-coronel Luiz Lobo e Raimundo Paiva, da comissão de festejos; o representante da “Folha”, Luiz Paulino Martyres, do Estado, Geo Pickerell, Cônsul americano, e comandante Cândido Cea, do vapor Pelotas (DE NEW-YORK AO RIO..., 1922, p. 02).

Até o dia da partida do Sampaio Correia II, ocorrida na manhã do dia 07 de dezembro, seus tripulantes receberam e participaram dessas e de outras manifestações de cordialidade, homenagens, visitas e cerimônias. De tal forma ficaram tocados os paraenses que uma comissão formada por acadêmicos de Direito e funcionários postais resolveram abrir uma conta no Banco do Brasil destinada a arrecadar dinheiro para a compra de um hidroavião que seria chamado “Brasil”, o aparelho seria doado a Pinto Martins e Walter Hinton, o que não chegou a se realizar. Um dos membros da Associação dos Novos, o poeta e jornalista De Campos Ribeiro, despediu-se dos aviadores com o soneto “Adeus, heróis!”, publicado n’A *Província do Pará* no dia da partida dos mesmos.

Adeus! Asas no azul! À gloriosa escalada	A
Do infinito! Ascendei do esplendor de áureos sóis	B
Que da alma deste povo o entusiasmo por vós.	A
Convosco, há de subir nessa conquista ousada.	B
Do Cruzeiro do Sul os eternos faróis	B
Hão de guiar-vos ao fim dessa augusta jornada.	A
Adeus! Asas no azul! À gloriosa escalada!	B
Ide glorificar duas Pátrias, Heróis!	A
E, deixando estes céus, num remígio sublime,	C
Que altaneira voz cresça a audácia e vos anime	D
O amor a esses Pendões – glórias do Mundo Novo!	C
E ao subirdes, olhai! Vereis dos céus imensos	E
A saudade a pairar na alma branca dos lenços	D
E uma Prece a florir dentro da alma do Povo!	E

(RIBEIRO, 1922, p. 01).

No imaginário dos intelectuais paraenses a apologia ao destemor e ao sacrifício em nome da Pátria mereciam ser cantados ainda na estrutura poética tradicional, embora os homenageados fossem representantes do progresso tecnológico cujos avanços expunham os limites do cabedal imagético e simbólico da literatura tradicional. O que é exaltado tanto no poema de Bruno de Menezes como no de De Campos Ribeiro é o gesto de ousadia dos aeronautas, o orgulho pátrio e a vitória das adversidades. A primeira figura mitológica utilizada no soneto “Bem-vindo” comunica a incredulidade diante da realização humana; ao passo que Netuno expressa uma força da natureza que não conseguiu obstar o avanço dos aventureiros; ou seja, aquilo que é celebrado nesses versos não é o modernidade trazendo novas possibilidades de transformação da vida, mas o homem determinado em seus objetivos. É o mesmo que se passa com o soneto de despedida “Adeus, heróis!”, seus versos conformam um hino às personalidades dos heróis, um elogio aos indivíduos tornando-os parte de uma

comunidade que vibrava e orava pelo sucesso daqueles que foram tão simpáticos com a acolhida recebida em Belém. O homem ainda era o centro da arte e não a máquina.

Até aqui tivemos uma amostra de como o Centenário da Independência despertou uma série de debates que estavam latentes no ambiente letrado paraense provocando ao mesmo tempo o reforço dos laços com a tradição portuguesa como o reconhecimento das limitações institucionais que se refletiam na incapacidade de publicação do trabalho intelectual feito por autores nativos. Enquanto o jornal se consolidava como o veículo mais importante nas discussões artísticas a temática patriótica, telúrica e sentimental se firmava como principal assunto comunicativo mediando os poetas e o público leitor. A necessidade da afirmação do Estado do Pará no cenário nacional e internacional também teve seu espaço principalmente com a presença de aviadores empenhados na interligação de grandes capitais do mundo. Nesse contexto, a intelectualidade paraense se esforçou para participar dos momentos mais significativos de um ano em que o protagonismo estava com o Rio de Janeiro; pois, se os paraenses não podiam contribuir por meio da força econômica ou do brilho artístico, ao menos restava a gentileza das loas com os banquetes, os festejos e o entusiasmo público.

Figura 35 – Tripulação do Sampaio Correia II. Da esquerda para direita: John Baltzel, George Bye, Walter Hinton, Pinto Martins e John Wilshusen.



Fonte: The Flying Firsts of Walter Hinton (2012).

5.2. Futurosos Vs. Futuristas: primeiro combate (1923).

Considerar o ano de 1923 como o momento de culminância de um estratégico processo de celebração da cultura histórica mostra-se uma asserção não apenas plausível como demonstrável. Até aqui conhecemos como o ambiente lítero-cultural de Belém era formado por intelectuais com uma longa trajetória na vida pública, profissional e política; muitos dos quais eram membros de instituições culturais de reconhecido prestígio como o IGHP e a Associação da Imprensa, ao passo que a Associação dos Novos se tornou relevante no cenário cultural somente em 1922. No ano do Centenário de Adesão do Pará à Independência do Brasil o meio literário paraense conheceria por meio da produção crítica dos Novos um momento de acirrados debates em torno da circulação pela imprensa de propostas estéticas inovadoras. Embora o posicionamento desse grupo de jovens intelectuais não tenha instalado um conflito ideológico no que diz respeito aos métodos de criação ou às escolhas miméticas.

Como já expusemos a história da criação, a organização funcional e os erros de recepção historiográfica da Associação dos Novos se torna necessário agora demonstrarmos como os seus membros se posicionavam ideológica e esteticamente por meio da produção crítica divulgada principalmente no jornal *A Província do Pará*. É claro que os discursos patrióticos e os festejos em homenagem a Adesão do Pará tiveram um papel significativo nesse contexto, mas deles tratamos anteriormente. Por isso, o objetivo deste segmento é apresentar a dinâmica da produção de críticas literárias que sustentaram os debates erguidos nos periódicos paraenses pelos escritores Novos em colaboração com os autores de larga e notória evidência cultural.

A publicação que impulsionou o trabalho crítico de alguns dos membros da Associação dos Novos foi o volume de poemas *Vitória-régia*¹⁷¹ (1922)¹⁷², do amazonense Francisco Galvão. Este recebeu menção como participante da Academia Amazonense dos Novos no artigo “Memórias da Academia”, assinado por Basílio Falcão e publicado n’*A Província do Pará*, em 29 de outubro de 1922.

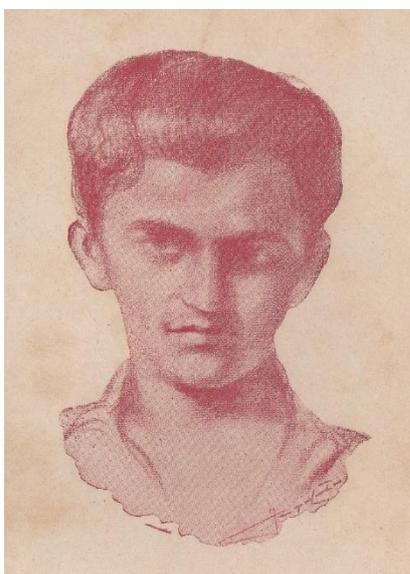
O livro de estreia de Francisco Galvão, dedicado ao Senador Félix Pacheco e à memória de Olavo Bilac, está dividido em quatro capítulos denominados de “poemas brasileiros”, “poemas anacreônticos”, “poemas do amor” e “poemas da amargura”. A concepção formal e temática desses versos demonstra o manejo da mundividência parnasiana que se reflete nos

¹⁷¹ *Victoria-Regia*, segundo a ortografia da época.

¹⁷² A indicação de data deste livro provavelmente deve conter um equívoco quanto ao ano de sua publicação. Pois o ano escrito em algarismo romano indica MCMXII (1912), o correto deveria ser MCMXXII (1922). Afinal, Francisco Xavier Galvão nasceu em 1906 e pela altura da publicação dessa obra ele se encontrava no Rio de Janeiro cursando a Faculdade de Direito, além de colaborar com a revista *O Mundo Literário*.

sonetos criados a partir de temas amazônicos e referências clássicas expressas nos dois primeiros conjuntos de composições. As duas partes seguintes do livro comunicam a atmosfera romântica de uma sentimentalidade insatisfeita por causa de frustrações amorosas enveredando pelo penumbrismo de cores crepusculares inspiradas nas obras de Oscar Wilde e Paul Verlaine. Integrando o seguimento “poemas da amargura” encontramos os versos que dispensam a forma fixa do soneto e se revestem tematicamente da melancolia causada pelo desagrado amoroso.

Figura 36 – Retrato de Francisco Galvão publicado no livro *Vitória-régia* (1922).



Fonte: Arquivo pessoal.

Em Belém, o primeiro a dar notícia da obra poética de Francisco Galvão foi Luiz Gomes ao publicar a crítica “Livros Novos: *Vitória-régia*” n’*A Província do Pará*, em 06 de janeiro de 1923. Sem desejar assumir as responsabilidades que a posição de crítico demandava, o autor observa que o seu intuito fora apenas “dizer algo da impressão que lhe ficou após ver um quadro, ouvir um concerto, assistir um espetáculo, ler um romance etc, etc” (GOMES, 1923a, p. 01). Tais escusas se mostrarão tanto um procedimento discursivo muito utilizado pelos críticos da Associação dos Novos, quanto uma previsão de que Luiz Gomes não ficaria conhecido por seus pares em razão do rigor avaliativo da produção poética alheia; o seu trabalho inventivo estaria voltado para o humor em verso e a prosa que se aproveitava de assuntos populares, boêmios ou folclóricos. O “crítico” então observa quais as propostas temáticas foram desenvolvidas pelo “promissor vate amazonense”.

[Os] *Poemas Brasileiros*, constituída por oitos sonetos bem trabalhado, nos quais o autor, em estros de entusiasmo, desferindo sons de seu alaúde eurrítmico, sobre a

exuberância extraordinária do Inferno Verde apresenta-se senhor de uma notável visão estética. Seguem-se-lhe *Poemas Anacreônticos*, “Soneto 9” e “Poesia 2”, versos onde o poeta, com sua profunda pericia de um panteísta, sobretudo no *Bucolismo* e *Banho de Sirinx* [...] Vem depois *Poemas do amor* parte em que o Sr. Galvão canta com aquela sobrançeria medieval os seus amores. [...] Há também os *Poetas noite a fora*, *Sombra Noturna*, *Indecisão* e outros lindos sonetos. Na quarta e última parte intitulada *Poemas da Amargura* o poeta prova sobejamente as suas excepcionais qualidade como adepto dessa nova escola que de S. Paulo tem irradiado luz por todo o Brasil. Há poesias que se não estão abstrusas possuem, todavia, em alto grau esse penumbrismo que o Sr. Onestaldo Pennafort acha de um valor grandíloquo na fatura do versejar moderno. Em tantas outras há de um lirismo tão suave, lembrando-nos Olegário. Neste caso estão *Vésperas*, *Do meu jardim fechado*, *A confidência simples* e *Os últimos românticos* (GOMES, 1923a, p. 01).

A consideração que manifestamente se destaca no arrazoado de Luiz Gomes diz respeito ao suposto contato da poesia de Francisco Galvão com a “nova escola” surgida na cidade de São Paulo. Essa afirmação viria ao encontro da vertente historiográfica que reivindica a sintonia dos intelectuais paraenses com os Modernistas então ligados à realização da Semana de Arte Moderna. Se o livro *Vitória-régia* recebia elogios por incorporar soluções poéticas “novas” quanto ao metro e aos assuntos desenvolvidos, estaríamos conseqüentemente diante de clara sinergia da “revolução paulista” com os anseios “reformadores” dos membros da Associação dos Novos. Mas não sejamos tão apressados com as conclusões.

Logo de saída é preciso reconhecer que a referência quanto a “nova escola de São Paulo” dada por Luiz Gomes, o Jacques Flores, é muito vaga; o que nos faz conjecturar quais seriam os poetas paulistas que então irradiavam luz para todo o país e teriam influenciado Francisco Galvão. Pela obviedade cronológica poderíamos pensar na poesia de Guilherme de Almeida, de Luís Aranha e de Mário de Andrade; ambos colaboradores da revista *Klaxon* estreada em maio de 1922 e com o último número publicado em janeiro de 1923. Se Luiz Gomes e os outros críticos paraenses leram o magazine “klaxista” seria muito difícil conceber que eles tenham simpatizado com os versos de Luís Aranha ou de Mário de Andrade em razão do repertório poético vigente na Belém de então. E essa suposição será provada dentro em pouco.

Agora se a alusão à “nova escola” fosse uma referência aos versos de Guilherme de Almeida, o autor de trabalhos como *Nós* (1917), *A Dança das Horas* (1919), *Livro de Horas de Sórora Dolorosa* (1920) e *Era Uma vez...* (1921); perceberíamos que o *Vitória-régia* correspondia flagrantemente a essa poesia de imagens esfumaçadas, penumbrosas e de laivos místicos, mas que admitia alguma liberdade formal. Além disso, as colaborações de Guilherme de Almeida na revista *Klaxon* em seus números 01, 03, 05 e 08 – 09, fora por meio de poemas escritos sob semelhante estética e dois deles (“Sobre a saudade”, “As Cortesãs”) traziam o indicativo de fazer parte do livro *Canções Gregas*, ou *A Frauta que eu perdi*; obra que nem de

longe expressa a iconoclastia atribuída ao verso modernista. E não custa nada recordar que um poema Guilherme de Almeida aparecera n’*A Província do Pará*, em 1921.

Ao final a afirmação de Luiz Gomes contém um equívoco flagrante, pois quando ele aproxima Francisco Galvão da “nova escola” de São Paulo, isso se dá por meio dos nomes de Onestaldo Pennafort e Olegário Mariano, os quais estavam naquele contexto relacionados ao Penumbriismo e nenhum deles era paulista. Essa simples constatação nos coloca novamente no caminho que nos levou a dizer que os membros da Associação dos Novos não compreendiam o que fossem as propostas “modernistas”, “futuristas” e outras entendidas como afins. Em um artigo publicado no terceiro número da *Klaxon*, intitulado “Penumbriismo”, Candido Motta Filho consegue elucidar não apenas essa questão, como também muito do que ainda será apresentado. Vamos ao esclarecedor texto.

Com a goma do sarcasmo, alguém no Rio rotulou de “penumbriismo” as tendências novas de nossa literatura. O rótulo sofre o mal de todos os rótulos e o defeito maior de abranger a quem não deve. Há, evidentemente, entre nós, uma literatura de penumbra, garoenta, chorona, que reflete, com tardio remate, a poesia decadente, o simbolismo de Verlaine. Poetas ricos de vida, ricos de inspiração, ricos de talento, torcem a naturalidade, forçam-na, para encolherem-se jururus, dentro do roupão regional e pessoal dos poetas de França. [...] O mal originou-se com o parnasianismo postiço, com o helenismo falsificado e desandou, lamacenta, em juventude penumbrista. Mas para os parnasianos havia uma justificativa: - o objetivismo poético, a intenção mais descritiva que sentimental. E para os jovens poetas patricios envenenados de “morbus” verlainesco? Qual a justificativa? Ignoro (MOTTA FILHO, 1922, p. 11 – 12).

A matriz poética compartilhada por Francisco Galvão era formada pelo estilo poético finissecular erguido sobre a Torre de Marfim e as Colunas Gregas. Nada ela tinha do elogio ao momento marcado pela velocidade, pelas transformações tecnológicas e pelas ousadias irônicas e irreverentes típicas de um livro como *Pauliceia Desvairada* (1922), de Mário de Andrade. A poesia de *Vitória-régia* está marcada pela “atenuação psicológica” expressa por “sentimentos e atitudes” como “esvaimento, languidez, indecisão, relacionamento amoroso ambíguo (misto de paixão e amor fraternal), ou frustrado (aceitação da não-realização amorosa), passividade” (GOLDSTEIN, 1983, p. 10). Algum modernista se ufanaria de ser identificado por semelhantes tendências? O texto poético fala por si só.

Outro dado muito significativo presente no final da crítica de Luiz Gomes diz respeito aos nomes dos jovens poetas que deixaram Belém em 1920 para tentar a sorte em terras mais propícias ao sucesso literário. O trio tão elogiado por sua atuação na imprensa retornava ao cenário das referências artísticas para indicar o horizonte privilegiado aos que enxergavam de

longe o “sucesso” alheio. Francisco Galvão tornara-se mais um exemplo do talento nortista que precisou deixar sua terra para progredir na Capital da República.

Terminando, tenho a dizer que se *Vitória Régia* não é uma obra prima é, contudo, como livro de estria, um estema de louros para o seu autor. Inteligente jovem que na capital do País ao lado dessa magnífica plêiade de fecundo talentos como Oswaldo Orico, Peregrino Júnior e Martins Napoleão, sem medir sacrifícios, tudo há feito em prol do soerguimento das letras nortistas. Cabe-me, portanto, dirigir daqui desta longínqua Santa Maria de Belém parabéns ao Sr. Francisco Galvão, augurando ao seu belo livrinho os melhores aplausos da crítica e um franco sucesso de livraria (GOMES, 1923a, p. 01).

Ainda em 20 de janeiro de 1923, a revista *A Semana* publicou um *release* divulgando o aparecimento do *Vitória-régia*. Esse texto trazia um exemplo da poesia penumbrista que dava forma a quarta parte do livro. E a leitura desse poema, que ainda apresenta preocupação com a métrica e a rima, se mostrava necessária em face do segundo crítico que comentou o livro de Francisco Galvão. A composição que se segue não nega a influência da *Salomé* (1891), de Oscar Wilde.

O poeta Francisco Galvão acaba de publicar, no Rio, editado pela Livraria Schettino, o seu primeiro volume de versos. Do ligeiro exame que fizemos ao encantador livrinho, ficou-nos a grata impressão de que o poeta que escreve lindos versos é um moço de talento e uma grande alma de sonhador. Por hoje nada mais podemos adiantar a respeito de *Victoria Regia*, limitando-nos somente a transcrever a poesia abaixo, reservando para mais tarde o nosso juízo definitivo.

A bailarina misteriosa

A bailarina misteriosa,
envolta em pétalas de rosa
surgiu dançando como louca;
beijos fugiram-me da boca,
e era tão lírica e pagã
na sedução dos seus perfumes
que eu, recordando Yokanaan,
sonhando
na indecisão dos seus queixumes
pensei que fosse Salomé, dançando,
sobre o tapete do meu coração...

envolta em pétalas de rosa,
a bailarina misteriosa
trazia um lírio em cada mão

(VITÓRIA-RÉGIA, 1923, p. 15).

Homônima ao livro de Francisco Galvão a crítica “Victoria – Regia” foi publicada por Bruno de Menezes n’*A Província do Pará*, em 10 de fevereiro de 1923. A importância dessa apreciação avaliativa extrapola o apanhado estético dos versos do poeta debutante; pois ela sintetiza a tendência “regionalista” que se tornaria dominante entre os autores paraenses ao

longo da década de 1920. E essa proliferação de uma prosa e poesia telúricas, embora já levadas à efeito na década passada, teria com o livro *Terra Imatura* (1923), de Alfredo Ladislau, o modelo que fez ressurgir a forma narrativa criada na fronteira da pretensão documental e da invenção ficcional. Pois em janeiro de 1922 a obra de Alfredo Aníbal Ladislau entrava no prelo, mas apenas em outubro de 1923 ela chegaria às livrarias. Enfim, vejamos como Bruno de Menezes captou e leu o momento literário em que estava inserido.

Nestes últimos tempos, nota-se que a Amazônia começa a interessar, mais ao vivo, o espírito dos homens de letras. Não ficamos no deslumbramento estético do estilo sinuoso e torcicolado de Euclides da Cunha; não deixamos, simplesmente, o culto da nossa admiração sobre as páginas do *Amazonas ao Acre Setentrional*, do grande jurista de Haia; não consentimos, somente, abstratos e maravilhados, que Alberto Rangel crismasse a Amazônia com o estigma luminoso de *Inferno Verde*. Fomos acolhendo, comovidos e humildes, os *Deserdados* de Carlos Vasconcelos, fomos beijando as palavras do poeta Humberto de Campos, na *Morte do seringueiro* e na *Tempestade amazônica*; assim como decoramos os versos de Ildefonso Falcão, no seu belo soneto *Subindo o Amazonas*. Por isso realizamos o milagre de interessar poetas e romancistas (MENEZES, 1923a, p. 01).

Segundo Bruno de Menezes, a poesia de Francisco Galvão surgia como “resposta” aos livros *Inferno Verde* (1908), de Alberto Rangel, cujas narrativas pseudo-documentais mantinham estrita ligação com os “estudos” de Euclides da Cunha reunidos em *À margem da História* (1909), obra que também demanda dificuldade de classificação por causa da fluidez que muitos de seus textos apresentam quanto a fronteira da ficção e a exposição científico-factual. Esses livros tão próximos por razões estéticas e mesmo fraternais¹⁷³ influenciaram de forma decisiva o imaginário nacional a respeito da Amazônia enquanto espaço muito distante formado por enormes dimensões e habitado por perigos incontáveis; mas que naquela altura era representado principalmente pelo Território do Acre cuja obra jurídica de Ruy Barbosa, *Do Direito do Amazonas ao Acre Setentrional* (1910), discutia essa região fora do campo da representação ficcional.

Bruno de Menezes acreditava que a intelectualidade paraense não se detivera na admiração daquelas obras referenciais; pois o interesse “ao vivo” pela Amazônia fora renovado pelos poemas de Humberto de Campos “Tempestade amazônica” e “Morte do Seringueiro”, reunidos no livro *Poeira* (1910), que compilava produções de 1904 a 1910. E participando do mesmo paradigma de renovação da “literatura amazônica” estaria o soneto “Subindo o Amazonas” integrante do livro *Meio-dia* (1920), de Ildefonso Falcão; além do romance *Deserdados*, de Carlos de Vasconcelos, editado em 1921.

¹⁷³ Ver “Amazônia: Inferno Verde ou Paraíso Perdido? Cenário e Território na Literatura escrita por Alberto Rangel e Euclides da Cunha”. In. *Nova Revista Amazônica*, Bragança, ano 5, vol 03, set. 2017. p. 13 – 35.

O aparecimento do livro de Francisco Galvão, ainda segundo o argumento de Bruno de Menezes, daria continuidade a esse momento de “redescoberta” do espaço amazônico outrora cobiçado pelos “financistas” e “cientistas”; pois agora chegara o momento de substituir “a falsa lenda de ‘inferno verde’” por meio da atuação “dos homens de letras”, que então cumpririam a missão de atrair a simpatia para uma região não mais assolada pelas temíveis “febres”. Um senão deve ser considerado antes de prosseguirmos; caso o leitor acreditasse nas palavras de Bruno de Menezes e não averiguasse os poemas e o romance por ele citado, concluiria por certo que há diferença significativa entre esses textos e as obras basilares de Alberto Rangel e Euclides da Cunha. Esse antagonismo se esvai quando lemos o romance e os poemas referidos. Deixaremos no Anexo B as composições poéticas para que o leitor tire suas próprias conclusões.

Bruno de Menezes, ao comentar os valores estéticos de *Vitória-régia*, destacou as partes em que o livro está dividindo reconhecendo o desejo apologético dos versos que tematizam a natureza amazônica incorporando elementos da paisagem; além de reconhecer a influência do poeta Vicente de Carvalho no seguimento “poemas do amor”. No fechamento da crítica, ocorre novamente a confusão entre o que se chamava Penumbrismo e as tendências poéticas “vanguardistas” disseminadas na Europa; o que apenas reforça como a recepção do ímpeto revolucionário em Belém foi completamente equivocada.

Esta última parte do livro de Francisco Galvão, é a que mais impressiona e prende o leitor. É toda ela escrita nus tons de enternecido. Acho-a toda envolta nesse penumbrismo que celebrizou o *Jardim das Confidências*, de Ribeiro Couto. O que transparece nas suas poesias é uma certa influência dos primeiros livros de Olegário Mariano, principalmente nos versos de sentimento e emoção. No mais é um livro com que a gente simpatiza e se entenece, lendo algumas das produções citadas. É um livro para a mocidade estudiosa e amiga das nossas letras, no Brasil. Francisco Galvão escreveu-o com muita alma e indiscutível talento, mostrando-se original e profundo, apresentando espécimes de todas as escolas poéticas, desde as arestas sonoras do parnasianismo, aos mal-me-querer românticos do lirismo, terminando por se lançar nesse estilo de exposição métrica e rítmica, que os entendidos chamaram de “futurismo”, “ultraísmo” ou “dadaísmo”. *Vitória Régia* é o livro de um jovem esteta (MENEZES, 1923a, p. 01).

Seria plausível considerar que a avaliação de Bruno de Menezes foi muito justa reconhecendo semelhanças o livro de estreia de Ribeiro Couto com o do poeta amazonense; mas o crítico confundiu as liberdades formais do *Vitória-régia* como se elas fossem indícios de outras vertentes modernas e marcas de um ecletismo estilístico responsáveis por conferir uma capacidade estética superior ao autor estreante. No “sismógrafo poético” dos críticos da Associação dos Novos qualquer deslize, inovação, ousadia ou escolha que mostrasse desrespeito às sensibilidades literárias era encarada como manifestação de alguma insensata

“moda literária”. Nesta e em outras críticas dos Novos perceberemos a existência de uma fronteira que não deve ser ultrapassada, pois se assim o fosse a dignidade e a beleza do trabalho poético seriam desrespeitados. As sutilezas do verso de Francisco Galvão seduzido pela “visão errante de Verlaine embriagado” (GALVÃO, 1922, p. 80); tocado pela melancolia de amores castos embalados por acordes de Chopin e Beethoven, foram acolhidas sem sustos por Bruno de Menezes muito familiarizado com a poesia Simbolista e Parnasiana. A recepção favorável por parte do crítico paraense fundamentaria a colaboração de Francisco Galvão na revista *Belém Nova*, a ser lançada em setembro de 1923; além de justificar um futuro elogio à persona poética do autor de *Bailado Lunar* (1924).

Francisco Galvão ao publicar *Vitória-régia* compartilhava com outros poetas e prosadores o uso da significação estética da planta aquática tornada um símbolo de exuberância da natureza amazônica. Tomando o valor imagético e mitológico da “rainha-dos-lagos”, Humberto de Campos compôs uma série de poemas enfaixados no capítulo “Vitória-Régia” do seu livro *Poeira: 2ª série*, coletânea de poemas escritos entre 1911 a 1915. Do mesmo modo, o soneto “Subindo o Amazonas” de Ildefonso Falcão encerra com um terceto muito significativo:

Águas... Águas que vão... As águas longas
descem, levando estranha ave pernalta
na alva ilha em flor de uma *Vitória-régia*...
(FALCÃO, 1920, p. 13).

Carlos de Vasconcelos publicara na revista *O Mundo literário*, em julho de 1922, o que parece ser um capítulo de uma narrativa maior, esse excerto também recebeu o título de “Vitória-régia”, e descrevia entremeada à intriga o desabrochar da planta aquática no Museu Emílio Goeldi.

Cultivam-na ali com maior carinho e fazia-se cálculo sobre a hora em que a portentosa *Nymphaeaceae* deveria subir à tona dos tanques e desabrochar com estrepito, qual si fora uma granada sacudida de oculto ao tridente de Júpiter para inebriar as oceanides travessas, que folgassem fora das águas... [...] Nelly sentiu-se empolgada. Nunca imaginou um fenômeno tão soberbamente poético. Lembrou a Lúcio a ideia para um poema que se intitulasse o “*Nascimento do Perfume*”, ao consorcio do botão com a luz... E exortando-se a escrevê-lo, prometeu-se também, apenas tornasse ao hotel da Paz, fazer o esboço de uma pintura original, com que concorreria ao próximo “Salon do XXth Century”, de Nova York (VASCONCELOS, 1922, p. 173 – 175).

Não podemos esquecer de mencionar que o livro de Alfredo Ladislau, *Terra Imatura*, ainda por ganhar publicidade em 1923, tem como último capítulo “A Vitória-Régia”, em que se narra um episódio que conferia significado lendário ao “espécime da caprichosa flora regional” (LADISLAU, 1925, p. 161). Esses textos demonstram como a intelectualidade Nortista, no sentido geográfico mais amplo, tentava se articular como apologista de uma região

empobrecida pela política econômica que havia se baseado quase que exclusivamente na exploração do látex. Diante das dificuldades financeiras surgiu entre os escritores a necessidade de elogiar a grandiosidade da floresta tropical, reconhecer o seu potencial acolhedor aos migrantes nordestinos e reerguer o pensamento desenvolvimentista traçado por Euclides da Cunha. A produção literária desenvolvida nesse ambiente cultural ainda influenciado pelo Centenário de 1922 e prestes a celebrar outra data de igual significado histórico; veria enfim, a proliferação de uma literatura regionalista caracterizada principalmente por narrativas que explorariam assuntos folclóricos, descrições paisagísticas e a chegada contínua de imigrantes de vários estados do Nordeste. Essa tendência deixaria pouco espaço para que o meio urbano belenense ganhasse representação literária, uma vez que a poesia também se dividia entre o elogio amazônico, a sentimentalidade lírica, os temas consagrados do imaginário europeu e o louvor da história pátria ou de personalidades influentes na sociedade paraense. É por causa de semelhante *milieu* que as propostas estéticas trazidas por “novas escolas” não encontraram substrato propício para sua divulgação, ao menos a renovação que se pensava em Belém não foi construída a partir da ruptura com a tradição literária finissecular; até porque, o regionalismo da década de 1920 tinha suas raízes em um passado recente e nunca foi uma ideia gestada fora das fronteiras regionais.

Para os autores Novos a proliferação de “ismos” deu ensejo diversas vezes a textos debochados que expressavam tanto a incompreensão das correntes de ideias “extravagantes”, quanto permitiram o exercício da verve humorística de alguns deles. Luiz Gomes, agora assinando como Jacques Flores, deu prova de sua desconfiança com a “novidade” por meio da anedota “Um cubista do amor”, publicada na *Folha do Norte*, em 24 de janeiro de 1923. A particularidade do episódio narrado residia na “moderna” forma com que Arnóbio Clavino cortejava as moças, ao invés do antiquado ósculo, preferia morder o nariz das senhoritas.

Aí, induzido pelo meu amigo Arnóbio Clavino começou de me explicar o seu sistema como habitante dos sagrados domínios de Eros. Não sei se poderei chamar de cubismo a essa esquisita maneira de votar afeição a alguém, mas como agora está na moda chamar-se a todo negócio estrambótico, cubismo, futurismo, simbolismo, dadaísmo, penumbrismo e mais alguma coisa que termina em ismo, eu acho Arnóbio com jeito de ser, conforme me declarou Ariosto Neiva, um cubista do amor. [...] Só no nariz, Arnóbio Clavino acha encanto numa filha de Eva. Ah! um narizito arrebitado. Por um aquilino então é capaz de trocar a alma com o rei dos infernos. E com esse heteróclito modo afetivo tem amado mulheres de todas as cores e nacionalidades (GOMES, 1923b, p. 02).

Fosse esse apenas um caso isolado de incompreensão das novidades literárias, ou somente uma tirada jocosa de um contumaz cômico, teríamos de encerrar outras manifestações de apreço dos intelectuais paraenses aos movimentos estéticos europeus que encampavam a renovação

poética como expressão crítica da tradição literária Romântica, Realista e Simbolista. Contudo, os exemplos de repúdio à ruptura com esse passado artístico são tantos que será muito difícil conceber e provar qualquer afinidade dos Novos de Belém com os Novos de São Paulo. Para os membros da Associação dos Novos, ao menos os mais atuantes, a literatura teria sempre a função de engrandecimento do indivíduo. Por isso que a obra cronística do carioca Benjamim Costallat, mesmo elogiada por sua enorme fluidez e leveza de estilo, será considerada uma literatura menor, de entretenimento. E esta percepção fundamenta a crítica de Farias Gama “*Cock-tail: crônicas de Benjamim Costallat*”, publicada n’A *Província do Pará*, em 28 de janeiro de 1923.

Livro! Eu não sei se poderei chamar de livro às 300 páginas de prosa levíssima que constituem a brochura tão sugestivamente titulada. Ela nos dá mais a impressão de um jornal anual escrito por um único jornalista; e com efeito, em suas páginas, encontramos um retrospecto do ano que findou, contado e comentado por uma esplêndida organização de cronista diário. É livro como se entende o livro moderno. Livro para ler no bonde, ou a pé do telefone onde se espera hipotética ligação. Para abreviar momento de espera, *Cock-Tail* é tão esplêndido como o seu homônimo para apressar a vontade do almoço. Aliás, esta aplicação dos livros modernos, me foi sugerida por um cidadão consulente de dentista que esperava a sua vez no consultório, lendo (GAMA, 1923a, p. 01).

O traço moderno reconhecido por Farias Gama na obra de Benjamim Costallat estava na capacidade de transpor para o formato do livro o registro do cotidiano feito em linguagem desbastada do preciosismo retórico. O encontro da tradição livresca com a crônica jornalística heterogênea e simples surpreendeu o crítico paraense; embora esse estilo “leve, fino, delicioso” não o tenha convencido de que o *Cock-tail* fosse algo mais do que um *drink* “sorrível de um trago, pelo mais moderado dos bebedores” (GAMA, 1923a, p. 01).

Bruno de Menezes partilhando de semelhante posicionamento também provou do mesmo *Cock-tail* e comparou o mundano dessa bebida com as “fontes” que alimentavam os ensaios d’A *Igreja Silenciosa* de Tasso da Silveira. A crítica de Bruno de Menezes, “Literatura Moderna: A Igreja Silenciosa & Cock-tail”, publicada n’A *Província do Pará*, em 15 de fevereiro de 1923, esclarece com enorme percuciência como ele concebia o valor literário de um autor e quais livros modernos mereciam ser lidos. Embora longo, o excerto a seguir é extremamente necessário para discussão em curso.

Dizer que as nossas hodiernas letras é necessário e urge o aparecimento de livros úteis, que ensinem, iniciem e aperfeiçoem; dizer que as livrarias só recebem volumes de “agradável leitura”, vendendo-os a elevados preços, seria repontar contra o modernismo dos editores, tentando fugir à vertigem estonteante da hora que passa. Verdade irreduzível é a passageira vitória dos “modernos e elegantes autores”, dos *novos* que têm talento, sobre aqueles que escrevem massudas páginas literárias, arabescando-as, embora, de belas imagens, de preciosidades vernáculas, de eruditas

demonstrações de cultura. E não é preciso irmos perquirir no passado, nas obras dos escritores de há dez ou quinze anos. Basta volvermos vistas para os trabalhos de homens de letras recentemente falecidos, ou, melhor observando, revendo escritos dos que ainda vivem. Sabe-se que Lima Barreto, o boêmio estilista, imprimia aos seus contos, as suas poesias, aquele saudoso equilíbrio de forma, clássico e musical, do mestre Machado de Assis. E Nestor Victor, o fecundo iniciador de tantos espíritos fulgurantes da nova geração, tem a sua maneira sutil de escrever, cheia de lógica e raciocínio. Os próprios poetas e literatos não ignoram isto. Mas o espírito de *novidade*, o preconceito das “várias edições exgotadas”, seduz e empolga. Assim, recepcionamos prontamente Benjamim Costallat, Menotti Del Picchia, Ribeiro Couto, Oswald de Andrade, etc. É que estes modernos escritores, escrevem livros leves, excêntricos, falando em cocaína, em ópio, passos de tango, idílios cinematográficos, jazz-bands, autos luzidios, beijos pelo telefone, etc. Alguns deles pintam reviravoltas aéreas de aviões, corridas de yoles a dois remos, linguagens de “cinturinhas”, futilidades de “melindrosas”. São livros para o nosso século, para os nossos dias vertiginosos e frívolos. Lemo-los entre fumaçadas de cigarro, passeios de bonde, instantes de suave preguiça (MENEZES, 1923b, p. 02).

A definição de Bruno de Menezes não poderia ser mais exata. Os seus comentários fornecem a imagem, embora negativa, do que se tornaria a literatura modernista quando se fala hoje de sua “fase heroica”. Tudo o que ele apontou como “novidade”: a incorporação literária dos avanços tecnológicos e das mudanças de comportamento estão visíveis claramente na obra *Os Condenados*, de Oswald de Andrade e nas crônicas de Costallat; de forma atenuada podemos encontrar tais elementos em *O Homem e a Morte*, de Menotti Del Picchia e muito vagamente nos poemas de *O Jardim das confidências*, de Ribeiro Couto. O “material” humano e social quando submetido ao retrato do “momento moderno” perderia a fibra moral juntamente com a capacidade de transcender a superficialidade dos prazeres triviais. Contudo, o livro que viera indicar o verdadeiro caminho para os tempos “hodiernos” era *A Igreja Silenciosa*, uma obra que recebeu extensa análise na crítica de Bruno de Menezes.

A Igreja Silenciosa é obra de alto alcance moral. É, como eu dizia, um estandarte de paz, contendo a avalanche literária destes dias. [...] Tasso da Silveira fala comovidamente da perfeição dos sentimentos humanos, das supremas realizações em arte. “O homem que mais blasona de incredulidade e ceticismo, vacilará no momento das supremas amarguras”. “Ser sincero e possuirá capacidade de ter o ímpeto realizador para poder sentir profundamente”. “O livro do poeta deve ser como um livro íntimo, recendendo o perfume de uma alma que palpita, sofre ou se extasia, com um frêmito novo em cada vibração”. “A vida é simples e profunda; profunda e simples deve ser a Arte que a interpreta”. Por isso que eu pretendi demonstrar, na literatura moderna, os contrastes entre *Igreja Silenciosa* e um *Cock-tail*, como se representasse o valor de duas correntes literárias (MENEZES, 1923b, p. 02 – 03).

Diante da consciência literária de Bruno de Menezes podemos falar de Literatura Moderna sem recorrer ao discurso triunfalista que costuma enredar a narrativa entusiasmada da trajetória vitoriosa de uma doutrina estética ou da ideia literária supostamente disseminada com igual sucesso por todo o Brasil. Essa compreensão do aspecto moderno da literatura de então estava relacionada mais a periodização das publicações do que consciente da percepção de um

movimento artístico homogêneo e claramente identificável por suas particularidades temáticas ou escolhas versificatórias. Todos os autores publicados seriam modernos como manifestação da atualidade de sua articulação inventiva; porém, tais literatos estariam divididos entre aqueles preocupados somente com a representação do surto de transformações em curso e outros que faziam de seu exercício artístico um instrumento questionador das mudanças ocorridas tão repentinamente. O que era moderno parecia ser também passageiro e adequado para compor uma literatura menor, sem grande apelo para os intelectuais de uma cidade como Belém, que mesmo acostumada à presença dos bondes, dos automóveis e dos *meetings* nos cinemas ainda se via ligada ao passado glamoroso da *Belle Époque*; uma outra era moderna, porém mais requintada e com ares europeus em que o Norte figurou como protagonista ao sustentar o superávit da balança comercial brasileira. O “novo momento moderno” chegou quando a capital paraense sofria de grave crise financeira e a cidade de São Paulo se erguia como o modelo da Cidade Moderna: industriosa, cosmopolita e com sua paisagem urbana sofrendo rápida transformação. A cidade frenética que era retratada nas narrativas de Oswald de Andrade e de Menotti Del Picchia se afastava enormemente da Belém histórica rediviva pelo surto recente de patriotismo e louvor ao passado. São essas as razões que fizeram Bruno de Menezes reconhecer o valor superior de *A Igreja Silenciosa* em comparação ao divertido *Cock-tail*.

O primeiro é livro sincero, irradiando ideais de bondade, evocando Platão, Tolstói, Spencer, Jesus Cristo, dizendo alguma coisa de confiante sinceridade, de esperança resignada, num futuro de paz. Lendo-o, sentimos uma grande ânsia de unir nossas almas, para vencer-nos o Mal e os nossos próprios instintos. O segundo é dessas brochuras que folheamos e lemos despreocupados. É como se víssemos passar a vida, fugirem as horas. Costallat é o escritor do momento, do meio ambiente, da “hora literária”. Tasso da Silveira é alguma coisa de mais sólido, de mais resistente. Nutre-se noutras fontes. É digno de crítica mais profunda. Estabelecendo paralelo entre as obras destes escritores, ambos do mesmo tempo, do mesmo movimento literário, averiguamos que uma *fica*, enquanto que a outra *passa*. Em *Igreja Silenciosa* há “o milenário conhecimento que os homens adquiriram de si mesmos”. Em *Cock-tail* há o encanto fácil da vida, a beleza efêmera das bolhas de sabão. Um é o livro que se transmuda em amigo, em mestre, em conselheiro. O outro é como se víssemos o desenrolar de um *film*, fizéssemos um *flirt*, tomássemos, de fato, um *cock-tail* (MENEZES, 1923b, p. 03).

O espaço da crítica literária n’*A Província do Pará* estava completamente dominado pelos Novos, mas o seu posicionamento estético não diferia muito do que leríamos na *Folha do Norte* por meio das colunas assinadas por Remígio Fernandez. Não havia de fato uma oposição entre Novos e Velhos. Cá e lá encontraríamos o mesmo rigor avaliativo e condenatório apontando o equívoco de algumas publicações modernas. Bruno de Menezes retornou ao exercício judicioso da análise crítica com o artigo “Poesia de hoje”, publicando n’*A Província*, em 24 de fevereiro de 1923, em que abordava o livro *Cidade Maravilhosa* (1922), de Olegário Mariano. Esta obra

impactou de tal maneira o crítico, que ele desiludido, tentou compreendê-la como “uma alegoria em verso às festas do Centenário”. Por isso, a carga emocional se mistura ao esforço avaliativo; daí a necessidade de outra longa citação.

A poesia moderna deste outro Olegário do *Cidade Maravilhosa*, difere espantosamente da poesia viva, eloquente, do artista que escreveu os poemas consoladores do *Água Corrente...* Olegário Mariano, neste novo livro de *Maravilhas*, é o heresiarca, o iconoclasta, o próprio profanador da sua Musa Serena e Impressionadora. [...] E é esse Olegário vitorioso que, usurpando a um passado invejável a fama que os seus livros conquistaram, se absorve em lucubrações de novas e ridículas imagens, para pretender, também, o seu canto, nessa “escola” de feerismos pirotéqunicos, “escola” sem alma, sem “espírito”, sem “juízo”, que podemos simbolizar na imagem de um Bonzo grotesco agitando várias e pintalgadas cabeças. Não será com os *novos* poemas de Onestaldo Pennafort, Guilherme de Almeida, Oswaldo Orico, Ronald de Carvalho, poetas da atual, da maior e mais fecunda geração do Brasil, por isso mesmo os grandes futuristas da época, - que havemos de chegar à falência da poesia da alma, do pensamento, da saudade e da tristeza. A vitoriosa poesia há de ser, sempre, esse fluido que prende as almas, essa maneira de se dizer com frases triviais, coisas que arranquem lágrimas, que façam endoidecer de amor, desmaiar de emoção. Escrever de outra forma, é não ter fibra de poeta. Toda poesia é o reflexo de estado d’alma, é o diário íntimo de uma organização de artista. Acreditamos, porém, que o poeta mais cultuado da capital do país, principalmente pelo elemento feminino, não irá permanecer na futilidade radiosa dos seus versos de ultimamente. Olegário Mariano não tem “embocadura” para futurista... Os poemas do *Cidade Maravilhosa*, estilizados nessa escola de “fustigações” e “five-o-clocks”, ele os escreveu por extravagância, por ironia. Olegário quis provar com esta “perversidade” que é mestre, que sabe apontar os defeitos do seu tempo, escrevendo esses versos “maravilhosos”, de adrede preparados, para descontentar os seus fervorosos admiradores. É essa a nossa opinião (MENEZES, 1923c, p. 02 – 03).

O trabalho crítico dos Novos sustentava a mesma nota uníssonas e inequívoca ao abordar os autores modernos com “tendências futuristas”; o tom dos artigos avaliativos era de reproche diante das ousadas versificatórias, imagéticas e mesmo morais. Os poetas paraenses assumiram um posicionamento que os impedia de enveredar por caminhos incertos descortinados pela “novidade” do exercício poético voltado para o retrato da atualidade. A crítica literária local tornou-se também um espaço para certo magistério estético que admoestava a respeito da inconveniência de algumas escolhas tomadas por poetas em busca de se afirmarem pela inovação desligada de valores artísticos entendidos como perenes. Se somarmos a esse antagonismo à “nova escola” os exemplos de poesia circulante nos periódicos de Belém reconheceremos que a *ars poetica* amazônica se ergueu para fazer frente ao “futurismo paulista” por meio da “futura” Associação dos Novos. Contudo, torna-se necessário considerar se não houve nenhuma manifestação em defesa aos “rapazes de São Paulo”. Mas para elucidarmos essa questão será necessário agrupar algumas informações que exemplifiquem a complexidade do ambiente literário na capital do Pará em 1923.

Por mais que os intelectuais paraenses não tivessem compreendido com clareza o objetivo do “futurismo paulista” eles tiveram acesso a muito do que fora publicado na “pauliceia”; além de conhecerem bastante da movimentação literária carioca. Esse trânsito das novidades artísticas, divulgadas por meio da imprensa, favoreceu a colaboração de Menotti Del Picchia na revista *A Semana* com narrativas que foram publicadas em 1921 no livro *O Pão de Moloch*. Este livro esclarecia quem era o autor de dois poemas “futuristas” aparecidos em dezembro de 1921 n’*A Província do Pará*, atribuídos ao pseudônimo Helios. Mas as “crônicas e fantasias” desse autor que ganharam destaque em 1923 n’*A Semana* estavam muito longe dos artigos inflamados com que Menotti defendera a “Arte Moderna” por meio do jornal *Correio Paulistano*. Vejamos agora como Menotti integrou as colunas do mais longo magazine ilustrado de Belém.

Em 06 de janeiro de 1923, na sessão “Contos d’*A Semana*”, duas narrativas humorísticas do “Gedeão do Modernismo” apareciam para entreter os leitores. A primeira intitulava-se “A Preguiça” e reproduzia uma “pilhéria sexagenária” do “maior preguiçoso do mundo”, o “Nhô Zé”, que considerado inútil por seus vizinhos seria enterrado vivo, quando um fazendeiro compadecido do “vagabundo inveterado” ofereceu arroz para alimentá-lo. Porém, o enterro prosseguiu quando Nhô Zé percebeu que teria de pilar o grão ofertado. A segunda narrativa chamada “O Nó” é de igual teor cômico e foi inspirada em outra anedota. No dia 20 do mesmo mês outro relato jocoso de Menotti Del Picchia, a “Valsa do beijo”, vinha abrilhantar os “Contos d’*A Semana*”; esse outro tratava de um “incidente diplomático” ocorrido na cidade de Hamburgo onde durante um baile alguns brasileiros beijaram suas companheiras alemãs acreditando que o ósculo na boca fazia parte da coreografia da dança.

No mês seguinte, a colaboração nos “Contos d’*A Semana*” ficou a cargo de Benjamim Constallat, autor do conto “Um Simples”, narrativa que foi dividida nas edições dos dias 03, 10 e provavelmente 17 de fevereiro; uma vez que só estão disponíveis para pesquisa os dois primeiros números desse mês da revista em questão. Na edição do dia 03 de março de 1923, *A Semana* trouxe o poema de amor “Quando o passado renasce” assinado por Ronald de Carvalho; versos sem nenhum traço de “futurismo”. Já na edição do dia 17 de março, Menotti Del Picchia retomou sua colaboração por meio de duas narrativas cômicas. Em “As verdadeiras façanhas de Desembrino” temos um episódio em que a personagem título se liberta da tirania de sua mulher ao arremessar um gato no espelho do quarto do casal; já em “A mentira mística” acompanhamos o relato de uma princesa que roubara uma estrela do céu sendo obrigada pelo

pai a devolvê-la ao firmamento¹⁷⁴. Mas Jesus compadecido da infanta mentiu dizendo ter sido ele quem lhe dera o astro. Outra colaboração de Benjamim Costallat na imprensa paraense ocorreu por meio da *Folha do Norte* que, em 17 de abril, transcreveu parte da crônica “Os óculos de Harold Lloyd” pertencente ao livro *Cock-tail*. Nesse texto, o autor tratava da “criação de última hora da excentricidade americana”: o sucesso arrebatador dos *films* de Harold Lloyd, o novo cômico que encantava a audiência dos cinemas brasileiros.

É fácil perceber com esses exemplos que tanto para o público leitor comum quanto para os colaboradores locais da imprensa havia dois tipos de Arte Nova: uma que era feita por jovens escritores, decorosa, instrutiva, cômica, e levemente picante; e outra também feita pelos “novos”, mas repleta de excentricidades linguísticas, com cenas imorais, sem reverência pelo passado e adepta do “futurismo” ou signatária de qualquer “ismo” aloucado. Somente essa distinção explicaria o motivo de um autor como Menotti Del Picchia, com sua atuação tão marcante ao lado de nomes incontornáveis para a história do Modernismo Brasileiro, ter sido lembrado no Pará por causa de suas narrativas trocistas em linguagem tão *démodé*. O poema de Ronald de Carvalho também nos permite considerar que o gosto poético dos leitores paraenses era sensibilizado por dramas sentimentais, ainda não havia espaço para uma poesia entusiasmada com as transformações sociais recentes. Do mesmo modo que as crônicas de Benjamim Costallat eram lidas como reportagens estilizadas das “novidades” que movimentavam o cotidiano de uma cidade moderna; tanto que a crônica tratando de Harold Lloyd foi utilizada em Belém para promover um filme do artista americano a estrear no Cinema Olímpia. Será a partir dessa ambiência que os críticos da Associação dos Novos receberão os romances *Os Condenados* (1922), de Oswald de Andrade e *O Homem e a Morte* (1922), de Menotti Del Picchia.

A primeira grande polêmica em torno de uma obra lida como exemplo claro do “futurismo paulista” foi desencadeada por meio da crítica “Literatura Moderna: *Os Condenados*” escrita por Bruno de Menezes e publicada n’*A Província do Pará*, em 04 de março de 1923. Nessa avaliação tanto fica evidente que o seu autor conhecia a produção literária brasileira atual quanto baseava seu julgamento em valores estéticos tradicionais. Para Bruno de Menezes a beleza das frases, a harmonia da linguagem, a moralidade da intriga e a utilidade pedagógica da narrativa eram componentes indispensáveis de uma obra de arte literária. Diante desse

¹⁷⁴ A narrativa “Valsa do Beijo” encontra-se na primeira parte do livro intitulada “O Pão de Moloch”. As outras narrativas estão todos agrupadas no seguimento “Era uma vez...”.

“romance de paixões do século XX” o crítico paraense repreende os “retóricos devaneios de imaginação e fantasia”, apesar de reconhecer muito talento desperdiçado.

Contraproducente e estéril é esse *barbarismo*, essa impertinência da maioria dos nossos atuais escritores, que pretendem implantar uma literatura imprecisa e extravagante, lançada em atropelamentos de múltiplas e amalgamadas escolas. Para onde retrocederão os pioneiros do antigo ideal e da velha Estética nas letras brasileiras?!... Não é nosso intuito doutrinar, nem ditar métodos, apontando diretrizes aquelas que sem vem impondo pelo talento e pela audácia. Longe de nós tais ideias. Falamos com a certeza da nossa sinceridade; porque, talento e coragem, não faltam a escritores como Oswald de Andrade, M. de Abreu, Paulo Torres, Onestaldo Pennafort, Guilherme de Almeida, e a todos os demais componentes desta plêiade heroica, - cadetes gascões das letras de hoje – que se propuseram reformar os moldes da literatura, nesse país onde cada qual se julga um artista. O 1º volume da *Trilogia do Exílio* é o atestado do talento e da audácia, tão mal empregados, tão levemente esbanjados, que a mocidade e o vigor de Oswald de Andrade podiam empregar melhor. Livros como *Os Condenados* não podem, não conseguiram dizer dos valores de um movimento literário! Daqui a dois ou três anos, falaremos desses livros *chics*, originais, com indiferença e piedade, lembrando-nos que marcaram, apenas, uma época nas letras. Dizemos indiferença, porque a estabilidade, o “sentimento profundo”, o elemento educador, a atração fascinante, - nada disso está vincado nas suas páginas. É piedade angustiosa, porque lastimamos a dose de energias desperdiçadas, as horas de locubrações tortuosas, gastas para trabalhar um livro vazio, originalmente desconexo. É esse termo originalmente desconexo e, ainda, o que salva da inutilidade medíocre o primeiro volume que vem iniciar a *Trilogia*, obra moça e exúbere, toda em ritornelos de ideias, que produziu o talento precioso do imaginativo Oswald (MENEZES, 1923d, p. 02).

Bruno de Menezes não se limitou a vaticinar o esquecimento do livro de Oswald de Andrade; o crítico investiu na análise da organização da narrativa apresentando suas personagens e o modo “estereotipado” com que elas eram descritas. A adjetivação com que Alma, Mário Glade, João do Carmo e o velho Lucas recebem possibilitou ao crítico zombar das inovações da linguagem romanesca admitindo que a principal intenção de Oswald fora “ultrapassar” o futurismo, o cubismo e o ultraísmo “criando o seu influenciador Oswaldismo...” (MENEZES, 1923d, p. 02). Bruno de Menezes finaliza sua “crônica” d’*Os Condenados* cheio de condescendência como se estivesse instruindo um inexperiente escritor que cometera a imprudência de querer remodelar os “velhos cânones” e reformar os “costumes [e] princípios”. Mas o que talvez inconscientemente ele conseguiu foi captar a proposta inovadora desse “romance moderno”.

No *Os Condenados* há ausência propositada de enumeração dos capítulos, engenhosa abundância de claros, mutações inesperadas de assuntos. É o mais franco reclame que fazemos do autor e da sua obra! Podíamos falar de outras fontes de Estética Nova, onde se devem abeberar os nossos futuristas regionais, para vitória dessa *arte* privativa dos Hamlets literários. Mas não. Terminamos, com o mesmo fecho de *Os Condenados*, que é a libertação, o suicídio, do poeta telegrafista: “Na manhã do Tietê, o clube de natação içou a sua bandeirola, triangular e vermelha, a meio pau”. Que tal?... (MENEZES, 1923d, p. 03).

Paulo de Oliveira veio demonstrar sua afinação com o pensamento de Bruno de Menezes ao publicar, no dia 09 de março, n’*A Província do Pará*, a crítica “Um Sorriso para tudo”, ca coluna “Na Seara das letras”. O crítico ao discutir o livro de Álvaro Moreira, lançado em 1922 pela mesma editora d’*Os Condenados*, organizou suas recensões avaliativas em forma de um diálogo. Como se acompanhássemos a conversa de dois amigos que passeavam sob “um desses modorrentos crepúsculos de inverno” ficamos conhecendo qual o julgamento deles acerca desse volume de contos.

– Ora, meu amigo, mais por um gesto do que por palavras, eu lhe poderia dizer o que é este livro de Álvaro Moreira, esse gondoleiro exilado no mar, que entoa, dentro do tumulto da cidade, as canções nostálgicas nascidas dos crepúsculos e das noites empoadas de luar: – juntando os dedos, chegando-lhes as pontas aos lábios, acompanhando este último gesto de um ósculo. Você quer saber, Álvaro Moreira é um *bibelotário* na arte de escrever. Seus contos, na elegância sintética da sua urdidura, são verdadeiros prodígios de sedução estrutural. O amor, ele o resume, apenas, num rumor sonâmbulo de beijo. Parece que não li, mas estive a sorver o aroma de muitas rosas... Ficou-me no espírito a impressão do trabalho paciente e bizarramente de um ourives chinês. – Aliás, a literatura moderna, gira toda em derredor daquele princípio de Antonio Ferro: “O maior artista é aquele que disse menos palavras”. Há mais sugerência no volitar lírico e caprichoso das abelhas que na magestosidade épica do voo das águias. Assim como todos preferimos ver as mulheres *de per si*, que em aglomerados. Há mais poesia, há mais graça na oferta de um buquê... mas fala-me das personagens de Álvaro (OLIVEIRA, 1923a, p. 02).

E o colóquio prossegue assim ornado pelo elogio às belas frases, aos conceitos profundos, aos conselhos conscienciosos e toda uma sorte de máximas transcritas em razão de seu alto valor instrutivo. Esse livro repleto de “encantadoras coisas” recebeu destaque por expressar o tipo desejado de “literatura moderna”, aquela que serviria como “guia espiritual do nosso público leitor, ávido de belezas”. Será no afã de evidenciar essa literatura “bela e útil” que Bruno de Menezes publicou a crítica “Literatura Moderna: *O Homem e a Morte*” n’*A Província do Pará* no dia 14 de março. Nesse texto escrito como se fosse uma carta endereçada a um amigo, identificado como o “Meu brilhante intelectual”, acompanhamos novamente a preocupação votada a um autor que parecia estar desencaminhado por influência de Marinetti. Mas antes de chegar a essa conclusão pesarosa Bruno de Menezes esclarece que a literatura de São Paulo fora há alguns anos o melhor exemplo do “nacionalismo literário” por ter se ocupado com o “regionalismo” cujo exemplo máximo estava nos contos de *Urupês* (1918), de Monteiro Lobato.

Você vem acompanhando, bem o sei, interessado e cético, este movimento formidável, ansioso de publicação, influenciador e seducente, que São Paulo, com os seus poeta e romancistas, se propôs a espalhar em toda a América do Sul. Antes, era o regionalismo, o estudo dos tipos caipiras, do Jeca, a descrição da natureza patrícia, o levantamento do puro nacionalismo, nas letras brasileiras. Digo-lhe alma a alma,

conscientemente, imperturbavelmente; São Paulo aspira ser a fonte do renascimento, do modernismo da nossa literatura, senão das artes brasileiras. Imagine você. O grande e atordoante brado, foi erguido, - e com tal estrépito que despertou a atenção do insubstituível e pranteado Ruy Barbosa, - com a sátira vergastadora dos *Urupês!* Era uma exposição desassombrada das nossas taras ancestrais, a análise fria e lúcida das nossas índoles, com as suas comprovantes vergonhas e heroicas! Jeca Tatu saiu da sua tapera, deixou o seu rolo de “mascavão”, concertou a perna do seu “banco-tripeça” e veio para o ambiente dos gabinetes de leitura, povoar nossas cismas e despertar nossos silêncios (MENEZES, 1923e, p. 01).

O modernismo paulista, então elogiado por Bruno de Menezes, tinha suas raízes “saudáveis” fincadas no telurismo, na valorização do caipira e da natureza. A representação do mundo rural com seus tipos pitorescos e puros também se encontrava no poema *Juca Mulato* (1917), de Menotti Del Picchia. A celebridade desse poema, muito querido dos Novos paraenses, perfazia outro exemplo bem-sucedido da expressão literária nacional surgida em São Paulo. Contudo, os escritores paulistas haviam deixado o “assunto” genuinamente brasileiro, a investigação da identidade e dos problemas nacionais para se aventurarem com o famigerado Futurismo.

Mas, meu amigo, isto aconteceu a uns três ou quatro anos. Feito um pequeno interregno deste *assunto*, começou a se operar um movimento ascendente, um como desvario de se impor e dominar. São Paulo entrou de exportar livros à sua maneira e ao seu feitio. E não se tratava somente, de escritores paulistas, residentes na cidade das garoas, que faziam imprimir seus livros e de lá os espalhavam por todo o nosso Brasil! Os que viviam no Rio, como Ribeiro Couto e Guilherme de Almeida, retiravam do prelo suas obras, com o valioso reclamo de que “eram paulistas” os livros e os autores. Bela ideia, não acha? E assim chegamos a este constante aparecimento de “livros novos”, firmados pela elite da intelectualidade paulistana. Entretanto, meu querido confrade, Marinetti, o *boxeur de ideias*, como o chamou o autor da *Teoria da Indiferença*, lançava aos ventos, no seu manifesto clangoroso a grande frase – *Futurismo!* Então, da arte nova e sadia, vibrante de emoção e entusiasmo, que São Paulo vinha exportando, com rara felicidade e simpatia, surgiu essa promiscuidade literária, que você pode constatar nas letras dos nossos dias. Eu acuso Marinetti deste crime, responsabilizo-o por isto tudo, meu amigo. Porque, nunca, um artista chamou “sol oxigenado”, “aranha do céu”, “a lua é a bailarina”, “lábios de chuva”, “cabelos cor de labareda”, etc. Na arte poética foram intrometidos os “táxis”, os “telefônicos”, as “linhas tortas”, os “cartazes das fábricas”, os “telégrafos sem fios”. Portanto, Marinetti é um grande envenenador do bom gosto artístico (MENEZES, 1923e, p. 01).

Bruno de Menezes apesar de reconhecer a pujança editorial de São Paulo lamentava o mal-uso dessa capacidade publicista empregada na divulgação de livros destituídos do decoro estilístico por assimilarem elementos da atualidade urbana. As novas formas de expressão que abandonavam certas convenções imagéticas ou metáforas e metonímias consagradas indicariam a degenerescência da “aura mágica” que envolvia as obras e os autores, estes supostos portadores de um código linguístico elevado. Trazer a invenção literária para o terreno da vida cotidiana sem o filtro estético da tradição seria um anúncio de que a função “redentora” da arte se renderia ao culto do utilitarismo mundano. Por isso, a posição crítica de Bruno de Menezes

beira a ingenuidade ao acreditar em uma permanente escala de valores que jamais deveria ser substituída. A literatura moderna não deveria refletir o momento atual com suas transformações, mas ser uma alternativa ao tumulto moderno do meio urbano. Em lugar da representação da “cidade moderna” as narrativas feitas pelos jovens deveriam retratar um mundo rústico e interiorano; do mesmo modo que os poemas permaneceriam comunicando os mesmos transe de amores singelos. Mas nem tudo estava perdido, pois para Bruno de Menezes:

Felizmente, para felicidade nossa, salvaram-se Menotti Del Picchia, Ribeiro Couto, Álvaro Moreira, Paulo Filho e alguns intelectuais, de que não me ocorrem os nomes. Também, meu querido amigo, Menotti é uma organização muito original e curiosa de escritor. Acima de tudo é um artista, um requintado. O seu livro *O Homem e A Morte*, que motivou esta carta, é uma obra que a Ciência devia estudar, como documento de psiquiatria. Pode ser um livro *futurista*, não há dúvida, porém, é quase aceitável em certos princípios estéticos, é escrito com muita originalidade, causando arrepios em certas páginas. Leia-o (MENEZES, 1923e, p. 02).

Qual a razão para que Bruno de Menezes aceitasse elogiosamente o futurismo de Menotti em sua “originalidade”, mas recusasse o de Oswald de Andrade? A razão novamente pode ser encontrada nas convicções morais e no gosto artístico do crítico. O narrador diegético de *Homem e a Morte*, apesar de sua misantropia, dos momentos de violência descabida, das crises de histerismo e dos desejos homicidas, vê-se justificado em razão de que todo o seu drama amoroso em torno de Alba Regina, a Kundry, a Maga, não passou de uma “tragédia cerebral”. Ao final de uma intriga repleta de cenas eróticas e pensamentos megalomaniacos, narrados em linguagem exuberante e poética, reconhecemos que acompanhávamos a história de um homem louco, apaixonado por uma mulher que ele próprio criara, talvez para preencher sua tediosa existência burguesa. Nenhuma ação ou pensamento do narrador poderia ser levado a sério, somente merecia louvor sua capacidade poética de inventar uma ilusão que o absorvera completamente, permeada de referências bíblicas, clássicas e da cultura árabe. *O Homem e a Morte* é uma narrativa simbolista, uma prosa-poética, que se assemelha a aventura amorosa d’*A Confissão de Lúcio* (1914), de Mário de Sá-Carneiro. O valor ficcional da narrativa de Menotti Del Picchia, ou seja, sua capacidade de comunicar algo da realidade paulistana fica em segundo plano diante do trabalho verbal realizado. Afinal, como recriminar um louco com dotes poéticos?

O mesmo não pode ser dito d’*Os Condenados*. Aqui o narrador *não-diegético*, embora demonstre a capacidade de conhecer o “mundo interno” das personagens jamais as recrimina, tece comentários jocosos ou se revela preocupado com o destino das mesmas. Essa representação “implícita” da voz narrativa se limita a dar acesso ao pensamento das personagens e apresentar cenas que se sobrepõem umas às outras, de maneira às vezes

inesperada. O único momento em que o narrador se revela propositalmente ocorre quando ele anuncia, já final da narrativa, o suicídio de João do Carmo. Talvez tenham sido esses os elementos estruturais que levaram Bruno de Menezes a ler o romance como um texto “sério”, quase documental da “história de vários desequilibrados amorosos” cujas vidas foram marcadas pela “fatalidade de um Destino terrível” em que a prostituição, os amores impudicos, a dissolução dos laços familiares, a morte e o suicídio selaram o desfecho fatídico de algumas personagens. Aqui a narrativa fora compreendida a partir da leitura da *Teoria da Indiferença* (1920), de António Ferro; de modo que Bruno observa que a intenção de Oswald de Andrade fora “pintar na mentira da Arte, a verdade da Vida” (MENEZES, 1923e, p. 02). Mas um dos Novos se levantaria em defesa da primeira parte da *Trilogia do Exílio*, o que desencadeou a polêmica por meio da qual podemos acompanhar o debate em torno da compreensão da Arte Nova desposada pelos jovens críticos paraenses.

No dia 16 de março de 1923, também n’A *Província do Pará*, Abguar Bastos publicou a crítica intitulada “Arte Nova – Um livro”, em que expunha seu desacordo quanto aos comentários de Bruno de Menezes acerca do romance *Os Condenados*. A crítica iniciava por reconhecer que a maioria dos “avaliadores” dos livros recentemente publicados eram “novos na literatura regional”, e embora fossem “sinceros”, não eram todos os que conseguiam ser “verdadeiros”; já que muitos deles vinham “dizendo escolas, rezando mitos e métodos, confusos...” (BASTOS, 1923a, p. 01). Esse foi o ensejo para que Abguar Bastos apontasse as contradições de julgamento no texto de Bruno de Menezes.

Pesou-me o espanto ao saber do autor, Bruno de Menezes, precipitado, falou mal d’*Os Condenados*, falou mal de uma obra inteiriça... Que falasse... Mas, atira-se de gládio movente ao plinto forte da Arte recriadora, fazer-se de incompreensível nas sínteses, torna-o estranho, simbólico de deserção. São suas estas palavras: “Livros como *Os Condenados* não podem, não conseguem dizer dos valores de um movimento literário”. E que movimento literário é esse? Eu só conheço um, aquele que pretende e pode criar uma arte nova, como o grito universal de nossa independência literária. A arte que os cabeçudos de arcaísmo desejam sustentar o inalterável, poderão dizer-me se é nossa, exclusivamente nossa? Não! Importamo-la das academias ibéricas e das vivendas escandalosas dos alinhavadores parisienses. Oswald de Andrade fosse francês ou hindu, e nessas línguas fizesse a “Trilogia”, que mais tarde um brasileiro o imitasse então, sim, a literatura dele não seria barbarismo, não seria “um destrambelho de palavras sonoramente ocas”... Porque se impôs e se vestiu de originalidade, porque seu livro é uma gênese e acima de tudo uma revelação de temperamento nosso, forcem-no, atacam-no em colunas inexas (BASTOS, 1923a, p. 01).

A argumentação de Abguar Bastos ainda se voltava para o fato de Bruno de Menezes ter publicado seu primeiro livro de poemas, *Crucifixo*, repleto de “centelhas de seu talento”; anunciando em seguida a obra intitulada *Bailado Lunar*, a qual sairia à luz apenas em 1924. Essa referência revela um pouco de como se dava a dinâmica de comunicação entre os membros

da Associação dos Novos. O que fica assim apenas subentendido por meio da nomeação de um novo livro de Bruno de Menezes é que os versos ali compilados, e outros publicados nos jornais, tinham muito da atmosfera crepuscular, estranha e “decadente” d’*Os Condenados*. Será por essa razão que Abguar, após ter ressaltado que as metáforas usadas por Oswald de Andrade eram simplesmente inéditas, acusará Bruno de ser adepto da “Escola que somente exorta os mármore, as estátuas, as ondas, os séculos” (BASTOS, 1923a, p. 01). Mas essa alusão à estética parnasiana fora feita unicamente com o objetivo de provocação; uma vez que ao final da crítica e ao citar alguns versos de Bruno que continham metáforas tão “extravagantes” quanto as de Oswald (“A lua é um sabre curvo”; “a lua é um galho torto da Árvore Coreográfica do Ritmo”), Abguar Bastos afirmará ter o seu parceiro de Associação a mesma formação literária do autor paulista. O que escapou a Abguar Bastos é que Bruno de Menezes condenava os lances imorais d’*Os Condenados* e não propriamente sua linguagem, que com a devida diferença recorria às mesmas “sugestões” encontradas n’*O Homem e a Morte*; afinal, tanto Kundry quanto Alma são descritas como “esfinges” com laivos de “Salomé”.

Bruno de Menezes publicou sua réplica n’*A Província do Pará* no dia 18 de março tendo por título “Literatura Moderna: ainda *Os Condenados* de Oswald de Andrade”. Como a resposta era destinada a um “irmão de sonhos e ideais de arte” as palavras foram escolhidas com tal dubiedade que essa defesa de uma “impressão avaliativa” escondia a artilharia do “fogo amigo”.

Não tenho mais sob meus olhos o livro “singular”, “novo”, “excêntrico”, “dogmático”, que a estas horas está de posse de um *habeas corpus* para circular nas livrarias, requerido pelo meu caro Abguar Bastos; não no vejo aqui ao alcance do braços, porque essa brochura “preciosa”, está em poder do poeta seu advogado, de quem é indefesa e inerme constituinte. Se é que *Os Condenados* é uma obra fundida nos cadinhos futuristas, se é plasmada na argila irrisistível com que Marinetti “modela” as suas “maquetes”, em prosa e verso, estou em afirmar que só esse volume impresso em raro estilo, será apresentado como **negação dessa escola revolucionária**, como apregoou o delicioso Abguar. Compreenda e interprete o público, essa “babel” futurista (não me refiro ao gentil amigo, devido o seu vasto conhecimento e a sua preferência por essas figuras linguísticas e estilísticas). “Piou! Piou! Um pedaço de pau no caminho da vida”. “Um navio destaca-se no cais... a vida... Um navio destaca-se no cais”. “A noite anda de muletas e olhos fechados”. E prossegue assim esquisito, novo, originalíssimo, forte em síntese, cheio de ensinamentos atuais, até o desfecho da última página, o moderno e exclusivo romance de psicologia “condenada”, que Oswald de Andrade publicou (MENEZES, 1923f, p. 01. Grifo nosso).

Nesse trecho percebemos que a discussão em torno d’*Os Condenados* não se referia mais a sua filiação ao “futurismo”; posto que também reconhecemos que nenhum dos contendores cita – ou citará – qualquer frase ou trecho dos manifestos de Marinetti. A discussão mostra-se sustentada, provavelmente, pela leitura daquilo que os detratores do escritor italiano divulgavam; e partindo dessa fonte incerta se criava a imagem daquilo que o futurismo devia

ser; o que doutro modo significava que o desconhecimento dos manifestos favoreceu o uso do vocábulo “futurista” como um selo negativo que era usado sempre que convinha para atacar opositores ou expressar qualquer extravagância expressiva. Essa contingência de definição favoreceu inclusive que o Futurismo fosse usado como sinônimo da Arte Moderna; embora, em outras ocasiões, como na referida a cima, a “literatura moderna” ganhasse uma acepção distinta da “literatura futurista”. Porém, o que sempre estava claro para Bruno de Menezes era a “boa literatura” e a “má literatura”.

Bruno prossegue seu texto com humildade ao recusar inclusive a competência do juízo crítico. Ele então afirmava não ser capaz de “julgar” um livro, pois se dedicava unicamente a “apreciação” e ao “estudo”. Logo, o que ele pretendia expressar a partir dessa leitura formativa, sem a pressão do esforço sentencioso, era o “mau-gosto” de um livro como *Os Condenados*. E para mostrar que tinha razão, e que essa era de fundo moral, ele sintetizou os eventos da narrativa destacando a gravidez de Alma e a cena do nascimento de Luquinhas; momento da intriga que recebe ênfase por causa dos gritos de Alma serem “inestéticos”.

E rasga-se a bolsa de águas “puerperícias”. É chegada a hora definitiva. A parteira, medrosa, grita:

– Faça força! Faça Força!

Alma, solta um gemido agudo, prolongado, lancinante, horrível:

– Aaaaaaaaaaaaa!

Chega à aleluia da maternidade! A criança nasce!

É um menino louro e lindo!

Viverá! Choraminga e abre os olhos! Põem-lhe o nome de Luquinhas”.

Será isto a arte nova e saneadora das velhas endemias literárias? Esta disposição gráfica de letras em filas, será algum efeito onomatopaico? É aí que sinto maiores minha ignorância e inabilidade para compreender o “futurismo” especial e único, que o autor do “Idílio dos Sinos”, se esforça em tornar glorioso. Onomatopeia na poesia ou na prosa é o emprego de palavras longas, breves, sonoras, rítmicas, que constituam a expressão do assunto apresentado e descrito (MENEZES, 1923f, p. 01).

Quando Bruno de Menezes fez referência ao poema de Abguar Bastos, o “Idílio dos Sinos”, precisamos recordar qual o retrospecto colaborativo no jornalismo paraense do autor desse poema. Ora, o iniciador da polêmica “futurista” era conhecido na imprensa local como autor de versos amorosos escritos segundo os moldes que ele julgara velharia. Se Bruno fora acusado de ser autor de poemas “futuristas” e se via criticado ao recusar um escritor ligado a essa ideologia artística; agora Abguar era lembrado de ter escrito versos “tradicionais” embora defendesse ferrenhamente uma narrativa “moderna”. Essa troca de acusações partindo daquilo que os autores publicavam e quem eles criticavam nos lança novamente dentro da rede lítero-social em que a cultura literária vivia por intermédio da imprensa, um espaço midiático que permitia a seus participantes conhecer o alcance dos seus textos. Bruno de Menezes ao tentar

pôr fim ao debate que anunciava maiores complicações recorreu novamente ao substrato moral de sua formação intelectual para afirmar que se o futurismo fosse o que Oswald pretendia, então esse movimento nada traria de “bom” para a literatura brasileira.

É Oswald, quem explica o incidente, assim frio e modernamente “futurista”. “O homem ia abrir a porta, despedi-la sem lhe dar dinheiro. Ela murmurou que ficava. Esbelta, em dois pulos desfez-se das calças de rendas. Mas o macho relutava desconfiado. Foi até a porta, chamou o outro. Alma disse que já haviam pago duzentos mil réis pelo seu corpo”.

Para que mais? Que belo futurismo esse de Oswald! Vais me perdoar a prolixidade, meu querido e afetuoso Abguar. Além de prolixo, não encontrei um antídoto que me extinguisse esse prurido de dizer o que observei no livro do teu apaixonado escritor paulista. Não direi mais nada a respeito do *Os Condenados*, salvo se persistires em defender esse livro. Eis aqui as laudas que escaparam de ser queimadas. É o fim, é a trégua. Participo-te, entanto, que em dias não muito distantes, responderei melhor às tuas asserções sobre o *Bailado Lunar*, o *Crucifixo* e o “que se criou e se fez na literatura que a ‘trilogia aprimorou’”. És um precioso criador de frases (MENEZES, 1923f, p. 02).

A trégua em torno d’*Os Condenados* não veio e Abguar Bastos respondeu ao texto de Bruno de Menezes com o artigo “Arte Nova” publicado n’*A Província*, em 20 de março. A tréplica escrita em tom de deboche lançou mão do modo narrativo para ficcionalizar um episódio em que um “homem”, deslumbrado pela “Catedral da Beleza Nova”, havia se recolhido “no silêncio arcaico de sua sala, a adivinhar, a imitar melodias de Schumann, a encher a alma de melodias, a dormir na ressonância dos sinos de Bruges” (BASTOS, 1923b, p. 01). Mas o “homem” que ficara enclausurado, já cansado de suas aspirações sublimes, decidira sair de seu isolamento e:

Longe viu agigantar-se o Templo, o Templo de sua divina Arte. E ficou deslumbrado e ficou em êxtase, muitas horas, mãos postas para o Acaso! E porque aquele monstro, em basílica, já fosse duas vezes maior e três vezes mais deslumbrante... E por sua grandeza e por seus diagramas variados, mais incompreensível, o inovador, glorioso, perturbado e cansado, objetivou, como num apontamento à margem das obras que impressionam os espíritos curiosos e investigadores:
– As catedrais, quando maiores, parecem diminuir os homens que nelas penetram... Como são pequeninos!
E um tolo que também parara: – no entanto, foram eles que levantaram as catedrais!
(BASTOS, 1923b, p. 01).

A figura do artista dado a lucubrações eruditas, mas incapaz de reconhecer a realidade objetiva que o cercava se punha a reiterar a ambiguidade do trabalho intelectual de Bruno de Menezes. Ao afirmar isso, Abguar Bastos recorria ao conhecimento dos versos que circulavam pela imprensa paraense, a partir dos quais se poderia reconhecer a existência dos “Centuros do Parnaso”; aqueles poetas que acostumados a certas convenções poéticas reagiam contra mudanças na expressão literária. Daí que a frase “A noite anda de muletas e olhos fechados”,

proveniente d'*Os Condenados*, se tornou o exemplo por excelência do “mau gosto” ou da “novidade” da literatura moderna. Abguar ainda argumentou que se Oswald de Andrade tivesse escrito “noite trôpega”, por ser uma imagem de todo “banal”, nenhuma polêmica surgiria. As invectivas contra Bruno de Menezes prosseguem com maior escrutínio permitindo a Abguar Bastos demonstrar que a Arte Nova, para além do Futurismo, se revelava por meio do esforço inovador, distanciando cada vez mais dos *clichés* expressivos; por isso as preferências de leitura de Bruno de Menezes são evocadas novamente.

Refutei-lhe. Voltou! Fez novas citações. Disse que *Os Condenados* é negação do futurismo. Nem eu afirmei que ele fosse uma arte futurista. Falar da arte nova não é falar do futurismo, porque a arte dos nossos dias ainda não teve um ponto de definição. Quis provar que ela não é uma antevisão caduca. Quis provar que ela se revela em sentido divergente. É o todo ampliador. [...] Quase que desconheço o embevecido que entoava loas ao *Céu em fogo*, livro ainda mais desnorteador que o presente, se há desnorteio numa análise intuitiva. Não quero assolar-me de coletividade. Rotuladas de novidade há decididamente, por aí, edições bárbaras que são a negativa da arte, que são o paroxismo do desvario, da febre de erguer monumentos, em confusão, aniquilando a beleza, e bom senso, o bom gosto! Admita-se a inconveniência na conveniência, mas se admita a valorização do renovo estético (BASTOS, 1923b, p. 01).

A compreensão de Abguar Bastos da Arte Nova está baseada em sua percepção de que uma estética moderna se revelava unicamente por meio do nível expressivo escolhido pelo escritor. Por isso ele fez referência ao livro de Mário de Sá-Carneiro, *Céu em fogo* (1915), cujas “narrativas” lidam quase exclusivamente com “eventos mentais” ou ficcionalizam a confissão de algum desequilíbrio psíquico vazados em linguagem que evoca claramente a atmosfera Decadentista – e multissensorial – que encontramos em livros de Oscar Wilde como *Salomé* e *O Retrato de Dorian Gray*, traduzidos no Brasil por João Rio, respectivamente, em 1905 e 1912¹⁷⁵. A influência que o autor irlandês teve na poesia de Bruno de Menezes é notória em toda a sua obra e são esses “vapores” que insuflaram os versos de *Bailado Lunar*. Podemos enfim constatar que tanto Menotti, Oswald, António Ferro e Sá-Carneiro escreveram livros ainda sob a influência de uma estética que apontava para a ruptura da representação Realista do mundo moderno; por isso nenhum dos livros então citados poderiam ser definidos completamente como Futuristas, ao menos se considerarmos os preceitos expostos nos Manifestos de Marinetti. Isso explicaria porque muitos escritores chamados posteriormente de Modernistas se formaram noo “clima” poético Decadentista, Simbolista ou Penumbrista.

¹⁷⁵ João do Rio publicou na revista *Kosmos*, entre abril e junho de 1905, a peça *Salomé*. Essa mesma tradução foi editada pela Livraria Garnier em 1908. Já a tradução de *O Retrato de Dorian Gray* ganhou publicação seriada por meio do jornal *A Noite* entre 21 de julho de 1911 até 12 de janeiro de 1912. No ano de 1923 a Livraria Garnier publicou essa tradução. (Consultar: MONTEIRO, 2012, p. 47 – 49).

Quando a discussão tomou o caminho da expressão alegórica e tratava dos limites do discurso poético não acompanhávamos mais uma polêmica envolvendo o Futurismo; tudo se voltava para uma questão do “gosto pessoal”.

As suscetibilidades das preferências artísticas se revelam com mais clareza na resposta de Bruno de Menezes publicada n’A *Província* no dia 22 de março. Por meio da missiva “Literatura Moderna”, endereçada abertamente a Abguar Bastos, acompanhamos a defesa tanto de um pundonor estético quanto moral e a persistente confusão conceitual na tentativa de definir os pressupostos estéticos do momento literário.

Nas frases filigranadas do teu último escrito, apenas divisei a tua “moderna” preocupação de sugerir símbolos, na força gestativa dessa “Arte Nova”, que te vem deslumbrando. Foste quase profético dizendo que “a arte dos nossos dias inda não teve um ponto de definição”. E dificilmente o terá, meu caro. No presente como no passado, a arte sempre foi uma variante de requinte apurado e fino, dos que são superiormente estetas. Que é um *Céu em Fogo*, senão o ateísmo sonhado, os olhos de um Ulisses do Pensamento, varando a névoa densa das escolas, para divisar o Velocino da originalidade?... E não deixa de ser um livro simbólico, um livro futurista, por isto mesmo “desnorteador”, enfeitiçante. Não no queiras entrajá com estes termos “claudicantes”, caídos furiosamente da tua pena, sobre uma obra, forte em demasia, para as cerebrações “absurdas”! Tu dizes: “Rotuladas de novidade há decididamente, por aí, edições bárbaras que são a negativa da Arte, que são o paroxismo do desvairo, da febre de erguer monumentos, em confusão, aniquilando a beleza, o bom senso, o bom gosto”. Ora, meu elegante esmerilhador de vocábulos, é justamente isto que acontece com *Os Condenados*! (MENEZES, 1923g, p. 02).

Ao defender o livro de Mário de Sá-Carneiro o que Bruno de Menezes buscava demonstrar era a necessidade de um escritor submeter a sua invenção artística a valores estéticos que poderiam ser sempre reconhecidos, apesar da originalidade almejada trazer modificações ao organismo ficcional e linguístico compartilhado pelos agentes da dinâmica cultural vigente. Dentro dessa percepção, a Arte Nova se igualava ao Simbolismo sem que nada fosse subtraído de um patrimônio estético maior; pois a Beleza, enquanto o supremo Bem, permaneceria disponível para a apreciação dos leitores. A história d’*Os Condenados* fugia a esse “horizonte de expectativa”, pois em seu enredo nenhum episódio trazia algo de elevado ou eminentemente belo; já que todos os sucessos lidavam com a derrocada moral de indivíduos sem qualquer possibilidade de redenção. A relação da Arte Nova com o Simbolismo e conseqüentemente com o Futurismo foi feita por Bruno de Menezes nessa passagem unicamente pela suposição de que em alguma medida esses conceitos definissem a “originalidade artística” e não qualquer experiência “desnorteadora”.

Paulo de Oliveira também participou da polêmica d’*Os Condenados*. Ele publicou um artigo n’*A Província do Pará*, no dia 23 de março, na coluna Na Seara da Arte¹⁷⁶, em que de forma diplomática tentava apontar os equívocos interpretativos dos seus dois amigos de Associação dos Novos. E esse outro jovem crítico assim o fez invocando a autoridade de Eça de Queiroz.

O Bruno condena o gosto artístico que presidiu à leitura desse 1º volume da “Trilogia do Exílio”, como anteriormente já o fizera com *Cidade Maravilhosa*, de Olegário Mariano. Sai à liça Abguar Bastos, enroupado na rútila armadura de cavaleiro da arte moderna, e, num gesto de surpresa, pergunta por alguém que desertou da falange de que é acérrimo sectário... Aquele apatronado Fradique Mendes, em quem já se viu o narcisamento da própria personalidade de seu criador, tilintando os rútilos guizos de ouro de sua prosa vigorosa de musicalidade imprevista, disse: “A ciência tem de ser recolhida como outrora aos Santuários, e entregue a um sacro colégio intelectual que a guarde, que a defenda...” Servindo-nos dessa muleta clássica, não queremos, absolutamente, increpar o movimento de reação que se vem operando, imprevistamente, na literatura, mas insurgir-nos, também, contra os hodiernos absurdos lançados à conta deslumbrante da “originalidade”, nestes últimos meses, como se isso bastasse para os tornar aceitáveis. De feito, parece que todos teimamos pela demonstração de “originais” para os esdruxulismos sonoros de nossas criações. Aí estão as páginas de *Os Condenados* faiscantes de paroxismos esdrúxulos, que passarão, forçosamente, por “arte nova”: “A noite anda de muletas e de olhos fechados” (OLIVEIRA, 1923b, p. 01).

A avaliação da narrativa de Oswald de Andrade, segundo a compreensão de Paulo de Oliveira, está muito próxima da leitura feita por Bruno de Menezes; pois a originalidade assumida como um valor por certos autores “modernos” consistiria unicamente no emprego de ousadias expressivas. Diante desse tipo de “novidade”, conseguida simplesmente pelo excêntrico uso de recursos retóricos, Paulo de Oliveira propôs que a originalidade verdadeira estava na criação de “novos ambientes artísticos” como teriam feito Byron, Rousseau, Cruz e Sousa, Augusto dos Anjos, Leconte Lisle e Victor Hugo. Fundar uma “escola” seria então o critério justificador da disseminação de alguma “novidade” literária. É claro que Paulo de Oliveira não explica como essa ação transformadora pode ser operada. Em suma, a disseminação da Arte Nova como vinha sendo feita no Brasil se limitava ao emprego inconsequente de “rútilas extravagâncias” (OLIVEIRA, 1923b, p. 01). E arrimado novamente da “sabedoria antiga” – chegando a citar a famosa exclamação de Cícero: Ó Tempora! Ó Mores! – Paulo de Oliveira tentou consolar o amigo Bruno se valendo de outra passagem queirosiana.

Meu Bruno, aconteceu contigo ao leres *Os Condenados*, o mesmo que sucedeu a Cornuski, homem de vasta cultura que diante dos coros do *Athalie* e das rudezas de Ticiano, exclamava: “Talvez nessas obras exista a sublime – e só no meu espírito a impotência de as compreender...” Isso nos conta aquele maravilhoso Eça, que você e eu adoramos, e que passou pela existência olhando ironicamente para a vida através

¹⁷⁶ Este texto traz ao final a indicação de que foi escrito no dia 21 de março de 1923.

da elegância incisiva do monóculo... E os petulantes rebuscadores de originalidade, ávidos de glorioso e de excessivo destaque... (OLIVEIRA, 1923b, p. 01).

Após a intervenção de Paulo de Oliveira a última participação de Abguar Bastos na controvérsia d'*Os Condenados* se deu por uma carta, publicada no dia 24 de março, n'*A Província*, intitulada “Belo Renovo...”. Nessa epístola, endereçada ao “Meu afetuoso contemporâneo”, acompanhamos a argumentação de que os “hodiernos rebentos” precisavam “substituir” e “não retocar [...] os velhos Ídolos amoletados” (BASTOS, 1923, p. 01). Sempre invocando a precedência do esforço inovador na composição da Arte Moderna Abguar Bastos lançava de uma vez por todas a sua definição dos valores que presidiriam a invenção artística doravante.

A Essência Artística de seus pseudo-moldes, meu poeta, é deslocada e tem uma voz de granito, rascante, em sons de medalhas enferrujadas... De há dois anos suas bases estremeçam, como querendo precipitar a Escola sinonímia e soerguer num malabarismo de audácia, a Verdadeira! A Única! A Inviolável! Porque o Artístico tarjado a clássico, milenário, que você proclamou e divulgou, nada mais é que uma decadência bastarda assumindo responsabilidade de estirpe. Sua epístola, meu afetuoso cronista, exaltou-me de satisfação por ver que você não é o transviado que eu pensava. Reconsiderou, de olhos voltados para o Templo, remordendo saudades, enciumando quase que de si mesmo e arrancando-se dos braços da pré-histórica Imagem, no arremesso retroativo de homem que embriagado de luz falsa tinha perdido a sombra... (BASTOS, 1923c, p. 01).

Abguar Bastos ao finalizar a querela com Bruno de Menezes se mostrou ambicioso ao tentar conformar os laços de amizade, o respeito pelo trabalho literário do amigo e a defesa da liberdade artística exercida por Oswald de Andrade.

Não sei como você renega a Oswald de Andrade e admite a Menotti, a António Ferro, a Mário de Sá-Carneiro. Em todo o caso, admirando-lhe as qualidades e satisfaço-me interiormente, no incentivo de saber que você é o mesmo, o mesmo Bruno, simbolista, rendilhador de Beleza, cheio de sinceridade, menos para com a *Trilogia!* Defendendo-a não defendi o movimento futurista, porque não n'a acho plena de “absurdos” deste movimento... É inegável que há unidades sadias de estilo, de sentimento, no mesmo círculo. E são estas unidades sadias de estilo e sentimento, que florescem, vibrando e já se evidenciam nos puritanos cá da terra. [...] A escola avassala num assomo de dignidade. Avassala para vencer! Dignifica-se porque é libertária! (BASTOS, 1923c, p. 01).

Do mesmo modo que Abguar não retrocedeu em sua defesa da narrativa de Oswald, o mesmo se deu com Bruno de Menezes quanto a sua sentença ao *Os Condenados*. Bruno também esgotado pelas alterações dirigiu uma carta aos “Meus queridos confrades”, intitulada “Literatura Moderna”, a qual foi publicada no dia 29 de março n'*A Província do Pará*. O aspecto interessante da argumentação de Bruno está em sua tentativa de contemporizar um “bom futurismo” e um “mal futurismo”; pois a partir desse arranjo seria possível manter sua

oposição ao “futurismo nocivo” de Oswald, sem refutar por inteiro as experimentações de um “futurismo sadio” que daria acesso a transformações condignas de uma arte inteiriça do amanhã.

Aqueles que me têm abordado sobre esta questão de “arte nova”, tenho respondido, apenas, que entendo o futurismo por uma dualidade de diferentes prismas. Ou é uma arte de inovações e originalidades, arte do futuro, do amanhã, ou é uma criação de extravagâncias e idiotismo que, praticada nos moldes de Marinette, Pelazzeschi e outros futuristas de fama, valem por um diamante de falso brilho, indigno dos lapidários e dos ourives da rima. Parodiando Temístocles Sant’Anna, eu podia asseverar que é uma necessidade urgente, a “profilaxia do futurismo”. Porque, talvez, acobertados e prevalecendo-se desse pregão, quantos não andam por esse Brasil, escrevendo incongruências rimadas, capítulos sem articulações, sem bases, como o enredo de *Os Condenados*. Parece que dificilmente me expliquei, meus amigáveis e inteligentes opositores. Acho que bastante oportuno, preveni-los da minha acaciana insuficiência e que me vou desinteressando pela nossa rumorosa discussão. Não sei se o visionário renitente que é o Abguar, pensa assim. O valoroso e esforçado Paulo, tenho fé e certeza que não esmorecerá e há de ser trabalho de Hércules detê-lo no seu arranco. A posição mais acomodativa na vida é a do filósofo. E eu penso que devemos ter uma filosofia especial para vivermos em paz com os homens. Vamos olhar a lua e acender nossos cigarros (MENEZES, 1923h, p. 02).

Embora os nomes de Marinetti e Palazzeschi sejam citados é muito improvável que Bruno de Menezes tenha lido qualquer escrito desses autores. A sua recepção do Futurismo, como foi feita por muitos escritores paraenses, não se deu por intermédio dos manifestos e livros publicados pelos “ideólogos” italianos, ela se deu a partir das críticas publicadas pela imprensa local que reproduzia artigos oriundos principalmente do jornal carioca *O Paiz*. Mas a polêmica não finalizou sem que um de seus protagonistas aparecesse e desse a sua opinião quanto aos destinos da Arte Literária. Ernani Vieira, um poeta e membro da Associação dos Novos, foi quem deu voz ao Futurismo com a “Crônica sem destino” publicada, em 05 de abril, n’*A Província do Pará*.

Pensei então no amanhã de sempre e eis que veio na extravagância do seu passo largo – bateu-nos às costas e assim falou o nosso amigo Futurismo: “Escutem artistas; para me interpretarem têm de criar. Eu sou a Ilusão do amanhã que não vem nunca, porque sou a Realidade de hoje. Se não têm talento ou forças para a evolução natural que represento, calem a pena e amareleçam na árvore da vida, que eu sou a rajada de demolição que produz a chuva fecundante. Desde que o mundo é mundo que eu existo. Vocês próprios são o exemplo da minha realidade. Mas ficarão de boca aberta, no meio do Caminho, se talento não tiverem para ser a plateia e os atores dos novos espetáculos. E verão a inquisição das velharias, de que sou o Torquemada, a santa inquisição de hoje para a renascença de amanhã”. E calou-se o Futurismo, deixando-me certa tristeza por ver tanto trabalho perdido na Torre de Babel daquele artigo de jornal que e o meu amigo me mostrava... (VIEIRA, 1923, p. 01).

O Futurismo animado pela irreverência de um leitor íntimo dos adversários “Novos”, proclamava o argumento mais apaziguador possível: nenhuma contenda seria capaz de refrear o inevitável, as mudanças viriam de uma forma ou de outra. Punha-se termo ao debate sem grandes prejuízos de imagem para ninguém. Os envolvidos nessa *disputatio* trataram de serenar

os ânimos sem perder a oportunidade de afirmar a independência do pensamento. Toda a questão envolvendo *Os Condenados* e o Futurismo se deu mediante a exposição eruditíssima de autores conhecidos no Brasil e outros de origem europeia. Ninguém duvidaria de que os Novos eram no mínimo grandes leitores de obras mais recentes ou daquelas consagradas pela tradição. Os equívocos possivelmente cometidos poderiam ser relevados, já que “a arte dos nossos dias não teve um ponto de definição”. Ao final, sequer uma zanga parece ter separado os caminhos de Bruno de Menezes e Abguar Bastos, pois esse último colaboraria com a revista *Belém Nova* dirigida pelo seu confrade tão avesso às teratologias modernas.

5.3. – A consagração dos Novos e a fundação da revista *Belém Nova* (1923)

Passada a polêmica d’*Os Condenados* um dos jovens poetas que deixou Belém em 1920 reaparecia na imprensa por meio do anúncio de publicação da sua primeira obra. Oswaldo Orico era o autor do curioso volume de versos intitulado *Dança dos Pirilampos*¹⁷⁷, um livro ornamentado com gravuras de serezinhas verdes, e que pela reunião de composições sem a regularidade métrica, mas que mantinham o jogo de rimas e o lirismo melancólico, despertou críticas igualmente dúbias. Paulo de Oliveira foi o crítico regular d’*A Província do Pará* a primeiro se manifestar acerca do lançamento dessa coletânea de poemas. Em 08 de abril de 1923, na coluna Na Seara das Artes, saía o artigo “Dança dos Pirilampos: Oswaldo Orico”. A simpatia pela conquista do poeta conterrâneo é a marca desse texto que cerimoniosamente reconhece o bom-gosto do poeta debutante sem esquecer de relacioná-lo com a atualidade do fazer poético.

Esse delicioso livro de Oswaldo Orico nem é, propriamente, um deslumbramento, nem um grito vigoroso de rebelado, - mas médias, suavemente, harmoniosamente, entre as duas coisas, num equilíbrio plástico de verticalidade luminosa. Dança dos Pirilampos é o fruto mais genuíno de nossa moderna literatura. Não há nele o cuidado artístico do *cinseleur*, porém a despreocupação humanamente poética do criador de emoções. Basta que se leia o introito, que é um feixe de cintilas que o talento do *enfant gâté* de nossa hodierna beletrística pendurou, elegantemente, no pórtico harmonioso de seu livro, que marcará uma bela estreia de sucesso. Dança dos Pirilampos é um finíssimo cristal, artisticamente recortado de labores gentis, onde os fatos mais consuetudinários da vida se vão narcisar em ritmos, nervosos de movimentos apressados. Aliás o livro é todo um movimento:

Lá fora, cresce o burburinho da cidade,
E todo o mundo volta o olhar, - que maravilha
Vai dizendo de si para si – na ansiedade
Com que um colar, posto à vitrina, brilha. (p. 26).

O trem apita; chega gente, toda a vila
Se movimenta no alvoroço da alegria

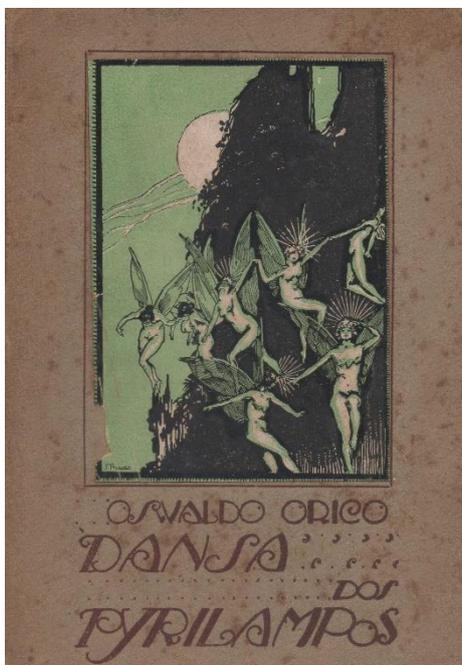
¹⁷⁷ Segundo a grafia da época *Dansa dos Ppyrilampos* (1923).

Há uma palpação de cidade intranquila
 E incessante a agitar cada fisionomia
 O trem apita; a gente rude vem chegando
 Num movimento de alegria. (p. 57).

(OLIVEIRA, 1923c, p. 01).

À parte os elogios, Paulo de Oliveira reconhecia, em sua “opinião personalíssima”, os erros e os desvios que vinham turvar o esforço inventivo do poeta publicado. Dentre os senões estavam a repetição das rimas em “ia”, o que causava certa monotonia rítmica; a mudança de ortografia de algumas palavras e os versos cacófagos ou de ritmo fastidioso. A polidez com que essas observações são feitas escondem uma tentativa de inovação composicional reduzida ao subjetivismo débil de imagens descritivas por meio do vocabulário castiço reconhecido por qualquer poeta de formação tradicional. O rompimento da regularidade estrófica e a referência ao que seria a realidade cotidiana, mas que se vê filtrada por melindres eufêmicos, nem de longe lembra a irreverência dos poemas da *Pauliceia Desvairada* ou daqueles que se estamparam na revista *Klaxon*. Há de fato uma distância entre aquilo que o poeta pretendeu realizar e o resultado apresentado. Não há nenhum verso empolgante nessa “dança” que parecia tão sedutora ao prometer “retratar” o cenário agitado dos anos de 1920.

Figura 37 – Capa do livro *Dansa dos Pyrilampos* (1923).



Fonte: Arquivo pessoal.

O fulcro do que era chamado da poesia de “penumbra” fora identificado no livro de Oswaldo Orico na mesma edição d’*A Província* em que se publicou a crítica de Paulo de Oliveira. Por meio de um sucinto *release* intitulado “Livros novos: *Mulheres e Rosas*”, assinado

por Camillo D’Evol, conhecemos como as composições do poeta pernambucano Austro-Costa se equivaliam às de Oswaldo Orico. Essa outra aproximação do Penumbrismo com a poesia chamada “moderna” apenas reforça o caráter aleatório e meramente adjetivo atribuído a certas palavras que circulavam no meio jornalístico.

A nova geração tem a honra de haver criado uma escola em poesia – “o penumbrismo”. Ainda há pouco, víamos um poeta de voz discreta, Ronald de Carvalho, invadir o terreno da penumbra e dar epigramas puramente sibilinos. A voz do cantor dos *Poemas e Sonetos* fez eco. E filiando-se a esse grupo, que Oswaldo Orico, nos dá a sua *Dança dos Pirilampos*, e Austro Costa, *Mulheres e Rosas*. O “penumbrismo” não apresenta reação contra nenhum princípio, e seus caracteres, segundo Múcio Leão, são: “o ilogismo dos raciocínios, a incoerência das impressões, a preocupação de sugerir, a reticência e a desigualdade dos ritmos e dos versos, em que os poetas vestem os seus pensamentos” (D’EVOL, 1923, p. 02).

Duas outras críticas à *Dança dos Pirilampos* apareceriam na revista *O Mundo Literário*, em 05 de maio de 1923. A primeira recensão crítica nesse magazine se deu por meio de um *release* sem indicação de autoria, mas que igualmente apontava para os elementos estéticos de atenuação das emoções como definidora da mundividência do poeta Oswaldo Orico.

As linhas que os geógrafos traçam sobre o globo terráqueo nunca poderão atingir a uma realidade: mas é sobre essas linhas puramente imaginárias, que a geografia faz as questões das latitudes e das longitudes, as mais fortes verdades da realidade da terra. E assim é que sobre as mais imaginárias expansões de uma alegria comunicativa, Oswaldo Orico escreve um livro de realidades melancólicas. A prova é encontrada naqueles versos sugestivos sobre a joalheria, especialmente naquela estrofe em que, por dentro de uma *vitrine* em que exuberam as forças da alegria pagã das joias preciosas, o joalheiro assiste ao movimento de agonia que anda nas praças. E então:

... esconde-se mais aquela humildade,
silencioso a oprimir sua intensa emoção.
Toda a gente que passa vai olhando
e o olhar é lento, o olhar é calmo, o olhar é brando...
olha as vitrinas e não olha, todavia,
aquele homem que se põe numa agonia,
a esculpir na vaidade a tentação.

Toda gente vai dando expansões à alegria
e ele oprime cada vez mais sua emoção.

[...] Eis um limite certo da relatividade na crítica: a determinação de que, no artista da – *Dança dos Pirilampos* – a alegria e a tristeza são formas contingentes de uma mesma e única realidade subjetiva, assim como o espaço e o tempo, na redução de Minkowski, o são da realidade mesma e única – a duração (DANÇA..., 1923, p. 04).

Apesar do que já foi dito, quando observamos rapidamente a *Dança dos Pirilampos* percebemos elementos que o colocariam dentre as produções poéticas brasileiras associadas a Arte Moderna, isso em certa medida seria o mesmo que aproximar essa publicação do Futurismo. Das epígrafes escolhidas pelo autor temos um verso retirado do poema “Eternité”

do poeta simbolista Francis Vielé-Griffin: “Notre art n’est pas un art de lignes et de sphères¹⁷⁸”; semelhante excerto poderia revelar que a dissimetria rítmica efetivada por meio da variedade de metros usados por Oswaldo Orico justifica a “invocação de autoridade” de um poeta mais radical. Essa transgressão se faz anunciada pela segunda epígrafe extraída do poema “E Lasciatemi Divertire! (Canzonetta)¹⁷⁹” do poeta Aldo Palazzeschi. O trecho a seguir se encontra logo no início do poema referido:

Tri tri tri
fru fru fru
ihu ihu ihu
uhi uhi uhi

Il poeta se diverte
pazzamente
smisuratamente!

(PALAZZESCHI apud ORICO, 1923, s/p).

No prefácio autoral do livro de *Dança dos Pirilampos* somos alertados de suas pretensões reformistas incutidas nas composições coligadas que abandonavam “os grandes vultos de mármore, apolíneos, consagrados, adoráveis” (ORICO, 1923, p. 11), pela expressão de aspectos cotidianos manifestados na superação da imitação da natureza, o que permitiria a troca da gravidade artística pela ironia epigramática. A conquista dessa autonomia do fazer poético permitiria o cultivo do “grande mistério” noctívago que distante das abstrações celestes comungava com “o destino dos homens”; que por ser efêmero não precisava da “perfeição” poética, uma vez que “a poesia não pressupõe nem alimenta, no seu perfume, a vaidade das rosas...” (ORICO, 1923, p. 15). Em várias divisões do livro reconhecemos de onde provém o influxo dessa atmosfera “penumbrosa”; o que se revela em razão dos poemas dedicados a Oscar Wilde, Guillaume Apollinaire, Émile Verhaeren, John Ruskin e Claude Debussy; mas a referência a Graça Aranha, a quem se dedica o seguimento de poemas “O mestre da Alegria”, novamente parece colocar a *Dança dos Pirilampos* na vanguarda da poesia brasileira. O aparente ecletismo ou indecisão da poesia de Oswaldo Orico se resolve quando lemos seus versos, os quais são tributários não de um vibrante canto do “momento” ou das novidades tecnológicas que transformavam os costumes e o próprio vocabulário poético; a emoção do poeta, apesar da suposta ousadia formal, lida com a nostalgia, o abatimento sentimental e o culto da paisagem noturna. Seja nos poemas de forma livre ou nos sonetos a linguagem serve

¹⁷⁸ Tradução nossa: “Nossa arte não é uma arte de linhas e de esferas”.

¹⁷⁹ Este poema integraria o livro *Poesie* (1930), p. 233 – 237.

ao lirismo expressionista do poeta insatisfeito e frágil. A aparente postura anti-passadista é apenas a descoberta de um veio poético já explorado. Um bom exemplo dessa apática delicadeza maçante está no poema “Santa Maria de Belém e a noite que a recorda”:

Faz uma noite muito linda e muito
 clara,
 noite de S. João.
 As criancinhas vão brincando, vão cantando,
 há uma alegria em cada olhar que se
 enamora,
 e a noite cai, como um noivado, lá po
 fora...
 Noite de S. João.

[...]

Ao peitoral de uma janela
 um rosto alegre e bom de avozinha
 querida
 olha os jardins, olha as crianças, olha
 o Luar...
 Ninguém se lembra dela,
 dela que ali ficara isolada e esquecida...
 a recordar o seu destino... a recordar...

[...]

Uma estrela nos céus e, ali perto, uma
 brasa.
 Noite de S. João.
 A velhinha recorda o destino e atenaza
 sua imaginação.

Passam crianças os seus olhos alegrando...
 E ela recorda o que se foi no que há
 de vir.
 As crianças são como as estrelas em
 bando.

E o Passado,
 Aquela brasa a se extinguir... a se
 Extinguir...
 (ORICO, 1923, p. 114 – 116).

Exatamente por não haver consenso se o Penumbrismo fora uma “escola” ou somente um “estilo passageiro” adotado por muitos poetas na década de 1920 é que essa manifestação poética foi compreendida, ainda em seu raio de alcance temporal, de maneira ambígua: ora se via associada ao que se chamava de Arte Moderna, ora recebia críticas por não romper com o passado. Décadas depois essa questão despertaria controvérsia; pois se Rodrigo Octávio Filho, em seu livro *Simbolismo e Penumbrismo* (1970), afirmava que o Penumbrismo fora “uma flecha de voo lento que, vindo de um decadentismo um tanto mórbido, influenciada por certo

nefelibatismo passageiro [...] atravessasse brilhantemente a zona simbolista para, ao fim do voo, criar e alimentar o Modernismo” (OTÁVIO FILHO, 1970, p. 72); Antonio Candido, mesmo reconhecendo esse “Crepuscularismo” como o “final de certas tendências simbolistas”, atribuía a capacidade de transição unicamente aos “melhores poetas penumbristas”, os quais passariam “ao Modernismo, como foi o caso de Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida e Ribeiro Couto” (CANDIDO, 2010, p. 85).

A boa acolhida ao livro de Oswaldo Orico confirma que algumas mudanças no substrato literário durante a década de 1920 não constituíram afronta ao repertório expressivo ou linguístico da formulação poética; e para alguns literatos a aparente “novidade” de suas composições fora simplesmente a descoberta tardia de soluções inventivas plenamente disponíveis nos grandes centros culturais europeus. Seria mera coincidência que Oswaldo Orico tenha feito a guinada para uma poesia menos formal ao sair de Belém? Essa aprendizagem poética adveio do contato com os autores do Rio de Janeiro, “modernos moderados”, o que lhe permitiu a manutenção do “sotaque” de amenidades tradicionais? A resposta a essas perguntas é um cômodo “sim”. O livro do jovem poeta vitorioso não causaria ódios nem despertaria paixões, talvez suscitasse um leve bocejo.

Aos poetas críticos de Belém o que agradava realmente eram as belezas emotivas, o vocabulário precioso, o patriotismo da região, a troça espirituosa e o lamento pela vocação desamparada. Não sem motivo foi o grande alarde que se fez pela declamação pública da epopeia *Brasileis* de Augusto Meira, no dia 13 de maio, cujos dois primeiros cantos seriam publicados no mês outubro. *A Província do Pará*, com o artigo *Brasileis*, saído em 15 de maio, acusava o sucesso incontestado de recepção da plateia sobremaneira interessada nessa manifestação da arte poética nacional.

Foi coroada de todo o êxito a conferência levada a efeito anteontem, à noite, no Teatro da Paz, pelo Sr. Dr. Augusto Meira, prorecto catedrático de Direito. Perante uma assistência numerosa e culta, o conferencista procedeu à leitura da majestosa epopeia cívica *Brasileis*. O notável homem de letras foi alvo de espontânea quão justificada manifestação de apreço, por parte de todos quanto tiveram o prazer de ouvir a sua palavra fluente e apreciaram as belezas que encerra a obra épica. De momento a conferência era interrompida por estrondosa salva de palmas, merecida homenagem ao seu valor literário. *Brasileis* está, pois, fadada a fazer sucesso e a perpetuar na memória de todos dos brasileiros a história, narrada em versos de ouro alto quilate, em estilo camoniano terso e consagrado, das glórias nacionais, dos feitos heroicos dos nossos coevos. Parabéns, pois, ao Dr. Augusto Meira pela vitória alcançada (BRASILEIS, 1923, p. 01).

Nesse ano de efeméride os discursos de euforia e de desalento se misturavam à afirmação das virtudes dos escritores ou escancaravam a escassez de reconhecimento do público leitor.

Até o que parecia ser a valorização do potencial artístico dos autores paraenses, ou mesmo da pujança do “mercado consumidor” da cultura letrada, seria motivo para desavenças. A capital do Pará atraiu um empreendedor do ramo livresco, o Coronel Carlos Leite Ribeiro, que era proprietário da Editora Leite Ribeiro, a qual editava a revista *O Mundo Literário*. Ele viera a Belém como parte de uma campanha pelo Norte do Brasil em busca de “leitores” e escritores interessados em seus serviços editoriais: “Disse-nos o Sr. Coronel Leite Ribeiro que o seu objetivo na viagem que vem empreendendo é o da divulgação intensa e extensa, quando possível, do livro brasileiro, nas suas inumeradas especialidades” (PELA LITERATURA..., 1923, p. 01).

Farias Gama desponta nesse momento contrariado com a “boa-vontade” do livreiro carioca. Em “Carta aberta ao Exmo. Coronel Leite Ribeiro” publicada n’*A Província do Pará*, em 19 de junho, o futuro autor de *Águas e Selvas* denunciava ter sido preterido pelo insigne editor viajante, ao passo que exaltava o interesse de outra casa editora pelo seu trabalho literário inédito: a Monteiro Lobato & Cia, os “verdadeiros propagandistas do LIVRO NACIONAL” (GAMA, 1923b, p. 01). Talvez Farias Gama tenha usado de artifício para atrair a oportuna publicidade ao seu livro, pois que o mesmo já havia sido avaliado por duas editoras e se encontrava apto para ganhar às oficinas gráficas. Afinal, “tratava-se de uma obra nacional, visto descrever aspectos quase inéditos do país” (GAMA, 1923b, p. 01). Além do jogo duplo feito por Farias Gama, atraindo interesse e compaixão para sua obra “misteriosa”, acompanhamos na missiva irritadiça a descrição das difíceis condições materiais que os autores desejosos de estamparem o nome na capa de uma simples brochura encontravam.

Belém é, como todas as capitais do Norte, uma cidade de literatos ineditados. Toda essa gente de imprensa que se acotovela diariamente com S. Exc.^a, tem sem casa dois ou três manuscritos... e, se S. Exc.^a pretende fazendo propaganda, editá-los por dois contos de reis, como me editaria, nada conseguirá, pois, pelo preço, também temos editores aqui... Faço ponto nestas linhas que muito devem interessar aos literatos de todo o Norte, e não leve a mal S. Exc.^a que eu tenha exercido sobre a sua missão o meu direito de crítica, porquanto, trazendo-a à baila, dou-lhe, a ensanchas a que, explicando-se a torne de platônica como está, em outra de resultados mais positivos (GAMA, 1923b, p. 01).

Se muitos literatos perseguiram a glória na imprensa, uma vez que a publicação de um livro era gesto demasiado dispendioso restava aos mesmos a consolação da leitura de novidades que chegavam a Belém dos outros estados. E como os autores de São Paulo estavam na “moda” e queria lançar “escola” algo dessa novidade sempre achava leitores dispostos a compor uma crônica elogiosa quando os versos não ferissem a sensibilidade requintada do crítico ocasional. Muniz Barreto, um dos membros da Associação dos Novos, recomendava a “uma amiga” a

leitura do livro de Guilherme de Almeida, *Era uma vez...*, em artigo publicado n’*A Província do Pará* no dia 20 de junho.

Minha amiga. Acabo de ler o último livro de Guilherme de Almeida. É um livro feito para se ler à hora loira do chá, entre um sorriso de mulher e uma fumaça de cigarro. Um desses livros bem modernos que não nos dão tempo de fixar bem o nome do autor, porque temos a impressão de que foi escrito por nós mesmos. Pudera. Se reproduzimos, todos os dias, as suas cenas, com a mesma religiosidade com que repetimos as melhores refeições... [...] Tudo isso está muito bem expresso neste livro, feito com o bom gosto artístico, para atestar mais uma vez o valor do seu dono em talento, beleza, elegância e, porque não o dizer, em futilidade. E o poeta de hoje, minha amiga, com a mesma preocupação com que faz os versos, compõe o laço de uma gravata e escala um *jazz-band*. Entretanto, *Era uma vez* é apenas uma história de amor bem contada... pois todas as histórias de amor começam e terminam: “era uma vez...” Eu gostei tanto dele! Vou lhe enviar este livro. E se você não gostar, - você é tão sincera! - lembre-se que Guilherme de Almeida no fundo, é sempre o poeta místico que celebrou, nas sombras do claustro da Saudade, os ritos de amor de *Soror Dolorosa* (BARRETO, 1923, p. 01).

Os comentários irônicos de Muniz Barreto lembram outros de igual teor feitos pelos Novos, os quais recriminavam a vulgaridade dos livros preocupados com as festas animadas pelo *jazz-band*, os elegantes trajés de tecidos esvoaçantes, os costumes importados, as frivolidades das personagens enfocadas ou mesmo a indisciplina composicional. Livros como o de Guilherme de Almeida traziam o escândalo aceitável por representar a atualidade da vida noturna sem esquecer de dourar tais “flagrantes modernos” com a erudição aprendida na poesia de outrora.

No mês seguinte, outro poeta representante do vigor literário “bandeirante” voltava a ser de interesse dum crítico d’*A Província do Pará*. Paulo de Oliveira em sua coluna “Na seara das Letras”, nos dias 20 e 21 de julho de 1923, fazia uma longa análise d’*As Máscaras*, publicado em 1919, por Menotti Del Picchia. O aparecimento da segunda edição do livro homenageado pela Academia Brasileira de Letras em 1921, não esconde as predileções da crítica indígena. Paulo de Oliveira com o seu estilo marcado por neologismos superlativos principia por um exaltado louvor à beleza, à graça e ao bom-gosto do triângulo amoroso estilizado por Menotti.

Menotti Del Picchia é uma primavera vazada e símbolos cantantes, umas dessas organizações nervosas de poeta sem sujeições acomodatícias a academicismos encasacados, e cujo talento, tendo a força criadora dos algarismos de Pitágoras, vibra no pontificismo, com esse poder extraordinário de entrajear em modernidades, pelo vigor sugestivo de seu estilo altissonante, esses velhos temas formosos, que andam por aí desbotados de tanto uso ingenuamente vulgar... [...] Neste volume não há ciclopismo bastardo de ideias neuroticamente abstrusas tão ao sabor da modernidade artística; a poesia bebida nas margens rumorejantes da Castália emocional, serpeia por suas páginas, suavemente, harmonicamente, como um fio cristalino de água, rumorejando cantigas líquidas... (OLIVEIRA, 1923d, p. 02).

A poesia de Menotti Del Picchia despertava a atenção de Paulo de Oliveira exatamente por não se distanciar de certas convenções estéticas. O que se valorizava no poema editado agora pela Monteiro Lobato & Cia era a sua expressividade, o sentimentalismo posto num dilema conhecido e delicadamente renovado por uma narrativa que respeitava a apresentação mimética de uma estrutura teatral. Mas se a primeira crítica trouxera o elogio entusiasmado de Paulo de Oliveira como “leitor comum”, dominado pela facilidade do diálogo rimado sustentáculo do desencontro amoroso de Pierrô e Arlequim; a crítica do dia 21 de julho se mostraria feita por um consciencioso esteta que esmiuçaria as falhas menos perceptíveis do poema em foco. Delas se destacam a “imitação” do poeta português Júlio Dantas, os erros de lógica de alguns versos, as cacofonias, as “imagens inexpressivas” e outras generalizações que não poderiam exprimir o significado correto da mensagem pretendida. Mas a passagem mais significativa desse texto crítico está em sua conclusão, momento em que se anunciava nova polêmica.

Mas é que Menotti Del Picchia escrevendo uma obra com tantos calcanhares de Aquiles quis fugir ao vigoroso ambiente que se criou, como escritor que sonha o inédito entre um cálice de fel e uma coroa de espinhos, para se fazer um escritor de “*bondoir*”, como Júlio Dantas... Ele, Menotti, que sempre se revelou um independente, pontificando nas realizações que vem do gesto largo das audácias para a atitude dos ressurgimentos. Ele que já escreveu *Juca Mulato*, um poema ruidoso como a música de Wagner, cantando o vigor selvagem dos sertões de sua terra, glorificando a plasticidade turbilhonante da natureza tropical, e estudando, numa clarividência exaltada, a psicologia ingênua e arrojada do nosso sertanejo quando ama! Foi por dessas tardes escaldadiças que encontrei o Abguar com os seus óculos de símbolos, trazendo, nas mãos *As Máscaras* e perguntei-lhe:

- Que impressão tiveste da leitura do nosso caro Menotti?

- Meu caro, este livro, é uma espécie de estátua de Vênus... e como a de Milo... sem braços, e casquinhou uma risada de canção marítima ...

Será uma obra-prima o livro de Menotti Del Picchia? Respondam os entendidos... (OLIVEIRA, 1923e, p. 03).

A provocação de Paulo de Oliveira não ficou perdida no ar. Um defensor inesperado viria em auxílio do poema de Menotti trazendo mais confusão ao arraial dos jovens poetas paraenses que se debatiam ante as supostas novidades literárias englobadas na generalização de Arte Moderna ou Futurismo. O surpreendente admirador d’*As Máscaras* foi Eustáquio de Azevedo, que ao encontrar nesses versos a regularidade da métrica dodecassílaba os reconheceu como parnasianos, classificação que ergueu uma ligeira contenda. No artigo “À vol d’oiseau”, publicado n’*A Província do Pará*, em 22 de julho, se iniciava outra contenda estética.

Pobre Menotti Del Picchia estais na berlinda! Para que foste escrever em belos alexandrinos clássicos, vazados em formas parnasianas, o teu lindo poemeto? Incorreste, insensato, num crime de leso-amor à arte divina dos símbolos, e na penalidade máxima do repúdio à fé jurada em frente ao Tabernáculo da sugestão!

Olvidaste Mallarmé para contemplares Rostand... Que falta de bom gosto artístico! O teu poema cheio de filosofia e arte, que trescala o perfume das rosas, que tem o sabor delicado dos licores finos, vibrações e sonoridades aéreas (oh! máxima dolor) é uma aurora sem dia, é uma beleza defeituosa... é a Vênus de Milo!... [...] Que falta de bom senso o teu! Por que não abraçaste a lira futurista, e em divinos acordes, em estranhos versos, não imobilizaste as tuas *Máscaras* encantadoras? As imitações e reminiscências tuas não seriam assim notadas, atendendo-se a que nada há mais a inventar em literatura... Há muito que tudo é, mais ou menos, reprodução neste mundo! (AZEVEDO, 1923a, p. 01).

Ao invocar o estilo literário de sua predileção, Eustáquio de Azevedo conquistava um trunfo polivalente para o debate a seguir; pois se o autor paulista então ligado às extravagâncias do “momento moderno” reeditava uma obra segundo as convenções combatidas pelos futuristas, seria muito simples afirmar que a relação de Menotti com a “escola nova” fora superficial e passageira. Além disso, defender um jovem que fazia “coisa de velho”, versos medidos e tabelados, seria o mesmo que lhe estender a benção da verdadeira arte poética, aquela que pensava os eternos temas humanos sem se deter na confusão moderna dos *flirts* e *jazz-bands*. O sobranceiro tom professoral de Eustáquio de Azevedo incide sobre seu adversário jovem e ingênuo admoestando-o para que reconhecesse ter julgado de forma equivocada um “poemeto” primoroso e “clássico”.

Francamente, *ab imo pectore*, meu caro Paulo de Oliveira, você foi cruel, muito cruel, na sua apreciação às *Máscaras*, - um livrinho que vale ouro! O crime de Menotti não foi tão grande que merecesse tal castigo! Você, tendo por único fito desprestigiar o parnasianismo, ao qual parece consagrar ódio de morte, molestou desapiedadamente, na segunda parte de seu bem delineado artigo, um poeta muito seu amigo, que lhe tem proporcionado horas de imenso gozo espiritual. Os últimos períodos de sua acerba crítica traem a sua premeditada intenção... Não fora isso, eu o proclamaria o Agripino Grieco regional, porque, indiscutivelmente, o meu jovem confrade promete ir longe, *na seara das letras*, como crítico, se abstrair dos seus escritos a parcialidade e a paixão... Faça como o gato do Fialho, vá nas águas do Agripino, que é gesto honesto, mas, por quem é, pelos manes do Verlaine, não seja cruel, não seja mau e deixe o parnasianismo viver descansado, até deixar de existir o amor e a emoção, que são eternos... (AZEVEDO, 1923a, p. 01).

Abguar Bastos não se fez de rogado e secundou ao artigo de Eustáquio com uma “carta” intitulada “As Máscaras”, publicada n’*A Província do Pará*, em 25 de julho. A intenção desse texto era demonstrar que a pecha parnasiana atribuída ao livro de Menotti fora empregada erroneamente, pois o mesmo seria simbolista, o que afastaria o poeta paulista do raio de ação da tradição defendida e encarnada por Eustáquio de Azevedo. Cria-se outra dubiedade argumentativa na missiva de Abguar Bastos, pois ao mesmo tempo que o poemeto *As Máscaras* era atacado em razão dos seus erros de composição, dos desvios gramaticais e dos equívocos geográficos cometidos por Pierrô ao se comparar a um Rei Mago que levava a Colombina “o meu amor no incenso do meu sonho” (PICCHIA, s/d, p. 41); apesar disso, o poema merecia

atenção “pela desenvoltura dos cenários, pela visibilidade dos tropos, pelas ondas sonoras e atrevidas, Danuzzianas e concretas dos argumentos psicológicos” (BASTOS, 1923, p. 01). Enquanto o jovem poeta paraense implicava com os desvios gramaticais e a classificação literária d’*As Máscaras*, o velho poeta perdoava o livrinho por ele ser parnasiano; o rigor de um e a complacência do outro unicamente demonstra que o debate literário em Belém estava aferrado aos penduricalhos conceituais que ambos dominavam a partir da tradição que os formara como leitores e autores de versos.

Meu caro Eustáquio. [...] O livro *As Máscaras* vale pelo sentimento, pelas cores, pela volúpia das pinceladas. Vale pelo *savoir dire* com desplante, com movimento, com felicidade. Vale muito para quem o lê com observação analítica em férias. Porém, nada há que me afaste a persuasão de que Menotti fez um poema precipitado. E esta precipitação começa, meu amigo, pelo título. *As Máscaras*... E as gravuras, que ironia, dão-nos três personagens desmascarados!... Procurei, de balde, um recorte de seda com a pronúncia do nome. Não achei, franqueza! Os heróis carnavalescos do poeta paulista são bem modernos, meu *dilettanti* de frases. E V. falando ao Paulo e ao público, disse que o livro mereceu censuras porque não era um livro simbolista! Estaquei surpreendido. Um homem que vê o Universo parar na síncope de um beijo; que enxerga um cravo, em tom menor, numa voz quase humana; que ouve, ainda “a voz duma flor se acaso a flor falasse”; um homem de legenda e de sucesso, um homem que deixa escorregar o poema criando “o erotismo triunfal dum amor coletivo”, “braços musicais”, “insinuações de perfídias”, um poeta assim, feliz, milagroso, não é então, meu amigo, um arregimentador de símbolos? Que é que vem a ser? Um montanhês do Parnaso? Que violência aos alicerces! Nunca se poderia julgar parnasiano o autor independente d’*O Homem e a Morte* e da *Angústia de D. João*. [...] É um livro bom. Não é um livro ótimo. É um quadro à óleo. Visto de longe é uma delícia d’Arte e de conjunto. Visto de perto é um gritante aglomerado de tintas, pedindo vidros e caixilhos. Menotti Del Picchia tem talento e cultura para preparar um livro inatacável. Que proclamada culpa teve o meu amigo Paulo de Oliveira se ele apenas aproveitou o talento. [...] Como vê, meu querido vate, este poema não pode ser uma obra-prima. As obras-primas devem ter o duplo valor da originalidade e da estesia! (BASTOS, 1923d, p. 01).

Ora, o “poeta carnavalesco” acertava na elegância inovadora e simbolista de versos devidamente rimados e medidos, mas derrapava no manejo da língua vernácula. Ou seja, só era possível inovar a composição poética se as regras gramaticais fossem mantidas, um contrassenso que permite a criação de uma “revolução conservadora”. Abguar Bastos não percebera, mas já havia perdido a discussão com seu adversário ao entrar em contradição naquilo que o Simbolismo empreendera de reforma no trato da linguagem poética. A resposta de Eustáquio de Azevedo foi tão contundente e mordaz que nenhum Novo teve ânimo para revidar. Com o artigo novamente intitulado “À vol d’oiseau”, também publicado n’*A Província*, em 26 de julho, Jacques Rolla encerrava a querela.

Meu caro Abguar, [...] No seu pensar, máscaras são só aquelas de papelão, de arame ou de cetim, com que os foliões ocultam o rosto... Pois você não vê que até nesse título, *Máscaras*, está um símbolo? Não vê que os personagens estão fantasiados de pierrô, de arlequim e colombina? Eles, por ventura, não são mascarados, não são

máscaras, no sentido figurado? [...] Diz você que ficou estarecido com a afirmação minha de que o poemeto de Menotti não era um livro simbolista e aponta, para provar o meu erro, frases simbólicas, mariscadas, com paciência beneditina, no poemeto. Ora, meu caro amigo, se todos pensassem como você, não haveria mais livro nenhum que não fosse simbolista! Junqueiro seria simbolista na *A morte de D. João*; Gomes Leal, no *Anticristo*; Rostand, no *Cyrano de Bergerac*, etc... pois todos esses livros estão cheios de palavras e frases simbólicas. E eu mesmo seria um simbolista de papo amarelo!... [...] Repito: o poemeto de Menotti foi escrito em formas parnasianas, em versos parnasianos e não simbolistas: é, portanto, um livro parnasiano. Seu autor, quando o escreveu, ainda pertencia ao grupo dos seguidores de Banville. O meu nobre amigo confunde escola simbolista, versos simbolistas, com frases simbólicas, que, positivamente, não é a mesma coisa. Terminado: Não há livro nenhum, por obra-prima que seja, em que a crítica, quando quer, não encontre erros e senões. As *Máscaras* estão passando agora pelo cadinho purificador... Mas uma obra quando tem valor e merecimento resiste, aos botes das seitas, dos demolidores à *outrance*, e passa, vitoriosa, para a galeria consagradora das obras dos grandes artistas. É o que vai acontecer com o *Máscaras*, de Menotti. E... disse, meu caro Abguar. Lembranças ao Bruno. Todo seu, Jacques Rolla (AZEVEDO, 1923b, p. 01).

Haveria uma disputa entre os jovens e os velhos artistas pela primazia do julgamento literário em Belém? Isso não, o que se dava era a tensão natural de autores que discordavam de alguns pontos estéticos, mas que partilhavam outras certezas. Não vamos nos esquecer da contenda em torno d'*Os Condenados*. O debate entre gerações explicitava a tentativa de conquistar um espaço na crítica de arte que garantiria a proeminência em especial aos novos intelectuais que ansiosos pela publicidade de um livro precisavam mostrar o quanto valiam por meio da imprensa. Se era prudente mostrar respeito aos jornalistas de carreira consolidada, também não era inconveniente sustentar com polidez certa divergência com autores afamados. Outro caso característico desse comportamento “passivo-agressivo” ocorreu pela proximidade do Centenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil. O poeta e jornalista Rocha Moreira, por meio do jornal *Folha do Norte*, publicou um artigo crítico, em 25 de julho, desconsolado com o Estado do Pará que durante a comemoração de sua “magna data” não tivesse exemplos atuais de sua pujança literária.

No belo mostruário que promete ser Belém, por ocasião das festas comemorativas da adesão do Pará ao Centenário da Independência do Brasil, quando, numa feira bizarra, evidenciaremos as nossas aptidões e progressos nas artes, nas indústrias, na lavoura, no comércio e em outros ramos da vida, a falência das belas letras é incontestável. É possível que tenhamos na Feira do Centenário, de tudo o que possa provar o grau de adiantamento de um povo, menos um livro, uma polianteia, uma simples miscelânea que fosse uma espécie de armarinho de *bric-à-brac* das letras, mas que atentasse um meio de homens não desprotegidos dos dotes de talento. Infelizmente, em matéria de literatura, vamos de falência em falência, pois as associações de letras morrem no berço e os bons beletristas, uns morrem, outros emigram para o Rio, em busca de um povo que os compreenda, sendo que os que aqui ficam, velam o seu nome com o sendal do silêncio, explorando a política, o comércio e a lavoura, como terrenos mais produtivos para o amanhã de um promissor futuro. É verdade que para esse estado de coisas cooperam os próprios intelectuais, evidenciando uma apatia irritante e açulando a desarmonia que lavra no seio da classe (MOREIRA, 1923, p. 01).

Lamentar o desamparo dos políticos, recordar um passado de glórias e culpar a “classe intelectual” ou até mesmo o público, como já vimos em várias ocasiões, é um *cliché* comum empregado pelos autores paraenses que invariavelmente assumiam a posição de mártires de uma causa incompreendida por quantos desconheciam as belezas do ofício da arte e as agruras desse esforço inventivo. Mas dessa vez o redator-chefe da revista *A Semana* atingia um grupo organizado de “estetas” em plena atividade produtiva e que em pouco tempo mostraria sua força como promotor da arte literária paraense. Esses foram os jovens que não tomaram um pacote para o Sul, uma vez que “o Pará se [revelava] o bom pai [que] tendo cuidado da educação do seu filho, se contenta que ele faça boa figura entre gente bem-educada, embora disso não lhe resultem glórias ou proventos” (MOREIRA, 1923, p. 01). Os membros d’A Associação dos Novos, os poetas de jornal, captaram de pronto a quem Rocha Moreira se referia em sua constatação crítica.

Como os poetas, geralmente, no jornal, são os bons seareiros, semeando, também, o conto e a crônica, quando a lira emudece, resulta que a pena se quebra, perdendo a gazeta um ótimo lavrador de suas páginas. De tudo isso resulta que a literatura, a não ser o ramo histórico, ficará alheia às festas centenárias. Entre nós é possível que com isso nada se perca, pois não apreciamos o gênero. E como somos um povo boa-pessoa, honesto e trabalhador, justifica-se que não percamos o tempo com frivolidades. É verdade que podem fazer mal juízo de nós, lá fora, onde há academias de letras e letrados. A isso, porém, responderemos como o pacato burguês, a quem não importam os comentários alheios, uma vez que não vive à custa dos outros (MOREIRA, 1923, p. 01).

A crítica de Rocha Moreira surgia num momento de fato inoportuno para aqueles nostálgicos da vida cultural paraense, pois em poucas semanas as manifestações de orgulho por parte dos Novos seriam acrescidas por conquistas individuais e coletivas. Exatamente pelas dificuldades de publicação de trabalhos literários, quando alguém conseguia superar os empecilhos materiais e expor nas livrarias alguma edição, esse fato era motivo para congratulações e convites de união em torno dos bravos “empreendedores das letras”. É diante desse cenário que algum membro da Associação dos Novos, escondido sob o prudente pseudônimo de João do Mundo, respondia a Rocha Moreira com um breve artigo intitulado “Observações”, publicado n’*A Província do Pará*, em 27 de julho.

O distinto poeta Rocha Moreira vem de dar a rata, perdendo a melhor ocasião de não dizer patativa sobre a “Literatura paraense e o Centenário”. A sua bela crônica na *Folha*, de 25 teve, por isso, apenas, o valor evocativo do tempo que lá foi, levando de catrâmbias a Academia Paraense e a Sociedade de Homens de Letras. Nada mais. Mesmo porque o poeta da “Torre do Sonho”, parece que de propósito, não falou senão nos novos que partiram, dos velhos que ficaram, e dos novos e velhos que morreram. Ante a atual geração, essa que nasce fogosa e bem capaz de como o Cyro da história escalar a formidável muralha babilônica, sob cuja guarda se refastelam os sibaritas das letras nortistas, ante essa mocidade vigorosa o distinto poeta Rocha Moreira

moitou. Duas sociedades literárias, Associação dos Novos e Centro Estudantino de Letras, existem nesta capital, mais pujante a primeira, bem-intencionada a segunda, lutando heroicamente em prol das letras conterrâneas, mas o distinto poeta dos “Brocatelos” não as conhece, talvez gesto esse em que bem imita o não menos distinto Sr. Eustáquio de Azevedo. E daí o seu pessimismo. Afora a família do comendador Elogio Mútuo, da qual será o poeta um membro, nada mais existe... Uns imbecis, os “novos”... – bem capazes de desafiar qualquer poeta para qualquer justa de Arte... – E daí a falação do poeta, a sua censura, esquecido que está de que bem podia dar o exemplo... Sim. Que um pobre diabo como o autor destas linhas não consiga publicar um livreto, pelo fato simples de não partilhar da família daquele comendador é admissível... Mas o poeta Rocha tem o tempo e a hora, a faca e o queijo... e nem ao menos deu, até agora, um ar de sua graça no assunto sobre o qual elaborou a sua insensata censura. Daí haver o poeta Rocha Moreira dado a rata, perdendo a melhor ocasião de ficar calado, caladinho da Silva... (MUNDO, 1923, p. 01)

No mês de agosto dois dos Novos mostravam a força de sua geração ao publicarem *O Passaporte dos Navegantes*, um livro de sonetos em homenagem ao *raid* Belém – Rio de Janeiro; e, *Lorotas*, uma coletânea de contos que explorava os flagrantes “imorais” da cidade de Belém. Esses livros de autoria de Ernani Vieira e Farias Gama, respectivamente, foram comentados pela imprensa diária que lhes era amiga. Essas “crônicas de arte” nos deixam cientes de que a preocupação estética de tais autores nada tinha de espetaculoso ou moderno. Paulo de Oliveira, em sua coluna “Na Seara da Arte”, teceu um longo elogio crivado de comicidade involuntária ao *O Passaporte dos Navegantes*, por meio d’*A Província do Pará*, em 25 de agosto. Infelizmente esse livro se perdeu.

E este lindo livrinho de Ernani Vieira, o mais atrevido Belerofonte do Pégaso paraense, na geração moderna, eterniza, pela poesia, o entusiasmo arrojado dos nossos valorosos conterrâneos Flávio Vieira e João Nunes, que lá se foram tentar o *raid* Pará – Rio, evocando, num surto de lenda, a expedição de Ulisses à Cólquida... E note-se que ele, glorificando um feito sumamente épico, não evoca, numa imoderada transfiguração, na fragilidade elegante de seus versos, Vênus, Júpiter, Netuno, e todos esses legendários trogloditas das veneráveis cavernas mitológicas... [...] Confesso que me não surpreendeu o saber que Ernani havia escrito estes magníficos 20 sonetos que são o *Passaporte dos Navegadores*, em 4 dias, conheço-lhe de perto a energia criadora; guardo para sempre a recordação de uma noite em que o artista escreveu 8 sonetos em menos de uma hora! E que lindos decassílabos! Falem Abguar Bastos e De Campos Ribeiro. Ante isso talvez estremeça o vulto maravilhoso de Aníbal Teófilo, que levara dez anos a escrever o seu magistral soneto – “A Cegonha”. Mas deve-se acrescentar a tudo isso que temos dito de Ernani Vieira o fato notável, por certo, na vida de um criador de emoções; a especialíssima circunstância de que lê muito pouco, pois raramente lhe cai às mãos um livro, e ainda a de que nunca leu um tratado de versificação! Estamos, pois, em presença de um desses tarados da Arte, como o foram os grandes Victor Hugo, Ruy Barbosa, Tobias Barreto, etc... (OLIVEIRA, 1923f, p. 01).

Também se extraviou o livro de Farias Gama, dele alguns contos foram publicados nos jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*, órgãos em que o autor em questão colaborava com poemas, narrativas e críticas literárias. O jornal *Folha do Norte*, em 29 de agosto, na sessão “Publicações” dava conta do recebimento do livro de Farias Gama, o *Lorotas*.

Lorotas – o apreciado beletrista e nosso colaborador Farias Gama vem trazer-nos, ontem, um pequeno opúsculo de sua lavra, com título *Lorotas*, em cujas páginas enfeixam várias produções de leitura deliciosa e amena. Somos gratos ao nosso inteligente colaborador pela oferta desse último trabalho de seu espírito infatigável (PUBLICAÇÕES, 1923, p. 01).

Mas é França e Silva, autor do artigo “Livros Novos: Lorotas, de Farias Gama”, saído em 05 de setembro n’*A Província do Pará*, quem nos dá uma ótima ideia de como eram essas narrativas intitulas tão despretensiosamente. Esse texto crítico é valioso por expressar o tipo de literatura digna de atenção, ou mesmo, os assuntos que deveriam ser tratados como forma de recriminação dos comportamentos sociais indecorosos; isso pode ser visto no Anexo C. As *Lorotas* de Farias Gama surgiam como antítese ao *Cock-tail* de Benjamim Costallat.

Com acerto disse muitas coisas que Belém produz para vergonha nossa. “Panorama” um dos contos do seu livro, devorado em horas, é um legítimo panorama das facilidades das nossas melindrosas quando vão com ou sem necessidade, aos gabinetes, dentários. “Sirena Harmoniosa” é outra partícula de *Lorotas* que expressa verdade, triste verdade dos lares por aí caídos devido tão somente às exibições pecaminosas da moda imoral que Paris nos força acompanhar, não sei porque cargas d’água. [...] Há outros alinhavados do talentoso moço. Talentoso afirmo, porque de fato o é. É possível que só agora ele possa aparecer no meio dos nossos literatos porque escreveu as banalidades requeridas para ser bom escritor. A gente aqui imortaliza-se, torna-se querida, escrevendo semi-pornografia. Querem um exemplo? O poeta Eustáquio de Azevedo, que sem favor é um dos mais cintilantes de nossa terra por aí está esquecido, não passando de um mero, porque sempre foi moralista, ex-redator de jornal. [...] Pode ser que o Farias Gama seja agora recebido com festas. Disse bem dos nossos figurinos elegantes das nossas melindrosas e do almofadinismo cheiroso e espartilhado que faz o encanto e a graça das nossas lindas e bem “cremeadas” meninas do *ragtime*. Por fim, meu caro Farias Gama. Li todo o teu *Lorotas*. Dele extrai para o meu uso próprio o que ele pode me dar. Achei-o, no estilo, muito bom livro. Cheio de duras verdades ele pode ser um incentivo à família a fim de modificar certos modos, ao marido para andar sempre alerta e aos pais para serem mais ríspidos. Compreendes fotógrafo?... (SILVA, 1923, p. 01).

Era evidente que as ações realizadas nos últimos anos pelos membros da Associação dos Novos começavam a surtir o efeito desejado. O jornal *A Província do Pará* havia se tornado desde 1921 o porta-voz dessa agremiação literária que tinha como seus articuladores mais destacados Paulo de Oliveira, Bruno de Menezes, Abguar Bastos, Farias Gama, Ernani Vieira, Muniz Barreto e Clóvis de Gusmão. Esses “poetas de jornal” ampliaram a penetração no meio cultural realizando as “festas do espírito” e participando dos eventos cívicos em que toda a sociedade cultua paraense comparecia. Os pilares para garantir a representatividade lítero-cultural em Belém foram bem edificados, faltava erguer algo que justificasse o esforço empreendido nos últimos anos; daí que a confirmação da vitória dos Novos se deu com a publicação, em 15 de setembro de 1923 do magazine de “arte e mundanismo”: *Belém Nova*. Contudo, antes de iniciarmos a discussão da repercussão do lançamento dessa revista é

indispensável fazer alguns esclarecimentos, mesmo que certas informações tenham sido adiantas no seguimento intitulado “A Associação dos Novos (1920 - 1927)”.

De início precisamos reconhecer que a *Belém Nova* não está disponível para a leitura ou uma investigação cuidadosa de suas influências, propostas e fases; diferente das revistas *Klaxon*, *Estética*, *A Revista*, *Terra Roxa e Outras Terras*, *Verde* e *Revista de Antropofagia*, que recentemente ganharam edições fac-similares organizadas por Pedro Puntoni e Samuel Titan Jr. É verdade que Bruno de Menezes, o fundador e primeiro diretor da *Belém Nova*, teve o cuidado de reunir as edições, encaderná-las e guardá-las consigo; após sua morte, a família do poeta decidiu doar esse material à Academia Paraense de Letras (APL), da qual Bruno foi membro e presidente. Porém, dos volumes encadernados que englobariam as edições que vão de 15 de setembro de 1923 a 15 de abril de 1929 muito se perdeu ou teve um destino mais obscuro. O que podemos consultar hoje com facilidade são os exemplares digitalizados pela Fundação Cultural do Estado do Pará, disponíveis no *site* da mesma, constituindo 16 revistas, catorze de 1924, uma de 1926 e outra de 1927. Quando iniciamos esta pesquisa, em uma única ocasião na biblioteca da APL, consultamos seis exemplares da *Belém Nova* publicados em 1923, embora alguns estivessem tão danificados que não foi possível precisar o dia e o mês de suas publicações. Já do ano de 1924 investigamos vinte exemplares, do ano de 1925 foram vinte e quatro, doze de 1926 e um de 1927. Após essa vez não pudemos mais ler os tomos encadernados da revista, pois eles não estavam “disponíveis”.

Apesar dessas dificuldades foi possível, por meio dos anúncios da *Belém Nova* nos jornais, identificar algumas fases pelas quais a revista passou, o que se mostra pela mudança de sua direção ao longo do tempo. Do seu lançamento até meados de abril de 1924 apenas Bruno de Menezes aparecia como Diretor da revista; em maio de 1924, a partir do número 13, o diretor do Instituto Lauro Sodré, Raimundo Machado, passou a ocupar a posição de Diretor Gerente ao lado do cargo ocupado por Bruno de Menezes. Essa configuração permaneceu até haver a primeira ruptura, em 1926, no número 58 da *Belém Nova*, quando passam a ser diretores da revista Bruno de Menezes e Paulo de Oliveira. Mas a grande mudança se dá no ano de 1927, quando eventos de ordem política e pessoal ultrapassaram o campo literário terminando em agressões físicas.

Em julho de 1927, a *Belém Nova* deixava de ser impressa nas oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré e se constituía a Empresa Belém Nova Ltda. A sua nova direção composta agora por Paulo de Oliveira, Martins Silva e Antônio Diamantino Nery arrendou os equipamentos da extinta revista *Guajarina*, de propriedade de Francisco Lopes. Podemos acompanhar o anúncio

dessa mudança por meio de uma nota intitulada “Publicações” saída na *Folha do Norte*, em 05 de julho, embora não fique claro o que causou o rompimento com a instituição do governo.

A nova fase da *Belém Nova*. Está recebendo completa reforma a magnífica revista fundada por Paulo de Oliveira e Bruno de Menezes. Desta vez, *Belém Nova*, com oficinas e redação próprias, passará a ser uma Empresa Limitada de Publicações, sob a direção comercial do nosso confrade Martins e Silva. Dentro em breve será inaugurada a sua excelente redação à rua Senador Manuel Barata, 60, 1º andar. Com diretores de *Belém Nova* continuarão Paulo de Oliveira e Martins e Silva e como redator-secretário o Sr. Amadeu Lopes. É de prever que a tenhamos rivalizado com as suas congêneres do Sul, enfeixando em suas páginas a colaboração dos melhores elementos do nosso meio intelectual. Já no próximo número de quinta-feira a magnífica revista virá farta de gravuras e noticiário, destacando-se dentre os seus trabalhos a seção de modas, polfítica e charadística (PUBLICAÇÕES, 1927, p. 02).

A questão é que no mês de junho Paulo de Oliveira havia se apresentado como candidato ao cargo de Vogal do Conselho Municipal de Belém e, na edição de 19 de junho do jornal *O Estado do Pará*, ele divulgou um “Manifesto” defendendo sua candidatura ao se apresentar como “moço [...] sem ligação ou compromisso partidário de qualquer espécie, [mas] pronto de que alguma coisa fará em favor da coletividade” (OLIVEIRA, 1927, p. 01). Por ocasião do pleito realizado em 22 de junho e das manobras fraudulentas implementadas pelo Partido Republicano Federal, contra os candidatos “avulsos”, Paulo de Oliveira responsabilizou o Governador Dionísio Bentes pelas ações que impediram sua eleição. A partir desse caso a *Belém Nova* assumiu o combate contra o governador ao lado do jornal *O Estado do Pará*. Numa edição dessa revista anunciada em 06 de agosto, percebemos que os ataques a Dionísio Bentes iniciavam, pois consta o título muito significativo de um “vibrante artigo – O Sr. Dionísio – coveiro-mor, do Partido” (BELÉM NOVA, 1927a, p. 02). Esse número de *Belém Nova* parece ter feito muito sucesso, já que no dia 08 de agosto, “tendo sido completamente esgotada a edição de anteontem desta magnífica revista ilustrada, resolveram os seus diretores reimprimir alguns exemplares destinados às agências do Amazonas e estados do Norte” (BELÉM NOVA, 1927b, p. 01). Paulo de Oliveira denunciou “as benemerências” concedidas à imprensa que se aliasse ao Governo do Estado, além de ter tornado público, que o Sr. Luciano Bentes, filho e Oficial de Gabinete do governador, havia engravidado e abandonado a jovem Ana Martins. Esse foi o estopim para que no dia 16 de agosto Paulo de Oliveira fosse espancado por capangas à mando do Governador do Estado sendo processado pelo filho desse último. Mais algumas lacunas se seguem na história dessa revista, contudo em novembro de 1928, conhecemos que a direção da *Belém Nova* estava agora dividida entre Paulo de Oliveira e Remígio Fernandez.

Estranhamente poucos são os pesquisadores que fazem referência aos números da *Belém Nova* saídos entre 1927 a 1929, enquanto outros estudiosos repetem aquilo dito pelos detentores

desse conhecimento “particular”, o que dificulta um debate franco do ambiente literário em Belém. Essas condições da pesquisa evidenciam que muito do que se diz a respeito da revista alçada ao posto de Klaxon paraense só é possível por meio do *plot* triunfalista empregado na história do Modernismo e porque a repetição baseada na autoridade obsta qualquer necessidade de investigação das fontes do discurso. Por isso, não exporemos aqui um longo apanhado da relevância da *Belém Nova*, mas faremos uma análise de alguns de seus textos publicados em 1923. No Apêndice D disponibilizamos as referências com todo o corpo editorial das edições compulsadas.

Não bastasse esses números fantasmas da *Belém Nova*, os quais raros afortunados podem ler, se é que eles existem, há outra questão problemática concernente aos “manifestos” e editoriais que atestariam a “adesão” desse magazine ao Modernismo paulista. O primeiro número dessa revista traz como texto de apresentação, um “pórtico”, assinado por Severino Silva, que diferente do que afirmam nada tinha de revolucionário. Basta que façamos um breve retorno às atividades intelectuais que ele desempenhava. Como sabemos o Dr. Severino Silva além de político e diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, era o Lente de Estética da Academia de Belas-Artes de Belém. Por ocasião do encerramento do II Salão de Belas-Artes, em 29 de janeiro de 1922, ele proferiu um discurso tratando da Estética e emitindo a seguinte opinião quanto as “novidades” literárias europeias de então:

Todavia, se os bonzos do Realismo debandaram, vencidos ou desiludidos, enxameiam, duma algaravia pilhérica de alienados, os cabotinos beluários do cubismo. Cubismo? Que coisa é o cubismo? É a epopeia do nervosismo maluco... É a inversão das normas racionais da Arte, dos princípios inalteráveis e indestrutíveis da Ciência, é a falência da lógica e do raciocínio, para que os confrades de Marinetti vinguem a proliferação de suas letras groenlandesas, e a glorificação de seus polichinelos selvagens. É o simbolismo dos ídolos polichinelos, ou exemplares mais preciosos na galeria do ridículo. Mas, não ficaram sós a clamarem insânias e diatribes os próceres cubistas. Brotaram do solo, árido e ingrato, os incríveis, os espantosos dadaístas. São os feiticistas de Dadá. Que é Dadá? Umas fantasias de doidos varridos. Dadá vem acabar e reformar o Mundo. Destruir a Arte, que todos nós cultuamos, para substituí-la por macabros espécimes de poesia, pintura, estatuária. É o assanho, o tripúdio insolente da anarquia irresponsável. Revolta e repuxa gargalhadas poderosas. [...] A Arte é a que desperta, comunica, irradia emoções fecundas. Estuda a Natureza, aprofunda-a, estuda o homem e tenta compreendê-lo, eleva, enobrece o conceito da Beleza, avizinhandose de Deus. Não é a cópia brutal da torpeza fescenina, não é a exploradora, ou escavadora das abjeções mais repulsivas e dolorosas da vida (SILVA, 1923a, p. 02).

Dentre a numerosa plateia que acompanhou a palestra de Severino Silva, como está disposto na notícia que antecede a transcrição de seu discurso, temos os nomes de Bruno de Menezes, Luiz Gomes e Raul Bopp. Mas antes que alguém argumente que a presença desses jovens poetas no encerramento do Salão de Belas-Artes é meramente acidental e que o

inflamado defensor da Beleza tenha mudando de ideia, vejamos o que esse Lente de Estética escreveu no artigo publicado no jornal *Folha do Norte*, em 20 de março de 1923; o texto trazia por título “Civilização delirante I: visão do povo”, de onde colhemos o aconselhamento seguinte destinado a melhorar a sociedade paraense: “Se nos aventurássemos a traçar, em linhas rápidas, um programa de ação social e regeneração política, assim o definiríamos: - combate aos futurismos comediantes de beletristas farçolas; combate à pedanteria urbana e estímulo à operosidade...” (SILVA, 1923a, p. 01). Por isso, quando Severino Silva arregimenta os elogios para apresentar *Belém Nova* ao público paraense, ele assim o fazia, pois, os jovens reunidos pelo “sonho das letras” divergiam muito pouco da posição artística que almejava movimento, não revolução.

Que “avancem silenciosos e cheios de audácia” como os gregos de Homero, decididos a esmagar as hordas bravias dos troianos. Duas virtudes possuem-nas, opulentas, os fundadores desta revista: - fantasia e intrepidez juvenil... corressem, arredios da vida múltipla e exaustiva, para a embrutecedora segregação cenobial, ou se engolfassem na multidão alvar dos bailarinos histéricos e alvares, e passariam, inúteis e apagados como os mais sólidos exemplares da carneirada burguesa. Não. Têm mocidade... Têm, sobretudo, fantasia, sem a qual, consoante Benedicto Croce, “nenhuma parte da natureza é bela...” Surgem, entretanto, modestos. Seu programa é discreto. Poderiam, com a audácia da presunção cega, impor-se a reconstrução do edifício nacional, desde a humilde atividade agrícola até às supremas diretrizes mentais... Poderiam reclamar odes loucas ao cálamo atrevido, brandindo-o como gládio de humilhação a uma tirania invisível e de regeneração do caráter universal... E seriam ridículos... Talvez heroicos no seu reles e estéril quixotismo, mas ridículos a valer (SILVA, 1923b, s/n).

Os jovens que eram apresentados segundo as palavras de Severino Silva constituíam a camada intelectual paraense disposta a revigorar o meio literário e editorial, sem, contudo, imprimir nenhum discurso agressivo ou atacar indivíduos específicos, muito menos valores morais. Não se pensava no escândalo, na provocação gratuita, nem mesmo se desejava atrair vaias. Pelo contrário, o que esses poetas almejavam era a adesão de quantos estivessem dispostos a colaborar nas pautas do magazine; queriam a simpatia do público para uma revista que mesmo sendo editada nas oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré precisava gerar receita. Será mesmo por acaso que as capas da *Belém Nova*, a partir de 1924, começaram a estampar fotografias de donzelas da fina flor da sociedade paraense? E não sem razão que as palavras de apreço ao então Governador do Estado, Dr. Sousa Castro fossem frequentes. Ora, a Associação dos Novos ganhou um espaço exclusivo, mas precisava beijar a mão dos que tinham os meios materiais da mídia jornalística.

A forma elogiosa, recamada de elementos da cultura clássica, com um discurso altamente elaborado e bastante tortuoso por causa da sintaxe repleta de subordinações não se aproxima de nada do tom agressivo, ríspido e radical que um “manifesto” atribuído a “jovens modernistas”

deveria trazer como programa de ação. Comparar então Severino Silva com Graça Aranha é mesmo um despropósito. Aqui cabe muito bem a definição feita por Claude Abastado no artigo *Introduction à l'analyse des manifestes* (1980), por meio do qual percebemos o julgamento apressado e enviesado do editorial de Severino Silva.

Por extensão, chama-se “manifesto” todo texto que assume violentamente uma posição e institui, entre um emissor e seus interlocutores, uma relação injuntiva flagrante. As distinções entre manifesto, proclamação, apelo, *adresse*, prefácio, declaração são frágeis; as circunstâncias históricas e a recepção dos textos, a maneira pela qual eles são entendidos, lidos, interpretados, levam à “derrapagens” de qualificações: o “prefácio” de *Poisson soluble* torna-se rapidamente o primeiro “manifesto” do Surrealismo, a “declaração” sobre a insubmissão torna-se o “manifesto” dos 121 (ABASTADO, 1980, p. 04. Tradução nossa).

Mas se esse editorial ganhou uma interpretação tão canhestra como a que vem a seguir, nenhuma surpresa será demasiada quando os outros “manifestos” publicados nas edições posteriores da *Belém Nova* forem discutidos em contraste à recepção consagrada.

O texto de abertura da revista mostra que a ação da mocidade será de “vitalidade regeneradora”. Pela análise dos textos publicados nos números iniciais em *Belém Nova*, em particular os manifestos, que vigorosamente se dirigiam ao público leitor numa linguagem objetiva, de frases curtas, exclamativas, em tom declamatório, nota-se uma atitude de provocação aos valores estéticos vigentes até então. Publicam-se três manifestos: *Manifesto da Beleza* (1923), *À geração que surge!* (1923) e *Flami-nassú: manifesto aos intelectuais paraenses* (1927) (COELHO, 2005, p. 73 – 74).

Aproveitemos o ensejo e passemos a segunda edição da *Belém Nova*, de 30 de setembro de 1923. Nesse número Francisco Galvão, o “festejado autor de *Vitória-régia*”, publicou o tão celebrado “Manifesto da Beleza”, um texto que esbraveja muito sem dizer quase nada. O argumento aqui expresso se pauta por dois grandes temas: 1) a exaltação da Beleza, que seria a superação da reprodução estrangeira e a afirmação nacional; e, 2) o agrupamento dos intelectuais da mesma estirpe renovadora.

Se tomarmos as definições feitas por Viviana Gelado, em seu livro *Poéticas da Transgressão* (2006), o manifesto de Francisco Galvão apresenta de forma leve alguns elementos desse “gênero de uma ‘literatura de combate’” (p. 42); tais como: o “ato de legitimação”, “o recurso anafórico”, o “discurso de caráter inaugural” e a “consagração da força”. Mas lhe falta o tônus da infração por não incorporar nenhum neologismo, nem os avanços tecnológicos e principalmente pela ausência do “tom [de] agressão (acústica, cromática, elétrica, física, atmosférica) e a mofa e questionamento de um sistema de valores culturais e políticos anquilosado” (p. 45). É verdade que os manifestos brasileiros, se comparados com os europeus são brandos, mas o de Francisco Galvão falha de forma crucial

em seu horizonte de ação: o resgate da Beleza. Parece que na precipitação de comungar das ideias de matiz inovadora alguns intelectuais assimilavam a forma de um discurso revoltoso sem compreendê-lo de todo.

A postura aparentemente heroica reivindicada por Francisco Galvão, como porta-voz de uma “identidade coletiva”, cujo “destinatário por excelência do manifesto é a arte como instituição” (GELADO, 2006, p. 40), estaca logo de início quando a configuração do inimigo é feita pela constatação de que a “Beleza” fora vítima do “assalto vandálico dos bárbaros” e que isso se dera por meio de movimentos importados como o Realismo e o Parnasianismo, daí que a “arte verdadeira” e, portanto, nacional deveria restaurar a “arte-arte”, cujo único designativo seria a nacionalidade. A guerra a ser travada em nome da renovação seria contra os imitadores principalmente da literatura francesa e restaurar a “arte” sem o “artifício” seria uma tarefa mais de reconstrução, do que destruição; pois a vacuidade do “Manifesto da Beleza” está exatamente na ausência de um plano meramente esboçado para efetivar essa renovação, que na verdade seria a reestruturação da Beleza Nacional. E tudo fica mais obscuro, pois não sabemos em nome de que ideias Francisco Galvão está falando e quem ele representa por meio delas. Ao afirmar que: “São Paulo está com as nossas ideias” e que “*Klaxon* é um grito de revolta na amplidão” (GALVÃO, 1923, s/n), obviamente ele não está considerando as dissidências internas entre os intelectuais que promoveram a Semana de Arte Moderna, muito menos se reporta a esse “momento fundador” e a própria extinção do magazine klaxista é desconsiderada. Se acompanharmos o “Manifesto da Beleza”, disposto no Anexo D, perceberemos que os reformadores agrupados por Francisco Galvão estavam ligados unicamente por uma estratégia enumerativa para dar corpo a um suposto exército, mas não de “bárbaros iconoclastas”, pelo contrário, os guerreiros se assemelhavam a “cavaleiros da Beleza”. E talvez seja desnecessário comentar, mas o único paraense integrante dessa “coluna” era Oswaldo Orico, que estava bem longe das costas guajarinas. Das batalhas em nome da Beleza, nenhum jovem do quartel “Belém-novista” fora convocado.

Apesar dessas incongruências do “Manifesto da Beleza”, que surgem agora em diálogo com o discurso historiográfico tradicional do “Modernismo paraense”, outros textos publicados no jornal *A Província do Pará* e na *Belém Nova* manifestavam a bem-sucedida empreitada editorial. Se tornava mais importante insistir no caráter heroico da publicação de um magazine administrado por jovens artistas, do que comprar briga com os leitores acostumados a um tipo de literatura consagrada. Como suposta promotora de um repertório inovador a *Belém Nova* não se prestou ao trabalho “educativo” do público, pois se assim o tivesse feito, provavelmente, ela

não teria a longevidade que faltou a outras revistas criadas especificamente para promover a Arte Nova. E como convinha celebrar o empenho dos poetas que agora tinham o seu próprio veículo midiático; uma vez que o seu mestre de cerimônias fora um intelectual conhecido dos círculos jornalísticos, seguido de um outro jovem poeta morador da Capital da República, no dia 20 de setembro, Eustáquio de Azevedo, muito diplomático e admoestativo, congratulava os membros da Associação dos Novos por meio de um artigo publicado n’A *Província do Pará*, intitulado “Avante, mocidade! (aos novos)¹⁸⁰”. Outra vez se ligavam as gerações pelas conveniências e interesses publicitários que convergiam sempre para o ideal maior da vitória das letras.

Agora me orgulho de entreter relações com o recente grupo de intelectuais do Pará, sentindo-me bem quando estou junto deles, a ouvir-lhes os versos, as fantasias, as palestras boemias, por noites belas de luar paraense. Nessas ocasiões, perco a noção das horas, esqueço-me do tempo corre, amaldiçoo os relógios. [...] Elzemann de Freitas, como parnasiano, embala-me o espírito com seus alexandrinos clássicos; Jacques Flores empolga-me os sentidos dedilhando uma de suas lindas baladas líricas; Bruno de Menezes recebe meus aplausos pelos seus excelentes artigos críticos; Abguar Bastos surpreende-me com seus estranhos versos modernos; Paulo de Oliveira encanta-me com a leitura de um artigo de polêmica cerrada contra as velharias literárias... Muniz Barreto delicia-me com os seus versos emotivos e suas palestras singelas; Ernani Vieira entusiasma-me com os seus sonetos aos navegadores ousados; Chermont de Brito faz-me passar horas de emoção com os seus contos naturalistas bem delineados; De Campos Ribeiro atrai-me com as suas crônicas de arte; Theodoro Brasão e Júlio Martins sugestionam-me com a leitura de sua prosa escurra... Como todos eles eu privo, com todos troco ideias e a todos admiro, porque vejo neles, com a ausência de seus representantes extintos, o Pará ressurgir para as letras e vitorioso, verdejante, vigoroso e válido. A *Belém Nova* é agora o seu campo de ação. Mas não devem ficar só nessa Revista as manifestações de seu espírito, os produtos vários de sua mentalidade criadora e esperançosa. Venham os livros a lume, enfaixando poesias e poemas, romances e contos, crônicas d’arte e artigos de crítica. É com livros atirados a mancheias que se firma uma literatura, que se avalia o grau de cultura de um povo. Nação sem literatura é corpo sem alma. Que nunca vos intimide a ideia de um insucesso na publicação de um primeiro: para a frente! [...] Para a Frente! A Pátria toca a rebate. Para frente, mocidade esperançosa! O Norte é a força dinâmica da intelectualidade brasileira! (AZEVEDO, 1923, p. 01).

Dos comentários feitos por Eustáquio de Azevedo tratando da atividade intelectual de alguns dos jovens listados, algo precisa ser dito. Jacques Flores foi lembrado por seus versos líricos e não pelo humor que sobressai em seus poemas; do mesmo modo que Bruno de Menezes se distinguiria pela atividade crítica, quando a publicação de poemas, principalmente de sonetos, fora sua especialidade, pois nessa forma literária ele havia se destacado muito mais do que Abguar Bastos, cujos versos como estão dispostos no Anexo E, não demonstram nem a aparência de “modernos”. Mas passemos adiante, uma vez que o autoelogio se tornaria a partir

¹⁸⁰ Este artigo foi transcrito para a revista *Belém Nova* na edição de 31 de janeiro de 1924, dele extraímos e comentamos alguns trechos no capítulo “Os membros da Associação dos Novos”.

de então a via da afirmação por meio de referências a gestos de heroísmos, expressões grandiloquentes e a formulação de um discurso mais incisivo pela energia da mocidade condensada por intermédio da *Belém Nova*. Nesse sentido, De Campos Ribeiro publicou, em 29 de outubro, o breve “manifesto” intitulado “Sursum-Corda¹⁸¹”, n’A *Província do Pará*, um texto que como muitos outros apelam ao espírito intrépido da juventude, permitindo que definamos o empenho renovador da Associação dos Novos como um movimento eminentemente de atuação por meio da imprensa e do convívio formal em reuniões lítero-culturais.

Pelos arraiais da literatura regional deve andar, num frêmito de entusiasmo sadio, a alma vigorosa da minha terra. A mocidade que, em Atenas e Esparta, pelo talento ou pela força foi sempre a glorificadora de todas as raças vem de dar o seu grito despertador em prol da grandeza literária do Norte, em prol da grandeza nacional. Abguar Bastos, o poeta jovem e fecundo de ideias ousadas desfraldou a sua bandeira e atroou nos ares, pela garganta do seu clarim guerreiro o brado de levantamento e de unificação maravilhosa. Mendes campos, outro eleito, logo ao primeiro toque de alvorada festiva, tomou da sua velha madura, abroquelou-se e veio para arena. Outros viram. Aqui estou eu, o menos adestrado na luta. Por que não teremos, então, para cruzada, todos os cavaleiros? É a hora da vida! É o momento de energia! Mocidade gloriosa da minha terra mocidade, mocidade sadia e forte, generosa e cheia de talento, à luta! As adesões chegam dia a dia. É preciso que a mocidade se unifique, é urgente que a mocidade tenha o seu dia. Unamo-nos, todos, moços, que somos à véspera maravilhosa de um Brasil maior, unamo-nos e confiemos! [...] Os clarins atroam, de serra em serra, de rio em rio, de garganta em garganta das aves das nossas florestas em coro, e hão de atroar, céus em fora, de estrela a estrela, de sol a sol! Mocidade da minha terra, para a frente! Há espinhos, mas há também estrelas na escalada! Vamos! Escapa a cima porque esta subida só é meritória porque há sonho e amargura na ascensão! (RIBEIRO, 1923, p. 01).

Outro editorial publicado no número 04 da *Belém Nova*, em 31 de outubro de 1923, intitulado “Para a frente!”, nos revela como a permanência em atividade era o objetivo principal do corpo diretor da revista. E novamente aparece a recriminação ao “meio social” paraense por estar despreocupado com as questões culturais e mais propenso aos cálculos comerciais. Essa insistência no despreendimento material, no destaque a juventude da intelectualidade e no desmerecimento do público leitor suprimia um pensamento estético revolucionário, ao menos nos moldes de atualização dos costumes trazidos pelas inovações tecnológicas

Verdade é que atravessamos o momento mais perigoso e ingrato para tentativas de Belas Letras; momento em que as energias se corrompem no digladiar de ambições, e em que o próprio artista, - o divino iluminado, - manifesta-se ao “espírito prático” do *yankee*. E outra não é, entre nós, a causa dessa amálgama de tantos, desnorteantes e aberrativos *credos literários* que, vistosos e frágeis cogumelos, repontam dia-a-dia, em graciosas e efêmeras pululações... Nos Estados do Sul, onde alguma coisa se lê e há um natural e louvável orgulho em valorizar as publicações regionais, - é flagrante o domínio de uma forte corrente intelectual, semeadora do bom gosto estético. Mas,

¹⁸¹ Esse texto foi publicado posteriormente na revista *Belém Nova*, em 01 de dezembro de 1923.

neste recanto tropical, neste Estado democrata e florescente, qual a vitoriosa afirmativa do predomínio dos que têm e até dos que escrevem, sobre os outros que vivem nédios, felizes, lendo apenas os matutinos e os libretos, por um princípio de boa e fácil digestão!... Estamos no momento em que mais nos preocupamos com as oscilações do câmbio, do que com letras de forma... [...] Enfim, *Belém Nova* venceu! Venceu, porque, num meio sáfaro e quase hostil à literatura do magazine, meio em que as próprias revistas do Rio são compradas, na maior parte, exclusivamente, por uma elite intelectual, este 4º número de *Belém Nova*, entra hoje em circulação, representa, de certo modo, um surto de vitória e é a prova segura e incontestável de que, serenos e inflexíveis, vamos palmilhando a nossa estrada espinhosa e longa, sem mostras de enfraquecimento, e cheios de encorajante certeza de vencer (PARA A FRENTE, 1923, s/n).

O grande exemplo de que o plano de ação da Associação dos Novos não era a ruptura com a tradição, mas um acomodamento cuidadoso das formas e gostos literários convencionais com o nacionalismo regional está no editorial “Uma reação necessária”, publicado na *Belém Nova*, em 10 de novembro de 1923¹⁸². Como já era o costume confundir as denominações de movimentos literários de vanguarda com o empenho inventivo ou publicitário, esse texto afirma “que uma farândola de novos Apolos, que dedilham liras, onde lucejam novas harmonias e novos metros, ajustados a uma Arte Moderna, hastearam no mastaréu das letras, desassombradamente, a bandeira rubra do futurismo” (UMA REAÇÃO..., 1923, s/n). Por todos os exemplos apresentados neste trabalho, o futurismo aparece nesse discurso simplesmente como um adjetivo para expressar a qualidade atual e alvissareira de todos aqueles envolvidos na produção da *Belém Nova*. Não é preciso fazer nenhum esforço para perceber que o “futurismo Belém-novista” estava completamente alheio à concepção de arte e de beleza prefigurada por Marinetti, tal como nos mostra Annateresa Fabris, em seu livro *Futurismo: uma poética da modernidade* (1987):

O que preocupa Marinetti e os artista futuristas não é tão-somente a busca de novas fontes temáticas, conclusão a que poderia ser levado um leitor apressado dos vários manifestos pela insistência sistemática em alguns núcleos expressivos, mas, antes de tudo, como transmitir o significado de uma profunda mutação da sensibilidade face à revolução científica e mecânica, como criar um novo código, capaz de dar conta dessa mudança, de instaurar uma nova relação com o público conscientizado da necessidade de um novo tipo de fruição, não mais passivo e contemplativo e sim sintético e dinâmico como a realidade do novo século [...] É nessa perspectiva que deve ser analisada a exaltação da vida contemporânea, “exasperada pelas velocidades terrestres, marinhas e aéreas, e dominada pelo vapor e pela eletricidade”, o que levará a erguer um verdadeiro fetiche à máquina como o símbolo mais representativo da renovada sensibilidade do homem do século XX (FABRIS, 1987, p. 78 – 79).

O que os intelectuais paraenses conheciam por futurismo nada mais era do que a deturpação insultuosa de suas práticas inventivas ou a ressignificação do vocábulo para expressar a agitação da “mocidade literária” que se unia reivindicando um espaço de afirmação

¹⁸² Esse texto não traz indicação de autoria.

na imprensa; afinal, quão estranho seria conceber “Apolos futuristas” que pregavam o nacionalismo regional. Daí que o grande herói paulista na visão dos autores belenenses era Monteiro Lobato, por dar oportunidade aos jovens autores de publicar seus livros; ao passo que essa admiração pelo “empreendedorismo” nas letras surgia como traço estético almejando a construção da literatura paraense por meio da valorização do espaço amazônico, que ao substituir os modelos europeus alcançaria a legítima arte brasileira.

Haja vistas para a bizarra Pauliceia, parece-nos, é a sede onde pontifica essa plêiade de reformadores. É lá que Monteiro Lobato, qual outro Fernão Dias Paes Leme, dono que é de uma bem montada casa editora, encoraja a mocidade, injetando-lhe sangue novo, imprimindo as suas produções. Nós, os de a BELÉM-NOVA, somos daqueles que pensam, inimigos que hemos sido do arcaísmo, ser chegado o momento de predominar no Brasil uma outra Arte, isenta de modelos estrangeiros, livre de imitações escolásticas, independente no sentido lato da palavra, – regional – plasmado a vitalidade de uma raça. Se o que vemos, a cada instante, atulhando as prateleiras das livrarias, não é a realidade almejada, ainda não preenche a lacuna que o novo Ideal culmina, dá-nos, contudo, a satisfação de que muito se há feito para libertar-nos desse feio vício de copiar o que é alheio. E por essa razão a BELÉM-NOVA, triunfadora no seu tentame, dá guarida em as suas colunas a gregos e troianos – novos e velhos – até que desta Babel de pensamentos surja a escola de que carecemos. É uma reação necessária (UMA REAÇÃO..., 1923, s/n).

A *Belém Nova* trouxe na mesma edição de 10 de novembro de 1923 outro texto de convocação aos jovens, o “manifesto” assinado por Abgvar Bastos, “À geração que surge”. Contudo, a apóstrofe aqui apesar de ser dirigida à mocidade artística de Belém não afirmava revolução contra a tradição, não brandia espadas em favor de nenhuma novidade extravagante, nem mesmo protestava contra qualquer valor estético considerado ultrapassado. A nova geração era conclamada a produzir a literatura que afirmasse a intelectualidade nortista e nordestina contra o “Sul, [que] propositadamente se esquece de nós” (BASTOS, 1923e, s/n). E dos luminares a indicarem o caminho da renovação ou do ressurgimento estariam aqueles autores que formaram os leitores de então; os “medalhões” do passado concederiam a força para construir o futuro, embora o Pará e o Amazonas não tivessem uma figura tutelar de expressão nacional.

O Norte tem os seus gênios, os seus estetas, os seus cientistas, os seus filósofos! O Norte é dinâmico! É temperamento! É vibração! É intelectualidade. Ergamo-nos! Criemos a ACADEMIA BRASILEIRA DO NORTE. Façamos os nossos *imortais*; coroemos os nossos príncipes de Arte; estabeleçamos concorrência; analisemos os valores! Publiquem-se livros! Movimentemos as estantes. Que Bahia, Pernambuco, Alagoas, rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Maranhão e Amazonas, se unam, se fraternizem para o apoio da nossa Renascença! Que o intercâmbio entre esses Estados seja um fato nacional! [...] Bahia mostrará Rui Barbosa! Pernambuco mostrará Joaquim Nabuco! Ceará mostrará José de Alencar. Maranhão, Gonçalves Dias. Pará e Amazonas, irmãos siameses, mostrarão, maravilhados e grandes, a História de seus homens, homens de letras, homens de combate, homens de gênio! [...] Batalhemos! Sejamos japoneses no patriotismo! Façamos a Literatura do Norte! As Academias do

Norte! As edições do Norte! O intercâmbio do Norte! Mocidade: Amazonas é nosso!
 Maranhão é nosso! Pernambuco é nosso! São os nossos com os nossos Ideais!
 Levantemo-nos! (BASTOS, 1923e, s/n).

Porém, há o abismo entre a energia panfletária do discurso e a prática como reforma e instituição do “novo” parâmetro artístico. Pois ao chegarmos ao final do ano de 1923 as grandes sensações literárias que dominaram as discussões dos críticos ligados à *Belém Nova* foram *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau e *Juca Mulato*, de Menotti Del Picchia. O aparecimento desses livros põe em perspectiva a comunhão dos escritores de gerações distintas, o gosto partilhado pelo sentimentalismo poético, o retorno da influência euclidiana na ficcionalização do espaço amazônico e a permanência do respeito aos modelos do imaginário europeu. O primeiro *release* da *Terra Imatura* apareceu em 21 de outubro, n’*A Província do Pará*, dando início a uma longa lista de críticas que perduraram até esse livro ganhar uma segunda edição em 1925; a *Belém Nova* participando do entusiasmo geral transcreveu a título de propaganda, em 31 de outubro, um dos capítulos mais comentados do livro: “Psicologia dos lagos”. Mas por hora fiquemos com o *release*.

A literatura nacional vem de ser enriquecida com mais um livro excelente, cujo título sugestivo revela, ao primeiro golpe de vista, o assunto palpitante que encerra a *Terra Imatura* do Dr. Alfredo Ladislau, a quem devemos a gentileza da oferta de um volume deste belo estudo da Amazônia brasileira. Oportunamente manifestaremos a nossa impressa perfeita sobre esta valiosa joia literária, que é o produto de um espírito culto e observador, já bastante conhecido em as nossas rodas intelectuais. A *Terra Imatura*, que foi impressa nas oficinas da acreditada Livraria Clássica desta capital, está exposta à venda em todas as livrarias de Belém (TERRA IMATURA, 1923, p. 01).

O jornalista e escritor José Carvalho foi um dos primeiros a se manifestar descrevendo os aspectos formais de *Terra Imatura*, destacando que o livro se tratava de uma “recolta de estudos sobre a vida e aspectos amazonienses, na região paraense do Baixo Amazonas” (CARVALHO, 1923, p. 01). A parte os elogios, o que incomodou o crítico, em artigo publicado n’*A Província do Pará*, em 06 de novembro, foram as descrições da paisagem personificada com sentimentos de lascívia humana ou nos capítulos em que havia um descompasso da descrição prosaica da realidade com o estilo poético empregado. José Carvalho em outra passagem do texto comentava que “sem Euclides a *Terra Imatura* não surgiria como surgiu, pois, que este próprio título é uma consequência do conceito do autor da *À margem da história*, que disse que a Amazônia não estava preparada ainda para receber o homem” (CARVALHO, 1923, p. 01). E como forma de demonstrar os conhecimentos que tinha da Amazônia, o que lhe embasava as ressalvas ao livro de Alfredo Ladislau, José de Carvalho anunciou um livro seu que fora

negligenciado pelo editor, mas que estava muito próximo ao *Terra Imatura* no quesito de descrição direta da realidade.

Se me fosse permitido formular um desejo – já aqui perfeitamente inútil – diria que gostaria de ver o livro todo vasado nos conceitos e na forma do capítulo – “Mongos-Malaios” e “Sertanejos”, onde os períodos descem do alcandoramento abstrato das descrições subjetivas, como as já citadas, sobre a volúpia das águas, para a observação exata, e comedida dos fatos reais e concretos. Preciso aqui notar para evitar dúvidas ou conceitos injustos que de futuro possam surgir, que muitas das ideias ou conceitos ali emitidos, eu já, também, os formulei, num livro que há mais de dois anos, em originais, se acha no Rio, nas mãos improprias do Sr. Dr. Cândido de Oliveira e que se intitula – *O Matuto Cearense e o Caboclo do Pará*. Fiz, aliás em todo o livro, um estudo comprovado e paralelo dos dois tipos de nossa raça brasílica e em mais de um caso estamos de perfeito acordo (CARVALHO, 1923, p. 01).

No dia 02 de dezembro, por meio d’A *Província do Pará*, Muniz Barreto retomava a correspondência com sua amiga de “costumes modernos”, ao lhe recomendar outro livro de um escritor igualmente “moderno” que merecia todo o apreço e desvelo dos leitores paraenses; o nosso missivista tratava de *Juca Mulato* e sua desventura amorosa.

Realmente houve, nestes últimos meses, um momento em que poetas do mundo inteiro se revoltam contra emoção de seus versos. Os da nova geração, bem compreendido. Aliás isso não vinha muito ao caso porque, entre eles, alguns já possuíam um nome, afirmado por obras inteiriças, capazes de resistir aos embates de uma crítica severa e sensata. Por exemplo, entre nós, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida e Menotti Del Picchia. Mas é do último que lhe quero falar. Esse moço chegou a comover Júlio Dantas que, como ele próprio afirma, endurecido no ofício de escrever, após leitura de *Juca Mulato*, sentiu os olhos se lhe enevoarem e umedecerem de lágrimas. É um pequeno poema, onde se retratam as paisagens de nossa terra e por onde escorrem, como a água azulada de um rio, a dor selvagem do nosso caboclo e a tristeza nebulosa da nossa raça... [...] Mas, minha inteligente amiga, seria uma insensatez de minha admiração por Menotti, descrever aqui o resto do poema, tirando-lhe assim um pouco do efeito que seu ele lhe irá causar, pois hoje mesmo hei de lhe enviar esse livro... E se não o fiz a mais tempo é por que só agora ele chegou para a Agência Martins, no oitavo milheiro, numa bem cuidada edição de Monteiro Lobato, a qual o autor dá como sendo a “Ne Varietur”. Vista, pois, a sua melhor “toilette” e acomode-se no “maple”, que é assim que se deve receber a visita de um livro bom, de boa poesia... (BARRETO, 1923, p. 01).

Farias Gama, igualmente comovido pela narrativa de Menotti Del Picchia, expressava no dia 10 de dezembro, pel’A *Província do Pará*, o encantamento com os versos “brasileiros” partilhado por seus amigos tocados pelo poemeto *Juca Mulato*. O trecho a seguir parece condensar o ambiente intelectual paraense, bem como as preocupações e gostos que constituiriam a produção literária nos próximos anos.

Data de *O homem e a Morte* o meu convívio espiritual com Menotti. Aproximou-nos a admiração veemente do meu amigo Dr. Carlos Nascimento em quem o livro produzira imorredoura impressão. E com efeito, aquela tragédia cerebral, tão vivida e tão magistralmente descrita, numa exuberância de imagens do mais puro quilate e do mais mimoso rendilhado de forma, atua em nosso cérebro com a intensidade geradora

da inspiração. A admiração iniciada com esse livro e continuada com *Mulher que pecou* ganhou foros de verdadeira adoração após a leitura de *As Máscaras*. Esse mal de sedução, contagei-o a amigos meus, entre os quais Alfredo Ladislau, o burilador de *Terra Imatura*, desde logo veementemente ingressado no cortejo dos admiradores do fecundo beletrista paulistano. *Juca Mulato* agora recém-aparecido em 4ª edição, é o motivo dessa despreziosa crôniceta que não se abalança a pretender ser apreciação literária, diante da rendilhada crônica de Júlio Dantas, que vem abrindo o poema, numa síntese anuladora de quantas tentativas façamos nós modestos escrevinhadores. O poema é eminentemente nacional. Nele se retrata a alma brasileira, a vida brasileira, a paisagem brasileira (GAMA, 1923c, p. 01).

A consagração da Associação dos Novos se deu nesse ambiente repleto de idiossincrasias e incongruências despercebidas unicamente se os discursos contraditórios e seus portadores forem ignorados em razão da subserviência ao modelo canonizado de história da literatura modernista. A fundação da revista *Belém Nova* foi um marco editorial principalmente para os jovens autores que exerciam a escrita literária jornalística, mas que almejavam acima de tudo o privilégio da publicação de um livro; por ausência de meios a revista de “arte e mundanismo” vinha suprir esse desejo pela fama mantendo unificada uma agremiação herdeira dos mesmos sonhos e desilusões da geração precedente. Agora o que de fato é lamentável é o desaparecimento de muitos desses documentos e livros que nos ajudariam a melhor compreender a dinâmica da rede lítero-cultural paraense nos anos de 1920. O que desperta a curiosidade é a descoberta de que há muita coisa escondida nessa “história”. Quem está com as cartas na manga?

5.4. A Universidade Livre (1924)

Em 1924, o momento era propício para a implementação de iniciativas que valorizassem o conhecimento especializado e promovessem a circulação de pesquisas realizadas por aqueles indivíduos empenhados na elevação da cultura letrada no Pará. O Instituto Histórico nos últimos dois anos havia dado a sua contribuição científica com a publicação nos jornais e na RIHGP de investigações históricas do Estado do Pará. O empenho pela promoção de uma imagem de sociedade instruída surgira décadas atrás inscrito nos álbuns comemorativos a respeito dos quais falamos anteriormente.

O *Livro de Ouro Comemorativo da Independência e da Exposição Internacional* (1923), ao fazer a apresentação do Estado do Pará traz informações entusiásticas do desenvolvimento da “Instrução Pública” destacando as instituições em funcionamento como prova do adiantamento mental do Norte Brasileiro.

Possui o Estado 160 escolas isoladas e 24 grupos escolares. Na Capital existe, além disto, uma Escola Modelo, anexa à Escola Normal, duas escolas agremiadas, e várias escolas isoladas. O ensino primário é também largamente difundido pela iniciativa

particular, principalmente na capital e nas cidades mais importantes do interior. O **ensino secundário** é ministrado pela Escola Paes de Carvalho, equiparada ao Pedro II, e pela Escola Normal, encarregada da formação de professores primários. Há também em Belém excelentes estabelecimentos particulares de instrução secundária. O **ensino profissional** é dado por dois admiráveis estabelecimentos: o Instituto Lauro Sodré, instalado em amplo edifício, onde se faz a aprendizagem dos ofícios de marceneiro, tipógrafo, encadernador, sapateiro, ferreiro, etc.; e o Instituto Gentil Bittencourt, também instalado em belo e magnífico edifício, e onde se ensina à mulher um curso completo de trabalhos domésticos. A Associação Comercial do Estado mantém dois utilíssimos estabelecimentos: a Escola Prática de Comércio e o Curso Profissional de Química, com um grande laboratório dirigido por profissionais estrangeiros contratados. Há ainda muitos outros estabelecimentos de ensino. O município de Belém mantém um colégio para meninas pobres e Orfanato Municipal. O **ensino superior** conta com os seguintes estabelecimentos: Faculdade Livre de Direito, Escola de Farmácia, Escola de Odontologia, Faculdade de Medicina e Escola de Agronomia e Veterinária. O Governo Federal mantém em Belém as seguintes instituições: Escola de Maquinistas e Pilotos, Curso Náutico, Escola de Aprendizizes Marinheiros e Escola de Aprendizizes Artífices (ESTADO DO PARÁ, 1923, p. 421. Grifo nosso).

Somando-se a essas instituições teríamos, fundada pela Sociedade Paraense Propagadora de Belas Artes, a Academia de Belas Artes¹⁸³, que tinha aulas ministradas à noite nas dependências do Ginásio Paes de Carvalho. A Academia destinava-se ao ensino de desenho e pintura a ambos os sexos. Dessa “escola de artes-plásticas” fizemos referência em capítulos anteriores acerca das exposições de pinturas realizadas por seus alunos.

Assim era constituído o conjunto de estabelecimentos educacionais que absorvia e formava a elite intelectual paraense e os outros membros da sociedade nas primeiras décadas do século XX. O anúncio do início das aulas dos cursos referidos tinha larga circulação nos jornais locais em que encontraríamos inclusive a propaganda de um “Curso de Ciências e Letras” destinado à preparação dos candidatos “às escolas Militar, Naval, Politécnica, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Ginásios e Escola Normal” (CURSO DE CIÊNCIAS..., 1920, p. 01). Esse curso preparatório era dirigido pelo Capitão-Tenente Roberto da Gama e Silva e tinha entre seus professores de línguas o Dr. Remígio Fernandez¹⁸⁴.

No ano de 1920 voltava a Belém o polivalente “homem de letras” Manuel Francisco Pacheco¹⁸⁵, o Fran Pacheco, que na virada do século fora membro da decantada Mina Literária

¹⁸³ No ano de 1890 o curso ministrado teve um total de 27 alunos (22 do sexo feminino e 5 do sexo masculino). Por meio da Lei nº 445 de 30 de maio de 1896 a Academia passava a receber a quantia de Cem Mil Contos de cada espetáculo realizado no Teatro da Paz. O Estado contribuiria com Sete Contos de Reis anualmente. A Academia de Belas Artes esteve ligada ao Conservatório de Música, posteriormente denominado de Instituto Carlos Gomes.

¹⁸⁴ O corpo docente era formado pelos Drs. Remígio Fernandes e João Vicente Campos, “na seção de línguas”; Dr. Amarla Brasil, responsável pelas “cadeiras de história natural e química”; e, pelos professores Nelson Ribeiro e Hélio Coelho responsáveis, respectivamente, pelas disciplinas de geografia e história.

¹⁸⁵ Nascido em Setúbal em 09 de março de 1874 – faleceu em Lisboa em 17 de setembro de 1952. Foi nomeado Cônsul no Maranhão por Teófilo Braga em 21 de agosto de 1911. Participou da criação da Faculdade de Direito desse estado no ano de 1918.

(1895 – 1899), e um dos colaboradores da polianteia *Coelho Neto e a Mina Literária* (1899), preparada em homenagem a visita de Coelho Neto a capital paraense. Nesse livro, o polígrafo português assinava o texto “A Prosa Portuguesa” tratando da “evolução estilística” do idioma lusitano. Segundo Eugênio Leitão de Brito (1994), o motivo da presença de Fran Pacheco no Pará em 1920 deveu-se a uma missão diplomática a fim de apaziguar “uma certa animosidade ou xenofobia” entre brasileiros e portugueses. Contudo, no jornal *O Estado do Pará* do dia 08 de março, em nota que anunciava o almoço natalício “de regozijo” a Fran Pacheco, esse “ilustre confrade da imprensa” era tratado como Cônsul, tanto que as personalidades convidadas foram “o Sr. Governador do Estado, o secretário geral do Estado, Drs. Sousa e Castro e Dionísio Bentes, deputados federais; coronel Luiz Lobo, comandante da Brigada do Estado; o inspetor da Alfândega, o presidente da Sociedade Portuguesa Beneficente” (FRAN PACHECO, 1920, p. 02).

Figura 38 – Fotografia de Fran Paxeco.



Fonte: Arquivo pessoal.

Em maio de 1920, Fran Pacheco ainda estava em Belém, tanto que participou do grupo formado por mais de 100 “doutores” empenhados em organizar uma condigna recepção ao “ilustre escritor e estadista Oliveira Lima”. No ano de 1921, exercendo a função de Cônsul de Portugal em São Luís, publicava, em 13 de agosto, no periódico maranhense *O Jornal*, um artigo relembrando a companhia no final do século XIX dos poetas João de Deus do Rego, Acrísio Mota, Natividade Lima, Leopoldo Sousa, Guilherme de Miranda, Frederico Rhossard, Olavo Nunes e Eustáquio de Azevedo. Com todo esse retrospecto junto à intelectualidade paraense quando Fran Pacheco retornou a Belém, em 02 de abril de 1924, para ocupar o seu

último posto diplomático no Brasil, a recepção se deu com grande entusiasmo. O jornal *Folha do Norte* noticiou a chegada do “Novo cônsul em Belém” no dia 03 de abril.

O ilustre viajante, cujo espírito culto é bastante conhecido e apreciado no meio da colônia e da sociedade paraense, foi festivamente recebido. O representante deste jornal, que foi o primeiro a passar-se para o transatlântico, apresentou-lhe cordeais votos de boas-vindas. Já o novo cônsul da República irmã aguardava a inspeção da Alfândega às bagagens, quando ali chegaram, em lanchas especiais, para cumprimentá-lo, pela Sociedade Portuguesa Beneficente, o presidente, Comendador Jorge Correa, e diretores; pela Câmara Portuguesa de Comércio, o presidente Augusto Alves Teixeira e diretores; pela Tuna, Arcádio de Menezes e outros diretores, além de outras figuras de destaque da colônia (CONSULADO..., 1924, p. 01).

Vindo de Lisboa no pacote inglês Hildebrand, Fran Pacheco ficou hospedado com sua família no Grande Hotel, onde se encontrava durante as refeições com o poeta maranhense e juiz substituto federal Ignácio Xavier de Carvalho. Mal havia se acomodado em Belém, o novo Cônsul convocou no dia 06 de abril os diretores das associações portuguesas para uma reunião realizada na sede do consulado. Nesse encontro o anfitrião colocou em discussão a seguinte pauta publicada na *Folha do Norte* no dia 07 do mesmo mês:

- a) reconstituição da Junta Federativa das Associações Portuguesas;
- b) Fundação da Casa de Portugal;
- c) Instituição no Grêmio Literário de uma Universidade popular; e
- d) comemoração da data de 09 de abril que recorda a batalha de La Lys, em que as tropas portuguesas tiveram papel saliente (UMA IMPORTANTE..., 1924, p. 01).

Com a exceção do segundo ponto as demais propostas foram aprovadas. No dia 09 de abril celebrou-se no Grêmio Literário Português a memória dos eventos da Batalha de La Lys – em Flandres – que envolveram o Corpo Expedicionário Português (CEP), atacado pelo exército alemão na madrugada de 09 de abril de 1918. Apesar da superioridade numérica e contando com a vantagem de um ataque surpresa as forças alemãs encontraram forte resistência dos soldados portugueses. A batalha estendeu-se até o dia 12 de abril quando tropas aliadas chegaram sustando a ofensiva germânica. A memória da participação portuguesa em um momento marcante da 1ª Guerra Mundial mereceu uma composição lírica de autoria de Américo Vieira publicada na *Folha do Norte*, em 09 de abril. O poema “Raça de heróis¹⁸⁶” celebra o aguerrimento histórico dos militares lusitanos.

Nove de abril! Silêncio! Vibra e chora
De orgulho e de saudade a altiva raça!
Por sobre a Flandres, pelo mundo afora
A alma gentil da Lusitânia esvoaça.

¹⁸⁶ Esse soneto foi dedicado a Fran Pacheco.

Relembra a perda dos seus filhos... e ora
 Enquanto um hino e um grande poema enlaça.
 Lutou... a fama exalça-a: mas deplora
 O horror da guerra, as sombras da desgraça.

Canta estoicismos únicos, titânicos
 Dos lusos, ante as hordas formidáveis,
 Cruéis, brutais dos batalhões germânicos.

Fugir? Jamais! Embora a onda os cerque
 Resistem, como herdeiros indomáveis
 Do heroísmo de D. Nuno e de Albuquerque!

(VIEIRA, 1924, p. 02).

Na sede do Grêmio Literário, Fran Pacheco, tendo ao seu lado Ignácio Moura e Elias Vianna, foi o orador que iniciou os discursos que solenizaram o “sexto aniversário da batalha de La Lys”. Em sua fala se exaltou a tenacidade do espírito guerreiro luso; embora a lição que Fran Pacheco transmitiu fosse uma exortação pacifista em nome da fraternidade universal. Parte dessa peça oratória foi transcrita em 11 de abril de 1924 no jornal *Folha do Norte*: “Sejamos humanos! Abominemos a guerra! Vivamos para outrem, à maneira altruísta da França, mas cheios de consciência, prezando a família, a pátria, a humanidade” (O 9 DE ABRIL, 1924, p. 02). Falaram em seguida o Dr. Carlos Nascimento, o professor Manoel Paranho Guimarães e João de Freitas, que “proferiu um discurso arrebatador”.

A presença de Fran Pacheco em Belém trouxe não só ânimo novo às associações portuguesas que se reuniram em uma Junta Federativa¹⁸⁷; ele conseguiu influir entre os intelectuais paraenses a “saudade de Portugal” por meio do culto aos grandes escritores da “pátria irmã”, os quais seriam lembrados nos respectivos aniversários de falecimento. Como o ambiente letrado em Belém historicamente tivesse uma inclinação lusófila, o ano de 1924 tornou-se o mais propício para festejar os laços culturais que até então se mantinham atados firmemente. A cada nota publicada por Fran Pacheco nos jornais encontrávamos algum gesto direcionado para estreitar a colaboração de portugueses com paraenses; tal como a carta enviada à redação da *Província do Pará* no dia 10 de abril e publicada na manhã seguinte. Nela o cônsul demonstrava solidariedade pela memória do escritor João Marques de Carvalho e detalhava um pouco das atividades desempenhadas quando de sua primeira estadia nas terras guajarinhas.

¹⁸⁷ A Junta Federativa das Associações Portuguesas do Pará era formada pela Sociedade Portuguesa de Beneficência, pelo Grêmio Literário e Comercial Português, pela Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama, pela Tuna Luso Comercial, pela Benemérita Liga Portuguesa de Repatriação, pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Pará e pelo Grêmio Lusitano.

“Prezados Srs. e confrades.

Consintam que nos associemos às justas palavras de homenagem, hoje tributadas à querida memória de João Marques de Carvalho, a cujo convite devemos o prazer de colaborar no magnífico diário do senador Antônio Lemos. Havia ao tempo de (1896 – 1898), quando aqui residimos, dois jornalistas autênticos, - o redator principal de *A Província do Pará* e João de Deus do Rego, que indicamos ao Dr. Enéas Martins, como o mais talentoso, e de inteligência mais maleável, para nos substituir na *Folha do Norte*. Este principiava, então, a sua carreira de luta, e nos víamo-nos compelidos a procurar um novo ofício. Sentimos saudades, bem intensa, dessa época de lida insana! Solidarizando-nos com esse preito, [...] o também esquecido irmão do romancista da *Hortência*, - Antônio Marques de Carvalho, poeta vibrantíssimo, companheiro de Rhossard, Acrísio Mota, Natividade Lima, Teodoro Rodrigues e tantos outros, “em quem poder não teve a morte”. Abraça-os o vosso Fran Pacheco (PACHECO, 1924a, p. 01).

É em meio a tanta familiaridade que a primeira reunião para tratar da fundação da Universidade Livre ocorreu na noite do dia 11 de abril, às 21:00 horas, no Grêmio Literário Português. Durante esse encontro preparatório, que contou com a presença de “médicos, bacharéis, engenheiros [e] comerciantes contabilistas”, tendo sido distribuídos “cerca de 72 convites” (UNIVERSIDADE..., 1924a, p. 01), Fran Pacheco expôs a ideia e as razões da criação de um órgão de caráter popular destinado a disseminar informações por meio de conferências referentes a assuntos diversos. Essa iniciativa havia sido efetivada em São Luís entre 16 de setembro de 1909 a 17 de março de 1910, totalizando um total de 16 palestras, sendo algumas delas publicadas em folhetos. Baseado nessa experiência positiva se tentava em Belém reproduzir esse círculo de “lições” contando com a colaboração de todos os “doutores” da cidade. Logo nessa primeira reunião ficou a presidência composta por Ignácio Moura, Fran Pacheco, Elias Vianna, Carlos Nascimento e Misael Seixas¹⁸⁸.

As demais reuniões preparatórias destinadas a definir o regimento da Universidade Livre, eleger seus dirigentes e escolher os primeiros palestrantes ocorreram nos dias 13, 22 e 27 de abril de 1924 na sede do Grêmio Literário Português. A crença no sucesso dessa empreitada educacional se coadunava perfeitamente com o tipo de atividade cultural coletiva exemplificado pelo Instituto Histórico e pelas Associações da Imprensa e dos Novos. O esforço em prol do engrandecimento cultural, a valorização das inteligências locais e a movimentação das camadas instruídas, indiferente a condição financeira, entusiasmava velhos e jovens. Uma nota sem título e assinada apenas pela inicial “F” foi publicada na *Folha do Norte*, em 27 de abril; nela lemos a síntese do anseio pelo progresso mental de uma intelectualidade que se julgava esquecida pelo resto do país.

¹⁸⁸ Misael Seixas na folha de rosto de seu livro *Estudos e Paisagens* (1924), indica entre os diversos cargos e títulos a função de “docente” da Universidade Livre do Pará.

Pode considerar-se estabelecida, nesta capital a Universidade Livre. Embora o nome apavorasse umas tantas pessoas tímidas, ou provocasse o desdém de outras, o certo que essa instituição democrática, acordando o gosto pelas ideias e noções gerais, trará vantagens de vária espécie. Determinam os bons pedagogistas que todo o professor prepare as suas lições. Trata-se de um percalço bem previsto. Fundando-se a ciência de educar na psicologia, e sendo qualquer estudante uma incógnita, convém aos seus pioneiros presumir-se contra possíveis surpresas. Uma pergunta a propósito, ou sem ele, desarmara, não poucas vezes, a solércia dum preletor. Ora a Universidade Livre, propõe-se a compelir, os que se incumbirem das conferências, a rever assuntos do seu agrado, não raro esquecidos. Essas incursões nos domínios do espírito proporcionam-nos verdadeiras alegrias morais. Justo que se partilhem com o próximo. Não há maior gozo, supomo-lo desde que nos emancipamos de rudes egoísmos (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924a, p. 01).

Na reunião realizada na noite do dia 27 de abril foram colocados em discussão os 10 artigos relativos a organização interna da Universidade Livre. O documento que deu forma e definiu a função da futura “academia” foi redigido por Henrique Santa Rosa, Penna de Carvalho, Alcides Gentil e Jayme Aben-Athar; desse texto conseguimos encontrar somente alguns fragmentos que foram discutidos e modificados durante assembleia. Na *Folha do Norte*, em 28 de abril, pudemos encontrar os seguintes itens transcritos:

[1º] – A Universidade Livre, fundada nesta capital de Belém do Pará, aos 11 de abril de 1924, tem por fim a cultura de ideias gerais, mediante conferências, nos termos deste regimento. [...] lê-se o art. 4º que se ocupa da diretoria. O Dr. Meira alvitra que se eleve a cinco o número de três. O Dr. Ferreira Teixeira lembra que se mantenham os três diretores efetivos, com três suplentes. Aprova-se. Acontece o mesmo aos arts. 5º, 6º e 7º. O Dr. Henrique Santa Rosa impugna o termo – “designará”, do art. 8º, propondo o Dr. F. Teixeira que se mude para – “convidará” o Dr. A. Meira sujeita ao debate o aditivo – “podendo qualquer professor pedir a designação de um dia para fazer uma conferência”. Aprovado. Os arts. Finais – 9º e 10º - não suscitam reparo. Indo a hora um tanto adiantada, adiou-se para a próxima quinta-feira, 4 de maio, a eleição da diretoria e a escolha do primeiro turno de conferentes (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924b, p. 01).

Concomitante ao empenho pela criação da Universidade Livre a cultura literária portuguesa recebeu grande valorização em 1924 em virtude da atuação de Fran Pacheco que integrava a intelectualidade brasileira nessa onda de festejos e palestras. Novamente, no Grêmio Literário Português, às 09:00 horas da noite, Fran Pacheco realizou uma palestra concernente a obra de Teófilo Braga. Ninguém mais autorizado para levar essa comunicação a efeito do que o Cônsul Português, o qual em 24 de abril lançou em Belém o livro *Cartas de Theófilo* (1924) e fora “durante trinta anos discípulo do grande mestre da beletrística, da ciência, da filosofia e da política” (THEÓFILO BRAGA, 1924, p. 01). Em menos de um mês o nome, as ações e o verbo do prolífico magistrado lusitano dominavam as páginas dos jornais e recebiam aplausos de jovens atraídos por sua capacidade articuladora e criativa. Um quartanista da Faculdade Livre de Direito chamado M. Centelo Lopes enviou ao cônsul uma carta parabenizando as

iniciativas recentes; a missiva foi publicada em 04 de maio na *Folha do Norte*. O excerto a seguir ilustra a aura de admiração que cercava Fran Pacheco.

Quando V. Exe., em sessão das sociedades portuguesas no consulado de Portugal, propôs a criação de uma universidade da qual participassem brasileiros e portugueses, numa comunhão magnífica de sentimentos julguei perfeitamente justa e oportuna a feliz ideia, que inestimáveis benefícios trará a esta parcela da Pátria Brasileira, onde nasci, me tenho educado e instruído. Sempre foi meu pensamento estar ao lado das boas causas. Tudo o que respeita à vida intelectual me interessa e seduz muito, pois, em verdade, não compreendo como o homem possa viver apenas submissos a reclamações da substância corpórea. [...] Torna-se mister o convívio inteligente nas poucas horas de lazer. Ele suaviza as vicissitudes. É o refrigerio da mente. Dá-lhe estímulo. Bem-digo, por isso, a fundação da Universidade Livre. Ao que observei na reunião de domingo passado, apraz-me prever o renascimento das letras no Pará, da maneira mais eficiente. Que estejam todos sempre unidos e levem bom termo a novel substituição (LOPES, 1924, p. 02).

O apoio da juventude também viria nas palavras de Paulo de Oliveira, que assumindo a exaltada postura de defensor da Universidade Livre traçava com sua linguagem pomposa e inflada de vocábulos raros o valor da iniciativa acadêmica. O seu artigo “Sobre a Universidade Livre” foi publicado na *Província do Pará*, em 17 de maio.

Agora estamos em via de estabelecer entre nós uma Universidade Livre. Não sabemos por que foi, essa lembrança, recepcionada, da parte de alguns espíritos de vesga intransigência, com chulas pedantes e dichotes pretenciosos, todos a quem quer que seja no investir, assim, desairosamente, contra a auspiciosa promessa que nos acena. [...] No Pará, é sabido, florescem talentos luminosos, em todos os ramos de atividade espiritual temos cultores que honrariam aos meios mais exigentes, cumpre, todavia, reuni-los num núcleo, o que trará, estamos certos, resultados proveitosíssimos a nossa precária educação artística. Vamos à Universidade! Mãos à obra, operários clarividentes! É a mocidade que vos intima a que realizeis o vosso compromisso! Aproveitemos a boa intenção que move os louváveis esforços desse realizador que vos quer irmanar! Avante! (OLIVEIRA, 1924d, p. 01).

Os discursos contrários ou de deboche dirigidos à criação da Universidade Livre devem ter sido vinculados no jornal *O Imparcial*; infelizmente não pudemos ter acesso aos números desse periódico publicado em 1924. De todo modo, a futura rodada de palestras instrutivas contava com o apoio de jornais prestigiosos como eram *A Província do Pará* e *Folha do Norte*, além do tabloide recém-criado *República* mantido pelo Partido Republicano Paraense. Esse órgão estava em plena campanha pela eleição de Dionísio Bentes ao Governo do Pará, o que se consumou.

A reunião que de fato estabeleceu os membros da diretoria e determinou o primeiro palestrante da Universidade Livre ocorreu no dia 08 de maio no Grêmio Literário. Esse encontro de doutores teve a exortação calorosa de Ignácio Moura que rebateu, com um artigo publicado

na *Folha do Norte* na data referida acima, as opiniões desfavoráveis quanto ao empreendimento instrutivo.

Não nos importemos portanto, com a ironia dos pessimistas, sempre prontos a contrariar os passos dos que desejam caminhar para diante. Teremos hoje, à noite, no Grêmio Português, uma sessão plena, para tratar dos interesses, da futura Universidade. A lista dos convidados é incompleta mas a ausência que mais se tem notado nos nossos apelos espirituais, é a da magistratura do Estado que, pôs demais departamentos da República, tem sido sempre a primeira a comparecer (MOURA, 1924, p. 03).

No dia seguinte, a mesma *Folha do Norte* informava quanto a eleição dos membros da diretoria e os seus respectivos suplentes. O cargo da presidência e dos secretários foi ocupado pelos Drs. Henrique Santa Rosa, Oscar de Carvalho e Alcides Gentil; os escolhidos para substitutos foram os Drs. Augusto Borborema, Ignácio Moura e Camilo Salgado. A data sugerida para a realização da primeira palestra, a ser proferida pelo presidente da Universidade Livre, foi a do dia 13 de maio; contudo a preleção inaugural ocorreria apenas no dia 15 de junho, às 10:00 da manhã, no *foyer* do Teatro da Paz. A notícia que então preparava o público para o esperado evento ganhou destaque no jornal *República*, em 10 de junho.

Dentro de poucos dias, o Dr. Henrique Santa Rosa realizará a primeira das conferências que a Universidade Livre do Pará se propõe fazer, sobre diversas matérias. O conferencista escolheu o tema: “Belém e a sua topografia” sob o ponto de vista histórico e sanitário. O assunto, cujas características bastante se recomendam, encontrará, na competência indiscutível do culto engenheiro, o desenvolvimento preciso. A Universidade Livre convidará as autoridades civis e militares, como todos as escolas superiores e secundárias para a inauguração das conferências (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924c, p. 01).

Mas não podemos deixar de mencionar que nas noites dos dias 01 e 10 de junho se celebrou no Grêmio Literário Português a memória de Camilo Castelo Branco e Luís Vaz de Camões. E como não deve ser surpresa para ninguém o palestrante dessas noites foi o infatigável Cônsul Português, o Dr. Fran Pacheco; mesmo que não tenhamos descoberto de qual formação lhe adveio esse título acadêmico.

A notícia que informou e resumiu a palestra ministrada pelo Dr. Henrique Santa Rosa, Diretor de Obras Públicas do Estado, ganhou a primeira página da *Folha do Norte* e d’*A Província do Pará* no dia 17 de junho. Com pequenas diferenças os textos publicados nos dois

jornais dão conta da dimensão que a conferência inaugural da Universidade Livre¹⁸⁹ tomou para a sociedade instruída de Belém.

Não podia ser mais auspiciosa do que foi a inauguração das preleções que se propõe realizar a Universidade Livre. Presentes numerosas pessoas, entre elas o representante do Dr. Governador, desembargadores, médicos, engenheiros, advogados, professores, industriais, negociantes, contabilistas, publicistas, acadêmicos, etc, o Dr Oscar de Carvalho, em frases claras, aludiu à iniciativa, recordando o que se passou com Alexandre Humboldt, quando quis implantar o sistema de conferências, muito seguido num grande foco de cultura – Paris. A pátria do grande sábio, reunida em Berlim, recebeu mal o empreendimento. Mas, depois, o salão regurgitava de ouvintes. Espera que suceda o mesmo nesta capital. O Dr. Henrique Santa Rosa, que toma a palavra logo após, antes de entrar no assunto de sua conferência, expôs os motivos por que aceitara o honroso encargo. Tratando-se de uma ideia modesta, declarou, escolheram o mais retraído e modesto dos promotores da Universidade Livre para encetar as palestras (UNIVERSIDADE LIVRE..., 1924d, p. 01).

O discurso de Henrique Santa Rosa foi posteriormente publicado na brochura *Belém e sua Topografia* (1924). Do que ficou registrado a respeito dessa noite da inauguração do círculo de palestras da Universidade Livre e do tipo de abordagem escolhido pelo conferencista fica evidente o seu desejo de sensibilizar a plateia quanto a necessidade da tomada de ações voltadas para modernizar a capital paraense segundo o modelo das iniciativas realizadas por administradores dos séculos XVIII e XIX¹⁹⁰. O progresso de Belém estaria vinculado ao trabalho de urbanização que drenasse áreas alagadiças, realizasse trabalhos de terraplanagem e desbravasse regiões de mata. A percepção de Henrique Santa Rosa, salvo as devidas atualizações, debruçou-se nos problemas de saneamento da cidade existentes ainda hoje em razão da sua topografia. Caso a devida abordagem técnica sobre o relevo e a geografia de Belém fosse levado à cabo seria possível ver:

Então surgir uma nova Belém, de eterna primavera, formosa e inigualável como a entrevira Patroni, em 1821, quando, entre as fantasias da sua elocução febril, perante as cortes constituintes de Lisboa, compara a cidade fundada por Castelo Branco à sagrada Bethlem, que não teria sido a *mínima* entre as terras de Judá... – *Nequaquam minima est* – (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924d, p. 01).

Quem deu prosseguimento às conferências públicas foi o “chefe do laboratório bacteriológico do Serviço de Profilaxia Rural” (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924e, p. 01), Dr. Jayme Aben-Athar. O tema escolhido pelo palestrante – “A significação da vida” – foi

¹⁸⁹ Embora com muitos limites quanto a fundação da Universidade Livre a dissertação *A Engenharia da História: natureza, geografia e historiografia na Amazônia* (2009), de Tarcísio Cardoso Moraes, comenta aspectos importantes da função educacional dos membros mais atuantes do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

¹⁹⁰ O autor cita o “plano higiênico” do Major Engenheiro Gaspar João Geraldo Gronfelts (1771) e dos Capitães José Raphael Nogueira e Domingos José Frazão. Além desses, informa das melhorias feitas por Bernardo de Sousa Franco, Jerônimo Francisco Coelho, Fausto Augusto de Aguiar e pelo General José Narciso de Magalhães.

anunciado n'A *Província do Pará*, em 24 de junho e a apresentação se deu às 9:00 horas da manhã novamente no salão do Teatro da Paz no dia 29 do mesmo mês. Em 01 de julho, os jornais *República* e *A Província* publicaram na primeira página o mesmo texto que resumia o conteúdo da fala do colaborador da Universidade Livre. Nessa síntese somos informados de que o palestrante discursou a respeito da “longevidade” expondo suas ideias a partir dos estudos de August Weismann. As considerações de Jayme Aben-Athar parecem ter saído de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

[A] limitação da vida dos animais depende menos da constituição fisiológica dos indivíduos que das condições ambientais, e, por isso, a vida pode ser proporcionada, isto é, acrescida ou diminuída consoante as exigências da espécie. Para fixar a duração da vida, a natureza visa apenas, a espécie e não o indivíduo. Para a espécie, propriamente, pouco lhe importa que o indivíduo viva mais ou menos tempo; o que em absoluto, lhe interessa é que se lhe faculte quanto seja mister para a conservação da raça (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924f, p. 01).

Dali a alguns dias o “diretor da Fazenda Pública” (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924g, p. 01), Coronel Apolinário Moreira, era anunciado como o terceiro palestrante; porém, essa conferência não chegou a acontecer. Não encontramos nenhuma nota na imprensa que justificasse esse fato. Contudo, o que ganhou destaque nesse meio tempo foi a sessão em homenagem ao poeta Guerra Junqueiro realizada na noite do dia 07 de julho no Grêmio Literário pela Junta Federativa das Associações Portuguesas. Nessa ocasião a cerimônia foi presidida por Fran Pacheco e a fala em favor da memória do poeta lusitano ficou por conta do Sr. Mendes Campos.

Quem veio dar sequência às manhãs instrutivas no Teatro da Paz¹⁹¹ foi o “historiógrafo” Dr. Cândido Costa, que discursaria no dia 13 de julho tratando da “imigração japonesa¹⁹²” como demonstram os anúncios nos jornais *A Província do Pará*, *Folha do Norte* e *República*. Um breve resumo do assunto exposto ganhou publicidade no dia 15 de julho.

O conferencista ocupou-se, em espaço maior de uma hora, do problema da imigração japonesa nos Estados Unidos e no Brasil, tratando o assunto com elevação de vistas e descortino. Buscando as fontes dessa imigração e da formação étnica da raça americana, o orador estudou com proficiência a tradição histórica pré-colombiana no povoamento do solo americano por vários povos orientais. E, depois de uma empolgante digressão sobre o assunto, desenvolveu os seus pontos de vista relativos

¹⁹¹ No dia 13 de julho por meio do jornal *República* informa-se que “Sr. Dr. Deodoro Mendonça, secretário geral do Estado, cedeu à Universidade Livre, para as suas conferências, o salão acima referido [o foyer do Teatro da Paz], independente de novos pedidos”.

¹⁹² O jornal *A Província do Pará* trouxe no dia 15 de julho um breve, mas interessante, complemento do tema abordado pelo Dr. Cândido Costa. O texto afirma que o palestrante falou “largamente, sobre o esplendor da civilização dos astecas e dos incas, referindo-se às semelhanças étnicas desses povos e dos asiáticos, em especial com os da raça amarela”.

à adaptabilidade da raça nipônica no vale amazônico como elemento de prosperidade agrícola (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924i, p. 01).

A conferência seguinte ficou anunciada logo no dia 10 de julho como imediata ao do Dr. Cândido Costa. Essa quarta exposição seria feita pelo “estudioso economista” Sr. José da Costa Castro, que versaria “[d]os complexos problemas econômicos” e a “missão dos Estados Unidos”, que havia visitado “diversas zonas do Pará examinando os melhores meios de se desenvolver o plantio da borracha e de valorizar outros produtos estaduais” (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924h, p. 01). Daí nasceria a cidade-emprego de Fordlândia.

A *Província do Pará* ofereceu mais detalhes no dia 23 de julho referentes aos pontos a serem abordados na próxima apresentação. O texto que transcreveremos abaixo foi posteriormente publicado no jornal *República*, em 26 de julho, véspera da conferência.

Como se prova a incompetência ou insinceridade da missão britânica (a missão Montagu). As raízes da desorganização financeira do país não se encontram no campo econômico, mas sim, mais acentuadamente, na psicologia popular. O fenômeno cambial independe da vontade humana. A estabilidade cambial é incompreensível, perante a lei da oferta e da procura. As oscilações cambiais são estranhas ao meio monetário em circulação. O conceito do Banco do Brasil foi errôneo e precipitado (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924j, p. 01).

Na manhã do dia 27 de julho, às 10 horas da manhã, realizava-se no Teatro da Paz a conferência largamente anunciada. Concomitante ao evento de instrução pública desenrolava-se em Belém o levante do 26º Batalhão de Caçadores (BC), que vinha repercutir a revolta militar iniciada na cidade de São Paulo em 05 de julho e se integrar ao movimento sedicioso que tomara o poder na capital do Amazonas no dia 23 de julho. Os insurgentes liderados pelo Capitão Assis de Vasconcelos deixaram o quartel às 14:30 seguindo pela Avenida Nazaré até chegarem à Praça da República onde ocorreu um combate entre os militares revoltosos e as forças da Brigada Militar do Estado. É possível imaginar que nessa altura a palestra de José da Costa Castro estivesse acabada e a assistência tenha deixado as imediações do Teatro da Paz. Quão dramático seria sair do edifício símbolo da cultura erudita de Belém, abrigo da incipiente Universidade Livre, e se ver no meio de uma refrega armada.

O motim liderado por Assis de Vasconcelos terminou ainda no dia 27 de julho. Após os revoltosos terem vencido a batalha da Praça da República e dispersando o pelotão da Infantaria da Brigada Militar que estava situado no parque João Coelho; os 200 homens do 26º BC foram divididos com o objetivo de tomarem o Quartel General da Região e o Batalhão de Infantaria. Assis de Vasconcelos liderando um grupo de seus seguidores dirigiu-se para o quartel do Batalhão de Infantaria dando perseguição aos soldados legalistas expulsos do parque João

Coelho. Nesse trajeto os militares sublevados foram emboscados pelos combatentes liderados pelo Comandante da Região, o Coronel Raimundo Barbosa e o Tenente Josué Freire. O Capitão Assis de Vasconcelos alvejado nessa incursão ficou estirado em uma calçada até a manhã do dia 28 quando o levaram para o Hospital da Ordem Terceira onde ele faleceu.

Embora a revolta de Belém estivesse controlada as ações dos militares insurgentes prosseguiram com o domínio de Manaus e na região do Baixo Amazonas com a tomada das cidades de Óbidos e Santarém. A campanha de retomada dessas cidades ficou a cargo do General João de Deus Menna Barreto, que partiu de Belém no dia 16 de agosto com uma frota composta pelo Cruzador Barroso, os *destroyers* Sergipe e Mato-Grosso, o barco de transporte de guerra Poconé e os navios de transporte Belo Horizonte e Rio Mar; seguiram também dois hidroaviões da Marinha. O contingente de militares envolvidos nessa investida ficou estimado em 2700 homens. Óbidos foi dominada pelas forças legais em 26 de agosto e a vitória ocorreu no dia 30 quando o general Menna Barreto ocupou a capital do Amazonas¹⁹³.

Como é possível imaginar o assunto mais comentado pelos jornais de Belém durante todo o mês de agosto foi o conflito entre os revoltosos e as forças militares federais no Baixo Amazonas. As conferências da Universidade Livre foram suspensas sendo retomadas apenas no dia 21 de setembro com a palestra do Padre Florêncio Dubois intitulada “As Catedrais – sob os aspectos histórico, teológico e artístico”. As notas que anunciaram essa conferência transpareciam de forma sutil os “motivos de força maior” (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924k, p.01) e o “intervalo justificável” (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924l, p.01), que motivou a interrupção dos eventos dominicais de erudição no Teatro da Paz. Contudo, o meio cultural permaneceu ativo graças a Fran Pacheco, que organizou no Grêmio Literário, no dia 16 de agosto, uma cerimônia para lembrar o 24º aniversário de morte do romancista Eça de Queiroz. Nesse período a “Conferência realizada pelo Sr. J. Castro” foi publicada na íntegra pelo jornal *A Província do Pará* nos dias 14, 15 e 16 de agosto.

Outro intervalo considerável se interpôs ao funcionamento da Universidade Livre. A exposição que tentava dar continuidade ao círculo regular de comunicações instrutivas ocorreria no dia 01 de novembro. As notas que circularam na imprensa informando da conferência do “Dr. Oscar de Carvalho, reputado homem de letras e figura de destaque no corpo médico do Pará” (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924m, p.01), confirmam uma ruptura no modelo das palestras oferecidas anteriormente. No sábado em que ocorreu a “Conferência do Dr. Oscar de

¹⁹³ Para mais informações ver COIMBRA, 1981.

Carvalho”, o jornal *A Província do Pará* publicou o programa em que conhecemos o ambiente festivo da última conferência da Universidade Livre.

Na sede da Associação dos Novos, à Avenida Liberdade, 103 (Associação da Imprensa), realiza-se hoje, às 8 ½ horas da noite a anunciada conferência do nosso distinto colaborador e apreciado homem de letras Dr. Oscar de Carvalho, intitulada “Cultura Física”, a qual se acha dividida em duas partes, sob os títulos: “A beleza feminina” e “Militarismo”. Para essa festa do espírito, que se anuncia brilhante, foi organizado o seguinte programa: 1ª – parte – a) apresentação do conferencista pelo associado Paulo de Oliveira; b) conferência do Dr. Oscar Carvalho: “A cultura física, a beleza feminina e o militarismo”. 2ª – parte – Martha Leixões – grupo musical da Associação dos Novos; 2 – Versos A. Ribeiro de Castro; 3 – Versos (trecho do livro *Cidade da Beleza e da Amargura* – De Campos Ribeiro; 4 – Versos Raymundo Peres; 5 – Versos humorísticos – Luiz Gomes (Jacques Flores); 6 – Versos – Bruno de Menezes; 7 – One-step marcha, Vertigem (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924m, p. 01).

O sucesso da noite que uniu conhecimento e diversão foi divulgado pela *Folha do Norte*, em 03 de novembro. A nota “Universidade Livre” deu ênfase ao grande número de convidados destacando a presença do representante do Governador do Estado, o Capitão Alfredo Câmara; além demarcar a atuação de Paulo de Oliveira e do presidente da Associação dos Novos, o Sr. Raimundo Nonnato. Em outra nota d’*A Província do Pará*, publicada no dia 04 de novembro, ficamos sabendo que terminada “a linda festa espiritual foram improvisadas animadas danças, que se prolongaram até a madrugada” (UNIVERSIDADE LIVRE, 1924n, p. 01). Após essa data, nenhuma informação dos rumos da Universidade Livre ganhou as páginas da imprensa de Belém. Chegara ao fim a empreitada do Cônsul português de criar uma “universidade popular”.

Figura 39 – Anúncio de prestação de serviço.



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Ainda no mês de novembro, a comunidade portuguesa da capital paraense seria abalada pela morte trágica de um herói nacional. O “aeronauta” Arthur de Sacadura Cabral sucumbira em desastre um aéreo no dia 15 de novembro, quando retornava a Lisboa da cidade de Amsterdã. A memória do “moderno herói” português não ficaria sem receber as devidas condolências das autoridades de Belém, uma vez que o intrépido aviador havia visitado a cidade

em agosto de 1922. Ernani Vieira, membro da Associação dos Novos, publicou um soneto¹⁹⁴ dedicado ao aventureiro lusitano no dia 14 de dezembro n’*A Província do Pará*.

Argonauta do Arrojo, intrépido argonauta
das conquistas sem par da Força e da Coragem.
ei-lo libelulando o seu ardor sem pauta
- no delírio de ideal, patriótica miragem.

Mais eis contra o Homem já todas as forças agem
e derrubam, assim, sua índole incauta
de audaz desbravador da cósmica paragem
- onde as Parcas se dão eterna ceia lauta.

E ei-lo, então, sempre Herói – novo Ícaro da História,
tombando para o Fim. – Com que pesar descero
as cortinas azuis da apoteose da Glória!

E ele cai, a morrer... Mas a História, afinal,
Há de fazer do Herói do pássaro de ferro
- nova Constelação do céu de Portugal!

(VIEIRA, 1924, p. 01).

Na noite de 16 de dezembro, às 21 horas, realizou-se “uma sessão magna” (SACADURA CABRAL, 1924, p. 01), no Teatro da Paz para relembrar os feitos do “aventureiro”, então celebrado em todo o Brasil, por ter realizado com Gago Coutinho o *raid* Lisboa – Rio de Janeiro. O evento foi largamente coberto pela imprensa belenense reunindo paraenses e portugueses na consternação pelo desfecho trágico da vida intrépida do oficial da Marinha Portuguesa. A *Província do Pará* no dia seguinte à cerimônia descreveu os pormenores dessa celebração.

O grande ás lusitano teve ontem por parte da colônia lusa aqui domiciliada uma grande apoteose à memória imperecível, e à qual se associaram os brasileiros em geral. O Teatro da Paz achava-se apinhado de pessoas de toda representação social. Os Srs. Governador do Estado e intendente de Belém e mais autoridades estiveram presentes ao ato, sendo que aqueles por intermédio de seus representantes. Abriu a sessão o Dr. Fran Pacheco que pronunciou eloquentíssimo discurso. Falaram mais, recordando os grandes feitos do bravo piloto dos ares os Srs. Drs. Carlos Nascimento, Luiz Barreiros, Luiz Estevão e Padre João Maria Valente, que forma a encarnação viva da saudade e do sentimento que a todos dominava a memória do inexcédível argonauta. - As sociedades portuguesas estiveram representadas pelos seus diretores. - No palco lindamente ornamentado achava-se envolto nas bandeiras portuguesa e brasileira o retrato do bravo comandante Sacadura Cabral (SACADURA CABRAL, 1924, p. 01).

A cerimônia que encerrou em Belém o tão prolífico ano de homenagens aos heróis da pátria lusitana ocorreria na tarde do dia 25 de dezembro. O Teatro da Paz novamente foi o palco usado por Fran Pacheco para recordar as glórias de importante figura da nacionalidade

¹⁹⁴ O soneto “Sacadura Cabral” trouxe a seguinte epígrafe: “A todos os portugueses do Pará na pessoa honrada de Serafim Monteiro”.

portuguesa: o navegador Vasco da Gama. *A Província do Pará* divulgou na manhã seguinte os principais acontecimentos do encontro em honra do navegante que descortinou de vez o “caminho das índias” ao Ocidente.

No Teatro da Paz realizou-se ontem, às 16 horas, a anunciada sessão magna de homenagem ao grande navegador português Vasco da Gama. Passava-se o quarto centenário da morte do bravo piloto, e quis o representante da nação amiga Dr. Fran Pacheco rememorar essa passagem. O Teatro estava repleto, notando-se entre os presentes representantes das principais autoridades do Estado, Federação e Município. No palco, ao fundo, via-se um retrato natural, de Vasco da Gama, belo trabalho do amador Antônio Augusto de Carvalho. Abriu a sessão o Dr. Fran Pacheco, que disse dos grandes feitos do glorioso navegador português. Em seguida a senhorita Áurea Martins recitou vários trechos de Latino Coelho, e o jovem Alves Moreira, com inspiração e entusiasmo, disse uns maviolosos versos. Também os Srs. Moreira Gomes e Raimundo Peres, da Associação dos Novos, recitaram boas poesias. De um dos camarotes falou o representante do Grêmio Literário Português, sobre o feito do valente mareante. O Sr. Cônsul agradeceu a presença de todos que assistiram à magna sessão, e encerrou a solenidade com seu entusiasmo costumeiro (VASCO DA GAMA, 1924, p. 01).

Se a comunhão da elite cultural de Belém em torno da Universidade Livre não atingiu os fins desejados frustrando quem sabe o desejo dos paraenses de criarem uma instituição aos moldes da Universidade de Manaus, a qual funcionou de 1909 até o ano de 1926; pudemos reconhecer a fragilidade do sistema associativo desenvolvido no Estado do Pará por estar altamente dependente das sinecuras governamentais. Mais interessante talvez teria sido a participação maciça de uma elite financeira preocupada em investir no material humano local para desenvolver outros campos econômicos. Poucas foram as agremiações que conseguiram legar alguma produção cultural e não somente uma história de entusiasmo e fracasso; além do mais, a quantidade de informações fornecidas indicam que a Universidade Livre não se portava como um órgão voltado para a prática docente destinada a formação profissional. O seu papel social, embora nobremente pensado e divulgado, pouco tinha a oferecer quanto a uma transmissão sistemática de conhecimento em áreas específicas das ciências.

5.5. *A Arte Moderna (1924)*, de Joaquim Inojosa, uma carta extraviada

O debate em torno do significado e da prática da arte “futurista” ou “nova” teve por meio da “carta-manifesto”, *A Arte Moderna (1924)*, escrita por Joaquim Inojosa, um capítulo muito interessante em Belém. A recepção dessa “epístola paulina” mostra alguns equívocos em sua função e destinação até então jamais elucidados. O alcance divulgador desse “convite” ao “Credo Novo”, teve na capital paraense, no momento de sua “entrega”, uma repercussão bem menos acentuada do que ganharia despropositadamente décadas depois.

A carta que foi apresentada como instrumento de conversão, “artefato” que exigia a transformação das sensibilidades tradicionais se forjou a partir de uma falácia que Joaquim Inojosa tratou de reiterar com a publicação recorrente d’*A Arte Moderna* em edições repletas de documentação sabiamente “selecionada” que comprovasse a relevância de sua plaqueta. Em 1969, *A Arte Moderna* ganhou edição dentro do terceiro volume da coletânea de artigos jornalísticos e cartas *O Movimento modernista em Pernambuco*; em 1977, *A Arte Moderna* foi publicada juntamente com a palestra *O Brasil brasileiro*, pronunciada em 1925, na cidade de Moreno, Pernambuco; no ano de 1981, nova edição dentro do livro *Sursum Corda!*. Em 1984, *A Arte Moderna* ganhou uma edição fac-similar. Todas essas edições contavam com larga documentação atestando a recepção d’*A Arte Moderna* dentro e fora de Recife. Os textos críticos coligados são em geral elogiosos e raramente discutem o plano ideológico apresentado por Inojosa; em sua maioria, as leituras passaram ao largo de equívocos evidentes como a inclusão de Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira entre os participantes da Semana de Arte Moderna ou Graça Aranha ter sido identificado como o líder ideológico do movimento modernista.

Muitos dos primeiros leitores d’*A Arte Moderna* louvaram entusiasticamente a “iniciativa”, o “espírito combativo” e o tom “polemista”. Textos com essa inclinação foram recolhidos por Inojosa para ressaltar sua iniciativa, mas quando a crítica não se comportava de forma tão lisonjeira o texto era manipulado para destacar apenas o que lhe interessava. Um exemplo bastante significativo desse procedimento está presente no livro de Wilson Martins, *O Modernismo*, publicado em 1965, que considerava *A Arte Moderna* como uma “bem intencionada e confusa ‘carta literária’ que Joaquim Inojosa enviou aos jovens da Paraíba, espécie de epístola paulina destinada a difundir o Modernismo no Nordeste¹⁹⁵” (MARTINS, 1965, p. 83). Inojosa, afeito ao vocabulário cristão, não perdeu a metáfora da “epístola paulina” passando a citar apenas a parte que lhe rendia as honras de ser comparado a Paulo de Tarso.

Segundo Neroaldo Pontes de Azevedo (1996), a carta destinada a “converter” a revista *Era Nova*, dirigida por Severino da Lucena e Sinésio Guimarães Sobrinho, em uma “Klaxon paraibana”; respondia, na verdade, a um convite que os referidos diretores fizeram a Joaquim Inojosa para que este representasse em Recife a revista que era publicada em João Pessoa e, naquele momento, já recebia sem nenhuma surpresa as notícias da “revolução estética” capitaneada por São Paulo. Em razão da atuação de Inojosa na imprensa recifense, desde o final de 1922, divulgando as ideias “futuristas”, era mais que conveniente ter na figura do já

¹⁹⁵ Ver página XXIII do 3º volume de *O Movimento modernista em Pernambuco* (1969).

conhecido polemista um colaborador. Mas Inojosa tomou o convite como uma oportunidade para a autopromoção aproveitando sua influência e relações de amizade com vários intelectuais do Rio, de Natal e de Belém para se lançar como doutrinador e líder intelectual. A estratégia foi tão bem-sucedida que décadas depois, por meio da conferência “Modernismo no Pará¹⁹⁶”, realizada em Belém, por ocasião da Festa Paraense do Livro¹⁹⁷, em 26 de maio de 1972, encontramos a seguinte avaliação da influência de *A Arte Moderna* junto aos intelectuais paraenses atuantes na imprensa em 1924.

Embora desde 1922 a juventude paraense, com Eneida, Bruno e outros, se sentisse a seu modo revolucionária, somente a partir de 1924 se organizaria na defesa do ideal de renovação modernista. E o convite para a empreitada surgia do Recife. Não apenas a revista *Mauricéia*, mas, sobretudo, a plaqueta *A Arte Moderna*, a carta literária em que, em 5 de julho de 1924, eu convidava a Paraíba a aderir ao Modernismo, constituíram a voz de chamamento do Pará ao movimento renovador. Em 1923, enviava Bruno de Menezes, para publicar naquela revista, o soneto “Evangelho”, mas no ano seguinte, brindavam-nos com o seu na época extravagante *Bailado Lunar* (INOJOSA, 1975, p. 223).

Joaquim Inojosa ao citar a revista *Mauricéia* e a plaqueta *A Arte Moderna* como divulgadoras da “renovação modernista”, sendo ele o diretor do magazine recifense e o autor da carta literária, se colocava como o grande disseminador e herói do Modernismo no Norte e no Nordeste. Com semelhante autoridade declarava ainda, em trecho anterior: “teremos de estabelecer, cronologicamente, Belém do Pará, como tendo sido a terceira capital do Brasil, excluído o Rio de Janeiro, a penetrar na campanha do modernismo paulista” (INOJOSA, 1975, p. 223). Com uma aparente minúcia histórica, citando datas e compilando trechos de artigos publicados na imprensa paraense, como o caso da revista *Belém Nova*¹⁹⁸ e do jornal *O Liberal*¹⁹⁹, parece difícil desacreditar das palavras de tão cuidadoso “historiador”.

¹⁹⁶ Esse texto foi compilado por Joaquim Inojosa no volume *Os Andrades e outros aspectos do Modernismo*, em 1975. Nessa edição somos informados que o texto foi originalmente lido em uma “Conferência pronunciada em Belém do Pará em 26 de maio de 1972”. Ainda nessa edição, ao final do texto, temos a informação de que a conferência foi publicada anteriormente no *Suplemento Literário de O Estado de São Paulo*, em 13 de maio de 1973. O “Modernismo no Pará” também ganhou uma edição no livro *Bruno de Menezes ou a sutileza da transição* (1994).

¹⁹⁷ A Festa Paraense do Livro foi um evento que aconteceu em Belém entre os dias 25 e 27 de maio de 1972. A sua solenidade de abertura aconteceu na biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA). O discurso de abertura foi proferido pelo Reitor da UFPA, o professor Aloísio da Costa Chaves. Estavam presentes na solenidade de abertura o professor Jonathas Pontes Athias, representando o Governador do Estado; o professor Jorge Azevedo, Presidente da Comissão Nacional da Festa do Livro; além de representantes das Unidades Militares, intelectuais e jornalísticas de Belém. A exposição e venda de livros aconteceu na Praça da República. O jornal *Folha do Norte*, em edição do dia 25 de maio, anunciou que às 8 horas da noite, do corrente dia, seria proferida a conferência, “O Modernismo no Pará”, pelo jornalista Joaquim Inojosa. A fala de Inojosa teria acontecido no Palácio da Justiça do Estado. Os jornais *O Liberal* e *Folha do Norte* tiveram ativa participação na cobertura do evento.

¹⁹⁸ Referimo-nos ao texto de Abgvar Soriano de Oliveira discutido anteriormente.

¹⁹⁹ Joaquim Inojosa citava a entrevista que o jornalista De Campos Ribeiro concedeu, em 12 de março de 1972, ao jornal *O Liberal*. Nessa entrevista De Campos Ribeiro, ao ser questionado da sua participação no movimento

Contudo, as coisas não se passaram da maneira como Inojosa contou. A influência que a revista *Mauricéia* teria exercido nos autores paraenses pode ser minimizada com o mesmo cuidado cronológico usado por seu diretor. A revista que fazia rima com a *Paulicéia* de Mário de Andrade só teve quatro números publicados, o primeiro em 10 de novembro de 1923 e o último em 21 de janeiro de 1924. A revista *Belém Nova*, publicada pela primeira vez em 15 de setembro de 1923, em edição do dia 13 de maio de 1924, na sessão “Belas Artes e Belas Letras (livros e revistas)”, chegou a anunciar o recebimento do quarto e último exemplar da *Mauricéia*.

Acusamos a permuta de: *Mauricéia* – a linda revista de arte e elegância, de Pernambuco, e que é um produto dos espíritos realizadores de Joaquim Inojosa, Austro Costa, e outros beletistas da hodierna fase intelectual de Recife. Do sumário do 4º número, de fevereiro, consta um bizarro autógrafo, em bela página, do poeta Velho Sobrinho: “Dentro de um sonho a renúncia da Glória”, de Sérgio Olindense, nome bastante conhecido no Pará, pois largo tempo conviveu entre nós; e versos do magnífico poeta Sady Garibaldi, e do adorável cantor das “Mulheres e das Rosas”, esse Austro de alma boêmia e coração de artista. Há, também, nítidas gravuras da vida mundana de Recife (BELAS ARTES..., 1924, s/n).

O equívoco vai mais longe quando atentamos para a relação que *A Arte Moderna* teve com o livro *Bailado Lunar*. É bem verdade que Bruno de Menezes até a data da publicação de seu segundo livro era conhecido como sonetista de talento, publicando quase diariamente versos no jornal *A Província do Pará* durante todo o ano de 1923. Novamente são as datas que nos ajudam a entender que Inojosa deve mais a Bruno de Menezes do que o contrário. *Bailado Lunar* saiu ao público em 10 de abril de 1924²⁰⁰, no dia seguinte, o livro ganhava uma nota anunciando sua publicação na primeira página d’*A Província*.

Recebemos, ontem com uma expressiva dedicatória, o último livro de Bruno de Menezes, um dos mais brilhantes elementos da moderna geração artística. *Bailado Lunar*, elegantemente impresso nas oficinas do Instituto Lauro Sodré, é um punhado de versos encantadores, vasados na escola contemporânea, e são 32 páginas que a gente lê de um fôlego, guardando, n’alma, uma deliciosa impressão: a capa é formosa alegoria do talentoso caricaturista paraense, Luiz Silva, traz ainda o retrato do autor, em “sanguíneo”, devido ao punho de Adrelino Cotta. A Bruno de Menezes, um dos mais esforçados pelo alevantamento da arte literária no Pará. Agradecemos a oferta, augurando-lhe um feliz êxito com o seu novo livro. Ao público recomendamos a

modernista afirmou o seguinte: “Não, estava muito verde. Depois, a Semana quase não teve repercussão aqui. Só a Eneida, o Bruno de Menezes e o Abguar Bastos é que se engajaram no movimento”. As palavras do jornalista paraense desagradam a Joaquim Inojosa que pelo visto esperava ser citado.

²⁰⁰ O segundo livro de Bruno de Menezes ganhou no dia 02 de março de 1924, também por meio d’*A Província do Pará*, uma nota que anunciava o início de sua impressão. Vejamos o texto: “Nas oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré, acaba de entrar para o prelo este novo livro de Bruno de Menezes, o poeta místico de *Crucifixo*. Certamente que nesse punhado de versos a ser lançado a público, mais uma vez o seu autor reafirmará seus dotes de fino e vibrante poeta, colhendo novas admirações e simpatias. O trabalho do Instituto Lauro Sodré, inegavelmente o nosso primeiro estabelecimento no gênero, será mais uma garantia da feição leve e artística do *Bailado Lunar*”.

leitura do opúsculo do conhecido poeta paraense, de que extraímos delicada joia (transcreveu-se o poema “Desilusão”) (LIVROS NOVOS, 1924, p. 01).

Essa é a razão para que *A Arte Moderna*, datada de 5 de julho de 1924, trouxesse entre os seus exemplos de versos modernos o poema de abertura de *Bailado Lunar*: “A lua é a bailarina imemorial dos ares”. Vale acompanhar o trecho que antecede a citação do poema do segundo livro de Bruno de Menezes.

Em Belém do Pará, existe uma vigorosa e ativa intelectualidade. Um grupo de talentosos rapazes, aliado a elementos da geração anterior, trabalha tenazmente no jornalismo, na poesia, na prosa. As ideais de arte moderna, encontram, para abraçá-las e tornar-se, ali, o seu defensor audaz, ao brilhante poeta Bruno de Menezes, proprietário e diretor da revista literária *Belém Nova*. O seu livro *Bailado Lunar* é um bailado de ideais surgindo num ritmo elegante e pessoal. Poeta de harmonia interior. Isto é: artista (INOJOSA, 1984, p. 28).

As palavras de Inojosa são convincentes de que o meio intelectual de Belém estivesse ativo dentro da atmosfera revolucionária que unia as capitais do Norte e do Sul do Brasil. Na mesma carta-manifesto são colocados em pé de igualdade os versos de Mário de Andrade e Guilherme de Almeida com poemas de Bruno de Menezes e Oswald Orico. Este último autor, também paraense, teve o poema “Graça” citado como exemplo da nova expressão poética brasileira; o poema faz parte do livro *Dança dos Pirilampos*, publicado em 1923, pela editora de Monteiro Lobato, a mesma que publicara em 1922 os livros *O Homem e a Morte* e *Os Condenados*, respectivamente de Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade.

Se *A Arte Moderna* não foi a “carta avassaladora” que trouxe as novas propostas de produção poética para Belém, como se deu sua recepção pelos órgãos da imprensa que estavam empenhados na divulgação dos debates literários de então?

A primeira notícia que dá conta do recebimento da plaqueta de Joaquim Inojosa vem por meio do jornal *A Província do Pará*, em 12 de agosto de 1924. A nota funciona confortavelmente como um texto de propaganda, tratando com simpatia o gesto do autor que enviara à redação do periódico um exemplar de seu opúsculo “pedindo em troca” um elogio largo e solícito.

A Arte Moderna é a vibrante carta literária que a Severino de Lucena e S. Guimarães Sobrinho, diretores da revista paraibana *Era Nova*, enviou Joaquim Inojosa, o espírito de artista que à frente da nova intelectualidade pernambucana, forma, com Austro Costa, Góes Filho, Dalby Fernandes e outros a aristocracia boêmia artística da Mauricéia. Nome de sobejo conhecido no cenário intelectual do país Joaquim Inojosa enfeixou seu lindo trabalho em elegante opúsculo de que, gentilmente, no enviou um exemplar (LIVROS NOVOS, 1924, p. 01).

Encabeçando esse parágrafo havia por título “Livros Novos”, realçando ainda mais o caráter propagandístico da nota. Não é possível cobrar nenhuma profundidade analítica de um texto tão breve. Mas vale ressaltar que nele existe a preocupação em afirmar o trânsito de ideias entre intelectuais de duas capitais nordestinas. Joaquim Inojosa despontava como líder de outros artistas recifenses e recebia o destaque de um desbravador que levava adiante seu ímpeto de proselitismo. O magnetismo da liderança de Inojosa também ganhou destaque, em maio de 1924, quando o advogado Abguar Soriano de Oliveira, de passagem por Belém, teve o artigo “A Literatura em Pernambuco” publicado na revista *Belém Nova*.

Eis que aparece um moço cheio de talento e cheio de idealismo, que alça o grito forte da modificação e da revolução! Esse moço é Joaquim Inojosa. E ele, com uma coragem e com um desassombro admiráveis, canta, com uma forma nova, as Belezas desconhecidas da Vida e da Arte! [...] O palpável de sua vitória está no obter que esse poeta maravilhoso, que é Austro Costa, ingressasse, também, nas fileiras futuristas (OLIVEIRA, 1924, s/n).

A fama de Inojosa divulgada em Belém por meio do depoimento de um pernambucano, ganharia com as notícias que se seguiram à publicação de sua carta literária, um significado expressivo. O jornal *República*, também noticiou em 15 de agosto de 1924²⁰¹, na coluna “Publicações”, a chegada à sua redação d’*A Arte Moderna*²⁰².

Recebemos, enviado pelo autor, o literato pernambucano Sr. Joaquim Inojosa, um folheto intitulado *A Arte Moderna*, contendo a carta literária que dirigiu aos editores da revista *Era Nova* Srs. Severino de Lucena e S. Guimarães Sobrinho. É uma propaganda formidável ao futurismo, a que o autor chama de Arte Nova, documentada com excertos de prosa e verso em várias línguas, dessa nova feição literária que está verdejando em nosso país. O histórico é completo, da moderna escola, zurzindo o Sr. Inojosa, sem piedade, os abencerragens das fórmulas velhas, em linguagem, por vezes, causticante e irônica (PUBLICAÇÕES, 1924, p. 04).

A nota publicada no *República* consegue fazer a síntese do que os leitores encontrariam no opúsculo de Inojosa: a divulgação do “futurismo”, os exemplos poéticos da Arte Nova e a desqualificação do “passadismo”. Mas o aparecimento da palavra “futurismo” nesse anúncio transparece o constante da incompreensão das propostas erguidas por Marinetti.

Um terceiro anúncio do recebimento d’*A Arte Moderna* foi divulgado pela revista *Belém Nova*, em 23 de agosto de 1924, na sessão “As oferendas do Espírito”. O texto também esclarece a origem do panfleto, informando ser ele uma carta que fora enviada aos diretores da revista

²⁰¹ Joaquim Inojosa cita a data de 12 de agosto de 1924. Contudo, esse texto foi encontrado na data indicada acima.

²⁰² Na coluna, Notas Várias, do jornal *República*, em 16 de setembro de 1924, um curioso texto recorre à fama de Joaquim Inojosa para anunciar a tinta de escrever à mão Fabrícia Lettonia. Vejamos: “Todos os poetas **faturistas** (talvez um erro de ortografia, grifo nosso) escreve, hoje, seus versos com tinta LETTONIA, por ser tinta ideal da Arte Nova, diz-o Joaquim Inojosa”.

paraibana *Era Nova*. E prossegue parabenizando o “entusiasmo e a audácia” do seu autor que apontava para a consolidação de um movimento literário afinado com as “exigências evolucionárias do século”.

Prosélito do Credo Novo da Arte, Inojosa prega a independência contra as regras irrevogáveis dos velhos métodos literários, musicais, poéticos, pictoriais, e tem palavras de louvores para o Sr. Graça Aranha, o pontífice do Espírito Moderno. Há exemplos, na plaquete, de produções no gênero requerido, de escritores nacionais e estrangeiros, citando o autor trabalhos em prosa e verso. É uma oferta, esta de “Arte Moderna”, que muito estimamos e apreciamos. Já por ser uma recolta belamente impressa e já porque é a revelação de espírito forte e sequioso de uma nova feição literária nas letras nacionais. (AS OFERENDAS..., 1924, p. 23).

Com o recebimento devidamente noticiado pela imprensa de Belém *A Arte Moderna* ganhou n’*A Província do Pará*, em de 21 de agosto de 1924, o primeiro artigo crítico que se dispôs a discutir suas propostas e o seu convite ao “Credo Novo”. O texto intitulado “Impressões de leitura”, sem indicação de autoria²⁰³, faz uma bem-intencionada avaliação da carta de Inojosa. A primeira questão destacada fora a liderança intelectual que São Paulo e Recife exerceriam no cenário nacional, mostrando que a “rebelião... contra as velhas formas de escrever... em desacordo com a época que atravessamos” (IMPRESSÕES..., 1924, p.01), surgira em São Paulo, mas Recife não podendo “dormir” ante uma renovação artística de tal importância entrara no combate com a atuação de Joaquim Inojosa. A revista *Mauricéia* recebe destaque como o órgão que agregou os intelectuais “convertidos” e agora militavam contra uma intelectualidade paralisada pela “idade”, de “cerebelo duro”. *A Arte Moderna* é enfim comparada a “um hino de independência dos intelectos” que buscava “libertar-se de métodos oriundos de países estranhos”. Essa avaliação nos encaminha a concluir pelas preocupações reformistas e nacionalistas do manifesto de Inojosa, o que está correto em parte. A crítica d’*A Província* levanta ainda uma questão interessante referente à ausência de “moldes” para a produção da Arte Nova, esse defeito ficaria evidente pela postura protecionista por parte daqueles que julgavam genial qualquer poesia que simplesmente se afastasse das “velhas fórmulas”. A crítica observa outro deslize d’*A Arte Moderna* ao aceitar poemas repelidos pela “estética”, transparecendo o moralismo tão usado pelos críticos da “Arte Nova”. Entretanto, a crítica anônima finaliza com entusiasmo suas impressões.

Somos otimistas em relação ao movimento que Inojosa defende e, depois, julgamos está época de transição. Desta insubordinação a princípios há de sair alguma coisa de mais firme e homogênea, que seja a escola dos tempos modernos. As oposições, nesse tempo, já terão desaparecido, ou se ainda as houver hão de ser da escola vitoriosa

²⁰³ A autoria desse artigo foi atribuída por Joaquim Inojosa nos livros *Os Andrades e outros aspectos do Modernismo* (1975) e *Sursum Corda!* (1981), ao jornalista d’*A Província do Pará*, Romeu Mariz.

contra outra que queira surgir. Esse é o ciclo da vida. O perseguido de hoje é o algoz de amanhã. Daqui mandamos ao jovem escritor paraibano (todos os livros de Inojosa indicam que ele é pernambucano) as nossas felicitações pela obra que empreendeu e pela maneira impecável por que redigiu a sua carta-manifesto aos seus jovens amigos da *Era Nova* (IMPRESSÕES DE LEITURA..., 1924, p. 01).

As informações que escaparam a avaliação da crítica comentada revelam uma atuação bem menos heroica de Inojosa e se somam aos equívocos de compreensão referentes *A Arte Moderna*. Antes de qualquer coisa, Joaquim Inojosa não criou nenhuma doutrina que espalhasse por Recife o “Credo Novo”; esse sucesso tão alardeado fora um produto de “importação” como esclarece novamente Neroaldo Pontes de Azevedo (1996), ele nos conta como, em agosto de 1922, Joaquim Inojosa havia viajado ao Rio de Janeiro para participar do 1º Congresso Internacional de Estudantes, “por ocasião das festas do centenário da independência” (p. 41). Joaquim Inojosa aproveitou sua estadia no sudeste do país e viajou a São Paulo onde conheceu Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade na redação do *Correio Paulistano*. Nessa visita travou relações de amizade com Guilherme de Almeida, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti e Mário de Andrade. Desse contato estava criada a ponte entre São Paulo e Recife, o que deixa ainda mais estranho Inojosa ter transformado Graça Aranha no grande mentor do Modernismo.

Em certa passagem d’*A Arte Moderna*, Inojosa cita palavras atribuídas a Ronald de Carvalho, poeta e fiel amigo de Graça Aranha: “no Brasil não há “futurismo”. Morra o “futurismo”” (INOJOSA, 1969, p. 08). Essa declaração promove um curto-circuito no texto quando em parágrafos seguintes Graça Aranha é apresentado como aquele que “explica o código renovador”, referindo-se a noite de 13 de fevereiro de 1922, a primeira noite da Semana de Arte Moderna; pois, teria nascido “naquela noite, para o Brasil, o... “futurismo”” (INOJOSA, 1969, p. 09). Em outras passagens, o nome de Graça Aranha retorna, inclusive fazendo referência ao seu “rompimento” com a Academia Brasileira de Letras, também em 1924, e ressalta a sua liderança ideológica ao considerar “desnecessário referir-me à falange vitoriosa dos que no Rio e em São Paulo acompanham o mestre querido que é Graça Aranha” (INOJOSA, 1969, p. 18). A liderança ideológica, o respeito pela personalidade literária e o prestígio intelectual de líder do Modernismo, como é de conhecimento geral, não ficou para Graça Aranha, mas para Mário de Andrade.

Da crítica sem autoria passamos àquela escrita pelo Padre Florêncio Dubois²⁰⁴, publicada no jornal *Folha do Norte*, em 16 de novembro de 1924²⁰⁵. O texto intitula-se como a carta que

²⁰⁴ Padre barnabita de origem francesa. Colaborou com os jornais católicos *A Palavra*, *A Voz de Nazaré* e com *A Folha do Norte*.

²⁰⁵ Esse artigo é citado por Joaquim Inojosa com a data de 26 de setembro de 1924.

seria discutida: “A Arte Moderna”. O ensajo que o Padre Dubois utilizou para iniciar sua avaliação provém da memorável reunião em que Graça Aranha “rompera” com a Academia. A violência do gesto do diplomata se relaciona a “declaração belicosa” de uma “carta-manifesto magistral” que ansiava pela “morte do passadismo e a vitória do atualismo”, embora não tivesse um “programa” buscava “códigos e fórmulas, oficialismos e ideias feitas” (DUBOIS, 1924, p. 01).

A leitura do Padre Dubois louva a iniciativa reformadora dos autores selecionados por Inojosa, mas os acusa de serem “visivelmente ultraístas, com a obsessão do lirismo, cheios de amor à desordem, sob catadupas de imagens forçadas, dentro da psicologia intuitiva, segundo os ritmos de Marinetti” (DUBOIS, 1924, p.01). A partir dessa observação, a crítica tenta fazer uma síntese dos aspectos técnicos da poesia moderna, afirmando que a falta de fixidez, a urgência em expressar o momento presente e a invenção de novos parâmetros versificatórios definiriam a poesia moderna. Com muita perspicácia o texto pondera a dificuldade por parte dos leitores, acostumados às formas tradicionais de versificação, em reconhecer o que se chamava então de poesia moderna. O desafio da expressão da nova literatura não se limitaria a desafiar a tradição, mas educar os leitores a identificarem as referências que a poesia tomaria emprestada de uma sociedade transformada pelas mudanças tecnológicas. Todo o lastro cultural de uma sociedade moldada segundo os parâmetros europeus, familiarizada com obras literárias que distinguiam o seu conhecedor como um erudito, se via ameaçado pela apropriação de códigos culturais sem “nobreza” ou “seriedade”.

A crítica do Padre Dubois, igualmente a que fora publicada pel’*A Província do Pará*, termina parabenizando a iniciativa de Joaquim Inojosa e alertando para o caráter cíclico e evolucionista das manifestações artísticas.

Seja bem-vinda a Arte Moderna! Passará o espanador por cima dos marabus acadêmicos, inovará ritmos, criará imagens e produzirá, talvez, um novo “frisson”, supremo sonho dos artistas atuais. Desemburguesará as Musas, ridicularizará o insuportável soneto, e topará, talvez, com o bico da pena-picareta, em veios inexplorados. Finalmente, a Arte Moderna, cheia de bons serviços e rica de ilusões, descera ao túmulo, empurrada pela geração vindoura, que desapiedadamente a colocará entre as barbas velhas e os fossilismos: “hodie mihi, cras tibi” (DUBOIS, 1924, p. 01).

A recepção favorável por parte dos intelectuais radicados em Belém teve um senão com a publicação do artigo “Crônica Paraibana: *A Arte Moderna*”, de Lauro Neiva²⁰⁶, em 29 de

²⁰⁶ Não encontramos nenhuma informação biográfica ou a profissão desse autor. No livro de Neroaldo Ponte de Azevedo (1996), obra já citada, conseguimos apenas a informação que Lauro Neiva era paraibano. Em alguns sites de busca da Internet consta que ele era médico.

agosto de 1924, n'A *Província do Pará*. Esse texto foi dedicado a Paulo de Oliveira, membro da Associação dos Novos e um dos críticos mais ferozes dos “futuristas de São Paulo”. O tom altamente crítico e depreciativo do texto apoia-se na ideia de que a tradição literária cujos representantes máximos seriam Virgílio e Dante, jamais poderia ser abandonada pelo “objetivismo dinâmico das futurísticas contradições” (NEIVA, 1924, p. 01). A qualquer escritor seria preferível “andar na companhia dessas sombras guiadoras” do que se deixar enganar pelas incoerências contidas n'A *Arte Moderna*, as quais Lauro Neiva explicita no trecho a seguir:

Não se pode compreender um homem (neste credo novo ninguém se entende) que, citando um nome privilegiado das letras para gritar alto “morra o futurismo”, seja o discípulo do grande personagem que bradou: - “Renovem-se! Sejam futuristas!” Ou o Sr. Joaquim Inojosa, na ocasião infeliz em que recebeu o fuste para levantar a revolução na passadista Mauricéia, estava atacado de loucura vesânica, ou (perdoe-me, se não é do código) cortava os rabanetes de Antônio Ferro para preparar uma salada para a futura poesia “dinâmica” (NEIVA, 1924, p. 01).

Após essa investida mordaz a crítica prossegue elencando as incongruências ideológicas da carta de Inojosa como: o seu desprezo por todos os “filósofos mortos” para em seguida citar Kant; as ideias filosóficas atribuídas a Inojosa, mas que seriam na verdade de Graça Aranha; a exaltação de Guilherme de Almeida como um poeta moderno, mas que era autor do livro *Canções Gregas*, contendo versos em que o poeta pedia os seres da natureza que lhe procurassem “a fruta perdida”, e assim prossegue até reduzir os poetas modernos a “um gramofone desenfreado da firma Aranha, Del Picchia, Inojosa & Cia” (NEIVA, 1924, p. 01). A crítica encerra de forma impagável.

Assim, numa mixórdia exemplar de frases ambíguas de modernista futrico, é impossível o Sr. Joaquim Inojosa conquistar, na melhor de todas as hipóteses, uma meia dúzia de moços para os voos tenebrosos da arte moderna. Antes, com sinceridade dizemos: - atire a sua “plaquette” nas águas do Capiberibe e procure afinar as cordas da lira para não gastar o caríssimo papel, a pena, o precioso tempo e, o que é mais, a nossa paciência... “Quousque tandem...?” (NEIVA, 1924, p. 01).

Embora o texto de Lauro Neiva estivesse ligado ao tradicionalismo literário ainda muito forte no Nordeste e encontrando bastante apoio em Belém, sua perspectiva crítica não causou nenhuma repercussão nos meses seguintes de 1924, do mesmo modo que no ano de 1925 não pudemos encontrar nenhuma referência na imprensa da capital paraense se reportando a novas discussões em torno d'A *Arte Moderna*. O que as palavras desse autor paraibano não revelaram, diz respeito a proporção que o debate em torno da carta de Inojosa ganhou nos estados nordestinos, principalmente em Pernambuco, onde os textos jornalísticos deixaram o foco literário e passaram difundir ofensas pessoais.

Todas as evidências apresentadas nos levaram a crer que a maior realização de Inojosa foi sua tentativa de se tornar o responsável pelo “modernismo em Belém do Pará [ter surgido] – como, aliás, na Paraíba e Natal –, graças ao convite recifense” (INOJOSA, 1975, p. 125). Essa é uma pequena amostra do que se esconde em meio aos porões da historiografia do Modernismo brasileiro, seja em qual latitude desejarmos investigar, acabaremos percebendo que o cânone costuma ser “um repositório das lendas e dos mitos heroicos que se foram cristalizando em redor de uma verdade bem mais simples” (MARTINS, 1965, p. 64). A epístola-manifesto, ao final, não divulga o Futurismo ou a Arte Moderna, mas aquilo que Inojosa compreendera como expressão desses conceitos ou movimentos artísticos. E quem nos ajuda a perceber isso é Annateresa Fabris:

Diante de tal quadro de referências, é difícil traçar uma visão articulada da recepção da arte futurista no Brasil nos anos 10 e 20, não só pelo fato de se tratar de um fenômeno episódico, evocado quando se quer fustigar e expressão moderna, mas, sobretudo, por tratar-se de um debate vincado de erros e falsas interpretações, derivados, em grande parte, de um desconhecimento efetivo das realizações concretas de Boccioni, Balla, Carrà, etc. rejeitado pela crítica passadista (para a qual o naturalismo era o modelo possível de uma arte nacional) e incompreendido pela geração modernista (que não consegue sair dos limites de uma concepção humanista), o futurismo não tinha condições efetivas de receber uma acolhida favorável no Brasil: seus pressupostos e suas realizações necessitavam de um horizonte tecnológico que mal estava começando a se estruturar numa cidade como São Paulo (FABRIS, 1999, p. 29 – 30).

O futurismo aparece na carta de Inojosa unicamente como qualificativo da Arte Moderna, tão deslocado quanto o grande número de nomes de autores referidos à esmo, citações de poemas que se excluíam pela diferença de estilos empregados e elogios a Graça Aranha por ter realizado a conferência “O Espírito Moderno”, em 19 de junho de 1924. Inojosa parece querer vencer a compreensão do leitor pelo volume de informações fornecidas de maneira desordenada; não há nesse suposto manifesto uma delimitação específica do que se defende e contra quem se luta, tudo o que se mostra útil à sua argumentação de vitória convém de ser coligado. Por isso, que poucos se aventuram a interpretar a epístola de Inojosa, pois é fácil sucumbir à quantidade de contradições caso já se tenha assimilado o *plot* vitorioso do Modernismo. Esse manifesto, que em seu momento inicial de recepção em Belém pouco contribuiu para esse meio intelectual, foi reavivado décadas depois pelas necessidades de uma história que convocava todos aqueles que quisessem partilhar da glória revolucionária.

5.6. Futurosos Vs. Futuristas: segundo combate

Dos marcos que definiram o ambiente cultural de Belém na década de 1920 muitos deles foram apresentados e por esse intermédio conseguimos vislumbrar como algumas distorções na compreensão de propostas artísticas ocorreram consoantes a atos que expressavam a coesão de propósitos entre intelectuais do mais variado tipo e temperamento estético. Está mais do que patente qual era o cardápio literário disponível nos periódicos paraenses e “dos aperitivos servidos” se pode imaginar quais as novas polêmicas ou publicações poderíamos esperar nos anos vindouros, sendo 1924 o momento em que convergiram os posicionamentos mais firmes contra o Futurismo.

Três artigos publicados em 1923 precisam ser considerados antes de iniciarmos o ano em que se deram os combates mais intensos entre os Futurosos e a compreensão falaciosa do Futurismo. Pois as batalhas foram travadas contra um “espantalho” que muito apanhou sem oferecer resistência alguma. Qualquer “comportamento literário” identificado como indecoroso ou extravagante recebia o selo infamado de futurista. A permanência da concepção errônea que se tinha do Futurismo pode ser observada por meio de outro marco bastante significativo: a (re)fundação da Academia Paraense de Letras em 1928, talvez, ironicamente, cumprindo o desejo de Abguar Bastos. Tão inócua, dispersa e sem capilaridade foi a expansão das ideias da Arte Moderna, que os velhos ou os jovens intelectuais que haviam conseguido certa fama, trataram de se unir para estabelecer uma instituição plenamente tradicionalista em seus defeitos e preconceitos.

A imagem caricatural do Futurismo tem um exemplo emblemático na crítica do advogado, poeta e jornalista Mecenas Dourado, que publicou o texto “Os futuristas e a sua estética”, em 06 de julho, na *Folha do Norte*. O argumento aqui, como de costume, nunca se reporta aos manifestos do Futurismo italiano, escamoteando as propostas de transformação do fazer artístico em favor do juízo cômico direcionado a Marinetti, o que favoreceu a naturalização das opiniões difamatórias contra esse “agitador cultural”.

O futurismo é ilógico. Ilógico como nomenclatura e ilógico no realizar os princípios de uma estética que se pretende adotar. Há, na verdade, uma contradição íntima invalidante entre o termo que rotula o grupo e a finalidade conceitual desse credo que seus membros querem fazer prevalecer. Porque passado o peso dos dez anos de que fala Marinetti, sobre os processos que, hoje, caracterizam a escola, o “futurismo”, como denominação de uma endogamia literária, acabará por ser, pela impropriedade vocabular da epígrafe, uma irrisória inversão histórica, mercê de uma denominação que, invocando em ânsia um futuro justificador, se fossiliza no anacronismo de um passadismo intelectual. Aliás, o nome batismal dessa corrente, apesar do tantalismo cronológico que o informa – uma fugacidade perseguida – sugere, primeiro que tudo, como os conceitos em que entra a noção de tempo o seu caráter episódico,

temporalíssimo, acidental, não chegando mesmo a constituir um momento histórico da nossa evolução literária, senão uma germinação à margem do curso geral da atividade expressiva da arte ocidental, e do pensamento artístico do homem civilizado. Vem a ser uma floração excecêntrica, que está para expressão rala da arte, como a magia babilônica está para o sentimento religioso do monoteísmo ocidental (DOURADO, 1923, p. 01).

Mecenas Dourado julgava todo um movimento artístico se baseando unicamente na leitura “filológica” do vocábulo “futurismo”, pois ao apontar o equívoco expresso na própria denominação programática dessa “escola”, que se revelava sem efetividade factual, percebemos que tal investida avaliativa assumia a atividade literária como um processo evolutivo anelante da conquista de um estágio superior. O Futurismo ao ser discutido no Brasil na década de 1920 não era mais a grande novidade europeia, e, sob certas circunstâncias, só tinha o brilho da novidade e o ruído do escândalo por ser conhecida com atraso. Daí que a recepção em Belém foi tão antagônica, pois as ideias futuristas chegaram defasadas e desligadas de seu contexto combativo. Não é à toa que a poesia de Mário Andrade, ao aparecer pela primeira vez em um periódico paraense, por meio de um excerto do poema “O domador”, da *Pauliceia Desvairada*, se vê novamente taxada como “futurista”.

E, na arte, a expressão técnica é quase tudo. Querer sugerir tonalidades fortes de cores vivas e claras com pinceladas esmaecidas de cinzentos crepusculares, é revelar a visão introrsa e clínica de um daltonismo que não pode, em absoluto, servir para critério de expressões artísticas. Dizer, por exemplo, que é isto:

Laranja da china, laranja da china, laranja da china
Abacate, cambucá e tangerina!

Guarda-te! Aos aplausos do esfusante clown
Heroico sucessor da raça heril dos bandeirantes,

Passa galhardo um filho de emigrante
Louramente domando um automóvel.
(Mário de Andrade – *A Pauliceia Desvairada*).

Dizer que isto é verso, e descobrir nesta salada de frutas, ainda que patriótica, sugestões de frutas, é dar inteira razão àquele poeta que, inaugurando o futurismo no Pará, bradava no começo de um poema:

“Andei de quatro pés!”

E por usar assim de tantos, não deixou aos futuristas do sul, seus confrades, os ditos suficientes para os seus versos, deles. Mas afinal, perguntemo-nos mutuamente, os futuristas têm uma estética? O que incontestavelmente possuem, e isto ninguém lhes pode sinceramente recusar, é a glória de serem discutidos, de vez em vez por alguns espíritos sérios (DOURADO, 1923, p. 01).

“Os futuristas” surgiam assim alijados da razão ou da compreensão objetiva da realidade, portadores de “deficiências mentais e físicas” que até mesmo poderiam ser “transmitidas” pelo

“contato” com a ideologia artística que despreza a manutenção dos modelos artísticos comuns, cumpridores de certas exigências para o reconhecimento por parte dos leitores de poesia e da narrativa de ficção. Essas metáforas da saúde integram ainda o cabedal tradicional da arte como manifestação dos “humores” equilibrados e sem “ruídos” que expressariam o correto funcionamento da psique individual e sua relação com às práticas sociais. Annateresa Fabris novamente nos coloca na pista da relação da “literatura futurista” com a sandice.

O futurismo como “doença mental” contém em si duas operações intrinsecamente articuladas: - como desordem, como questionamento do equilíbrio, é uma forma de desvio social; - como manifestação “excessiva”, é símbolo, é representação de um acontecimento interior – a autoexpressão de um caráter rebelde (FABRIS, 2011, p. 04).

A racionalidade e a clareza da comunicação literária tornavam-se uma espécie de instituição artística, enquanto normas reconhecíveis de estruturação dos poemas e dos enredos narrativos; romper com os motivos de fácil apreensão predefinidos pela representação da beleza advinda da observação da realidade objetiva ou emocional, infringiriam o decoro da linguagem elevada, que obviamente se distanciava de registros linguísticos da fala corriqueira. As novidades futuristas que fendiam a rede de comunicação que sustentava o diálogo literário entre autores distintos pela idade ou pela posição ocupada junto aos círculos culturais, eram prontamente desencorajadas. Daí que Mário Pinto Serva, autor do artigo “O Futurismo²⁰⁷”, publicado n’*A Província do Pará*, em 21 de agosto, execrava os adeptos de tão deletéria manifestação artística.

Entretanto, qualquer medíocre, qualquer nulo, simplesmente com o pertencer a grei futurista, se julga no direito de voltar o mais profundo desprezo por todos os grandes gênios do passado. Nesse sentindo o futurismo parecer o toque de reunir de todos os temperamentos tarados, epiléticos, anormais, morfônmanos e cocainômanos. De fato, há na grei futurista do Brasil desequilibrados perfeitos e completos, psicopatas caracterizados, tarados inconfundíveis. O futurismo é assim o carnaval literário que passa rolando tambor, com guizos barulhentos e fantasias de cores gritantes, para que a multidão toda volte os olhos e aplauda os bufarinheiros e comediantes. Não se deve permitir, sem protesto, que a literatura e a arte brasileira se transformem nesse carnaval grotesco, nessa exibição carnavalesca de temperamentos mórbidos, excesso de manicômio, trabalhados pela morfina e pela cocaína. Os grandes gênios ou talentos em arte e literatura valem por si, não precisam apadrinhar-se com escola alguma para aparecerem, para serem admirados e queridos pela humanidade. Tampouco precisam endossar trajes de palhaços para chamar a atenção do povilêu (SERVA, 1923, p. 01).

O artigo panorâmico “Salada de ‘ismos’”, do jornalista Frederico Barata, publicado na *Folha do Norte*, em 16 de setembro, foi um dos raros textos que distinguiu a multiplicidade de vertentes da Arte Moderna. Esse texto fez uma generosa contribuição expondo os nomes das

²⁰⁷ Esse texto foi publicado no jornal *O Paiz* em 10 de agosto de 1923. p. 03.

tendências mais variadas de doutrinas surgidas em oposição a univocidade do pensamento ordeiro que guiava a Arte Tradicional. Embora essa crítica seja ímpar ao desvencilhar o Futurismo da atividade literária paulista, permanece aqui o costumeiro deboche às novas “escolas” com a mesma inventividade na atribuição de características depreciativas e a criação de epítetos jocosos.

Uma salada de frutas, sabem todos o que é, uma salada de “ismos”, porém, não sei se todos conhecem. Entretanto, para bem conhecê-la, basta lançar a vista sobre o cardápio literário e artístico de algumas nações cultas, como a Itália, a França e a Alemanha, ou ainda, embora o paladar não seja o mesmo, sobre o de nações menos cultas, como o Brasil. Estas não nos mostrarão a salada; mas – e isso, à falta de mais, já nos deve contentar – dar-nos-ão, com a palidez das coisas imitadas, uma ideia do que deve ser uma salada de “ismos” ou, pelo menos, um “ismo” componente da salada. Haja vista, por exemplo, para o futurismo e para o penumbrismo, de S. Paulo. [...] A salada é enorme: “dadaísmo”, “ultra-impressionismo” (Cézanne), “cubismo” (que esse delicioso Apollinaire já complicou mais, dividindo-o em “cubismo físico, científico e instrutivo”); “futurismo” (refiro-me ao de Marinetti e não ao de S. Paulo, que é coisa mui diversa...), “purismo”, “negrismo” (art. Nègre), “fêrismo” (art des faures), “selvagerismo”, “suprematismo”, “imaginismo”, “primitivismo”, “simbolismo”, “penumbrismo”, “sincronismo”, “orfismo”, “simultaneísmo”, “dynamismo”, “paralelismo” e – que sei eu mais? – um bando de “ismos” que tende a crescer indefinidamente... (BARATA, 1923, p. 01).

Quando adentramos no ano de 1924 toda essa animosidade dispersa anti-futurista será sintetizada em dois acontecimentos com significativa repercussão entre os intelectuais paraenses. O primeiro fato se deu com a publicação do livro *Bailado Lunar*, de Bruno de Menezes, um volume de poemas classificado como Simbolista, mas que apresentaria nuances “futuristas”; o segundo fora a conferência de Graça Aranha direcionada à Academia Brasileira de Letras, em 19 de junho. Essa palestra-exortação foi publicada na íntegra em Belém no mês seguinte. Paulo de Oliveira intermediou esses acontecimentos com sua postura combativa expressa nos “Apontamentos literários” dedicados ao Futurismo e publicados n’*A Província do Pará* nos dias 29 de fevereiro e 01 de março. A crítica desse membro da Associação dos Novos permitiu a convergência de vários exemplos de literatura futurista que circularam pela imprensa paraense. E mais do que nunca pudemos identificar que os Novos não estavam dispostos a romper com as convenções da Beleza firmadas pela tradição. Algumas reformas precisavam ser feitas, mas não era preciso por abaixo o templo inteiro.

[...] coube, pelo cérebro inquietante de Marinetti, lançar a fragilidade anárquica de uma nova e afoita doutrina literária. Do inovador dissera Antônio Ferro, esse delicioso e risonho vinhateiro de Helicon, ser, ele, “um *boxeur* de ideias”. A Arte, fundamentalmente sensível, sob o influxo da última fogueira internacional, e quando todos os ramos da Sociologia se ressentiram de apressadas reformas gerais, não podia, por isso mesmo, como espelho que é a Vida, permanecer intangível a modernas e irremovíveis teorizações necessárias e acatáveis. Todos esperávamos que assim sucedesse... Porém, não vai daí o aceitarmos, sob extremos psicológicos, estes gritos

apavorantes: Futurismo! Guerra aos moldes clássicos! Abaixo os lapidadores! Desacatemos a mentirosa verdade da Arte! Que vozeria essa que só pode arregimentar e movimentar os diabólicos. Souverines do escândalo berrante, para o conciliábulo arquitetural dessa hodierna Babel inconsistente e inerectil (OLIVEIRA, 1924a, p. 01).

Se o tom usado por Paulo de Oliveira servia à denúncia dos exageros futuristas, mesmo que já saibamos que essas acusações não provinham do conhecimento aprofundado da estética marinettiana, seriam os escritores paulistas os alvos das bordoadas desferidas até mesmo contra autores que há bem pouco conquistaram a simpatia dos Novos beletristas de Belém.

São Paulo foi o termômetro que assinalou, no Brasil, a febre desvairante do futurismo, dali se apressaram os manifestos clangorosos e escandalizantes da “nova arte”, enfiados pela grita desabonadora dos filisteus sofomanos: “Morra a Hélade! Organizemos um zé pereira canalha para dar uma vaia definitiva e formidável nos deuses do Parnaso!”, bradou, num entusiasmo cretino, o Sr. Menotti Del Picchia, o pretense corifeu futurista, que é, aliás, um habilíssimo escovilhão literário, como o acaba de provar o Sr. Moacyr Chagas, no seu vigoroso panfleto *São Paulo e seus homens de letras*. Serão, porventura, esse já de si falidos ukases carnavalescos os decretos infalíveis e inapeláveis, que hão de derrubar, de uma vez, a Arte verdadeira, corporificada em tantas obras olímpicas, e que hoje, como nunca, jorram, nos espíritos sequiosos, a luz miraculosa do Belo e do Perfeito?! (OLIVEIRA, 1924a, p. 01).

Pobre Menotti, caíra em descrédito diante do mais severo crítico da ativa mocidade intelectual guajarina! Mas o desmascaramento do delicado autor de *Juca Mulato* não viera por meio da descoberta de sua inflamada conferência proferida no Teatro Municipal de São Paulo e publicada no *Correio Paulistano* no dia 17 de fevereiro de 1922. Paulo de Oliveira fundamentou sua crítica por meio do livro do poeta mineiro Moacir Chagas, *São Paulo e seus homens de letras*, publicado em 1923 cujo subtítulo “Menotti Del Picchia e suas obras”, e obviamente o seu conteúdo, escancaram que tal publicação se constituía como um volume de polêmica inteiramente dedicado a destruir a fama do poeta alcunhado de futurista. Se Paulo de Oliveira tivesse lido “A conferência do Dr. Menotti Del Picchia no Municipal” (PICCHIA, 1983, 1992), certamente ele teria identificado a recusa do poeta paulista ao termo que lhe trazia comentários tão pejorativos. Na verdade, toda a indignação do crítico paraense provinha do livro de Moacir Chagas, inclusive os excertos de poemas transcritos na continuação dos “Apontamentos literários” publicados no dia 01 de março.

Veja-se, agora, esta espúria desarrumação prosódica, que nos desperta a sugestão dos engulhos de um bêbado.

“Drim... drim... drim... drim...
Alô. Quem fala? (No telefone)
Bebê se entusiasma. Cuidado!
Lhe brada a mamãe, seguindo-o, cantando!
Tu caís do cavalo, filhinho! (Carrossel).
Linda!
Entra depressa! Alguém te viu – Tens medo

Poderia... ninguém viu, mas eu cheguei tão cedo...
 Esperei... esperei... “Chi non spera amore...”
 Stecebelli. Que imprudente! Abaixa logo o “store” (No táxi)
 Menotti Del Picchia.

Onde está a integralidade original da Forma? Onde o poder suave e imaginoso da sugestão? Onde o aprumo sereno e elegante das ideias? Onde a doirada nuance emocional do sentimento? Onde prestígio musical dos beijos harmoniosos dos ritmos exatos e vibrantes? – Nada e nada. Como querem, pois, os epiléticos do gregarismo reacionário impor semelhantes absurdos, e, por mais, destituídos de crédito indispensável da estesia? Porventura, no cérebro desses enfermos de manicômios teriam paralisado as células onde dormitam a razão e o senso? E quem os ouve a clangorar – abaixo a Hélade! – pensa que eles vão opor às sólidas e indestrutíveis concepções dos gênios uma dinâmica realizadora, das mais altas confabulações idealísticas; e é quando surgem, safardanas e exclamativos, com essas orações excrementícias, como houve por bem denominá-las o Sr. Mecenaz Dourado (OLIVEIRA, 1924b, p. 02).

Paulo de Oliveira sequer tinha consciência de que os fragmentos citados do “poema” de Menotti haviam aparecido no jornal *A Província do Pará* nos dias 10 e 14 de dezembro de 1921, assinados pelo pseudônimo Helios, fazendo parte dos poemas “No Táxi” e “O Telefone”. Moacir Chagas juntou os versos dos poemas sem identificar que assim o fizera unicamente para exceder a “esquisitice” da verve poética de Menotti Del Picchia. Reconhecer a má-fé do adversário do poeta paulista não interessava, uma vez que Paulo de Oliveira também estava do lado dos detratores do outrora festejado autor d’*As Máscaras*. As palavras afrontosas também se dirigiram contra Mário de Andrade que teve trechos igualmente transcritos e alterados dos poemas “O domador” e “Noturno”.

Há pouco clamavam os da desventurada prole de Ulisses, elegante expressão de Oswaldo Orico, contra o desplante de um moço que teve o gesto pouco louvável de publicar um volume de que o Sr. Menotti Del Picchia, o falaz *pontifex maximus* da comovida renovação estética, dissera ser “um livro de desafio e redenção”, um “livro escrito com sangue”, - a *Pauliceia Desvairada* do Sr. Mário de Andrade, cujo título nos põe inquietos sobre a perfectibilidade das faculdades mentais do autor, em que há zurrapas como estas:

Luzes do Cambucy, pelas noites do crime
 Passa um bonde, como um fogo de artifício,
 A abrir na treva um orifício enorme, cor de cal,
 - Batat’assat’ô furnn!...

Laranja da China, laranja da China, laranja da China,
 Abacate, cambucá e tangerina!
 Guarda-te! Aos aplausos do esfuziante clown,
 Heroico sucessor da raça heril dos bandeirantes,
 Passa galhardo um filho de emigrante
 Loiramente domando um automóvel.

Eis aí, evidenciado em toda a plenitude, o formidável talento dos futuristas. (OLIVEIRA, 1924b, p. 02).

Luiz Aranha, que publicara o poema “Crepúsculo” no número 06 da revista *Klaxon*, também merecera o látigo da crítica de Paulo de Oliveira, que só não desancou o “futurista” e célebre acadêmico Graça Aranha, por esse último ser reconhecido em seu “encanto original”.

Seja como for, - não há uma filosofia, não há unidade, não há método! Veja-se mais esta demonstração da solidez intelectual de um futurista, que leva a sua audácia ao ponto de excluir, como inútil, a pontuação.

CREPÚSCULO

Pantheon de cimento armado
A luz tomba
Refluxo de cores
Mel e âmbar
Há líras de Orfeu em todos os automóveis

Reses das nuvens em tropel
Céu matadouros da Continental
Todas as mulheres são translúcidas
Ando
Músculos elásticos
Andar com a força de todos os automóveis
Com a força de todas as usinas
Com a força de todas as associações comerciais e industriais
Com a força de todos os bancos
Com a força de todas as empresas agrícolas e as explorações de linhas férreas
Os capitais amontoados em pilhas elétricas
Forças presidenciais e forças diplomáticas
A força do horizonte vulcânico
As forças violentas as forças tumultuosas de Verhaeren

Sou um trem
Um navio
Um aeroplano
Sou a força centrífuga e centrípeta
Todas as forças da terra
Todas as distensões e todas as liberdades
Sinto a vida cantar em mim uma alvorada de metal
O meu corpo é um clarim
Muita luz
Muito ouro
Muito rubro
Meu sangue
Eu sou a tinta que colore a terra!

(Luiz Aranha).

Isso é a falência das Plásticas, e a negação da Formalística opulenta, é a [...] calculada do equilíbrio gótico das linhas! Não tem a força energética e persuasiva das afinidades que devem existir entre a imaginação do poeta e a faculdade interpretativa do leitor. (OLIVEIRA, 1924b, p. 02).

A finalização da crítica de Paulo de Oliveira é um verdadeiro expurgo contra a estética “futurista paulistana” e ao lermos uma avaliação tão inflamada pela violência dos comentários

dispostos abaixo, podemos até questionar quem estava realmente “sandeu”, se os futuristas do Sul ou se o jovem futuroso do Norte. Mais do que nunca o debate literário em Belém se mostrava totalmente alheio às fontes originais que contavam a história do movimento literário de São Paulo; nem mesmo o conhecimento dos textos na íntegra, sejam eles poéticos ou programáticos, parecia ser necessário para que o futurismo, negado pelos autores achincalhados, merecesse desprezo total.

Seria necessário que se estabelecesse confusão entre os papéis desempenhados pelos Hospícios e pelas Academias! Seria preciso que a opinião pública não endossasse, sempre, com a serenidade esmagadora de desprezo, a capriche desses degenerados, psicopatas que encontraram no futurismo a válvula escapatória para o mal que lhes ataca o espírito, segundo o pensar de Mário Pinto Serva. [...] Se querem os esfandangados títeres da “nova escola” organizar o “zé-pereira canalha” para derrubar os “deuses do Parnaso”, façam a sarabanda grotesca dos nulos... Assistiremos, então, sob a asfixia das gargalhadas desconcertantes, o desfilar energúmeno de “reyes con greguescos de payaso, bufones con tiaras, y papas con miriñaques”, para evocar um trecho da sonora e suave prosa de Campoamor, musicada do gracioso ritmo das travessas castanholas. E, para logo, ouvindo a inferneira, magníficos e inatacáveis, interrogarão, se o fizerem, os “deuses do Parnaso”: - Que é isso? - Silêncio... deixai-os passar; são os “reformadores”... É que, como escola humorística, o futurismo tem excelentes e incontestes qualidades... E só... (OLIVEIRA, 1924b, p. 02).

Mas Paulo de Oliveira não dera por concluída sua cruzada em nome da Beleza e contra os seus conspurcadores. No dia 03 de março, ao anunciar por meio de sua coluna “Na Seara da Arte”, a publicação em breve do novo livro de Bruno de Menezes, conheceríamos dois bons exemplos da “verdadeira” Arte Poética que merecia louvores e deferências. O primeiro a ser incensado foi o poeta à frente da revista *Belém Nova*, pois Bruno de Menezes era visto como dono de um formalismo atualizado, o que lhe valia a entronização na Arte Moderna, pois ele não deixara de se nutrir do conhecimento das usanças poéticas inspiradas na beleza da frase e nas imagens evocativas. *Bailado Lunar* traria como nenhum outro livro a presença penumbrosa de seus versos ao pálio estrelado da poesia setentrional.

Bruno de Menezes, o “crucificado da Forma”, segundo a formosa expressão de Ernani Vieira, tem, no prelo, o seu segundo livro de Poesia – *Bailado Lunar*. É um punhado de versos encantadores, vazados num estilo elegante, como os decotes de Mme. Pompadour... É um livro moderno, embora conserve a aticidade tradicional da Arte, e fugaz e alígero como o fumo das cigarrilhas. Bruno de Menezes, que é o poeta-estandarte da geração moderna, no Pará, é um desses talentos de escol, que se firmam a golpes fidalgos de energia realizadora; e, por isso, estou certo de que o seu volume vai ser acolhido, entusiasticamente, pelo nosso público leitor. O serviço material vai ser um primor, devido a ter sido entregue às oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré, já hoje uma das nossas mais acreditadas casas tipográficas. Esperemos o livro do poeta, para o glorificar (OLIVEIRA, 1924c, p. 01).

Paulo de Oliveira ao concluir esse festival de amabilidades aos poetas sadios e de estirpe requintada, obviamente superiores aos futuristas travessos, transcreveu uma carta recebida por

Remígio Fernandez do poeta Moacir Chagas, correspondência essa que fechava um conjunto de opiniões contra certo tipo de literatura moderna a ser evitada. Pois que a vesânia trazida pelo Futurismo provavelmente não tinha uma cura conhecida. E o que deixa ainda mais significativa essa missiva é que ela vem antecedida por um comentário de Paulo de Oliveira se referindo aos principais autores de críticas contra o Futurismo expostos até agora.

Há pouco tempo, levantou-se em todo o país, um clamor de combate contra o futurismo. E, magníficos e desassombrados, vieram para a arena, apercebidos de armas nobres, todos os que se têm ajoelhado, surpresos e maravilhados, ante os formidáveis e sólidos monumentos que o Passado nos legou. E vimos, então, no acesso da campanha, brandindo as clavas luminosas, eleitos como Moacyr Chagas, Remígio Fernandez, Mário Pinto Serva, Mecenas Dourado e outros, todos, destemerosos e galhardos, defendendo a beleza da Arte verdadeira. Remígio Fernandez, cuja atitude ecoou, simpaticamente, no sul do País, deu-me a ler a seguinte carta, que eu tomo a liberdade de publicar:

São Paulo, em 15 de fevereiro de 1924.

Ilustre confrade Remígio Fernandez.
Saudações afetuosas:

De retorno a São Paulo, foi com o maior prazer espiritual que li o seu magnífico artigo sobre o “futurismo”, a “arte evadida dos manicômios”. Felizmente, para os que se empenhavam nesse prelo gigantesco, que outro intuito não teve senão sanear o nosso meio literário, os paranoicos desapareceram da circulação. É, pois, com o maior júbilo, que vivemos o prezado e ilustre confrade filiado à falange dos defensores da Beleza. Muito penhorado fiquei também com a sua amável missiva. Sinto não poder enviar-lhe um exemplar do *Redenção*, cuja edição está esgotada. Fá-lo-ei, porém, à primeira oportunidade, pois, a breve trecho, pretendo mandar tirar uma outra. Tenho no prelo um novo livro de sonetos, *Últimos Poemas*. Mandar-lhe-ei também, com maior prazer, um exemplar desse trabalho. Reiterando os meus agradecimentos pela sua cativante gentileza, aqui fico ao seu inteiro dispor. Afetuosamente
(a) Moacir Chagas.

E foi assim, que graças aos louváveis esforços dos áticos, a horda desacalmada dos filisteus, recuou, minguou, eclipsou-se... Avé, Eleitos! 6 – 3 – 24 (OLIVEIRA, 1924c, p. 01).

Cantar vitória contra inimigos imaginários parece ter sido a única glória dos futurosos da Associação dos Novos, que pasmem, não eram loucos. Que houve conquistas e gestos louváveis feitos por eles, Os Novos, também não podemos ignorar. **Pois**, o lançamento do *Bailado Lunar* movimentou os críticos de jornal integrantes da rede panegírica constituída por amigos igualmente cortesias para com seus camaradas de geração. E no quesito “elogio mútuo” a agremiação de mancebos cheios de futuro realizou uma ampla campanha para a consagração da obra de seu principal “empreendedor das letras”. A publicação do segundo livro de Bruno de Menezes retomou o discurso de auto-promoção amplificado no ano anterior e permitiu que certa ideia de futurismo fosse tematizada a partir de uma obra poética amplamente discutida em razão de sua proximidade às práticas culturais alcunhadas de modernas. Essa recepção bastante

confusa, que tentava encontrar o meio-termo entre a benéfica novidade inventiva sem admitir a ruptura completa com a tradição, poderia muito bem ser explicada a partir do trabalho de Antonio Arnoni Prado (2010), que identificou a existência de uma “falsa vanguarda” promovida por autores como Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, entres outros; os quais sempre estarão associados ao tipo de “mudança moderada” incorporada na feitura poética dos versos de Bruno de Menezes e de outros poetas que serviram de apoiadores ao diretor da *Belém Nova*.

Literariamente, a proposta de aproveitar as conquistas obtidas na evolução estética das escolas anteriores elimina sumariamente o “desequilíbrio” na inovação da experiência criadora, ou seja: a audácia do voo lírico já não pode agora “desnaturar o sentido das cousas”, sob pena de perder de vista os horizontes contemporâneos. Por outro lado, a busca dos meios para produzir originalidade e obra nova, apesar de estar escorada na “afirmação [...] do mais alto individualismo”, repudia “a ideia de liberdade incondicional quanto às fórmulas de expressão”, sob a alegação de que, ao contrário do que pensam os “renovadores radicais”, há uma lei que não se rompe – “a lei do limite do sentimento e do espírito” (PRADO, 2010, p. 167 – 168).

A dubiedade que marcou a produção de muitos poetas chamados modernos, o que hoje se pode reconhecer apenas como um marco cronológico, permite esboçar um esclarecimento que embora não esgote a discussão, nos coloca diante de outra perspectiva estética impedindo que façamos vista grossa às discrepâncias do discurso de autodefinição do papel literário com a escrita de obras que destoam drasticamente da ideologia artística invocada. O que ocorreu com *Bailado Lunar* é que esse livro flertava com um futurismo que nada tinha de futurista, daí essa obra ser comparada com a produção de poetas inscritos nas hostes Penumbristas, o que viria a justificar o motivo dessa coletânea de poemas parecer diferente dos versos parnasianos que grassavam na imprensa paraense; sem contudo, partilharem da fatura mais radical do “futurismo paulista”. Passemos agora à recepção do grande sucesso editorial de 1924.

*Bailado Lunar*²⁰⁸ é formado por 18 composições divididas em três seguimentos, sendo o primeiro encabeçado pelo poema “A Lua é a bailarina imemorial dos ares”, o segundo tem por título “Ba-ta-clan” e o terceiro se chama “Do romance de Pierrô”. A edição traz um breve prefácio autoral em que se expõe a compreensão do “novo momento” poético ao qual seus versos estavam ligados.

A arte evoluiu com a Moda. Vestir a ideia de *toilettes* leves, esvoaçantes, é requinte de bom *tailor*. Soberbo um verso perfeito. Tão simples um verso simples. O artista

²⁰⁸ A primeira edição de *Bailado Lunar* indica que sua finalização aconteceu no dia 31 de março de 1924 nas oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré, que tinha por Diretor Raimundo Machado. Também são nomeados o Chefe-técnico, Sr. Benevenuto Ribeiro, além do Mestre e Contra-mestre das oficinas, Srs. Ildefonso Silva e Severino Costa, respectivamente. O livro traz ainda a dedicatória ao Coronel e Chefe da Fazenda Pública, Dr. Apolinário Moreira, chefe de Bruno de Menezes.

que faz estilo sofre o suplício de Sísifo. Cabotinismo?... E quem não para a escutar as frases, a rir dos gestos *camelots*? A poesia d'agora é mais sugestão que expressão. Sugerir é o inverso de dizer tudo, abertamente. A cópia é “natureza morta”... Discutir preferências estéticas!... Cada qual tem em sim um gosto superior ou banal de estesia. Inda há quem ame à 1830... Obra de pseudo-loucos, a Poesia terminou, escandalosamente, enlouquecendo de uma vez. *Bailado Lunar*... Último sucesso do *dancing* da Lua... (MENEZES, 1924b, s/n).

A declaração dos princípios assumidos por Bruno de Menezes revela que ocorreu a descoberta extemporânea de um posicionamento estético cujas bases foram criticadas por Eustáquio de Azevedo no início do século XX. As considerações feitas na primeira edição da *Antologia Amazônica* contra o Simbolismo parecem não ter ecoado junto ao poeta Novo que acreditava ter achado uma forma inédita de composição poética; não será à toa que Jacques Rolla abandonará o espartilho parnasiano somente para escrever um poema “moderno” debochando da delicadeza vaporosa das *girls* convidadas ao baile lunar. Os versos de Bruno de Menezes, quando lidos hoje, por meio dos esclarecimentos feitos neste trabalho, parecem ainda mais anacrônicos quando acompanhamos o debate travado entre Bruno de Menezes e os críticos de seu livro que não tinham qualquer compromisso de amizade com ele. Outra questão que salta à vista, e que não pode ser ignorada, diz respeito a influência que o prefácio de *Bailado Lunar* recebeu do “magistério poético” de Mallarmé, principalmente compilado na entrevista que o poeta francês concedeu a Jules Huret no ano de 1891. Uma das suas respostas mais célebres à essa “enquete sobre a evolução literária” nos permite reconhecer o quanto havia de mallarmaico no “*dancing* da lua”.

Basicamente o jovem está mais perto do ideal poético do que os Parnasianos estão, os quais permanecem tratando seus assuntos segundo o costume dos velhos filósofos e dos velhos retóricos, apresentando os objetos diretamente. A alusão dos objetos, a imagem que foge dos devaneios despertados por eles, está cantando: os parnasianos, eles tomam a coisa inteiramente e a mostram: daí eles perdem o mistério; eles removem dos espíritos aquela prazerosa alegria da criação. Nomear um objeto é suprimir três quartos do divertimento do poema, o qual é feito pela decomposição gradual: sugeri-lo, este é o sonho. É o perfeito uso do mistério que constitui o símbolo: evocar pouco a pouco um objeto para mostrar um estado de alma, ou, inversamente, escolher um objeto e suscitar um estado de alma por meio de uma série de decifrações (MALLARMÉ, 1891, p. 60. Tradução nossa).

Farias Gama foi o primeiro a recepcionar o *Bailado Lunar* com um artigo de nome idêntico ao do livro resenhado. O texto foi publicado na *Folha do Norte*, em 22 de abril, nos revelando que embora os versos da *plaque* trouxessem algo da loucura de Oscar Wilde, na personificação feminina da lua segundo os moldes de Salomé, nada poderia desmerecer os poemas que surgiam como o trigo em meio ao joio do “novo Culto!”

Levarei, entretanto, o meu “astigmatismo”, ao ponto de degradar o *Bailado Lunar* de Bruno de Menezes. Não! Esse folheto pobrinho, pungente irrisão aos providos alcáceres do vate, como todos, garroteado pela violenta anestesia artística da população, nos oferta primores de filigrana, requintes de artista escrupuloso e sincero, estilhas brilhantes de um cérebro adiamantado, refrangendo prismáticas as irradiações à luz da lua, ou ao clarão ebbriador dos olhos lunáticos das mulheres...

“A lua é a bailarina imemorial dos ares,
Entre cortinas da Bretanha e céus nevoentos.

A lua oferta à Noite nenúfares
Dos seus jardins feitos de aromas brancos.

A lua dança, erguendo os braços alvacentos
com três estrelas cintilando sobre os flancos”.

No ritmo grácil destes versos tão perturbadoramente emotivos, que nos trazem à imaginação reminiscências sensuais e estéticas de Bella-Yara percebe-se, sem esforço, quão firme é o plectro do Artista. As palavras se entrelaçam num jogo vocabular malabarístico e estranho, vestindo a Ideia torcicolante, histérica, do *zaimph* incorpóreo das sílabas ressoantes.

“A lua levantina, é uma silhueta longa,
Esguia, ciprestal, esguelhada em mil ramos,
Que se arqueia e se afina e se acurva, e se oblonga
Toda coberta de arabescos e recamos”.
(GAMA, 1924, p. 04).

De Campos Ribeiro veio em seguida por meio d’A *Província do Pará*, em 24 de abril, na sessão “Livros Novos” enaltecer os versos “bizarros” escritos por Bruno de Menezes. Nesse texto se mostra outra vez o “estrabismo” da crítica paraense que parecia mirar uma questão quando na verdade fitava um assunto distinto.

Bruno de Menezes, neste seu volumezinho de versos quis plasmá-los um pouco à maneira doidivana da moderna Pauliceia, poesia que “é mais sugestão que expressão”. O poeta, cheio de mocidade e de alegria, quis assim ser do seu tempo. *Bailado Lunar* não o define, absolutamente; é apenas uma faceta rutilante e sonora do seu talento de escol. Livro leve, livro de emoção sugestiva, elegante de forma, este livrinho tem qualquer coisa das roupagens flutuantes, quase transparentes das nossas mulheres *ultra-chics*...

O céu é o palco irreal onde a lua se exhibe...
E que corpo de taça! e que olhos de missangas
Oscar Wilde pintou na Salomé lunar!
Que porcelanas do Japão pintadas de íbis,
e quantas flores de amendoeiras e kanangas,
no cenário onde a Lua anda a bailar!

Na sua arte fina, fidalga de ritmos novos, Bruno de Menezes tem por vezes aquela sutileza de Júlio Dantas, noticiando escândalos de Cortes, mistérios de Conventos... [...] É sempre assim este livrinho. Bruno de Menezes, escrevendo-o, reafirmou o seu talento de escol, que há percorrido todas as escalas da poesia nacional. Eu o felicito pela sua vitória, nestas linhas, absolutamente, mas, apenas, o meu aplauso sincero de moço por esse aedo que, é sem favor, uma glória da geração moderna intelectual do Pará (RIBEIRO, 1924b, p. 01).

Ernani Vieira engrossando a leva de elogios ao *Bailado Lunar* escrevia o artigo “Os Livros de Arte” publicado n’*A Província do Pará*, em 27 de abril. Os comentários soam de tal forma elogiosos que semelhante promoção da obra poética de um camarada receberia por parte de Bruno de Menezes retribuição dentro em pouco.

Venho de lê-lo e de gostar de tal leitura, *Bailado Lunar* dançou, nos meus sentidos, a varsoviana das emoções em seleção. Mas não dou, por isso, os parabéns ao poeta que animou tais coreografias. Não dou. Dou-os, e de coração, aos outros poetas, eu inclusive, que tiveram a graça da oferenda que, vassalo do Belo e do Perfeito, lhes fez Bruno de Menezes, holocaustando ao pé das duas santidades a sua imaginativa de profundo sonhador. [...] Com alma diz-nos o poeta “Do romance de Pierrô”, desse enfarinhado pensativo que sempre somos no paradoxo hamletiano da existência. Tudo bonito, naquela produção, até mesmo o pleonástico “travor de cidras ácidas”. “A primeira entrevista” fê-la o poeta com a patenteação do seu eu de nevropata. Está bela e natural. São sempre belas e naturais as primeiras entrevistas. De prazer eu assinaria “A hora da Saudade e do Passado”. Gostei tanto de tais versos, que nem os reproduzo, pelo princípio egoístico dos enlevados. E por findar, votos faço por que Bruno de Menezes prossiga sempre, para nosso gaudío, e das nossas letras, nunca se deixando ficar a esperar “A mulher esperada”, porque, ele mesmo o diz: “A mulher que se espera é um bem perdido...” (VIEIRA, 1924, p. 01).

Luiz Gomes, por meio da *Belém Nova*, em edição de 03 de maio, assinava outro “louvor crítico” ao *Bailado Lunar* o defendendo dos ataques lançados em razão da novidade de tais versos, os quais se mostrariam semelhantes aos dos poetas de “orquestração” mais livre, imagens mais belas e, portanto, modernos.

Tal fato, no entanto, não aconteceu. *Bailado Lunar* nada mais é do que um pequeno sintagma de versos sonoros e bizarros, composto de 17 poesias e I soneto e, magnificamente, faceirada dentro das regras da nova escola que tem no sul do país, em Menotti Del Picchia, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida e Onestaldo Pennafort os seus principais “escudos guerreiros”. É bem verdade que a horda de incontentados detratores enche o espaço com o ganido do mais vil desrespeito; é bem verdade que o resumido grupelo dos zoilos perrengues ainda tenta, com o chuço dos mais ridículos epigramas, azarrogar as vestes, esvoaçantes das musas do conhecido bardo (GOMES, 1924, s/n).

Porém, a mais extensa, apaixonada e vibrante crítica feita ao *Bailado Lunar* é de autoria de Paulo de Oliveira, cujo texto publicado n’*A Província do Pará* nos dias 09, 12, 14 e 16 de agosto, rebatia com erudição e uma fraseologia grandiloquente, todas as dissensões feitas à obra de Bruno de Menezes. E embora seja exaustivo repetir, a aproximação com alguns poetas “modernos” se dá unicamente por eles não desobedecerem às convenções da beleza expressiva e continuarem preocupados com a sentimentalidade distintiva do verso.

Mas estou de acordo com a “arte nova” como a vem realizando Bruno de Menezes, Guilherme de Almeida, Olegário Mariano, Onestaldo Pennaforte, Austro-Costa, Joaquim Inojosa, Paulo Torres, Oswaldo Orico, Ernani Vieira, Francisco Galvão, Ronald de Carvalho, Assis Garrido toda a multidão de Ulisses modernos; tentativa reabilitante enfim, que é a iniciação, também, de Omar Khayam no *Rubayat* e

Rabindranath Tagore, no *Lua Crescente*, os dois maravilhosos poetas do Oriente, cujos livros atravessando, de lés a lés, o universo, insuflaram, a Arte, um novo coeficiente de estesia, - livros, no dizer de um crítico, “deliciosos como bebidas orientais feitas de flores, parecendo, antes, a concentração dos jardins, dando a quem os bebe a ideia de sorver a primavera”. A poesia moderna dentro destes moldes, aceita a o meu dileto mestre Remígio Fernandes, esse clarividente golpeador de rosáceas, assombrosa cultura de homem de letras, aliás, um enérgico intransigente sobre coisas literárias e exigente estremado sobre certas inovações artísticas (OLIVEIRA, 1924e, p. 01).

Paulo de Oliveira, na última parte de sua crítica, identifica o óbvio da imagética e da sentimentalidade que dominava os poemas de *Bailado Lunar*. Mesmo porque, o que causava espanto nesse livro eram os usos de estrangeirismos, quando se havia reivindicado pelo fim da imitação dos modelos estrangeiros; a presença de alegorias extravagantes criadas pela “sugestão” também atiçava os leitores mais sensíveis, além das palavras de tonicidade modificada e do desrespeito brando às formas fixas de ordenação da lírica.

A educação artística de Bruno de Menezes é essencialmente simbolista. Basta reparar que, para ele, a tarde tem “halos nupciais”; chafariz é “um lírio de água a se esfolhar”; a sua sombra toma “expressão de cipreste”; um repuxo, dentro da noite, tem música de “beijo extreme em oblação à lua”; chama, ao próprio sorriso, “triste flor da sua história”. Não quis, porém, mimosear-nos com o arrebatamento entusiástico de plumitivo revolucionário do *Crucifixo*, - confissão flagrante de quem leu e aproveitou o *Oaristos* de Eugênio de Castro; inda por vezes, como uma vaga recordação, surge, no *Bailado Lunar*, o fogo de artifício de uma rima pirotécnica: *Yankee* com “César Frank”, “sombra” com “Malombra” (OLIVEIRA, 1924f, p. 01).

O debate em torno de *Bailado Lunar* se tornou mais interessante quando outros críticos se prestaram a avaliar o livro de Bruno de Menezes pela via do questionamento e da censura, claro que tudo dentro das regras da urbanidade, pois que todos os intelectuais de Belém frequentavam os mesmos círculos de trabalho e de convivência cultural. O jornalista e rábula José Carvalho, com o artigo “Sobre um livro e um poeta”, publicado n’A *Província do Pará*, em 27 de abril, identificou pela via da descrição analítica o mesmo que Paulo de Oliveira havia observado pela rotina da zumbaia.

Diz o autor do *Bailado Lunar* (seu livro) numa espécie de prólogo, em prosa, e também, original: - “A poesia d’agora é mais sugestão que expressão. Sugerir é o inverso de dizer tudo, abertamente”. Bastaria ao autor, penso, ter dito só isto, para justificar perfeitamente a sua escola e o seu livro. Neste caso, invés de Futurismo – coisa pretenciosa – eu proporia aos “Novos” o termo SUGESTIONISMO; isto é: o ISMO da sugestão, como o qualificativo apropriado da ideia. Sei, porém, que o meu neologismo será fatalmente refugado e os “Novos” proclamarão a infelicidade autêntica da... “sugestão!” [...] E foi também o livro de Bruno que me “sugeri” todas essas linhas sem valor. E por ele fiquei convencido – diga-se o que se disser – que na nova escola, na nova forma de dizer o verso, - simbolismo, futurismo, sugestionismo, novismo, ou qualquer outra forma que venha a ter – há coisas deveras interessantes que não merecem a risota dos “velhos”. A nova “Escola”, como a de Paulo de Tarso pregada aos Gregos, poderá ainda (quem o sabe?) conquistar o futuro. E assim o

FUTURISMO vencerá no mundo da poesia e da arte. Eis aqui meu caro POETA, o melhor elogio que achei para o seu livro. Vale? (CARVALHO, 1924, p. 01).

A resposta de Bruno de Menezes publicada no mesmo jornal, em 01 de maio, acerca da “Poesia de hoje”, vale por todo um longo percurso de elucubrações na tentativa de encaixar os poemas lunares em uma “escola literária” qualquer.

E em 1924?... As escolas literárias andam por aí abrolhando aos montes. Há até as tais de – *après la guerre*. E destas: futurismo, penumbrismo, expressionismo, dadaísmo, ultraísmo, e agora este *suggestionismo*, que você, ironicamente, procurou *sugerir*, estudando o meu *Bailado Lunar*, que hei de dizer? A razão das palavras à guisa de prólogo, com que abri a minha *plaquete* é bastante explicável. “Sugerir é o inverso de dizer tudo, abertamente”. Pois bem. A nossa arte poética está gasta, puída de tanto uso, velha, trôpega, de tudo. As imagens são: “tua boca, como uma rosa; o céu todo de veludo azul ou negro; as estrelas são pupilas, etc. É só, isto é, como aquilo, aquilo é como aquilo outro. Perpetrando-se os mais absurdos sacrifícios linguísticos para encaixar uma rima bárbara e rica. E o soneto, que deve ser a joia perfeita na arte do verso, é feito por aí às centenas, embora sem pés nem cabeça. Também, confesso, o meu pudor artístico, o meu bom-gosto literário, sempre rejeitou certos absurdismos de estética futurista. [...] E pensei: deve ser de um encantador efeito velar a imagem, a ideia que se concebe, com uma roupagem de vocábulos sutis, leves, espirituais. Não alijar de todo o sentimento, o lirismo, da poesia. Mas arquitetar o verso com síntese, dirigindo a emoção mais aos sentidos em geral, que exclusivamente ao másculo, ao motor de sensações, que é o coração. Deve ser ideal apenas sugerir... E procurei construir com os materiais obsoletos das belas formas o meu futurismo de *sugestões* (MENEZES, 1924c, p. 01).

Bruno de Menezes mostrou-se cheio de pudores tanto no fazer poético quanto na defesa de seus versos que são classificados segundo um malabarismo conceitual verdadeiramente louvável. Sem que ele cedesse ao capricho da novidade extrema, que em último caso seria cometer “absurdos futuristas”, os poemas de *Bailado Lunar* tão pouco recusavam a estesia da forma ou o preciosismo da linguagem poética. O amálgama de concepções literárias tão antagônicas como seria a criação de um Futurismo Simbolista esconde a defasagem no conhecimento da poesia circulante nas principais capitais europeias e a leitura incompleta do cenário artístico de São Paulo. Não que fosse uma obrigação saber dos pormenores de um movimento que não tinha expressão nacional, muito menos era urgente conhecer alguns de seus líderes que hoje concentram todas as qualidades do “verdadeiro” Modernismo; por isso, quando se escancara a afoiteza dos intelectuais paraenses em rejeitar ou fingir compreender as propostas literárias provenientes de São Paulo, somente esse desvelo destitui a história triunfalista que conseguiu equalizar aspectos tão discrepantes da dinâmica cultural de Belém.

O poeta Luiz Queiroz de Albuquerque escrutinou *Bailado Lunar* em seus aspectos mais pontuais averiguando os desvios sintáticos e as inovações semânticas na busca de enquadrá-lo dentro de seus critérios de “estesia e visão de artista”. Essa minuciosa crítica ganhou a primeira página, no dia 11 de maio, d’*A Província do Pará*. Mas além das reprimendas causadas pelas

liberdades poéticas evidentes, o que soou muito pedante, pois foram citados casos verbais e regras de regência desrespeitados por Bruno de Menezes; aquilo que realmente incomodou o poeta “Novo” foi a alcunha atribuída de futurista.

Bruno de Menezes, o aedo emotivo e encantador sobre cuja poesia bordo estas linhas, após ter-nos dado *Crucifixo*, deu-nos *Bailado Lunar*, livro vasado aos moldes da escola futurista, colocando-se, destarte, à ilharga de falangiários e campeões como Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho, Onestaldo Pennafort e Ribeiro Couto. Nunca fiz caso de “escolas” que, como as modas, vêm, vão e voltam. Hoje, insuportáveis; amanhã, aceitáveis, são, depois, desprezíveis. Mais tarde, reaparecidas, sabem a novidade. *Nihil novum sub sole*. É a eterna história do renascer. Para mim, todas elas são boas, quando sem exagero (ALBUQUERQUE, 1924, p. 01).

Bruno de Menezes até aceitou contra-argumentar a respeito dos deslizes gramaticais cometidos, mas tratou logo de reconhecer que seu livro “sugestivo” tinha pouco de futurista e muito mais de elegância por causa do trabalho estético que pretendia seduzir o leitor pelo ritmo “moderno” dos poemas. Essa resposta saiu também n’*A Província do Pará*, em 21 de maio.

É deste armistício que precisamos. E se assim lhe falo, é que o distinguido amigo, inserindo o *Bailado Lunar* no índice das obras pertencentes à escola futurista e colocando-me a par de Menotti, Guilherme de Almeida, Ronald, Onestaldo e Ribeiro Couto, é capaz de acirrar contra mim os chacais da crítica e... adeus um “bailarino” e o seu “bailado”. Esposo a sua opinião de que todas as “escolas” são repetições, são espécie de “círculo vicioso”. E admiro a sua franqueza em proclamar as suas preferências estéticas, em dizer das suas ideias de esteta, em recomendar o que você exige em Arte, para que uma obra lhe seja agradável. Nem só *talento e ritmo e arte*, mas também *ideia e sentimento*. Não no tento a crítica. Achando, entanto, que o *Bailado Lunar* preenche quase as condições requeridas por sua estesia e fina visão artística (MENEZES, 1924d, p. 01).

Se havia um crítico que poderia aplacar as desconfianças em torno do “futurismo simbolista” de Bruno de Menezes, sem dúvida esse era Remígio Fernandez, pois que a postura estética do Lente de Latim e fervoroso defensor da tradição literária foi decisiva para absolver o “bailarino lunar” de sua proximidade com motivos poéticos menos nobres. A ousadia vocabular, os desvios do formalismo estrófico e métrico poderiam ser perdoados; afinal, permanecia a beleza feminina incrustada em poemas singelos, sem extremos de sensualidades ou manifestações patológicas de qualquer “ismo”. A crítica de Remígio Fernandez ganhou a primeira página do jornal *República*, em 04 de setembro.

O “Futurismo” nada criou ainda. Entrou na República das letras, a blasfemar contra o passado. Trouxe para o início da atoarda algumas reles amostras de seu gênero. Sucede que, por seus produtos, não merecem senão o ridículo, e este ridículo já os desmoraliza. Não conhecemos “futurismo” nem “passadismo”, todavia, como escolas únicas. Queremos as obras fortes, originais, que digam com encanto e arte, novas belezas, novos modos de ser e de dizer de sentir e amar. Não é, felizmente, da família

autêntica dos “futuristas” o “Bailado Lunar” de Bruno. [...] A poesia de Bruno de Menezes é a arte das coisas pequeninas e vulgares, mas é a beleza do que é simples, porque, também, o que é simples e humilde é harmonioso. [...] Bruno é mais sensual; o seu sangue imprime as coisas o rubor da paixão estuante, e a mulher é o último e fatal e obcecante filtro de sua arte (FERNANDEZ, 1924, p. 01).

Seria estranho se Eustáquio de Azevedo, tão contrário ao Simbolismo, não tivesse escrito nada para recepcionar o livro de um membro da Associação dos Novos, uma vez que essa simpática agremiação lhe encantava sobremaneira. A manifestação de Eustáquio acerca dos versos de Bruno de Menezes aconteceu quase imediatamente após à publicação de *Bailado Lunar*. No dia 11 de abril, o poema “Aparências...”, surgia n’A *Província do Pará* descontruindo a mulher vaporosa e cheia de melindres que dominava a paisagem poética da obra em questão. Colocaremos em contraste o poema involuntariamente “futurista” de Eustáquio de Azevedo ao lado de outro proveniente do *Bailado*, a leitura e a comparação entre eles é divertidíssima.

Aparências...

Ao Bruno de Menezes

De cetim salmão
a combinação;
de *organdy* florido
o rico vestido...
Chapéu bataclan, sombrinha *art nouveau*,
lá desce a avenida,
trescalando essência
sua excelência
a deusa da moda, Mamzelle, Frou-Frou!
Despedindo flamas
e chamuscas
de Amor,
por mim passa altiva, mais linda e graciosa,
tão leve mimosa
como um beija-flor!
E a deusa da graça, da delicadeza,
– bombom de alfenim –
que passou por mim,
espírito fino de rara beleza,
sumiu-se, internou-se, de olhar soberano,
por uma das portas do hotel Lusitano...
.....

Como é prosaica a vida,
de aparência enganosa
e divertida!...
Aquele melindroso,
o timbre da elegância,
da flamância
e distinção,
eu vi depois no *restaurant* sentada
despida de aparato,

Visão aérea...

Loura e magra.
Um tanto
de felina, outro tanto
de ofídica.
Um perfil de estatueta de Tanagra,
como dizem os poetas.
Mas eu achei-a fluídica,
Imponderável, quase etérea.
Talvez, para os estetas,
Fosse a Visão aérea.

De onde vinha? Não sei.
O caso é que sorria, andava em passo leves,
com um chapéu de *organdy*
talhado em rosa branca.
De onde vinha? Não sei.
Eu apenas a olhei
Uns três minutos breves.

Se bem que o seu chapéu fosse uma rosa branca,
o vestido com que a vi,
chic, em verdade,
dava-lhe um ar de bebê
que ainda vestisse bibe...

E ela que vinha a pé
– vitrina humana que o rigor da moda exhibe –
com o vestido que a vi,
julguei que ela ficava
dependurada contra as leis da gravidade...

fechei os olhos... Loura e magra, ela passava...
(MENEZES, 1924b, p. 11).

a manducar, com gosto e sensação,
 um reforçado prato
 de bucho e carne seca com feijão!
 (AZEVEDO, 1924, p. 01).

A ironia do poema de Eustáquio de Azevedo atinge a poesia de Bruno de Menezes duplamente: primeiro porque se mostra que o procedimento composicional dos versos sugestivos, futuristas ou modernos poderia ser reduzido a estilização da linguagem, que se apropriava de vocábulos estrangeiros, referências ao vestuário feminino e outros motivos ligados à exaltação do porte lascivo da mulher moderna. Incorporar elementos da “moda” ao trabalho da invenção poética constituiria o traço mais evidente da nova linguagem lírica. O segundo contraponto ao *Bailado Lunar* diz respeito ao tipo de mulher ficcionalizada, cuja imagem se reveste de esmaecimento, languidez, meios-tons e todo um aspecto macilento de tanta delicadeza que as figuras femininas parecem flutuar no fundo etéreo dos céus, escondidas entre sombras e matizes de luz. Quando essa *girl* retorna do palco acetinado das sugestões para a materialidade da Belém representada é para se esbaldar numa succulenta refeição nordestina cheia de sustança.

Enquanto a atenção da intelectualidade se concentrava na classificação de *Bailado Lunar*, ou melhor, na sua absolvição de excessos expressivos, outro acontecimento viria agitar ainda mais os ânimos dos poetas paraenses, já então muito sensibilizados com as notícias divulgadas acerca da Arte Moderna e suas manifestações mais ofensivas. Graça Aranha proferiu a conferência “O Espírito Moderno” aos seus pares da Academia Brasileira de Letras, em 19 de junho de 1924. Em Belém as notícias da fala do intrépido e famoso escritor passaram a ser discutidas no dia 13 de julho por meio d’*A Província do Pará*, que publicou um artigo trazendo “anotações à conferência de Graça Aranha”; a autoria desse texto se esconde nas iniciais E. A., talvez uma indicação de que Eustáquio de Azevedo o escrevera.

A leitura então oferecida de “O Espírito Moderno” reproduz excertos, um tanto desconexos, da palestra de Graça Aranha pretendendo comentar as bases filosóficas do argumento que vinha proclamar a “expressão fecunda do espírito moderno” (ARANHA, 1925, p. 31). Mas o que se discutiu ao final, não foi a ideia do “objetivismo dinâmico”, nem o suposto erro da criação da Academia brasileira imitando a Academia francesa; ou mesmo se pôs em questão os nomes dos autores representantes do “espírito verdadeiramente brasileiro” (ARANHA, 1925, p. 45). Aquilo que interessava dizia respeito à refutação do Cubismo enquanto manifestação artística capaz de capturar a atenção dos artistas brasileiros.

“Voltamos às categorias, a entidades, e o cubismo toma-se uma arte do passado para a qual os objetos só possuem a emoção que nós lhes damos com auxílio dos meios que nos fornecem nossa sensibilidade e nossa inteligência e são imagens, que só existem quando lhe prestamos atenção estrita ou quando lhe atribuímos valor artístico. É a mais intensa afirmação do subjetivismo, oposição mais viva e mais profunda do objetivismo dinâmico que este, sim, e a expressão fecunda do espírito moderno”. Tais conceitos estão belamente formulados em sua exposição, quer quanto, à solidez da frase quer na substância. Varremos o cubismo (ARANHA apud E. A., 1924, p. 01).

Uma vez que outra ramificação de arte “deletéria” fora escornada por um líder intelectual que assumia a responsabilidade de oferecer bases filosóficas às novas produções artísticas nacionais; o que surgia agora como necessidade era a definição do fazer artístico: se seria de sua alçada reproduzir a natureza ou não. Graça Aranha então advogava pela superação da imitação da natureza, afirmando que o artista para se libertar integralmente da subserviência às sensações deveria se tornar “criador” tal qual os inventores do vapor, do avião e do automóvel; afinal, a arte teria um fim em si mesma. O comentador “anônimo” discorda das proposições de Graça Aranha insistindo que a arte jamais se desligaria da influência da natureza sendo necessário apenas promover alterações pontuais na técnica artística, uma vez que as inovações disponíveis se resumiam aos processos de composição. Como a leitura de “O Espírito Moderno” perigava entrar em assuntos que talvez desafiassem a competência do seu leitor, este tratou logo de se retirar da demanda para ser ela matéria da envergadura de seres elevados e imortais.

Resumindo, diremos de nós que a arte é a unidade com a natureza. Seja imaginosa, erudita, intelectual, sensorial ou emotiva, é sempre a mesma em sua essência. É claro que nos referimos as artes representativas. Depurada das antigas crenças que se generalizava a princípio no sobrenatural pelo pavor das coisas misteriosas, depois nos assuntos puramente religiosos, tocados da fé cristã, passou a trasladar para a tela e para o mármore, as paisagens do universo, os episódios da vida, os mártires, os heróis. E hoje como era ontem, apenas modificada pelos processos empregados. [...] Terminadas as considerações sobre o conceito da arte, volta-se, o brilhante conferencista à Academia de Letras, chegando a dizer, bem ou mal, que traz ela a feição da morte. São brigas de casa com que nada temos a ver. Eles, os imortais, que se avenham (EA., 1924, p. 01, 02).

Nos dias 14 e 15 de julho, o jornal *O Estado do Pará* reproduziu na íntegra “O Espírito Moderno” apresentando-o como “A sensacional conferência do Sr. Graça Aranha na Academia de Letras”. A repercussão nesse jornal ao texto do autor de *Canaã* foi absolutamente nula. A réplica às provocações do membro que exigia a “modernização” do silogeu seria divulgada em Belém por meio d’*A Província do Pará*, que no dia 06 de agosto publicou a fala do presidente da ABL, o Sr. José Joaquim de Campos de Medeiros e Albuquerque. O texto transcrito pel’*A Província* foi primeiramente divulgado no jornal *O Paiz*, em 29 de junho, sendo uma reprodução do discurso que Medeiros e Albuquerque realizara na noite do dia anterior durante a sessão em homenagem ao livreiro Francisco Alves de Oliveira. A segurança da argumentação

de Medeiros e Albuquerque amparada pelo histórico da atuação de Graça Aranha dentro da ABL consegue rebater quase que totalmente às invectivas destinadas à Academia. Teria sido a virulência da resposta dada pelo presidente de uma instituição “moribunda” o real motivo para Graça Aranha ter renunciado ao seu fardão?

Em primeiro lugar, não me parece que o nosso ilustre confrade fosse o mais próprio para a tarefa de que se incumbiu. É verdade que ele faz a declaração de ter entrado para a Academia contra a sua vontade. Estranha declaração para um chefe revolucionário de qualquer espécie e que em vez de guiar os atos dos outros deixa-se guiar. [...] A Academia desde que se fundou, até hoje, teve ocasião de realizar 43 eleições de membros novos, para substituírem os antigos. Com cinco de exceções apenas, daqui, de Estados vizinhos, de França, da Holanda, de onde quer que estivesse, Graça Aranha não deixou de votar. Que homem é este que quer destruir uma corporação, acha-a pernicioso e não deixa nunca de concorrer para a sua perpetuidade e renovação? A contradição salta aos olhos. [...] Onde estão entre os nossos uma orientação unilateral, em tal ou qual direção? Não consigo descobri-las... Ninguém dirá que a Academia que acolheu Emílio de Menezes seja uma corporação fechada ao espírito mais revolucionário. É difícil achar quarenta homens de letras com orientação mais contrastadas e antagônicas que as nossas. No entanto, é natural que, como corporação, a Academia não se faça pioneira de novidades. Uma academia é núcleo de consagrados. A consagração não vem da mocidade. [...] O nosso confrade Graça Aranha é um estranho chefe de renovação literária. Pede-nos que renovemos, mas não nos dá o exemplo (ALBUQUERQUE, 1924, p. 01).

Medeiros e Albuquerque ao prosseguir sua defesa da ABL transcreveu excertos pertencentes ao “Manifesto tecnico della Letteratura Futurista” presente no livro *I Poeti Futuristi* (1912), provavelmente os trechos citados de autoria de Marinetti foram os únicos exemplos de um texto programático futurista divulgado na imprensa de Belém. A comparação entre o texto que saiu n’*O Paiz* com a versão transcrita pel’*A Província* mostra divergência na ordem dos tópicos listados; mas o que talvez seja mais cômico, dado todo o debate em torno do Futurismo na capital paraense, seja a afirmação de que as propostas de Marinetti soavam mais plausíveis do que a filosofia “futurística” de Graça Aranha.

Chefe, que prega sem dar exemplo, o nosso ilustre confrade podia mesmo dizer com clareza o que deseja. Quando se lê o manifesto de Marinetti, pode-se concordar ou discordar, mas entende-se. É nítido, é positivo. Aqui estão traduzidos fidelissimamente os seus primeiros preceitos: “1) – É preciso destruir a sintaxe, dispondo os substantivos ao acaso, o verbo no infinito. 2) – Deve abolir-se o adjetivo, para que o substantivo conserve o valor essencial. 3) – Deve abolir-se o advérbio, ligação musical, que une os diversos sons do período. 4) – Todo substantivo deve ter o seu duplo, o substantivo deve ser seguido, sem conjunção, pelo substantivo a que é ligado por analogia”. E Marinetti dá alguns exemplos desta regra: “Homem-torpedeira, mulher-golfo, multidão ressaca...”. 5) – Deve abolir-se a pontuação...” E assim por diante. É fantástico, é alucinante, mas entende-se. Há alucinações ordenais e coerentes. Os preceitos de Marinetti são positivos. O nosso colega nos fala, porém, citando muito Platão, um cavalheiro que viveu há 2.271 anos, no “objetivismo dinâmico”. Simples palavras, puro psitacismo (ALBUQUERQUE, 1924, p. 01).

A mordacidade e a força do discurso do presidente da ABL, com passagens hilárias, rebateu o posicionamento cismático de Graça Aranha ao afirmar que nem Portugal era o defunto que merecia ser enterrado, como forma de promoção da literatura brasileira, ou mesmo a Academia precisava de “lições de patriotismo” (ALBUQUERQUE, 1924, p. 02). Afinal, as “modas” ou “futilidades artísticas” não careciam da anuência dos imortais para existirem. Esse tom galhofeiro e plenamente ridicularizador despertou a veia trocista do primeiro secretário da ABL, Gustavo Barroso, que atrás do pseudônimo João do Norte escreveu o mais inventivo “antimanifesto” de que temos notícia. Já o seu título mostra que sua intenção era ser fatalmente burlesco. Esse manifesto de contra-ataque ganhou espaço no jornal *República*, em 30 de agosto, e a subversão começa pela potestade invocada: “La Illah Allah Mohammad Raçul Allah”. Mas vamos à proclamação de princípios desse “convertido” ao Futurismo Aranhista.

Deus é Deus e Mahomet é o seu profeta! Vaia futurista é Vaia Futurista e Graça Aranha é o seu profeta! Renovada a minha profissão de fé, de acordo com os motivos e ideias expostos no meu último artigo, resolvi ser futurista e demonstrar publicamente a minha queda e habilidade para tão magna escola de arte, a mais soberba e quantas tem visto o planeta da dor, ou vale de lágrimas. Até, hoje a minha obra literária, resíduo de mastigada e ruminada bagaceira europeia, composta de livros cujas edições nunca se venderam, tem obedecido a três gêneros principais: o conto regional, o conto erudito e o folclore comentado. Após meu batismo na pia do futuro, apadrinhado pelo Sr. Graça Aranha, resolvi manter essas linhas gerais na minha obra futura, acrescentando-lhes a poesia, gênero que até agora não me atrevera a tentar, por causa das sílabas, das tônicas, dos hemistíquios e de todos esses empecilhos acumulados pelas trevas do passado. Vou dar-lhes, leitores, os exemplos da minha futura maneira de escrever. Deixarei de imitar os clássicos, os Anatoles France, os Flauberts e os Goethes, deixarei de mão o regionalismo como o praticava, abandonarei as minhas ideias pessoais e passarei a comer na mesma gamela dos Jarrys, dos Lafittes, dos Coeteaus e dos Maxs Jacobs. E vou merecer um rodapé no *O Paiz*, declarando-me gênio, vários artigos na *Gazeta*, proclamando-me incomparável, um folhetim lítero-crítico aqui do *O Jornal*, qualquer domingo destes, guiando-me às nuvens; os rapazes de óculos de Harold Lloyd, que sabem trepar em cadeiras estofadas nos salões de recepção, cuspir nos bondes, brandir juncos e dar vaias anônimas, porão os olhos em alvo, em beatífica admiração, à minha passagem, acharão que eu sou o “suco” (a expressão é lindamente futurista) da literatura nacional, e terei uma estátua depois de morto, nu, ou de ceroulas, esculpida pelo Brecheret, que será inaugurada ao som duma música de Villa-Lobos, com discursos desvairados... (NORTE, 1924, p. 04).

O discurso zombeteiro desse antimanifesto dirigido contra a palestra de Graça Aranha deve ter ficado um tanto deslocado no ambiente literário de Belém, pois apesar das tiradas cômicas e dos trocadilhos que formam o caráter combativo do texto de Gustavo Barroso, a polêmica levantada entre “futurismo” e “passadismo” já estava plenamente resolvida entre a intelectualidade local. A literatura que interessava devia se manter dentro do limite do bom-gosto, pois independente da denominação que a arte receberia a necessidade da beleza, o respeito ao público e a manutenção do diálogo dos intelectuais locais com a tradição europeia ou brasileira formariam o substrato da justificação valorativa de qualquer obra literária.

As reações desproporcionais, sejam de repúdio ou de permissividade a certas propostas do Futurismo, ao final não dizem nada concernente a essa estética de vanguarda. O que os poetas paraenses discutiam era a (re)descoberta da estética simbolista impulsionada por exemplos de poesia Penumbriista que ganharam publicidade no mesmo período em que o grupo idealizador da Semana de Arte Moderna se lançou abertamente no debate cultural reivindicando atenção e promovendo suas ideias de renovação das artes no Brasil. A Associação dos Novos foi capturada em meio a essa grito sendo incapaz de reconhecer o alcance do debate em curso e, por isso, atuou de forma muito limitada. O que os Novos buscavam eram meios midiáticos para dar vazão ao seu impulso literário, a renovação almejada era unicamente em favor da conquista do espaço de intelectuais mais velhos e a imagem revolucionária erroneamente atribuída a essa agremiação estava absolutamente alheia àquilo que no futuro seria chamado de Modernismo brasileiro.

CONCLUSÃO

Escrever uma história da literatura não é o mesmo que montar um quebra-cabeças cuja imagem a ser observada ao final da junção de peças já está dada na embalagem do brinquedo. É meramente comparativo o esforço despendido na montagem dos componentes que formarão a ilustração imediatamente conhecida ao se observar a caixa desse “jogo de paciência”. Essa atividade lida com a capacidade de reconhecimento de uma identidade e com o prazer do divertimento desinteressado. Juntar essas pecinhas é algo que se faz quando não se tem o que fazer.

A história da literatura, por sua vez, lida com a reunião de fragmentos danificados, estilhaços que precisam ser consertados para se unirem a outros, embora alguns pedaços irrecuperáveis possam ficar soltos; todos esses elementos disponíveis formam a imagem incompleta de um cenário desconhecido para aqueles que se lançam a coletar resquícios documentais do passado. Essa atividade necessita de profunda atenção, esforço para superar as ausências e encontrar a coerência estrutural em meio a multiplicidade de fontes igualmente diversas. Não se pode escrever uma história da literatura com uma caixa de papelão por guia; o foco deve estar lançado sobre os jornais, as revistas, os livros, as cartas e as fotografias. A percepção do que se está reconstruindo nunca é dada *a priori*. Os fragmentos devem ser unidos na moldura narrativa que ordena e desvela os significados dispersos. O que fora documento esquecido nas páginas quebradiças ou nos negativos apagados ganha nova materialidade no discurso narrativo da escrita da história e no debate acadêmico.

O quadro oferecido por uma história da literatura sempre constitui um recorte, uma parte da realidade documentada, um apanhado limitado pela própria materialidade dos recursos empregados na recomposição do passado literário. Por isso, a história da literatura aqui apresentada não se submeteu a um *plot* previamente ideado cuja aplicação aos documentos literários daria o tom e o sentido da narrativa historiográfica. A história contada neste trabalho está completamente aferrada aos textos literários, resenhas críticas, correspondências, poemas e narrativas que circulavam pela imprensa ou suscitavam o discurso avaliativo nos periódicos de Belém. Entre a tarefa de desvelar episódios e pessoas que participaram do cenário cultural belenense surgia, imediatamente, a necessidade de ordenar esses fatos a fim de explicar qual a característica distintiva do pensamento artístico formado numa capital do Norte brasileiro. A configuração de uma tradição literária paraense se mostrou tributária da criação de instituições beletrísticas que catalizaram os esforços individuais dentro de grupos agraciados pela proteção e pelo incentivo político.

Os surtos de produção cultural na Belém da década de 1920 se manifestavam sempre intermediados pela criação de um núcleo cultural que recebia apoio de algum órgão de imprensa ou se viam favorecidos pela proximidade com os intelectuais de renome local. Em razão dessa dependência, seja institucional ou simbólica, os jovens artistas atuantes nesse momento nunca se distanciavam ideológica ou esteticamente do aparato expressivo reconhecido pelo público leitor ou pelos críticos que davam vida ao debate literário estampado na mídia jornalística. Essa leitura encaminha de imediato para a compreensão de que os encontros promovidos por intelectuais constituíam o lado pragmático da cultural literária e artística belenense; as festas do espírito, os bailes, os concertos musicais, as exposições de pinturas, as conferências proferidas por escritores e os eventos cívicos moldaram o tipo de experiência artística responsável por capturar a atenção do meio culto da sociedade ou aqueles aspirantes ao eruditismo de salão.

Entre os intelectuais Novos e os de vida pública já estabelecida instava a produção literária preocupada com a tradição poética e com os festejos patrióticos; por isso, os exemplos de Arte Nova ou Moderna advindos de São Paulo foram recebidos de maneira crítica e zombeteira por grande parte dos intelectuais paraenses. A circulação de uma literatura Futurista, ou de nuances igualmente “doentias”, ocorreu sem manifestações apaixonadas como se tornou comum afirmar. O entusiasmo e a aparente algazarra promovida pelos membros da Associação dos Novos se devia a fama repentina alcançada por eles, ao prestígio gozado pela proximidade com figuras relevantes do meio político e cultural; e claro, pela movimentação realizada por esses jovens ao se verem à frente da *Belém Nova*, revista que vinha consagrar o empreendimento congregador de um grupo de intelectuais sem diplomas ou “parentes importantes”.

A “hora moderna” para a intelectualidade paraense foi algo completamente diferente daquilo vivido e programado pelos Novos do “Sul”. Enquanto em Belém a grande questão era como publicar livros e quem os compraria; os autores da pauliceia e outros de rebeldia dúbia no Rio de Janeiro, buscavam a ruptura com certa tradição europeia ou de estirpe academicista. Enquanto se buscava a afirmação da cultura paraense dentro do cenário nacional, sintetizado ainda na glamorosa Cidade Maravilhosa, a forma de arte conveniente para esse fim não poderia ser escandalosa, irreverente ou desrespeitosa para com um passado que havia recebido tanta atenção e manifestações de apreço entre 1920 a 1924.

Mas ao se ignorar esse substrato patriótico e o desvelo poético na louvação da beleza, ainda que fosse apenas como ideal expressivo da linguagem; a história do Modernismo em sua moldura tradicional, precisou substituir ou ignorar tudo o que não se adequasse ao modelo vitorioso de narrativa responsável por afirmar a independência artística e intelectual brasileira.

É o dever primacial da história da literatura encerrar essas incongruências do meio cultural paraense sem receio de reconhecer os desvios tomados pelos seus autores, as impropriedades empregadas na produção artística, ou mesmo, os equívocos de posicionamento de vários escritores; somente assim, poderemos finalmente abrir o debate que nos permita reconhecer a cultura paraense por aquilo que ela foi em face de tudo o que ela não é. Com essa perspectiva invertida em busca dos resquícios em meio a escombros, ao invés de heróis apocalípticos, poderíamos tentar compreender qual herança nos convém e qual merece ser vislumbrada unicamente como exemplo do que não se deve repetir nem mesmo enquanto ficção.

REFERÊNCIAS

- ABASTADO, Claude. Introduction à l'analyse des manifestes. *Littérature: Les manifestes*, n°39, p. 3 – 11, 1980.
- ABRANTES, Oscar de. *Sol de Outono. A Província do Pará*, Belém, 15 jul. 1922. p. 02.
- ACADEMIA PARAENSE de Letras. *O Imparcial*, Belém, 25 jun. 1934. p. 01.
- A ETERNA safra dos seringueiros. *O Estado do Pará*, Belém, 25 jan. 1920. p. 01.
- A FOME no Ceará: um apelo humanitário. *O Estado do Pará*, Belém, 10 jan. 1920, p. 01.
- A GRANDE data do Maranhão. *Folha do Norte*, Belém, 29 jul. 1923. p. 01.
- A HOMENAGEM da Associação da Imprensa do Pará, *Folha do Norte*, Belém, 10 ago. 1923a. p. 01.
- _____. da Associação da Imprensa do Pará. *Folha do Norte*, Belém, 14 ago. 1923b. p. 01.
- A HORA do Centenário. *Província do Pará*, Belém, 05 set. 1922. p. 01.
- A IMPRENSA confiscada pelo DEOPS, 1924 – 1954. 1ª ed. Maria Luiza Tucci Carneiro; Boris Kossoy, organizadores. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003.
- A INAUGURAÇÃO da Feira do Centenário, *Folha do Norte*, Belém, 12 ago. 1923. p. 01.
- AINDA a missão mexicana. *A Província do Pará*, Belém, 25 nov. 1923. p. 01.
- ALAMBERT, Francisco. *A Semana de 22: a aventura modernista no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: editora Scipione, 2004.
- ALBUQUERQUE, Medeiros e. O Futurismo do Sr. Graça Aranha. *A Província do Pará*, Belém, 06 ago. 1924. p. 01 – 02.
- ALBUQUERQUE, Queiroz. Bailado Lunar. *A Província do Pará*, Belém, 11 maio. 1924. p. 01 – 02.
- ÁLBUM de Belém. Intendente Municipal (1898 – 1911: A. J. de Lemos). Paris: P. Renouard, 1902.
- ÁLBUM do Estado do Pará. Mandado organizar por S. Ex. o Snr. Dr. Augusto Montenegro Governador do Estado. Oito anos do Governo (1901 – 1909). Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908.
- ALMEIDA, Guilherme. A vida social: “Que estranha melodia...”. *A Província do Pará*, Belém, 12 nov. 1921. p. 02.

ANDRADE, Mário. O Movimento Modernista. In. *Aspectos da Literatura Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974.

_____. *Poesias Completas*. Edição crítica de Dilea Zanotto Manfio. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

_____. *Cartas de Mário de Andrade a Luís Câmara Cascudo*. Introdução e notas Veríssimo de Melo. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.

_____. *Mário de Andrade: o turista aprendiz*. Estabelecimento do texto, introdução e notas Telê Porto Ancona Lopez. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

ANDRADE, Oswald. *Os Condenados I* (Obra completas de Oswald de Andrade). 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ANUÁRIO DE BELÉM Histórico, Literário e Comercial: em comemoração do seu Tricentenário (1616 – 1916). Organizado em colaboração por um grupo de intelectuais por iniciativa do Eng. Ignácio Moura. Imprensa Oficial: Estado do Pará, 1915.

A PARTIDA da canoa “Marina”, que vai fazer o “raid” náutico Pará-Rio. *Folha do Norte*, Belém, 26 jul. 1923. p. 01.

ARANHA, Graça. *Espírito Moderno*. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1925.

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo. *Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte*. Natal: Editora da UFRN, 1995.

A RECEPÇÃO de ontem na Academia Paraense de Letras. *Folha do Norte*, Belém, 16 mar. 1930. p. 01.

A REVISTA (editorial). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, vol. 6, 1 sem, p. i – ii, 1931. Instituto D. Macedo Costa.

ARISTÓTELES. *Poética*. 2ª ed. Edição bilíngue. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2017.

ARQUIVOS da Polícia Política (acervo do período de 1927 a 1982). Pasta – 1341 (Rolo 031; Data Abr. 1937 – Dez. 1937; Imagens 5). Correspondências policiais e documentos processuais sobre suspeito de envolvimento com o Movimento Comunista de 1935. São Paulo. (www.siaapm.cultura.mg.gov.br. Acesso em 25 de maio de 2017).

AS FESTAS da pátria. *A Semana*. Ano 2, 28 fev. 1920. p. 12.

AS OFERENDAS do Espírito. *Belém Nova*. Belém. Ano I, Nº. 20. 02 ago. 1924. p. 23.

A SESSÃO solene do Instituto Histórico. *Folha do Norte*, Belém, 14 abr. 1923a. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 16 ago. 1923b. p. 01.

A SITUAÇÃO paraense e a imprensa carioca. *A Província do Pará*, Belém, 07 out. 1921a. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 08 out. 1921b. p. 01.

AS COLEÇÕES da Biblioteca. *A Província do Pará*, Belém, 07 fev. 1924. p. 01.

AS FESTAS do espírito. *A Província do Pará*, Belém, 05 fev. 1925a. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 08 fev. 1925b. p. 01.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre: L&PM, 2014.

ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA. *Folha do Norte*, Belém, 13 jul. 1920. p. 02.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 16 jul. 1921a. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 22 jul. 1921b. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 26 jul. 1921c. p. 01.

_____: o descanso dominical. *A Província do Pará*, Belém, 27. jul. 1921d. p. 01.

_____: o seu novo corpo dirigente. *A Província do Pará*, Belém, 27 dez. 1921e. p. 02.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 11 fev. 1922a. p. 02.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 22 ago. 1922b. p. 02.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 26 ago. 1922c. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 08 out. 1922d. p. 02.

_____: sessão de eleição. *A Província do Pará*, Belém, 30 dez. 1922f. p. 02.

_____: os novos corpos dirigentes. *Folha do Norte*, Belém, 20 jan. 1923a. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 06 fev. 1923b. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 02 mar. 1923c. p. 00.

_____: 1ª reunião da nova diretoria. *Folha do Norte*, Belém, 28 mar. 1923d. p. 00.

_____: a comemoração da adesão do Pará à Independência – Patriótica iniciativa. *Folha do Norte*, Belém, 05 abr. 1923e. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 11 jul. 1923f. p. 01. f.

_____. do Pará. *A Província do Pará*, 18 dez. 1924. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 26 jan. 1926a. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 03 maio. 1926b. p. 01.

_____. *Guajarina*, Belém, Nova Fase, Ano I, n 02, 15 jan. 1930a. s/n.

_____. *Guajarina*, Belém, 01 jun. 1930b. s/n.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 15 jun. 1932. p. 02.

ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS. *A Província do Pará*, Belém, 13 ago. 1921a. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 12 nov. 1921b. p. 03.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 20 jun. 1922a. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 15 jul. 1922b. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 23 jan. 1923a. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 16 jun. 1923b. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 10 jul. 1923c. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 05 ago. 1923d. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 05 jul. 1924a. p. 01.

_____. *República*, Belém, 05 fev. 1925. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 19 jan. 1926a. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 26 jan. 1926b. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 31 jan. 1926c. p. 01.

_____: a sua reorganização. *A Província do Pará*, Belém, 09 jun. 1926d. p. 01

_____: a sua reorganização e as primeiras medidas assentadas – Nova reunião, hoje. *A Província do Pará*, Belém, 22 jun. 1926e. p. 01.

_____: a reunião de anteontem, homenagem póstuma. *A Província do Pará*, Belém, 24 jun. 1926f. p. 01.

_____. *O Estado do Pará*, Belém, 23 fev 1927, p. 02.

A ASSOCIAÇÃO dos Novos e o passamento de Rui Barbosa. *A Província do Pará*, Belém, 06. Mar. 1923. p. 02.

A HOMENAGEM da Associação da Imprensa. *Folha do Norte*, Belém, 10 ago. 1923. p. 01. a.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 14 ago. 1923. p. 01. b.

A VOLTA ao mundo em quinze dias. *Folha do Norte*, Belém, 04 jun. 1927. p. 01.

AZEVEDO, José Eustáquio de. *Antologia Amazônica* (poetas paraenses). Belém: Tip. da Casa Editora P. Barbosa, 1904.

_____. *Vindimas* (Artigos, contos, crônicas). Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1913.

_____. *Antologia Amazônica: poetas paraenses*. 2ª ed. Belém: J. A. T. Pinto, 1918.

_____. *Bellas Artes* (Palestras Literárias). Belém: Livraria Carioca (A. J. Teixeira Pinto), 1920.

_____. Literatura Paraense: síntese histórica de seu movimento. *Folha do Norte*, Belém, 24 maio. 1920a. p. 01 – 02.

_____. Literatura Paraense: síntese histórica de seu movimento. *Folha do Norte*, Belém, 25 maio. 1920b. p. 01.

_____. Literatura Paraense: síntese histórica de seu movimento. *Folha do Norte*, Belém, 27 maio. 1920c. p. 01.

_____. Literatura Paraense: síntese histórica de seu movimento. *Folha do Norte*, Belém, 29 maio. 1920d. p. 01.

_____. Literatura Paraense: síntese histórica de seu movimento. *Folha do Norte*, Belém, 30 maio. 1920e. p. 01 – 02.

_____. Literatura Paraense: síntese histórica de seu movimento. *Folha do Norte*, Belém, 01 jun. 1920f. p. 01.

_____. Encantos do Pará. *Folha do Norte*, Belém, 02 set. 1920. p. 01.

_____. (Jacques Rolla). Literatura Paraense (pequeno troco). *Folha do Norte*, Belém, 13 jan. 1922. p. 01.

_____. *Literatura Paraense* (síntese histórica de seu movimento). Belém: A Semana – Casa Editora, 1922a.

_____. Síntese da História Literária. In. *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*. vol. 2, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922b. p. 229 – 244.

_____. À vol d'oiseau. *A Província do Pará*, Belém, 23 jul. 1923a. p. 01.

_____. Avante, mocidade! (aos novos). *A Província do Pará*, Belém, 20 set. 1923b. p. 01.

_____. Aos Novos. *Belém Nova*, Belém, Ano I, nº 09, 31 jan. 1924a. s/n.

_____. (Jacques Rolla) A Associação de Imprensa do Pará. *República*. Belém, 15 jul. 1924b. p. 01.

_____. Aparências... *A Província do Pará*, Belém, 11 abr. 1924d. p. 01.

_____. *Literatura Paraense*. 3ª ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990. [1943].

AZEVEDO, Sânzio de. *Literatura Cearense*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976.

_____. *O Modernismo na Poesia Cearense* (primeiros tempos). Fortaleza: Secretario de Cutlura e Desporto do Estado do Ceará, 1995.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes. *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. 2ª ed. Joao Pessoa/Recife: Editora Universitária da UFPB; Universitária da UFPE, 1996.

BARATA, Frederico. Salada de “ismos”. *Folha do Norte*, Belém, 16 set. 1923. p. 01.

BARRETO, Muniz. “Era uma vez...”. *A Província do Pará*, Belém, 20 jun. 1923. p. 01.

_____. “Juca Mulato”. *A Província do Pará*, Belém, 02 dez. 1923. p. 01.

BARREIROS, Luiz. O 14 de Abril e sua comemoração. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, 1 Sem, v. 6, p. 272 – 283, Instituto Macedo Costa, 1931.

_____. A Associação de Imprensa do Pará. *República*, Belém, 16 jul. 1924. p. 01.

BARROSO, Gustavo. (João do Norte). La Illah Allah Mohammad Raçul Allah. *República*, Belém, 26 ago. 1924. p. 01.

BASTOS, Abgvar. Balada do Peregrino da Morte. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 176, p. 13, 20. ago. 1921.

_____. Arte Nova – Um livro. *A Província do Pará*, Belém, 16 mar. 1923a. p. 01.

_____. Arte Nova. *A Província do Pará*, Belém, 20 mar. 1923b. p. 01.

_____. O Belo Renovo... *A Província do Pará*, Belém, 24 mar. 1923c. p. 01.

_____. As Máscaras. *A Província do Pará*, Belém, 25 jul. 1923d. p. 01.

_____. À geração que surge! *Belém Nova*, ano 1, n 05, s/n, 10 nov. 1923e.

BASTOS, Ormindá. O Pará e a Independência. *Folha do Norte*, Belém, 18 abr. 1923. p. 01.

BELAS ARTES e Belas Letras: Livros e Revistas. *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 16, s/n, 14 jun. 1924.

BELÉM NOVA. *O Estado do Pará*, Belém, 06 ago. 1927a. p. 02.

_____. *O Estado do Pará*, Belém, 08 ago. 1927b. p. 02.

BIBLIOTECA Pública. *Folha do Norte*, Belém, 01 set. 1928. p. 02.

BOAVENTURA, Maria Eugênia. Semana de Arte Moderna: o que comemorar? *Remate de Males*, Campinas, v. 22, n. 1-2, p. 23 – 29, jan-dez. 2013.

BOPP, Raul. Mãe-Muiraquitã. *Folha do Norte*, Belém, 02 out. 1921a. p. 01.

_____. Flor de luto. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 189, p. 17, 19 nov. 1921b.

_____. Lorgenette de oiro. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 189, p. 17, 19 nov. 1921c.

_____. Olhos do meu temor. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 194, p. 16, 24 dez. 1921d.

_____. Medicina. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 198, p. 16, 21 jan. 1922.

_____. *Putirum* (poesias e coisas do folclore). Rio de Janeiro: Editora Leitura S. A., 1968.

_____. *Vida e morte da antropofagia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977.

_____. *Movimentos Modernistas no Brasil* (1922 – 1928). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

_____. *Cobra Norato*. 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

BRAGA, Theodoro. *Guia do Estado do Pará*. Organizado por determinação do Sr. Dr. Enéas Martins, Governador do Estado, em Comemoração ao 3º Centenário da Fundação da Cidade de Belém. Tipografia do Instituto Lauro Sodré: Belém, 1916.

BRAZIL 2001: a revisionary history of Brazilian Literature and Culture. Massachusetts: Center for Portuguese Studies and Culture, 2001.

BRASIL: 1º Tempo Modernista – 1917/29 (Documentação). Pesquisa, seleção, planejamento. Marta Rosseti Batista, Telê Porto Ancona Lopez, Yone Soares de Lima. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro: antecedentes da semana de arte moderna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

BRITO, Eugênio Leitão de. *História d o Grêmio Literário e Recreativo Português*. Belém: Gráfica Santo Antônio, 1994.

BURNS, Benjamin J. *The Flying Firsts of Walter Hinton, from the 1919 transatlantic to the Arctic and the Amazon*. North Carolina: McFarland & Company, Inc., Publishers, 2012.

CAMPOS, Mendes. Associação dos Novos. *A Província do Pará*, Belém, 20 ago. 1922. p. 01.

CAMPOS, Humberto de. A morte de um seringueiro. In. *Poesias Completas: Poeira 1ª Série* (1904 – 1910). São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1951. p. 115 – 120.

_____. Tempestade amazônica. In. *Poesias Completas: Poeira 1ª Série* (1904 – 1910). São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1951. p. 61.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CANDIDO FILHO, Motta. Penumbrismo. *Klaxon: mensário de Arte Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 11 – 12, 15 jul. 1922.

CARACCILO, Raymundo. Lusitânia. *A Província do Pará*, Belém, 18 jun. 1922. p. 01.

_____. Sê bem-vindo. *A Província do Pará*, Belém, 16 ago. 1922. p. 01.

CARVALHO, José. Terra Imatura. *A Província do Pará*, Belém, 06 nov. 1923. p. 01.

_____. Sobre um livro e um poeta. *A Província do Pará*, Belém, 27 abr. 1924. p. 01.

CARVALHO, Ronald de. Poetas brasileiros: Tarde de chuva. *A Província do Pará*, Belém, 28 abr. 1921. p. 01.

_____. Quando o passado renasce. *A Semana*, Belém, ano 5, n. 254, p. 17, 03 mar. 1923.

CASTRO, Arlindo Ribeiro. Colaboração dos neófitos: Angústia. *A Província do Pará*, Belém, 05 jan. 1921. p. 01.

CENTENÁRIO da Independência do Brasil. *Folha do Norte*, Belém, 06 ago. 1921. p. 01.

CLUBE de antropofagia do Pará. *Revista de Antropofagia* (Diário de São Paulo), São Paulo, ano 2, n. 10, p. 10, 16 jun. 1929.

CHAGAS, Moacyr. *São Paulo e seus homens de letras: Menotti Del Picchia e suas obras*. São Paulo: Livraria Zenith, 1923.

CHATMAN, Seymour. *Coming to Terms: the rhetoric of narrative in fiction and film*. Ithaca/Londo: Cornell University Press, 1990.

COELHO, Marinilce Oliveira. *O Grupo dos Novos: memórias literárias de Belém do Pará*. Belém: EDUFPA, 2005.

COIMBRA, Creso. *Peregrino Júnior no Pará*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

_____. *A Revolução de 30 no Pará: análise, crítica e interpretação da História*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

CONCURSOS literários de 1924. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, ano 15, vol. 15, n. 29, p. 60 – 61, maio. 1924.

CONSULADO de Portugal: o novo cônsul em Belém. *Folha do Norte*, Belém, 03 abr. 1924. p. 01.

COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da teoria: literatura e senso comum*. 2ª ed. Tradução de Cleonilce Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CONFERÊNCIA Paulo Barreto. *A Província do Pará*, Belém, 24 jun. 1923. p. 01.

CONGRESSO de história da América. *A Província do Pará*, Belém, 28 jul. 1921. p. 01.

CORREA, Cel. Pinheiro. *Sacadura Cabral: homem e aviador*. Lisboa: Edições O Cruzeiro, 1966.

CORRESPONDÊNCIA Mário de Andrade & Manuel Bandeira. Organização, introdução e notas Marcos Antonio de Moraes. 2ª ed. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2001.

COSTA, D. Antônio de Macedo. O aniversário da inauguração da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. *Folha do Norte*, Belém, 25 mar. 1930. p. 02.

COSTALLAT, Benjamin. Contos da Semana: Um simples I. *A Semana*, Belém, ano 5, n. 250, p. 06 – 07, 03. Fev. 1923.

_____. Contos da Semana: Um simples II. *A Semana*, Belém, ano 5, n. 251, p. 06 -07, 10 fev. 1923.

_____. Os óculos de Harold Lloyd. *Folha do Norte*, Belém, ano 5, n. 253, p. 01, 17 abr. 1923.

COUTO, Ribeiro. *Jardim das Confidências*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1921.

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém* (significado histórico de suas denominações). Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CUNHA, Tem. Cel. *Raymundo Cyriaco Alves da. Paraenses Ilustres*. 3ª ed. Coleção História do Pará. Série Barão de Guajará. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

CURSOS DE CIÊNCIAS e letras. *O Estado do Pará*, Belém, 20 fev. 1920. p. 01.

DAGER. Palavras espontâneas aos Novos. *A Semana*, ano 7, n. 332, s/n, 30 ago. 1924.

DECRETO n. 259 – de 31 de março de 1931. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, vol. 6, 1 sem, p. v – viii, 1931. Instituto D. Macedo Costa.

DE NEW-YORK AO RIO pelos ares. *Estado do Pará*, Belém, 03 dez. 1922. p. 02.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DOLEŽEL, Lubomír. *Heterocosmica. Fiction and Possible Worlds*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1998.

_____. *Possible Worlds of Fiction and History: The Postmodern Stage*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

DOURADO, Mecenaz. Os futuristas e a sua estética. *Folha do Norte*, Belém, 06 jul. 1923. p. 01.

DUBOIS, Padre. Arte Moderna. *Folha do Norte*, Belém, 16 nov. 1924. p. 01.

E.A. O Espírito Moderno. *A Província do Pará*, Belém, 13 jul. 1924. p. 01 – 02.

ELEUTÉRIO, Paulo. (João da Selva). Águas e Selvas. *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 18, p. 25, 12 jul. 1924.

_____. Correspondência. Associação dos Novos: a sua reorganização e as primeiras medidas assentadas – Nova reunião, hoje. *A Província do Pará*, Belém, 22 jun. 1926. p. 01.

ESTADO DO PARÁ. *Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro (1822 – 1922-23)*. Rio de Janeiro: Edição do Anuário do Brasil/Almanak Laemmert, 1923. p. 419 – 422.

EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO: reunião da Comissão. *Folha do Norte*, Belém, 25 jan. 1922a. p. 01.

_____.: apelo aos intelectuais. *Folha do Norte*, Belém, 15 fev. 1922b. p. 03.

_____.: colheita de dados e informações. *Folha do Norte*, Belém, 19 fev. 1922c. p. 02.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 21 mar. 1922d. p. 01.

FABRIS, Annateresa. *Futurismo: uma poética da Modernidade*. São Paulo: Editora Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

_____. *Futurismo e Cubismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1999.

_____. *O futurismo como estética patológica: alguns aspectos de sua recepção no Brasil*. In. *Artelogie*. n.1. p. 01 – 08. 01. Mar. 2011.

FALCÃO, Ildefonso. *Meio-dia: poemas*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Mavrilho, 1920.

FALCÃO, Basílio. Memórias da academia. *A Província do Pará*, Belém, 29 out. 1922. p. 01.

FERNANDEZ, Remígio. Bagatelas (O Cubismo Literário). *Folha do Norte*, Belém, 22 maio. 1920. p. 01.

- _____. Regresso. *A Província do Pará*, Belém, 05 jan. 1921a. p. 01.
- _____. XIV Alexandrinos. *Folha do Norte*, Belém, 27 dez. 1921b. p. 01.
- _____. Livros novos: Literatura Paraense, por J. Eustáquio de Azevedo. *Folha do Norte*, Belém, 17 fev. 1922a. p. 01.
- _____. Pórtico. *Sol de Outono*. Belém: Oficinas Gráficas da Livraria Clássica, 1922b. (julho)
- _____. Terra paraense. *Sol de Outono*. Belém: Oficinas Gráficas da Livraria Clássica, 1922c. (julho)
- _____. Inferno Verde. *Sol de Outono*. Belém: Oficinas Gráficas da Livraria Clássica, 1922d. (julho)
- _____. Associação dos Novos. *A Província do Pará*, Belém, 02 nov. 1922e. p. 01.
- _____. Bailado Lunar. *República*, Belém, 04 set. 1924. p. 01.
- _____. A Biblioteca – Aniversário de sua fundação (25 – 03 – 1871). *Folha do Norte*, Belém, 25 mar. 1930. p. 01.
- FERRO, António. *Teoria da Indiferença*. Prefácio de António Ferro. 3ª ed. Roger Delraux: Lisboa, 1979. [1ª 1920; 2ª ed. 1921].
- FERRUGGIA, Gemma. *Nostra Signora del mar dolce* (Missioni e Paesaggi di Amazzonia). Milano: Tipografia Editrice L. F. Cogliati, 1901.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. 2001. 303 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- FRAN PACHECO. *O Estado do Pará*, Belém, 08 mar. 1920. p. 02.
- FREITAS, Elzamann de. A taça do Rei de Thule. *A Cigarra*, Belém, ano 3, n. 01, p. 05, 21 jan. 1921.
- GALVÃO, Francisco. *Victoria-Regia: poemas*. Rio de Janeiro: Livraria Schettino, 1922.
- _____. Manifesto da Beleza. *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 02, 30 set. 1923. s/n.
- GAMA, Farias. Pará intelectual. *A Província do Pará*, Belém, 14 ago. 1922. p. 01.
- _____. Cock-tail: Crônicas de Benjamin Costallat. *A Província do Pará*, Belém, 28 jan. 1923a. p. 01.
- _____. Carta aberta ao Exmo. Coronel Leite Ribeiro. *A Província do Pará*, Belém, 19 jun. 1923b. p. 01.
- _____. Juca Mulato. *A Província do Pará*, Belém, 10 dez. 1923c. p. 01.

- _____. Bailado Lunar. *Folha do Norte*, Belém, 22 abr. 1924. p. 04.
- GELADO, Viviana. *Poéticas da Transgressão: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina*. Rio de Janeiro/São Carlos: 7 Letras/EdUFSCar, 2006.
- GRAVE, João. Na seara das letras. *A Província do Pará*, Belém, 22 ago. 1922. p. 01.
- GRÊMIO Littero-Cívico José Veríssimo. *A Província do Pará*, Belém, 07 jun. 1925. p. 01.
- GENETTE, Gérard. *Narrative Discourse: an essay in method*. Translated by Jane E. Lewin. Ithaca/New York: Cornell University Press, 1980.
- GOLDSTEIN, Norma Seltzer. *Do Penumbrismo ao Modernismo* (o primeiro Bandeira e outros poetas significativos). São Paulo: Editora Ática, 1983.
- GOMES, Luiz. Não tô ligando. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 192, p. 22, 10 dez. 1921.
- _____. Livros Novos: Vitória-régia. Rio. *A Província do Pará*, Belém, 06 jan. 1923a. p. 01.
- _____. (Jacques Flores). Um cubista do amor. *Folha do Norte*, Belém, 24 jan. 1923b. p. 02.
- _____. Bailado Lunar. *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 13, s/n, 03 maio. 1924.
- _____. (Jacques Flores). *Cuia Pitanga: humorismo*. Rio de Janeiro: Andersen, 1936.
- GONÇALVES, Marcos Augusto. *1922: A Semana que não terminou*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GOUVEIA, Saulo. *The Triumph of Brazilian Modernism: the metanarrative of emancipation & counter-narratives*. University of North Carolina Press, 2013.
- HANDBOOK of Narratology*. Edited by Peter Hühn... [et al.]. Berlin: Walter de Gruyter, 2009
- HARRIS, Wendell V. Canonicity. In. *PMLA*, Vol. 106, No. 1 (Jan., 1991), pp. 110 – 121.
- HINO BRASILEIRO. *A Província do Pará*, Belém, 01 out. 1921. p. 01.
- HISTÓRIA da Colonização Portuguesa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, ano 8, vol. 5, p. 158, 1926. Instituto Lauro Sodré.
- HOMENAGEM a Paulo Barreto. *Folha do Norte*, Belém, 10 ago. 1921. p. 02.
- ILDONE, José; CASTRO, Acyr; MEIRA, Clóvis. *Introdução à literatura no Pará*. Belém: Cejup, 1990.
- IMPRESSÕES DE LEITURA: Arte Moderna – Joaquim Inojosa – Recife – 1924. *A Província do Pará*. Belém, 21 ago, 1924, p. 01.
- INAUGURAÇÃO da Galeria Histórica. *O Estado do Pará*. Belém, 01 mar, 1920, p. 01.

INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. 1º vol. Rio de Janeiro: Editora Tupy, 1968.

_____. *O movimento modernista em Pernambuco*. 2º vol. Rio de Janeiro: Editora Tupy, 1968.

_____. A Arte Moderna. In. *O movimento modernista em Pernambuco*. 3º vol. Rio de Janeiro: Editora Tupy, 1969.

_____. O movimento modernista no Norte. In. *Os Andrades e outros aspectos do Modernismo*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira; Instituto Nacional do Livro, 1975.

_____. Variações do Grão-Pará (II). In. *Os Andrades e outros aspectos do Modernismo*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira; Instituto Nacional do Livro, 1975.

_____. *A Arte Moderna & O Brasil brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Meio-Dia, 1977.

_____. *A Arte Moderna*. In. *Sursum Corda!* Rio de Janeiro, 1981.

_____. *A Arte Moderna*. Edição Fac-similar. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1984.

_____. Modernismo no Pará. In. *Bruno de Menezes ou a sutileza da transição*. Belém: Cejup, 1994.

ISER, Wolfgang. *O ato de leitura*, vol. 1. Tradução de Johannes Kretchmer. São Paulo: Ed. 34, 1996.

INSTITUTO Histórico e Geográfico do Pará. *O Estado do Pará*, Belém, 10 jan. 1920a. p. 01.

_____: o jubileu da paz com o Paraguai. *O Estado do Pará*, Belém, 11 fev. 1920b. p. 01.

_____. *O Estado do Pará*. Belém, 28 fev. 1920c. p. 02.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 08 jul. 1920d. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 05. Mar. 1921a. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 10 jul. 1921b. p. 02.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 08 jan. 1922a. p. 02.

_____. *O Estado do Pará*, Belém, 10 jan. 1922b. p. 02.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 24 jan. 1922c. p. 02.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 00 fev. 1922d. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 06 abr. 1922e. p. 02.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 02 set. 1922f. p. 01.

- _____. *Folha do Norte*, Belém, 10 fev. 1923a. p. 02.
- _____. *Folha do Norte*, Belém, 14 fev. 1923b. p. 02.
- _____. *República*, Belém, 17 ago. 1924a. p. 01.
- _____. *República*, Belém, 21 ago. 1924b. p. 01.
- _____. *República*, Belém, 23 ago. 1924c. p. 02.
- _____. *República*, Belém, 24 ago. 1924d. p. 01.
- _____. *República*, Belém, 10 set. 1924e. p. 02.
- _____. *República*, Belém, 12 set. 1924f. p. 02.
- _____. *República*, Belém, 28 out. 1924g. p. 02.
- _____. *República*, Belém, 30 out. 1924h. p. 02.
- _____. *A Província do Pará*, Belém, 06 mar. 1926a. p. 01.
- _____. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, ano 8, vol. 5, p. 01, 1926b. Instituto Lauro Sodré.
- _____. *Folha do Norte*, Belém, 06 mar. 1927. p. 02.
- J. M. Livros, autores e leitores. *A Província do Pará*, Belém, 28 out. 1922. p. 01.
- JAUSS, Hans Robert. *A História da Literatura como Provocação da Teoria Literária*. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Ática, 1994. [1967].
- _____. Art History and Pragmatic History. In. *Toward an Aesthetic of Reception*. Translation from the German by Timoty Bahti. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010. [1979].
- JÚNIOR, Peregrino. *Três ensaios (Modernismo, Graciliano, Amazônia)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1969.
- _____. *O Movimento Modernista*. Os cadernos de cultura. Ministério de Cultura, 1954.
- _____. Literatura da Amazônia: os novos. *Folha do Norte*, Belém, 16 set. 1920. p. 01.
- JUBILEU da paz com o Paraguai. *O Estado do Pará*, Belém, 09 fev. 1920. p. 01.
- JURANDIR, Dalcídio. Carta de Dalcídio Jurandir. In. *Obras Completas de Bruno de Menezes*. vol. 2. Belém: Secretaria Estadual de Cultura: Conselho Estadual de Cultura, 1993. [1937].
- _____. “Tragédia e Comédia de um Escritor Novo do Norte...” (Prefácio da primeira edição de *Chove nos Campos de Cachoeira* (1941), da editora Vecchi, Rio de Janeiro). *Asas da Palavra*, Belém, vol. 3, n. 4, p. 14 – 16, 1996.

KAREPOVS, Danis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937 – 1938*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Unesp, 2003.

LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. 2ª edição revista pelo autor. Belém: Livraria Clássica, 1925.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Modernismo no Rio Grande do Sul (materiais para o seu estudo)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

LETRAS e letrados. *A Semana*, Belém, ano 2, n. 99, p. 11, 21 fev. 1920.

LIMA, Jorge de. O Acendedor de lampiões. *A Semana*, ano 4, n. 192, p. 19, Belém, 10 dez. 1921.

_____. *Poesia Completa: Volume I*. Organização, Alexei Bueno; textos críticos, Marcos Lucchesi... [et al.]. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

LITERATURA PARAENSE. *Folha do Norte*, Belém, 31 ago. 1921a. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 02 out. 1921b. p. 01.

LITERATURA NO PARÁ. *Folha do Norte*, Belém, 04 jun. 1920. p. 01.

LITERARY HISTORIES in Portuguese. João Cezar de Castro Rocha (Ed.). Dartmouth, Massachusetts: Tagus Press, 2014.

LIVROS NOVOS. *A Província do Pará*, Belém, 11 abr. 1924a. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 14 ago. 1924b. p. 01.

LOBO, Luiz. *História Militar do Pará*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1943.

MACEDO, Emilio de. Literatura nos Estados. Belém, 1922. *O Mundo Literário*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, p. 243 – 245, 05 jun. 1922.

MALLARMÉ, M. Stéphane. Enquête sur l'évolution littéraire. Organisé par Jules Huret. Bibliothèque-Charpetier. Paris, 1891. p. 55 – 65.

MARIANO, Olegário. *Cidade Maravilhosa*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1930.

MARTINS Napoleão. *A Semana*, Belém, ano 3, n. 106, p. 21, 10 abr. 1920.

MARTINS, Emílio. Direito. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 198, p. 16, 21 jan. 1922.

MARTINS, Wilson. *Modernismo*. São Paulo: Editora Cultrix, 1965.

MEIRA, Augusto. Camões. *O Estado do Pará*, Belém, 01 fev. 1920. p. 01.

_____. Canto Secular. *A Província do Pará*, Belém, 07 set. 1922. p. 02.

- MEIRA, Octávio. *A Primeira República no Pará*. 1º Volume. Belém: Falângola, 1981.
- MEIRA, M.; ILDONE, J.; CASTRO, A. *Introdução à Literatura no Pará*. Belém: Cejup, 1990.
- MENEZES, Bruno de. XIV Alexandrinos. *O Combate*, Alagoas, 18 set. 1920. s/n.
- _____. Renúncia. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 190, p. 26, 26 nov. 1921.
- _____. Vitória-Régia. *A Província do Pará*, Belém, 10 fev. 1923a. p. 01.
- _____. Literatura Moderna: A Igreja Silenciosa & Cock-tail. *A Província do Pará*, Belém, 15 fev. 1923b. p. 02 – 03.
- _____. Poesia de hoje. *A Província do Pará*, Belém, 24 fev. 1923c. p. 02 – 03.
- _____. Literatura Moderna: Os Condenados. *A Província do Pará*, Belém, 04 mar. 1923d. p. 02 – 03.
- _____. Literatura Moderna. *A Província do Pará*, Belém, 14 mar. 1923e. p. 01 – 02.
- _____. Literatura Moderna: ainda *Os Condenados* de Oswald de Andrade. *A Província do Pará*, Belém, 18 mar. 1923f. p. 01 – 02.
- _____. Literatura Moderna: Meu caro Abguar Bastos. *A Província do Pará*, Belém, 22 mar. 1923g. p. 01 – 02.
- _____. Literatura Moderna: Meus queridos confrades. *A Província do Pará*, Belém, 29 mar. 1923h. p. 02.
- _____. Contos e crônicas: Maria Dagmar. *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 09, s/n, 31 jan. 1924a.
- _____. *Bailado Lunar*. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1924b.
- _____. Poesia de Hoje. *A Província do Pará*, Belém, 01 maio. 1924c. p. 01.
- MENEZES, Bruno de. Poesia de Hoje: distinto poeta Queiroz Albuquerque. In. *A Província do Pará*. 21 maio. 1924d. p. 01.
- _____. À margem do Cuia Pitinga. In. *Obras Completas de Bruno de Menezes*. Vol. 2. Belém: Secretaria Estadual de Cultura: Conselho Estadual de Cultura, 1993. [1937].
- _____. Conversa com Bruno de Menezes. *Terra Imatura*, Belém, n. 11, p. 26 – 27, nov/dez. 1939. Entrevista concedida a Mário Couto.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 – 1945)*. Corpo e Alma do Brasil. Dir. Fernando Henrique Cardoso. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MONTEIRO, Júlio César dos Santos. *Salomé de Oscar Wilde na tradução de João do Rio*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- MORAES FILHO, Mello. *Poetas Brasileiros Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Garnier, 1903.

MORAES, Péricles. Alma artística de Belém I. *A Semana*, Belém, ano 2, n. 90, s/n, 13 dez. 1919.

_____. Alma artística de Belém II. *A Semana*, Belém, ano 2, n. 92, p. 31, 27 dez. 1919.

_____. Alma artística de Belém III. *A Semana*, Belém, ano 2, n. 93, s/n, 10 jan. 1920a.

_____. Alma Artística de Belém IV. *A Semana*, Belém, ano 2, n. 94, p. 18 – 20, 17 jan. 1920b.

_____. Alma Artística de Belém V. *A Semana*, Belém, ano 2, n. 95, p. 19 -21, 24 jan. 1920c.

MORAES, Tarcísio Cardoso. *A Engenharia da História: natureza, geografia e historiografia na Amazônia*. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MORAIS REGO, Clóvis. *Theodoro Braga: historiador e artista*. Conselho Estadual de Cultura: Belém, 1974.

MOREIRA, Rocha. A Literatura Paraense e o Centenário. *Folha do Norte*, Belém, 25 jul. 1923. p. 01.

_____. Literatura Paraense. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 196, p. 11, 07 jan. 1922.

_____. Em torno da Literatura Paraense. *Folha do Norte*, Belém, 12 jan. 1922. p. 01.

_____. O Rollinha. *Folha do Norte*, Belém, 14 jan. 1922. p. 01.

MOREYRA, Álvaro. *Um Sorriso para tudo*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.

MOTA, Brites. Opúsculo da ausência. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 158, s/n, 16 abr. 1921.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MOURA, Ignácio; SILVA, Estephanio. *Vultos e Descobrimientos do Brazil e da Amazonia*. Obra enriquecida de documentos históricos. Estado do Pará, 1900.

MOURA, Ignácio. Tese patriótica, *Folha do Norte*, 10 set. 1920. p. 01.

MOURA, Ignácio. A Imprensa no centenário brasileiro. *Folha do Norte*. Belém, 06 jul. 1921a. p. 01.

_____. Centenário da Independência do Brasil. *Folha do Norte*, Belém, 09 ago. 1921b. p. 02.

_____. Brasileiros e Portugueses. *Folha do Norte*, Belém, 12 ago. 1921c. p. 01.

_____. Merecimento de uma promoção. *Folha do Norte*, Belém, 10 mar. 1923a. p. 01.

_____. Duas heroínas. *Folha do Norte*, Belém, 03 jul. 1923b. p. 01.

- _____. Ideia patriótica e proveitosa. *Folha do Norte*, Belém, 06 jul. 1923c. p. 01.
- _____. A mulher paraense do Centenário. *Folha do Norte*, Belém, 07 jul. 1923d. p. 01.
- _____. A ideia expande-se. *Folha do Norte*, Belém, 20. jul. 1923e. p. 01.
- _____. Para o arquivo histórico. *Folha do Norte*, Belém, 11 set. 1923f. p. 01.
- _____. Hino do Centenário. *Folha do Norte*, Belém, 15 set. 1923g. p. 01.
- _____. Universidade Livre. *Folha do Norte*, Belém, 08 maio. 1924. p. 01.
- MUNDO, João do. Observações. *A Província do Pará*, Belém, 27 jul. 1923. p. 01.
- NASCIMENTO, Carlos. Sob o céu da Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, 12 set. 1920. p. 01.
- _____. Os “novos” da literatura brasileira IV. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 194, p. 24. 24 dez. 1921.
- NASCIMENTO, Maria de Fátima do. *Benedito Nunes e a Moderna crítica literária brasileira (1946 – 1969)*. 2012. 370 f. vol 1. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- NA ASSOCIAÇÃO dos Novos. *A Província do Pará*, Belém, 09 set. 1922a. p. 01.
- _____. *A Província do Pará*, Belém, 15 nov. 1922b. p. 02.
- _____. *A Província do Pará*, Belém, 03 mar. 1923. p. 01.
- NEIVA, Lauro. Crônica paraibana: A Arte Moderna. *A Província do Pará*, Belém, 29 ago. 1924. p. 01.
- NO INSTITUTO Histórico e Geográfico. *Folha do Norte*, Belém, 17 ago. 1923. p. 01.
- NONATO, Raimundo. Breve resposta ao velho mestre Jacques Rolla. *A Província do Pará*. 17 jul. 1924. p. 01.
- O 9 DE ABRIL. *Folha do Norte*, Belém, 11 abr. 1924. p. 02.
- O ÁGAPE do Bailado. *Belém Nova*, Belém, Ano I, nº 15, 31 maio. 1924 p. 24.
- OBRA VALIOSA. *Folha do Norte*, Belém, 26 jun. 1923. p. 02.
- O CENTENÁRIO E A LITERATURA. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1922. p. 04.
- O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: a comissão representativa deste Estado. *A Província do Pará*, Belém, 15 set. 1921. p. 01.
- O CENTENÁRIO DA ADESÃO do Pará à Independência. *Folha do Norte*, Belém, 28 jul. 1923a. p. 01.

_____: Os dias de regozijo público. *Folha do Norte*, Belém, 26 jul. 1923b. p. 01.

O CENTENÁRIO DO PARÁ e o Instituto Histórico. *Folha do Norte*. Belém, 08 jul. 1923. p. 01.

O ESTADO do Pará na *Exposição de 1908*. Org. Jacques Ourique. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1908.

O LIVRO DE OURO do Centenário da Independência do Brasil. *O Estado do Pará*, Belém, 02 fev. 1920. p. 01.

O NOSSO FUTURO. *Folha do Norte*. Belém, 20 jan. 1920. p. 01.

OLIVEIRA, Abgaur Soriano. A Literatura em Pernambuco. *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 14, s/n, 17 maio. 1924.

OLIVEIRA, Sebastião. R. de. O raid aéreo Lisboa-Rio. *Folha do Norte*, Belém, 01 abr. 1922. p. 01.

OLIVEIRA, Paulo de. Colaboração dos Neófitos: Supremo Ideal. *A Província do Pará*, Belém, 05 jan. 1921. p. 01.

_____. Na Seara das letras: Um Sorriso para tudo. *A Província do Pará*, Belém, 09 mar. 1923a. p. 02 – 03.

_____. Na seara da Arte. *A Província do Pará*, Belém, 23 mar. 1923b. p. 01.

_____. Dança dos Pirlampos: Oswaldo Orico. *Província do Pará*, Belém, 08 abr. 1923c. p. 01.

_____. Na Seara das Letras: As Máscaras – poemas de Menotti Del Picchia. *A Província do Pará*. Belém, 20 jul. 1923d. p. 02 – 03.

_____. Na Seara das Letras: As Máscaras – poemas de Menotti Del Picchia. *A Província do Pará*. Belém, 21 jul. 1923e. p. 02 – 03.

_____. Na Seara da Arte. *A Província do Pará*, Belém, 25 ago. 1923f. p. 01.

_____. Futurismo (Apontamentos literários). *A Província do Pará*, Belém, 29 fev. 1924a. p. 01 – 02.

_____. Futurismo (Apontamentos literários). *A Província do Pará*, Belém, 01 mar. 1924b. p. 01 – 02.

_____. Na seara da Arte. *A Província do Pará*, Belém, 03 mar. 1924c. p. 01.

_____. Sobre a Universidade Livre. *A Província do Pará*, Belém, 17 maio. 1924d. p.01.

_____. Na Seara da Arte: Bailado Lunar. *A Província do Pará*. Belém, 09 ago. 1924e. p. 01 – 02.

_____. Na Seara da Arte: Bailado Lunar. *A Província do Pará*. Belém, 16 ago. 1924f. p. 01.

_____. Manifesto. *O Estado do Pará*. Belém, 19 jun. 1927, p. 01.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de. *Poesia, mito e história no Modernismo brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP; Blumenau: FURB, 2002.

O PARÁ e a Independência: os pródromos da adesão, *Folha do Norte*, Belém, 11 abr. 1923a. p. 02.

_____. e a Independência. *Folha do Norte*, Belém, 14 abr. 1923b. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 15 abr. 1923c. p. 01.

O RAID AÉREO Lisboa-Rio. *Folha do Norte*. Belém, 06 abr. 1922. p. 01.

O RAID NÁUTICO Belém – Rio. *Folha do Norte*, Belém, 20 jul. 1923. p. 01.

ORICO, Oswaldo. Peregrino, meu irmão, boa viagem! *A Semana*, Belém, ano 3, n. 110, p. 34. 08 maio. 1920.

ORICO, Oswaldo. Oração a terra. *A Província do Pará*, Belém, 22 set. 1921. p. 01.

ORICO, Oswaldo. *Dansa dos Pyrilampos*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

OSWALDO Orico. *Guajarina*, Belém, ano 2, n. 20, p. 13, 27 nov. 1920.

OS FLAGELADOS da seca. *O Estado do Pará*, Belém, 16 jan. 1920. p. 01.

OTÁVIO FILHO, Rodrigo. *Simbolismo e Penumbrismo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1970.

PACHECO, Fran Carta. *A Província do Pará*, Belém, 10 abr. 1924a, p. 01.

_____. Instituto Histórico e Geográfico. *República*, Belém, 07 dez. 1924b. p. 01.

_____. As Letras e os Novos. *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 44, s/n, 15 set. 1925.

PARA A FRENTE! *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 04, s/n, 31 out. 1923.

PAULO BARRETO. *A Província do Pará*. Belém, 23 jun. 1923a. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 26 jun. 1923b. p. 01.

PEDERNEIRAS, Raul. A estilização da Flora brasileira. *Folha do Norte*, Belém, 08 fev. 1922. p. 02.

PELA LITERATURA nacional. *A Província do Pará*, Belém, 15 jun. 1923. p. 01.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Parnaso Brasileiro ou seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

PERKINS, David. *Is Literary History Possible?* Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1992.

PESSOA, Fernando. A Partida. In. *Poesia/Álvaro de Campos*. Edição Teres Rita Lopes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PICCHIA, Menotti Del. *A “Semana” Revolucionária*. Org. Jácomo Mandatto. Campinas: Pontes, 1992.

_____. (HELIOS). No Táxi. *A Província do Pará*, Belém, 10 dez. 1921a. p. 04.

_____. (HELIOS). O Telefone. *A Província do Pará*, Belém, 14 dez. 1921b. p. 04.

_____. Movimento Intelectual – Literatura. In. *A Exposição de 1922*. Nº 3 – 4. Rio de Janeiro: Órgão da Comissão Organizadora. Set. 1922. s/n.

_____. Contos da Semana: A Preguiça. *A Semana*, Belém, ano 5, n. 246, p.07, 06 jan. 1923a.

_____. Contos da Semana: O Nó. *A Semana*, Belém, ano 5, n. 246, p. 07 – 08, 06 jan. 1923a.

_____. Contos da Semana: Valsa do beijo. *A Semana*, Belém, ano 5, n. 248, p. 07, 20 jan. 1923b.

_____. Contos da Semana: As verdadeiras façanhas do Desembrino. *A Semana*, Belém, ano 5, n. 256, p. 05 – 06, 17 mar. 1923c.

_____. Contos da Semana: A mentira mística. *A Semana*, Belém, ano 5, n. 256, p. 05 -06, 17 mar. 1923c.

_____. (Helios) *O Pão de Moloch*. São Paulo: Typ. Piratininga, 1921.

_____. *O Homem e a Morte*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.

_____. *Juca Mulato*. 35ª Ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1971. [1917].

_____. *Máscaras*. Rio de Janeiro: Ediouro, [sd]. [1919].

_____. *O Gedeão do Modernismo: 1920/22*. Introdução, seleção e organização de Yoshie Sakiyama Barreirinhas. Rio de Janeiro/São Paulo: Civilização Brasileira, Secretaria de Estado da Cultura, 1983.

PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 – 1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PRADO, Antonio Arnoni. *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo*. São Paulo: Editora 34, 2010.

- PUBLICAÇÕES. *República*, Belém, 15 ago. 1924. p. 04.
- POTYGUAR, João. Artes e Letras. *A Semana*, Belé, ano 2, n. 90, p.12, 13 dez. 1919.
- _____. Artes e Letras. *A Semana*, Belém, ano 2, n. 91, p. 05 – 06, 17 jan. 1920.
- RAID NEW YORK-Rio. *A Província do Pará*, Belém, 20 ago. 1922. p. 01.
- RAID NÁUTICO Belém – Rio. *A Província do Pará*, Belém, 07 jul. 1923b. p. 01.
- RIACHUELO: a comemoração de ontem. *Folha do Norte*. Belém, 12 jun. 1923. p. 01.
- RIBEIRO, De Campos. Sursum-Corda! *A Província do Pará*. Belém, 29 out, 1923. p. 01.
- _____. Associação dos Novos do Pará. *Terra de Sol*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 93, jan. 1924a.
- _____. Livros Novos: *Bailado Lunar*. *A Província do Pará*. Belém, 25 abr. 1924b. p. 01.
- _____. *Graça Aranha e o Modernismo no Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 19713. [1969].
- RUY BARBOSA: as solenes exéquias de ontem. *Folha do Norte*, Belém, 08 mar. 1923. p. 01.
- ROCHA, Alonso. Bruno de Menezes: traços biográficos. In. *Bruno de Menezes ou a sutileza da transição* (ensaios). Belém: CEJUP/Universidade Federal do Pará, 1994.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Crítica literária: em busca do tempo perdido?* Chapecó: Argos, 2011.
- RODRIGUES, Theodoro & AZEVEDO, Eustáquio. *A Mina na Literatura Nortista de Eustachio de Azevedo e n'O Pará Literário de Theodoro Rodrigues*. Org. Clóvis Moraes do Rego. Belém: Editora da UFPA, 1997.
- RODRIGUES, Teodoro. *Canções do Norte* (versos). Manaus: Editores Freitas & Cia/Agência Freitas, 1909.
- SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895 – 1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- SABINO, Lina Leal. *Grupo Sul: O Modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SACADURA CABRAL. *A Província do Pará*, Belém, 16 dez. 1924. p. 01.
- _____. *A Província do Pará*. Belém, 17 dez. 1924. p. 01.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de. Céu em fogo. In. *Obra Completa: volume único*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995.
- SALÃO de Belas Artes. *República*, Belém, 30 maio. 1924. p. 01.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *História do Modernismo em Alagoas (1922 – 1932)*. 2ª edição revista e aumentada. Maceió: EDUFAL, 2003.

SERVA, Mário Pinto. O Futurismo. *A Província do Pará*, Belém, 21 ago. 1923. p. 01.

ROSA, Henrique Américo Santa. Discurso do Presidente do Instituto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, ano 6, vol. 4, p. 600 – 610, 1923. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré.

_____. Instituto Histórico e Geográfico. *República*, Belém, 23 out. 1924. p. 01.

_____. A. *História do Rio Amazonas*. Pará – Brasil: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926.

_____. História do rio Amazonas. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo especial. Congresso Internacional de História (1922). Vol. V. Dir. B. F Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. p. 191 – 285.

SECCO, Lincoln. *Caio Prado Junior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SESSÃO solene em 6 de março de 1923. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, ano 6, vol. 4, p. 599, 1923. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré.

SCHENK, Dietmar. How to distinguish between Manuscripts and Archival Records: a study in Archival Theory. In. *Manuscripts and Archives, comparative views on record-keeping*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2018.

SCHMID, Wolf. *Narratology: an introduction*. Translated from Germany by Alexander Starritt. Berlin/New York: De Gruyter, 2010.

SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas Latino-Americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, França e. Livros Novos: Lorotas, de Farias Gama. *A Província do Pará*, Belém, 05 set. 1923. p. 01.

SILVA, Severino. Poeta do Norte. *A Província do Pará*, Belém, 09 maio. 1920. p. 01.

_____. Salão Paraense de Belas Artes. *Folha do Norte*, Belém, 30 jan. 1922. p. 01 – 02.

_____. Civilização delirante I: visão do povo. *Folha do Norte*, Belém, 20 mar. 1923. p. 01.

_____. Pórtico. *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 01, 15 set. 1923.

SIMÕES, José. O Bandolim da Morta. *A Cigarra*, Belém, ano 3, n. 01, p. 03, 21 jan. 1921.

SOLAPIN. Perfis acadêmicos. *A Semana*, Belém, ano 4, n. 190, p. 26, 26 nov. 1921.

SOL DE OUTONO. *A Província do Pará*. Belém, 02 jul. 1922. p. 01.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da Literatura: trajetória, fundamentos, problemas*. 1ª ed. São Paulo: É Realizações, 2014.

STIERLE, Karlheinz. Que significa a Recepção dos textos ficcionais. In. *A Literatura e o Leitor: textos de estética da recepção*. Seleção, coordenação e tradução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. [1979].

TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira: história pernambucana*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas metalinguísticos, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 – 1972*/Gilberto Mendonça Teles. 20ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. [1972].

TENENTE-CORONEL Luiz Lobo: sua promoção no Exército. *A Folha do Norte*. 20. fev. 1923.

TERRA IMATURA. *A Província do Pará*, Belém, 21 out. 1923. p. 01.

THEÓFILO BRAGA – sua vida e sua obra. *Folha do Norte*. Belém, 28 abril, 1924. p. 01.

TORRE, Guillermo de. *História das Literaturas de Vanguarda II*. Tradução de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

UM FESTIVAL simpático em favor da Associação da Imprensa. *Folha do Norte*, Belém, 25 jan. 1922. p. 01.

UMA FESTA da mocidade intelectual. *A Província do Pará*, Belém, 06 out. 1925. p. 01.

UMA IMPORTANTE reunião no consulado Português. *Folha do Norte*, Belém, 07 abr. 1924. p. 01.

UMA REAÇÃO necessária. *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 3, s/n, 10 nov. 1923.

UNIVERSIDADE LIVRE. *Folha do Norte*, Belém, 27 abr. 1924a. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 28 abr. 1924. p. 01.

_____. *República*. Belém, 10 jun. 1924c. p. 01.

_____.: Belém e sua topografia. *A Província do Pará*, Belém, 17 jund. 1924. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 25 jun. 1924e. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 01 jul. 1924f. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 05 jul. 1924g. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 10 jul. 1924h. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 15 jul. 1924i. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 23 jul. 1924j. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 17 set. 1924k. p. 01.

_____. *A Província do Pará*, Belém, 20 set. 1924l. p. 01.

_____. *Folha do Norte*, Belém, 21 out. 1924m. p. 01.

_____. *República*, Belém, 04 nov. 1924n. p. 01.

V.P. Literatura Paraense. *Folha do Norte*, Belém, 09 jan. 1922. p. 01.

VASCONCELOS, Carlos de. Vitória Régia. Belém, 1922. *O Mundo Literário*, Rio de Janeiro, v 1, n. 2, p. 173 – 175, 05 jun. 1922.

VASCO DA GAMA. *A Província do Pará*, Belém, 26 dez. 1924. p. 01.

VIAJANTES Ilustres. *Folha do Norte*, Belém, 15 mar. 1923.

VIANNA, Arthur. Documentos: A Biblioteca e Arquivo Público [do Pará] – resumo histórico. *Bibliotecon*, Brasília, n. 3, p. 85 – 102, jan/jun. 1975. [1902].

VIEIRA, Ernani. Crônica sem destino. *A Província do Pará*, Belém, 05 abr. 1923. p. 01.

_____. Os livros de Arte. *A Província do Pará*, Belém, 27 abr. 1924a, p. 01.

_____. Sacadura Cabral. *A Província do Pará*, Belém, 14 dez. 1924b. p. 01.

VIEIRA, Américo. Raça de heróis. *Folha do Norte*, Belém, 09 abr. 1924. p. 02.

VICTORIA-REGIA. *A Semana*, Belém, ano 5, nº 248, p. 15, 20 jan. 1923.

VIDA ARTÍSTICA: a festa de Otilia Amorim. *República*, Belém, 02 set. 1924. p. 01.

VIRIATO CORREA. *República*, Belém, 22 ago. 1924. p. 01.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Lista de autores I

<i>Antologia Amazônica (1904)</i>				
Poetas	Nascimento e morte	Estudos e/ou formação acadêmica	Profissão e/ou colaborações em periódicos	Livros publicados e/ou poemas presentes na antologia
1 – Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha.	Vila de Barcelos, 04 de setembro de 1769 – 25 de novembro de 1811.	Convento de Santo Antônio. Convento dos Mercedários.	Sem indicações.	Obra póstuma organizada pelo filho (sem referências). Poemas: Soneto “Se caso aqui topares, caminhante”. “A um passarinho”. “O Amazonas e o Gênio”.
2 – Joaquim Rodrigues de Sousa Filho.	Cidade de Santarém, 24 de junho de 1836 – Vivo à época da segunda edição da <i>Antologia</i> .	Faculdade de Direito do Recife (formado em 1861).	Advogado. Colaborou nos jornais: <i>Democrata e Comércio do Pará</i> .	<i>Lira Amazônica</i> (antologia). <i>Recurso à Coroa</i> (obra jurídica). Poemas: “Pará”; “Horas de enfado”.
3 – Bruno Henrique de Almeida Seabra. <i>(Paraenses Ilustres).</i>	Águas do Pará, Tatuóca, 06 de outubro de 1837 – 1876.	Preparatórios em Belém. Escola Militar da Capital da República.	Funcionário Público.	<i>Flores e Frutos</i> (1862). Poemas: “Moreninha”; “Liseta”.
4 – Júlio César Ribeiro de Sousa. <i>(Paraenses Ilustres).</i>	Cidade de Acará, 13 de junho de 1843 – 14 de outubro de 1887.	Seminário do Carmo. Escola Politécnica do Rio de Janeiro.	Lutou na guerra do Paraguai. Publicou na <i>Revista Brasileira</i> .	<i>Pyraustas</i> Poemas: Camões “Das lusas glórias, arca indestrutível”

				(fragmento de três partes). “Pará”. “A meus filhos”. “O homem-deus”. Soneto “Cedendo à lei fatal da vida escura”.
5 – Gustavo Adolpho.	Cidade de Belém, 1845/1847 teria morrido com 25 ou 27 anos (dados biográficos imprecisos).	Seminário do Carmo. Escola Central do Rio de Janeiro.	Não há informações. Teria sido preso no Recife pelo assassinato de uma prostituta.	<i>Risos e Lágrimas.</i> Poemas: “Vestal”.
6 – Carlos Hipólito de Santa Helena Magno. (<i>Paraenses Ilustres</i>). Os poemas “O ouro e o carvão” e “Anjo caído” estão em <i>Paraenses Ilustres</i> .	Cidade de Muaná (engenho de Santa Maria), 13 de agosto de 1848 – 20 de outubro de 1882.	Seminário do Carmo. Colégio Paraense. Faculdade de Direito do Recife	Advogado. Lente de Geografia do Liceu Paraense. Periódicos: <i>Diário de Belém.</i> <i>A Província do Pará.</i>	<i>Ondas Sonoras (inéditos)</i> <i>Harpejos poéticos</i> (1869). Poemas: “Casta diva”; “O ouro e o carvão”; “Anjo caído”.
7 – Luiz Demétrio Juvenal Tavares.	Cidade de Cametá, 21 de junho de 1850 - vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Seminário de Santo Antônio.	Professor de português e francês no colégio Santa Maria de Belém. Periódicos: <i>Tribuna.</i> <i>A Província do Pará.</i> <i>Diário de Notícias.</i>	<i>Pirilampos</i> (1877). <i>Versos antigos e modernos</i> (1889). <i>A Vida na roça</i> (contos). <i>Serões da mãe preta</i> (contos infantis).. <i>Casos e mais casos</i> (contos). <i>A vapor e a cavalo</i> (impressões de viagens). <i>A viola de Joana</i> (versos populares). <i>Ensino Cívico</i> (obra didática).

				<p><i>O maldito.</i></p> <p><i>Musa republicana.</i></p> <p><i>Lira Popular.</i></p> <p>Poemas:</p> <p>“A D. Izabel” (a princesa regente do Brasil).</p> <p>“À tarde”.</p> <p>“Salve” (aos rios e às florestas da Amazônia).</p>
8 – Vilhena Alves.	Cidade de Vigia, teria nascido entre 1840 – 1850 - vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Escola Normal.	Professor.	<p><i>Monodias</i> (1868).</p> <p>Obras didáticas sem referência.</p> <p>Poemas:</p> <p>“Nênia de Tupinambá”.</p> <p>“À sombra do pau-d’arco”.</p>
9 – Antônio Cícero Fernandes Belo.	Cidade de Bragança, 18 de maio de 1854 - vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Faculdade de Direito do Recife.	<p>Promotor público.</p> <p>Juiz de Direito.</p> <p>Juiz Substituto.</p> <p>Deputado Estadual.</p>	<p><i>Os versos de outrora.</i></p> <p>Poemas:</p> <p>“O lenço dela”;</p> <p>“Gurjão”;</p> <p>“Mimila”;</p> <p>“No Amazonas”.</p>
10 – Mucio Javrot (Joaquim Francisco de Mendonça Junior).	Sem indicação do lugar de nascimento. 1864? - Vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Sem indicações.	<p>Professor.</p> <p>Deputado Estadual.</p> <p>Periódico:</p> <p><i>A Pinsonia</i> (Macapá).</p>	<p><i>Crepusculares</i> (1884).</p> <p>Poemas:</p> <p>Dois fragmentos:</p> <p>“Quando encontro a brincar uma criança loura”;</p> <p>“Treme o ar! E de repente estalam os mausoléus”.</p> <p>“Baile das múmias”.</p>

				“Depois da partida”. “Corramos”.
11 – Odorico Gonçalves de Lemos.	Cidade de Breves, 09 de agosto de 18- -? – 02 de maio de 1894.	Educação primária com os pais. Educação secundária em alguns colégios do Pará. Estudou na cidade do Porto. Estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro. Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Formou-se médico nos Estados Unidos (Philadelphia, 1885).	Médico. 2º oficial do Gabinete Ministerial de Benjamin Constant. Visitador geral de Escolas Públicas.	Obras inéditas: romances, dramas, poesias, estudos de história natural e pedagogia. Poemas: “O Pariá”; “A solidão”; Inverno”; “A vida”.
12 – Marcelino Lopes de Sousa. (<i>Paraenses</i> <i>Ilustres</i>). Os poemas aqui citados são os mesmos presentes em <i>Paraenses</i> <i>Ilustres</i> .	Cidade de Belém, 04 de julho de 1857 – 27 de outubro de 1886.	Liceu Paraense. Faculdade de Direito do Recife (não concluiu os estudos).	Periódicos: <i>Diário de Belém.</i> <i>República das</i> <i>Letras.</i> <i>Aurora Literária.</i>	Sem informações. Poemas: “Era manhã. Sorrindo ela brincava”. Soneto “Perdi... perdi já tudo!” “Meditação”.
13 – Joaquim Sarmanho.	Cidade de Belém, 06 de junho de 1858 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Escola Naval do Rio de Janeiro.	Comandante de um vapor Llyod. Periódicos: <i>Diário de Belém.</i> <i>Folha do Norte.</i>	<i>Sonhos Azuis</i> (inédito). Poemas: “Cânticos a esmo”. “Galanteio”. “Harpa eólia”. “Esperança e fé”.

14 – Antonio de Pádua Carvalho .	Cidade de Belém, 1861 – 06 de abril de 1889.	Escola Normal.	Periódico: <i>Diário de Notícias</i> .	<i>Fantasia Sonoras</i> . Poemas: “Murmúrios”. “Anima mea”. “Igotus”. “Meu céu”.
15 – Theodorico Francisco de Assis Magno . <i>(Paraenses Ilustres)</i> .	Cidade de Muaná, 04 de outubro de 1866 – 16 de maio de 1885.	Seminário do Carmo. Faculdade de Direito de Recife (não concluiu o curso).	Periódicos: <i>Diário de Belém</i> . <i>Revista Arena</i> .	<i>Tentativas Literárias</i> . Poemas: “Neblinas”. “De longe”.
16 – João José dos Reis Nilson .	“Nasceu no Pará”, 18 de junho de 1866 – 18 de julho de 1896.	Escola Normal.	Tipógrafo. Periódico: <i>Correio Paraense</i> , redator.	Sem informações. Poemas: “Êxtase”. “A uma pecadora”. “Vespertinos”.
17 – João Marques de Carvalho .	Sem indicação clara da cidade de nascimento, 06 de novembro de 1866 - Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Primeiras Letras na Escola de dona Maria Brito Inglês e com os professores Valente Couto e Alexandre José Pinheiro. Estudou na Europa, fez o curso de Humanidades em Portugal. Liceu Paraense. Faculdade de Direito de Recife.	Secretário do primeiro governo republicano do Pará. Deputado constituinte. Cônsul do Brasil em Georgetown (não tomou posse). 2º Secretário do corpo diplomático no Paraguai, transferido para o Uruguai. 1º Secretário da legação brasileira na Argentina. Diretor efetivo da Escola do Comércio do Estado do Pará.	<i>Georgina</i> , folhetim (1884). <i>O Sonho do Monarca</i> (versos). <i>Lavas</i> (versos). <i>Paulino de Brito</i> (opúsculo de crítica). <i>Hortência</i> (romance). <i>O livro da Judith</i> (contos). <i>Entre as ninfeias</i> (contos). <i>Contos Paraenses</i> . <i>A carteira de um diplomata</i> . Poemas: “Redenção”.

			<p>Professor no Instituto Cívico-jurídico Paes de Carvalho.</p> <p>Secretário do intendente de Belém.</p> <p>Periódicos:</p> <p><i>Diário de Belém.</i></p> <p><i>A Província do Pará.</i></p> <p><i>Comércio do Pará.</i></p> <p><i>Arena.</i></p>	<p>“Lenda amazônica”.</p> <p>“Ahasverus”.</p> <p>“Otelo”.</p>
18 – Acrísio Mota.	Cidade de Belém, 25 de junho de 1866 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Sem indicações.	<p>Funcionário Postal.</p> <p>Periódico:</p> <p><i>Folha do Norte</i>, redator.</p>	<p><i>O estupro</i> (romance).</p> <p><i>A vingança do tapuio</i> (contos).</p> <p><i>Coisas Profanas</i> (1895).</p> <p>Poemas:</p> <p>“A Iara”.</p> <p>“Submisso”.</p> <p>“A Hetaïra”.</p>
19 – Alcebíades Neves.	Cidade de Portel, 28 de fevereiro de 1866 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Sem indicações.	<p>Guarda-livros.</p> <p>Periódicos:</p> <p><i>Imprensa</i> (Rio)</p> <p><i>Cidade do Rio</i> (Rio)</p> <p><i>Diário de Notícias</i> (Bahia)</p> <p><i>O Notícias</i> (Pará)</p>	<p><i>Nuances</i> (inédito).</p> <p>Poemas:</p> <p>“Liberdade”.</p> <p>“Adeus”.</p> <p>“Manhã amazônica”.</p>
20 – Antônio de Carvalho.	Cidade de Belém, 06 de setembro 1867 - Vivo à época do	Estudos semelhantes aos do irmão João Marques de Carvalho.	Oficial de gabinete do governador Justo Chermont.	<p>Sem indicações.</p> <p>Poemas:</p> <p>“Noturno”.</p> <p>“Ave, américa”.</p>

	lançamento da <i>Antologia</i> .		<p>Cônsul do Brasil em Cayena.</p> <p>Lente catedrático de francês na Escola Normal.</p> <p>Lente efetivo de matemática na Escola Prática de Comércio.</p> <p>Gerente da casa comercial Viúva Vieira Marques.</p> <p>Vogal do Conselho Municipal de Belém.</p> <p>Deputado Estadual.</p> <p>Periódicos:</p> <p><i>Diário de Notícias.</i></p> <p><i>Comércio do Pará.</i></p> <p><i>A Província do Pará.</i></p>	<p>“Singular duelo”.</p> <p>“Jesus e a Samaritana”.</p> <p>“A gênese do Coral”.</p>
21 – Júlio Carneiro.	Cidade de Belém, 25 de julho de 1867 – 1885.	Sem indicações.	Sem indicações.	<p>Sem indicações.</p> <p>Poemas:</p> <p>“Luz”; “Primos”.</p>
22 – Frederico Rhossard.	Cidade de Belém, 23 de junho de 1868 – 16 de junho de 1900.	<p>Seminário do Carmo.</p> <p>Liceu Paraense.</p>	<p>Comerciário.</p> <p>Jornalista.</p> <p>Ajudante de guarda-mor d’Alfandega.</p> <p>Periódicos:</p> <p><i>Diário do Grão-Pará.</i></p> <p><i>Diário de Belém.</i></p> <p><i>Comércio do Pará.</i></p>	<p><i>Estrofes</i> (inédito).</p> <p>Poemas:</p> <p>“Guasca”.</p> <p>“Mundana”.</p> <p>“Trovas singelas”.</p> <p>“Rio funesto”.</p>

			<i>A Arena.</i> <i>A Província do Pará.</i>	
23 – Guilherme Miranda.	Cidade de Belém, 01 de maio de 1870 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Sem informações.	Escrevente no Arsenal de Marinha do Pará. Periódicos: <i>Dário de Belém.</i> <i>Gazeta Postal.</i> Membro fundador dos grêmios literários Sílvia Romero e Mina Literária.	<i>Musa em Leilão</i> (1895?). Poemas: “Sonhos”. “Cittá dolente”. “Canção da mágoa”. “Saudade da volúpia”. “Flor traiçoeira”.
24 – João Eustáquio Pereira (Faneça).	Cidade de Belém, 20 de setembro de 1868 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Estudou as primeiras letras em institutos portugueses de Belém. Faculdade de Direito de Recife (formado em 1894).	Advogado. Dono de comércio.	<i>Verbenas</i> (inédito). Poemas: “Abandonado”. “Ainda”. “For ever”. “Crepúsculo”. “À memória de Natividade Lima”.
25 – Antônio da Costa e Silva.	Cidade de Belém, 01 de junho de 1871 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Colégio da Glória, na cidade do Porto. Formação Comercial.	Guarda-livros. Almoxarife. Secretário e diretor do Liceu do Engenho Velho. Periódicos: <i>A República</i> (Belém). <i>A Cidade do Rio</i> (Rio de Janeiro) <i>Gazeta da Tarde</i> (Rio de Janeiro) <i>A Arena</i> (Belém)	<i>Fogos Fátuos</i> (1900). <i>Sonatas</i> (inédito). Poemas: ”Em gala”. “Festas!” “Sombras”. “Preces”. “Dona Alice”.

			Criou o jornal <i>Caixeiro</i> .	
26 – Antonio do Espírito Santo de Macedo .	Cidade de Belém, 26 de dezembro de 1868 - Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Escola Normal (formado em 1888).	Lente de Português do Grêmio Literário Português. Professor do Grupo Escolar de Nazaré. Periódico: <i>Folha do Norte</i> , redator.	<i>Pontos de História do Brasil</i> (didático). <i>Noções de História do Brasil e do Pará</i> (didático). Poemas: “Loucura”; “Conversa íntima”; “Boas festas”; “Ave, Maria!”; “A volta”.
27 – José da Natividade Lima .	Cidade de Belém?, 1871 – 09 de junho de 1897.	Sem informações.	Caixeiro. Guarda-livros. Periódicos: <i>Diário de Notícias</i> . <i>A Província do Pará</i> .	<i>Musa Boêmia</i> . Poemas: “Hípico”. “Dolor”. “Consoada”. “Áurea”.
28 – Hermeto Lima .	Cidade de Belém, 03 de fevereiro de 1871 - Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Seminário Episcopal.	Trabalhou no Arsenal de Guerra do Pará e na Intendência de Guerra da Capital Federal.	Sem informações, Poemas: “Olhos I”. “Olhos II”. “Boca”. “Cabeça”. “Mãos”.
29 – Francisco Olavo Guimaraes Nunes .	Cidade de Curuçá, 29 de julho de 1871 - Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Primeiros estudos na escola do professor Manoel José Pereira de Carvalho (Curuçá). Atheneu Paraense.	Promotor Público em Maracanã (Sintra).	<i>Larvas</i> (inédito). Poemas: “Retratando”. “À minha mãe”. “Clarisse”.
30 – Theodoro Rodrigues .	Cidade de Vigia, 16 de junho de 1874 - Vivo à época do	Atheneu Paraense.	Professor de Português.	<i>Pálidos</i> (versos).

	lançamento da <i>Antologia</i> .		Secretário da Biblioteca Pública (Manaus).	<i>Canções do Norte</i> (versos). <i>Lições de História do Amazonas</i> (obra didática). <i>História do Brasil</i> (ensino primário). Poemas: “Os dois gigantes”. “Flor do rio Negro”. “Singular mistério”.
31 – Medeiros Lima.	Cidade de Belém, 14 de fevereiro de 1877 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Liceu Paraense.	Tipógrafo. Periódicos: <i>Pará Revistas</i> . <i>O Notícias</i> .	<i>Saudades</i> . Poemas: “Régia forma”. “Versos à Rute”. “Noturno”.
32 – Alves de Sousa.	Sem informações da cidade ou data de nascimento. Mas o texto indica que esse autor está entre a “plêiade dos novos”.	Sem informações.	Sem informações.	<i>Crepusculares</i> . Poemas: “In perpetuum”. “Canção”.
33 – Flecha Ribeiro.	Cidade de Faro, 19 de junho de 1883 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Preparatórios no Rio Grande do Norte. Academia de Direito do Estado do Pará.	Fundou o <i>Pará-Revista</i> (1903).	<i>Sol</i> (versos, inédito). <i>Agora</i> (romance, inédito). <i>O enforcado</i> (contos, inédito). <i>Surdina</i> (versos, inédito). Poemas: “Monólogos dum monge I (diante de um crucifixo)”. “Monólogos dum monge II (do alto

				<p>duma torre, contemplando a Cidade)”. “Monólogos dum monge III (ao luar só, monologando à noite silenciosa e estrelada)”. “Monólogos dum monge IV (no cemitério, ao fechar-se a cova dum irmão)”. “Horas negras (à minha mãe)”. “Ceticismo”.</p>
Esparsas poesias de Eustáquio de Azevedo				
<p>“Única I”; “A memória de João de Deus do Rego”; “Única II”; “Única III”; “Veritas”; “Morta”; “Boêmio”; “Natal”; “Resposta”; “Dia de Natal”; “Que m’importa!”; “Recuerdos”; “Confissão”; “Ofeli (do <i>Hamlet</i> de Shakespeare); “Carmita”; “Nas toiradas”; “Dolor (à memória de Carlos Gomes)”; “Inverno” “Salve, Amapá!”; “Um óbolo (às vítimas do Maranhão)”.</p>				

APÊNDICE B – Lista de autores II

<i>Antologia Amazônica (1918)</i>				
Poetas	Nascimento e morte	Estudos e/ou formação acadêmica	Profissão e/ou colaborações em periódicos	Livros publicados e/ou poemas presentes na antologia
<p>1 – Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha. (Presente na 1ª edição).</p>	<p>Vila de Barcelos, 04 de setembro de 1769 – 25 de novembro de 1811.</p>	<p>Convento de Santo Antônio. Convento dos Mercedários.</p>	<p>Sem informações.</p>	<p>Obra póstuma organizada pelo filho (sem referências).</p>
<p>2 – Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente.</p>	<p>Município de Acará – 1794 (29 de julho, data do batismo) – provável morte em Lisboa entre 1862 ou 1868.</p>	<p>Seminário do Pará. Universidade de Coimbra (bacharel em direito civil e</p>	<p>Fundador do primeiro jornal do Pará: <i>O Paraense</i> (primeiro número publicado em 1º de abril de 1822).</p>	<p><i>Cartilha Imperial.</i> Poema “Ode aos paraenses católicos”.</p>

		canônico – final de 1822).		
3 – Joaquim Rodrigues de Sousa Filho . (Presente na 1ª edição).	Cidade de Santarém, 24 de junho de 1836 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Faculdade de Direito do Recife (formado em 1861).	Advogado. Colaborou nos jornais: <i>Democrata</i> e <i>Comércio do Pará</i> .	<i>Lira Amazônica</i> (antologia). <i>Recurso à Coroa</i> (obra jurídica)
4 - Bruno Henrique de Almeida Seabra . (Presente na 1ª edição).	Águas do Pará, Tatuóca, 06 de outubro de 1837 – 1876.	Preparatórios em Belém. Escola Militar da Capital da República.	Funcionário Público.	<i>Flores e Frutos</i> (1862)
5 - Júlio César Ribeiro de Sousa. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Acará, 13 de junho de 1843 – 14 de outubro de 1887.	Seminário do Carmo. Escola Politécnica do Rio de Janeiro.	Lutou na guerra do Paraguai. Publicou na <i>Revista Brasileira</i> .	<i>Pyraustas</i>
6 – José Augusto da Gama e Costa .	Vila de Abaeté – 29 de abril de 1845.	Colégio Santa Cruz	Tesoureiro da Alfandega	Sem indicações.
7 – Gustavo Adolpho Cardoso Pinto. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Belém, 1849/1850 – data da morte imprecisa.	Seminário do Carmo. Escola Central do Rio de Janeiro.	Não há informações. Teria sido preso no Recife pelo assassinato de uma prostituta	<i>Risos e Lágrimas</i> (1881) <i>Contos do desterro.</i>
8 – Carlos Hipólito de Santa Helena Magno . (Presente na 1ª edição).	Cidade de Muaná (engenho de Santa Maria), 13 de agosto de 1848 – 20 de outubro de 1882.	Seminário do Carmo. Colégio Paraense. Faculdade de Direito do Recife	Advogado. Lente de Geografia do Liceu Paraense. Periódicos: <i>Diário de Belém</i> <i>A Província do Pará</i> .	<i>Ondas Sonoras (inéditos)</i> <i>Harpejos poéticos</i> (1869).
9 – Luiz Demétrio Juvenal Tavares . (Presente na 1ª edição).	Cidade de Cameté, 21 de junho de 1850 – 30 de junho de 1907.	Seminário de Santo Antônio.	Professor de português e francês no colégio Santa Maria de Belém. Periódicos:	<i>Pirilampos</i> (1877). <i>Versos antigos e modernos</i> (1889). <i>A Vida na roça</i> (contos).

			<p><i>Tribuna.</i></p> <p><i>A Província do Pará.</i></p> <p><i>Diário de Notícias.</i></p>	<p><i>Serões da mãe preta</i> (contos infantis).</p> <p><i>Casos e mais casos</i> (contos).</p> <p><i>A vapor e a cavalo</i> (impressões de viagens).</p> <p><i>A viola de Joana</i> (versos populares).</p> <p><i>Ensino Cívico</i> (obra didática).</p> <p><i>O maldito.</i></p> <p><i>Musa republicana.</i></p> <p><i>Lira Popular.</i></p>
10 – Vilhena Alves. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Vigia, teria nascido entre 1840 – 1850 – 09 de julho de 1912.	Escola Normal	Professor.	<i>Monodias</i> (1868). Obras didáticas.
11 – Antônio Cícero Fernandes Belo. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Bragança, 18 de maio de 1854 – vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Faculdade de Direito do Recife.	Promotor público. Juiz de Direito. Juiz Substituto. Deputado Estadual.	<i>Os versos de outrora.</i>
12 – Odorico Gonçalves de Lemos. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Breves, 09 de agosto de 18--? – 02 de maio de 1894.	Educação primária com os pais. Educação secundária em alguns colégios do Pará. Estudou na cidade do Porto. Estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro.	Médico. 2º oficial do Gabinete Ministerial de Benjamin Constant. Visitador geral de Escolas Públicas.	Obras inéditas: romances, dramas, poesias, estudos de história natural e pedagogia.

		Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Formou-se médico nos Estados Unidos (Philadelphia, 1885).		
13 – Mucio Javrot . (Joaquim Francisco de Mendonça Junior). (Presente na 1ª edição).	Sem indicação do lugar de nascimento. 1864? – 04 de agosto de 1904.	Sem indicações.	Professor. Deputado Estadual. Periódico: <i>A Pinsonia</i> (Macapá).	<i>Crepusculares</i> (1884)
14 – Marcelino Lopes de Sousa . (Presente na 1ª edição).	Cidade de Belém, 04 de julho de 1857 – 27 de outubro de 1886.	Liceu Paraense. Faculdade de Direito do Recife (não concluiu os estudos).	Periódicos: <i>Diário de Belém</i> . <i>República das Letras</i> . <i>Aurora Literária</i> .	Sem informações
15 – Ignácio Batista Moura .	Cidade de Cameté – 31 de julho de 1857 – vivo à época da segunda edição da <i>Antologia</i> .	Liceu Paraense. Escola Politécnica do Rio de Janeiro (engenheiro civil – 1882).	Trabalhou na construção da E. F. do Norte do Brasil. E. F. de Bragança. Lente de Matemática do Liceu Paraense.	<i>O Estado do Pará</i> (1892). <i>Exposição Benjamin Constant</i> (1895). <i>Vultos e descobrimentos do Brasil e do Amazonas</i> (1900). <i>De Belém a S, João do Araguaia</i> (1908). Poema “A Tempestade e o Gênio”.
16 – Joaquim Sarmanho . (Presente na 1ª edição).	Cidade de Belém, 06 de junho de 1858 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i> .	Escola Naval do Rio de Janeiro.	Comandante de um vapor Llyod. Periódicos <i>Diário de Belém</i> .	<i>Sonhos Azuis</i> (inédito).

			<i>Folha do Norte.</i>	
17 – Antonio de Pádua Carvalho. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Belém, 06 de outubro de 1860 – 07 de abril de 1889.	Escola Normal.	Periódicos <i>Diário de Notícias.</i>	<i>Fantacias Sonoras.</i>
18 – Theodorico Francisco de Assis Magno. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Muaná, 04 de outubro de 1866 – 16 de maio de 1885.	Seminário do Carmo. Faculdade de Direito de Recife (não concluiu o curso).	Periódicos <i>Diário de Belém.</i> <i>Revista Arena.</i>	<i>Tentativas Literárias.</i>
19 – João José dos Reis Nilson. (Presente na 1ª edição).	“Nasceu no Pará”, 18 de junho de 1866 – 18 de julho de 1896.	Escola Normal.	Tipógrafo. Periódicos <i>Correio Paraense</i> , redator.	Sem informações
20 – João Marques de Carvalho. (Presente na 1ª edição).	Sem indicação clara da cidade de nascimento, 06 de novembro de 1866 - Vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Primeiras Letras na Escola de dona Maria Brito Inglês e com os professores Valente Couto e Alexandre José Pinheiro. Estudou na Europa, fez o curso de Humanidades em Portugal. Liceu Paraense. Faculdade de Direito de Recife.	Secretário do primeiro governo republicano do Pará. Deputado constituinte. Cônsul do Brasil em Georgetown (não tomou posse). 2º Secretário do corpo diplomático no Paraguai, transferido para o Uruguai. 1º Secretário da legação brasileira na Argentina. Diretor efetivo da Escola do Comércio do Estado do Pará. Professor no Instituto Cívico-	<i>Georgina</i> , folhetim (1884). <i>O Sonho do Monarca</i> (versos). <i>Lavas</i> (versos). <i>Paulino de Brito</i> (opúsculo de crítica). <i>Hortência</i> (romance). <i>O livro da Judith</i> (contos). <i>Entre as ninfeias</i> (contos). <i>Contos Paraenses.</i> <i>A carteira de um diplomata.</i>

			<p>jurídico Paes de Carvalho.</p> <p>Secretário do intendente de Belém.</p> <p>Periódicos</p> <p><i>Diário de Belém.</i></p> <p><i>A Província do Pará.</i></p> <p><i>Comércio do Pará.</i></p> <p><i>Arena.</i></p>	
21 – Acrísio Mota. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Belém, 25 de junho de 1866 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Sem indicações.	<p>Funcionário Postal.</p> <p><i>Folha do Norte,</i> redator.</p>	<p><i>O estupro</i> (romance).</p> <p><i>A vingança do tapuio</i> (contos).</p> <p><i>Coisas Profanas</i> (1895).</p>
22 – Alcebiádes Neves. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Portel, 28 de fevereiro de 1866 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Sem indicações.	<p>Guarda-livros.</p> <p>Periódicos</p> <p><i>Imprensa</i> (Rio)</p> <p><i>Cidade do Rio</i> (Rio)</p> <p><i>Diário de Notícias</i> (Bahia)</p> <p><i>O Notícias</i> (Pará)</p>	<i>Nuances</i> (inédito).
23 – Júlio Carneiro. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Belém, 25 de julho de 1867 – 1885.	Sem indicações.	Sem indicações.	Sem indicações.
24 – Antônio de Carvalho. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Belém, 06 de setembro 1867 - Vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Estudos semelhantes aos do irmão João Marques de Carvalho.	<p>Oficial de gabinete do governador Justo Chermont.</p> <p>Cônsul do Brasil em Cayena.</p>	Sem indicações.

			<p>Lente catedrático de francês na Escola Normal.</p> <p>Lente efetivo de matemática na Escola Prática de Comércio.</p> <p>Gerente da casa comercial Viúva Vieira Marques.</p> <p>Vogal do Conselho Municipal de Belém.</p> <p>Deputado Estadual.</p> <p>Periódicos</p> <p><i>Diário de Notícias.</i></p> <p><i>Comércio do Pará.</i></p> <p><i>A Província do Pará.</i></p>	
<p>25 – Frederico Rhossard.</p> <p>(Presente na 1ª edição).</p>	<p>Cidade de Belém, 23 de junho de 1868 – 16 de junho de 1900.</p>	<p>Seminário do Carmo.</p> <p>Liceu Paraense.</p>	<p>Comerciário.</p> <p>Jornalista.</p> <p>Ajudante de guarda-mor d'Alfandega.</p> <p>Periódicos</p> <p><i>Diário do Grão-Pará.</i></p> <p><i>Diário de Belém.</i></p> <p><i>Comércio do Pará.</i></p> <p><i>A Arena.</i></p> <p><i>A Província do Pará.</i></p>	<p><i>Estrofes (inédito).</i></p>

<p>26 – João Eustáquio Pereira (Faneca). (Presente na 1ª edição).</p>	<p>Cidade de Belém, 20 de setembro de 1868 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i>.</p>	<p>Estudou as primeiras letras em institutos portugueses de Belém. Faculdade de Direito de Recife (formado em 1894).</p>	<p>Advogado. Dono de comércio.</p>	<p><i>Verbenas</i> (inédito).</p>
<p>27 – Antonio do Espírito Santo de Macedo. (Presente na 1ª edição).</p>	<p>Cidade de Belém, 26 de dezembro de 1868 - Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i>.</p>	<p>Escola Normal (formado em 1888).</p>	<p>Lente de Português do Grêmio Literário Português. Professor do Grupo Escolar de Nazaré. Periódico <i>Folha do Norte</i>, redator.</p>	<p><i>Pontos de História do Brasil</i> (didático). <i>Noções de História do Brasil e do Pará</i> (didático).</p>
<p>28 – Guilherme Miranda. (Presente na 1ª edição).</p>	<p>Cidade de Belém, 01 de maio de 1870 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i>.</p>	<p>Sem informações.</p>	<p>Escrevente no Arsenal de Marinha do Pará. Periódicos <i>Dário de Belém</i>. <i>Gazeta Postal</i>.</p>	<p><i>Musa em Leilão</i> (1895?).</p>
<p>29 – Hermeto Lima. (Presente na 1ª edição).</p>	<p>Cidade de Belém, 03 de fevereiro de 1871 - Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i>.</p>	<p>Seminário Episcopal.</p>	<p>Trabalhou no Arsenal de Guerra do Pará e na Intendência de Guerra da Capital Federal.</p>	<p>Sem informações.</p>
<p>30 – Antônio da Costa e Silva. (Presente na 1ª edição).</p>	<p>Cidade de Belém, 01 de junho de 1871 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i>.</p>	<p>Colégio da Glória, na cidade do Porto. Formação Comercial.</p>	<p>Guarda-livros. Almoxarife. Secretário e diretor do Liceu do Engenho Velho. Periódicos <i>A República</i> (Belém).</p>	<p><i>Fogos Fátuos</i> (1900). <i>Sonatas</i> (inédito).</p>

			<p><i>A Cidade do Rio</i> (Rio de Janeiro)</p> <p><i>Gazeta da Tarde</i> (Rio de Janeiro)</p> <p><i>A Arena</i> (Belém)</p> <p>Criou o jornal <i>Caixeiro</i>.</p>	
<p>31 – José da Natividade Lima.</p> <p>(Presente na 1ª edição).</p>	<p>Cidade de Belém?, 1871 – 09 de junho de 1897.</p>	<p>Sem informações.</p>	<p>Caixeiro.</p> <p>Guarda-livros.</p> <p>Periódicos</p> <p><i>Diário de</i> <i>Notícias</i>.</p> <p><i>A Província do</i> <i>Pará</i>.</p>	<p><i>Musa Boêmia</i>.</p>
<p>32 – Francisco Olavo Guimaraes Nunes.</p> <p>(Presente na 1ª edição).</p>	<p>Cidade de Curuçá, 29 de julho de 1871 - Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i></p>	<p>Primeiros estudos na escola do professor Manoel José Pereira de Carvalho (Curuçá).</p> <p>Atheneu Paraense.</p>	<p>Promotor Público em Maracanã (Sintra).</p>	<p><i>Larvas</i> (inédito).</p>
<p>33 – Flávio Cardoso.</p>	<p>Cidade de Belém, 24 de fevereiro de 1874 – 29 de março de 1909.</p>	<p>Colégio Franco- Brasileiro.</p> <p>Colégio Americano.</p> <p>Liceu Paraense.</p> <p>Escola Politécnica (engenharia – 1893).</p>	<p>Engenheiro da estrada de ferro (Bahia).</p> <p>Trabalhou na planta da Catedral do Rio de Janeiro.</p> <p>Engenheiro- ajudante do Distrito Telegráfico e das Obras Públicas do Pará, da Porto f Pará.</p> <p>Periódico:</p> <p><i>Folha do Norte</i>.</p>	<p>Não publicou livro.</p>
<p>34 – Theodoro Rodrigues.</p>	<p>Cidade de Vigia, 16 de junho de 1874 –</p>	<p>Atheneu Paraense.</p>	<p>Professor de Português.</p>	<p><i>Pálidos</i> (versos).</p>

(Presente na 1ª edição).	20 de outubro de 1912.		Secretário da Biblioteca Pública (Manaus).	<i>Canções do Norte</i> (versos). <i>Lições de História do Amazonas</i> (obra didática). <i>História do Brasil</i> (ensino primário).
35 – Euclides Dias.	Cidade de Belém, 09 de maio de 1876 – ?	Atheneu Paraense. Liceu Paraense. Academia de Direito do Recife.	Advogado.	<i>Alma Nova.</i> <i>Vislumbres</i> (inédito). Poemas “Beijos”; “Hipocrisia”; “Viver dormindo”; “Soberania”.
36 – Medeiros Lima. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Belém, 14 de fevereiro de 1877 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Liceu Paraense.	Tipógrafo. Periódicos <i>Pará Revistas.</i> <i>O Notícias.</i>	<i>Saudades.</i>
37 – Alves de Sousa. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Vigia, 12 de novembro de 1882.	Sem informações.	Foi redator do jornal <i>A Província do Pará.</i> Redator-secretário do jornal <i>O Estado do Pará.</i>	<i>Crepusculares.</i>
38 – Flecha Ribeiro. (Presente na 1ª edição).	Cidade de Faro, 19 de junho de 1883 – Vivo à época do lançamento da <i>Antologia.</i>	Preparatórios no Rio Grande do Norte. Academia de Direito do Estado do Pará.	Bacharel em Direito. Exerceu “cargos públicos de responsabilidade em Belém”. Fundou o <i>Pará-Revista</i> (1903). Colaborou nos jornais <i>Folha do Norte</i> e <i>A Província do Pará.</i>	<i>Episódio Trágico</i> (1905). <i>Sol: poemeto</i> (1906). <i>Litania pagã</i> (1907). <i>Fialho de Almeida: visão estética de sua obra</i> (1914). <i>O Amor e a Morte: poematos</i> (1914).

			Foi diretor do jornal vespertino <i>A Imprensa</i> .	
39 – Oscar de Paula Guimaraes .	Nascido na cidade de Belém, 30 de julho 1884.	Atheneu Paraense – primeiras letras. Ginásio Paes de Carvalho – exames preparatórios. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Terminou o curso de medicina na Bahia.	Atuou nos jornais <i>Diário da Bahia</i> , <i>Jornal da Noite</i> (Bahia), <i>Bahia Médica</i> , <i>Época</i> e <i>Jornal de Notícias</i> do Rio de Janeiro; e <i>Folha do Norte</i> e <i>Correio de Belém</i> do Pará. Exerceu o cargo de Interno da Clínica Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da Bahia. Foi inspetor sanitário de Belém. Foi diretor do Serviço Sanitário do Paraná.	<i>Contos Crebos</i> (impressões e fatos). <i>Flor de Carne</i> (versos).
40 – Nogueira de Faria (Leocádio Guereiro, pseudônimo).	Nascido na cidade de Belém, 15 de outubro de 1884.	Estudos primários nas escolas primárias de Josefino Lobato e Maria de Figueiredo Morais. Estudou também nos colégios Minerva e São José. Acadêmico de Direito da Faculdade do Pará.	Trabalhou como 2º escriturário da Repartição de Terras e Colonização. Trabalhou como aduaneiro do porto de Belém. Atuou como repórter da <i>Província do Pará</i> . Colaborador da <i>Folha do Norte</i> .	<i>Branca do Céu</i> (1909), poesias. <i>Legião Branca</i> (1911), sonetos. <i>Sempre o Amor</i> (1912), poemeto contra o celibato religioso. <i>Os Renegados</i> (drama em versos inédito escrito em parceria com D. Elmira Lima). <i>Árvore Má</i> (versos).

<p>41 – José Simões Pereira (usava os pseudônimos Edmundo Rangel, Pertinax, Gastão Palmas, Josué Simeão).</p>	<p>11 de maio de 1885 - Vivo à época do lançamento da <i>Antologia</i>.</p>	<p>Estudos primários nas escolas dos professores Lobato e Jesus Brito.</p> <p>Estudou também no Seminário do Carmo, nos colégios Cristóforo, São José e Pará e Amazonas.</p>	<p>Foi professor na cidade de Maracanã onde também fundou uma escola.</p> <p>Em Belém fundou um externato com o professor Raimundo Proença.</p> <p>Lecionou no colégio Anglo-Français e na escola noturna Allan Kardek.</p> <p>Na <i>Folha do Norte</i> trabalhou como repórter, revisor e redator.</p> <p>Lente de Português do Instituto Júlio César, do professor normalista Raimundo Proença.</p>	<p>Não publicou livro (até esse ano).</p>
Mais poetas				
Poetas	Nascimento e morte	Estudos e/ou formação acadêmica	Profissão e/ou colaborações em periódicos	Livros publicados e/ou poemas presentes na antologia
<p>1 – Alberto Dias (pseudônimo Aldo Duarte).</p>	<p>Contemporâneo de Eustáquio de Azevedo. Falecido.</p>	<p>Academia de Direito do Recife.</p>	<p>Deputado Estadual.</p> <p>Jornalista.</p> <p>Redator da <i>Gazeta de Belém</i>.</p> <p>Colaborador de vários jornais do Pará.</p>	<p><i>Livro de Alda: poesias</i> (inédito).</p>

2 – Vasco Abreu.	Sem informações.	Sem informações.	Ex-escriturário do Banco do Pará. Colaborou com a <i>Província do Pará</i> . Trabalhou na redação do <i>Jornal do Comércio</i> (Rio de Janeiro). Tradutor telegráfico.	Sem informações.
3 – Alcides Bahia.	Sem informações.	Sem informações.	Deputado Estadual pelo Amazonas. Membro da Mina Literária.	Poema transcrito “Eterna mágoa” (soneto).
4 – Manuel Lobato (Pseudônimos: Emílio Guimarães, Aquelezinho, Arnestozinho).	Sem informações.	Sem informações.	Engenheiro. Jornalista. Redator da <i>Folha do Norte</i> .	<i>Bodas de ouro</i> (1909). Poema transcrito “A volta” (soneto).
5 – José Chaves (Pseudônimo Jayme Clarivaldo).	Falecido em 15 de setembro de 1913.	Sem informações.	Redator de <i>O Jornal</i> e da <i>Província do Pará</i> . Fundou a revista <i>Alma Nova</i> (novembro de 1904).	<i>Ementário do Amor</i> . <i>Ancestrais</i> . <i>Heptacórdio</i> (inédito). Poema transcrito “Almas irmãs” (soneto).
6 – Lucílio Pfaender.	Cidade de Belém, 28 de julho de 1884.	Bacharel em Ciências-Jurídicas pelo Instituto Cívico-Jurídico do Pará.	Funcionário da Intendência de Belém. Fundou o núcleo Literário “Oficinas das Letras” (maio de 1907). Fundou a revista <i>O Sol</i> .	<i>Carta de A, B, C</i> : versos (1912). <i>Sonetos</i> (inédito). <i>Restos do Incêndio</i> (inédito). Poema transcrito “Balanço” (soneto).

			Fundou a Academia de Poetas Paraenses (em atividade em 1918).	
7 – Tapajós Gomes.	Sem informações.	Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo (formado em 1908).	Advogado em São Paulo.	<i>Através do V Ano</i> (sonetos humorísticos) (1907). Poemas transcritos “Abel Abreu Chermont” (soneto). “Amador Cobra” (soneto).
8 – Álvares da Costa.	Contemporâneo de Eustáquio de Azevedo. Faleceu em Macapá.	Bacharel em Direito pela Academia do Recife.	Advogado. Sócio fundador e presidente da Mina Literária.	<i>Ensaio de Crítica.</i> <i>Páginas Avulsas</i> (prosa). <i>Catecismo Deista</i> (prosa). Sem poemas transcritos.
9 – Curcino Silva.	Sem informações.	Sem informações.	Bacharel em Direito. Redator da <i>Folha do Norte</i> . Membro da Associação Cenáculo dos Novos.	<i>Sarçais</i> (versos). Poema transcrito “Tuberculoso” (soneto).
10 – Paulino de Brito Filho.	Sem informações.	Estudante de Direito.	Sem informações.	Poema transcrito “Tristeza” (soneto).
11 – Martins Sant’Ana.	Sem informações.	Estudante de Direito da Faculdade do Pará.	Membro da Associação Cenáculo dos Novos. Colaborou em revistas e jornais.	<i>Hóstia Violácea</i> (inérito). Poema transcrito “Veritas veritatum”.

12 – Agnelo Araújo dos Santos.	Sem informações.	Sem informações.	Foi membro da Associação Cenáculo dos Novos.	<i>Topázios</i> (1915). Poemas transcrito “Poupée” (soneto).
13 – Ignácio Bezerra de Albuquerque.	Sem informações.	Sem informações.	Funcionário Postal. Professor em colégios particulares. Membro da Academia de Poetas Paraenses. Foi redator da <i>Folha do Norte</i> .	<i>Somente</i> : versos (no prelo).
14 – Jerônimo Tavares (Pseudônimos Jerotava e Ninano).	Faleceu em Breves em 26 de janeiro de 1912.	Sem informações.	Advogado. Fundador da Oficina Literária. Publicou poemas no periódico <i>O Parnaso</i> . Colaborou no jornal <i>A Província do Pará</i> .	<i>Asas Partidas</i> : versos (inérito). Poema transcrito “Desejo”.
15 – Tito Franco de Almeida.	Sem informações	Sem informações.	Advogado, jornalista e poeta.	Poema transcrito “Aos meus”.
16 – Agnelo Neves.	Nasceu da cidade de Vigia.	Trabalhou na <i>Folha do Norte</i> .	Fundou os jornais <i>Folha Nova</i> (Cametá) e <i>A Cruzada</i> (Belém). Membro do Gabinete Literário Cametaense. Foi secretário particular de Ignácio Moura. Colaborador da <i>Folha do Norte</i> .	Sem informações.
17 – Veríssimo V. do Couto.	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Poema transcrito

				“O retrato” (soneto).
18 – Olívio Rayol.	Acará, 28 de fevereiro de 1884.	Sem informações.	Membro da Academia de Poetas Paraenses.	<i>Sob o sol do Equador</i> : versos (em vias de publicação). <i>Terra do Cruzeiro</i> : prosa (em vias de publicação). Poema transcrito “Sol” (soneto).
19 – Pedro Paulo Penna e Costa.	Belém, 01 de Agosto de 1890.	Estudos primários e secundários em escolas, colégios e seminários do Pará. Estudante de Direito da Faculdade Livre do Pará.	Foi orador e presidente do Centro Acadêmico do Pará. Foi 2º oficial da Intendência de Belém. Foi secretário do vespertino <i>Estado</i> , no Rio de Janeiro. Foi secretário do Distrito de Fiscalização da Defesa da Borracha.	<i>O Sapo</i> : poemeto. Poemas transcritos “Mea culpa” (soneto). “Livro do amor” (soneto).
20 – Luís Queiroz Albuquerque.	Belém, 20 de dezembro de 1894.	Bacharel em Ciências-Jurídicas pelo Instituto Pena Carvalho (formado em 1910).	Trabalhou na redação do jornal <i>Estado do Pará</i> . Professor Particular.	<i>Mal-me-querer</i> : primeiro versos (inédito). <i>Ancenúbios</i> : últimos versos (inédito). <i>Os Nheengahibas</i> : poemeto em seis cantos (inédito). Poema transcrito “Desfolhando rosas” (soneto).

<p>21 – Angelino Lima (Adriano Lara, pseudônimo).</p>	<p>Nascido do Pará, 15 de setembro de 1882.</p>	<p>Formado em Guarda-Livros e Agrimensor pelo Ginásio Paes de Carvalho.</p> <p>Formado em direito pela Faculdade do Pará</p> <p>Bacharel em direito pela Faculdade do Pará.</p>	<p>Ocupou vários cargos na Secretária de Obras Públicas, Terras e Viação, na Estrada de Ferro e na Benjamin Constant.</p> <p>Chefe da 1ª Secção da Secretaria da Intendência Municipal.</p>	<p>Poema transcrito</p> <p>“Céu” (soneto).</p>
<p>22 – Manuel L. Gonçalves Castro.</p>	<p>Nasceu em Igarapé-Mirim, 20 de julho de 1884.</p>	<p>Liceu Paraense.</p>	<p>Fundou o jornal <i>A Luz da Verdade</i> (1905 – 1907).</p> <p>Auxiliar do Comércio.</p> <p>Prestou serviços intelectuais na redação da <i>Folha do Norte</i>.</p>	<p><i>Alvorada</i>: versos (inédito).</p> <p>Poema transcrito</p> <p>“Secas folhas, no espaço, despedidas” (soneto).</p>
<p>23 – Basílio Crispim de Carvalho.</p>	<p>Nascido na cidade de Abaetetuba.</p>	<p>Professor formado pela Escola Normal do Pará.</p>	<p>Professor do ensino público.</p>	<p>Poema transcrito</p> <p>“O mestre-escola” (soneto).</p>
<p>24 – Sílvio Nascimento (Dulcídio Flores, pseudônimo).</p>	<p>Nascido na Vila do Moju, 14 de setembro de 1882.</p>	<p>Estudos Primários na escola Pública do professor Joaquim Paixão.</p> <p>Professor formado pela Escola Normal do Pará.</p>	<p>Exerceu o Magistério Público em grupos escolares.</p> <p>Diretor do Externato Sylvio Nascimento.</p> <p>Colaborador de vários jornais de Belém.</p>	<p><i>Matizes</i>: versos (inédito).</p> <p><i>Conferências</i>: prosa (inédito).</p> <p>Poema transcrito</p> <p>“Duelista”.</p>
<p>25 – Geraldo Brito.</p>	<p>Nascido em Belém, 05 de dezembro de 1891 – faleceu em 09 de novembro de 1914.</p> <p>Irmão de Paulino de Brito Filho.</p>	<p>Sem informações</p>	<p>Sem informações</p>	<p>Poemas transcritos</p> <p>“Só” (soneto).</p> <p>“Nunca mais!” (soneto).</p>

Esparsas poesias de Eustáquio de Azevedo

“Única I”; “À memória de João de Deus do Rego”; “Única II”; “Única III”; “Marion...”; “Veritas”; “Morta”; “A Borboleta”; “Natal”; “Resposta”; “Esperança morta”; “No álbum de uma noiva”; “Recuerdos”; “Ofelia (do *Hamlet* de Shakespeare); “Dia de Natal”; “Rimas”; “Nas toiradas”; “Bendita sejam!”; “Sós!”; “Teus olhos (A. M.)”; “Dolor (à memória de Carlos Gomes)”; “O nirvana”.

APÊNDICE C – Lista de livros

A produção literária paraense na década de 1920²⁰⁹			
Título da obra e classificação do gênero	Ano e local de publicação	Nome do autor ou pseudônimo usado	Naturalidade ou nacionalidade
1 – <i>Literatura Paraense*</i> (história da literatura).	1920 Publicado no jornal <i>Folha do Norte</i> .	Eustáquio de Azevedo/Jacques Rolla.	Paraense.
2 – <i>Belas Artes*</i> (palestras de artes).	1920 Publicado em Belém.	Eustáquio de Azevedo/Jacques Rolla.	Paraense.
3 – <i>De capa e espada*</i> (Contos).	1920 Publicado em Belém.	Eustáquio de Azevedo/Jacques Rolla.	Paraense.
4 – <i>Crucifixo*</i> (poesia).	1920 Publicado em Belém.	Bruno de Menezes.	Paraense.
5 – <i>A luz de outr’ora</i> (contos e estudos ligeiros)*.	1920 Publicado em Belém pela Livraria Carioca.	Ignácio Moura.	Paraense.
6 – <i>Da roça*</i> (narrativas do folclore amazônico).	1921 Publicado em Belém nas Oficinas Gráfica da Livraria Clássica.	Ernesto Cruz.	Paraense.
7 – <i>O Pará na Exposição*</i> (Material de propaganda)	1922 Publicado no Rio de Janeiro nas oficinas	Henrique Santa Rosa.	Paraense.

²⁰⁹ Um asterisco indica que o livro foi encontrado, dois asteriscos indicam que encontramos apenas *releases* dos mesmos ou referências.

	gráficas de Corrêa, Bastos Ltda.		
8 – O Pará em 1922* (Material de propaganda).	1922 Publicado em Belém pela editora da revista <i>A Semana</i> .	Publicação oficial.	Autores paraenses
9 – <i>Literatura Paraense*</i> (Síntese histórica de seu movimento).	1922 Publicado em Belém pela Casa Editora A Semana.	Eustáquio de Azevedo.	Paraense.
10 – <i>Síntese da História Literária *</i>	1922 Publicado no <i>Dicionário Histórico, geográfico e Etnográfico do Brasil</i> no Rio de Janeiro.	Eustáquio de Azevedo.	Paraense.
11 – <i>História Militar do Pará*</i> (Ensaios históricos).	1922 Publicado no <i>Dicionário Histórico, geográfico e Etnográfico do Brasil</i> no Rio de Janeiro.	Tenente Coronel Luiz Lobo.	Paraense.
12 – <i>Sol de outono*</i> (poesia).	1922 Publicado em Belém pela editora J. B. dos Santos & Cia.	Remígio Fernandez.	Espanhol.
13 – <i>Brasil –Portugal**</i> (apologia a Sacadura Cabral)	1922 Publicado em Belém.	Ignácio Moura.	Paraense.
14 – <i>Os Novos e o Centenário**</i> (poesia).	1922 Publicado em Belém.	Vários autores.	Em sua maioria paraenses ²¹⁰ .

²¹⁰ Segundo Aldrin Moura de Figueiredo (2001), os autores que participaram dessa publicação foram: Arlindo Ribeiro de Castro, Bruno de Menezes, Brites Motta, Clóvis Gusmão, David Gervásio, Ernani Vieira, Eurico Fernandes, Farias Gama, Gabriel Lage, José Sampaio de Campos Ribeiro, José Rocha Júnior, João Mesquita, Luiz Moraes, Muniz Barreto, Mário Platilha, Paulo de Oliveira, Pedro Lisboa e Raimundo Nonato.

15 – <i>As noites da viagem</i> ** (paráfrase em verso do livro de Vitorino Palhares).	1922 Publicado em Belém.	Farias Gama.	Alagoano.
16 – <i>Dança dos pirilampos</i> *(poesia).	1923 Publicado em São Paulo pela Editora de Monteiro Lobato.	Oswaldo Orico.	Paraense.
17 – <i>Terra Imatura</i> ** (narrativas e estudos da Amazônia).	1923. Publicado em Belém.	Alfredo Ladislau.	Cearense.
18 – <i>Lorotas</i> ** (contos).	1923. Publicado em Belém.	Farias Gama.	Alagoano.
19 – <i>Desperta!</i> ** (propaganda sanitária).	1923. Publicado em Belém.	Farias Gama.	Alagoano.
20 – <i>O Passaporte dos navegantes</i> ** (poesia).	1923 Publicado em Belém.	Ernani Vieira.	Paraense.
21 – <i>Três séculos de moda</i> *	1923 Publicado em Belém pela editora Tavares Cardoso & Cia.	João Afonso	Maranhense.
22 – <i>Livro de Nugas</i> * (contos, crônicas, memórias).	1924 Publicado em Belém.	Eustáquio de Azevedo.	Paraense.
23 – <i>Bailado Lunar</i> * (poesia).	1924 Publicado em Belém nas Oficinas Gráfica do Instituto Lauro Sodré.	Bruno de Menezes.	Paraense.
24 – <i>A Unha de Epaminondas</i> ** (crônicas).	1924 Publicado em Belém.	Júlio Martins & Theodoro Brazão.	Paraenses.
25 – <i>Maria Dagmar</i> * (conto)	1924 Publicado na revista <i>Belém Nova</i> .	Bruno de Menezes.	Paraense.

26 – <i>Águas e Selvas</i> * (narrativas da Amazônia, folclore).	1924 Publicado em Belém (sem indicação da editora).	Farias Gama.	Alagoano.
27 – <i>A Lenda da Garça Branca</i> ** (poesia).	1924 Publicado em Belém.	Sandoval Lage.	Paraense.
28 – <i>Florões</i> ** (poesia).	1924 Publicado em Belém.	Wenceslau Costa.	Paraense.
29 – <i>Jardim do silêncio</i> ** (poesia).	1924 Publicado em Belém.	José Simões.	Paraense.
30 – <i>Estudos e Paisagens</i> * (crônicas jornalísticas, estudos políticos e culturais).	1924 Publicado em Belém pela Livraria Clássica.	Misael Seixas.	Paraense.
31 – <i>Coroa dos humildes</i> * (poemas – sinfonia, rapsódia, canções, pastoral).	1924 Publicado em São Paulo.	Oswaldo Orico.	Paraense.
32 – <i>Berimbau e Gaita</i> * (poesia).	1925 Publicado em Belém Tipografia Oriental.	Luiz Gomes/Jacques Flores.	Paraense.
33 – <i>Folhas ao vento</i> ** (poesia).	1925 Publicado em Belém.	Orlando Morais.	Paraense.
34 – <i>Legenda</i> ** (poesia).	1925 Publicado em Belém.	Muniz Barreto.	Paraense.
35 – <i>Meu breviário</i> ** (poesia).	1925 Publicado em Belém.	Francisco A. Loayza.	Peruano.
36 – <i>Terra Imatura</i> ** (2ª ed). (Narrativas e estudos da Amazônia).	1925 Publicado em Belém pela livraria Clássica.	Alfredo Ladislau.	Cearense.

37 – <i>Verdades e fantasias</i> ** (poesia).	1925 Publicado em Belém.	Jacob B. Cohen.	Marroquino.
38 – <i>En la frontera oriental del Peru</i> * (Narrativa de viagem pela floresta).	1925 Publicado em Belém (sem indicação da editora).	Tenente Coronel Roberto López.	Peruano.
39 – <i>Saltério</i> ** (poesia).	1926 Publicado em Belém.	Jacob B. Cohen.	Marroquino.
40 – <i>A Amazônia do Futuro</i> * (Artigos jornalísticos de propaganda política).	1926 Publicado em Belém pela editora J. B. dos Santos & Cia.	Ignácio Moura & Paulo Eleutério.	Paraense e pernambucano.
41 – <i>História do Rio Amazonas</i> * (Estudo científico).	1926 Publicado em Belém.	Henrique Santa Rosa.	Paraense.
42 – <i>Na Planície Amazônica</i> * (Narrativas e estudos da Amazônia).	1926 Publicado em Belém.	Raimundo Morais.	Paraense.
43 – <i>Manko Kapa</i> * (Estudo científico).	1926 Publicado em Belém (sem indicação da editora).	Francisco A. Loayza.	Peruano.
44 – <i>Pela Amazônia Paraense: riquezas e maravilhas</i> * (Conferência).	1926 Publicado em Belém.	Henrique Santa Rosa.	Paraense.
45 – <i>Coroa de Espinhos</i> * (poesia).	1926 Publicado em Belém.	Luís Queiroz Albuquerque.	Paraense.
46 – <i>Mulheres da época</i> * (novela).	1927 Publicado em Belém.	Sandoval Lage.	Paraense.
47 – <i>Senhores & Escravos</i> *	1928 Publicado em Belém pela Livraria Clássica.	Severino Silva.	Paraibano.

48 – <i>Duas musas</i> ** : versos (poesia).	1928 Publicado em Belém nas Oficinas Gráfica do Instituto Lauro Sodré.	José Eustáquio de Azevedo.	Paraense.
49 – <i>Nos sertões do Gurupy*</i> (Relato de viagem).	1928 Publicado em Belém nas Oficinas Gráfica do Instituto Lauro Sodré.	Jorge Hurley.	Paraense.
50 – <i>Ensaio de Educação Moral e Cívica</i> ** (livro didático).	1928 Publicado em Belém nas Oficinas Gráfica do Instituto Lauro Sodré.	Ignácio Moura.	Paraense.
51 – <i>Terra Verde*</i> (poesia).	1929 Publicado em Belém pela Livraria Globo.	Eneida de Moraes.	Paraense.
52 – <i>Asas*</i> (sonetos bilaqueanos).	1929 Publicado pela gráfica das Indústrias Reunidas. Não há indicação da cidade.	Rodrigues Pinagé.	Potiguar.
53 – <i>Fordlândia, a grande interrogação para o futuro</i> ** (estudo).	1929 Publicado em Belém.	Jacob Cohen.	Marroquino.
54 – <i>Fogo Sagrado*</i> (poemas).	1929 Publicado em São Paulo.	Eduardo Valente de Azevedo.	Paraense.
55 – <i>Camisa da noiva*</i> (narrativa).	1929 Publicado em Belém.	Oscar Pereira de Carvalho	Alagoano.
56 – <i>Fêmea*</i> (contos).	1930 Publicado em Belém.	Antônio Tavernard	Paraense

57 – <i>O Matuto cearense e o Caboclo do Pará*</i> (narrativas da Amazônia, folclore).	1930 Publicado em Belém.	José Carvalho.	Cearense.
58 – <i>A Amazônia que ninguém sabe*</i> (romance).	1930 Publicado em Belém.	Abguar Bastos.	Paraense.
59 – <i>Aleluia*</i> (poesia).	1930 Publicado em Belém pelas Oficinas Gráficas da Guajarina.	De Campos Ribeiro.	Maranhense.
60 – <i>Poesia*</i> (coletânea de poemas).	1931 Publicado em Belém Tipografia Guará.	Bruno de Menezes	Paraense
61 – <i>Amazônia Ciclópica*</i> (narrativas e estudos da Amazônia).	1931 Publicado em Belém.	Jorge Hurley	Paraense

APÊNDICE D – Colaboradores e corpo editorial da revista *Belém Nova*

1 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n 01, 15 set. 1923.

Nossos colaboradores

- 1 – Apolinário Moreira
- 2 – Ignácio Moura
- 3 – Severino Silva
- 4 – Carlos Nascimento
- 5 – Pereira de Castro
- 6 – José Leoni
- 7 – Misael Seixas
- 8 – Xavier de Carvalho
- 9 – Chermont de Brito
- 10 – José Simões
- 11 – Dejard de Mendonça
- 12 – Eustáquio de Azevedo
- 13 – Olívio Rayol
- 14 – Cícero Costa
- 15 – Jorge Hurley
- 16 – Abguar Bastos
- 17 – Paulo de Oliveira
- 18 – Ernani Vieira
- 19 – Vicente Abranches
- 20 – De Campos Ribeiro

- 21 – Elzemann de Freitas
- 22 – Luiz Gomes
- 23 – Farias Gama
- 24 – Lívio César

No Rio e Estados

Almachio Diniz
 Raul de Leoni
 Tasso da Silveira
 Adelino Magalhães
 Francisco Galvão
 Jayme d'Attayvilla
 Carlos Garrido
 Martins Napoleão
 Carlos D. Fernandes
 Raul Bopp
 Peregrino Júnior
 Antônio Vasconcelos
 Assis Garrido.

2 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 02, 30 set. 1923.

Nossos colaboradores

Apolinário Moreira
 Ignácio Moura
 Severino Silva
 Carlos Nascimento
 Pereira de Castro
 José Leoni
 Misael Seixas
 Xavier de Carvalho
 Chermont de Brito
 José Simões
 Dejard de Mendonça
 Eustáquio de Azevedo
 Olívio Rayol
 Cícero Costa
 Jorge Hurley
 Abguar Bastos
 Paulo de Oliveira
 Ernani Vieira
 Vicente Abranches
 De Campos Ribeiro
 Elzemann de Freitas
 Luiz Gomes
 Farias Gama
 Lívio César

No Rio e Estados

Almachio Diniz

Raul de Leoni
 Tasso da Silveira
 Adelino Magalhães
 Francisco Galvão
 Jayme d'Attayvilla
 Carlos Garrido
 Martins Napoleão
 Carlos D. Fernandes
 Raul Bopp
 Peregrino Júnior
 Antônio Vasconcelos
 Assis Garrido.

3 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 03, 15 out. 1923.

Nossos colaboradores

Apolinário Moreira
 Ignácio Moura
 Severino Silva
 Carlos Nascimento
 Pereira de Castro
 José Leoni
 Misael Seixas
 Xavier de Carvalho
 Chermont de Brito
 José Simões
 Dejard de Mendonça
 Eustáquio de Azevedo
 Olívio Rayol
 Cícero Costa
 Jorge Hurley
 Abguar Bastos
 Paulo de Oliveira
 Ernani Vieira
 Vicente Abranches
 De Campos Ribeiro
 Elzemann de Freitas
 Luiz Gomes
 Farias Gama
 Lívio César

No Rio e Estados

Almachio Diniz
 Raul de Leoni
 Tasso da Silveira
 Adelino Magalhães
 Francisco Galvão
 Jayme d'Attayvilla
 Carlos Garrido
 Martins Napoleão

Carlos D. Fernandes
 Raul Bopp
 Peregrino Júnior
 Antônio Vasconcelos
 Assis Garrido.

4 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 04, 31 out. 1923.

Nossos colaboradores

Apolinário Moreira
 Ignácio Moura
 Severino Silva
 Carlos Nascimento
 Pereira de Castro
 José Leoni
 Misael Seixas
 Xavier de Carvalho
 Chermont de Brito
 José Simões
 Dejard de Mendonça
 Eustáquio de Azevedo
 Olívio Rayol
 Cícero Costa
 Jorge Hurley
 Abguar Bastos
 Paulo de Oliveira
 Ernani Vieira
 Vicente Abranches
 De Campos Ribeiro
 Elzemann de Freitas
 Luiz Gomes
 Farias Gama
 Lívio César

No Rio e Estados

Almachio Diniz
 Raul de Leoni
 Tasso da Silveira
 Adelino Magalhães
 Francisco Galvão
 Jayme d'Attayvilla
 Carlos Garrido
 Martins Napoleão
 Carlos D. Fernandes
 Raul Bopp
 Peregrino Júnior
 Antônio Vasconcelos
 Assis Garrido.

5 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 05, 10 nov. 1923.

Diretor: Bruno de Menezes.

Nossos colaboradores

Apolinário Moreira
 Ignácio Moura
 Severino Silva
 Carlos Nascimento
 Pereira de Castro
 José Leoni
 Misael Seixas
 Xavier de Carvalho
 Chermont de Brito
 José Simões
 Dejard de Mendonça
 Eustáquio de Azevedo
 Olívio Rayol
 Cícero Costa
 Jorge Hurley
 Abguar Bastos
 Paulo de Oliveira
 Ernani Vieira
 Vicente Abranches
 De Campos Ribeiro
 Elzemann de Freitas
 Luiz Gomes
 Farias Gama
 Lívio César

No Rio e Estados

Almachio Diniz
 Raul de Leoni
 Tasso da Silveira
 Adelino Magalhães
 Francisco Galvão
 Jayme d'Attayvilla
 Carlos Garrido
 Martins Napoleão
 Carlos D. Fernandes
 Raul Bopp
 Peregrino Júnior
 Antônio Vasconcelos
 Assis Garrido.

06 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. ?, 01 dez. 1923.

Diretor: Bruno de Menezes.

Nossos colaboradores

Apolinário Moreira
 Ignácio Moura

Severino Silva
 Carlos Nascimento
 Pereira de Castro
 José Leoni
 Misael Seixas
 Xavier de Carvalho
 Chermont de Brito
 José Simões
 Dejard de Mendonça
 Eustáquio de Azevedo
 Olívio Rayol
 Cícero Costa
 Jorge Hurley
 Abguar Bastos
 Paulo de Oliveira
 Ernani Vieira
 Vicente Abranches
 De Campos Ribeiro
 Elzemann de Freitas
 Luiz Gomes
 Farias Gama
 Lívio César

No Rio e Estados

Almachio Diniz
 Raul de Leoni
 Tasso da Silveira
 Adelino Magalhães
 Francisco Galvão
 Jayme d'Attayvilla
 Carlos Garrido
 Martins Napoleão
 Carlos D. Fernandes
 Raul Bopp
 Peregrino Júnior
 Antônio Vasconcelos
 Assis Garrido.

7 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 08, 12 jan. 1924.

Diretor: Bruno de Menezes.
 Secretário: Alfredo R. de Sousa.
 Redator: Edgar Sousa Franco.
 Gerente: Oscar Maia.

8 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n 09, 31 jan. 1924.

Diretor: Bruno de Menezes.
 Secretário: Alfredo R. de Sousa.
 Redator: Edgar Sousa Franco.
 Gerente: Oscar Maia.

9 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n 10, 23 fev. 1924.

Diretor: Bruno de Menezes.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redator: Edgar Sousa Franco.

Gerente: Oscar Maia.

10 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n 11, 15 mar. 1924.

Diretor: Bruno de Menezes.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redator: Edgar Sousa Franco.

Gerente: Oscar Maia.

11 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 12, 13 abr. 1924.

Diretor: Bruno de Menezes.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redator: Edgar Sousa Franco.

Gerente: Oscar Maia.

12 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 13, 03 maio. 1924.

Administração, redação e oficinas – Instituto Lauro Sodré

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor Gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

13 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 14, 17 maio 1924.

Administração, redação e oficinas – Instituto Lauro Sodré

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor Gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

14 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 15, 31 maio. 1924.

Administração, redação e oficinas – Instituto Lauro Sodré

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor Gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

15 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 16, 14 jun. 1924.

Administração, redação e oficinas – Instituto Lauro Sodré

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor Gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

16 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 17, 28 jun. 1924.

Administração, redação e oficinas – Instituto Lauro Sodré

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor Gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

17 – *Belém Nova*, Belém, Ano I. Nº 18. 12 de julho de 1924.

Administração, redação e oficinas – Instituto Lauro Sodré

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor Gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

18 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 19, 26 jul. 1924.

Administração, redação e oficinas – Instituto Lauro Sodré

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor Gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

19 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 20, 02 ago.1924.

Administração, redação e oficinas – Instituto Lauro Sodré

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor Gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

20 – *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 21, 09 ago.1924.

Administração, redação e oficinas – Instituto Lauro Sodré

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor Gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

21 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 22, 20 set. 1924.

Administração, redação e oficinas – Instituto Lauro Sodré

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor Gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

22 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 23, 04 out. 1924.

Administração, redação e oficinas – Instituto Lauro Sodré

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor Gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

23 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 23, 4 out. 1924.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

24 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 24, 25 out. 1924.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

25 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 25, 8 nov. 1924.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

26 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 26, 29 nov. 1924.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Redatores: Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

Nessa edição anuncia-se o ingresso de Paulo de Oliveira ao corpo editorial de *Belém Nova*.

27 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 27, 03 jan. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

28 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 28, 31 jan. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

29 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 29, 14 fev. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

30 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 30, 27 fev. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

31 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 31, 14 mar. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

32 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 32, 28 mar. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

33 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 33, 11 abr. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

34 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 34, 25 abr. 1925

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

35 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 35, 09 maio 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

36 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 36, 23 maio 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

37 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 37, 06 jun. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

38 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 38, 20 jun. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

39 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 39, 04 jul. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

40 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 40, 18 jul. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

41 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 41, 01 ago. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.
Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

42 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 42, 15 ago. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.
Diretor-gerente: Raymundo Machado.
Secretário: Alfredo R. de Sousa.
Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

43 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 43, 05 set. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.
Diretor-gerente: Raymundo Machado.
Secretário: Alfredo R. de Sousa.
Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

44 – *Belém Nova*, Belém, ano 2, n. 44, 15 set. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.
Diretor-gerente: Raymundo Machado.
Secretário: Alfredo R. de Sousa.
Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

45 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 45, 10 out. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.
Diretor-gerente: Raymundo Machado.
Secretário: Alfredo R. de Sousa.
Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

46 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 46, 24 out. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.
Diretor-gerente: Raymundo Machado.
Secretário: Alfredo R. de Sousa.
Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

47 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 47, 14 nov. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.
Diretor-gerente: Raymundo Machado.
Secretário: Alfredo R. de Sousa.
Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

48 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 48, 28 nov. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.
Diretor-gerente: Raymundo Machado.
Secretário: Alfredo R. de Sousa.
Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

49 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 49, 12 dez. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.
Diretor-gerente: Raymundo Machado.
Secretário: Alfredo R. de Sousa.
Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

50 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 50, 25 dez. 1925.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

51 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 51, 02 jan. 1926.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

52 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 52, 01 fev. 1926.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

53 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 53, 13 fev. 1926 (Sem capa).

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Oscar Maia e Edgar Sousa Franco.

54 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 54, 27 fev. 1926.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Edgar Sousa Franco e Abguar Bastos.

55 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 55, 27 fev. 1926.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Edgar Sousa Franco e Abguar Bastos.

56 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 56, 13 mar.1926.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Edgar Sousa Franco e Abguar Bastos.

57 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 57, 27 mar. 1926.

Diretor: Bruno de Menezes.

Diretor-gerente: Raymundo Machado.

Secretário: Alfredo R. de Sousa.

Redatores: Paulo de Oliveira, Edgar Sousa Franco e Abguar Bastos.

58 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 58. ? jun. 1926.

Diretores: Bruno de Menezes e Paulo de Oliveira.

Diretor artístico: Armando Mendonça.
Diretor Comercial: Amandio Silva

59 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 59, 26 jun. 1926.

Diretores: Paulo de Oliveira e Bruno de Menezes
Secretário: Francisco Edgar de Macedo
Redatores: Ramiro Castro, De Campos Ribeiro e Alberto Barreiros
Diretor Artístico: Armando Mendonça

60 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 60, 31 jul. 1926.

Diretores: Paulo de Oliveira e Bruno de Menezes
Diretor Comercial: Francisco Alves Soares.
Redator chefe: Ramiro Castro.
Secretário: Francisco Edgar Macedo.
Redatores: De Campos Ribeiro e Alberto Barreiros.
Diretor artístico: Armando Mendonça.
Auxiliares de Redação: Floriano Paiva e Wladmir Emanuel.
Colaborador Artístico: Ferdinando Rapisardi Santos

61 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 61, 14 ago. 1926.

Diretores: Paulo de Oliveira e Bruno de Menezes
Diretor Comercial: Francisco Alves Soares.
Redator chefe: Ramiro Castro.
Secretário: Francisco Edgar Macedo.
Redatores: De Campos Ribeiro e Alberto Barreiros.
Diretor artístico: Armando Mendonça.
Auxiliares de Redação: Floriano Paiva e Wladmir Emanuel.
Colaborador Artístico: Ferdinando Rapisardi Santos

62 – *Belém Nova*, Belém, ano 3, n. 62, 04 set. 1926.

Diretores: Paulo de Oliveira e Bruno de Menezes
Diretor Comercial: Francisco Alves Soares.
Redator chefe: Ramiro Castro.
Secretário: Francisco Edgar Macedo.
Redatores: De Campos Ribeiro e Alberto Barreiros.
Diretor artístico: Armando Mendonça.
Auxiliares de Redação: Floriano Paiva e Wladmir Emanuel.
Colaborador Artístico: Ferdinando Rapisardi Santos

63 – *Belém Nova*, Belém, ano 4, n. 73, 30 ago. 1927.

Diretores: Paulo de Oliveira e Martins e Silva
Gerente: Diamantino Nery.
Propriedade da Empresa Belém Nova, Ltd.
Administração e oficinas, Rua Manoel Barata, 64
Redação e gerência, Rua Manoel Barata, 60 1º andar.
Oficinas Gráficas Belém Nova

ANEXO

ANEXO A – Poemas dos “Novos” presentes na *Antologia da Cultura Amazônica*

ROCQUE, Carlos. *Antologia da Cultura Amazônica. Vol. I. Poemas A a H. Belém: Amazônia Edições Culturais LTDA (AMADA), 1970.*

1 – Arlindo Ribeiro de Castro – p. 118 – 119.

Dúvida

Porque a saudade aparecesse um dia,
Nas sombras funerais do meu desgosto;
Porque o esplendor destas manhãs de agosto
Lembras e o amor que entre nós dois floria;

Porque os teus olhos meigos de judia
Ainda trouxessem a graça do teu rosto,
Fiquei na vida aos vendavais exposto
Fugindo embalde à ríspida invernia.

Tantos anos passaram, desolados,
Sobre a neve sem fim dos teus cabelos,
Ao palor desses lábios profanados,

Que eu nem sei se depois de tudo isto,
Ainda és a Madalena dos desvelos
Na tragédia final de um novo Cristo...

Olhando a minha pátria

Por toda a parte é sempre esta beleza
Na terra portentosa das palmeiras.
Vê-se que em tudo a mão da Natureza
Deu privilégio às coisas brasileiras!

Como ideal e romântica princesa,
Formosamente meiga entre as primeiras,
Ornam-lhe a vida aquela singeleza
Dos seus dias e noites passageiras!

Que ternos hinos e canções divinas
Soltam as aves através das matas,
Ao fenecer do sol pelas colinas!

Terra bendita que eu adoro tanto!
Seja-te a vida, em dúlcidas sonatas,
Um futuro de paz, de amor e encanto!

Maio – 9 – 1922.

2 – Brites Motta – p. 150 – 151.

Punição

Vem... entra-me no peito e vê quanto padece
meu coração dorido e quanto se lamenta!
Aqui tudo é vermelho... é a ferida sangrenta...
E tudo é triste ali... a esperança fenece!

Tremes? Vamos ao fundo da minha alma... Desce...
Olha que escuridão, que horror e que tormenta!
Nesse canto a chorar a Lembrança se assenta,
e aqui o Pranto, vês? Angústia que enlanguesce!

Viste tudo em ruína, em destroços medonhos,
tudo o que foi outrora a sede dos meus sonhos,
esse templo de amor de que tu foste o santo...

Choras? É a punição atroz que mereceste...
Vim trazer-te a este caos de mágoa, dor e pranto,
e chorando contempla agora o que fizeste!

Último sonho

Sofro... padeço a dor de uma angústia constante!
Não poderei sentir de um afeto a doçura...
sem sonhos, sem amor, minha existência é agrura
duma noite sem fim, sem aurora brilhante!

É que surgiste um dia!... (a lembrança tortura!)
Como louca te amei! Eu olhar fulgurante
iluminou minha alma apenas um instante,
para deixá-la após, eternamente escura!

Morreu meu Sonho azul entre ilusões nascido!
A descrença nasceu no meu peito ferido,
meu coração morreu quando o amor refloria...

Sofro! Falta-me tudo! O clarão Sacrossanto,
dos teus olhos, que os meus fitaram tanto, tanto,
e a tua boca aromal que beijei muito um dia!

3 – Clóvis de Gusmão – p. 168 – 169.

A escrava loira

Sobre a polpa azul de um tapete acetinado,
na cabeleira envolta, a sedutora escrava
num delírio de amor, em desejos, cismava
a volúpia de um sonho, o gozo de um pecado.

À sombra divinal da cabeleira flava,
em convulsões sensuais, o corpo delicado
parecia um diamante a fulgir engastado
em rútila safira e que o loiro sombreava.

E sorria e sonhava; o corpo voluptuoso,
em doidas contorções tantálicas de gozo,
era mais alvo assim nessa suprema fúria.

de almofadas cingir contra o seu virgem seio,
no desejo febril daquele que não veio,
na ventura pagã, sublime, da luxúria.

Queda de um ídolo

Em meia penumbra em que meu ser oculto,
no casulo dourado e triste da poesia,
onde vive sonhando a mágica harmonia,
viveu também, sonhando, a sombra de teu vulto.

Amei-te! Quis trazer-te à sombra em que vivia;
fugiste sempre e sempre ao meu olhar oculto;
e escrevi, levantei aos paramos de um culto
aquela que eu sonhava e em sonhos me fugia.

E guardei dentro d'alma, exangue e dolorida,
a lembrança do amor, do meu sublime anseio.
Agora, relembrando a mágoa já sofrida,

no delírio febril deste meu devaneio
eu procuro esquecer tudo que amei na vida,
para não mais lembrar aquela que não veio.

4 – David Gervásio – p. 181.

Resignado

Dentro do peito meu, tétrica a dor habita
Acorrentado assim ao sofrer solitário
Sem tem pão, sem ter lar, subindo este Calvário
Caio ao peso da Cruz numa sorte maldita.

Pobre como Jó, na senda atroz da desdita
Sigo exausto a carpir no austero itinerário
Sem ter fé, sempre a ser, sinistro relicário
Da Dor, que revoltado em todo ser palpita.

Do pequenino mal aos maiores conheço
E numa Via Sacra eterna e dolorosa
Já padeci demais... e desmaio... enfraqueço...

Pelo mundo revel, já resignado e só
 Numa prece cristã – a Deus contrito peço
 A hora de morrer, de regressar ao pó!...

ROCQUE, Carlos. *Antologia da Cultura Amazônica*. Vol. II. Poemas I a Z. Belém: Amazônia Edições Culturais LTDA (AMADA), 1970.

5 – Mário Plátilha – p. 428 – 429.

Desdita

É grande a dor que no meu peito mora!
 Imenso este pesar que me tortura!
 É amargo o pranto que minh'alma chora,
 Meu fado é negro, a minha sorte é dura!

De joelhos a ti, meu ser implora
 Um instante, um momento de ventura
 Bendigo o meu sofrer, bendigo a hora
 Que deu meu coração à escravatura.

Quero, porém, no meio da desdita
 Poder beijar-te, minha deusa casta,
 Ó anjo do meu ser, mulher bendita.

Não desiludas a paixão tão vasta;
 Mente mais uma vez, meiga Pepita;
 Para um ser infeliz, um engano basto.

Impossível

Grito de dor dum peito lacerado,
 Que um peito só de amor em vão procura
 Grito que vai perder-se abandonando,
 Nos países sem luz, da desventura.

Oh! como é triste o amar sem ser amado!
 Viver sozinho, longe de ternura,
 Tendo no peito o coração parado,
 E uma alma estorce em conjuntura,

Assim eu vivo, neste mundo errante,
 Órfão de tudo que adorei na vida,
 Pobre Ahasverus, novo caminhante.

Solução em vão, em busca da guarida
 Quero um peito de amor, de luz constante,
 Onde eu repouse a fronte enfebrecida.

6 – Luís Moraes – p. 400 – 401.

Fascinação

Surge aos meus olhos, deslumbrante e bela!
 Que me extasie o fogo desse olhar
 Luz que diviso em meio da procela,
 De minha vida no trevoso mar.

Surge! Meus sonhos de ilusões estrela,
 Pela glória bendita de te amar
 Seja o teu nome o palinuro, a vela
 Que de aventuras me transborde o lar.

Surge aos meus olhos! Deixa-os deslumbrados!
 Exulta os sonhos meus, purificados
 Longe do pejo da mundana dor.

E, exalçado, eu célebre, no entanto,
 Toda a glória imortal de teu encanto
 Na apoteose suprema deste amor.

Última carta

Disseste, naquela carta
 Cheirosa a malva e alecrim,
 Que estás deste amor bem farta
 Que já não gostas de mim.

Meu Deus, que lindas tolices!
 Porque te zangas comigo,
 Se eu dou-te tantas meiguices,
 Se eu sou o teu melhor amigo!

Dizes mais: que eu sou fiteiro,
 Que tenho mil namoradas,
 E que a elas, eu brejeiro
 Vivo a trazer enganadas.

Pois bem: eu creio que nisto,
 Tens tudo menos razão...
 Pois se as engano, está visto
 Não lhes dou meu coração.

Pois este amor, tu bem sabes
 Todo sempre te pertenceu
 E, embora “como tudo acabes,
 Que a vida há de ser teu”.

E agora que tudo é findo,

Ainda hoje em tua casa irei
 Levar ao teu rosto lindo
 Os beijos que lhe roubei!

7 – João Mesquita – p. 338.

A cruz de amar

Ah! como é triste caminhar assim,
 Por este mundo de ilusões sem fim...

E ainda é mais triste quando em nós se avulta
 O sofrimento de uma dor oculta...

Se eu não amasse bem feliz seria,
 Pois certo, a vida de prazer finaria...

Mas há quem diga: sem amor, a vida
 Sempre é mais triste e mais incompreendida...

É verdade o que dizem? Eu nem sei...
 Entretanto sofro só porque amei...

Sinto das mágoas, que me ferem tanto,
 Dentro em minha alma, o dolorido o pranto...

E faço juras, fervorosamente,
 Como se fora o mais ardente crente.

De nunca mais amar com tanto ardor
 Nem descobrir na vida a minha dor...

Ah! como é triste caminhar assim,
 Por este mundo de ilusões sem fim...

8 – Pedro Lisboa – p. 502.

Saudades

Foi em Novembro. O Sol já se encobria
 Além, nas turvas sombras das colinas!...
 Lembras-te inda das viridantes campinas
 Onde ouvimos dobrar a Ave-Maria?

O crepúsculo jalde e gris, descia!
 Pela erma estrada. As lânguidas bonitas,
 Assemelham-se aves pequeninas,
 Por entre as brumas dessa noite fria.

Agora é tudo um som de tristes mágoas,

Cujas saudades no meu imo trago-as,
Como se fossem imortais lampejos.

Ah! Como o tempo foge discrepante...
Que é do áureo rouxinol meigo e sonante.
Daquela autora dos teus mornos beijos?

ANEXO B – Poemas de temática amazônica.

FALCÃO, Ildelfonso. *Meio-dia: poemas*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Mavrillo, 1920. p. 21.

Subindo o Amazonas

Ao cansado resfolgo do navio
vamos vencendo, lentamente, a viagem.
Rolam águas... É o rio... É sempre o rio
por entre a glória verde da paisagem.

Horizontes monótonos. Sombrio,
o amplo inferno perpétuo, na folhagem
da matéria espessa. Dentro, o pio
dos pássaros, num cântico selvagem.

E subimos... Maitacas e arapongas
gralham no ar. De alta riba uma árvore alta
cai, e a torrente, esplêndida, protege-a.

Águas... Águas que vão... As águas longas
descem, levando estranha ave pernalta
na alva ilha em flor de uma *Victoria-Regia*...

CAMPOS, Humberto de. *Poesias Completas*. São Paulo: Opus, 1983. p. 167 – 172.

Tempestade Amazônica

O calor asfixia e o ar escurece. O rio,
Quieto, não tem uma onda. Os insetos na mata
Trilam cheios de medo. E o pássaro, o sombrio
Da floresta procura onde a chuva não bata.

Súbito, o raio estala. O vento zune. Um frio
De terror tudo invade... E o temporal desata
As peias pelo espaço e, bufando, bravio,
O arvoredo retorce e as folhas arrebata.

O anoso buriti curva a copa, e farfalha.
Aves rodam no céu, n'um estéril esforço,

Entre nuvens de folha e fragmentos de palha.

No alto o trovão regouga e em baixo a mata brama.
Ruge em meio a amplidão. Das nuvens pelo dorso
Correm serpes de fogo. E a chuva se derrama...

A Morte de um Seringueiro

(Quadro amazônico)

É nas ilhas, no centro, alta noite. Deitado
Em palhas de boçu, num mísero casebre,
Sem conforto, sem luz, sem uma alma a seu lado.
Soluçando de sede e tremendo de febre,
De um longe seringal da selva americana
Que nem mesmo, sequer, um córrego percorre,
E onde a voz que se erguer não tem resposta humana,
– Um jovem seringueiro, empaludado, morre...

Tudo é triste em redor da barraca pequena.
Apenas o trilhar dos insetos na mata;
A brisa; e um sapo-boi, que, na noite serena,
Berra a angústia que o aflige, a paixão que o arreata,
Ao fitar uma estrela – uma quieta falena
De ouro, que, do alto do céu, no paul se retrata.

O jovem seringueiro, a arder de febre, escuta
O barulho que, em roda, a Natureza espalha:
Farfalham buritis; como em tímida luta,
Doce, aflita, a bolir, a meter-se entre a palha
Do teto da barraca, e entre os ramos, a brisa
Em segredo murmura, e estremece, e farfalha,
E soluça, e se escapa; e entre as folhas desliza...

E ele, ardendo de febre, e em delírio, ouve tudo...
Sente sede. Em redor, debalde a mão tremente
Busca, inquieta, a apalpar, o pote antigo e rudo,
Onde pensa encontrar a água que o dessedente.

E, apalpando, deitado, o canto da barraca,
Com a mão grossa a tatear pelo soalho vazio,
A um canto, junto à palha, a mão tremente estaca,
E apalpa um pétreo objeto impassível e frio.

Aos seus olhos, em luz, a alegria se eleva.
E trazendo, a tremer, o pétreo corpo à vista
– Que ardente se derrama e se apaga na treva –
Põe-no junto do olhar... Na ilusão da conquista.
Busca levá-lo ao lábio; e sorrindo de gozo,
Na ânsia louca da febre ao lábio descerrado

Leva-o, morde-o chorando, e, convulso, sequioso,
Com mais febre a tremer, deixa-o cair ao lado.

É um búzio... E o frio búzio, ao tombar, fica unido
À cabeça febril do caboclo, ficando
Toda a concha sonora em frente ao seu ouvido.
E o jovem seringueiro, em delírio, escutando
O secreto rumor do búzio, se debruça
Mais sobre ele; e estremece, e abre os olhos, notando
Que, ali dentro, alguma alma, em silêncio, soluça.

E une-o mais, junto ao ouvido. A secreta harmonia
Que o ouve fá-lo surpreso. Um clarão vago e leve
Aclara-lhe a memória. E ele vê, na sombria
Noite do seu delírio, o delírio que teve.

E recorda-se: – É o búzio... E ainda tremendo, tonto
Pela febre, da palha ao medroso farfalho,
Recorda que com ele, às três horas em ponto,
Chamava o companheiro ao insano trabalho.

Recorda, reconhece... A mente se lhe aclara:
É a concha que lhe lembra os dias em que, incerto,
Viera do alto sertão – o búzio que encontrara
Quando a primeira vez vira as ondas de perto.

Põe-no, então, junto ao lábio; e, soprando, sonora,
A alma, no último esforço, a voar de fronde em fronde,
Manda, no som búzio, a vibrar mata em fora...
E, apenas, muito longe, o eco, triste, responde...

Leva-o de novo ao ouvido, e, de novo, delira...
Delira e sonha. E ao som, aos rumores que sente,
Aos rumores do búzio e ao som daquela lira
Que anda a rir e a chorar pela noite dormente,
Voa, na asa do sonho, através da distância,
A uma terra longínqua onde o céu é inclemente
E onde alegre viveu sua primeira vivência.

E ei-la à vista: É o sertão amplo e ondulado, cheio
De serrotes azuis e ampla várzea cinzenta:
É um fantástico mar petrificado em meio
De uma hora de cruel e indizível tormenta.

E, ao longe, um pouco além de uma doce e pequena
Povoação sertaneja, onde o campo se acaba,
Estendida, azulada, entre a névoa serena,
A fechar o horizonte, ergue-se a Ibiapaba.

É nos fins do verão: tudo é plácido e feio.

Inundado de luz, tudo é quieto e tristonho...
 Não se vê cintilar um só açude cheio:
 Tudo o sol reduziu a este quadro de sonho...

E eis o inverno, afinal!... Pelos campos macios,
 Tudo mostra o esplendor das eternas farturas:
 A cantar no correr dos riachos vadios,
 A sorrir no verdor das espigas maduras.

Pelo campo sem fim a vista erra e se perde.
 É quando o Ceará pelo céu se não troca:
 O sertão ondulado é um largo oceano verde
 Do pé da Serra Grande ao pé da Meruoca.

E vê tudo... A tremer, entre o verde infinito,
 E entre a névoa que ao sol se dissipa e esvoaça,
 Revê tudo o que viu: a Sant'Ana, o Mosquito,
 A Lapa, o Pacujá e a igrejinha do Graça...

E, entre o mato, a correr, bulhentos e sombrios,
 Sobre o dorso a levar largos flóculos brancos,
 Descem, turvos, rocando, os riachos e os rios,
 Com línguas de água escura a lambar os barrancos.

Olha: conhece-os bem: é o Jaibara que ronca,
 E, no inverno, a espumar, desce da Ibiapaba.
 É o outro o Acaraú, que com ele se encontra...
 Brame aqui o Jabota; canta adiante o Ipuçaba...

O verde carnaubal bate os leques à brisa...
 Tudo vibra em redor pelo campo empastado:
 Ao sereno rumor dum riacho que desliza
 Há balido de ovelha e mugidos de gado...

E, ao barulho da concha, o farfalho das matas
 Ouve em festas; e o olhar toda a distância vence:
 E no ouvido, e no olhar, sente em carícias gratas
 Todo o imenso esplendor da terra cearense...

De repente, porém, tudo fugir parece.
 Fria, a noite, em redor, entre as palhas, suspira.
 E o jovem seringueiro, em delírio, estremece...
 Deixa o búzio cair... treme de novo... e expira...

Depois... volta a quietude à barraca pequena.
 Apenas o trilar dos insetos da mata;
 A brisa; e o sapo-boi, que, na noite serena,
 Barra a angústia que o aflige, a paixão que o arreata,
 Ao fitar uma estrela – uma quieta falena
 De ouro, que, do alto céu, no paul se retrata...

Anexo C – Sirena harmoniosa

GAMA, Farias. Sirena harmoniosa!... *Folha do Norte*. Belém, 13 jul. 1923, p. 01.

Guionando destramente o seu auto próprio, passou rumo à casa o novel comendador X. V.

O comendador é, entre nós, um dos muitos afortunados da grande guerra, um novo rico, portanto, e, por isso mesmo, a matilha dos barrigas-secas, cada vez maior, mais faminta e rugidora, uiva-lhe em torno dos menores gestos e ações. Isso não lhe diminui as enxundias cada vez mais vastas.

Todo ele e tudo o que o cerca é nédio, luzidio, pintado de novo, expondo esse ar de *nettoyage* que identifica à primeira vista o homem que, da noite para o dia, centradicou o capital da lógica, passando, assim de um balcão de quarta ordem para os vastos e elegantes escritórios de uma sólida empresa comercial.

O seu palacete, o seu armazém, o seu escritório, a sua burra nova, imensa, o seu auto, a sua virtuosíssima consorte, e ele próprio, apesar dos anos a mais e cabelos a menos, são coisas lustrosas, reluzentes, provocadoras de miradas cúpidas à gente que as vê.

O comendador nem se apercebe... Nesse ponto, ele é quase um ente superior. Mas, duas coisas se lhe tornaram em mania, desde que Belona e Mercúrio – este no exercício de suas duas especialidades, o negócio e a indústria – canalizaram para as suas mãos polpudas e agora pesadas de anéis, verdadeiras torrentes do vil metal.

Os amores, o quindim, a pancada do comendador são, uma sirena de auto harmoniosa, e o aspecto de ordem e trabalho ininterrupto nos estabelecimentos de sua autocrática direção. Neste último ponto, então, o homem é uma fera! De uma feita demitiu o seu melhor guarda-livros, porque extenuado na pesquisa de uma fração rebelde ao balanço, o mísero foi por ele pegado num furtivo momento de repouso. E se não fosse a outra mania, a da sirena, certo não pararia empregado algum nos feudos do reluzente comendador.

- Aquela sirena é a Providência! Exclamam à miúde os servidores. E com efeito! O déspota mercuriano, encantado com a harmonia do moderníssimo fole, fá-lo soar de instante a instante, espremendo com verdadeiro prazer, quando no auto invejável se transporta à casa, ao armazém, ao escritório ou aos vários locais dos seus múltiplos negócios.

A sirena é única e sonora. O seu grito bizarro parece dizer aos quatro ventos – “Eu sou aquela que arauta o dinheiro. Alerta! Ele aí vai!” E ouvindo-a, os passantes atenciam caras de oferta e os empregados se acurvam nos trabalhos, dando à chegada do ricaço, a ilusão perfeita de uma colmeia exemplar.

Guionando destramente o seu auto próprio passou rumo à casa o novel comendador.

Esses “línguas de prata”!

A sirena de espaço a espaço encampava os rumores do boulevard com a sua harmonia anunciadora.

Alguém recordou a benemerência de sua voz sonora e mais providencial que a da prestante e fanhosa “Filomena”, e socialista lamuriosa concluiu:

- Muitos lares, nesta terra, subsistem graças às alvissareiras daquela buzina!

E um maldizente em cima da frase:

- O próprio lar do comendador deve favores inestimáveis àquela gaita!...

ANEXO D – Manifesto da Beleza

GALVÃO, Francisco. Manifesto da Beleza. *Belém Nova*, Belém, ano 1, n. 02, s/n, 30 set. 1923.

Manifesto da Beleza

Francisco Galvão o festejado autor de *Vitória Régia*, vibrando num entusiasmo de renovação de beleza estética, escreveu o brilhante manifesto que estampamos nestas colunas.

Nós estamos no instante da Beleza.
 Rolaram por terra os falsos ídolos.
 Nós não consentimos mais no assalto vandálico dos bárbaros – os que procuravam mentir a Arte, encarcerando-a nos muros estreitos da Forma.
 A Arte venceu o Artifício.
 Todo aquele que atraioar a Beleza será castigado pela sua infâmia criminosa.
 Porque nós sabemos afastar o joio do trigo, o oiro da prata, o alumínio do cobre, a platina do estanho.
 “Os ourives” do verbo passaram.
 Foram-se os realistas sanguinolentos.
 A Arte não admite cerceamento.
 Anseia e quer Liberdade.
 Uma ideia não pode estar presa nos quatorze versos de um soneto parnasiano.
 Não.
 Nem na simetria paralela de rimas raras e ricas, como apregoam os bufarinheiros do artifício.
 Não e não.
 Nós compreendemos a grandeza na nossa missão.
 O Brasil adquiriu a liberdade dos escravos; teve a democracia como forma de governo.
 Mas, a literatura estava entregue ao contrabando criminoso dos PIVETES nacionais.
 Copiava-se Bourget, imitava-se Zola, plagiava-se Alexandre Dumas.
 Todo mundo plagiava.
 Todo.
 A poesia é a mesma da França!
 Vinha-nos de Paris diretamente.
 De Castro Alves a Alberto de Oliveira.
 Do condoreirismo inquieto das *Espumas Flutuantes* ao parnasianismo régio, engomado das *Meridionais*.
 Estamos no instante luminoso da Beleza.
 Chegou o momento da Liberdade!
 Nós estamos fazendo a Arte verdadeira, a Arte-Arte.
 Não copiamos e não plagiamos.
 Guerra de morte aos pastranos, aos nulos de toda a espécie.
 Nós estamos realizando a Arte Legítima.
 São Paulo está com as nossas ideias.
Klaxon é um grito de revolta na amplidão.
 Graça Aranha, na Academia, como Augusto de Lima estão vibrando com a Mocidade.
 Renovação!

Nós temos ao nosso lado a inteligência luminosa de Ronald de Carvalho, a operosidade brilhante de Almachio Diniz, a encantadora erudição de Renato Almeida.

Renovação!

Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Afonso Schmidt e outros, vibram ao nosso lado.

Renovação!

Ângelus, Di Cavalcante, Correia Dias, Cunha Barros, Paim, Brecheret, na Pintura e na Escultura, estão sob a nossa bandeira.

Renovação!

Na música, possuímos Vila Lobos.

Renovação!

Paulo Torres, Carlos Fontes, Oswaldo Orico, Onestaldo Pennafort, Jarbas Andrea, Olegário Mariano, Zolachio Diniz, Carlos Drummond, Sérgio Buarque de Holanda, Teixeira Soares, Carlos Lobo de Oliveira, além de outros, estão vibrando em nome da Arte Nova!

Renovação!

Guerra sem trégua aos imitadores!

A Arte venceu o Artifício.

Renovação!

A Beleza, para o sempre a Beleza, a embriaguez deliciosa da Beleza.

Nós vencemos em nome da Beleza.

Nós somos a força e a renovação do Brasil, do Brasil que aspira e quer a vitória da Beleza.

Meus irmãos de Arte, ovelhas pacientes que vos apascentais ainda aos rebanhos, pelas planuras áridas do Parnasianismo, desgarrai-vos em nome da Beleza.

Vinde ter ao nosso chamado.

Porque nós estamos fazendo a grande obra de criação de uma Arte puramente nossa, verdadeiramente nacional, dentro dos limites da Beleza.

Renovação!

Renovação!

Renovação!

Numa tarde cheia de sol, em Setembro de 1923.

ANEXO E – Poemas de Abguar Bastos

BASTOS, Abguar. Dia de chuva. A Província do Pará, Belém, 26 mar. 1922. p. 01.

(Do Livro Terra Prometida)

Olho. Estou só. Tão só... Porque não vens!!

O coração...

Não é teu nome, acaso, que ele diz!!

Não tens pena de mim, diz-me, não tens,

Esse desejo de me ver feliz!!

E esta chuva a cair como preocupação...

Que saudade! E a saudade não se arranca...

Porque ela é um vago luar que treme nas pupilas

Como um vago perfil de mulher branca!

E não te vejo nunca, ao pé de mim.

E, possível, então, que me repilas
 Sem corporificar o meu desejo!!
 Não! Não pode chegar cedo ao seu fim
 A paixão que nasceu dentro d'um beijo!

E estas gotas de chuva alagando o caminho...
 E estas gotas de pranto alagando o meu rosto...
 E eu tão só no meu encosto
 Aguardando que volte o teu carinho.
 Porque tardas, és má! Como serias boa
 Se voltasses agora!
 Não vens! E a minha'alma chora,
 Chora e perdoa!...

Mas que frio e que chuva e luta lá fora...

Ah! foi uma lufada que voltou
 Varrendo e vergastando!
 ... E a tua forma é um eco morto que passou...
 Que passou soluçando!

Mas quem sabe! Amanhã! O amanhã é um tormento,
 É a incerteza, a hora longa, a lágrima do amor
 Que se quis um momento...

E este pranto a cair e a levar-me o valor!
 É possível então que me repitas!!

Que saudade! E a saudade não se arranca...
 Porque ela é um lindo luar que treme nas pupilas
 Como um vago perfil de mulher branca!

BASTOS, Abgvar. Na minha sala azul. A Província do Pará, Belém, 21 jul. 1922. p. 01.

I
 A Espera

Para a Brites Mota

São dez horas. O sol vai alto e passa.
 A hora que ela marcou já se aproxima
 Vem nascendo a impaciência, vem de cima
 A luz que bate em cheio na vidraça.

Quando se espera alguém, mas se lastima
 A demora do tempo; o olhar esvoaça
 Dentro do próprio ser, no céu, na Graça
 Da mulher que se quis e que se estima.

E o coração me bate doidamente

Lembro aquele perfume que aspirei,
E fico olhando a rua, longamente.

Sofro a tortura dum pressentimento.
Ausulto o peito: é flama! Agora sei
Que vou dum caos para um deslumbramento!

II
A Vinda

Vens com um infinito de demora.
Mais pálida, mais triste, mais esquiva.
Tens nos olhos uns ares de evasiva.
É um vestígio cansado de quem chora.

Devias ser mais grata e compassiva,
Sem essa ostentação de grã-senhora.
Este esmalte de chama vem de fora
Queima! Dá-me teu beijo, me reaviva.

Se era para um recato demasiado,
Se era para fugir aos meus desejos,
Era melhor, então, teres ficado!

Toda a esperança vã vive no pó!
De que me vale a presença dos teus beijos
Sem a ventura de ter dado um só!

**BASTOS, Abgvar. Do meu meandro esdrúxulo. A Província do Pará, Belém, 24 set. 1922.
p. 01.**

Para a lembrança do Raul Bopp

Sonho a seara multivia e meu mesto tentório
Oirachuva, aurea signa arde esmaltes ao Sol,
Divulgando entre urzes meu Ideal de Mogol
E guardando, soberba, o meu grave ofertório.

Cheio o céu de olibano, ao céu de tornasol,
Ergo o braço esgalhado em meu roble alto flóreo.
Ergo o braço! Ergo a mão! Penicilo marmóre
Apertando o meu Mal que é uma estrela reinol!

Vem a Luz. O recontro. O redobro d'ação.
A volúpia de ver seu gládio numa história,
Faz de cada guerreiro intangível falcão!

Vem o Caos. O impossível. Anda a alma perdida.
O clarim do Destino a chamar-nos à Glória,
E o Homem preso, a chorar, no intrincado da Vida!

BASTOS, Abguar. A última gueixa de Yokohama. A *Província do Pará*, Belém, 14 set. 1923. p. 01.

Desce a lava imperial e o Samurai
Pelas ruas perfeitas de Yokoama,
Corre brunido a fogo, avulta e chama
A última gueixa atônita que lá vai.

Tudo é morte e fulgor. Jazem na lama
Os jardins de Daikoku. E treme e cai
O ídolo d'ouro sobre o Samurai
Que é bom, que é japonês, que ainda não ama!

Há um terror no silêncio. A última Gueixa
Procura Amaterasú e no porvir
Triunfante surgirá, sem uma queixa.

E há de beber o chá sobre as estrelas
E vestindo crisântemos sorrir
Pelos lábios sensuais das cerejeiras!